
**UNITED STATES
SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION
WASHINGTON, DC 20549**

FORMULÁRIO 20-F

DOCUMENTO DE REGISTRO (REGISTRATION STATEMENT) SEGUNDO O ARTIGO 12(b) OU (g) DO SECURITIES EXCHANGE ACT OF 1934

OU

RELATÓRIO ANUAL SEGUNDO O ARTIGO 13 OU 15(d) DO SECURITIES EXCHANGE ACT OF 1934

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

OU

RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO SEGUNDO O ARTIGO 13 OU 15(d) DO SECURITIES EXCHANGE ACT OF 1934

OU

RELATÓRIO DA EMPRESA FICTÍCIA SEGUNDO O ARTIGO 13 OU 15(d) DO SECURITIES EXCHANGE ACT OF 1934

Número do arquivo na SEC 001-15102

EMBRAER S.A.

(Razão social exata da Declarante, conforme especificada em seus atos constitutivos)

EMBRAER Inc.

(Tradução da razão social da Declarante para o idioma inglês)

República Federativa do Brasil

(Jurisdição de Constituição)

Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, 30º andar (parte),

Eldorado Business Tower

Pinheiros, São Paulo, SP, 05425-070, Brasil

(Endereço da sede)

Antonio Carlos Garcia

Diretor de Relações com Investidores

Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, 30º andar (parte),

Eldorado Business Tower

Pinheiros, São Paulo, SP, 05425-070, Brasil

Tel.: (55) 11 3040 6874, Email: investor.relations@embraer.com.br

(Nome, Telefone, e-mail e/ou fac-símile e endereço da Pessoa de Contato da Companhia)

Valores mobiliários registrados ou a serem registrados segundo o Artigo 12(b) do Securities Exchange Act

<u>Nome de cada classe:</u>	<u>Código de Negociação</u>	<u>Nome de cada bolsa em que houve registro</u>
Ações Ordinárias, sem valor nominal (representadas e negociadas apenas na forma de American Depositary Shares (evidenciadas por American Depositary Receipts), com cada American Depositary Share representando quatro ações ordinárias)	ERJ	Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange)
5.980% Notas vencem em 2035	N/A	Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange)

Valores mobiliários registrados ou a serem registrados segundo o Artigo 12(g) do Securities Exchange Act

Nenhum.

(Nome de cada classe)

Valores mobiliários com relação aos quais há uma obrigação de apresentação de relatório segundo o Artigo 15(d) do Securities Exchange Act

Nenhum.

(Nome de cada classe)

Indique o número de ações em circulação de cada uma das classes de capital ou ações ordinárias do emissor no encerramento do período abrangido pelo relatório anual.

734.632.806 ações ordinárias, sem valor nominal

Assinale com um X caso a declarante seja conhecida como uma emissora experiente, conforme definido na Rule 405 do Securities Act.

Sim Não

Se este relatório for um relatório anual ou de transição, assinale com um X caso a declarante não tenha que apresentar relatórios segundo o Artigo 13 ou 15(d) do Securities Exchange Act of 1934.

Sim Não

Observação – Marcar a caixa acima não isentará nenhum registrante obrigado a apresentar relatórios nos termos da Seção 13 ou 15(d) do Securities Exchange Act de 1934 de suas obrigações conforme essas Seções.

Assinale com um X caso a declarante (1) tenha apresentado todos os relatórios exigidos pelo Artigo 13 ou 15(d) do Securities Exchange Act of 1934 nos 12 meses anteriores (ou em período mais curto em que fosse obrigada a apresentar esses relatórios) e (2) tenha estado sujeita ao cumprimento dessas exigências de apresentação nos últimos 90 dias.

Sim Não

Assinale com um X caso a declarante tenha enviado por meios eletrônicos todos os Arquivos de Dados Interativos que devem ser enviados segundo a Rule 405 do Regulation S-T (seção 232.405 desse capítulo) nos 12 meses anteriores (ou em período mais curto em que fosse obrigada a enviar esses arquivos).

Sim Não

Assinale com um X caso a declarante seja uma “large accelerated filer”, “accelerated filer”, “non-accelerated filer” ou “emerging growth company”. Vide as definições de “large accelerated filer”, “accelerated filer” e “emerging growth company” na Rule 12b-2 do Exchange Act.

Large Accelerated Filer Accelerated Filer Non-accelerated filer Emerging growth company

Em caso de “emerging growth company” que elabore demonstrações financeiras segundo os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (U.S. GAAP), assinale com um X caso a declarante tenha decidido não utilizar o período de transição estendido para cumprir qualquer norma contábil financeira nova ou revisada†, segundo o Artigo 13(a) do Securities Exchange Act.

† O termo “norma contábil financeira nova ou revisada” refere-se a qualquer atualização emitida pelo Financial Accounting Standards Board ao Accounting Standards Codification após 5 de abril de 2012.

Assinale com um X caso a declarante tenha arquivado um relatório e atestado a avaliação de sua administração sobre a eficácia de seu controle interno sobre relatórios financeiros de acordo com a Seção 404 (b) da Sarbanes-Oxley Act (15 U.S.C. 7262(b)) pelos auditores independentes que prepararam ou emitiram seu relatório de auditoria.

Se os títulos forem registrados de acordo com a Seção 12(b) da Lei, indique com uma marca de seleção se as demonstrações financeiras do registrante incluídas no arquivamento refletem a correção de um erro nas demonstrações financeiras emitidas anteriormente.

Indique com uma marca de seleção se alguma dessas correções de erro são reformulações que exigiram uma análise de recuperação da remuneração baseada em incentivos recebida por qualquer um dos diretores do registrante durante o período de recuperação relevante, de acordo com o §240.10D-1(b).

Assinale com um X o regime contábil que a declarante utilizou para elaborar as demonstrações financeiras incluídas neste relatório:

U.S. GAAP International Financial Reporting Standards emitidas pelo
International Accounting Standards Board Outro

Caso a resposta para a pergunta anterior tenha sido “Outro”, assinale com um X qual item das demonstrações financeiras a declarante optou por seguir.

Item 17 Item 18

Caso este seja um relatório anual, assinale com um X se a declarante é uma empresa fictícia (conforme definido na Rule 12b-2 do Exchange Act).

Sim Não

ÍNDICE

PART I.....	7
ITEM 1. IDENTIFICAÇÃO DOS CONSELHEIROS, DIRETORES E ASSESSORES	7
ITEM 2. ESTATÍSTICAS DA OFERTA E CRONOGRAMA ESTIMADO	7
ITEM 3. INFORMAÇÕES-CHAVE.....	7
A. [Reservado].....	7
B. Capitalização e Endividamento	7
C. Razões para a Oferta e Destinação dos Recursos	7
D. Fatores de Risco	7
ITEM 4. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA.....	24
A. História e Evolução da Companhia	24
B. Visão Geral da Companhia.....	28
C. Estrutura Organizacional	65
D. Propriedade, Instalações e Equipamentos.....	66
4A. Comentários da Equipe Administrativa Não Resolvidos.....	69
ITEM 5. ANÁLISE E PERSPECTIVAS OPERACIONAIS E FINANCEIRAS.....	69
A. Resultados Operacionais.....	70
B. Liquidez e Recursos de Capital	81
C. Pesquisa e Desenvolvimento, Patentes e Licenças, Etc.....	86
D. Informações sobre Tendências	90
E. Estimativas Contábeis Críticas	93
ITEM 6. DIRETORES, ALTA ADMINISTRAÇÃO E EMPREGADOS.....	93
A. Diretores e Alta Administração	93
B. Remuneração	98
C. Práticas do Conselho	101
D. Empregados	104
E. Participação Acionária.....	105
F. Divulgação da ação de um registrante para recuperar uma indenização concedida erroneamente.....	105
ITEM 7. PRINCIPAIS ACIONISTAS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	105
A. Acionistas Majoritários.....	105
B. Operações com Partes Relacionadas	106
C. Participação de Peritos e Advogados.....	107
ITEM 8. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS.....	107
A. Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras.....	107
B. Alterações Significativas	113
ITEM 9. OFERTA E COTAÇÃO.....	113
A. Detalhes da Oferta e da Cotação.....	113
B. Plano de Distribuição.....	113
C. Mercados	113
D. Acionistas Vendedores	116
E. Diluição	116
F. Despesas da Emissão	116
ITEM 10. INFORMAÇÕES ADICIONAIS.....	116
A. Capital Social.....	116
B. Atos Constitutivos e Estatuto Social.....	116
C. Contratos Relevantes	130
D. Controles de Câmbio	130
E. Tributação.....	131
F. Dividendos e Agentes de Pagamento.....	139
G. Declarações de Especialistas	139
H. Disponibilização de Documentos	140
I. Informações Complementares	140

J.	Relatório Anual para Titulares.....	140
ITEM 11.	DIVULGAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS SOBRE RISCO DE MERCADO.....	140
A.	Risco de Taxa de Juros.....	140
B.	Risco Cambial.....	141
C.	Risco de Crédito.....	143
ITEM 12.	DESCRIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS QUE NÃO AÇÕES.....	144
A.	Títulos de Dívida.....	144
B.	Bônus de Subscrição e Direitos.....	144
C.	Outros Valores Mobiliários.....	144
D.	American Depositary Shares.....	144
PART II.....		146
ITEM 13.	INADIMPLÊNCIA, DIVIDENDOS EM ATRASO E MORA.....	146
ITEM 14.	MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NO DIREITO DOS TITULARES DE VALORES MOBILIÁRIOS E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS.....	146
A.	Mudanças Significativas no Direito dos Titulares de Valores Mobiliários.....	146
B.	Modificações ou Qualificações Significativas dos Direitos dos Titulares de Direitos Registrados.....	146
C.	Alterações Significativas no Valor dos Ativos que Garantem os Títulos Registrados.....	146
D.	Alterações nos Administradores ou Agentes Pagadores para quaisquer Valores Mobiliários Registrados 146	
E.	Destinação dos Recursos.....	146
ITEM 15.	CONTROLES E PROCEDIMENTOS.....	146
A.	Controles e Procedimentos de Divulgação.....	146
B.	Relatório Anual da Administração sobre Controles Internos de Relatórios Financeiros.....	147
C.	Relatório de Atestado da Empresa de Contabilidade Pública Registrada.....	147
D.	Mudanças nos Controles Internos sobre Relatórios Financeiros.....	147
ITEM 16.	[RESERVADO].....	147
16A.	Especialista Financeiro do Comitê de Auditoria.....	147
16B.	Código de Ética.....	148
16C.	Honorários e Serviços do Auditor Principal.....	148
16D.	Exceções às Regras de Cotação para os Comitês de Auditoria.....	149
16E.	Compra de Ações pelo Emissor e Subsidiárias.....	149
16F.	Mudanças do Contador Certificado da Registrante.....	149
16G.	Governança Corporativa.....	149
16H.	Declaração de Segurança em Mina.....	152
16I.	Divulgação Sobre Jurisdições Estrangeiras que Impedem Inspeções.....	152
16J.	Políticas de Negociação com Informações Privilegiadas.....	152
16K.	Cibersegurança.....	152
PART III.....		154
ITEM 17.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	154
ITEM 18.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	154
ITEM 19.	ANEXOS.....	155

INTRODUÇÃO

Neste relatório anual, os termos “Embraer”, “nós”, “nos”, “nosso(a)” ou a “Companhia” referem-se à Embraer S.A. e suas subsidiárias consolidadas. Todas as referências neste documento a “real”, “reais” ou “R\$” são referências ao real, a moeda corrente do Brasil. Todas as referências a “US\$”, “dólares” ou “dólares norte-americanos” dizem respeito à moeda dos Estados Unidos da América. Todas as referências ao “governo federal” são referências à União e ao governo federal do Brasil.

Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações

Informações Financeiras

Nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e para os três anos encerrados em 31 de dezembro de 2024, ou nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de 2024, estão incluídas neste relatório anual.

Nossas demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade – International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Após analisar nossas operações e negócios de forma independente no que diz respeito à aplicabilidade das *International Accounting Standards*, ou IAS 21 – *The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates*, particularmente em relação aos fatores envolvidos na determinação de nossa moeda funcional, a administração concluiu que nossa moeda funcional é o dólar americano. Essa conclusão foi baseada em uma análise dos seguintes fatores, conforme estabelecido na IAS 21: (i) a moeda que mais influencia os preços de venda de bens e serviços; (ii) a moeda do país cujas forças competitivas e regulamentos mais determinam os preços de venda de nossos bens e serviços; (iii) a moeda que mais influencia os custos de fornecimento de bens e serviços; e (iv) a moeda em que os fundos para operações financeiras são amplamente obtidos. Nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas incluídas em outra parte deste relatório anual são apresentadas em dólares americanos, que é a nossa moeda de apresentação.

Para determinadas finalidades, incluindo o fornecimento de relatórios aos nossos acionistas brasileiros, a apresentação de demonstrações financeiras à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a determinação de pagamentos de dividendos e outras distribuições e obrigações fiscais no Brasil, preparamos, e continuaremos a ser obrigados a preparar, demonstrações financeiras de acordo com a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações, ou a Lei das Sociedades Anônimas do Brasil.

Outras Informações e Backlog

Neste relatório anual:

- algumas das informações financeiras refletem o efeito do arredondamento;
- o alcance das aeronaves está indicado em milhas náuticas;
- uma milha náutica equivale a aproximadamente 1,15 milha (terrestre), ou aproximadamente 1,85 quilômetro;
- a velocidade das aeronaves está indicada em milhas náuticas por hora, ou nós, ou em Mach, que é a medida da velocidade do som;
- “ANAC” significa a Agência Nacional de Aviação Civil, a autoridade reguladora da aviação brasileira;
- “Banco Central do Brasil” significa o Banco Central do Brasil, o banco central do Brasil;
- “EASA” significa a *European Union Aviation Safety Agency*;

- “FAA” significa *Federal Aviation Administration*;
- o termo “eVTOL” significa aeronave elétrica de decolagem e aterrissagem vertical;
- o termo “jato regional” refere-se a jatos comerciais no segmento de aeronaves com capacidade para 35-100 passageiros;
- o termo “aeronave comercial”, aplicado com relação à Embraer, refere-se às nossas aeronaves no segmento de aeronaves com até 150 assentos, incluindo nossos jatos regionais;
- O termo “família de jatos EMBRAER 170/190” refere-se aos modelos de aeronaves EMBRAER 170 (E170), EMBRAER 175 (E175), EMBRAER 190 (E190) e EMBRAER 195 (E195);
- O termo “família de jatos E-Jets E2” refere-se aos modelos de aeronaves E175-E2, E190-E2 e E195-E2;
- os termos “jatos da categoria *entry-level*” e “jatos da categoria *light*” referem-se aos jatos executivos com capacidade para transportar de quatro a sete passageiros e até dez passageiros, respectivamente, e varia entre 1.100 e 2.100 milhas náuticas. Esses jatos são projetados para distâncias curtas de decolagem e podem ser operados por um único piloto;
- o termo “jato de cabine média” refere-se aos jatos executivos com capacidade para transportar de nove a doze passageiros e cobrir distâncias de 2.000 a 4.000 milhas náuticas;
- o termo “jato da categoria grande” refere-se aos jatos executivos com capacidade para transportar até 19 passageiros e cobrir distâncias superiores a 4.000 milhas náuticas;
- o termo “jato da categoria ultra grande” refere-se a jatos executivos de corredor único que normalmente possuem maior alcance e espaço de cabine, com capacidade para transportar até 19 passageiros;
- o termo “jatos executivos”, aplicado a nós, refere-se às nossas aeronaves comercializadas a companhias, incluindo companhias de propriedade fracionada, empresas de fretamento, companhias de voos charter, companhias de táxi aéreo e pessoas físicas de alto poder aquisitivo; e
- o termo “aeronave de transporte tático” refere-se a aeronaves militares para transporte de pessoal, tropas e cargas, bem como aeronaves de apoio à ajuda humanitária, na faixa de carga útil entre 15 e 30 toneladas;
- o termo “treinamento avançado” refere-se a programas destinados a pilotos com habilidades especializadas para aprender as melhores técnicas de condução de missões complexas, operar sistemas avançados e prepará-los para a transição a aeronaves de combate de linha de frente;
- o termo “multimissão” refere-se à capacidade de desempenhar diferentes funções utilizando a mesma plataforma;
- o termo “fragatas” refere-se a navios de guerra de médio porte, geralmente com comprimento entre 100 e 150 metros e deslocamento entre 2.000 e 7.000 toneladas;
- o termo “gestão de tráfego aéreo urbano” ou UATM refere-se a sistemas e processos concebidos para regulamentar o tráfego aéreo da mobilidade aérea urbana, que inclui veículos como eVTOLs, helicópteros e drones; e
- o termo “KC-390” refere-se à versão C-390 que possui capacidades de reabastecimento em voo.

Nós calculamos nosso *backlog* ou carteira de pedidos como a soma dos valores contratuais de todos os pedidos firmes (i) de qualquer aeronave que ainda não tenha sido entregue, (ii) contratos de prestação de serviço e suporte de todos os segmentos de negócios, inclusive contratos de prestação de serviços de reparo e peças de reposição com vigência superior a um ano e (iii) tecnologias e serviços contratados mas que ainda não foram executados pelo

nosso segmento de Defesa e Segurança. Um pedido firme representa um compromisso firme assumido por um cliente, por meio de um contrato assinado, e o pagamento antecipado não reembolsável recebido por nós. Opções de aquisição de aeronaves não são consideradas parte da nossa carteira de pedidos firmes.

Considerações sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro

Este relatório anual contém estimativas e declarações acerca do futuro, segundo a definição do Artigo 27A do U.S. Securities Act of 1933, e alterações posteriores (“*Securities Act*”), e Artigo 21E do U.S. Securities Exchange Act of 1934, e alterações posteriores (“*Exchange Act*”), principalmente os Itens 3 a 5 e Item 11 deste relatório anual. Essas estimativas e declarações acerca do futuro são em sua maior parte baseadas em nossas expectativas e projeções atuais acerca de eventos futuros e tendências financeiras e setoriais que afetam nossos negócios. Essas estimativas e declarações acerca do futuro estão sujeitas a riscos, incertezas e premissas, incluindo, entre outros:

- conjuntura econômica, política e comercial em geral, no Brasil e em nossos outros mercados;
- instabilidade política, econômica ou financeira, assim como instabilidade geopolítica no exterior, especialmente à luz dos conflitos geopolíticos ao redor do mundo, como os conflitos entre Rússia e Ucrânia e entre Israel e o Hamas;
- interrupções na cadeia de suprimentos, incluindo a dependência de fornecedores-chave e a disponibilidade de matérias-primas;
- alterações das condições concorrenciais e do nível geral de demanda pelos nossos produtos;
- as expectativas e estimativas da Administração quanto ao nosso desempenho financeiro futuro, planos e programas financeiros e os efeitos da concorrência;
- riscos relacionados a regulamentações ambientais, impactos das mudanças climáticas e ao cumprimento de metas de emissão de carbono;
- os efeitos resultantes do cancelamento, modificação ou alteração no cronograma dos pedidos pelos clientes;
- o efeito sobre a nossa receita resultante da alteração de prioridades ou redução dos orçamentos de defesa da União ou de governos internacionais;
- ameaças à segurança cibernética e conformidade com regulamentações de privacidade de dados em diversas jurisdições;
- nosso nível de endividamento;
- nossos planos de investimentos de capital;
- a inflação e flutuações das taxas de câmbio;
- o impacto da volatilidade dos preços de combustível e a resposta do setor de aviação;
- nossa capacidade de desenvolver e entregar nossos produtos tempestivamente;
- disponibilidade de financiamento para os nossos clientes atuais e futuros;
- regulamentações governamentais atuais e futuras, incluindo políticas econômicas da União;
- nosso relacionamento com nossa força de trabalho;
- surto de doenças contagiosas no Brasil e em outros países; e

- outros fatores de risco, inclusive aqueles descritos em “Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco”.

As palavras “acredita”, “poderá”, “irá”, “prevê”, “estima”, “planeja”, “continua”, “antevê”, “pretende”, “espera” e palavras semelhantes contidas neste relatório anual são utilizadas para identificar estimativas e declarações acerca do futuro. Não assumimos qualquer obrigação de atualizar publicamente ou revisar qualquer das estimativas e declarações acerca do futuro em razão da ocorrência de novas informações, eventos futuros ou outros fatores. Em vista desses riscos e incertezas, os acontecimentos e circunstâncias prospectivos tratados no presente relatório anual poderão não se confirmar. Nossos resultados e desempenho efetivamente obtidos podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas e declarações acerca do futuro. Em razão dos diversos fatores, inclusive aqueles descritos em “Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco”, não se deve confiar apenas nessas estimativas e declarações acerca do futuro.

Part I

Item 1. IDENTIFICAÇÃO DOS CONSELHEIROS, DIRETORES E ASSESSORES

Não se aplica.

Item 2. ESTATÍSTICAS DA OFERTA E CRONOGRAMA ESTIMADO

Não se aplica.

Item 3. INFORMAÇÕES-CHAVE

A. [Reservado]

B. Capitalização e Endividamento

Não se aplica.

C. Razões para a Oferta e Destinação dos Recursos

Não se aplica.

D. Fatores de Risco

Esta seção tem como objetivo apresentar um resumo de discussões mais detalhadas contidas em outras partes deste relatório anual. Você deve ler e considerar cuidadosamente os riscos a seguir, juntamente com as demais informações incluídas neste relatório anual. Os riscos descritos abaixo não são os únicos aos quais estamos sujeitos. Riscos adicionais que atualmente não consideramos relevantes, ou dos quais não temos conhecimento no momento, também podem nos afetar.

Operações e Contratos Comerciais

Quaisquer acidentes ou eventos catastróficos envolvendo nossas aeronaves podem nos prejudicar.

Acreditamos que nossa reputação e o histórico de segurança de nossas aeronaves são pontos de venda importantes para nossos produtos. No entanto, a operação segura de nossas aeronaves depende, em grande parte, de vários fatores que estão fora de nosso controle, incluindo a manutenção e o reparo adequados de nossas aeronaves por parte de nossos clientes, a habilidade dos pilotos e a aderência às diretrizes operacionais. A ocorrência de um ou mais acidentes ou eventos catastróficos envolvendo uma de nossas aeronaves — incluindo, entre outros, falhas mecânicas, erro do piloto e condições climáticas extremas — poderia prejudicar nossa reputação e vendas futuras, bem como o preço de mercado de nossas ações ordinárias e *American Depositary Shares or ADSs*.

Nossas vendas de aeronaves estão sujeitas a cancelamentos e provisões de entrega reprogramada que podem reduzir nossa receita, lucratividade, backlog e fluxo de caixa futuros.

Uma parte de nossos pedidos firmes de aeronaves está sujeita a contingências significativas antes da entrega. Alguns de nossos contratos de vendas podem ser rescindidos, todo ou parte de um determinado pedido firme pode ser cancelada, por diferentes motivos, incluindo (i) atrasos prolongados na entrega da aeronave ou falha na obtenção da certificação da aeronave ou no cumprimento de marcos de desempenho e outros requisitos, (ii) falha de um cliente em honrar suas compras de aeronaves ou (iii) falhas na taxa de produção.

Nossos clientes também podem reprogramar entregas ou cancelar pedidos, principalmente durante uma recessão econômica. Em 2024, tivemos uma receita líquida de US\$5,9 milhões relacionada a multas contratuais pagas por clientes devido a cancelamentos de contratos, em comparação com a receita líquida de multas contratuais de

US\$8,2 milhões em 2023 e US\$17,8 milhões em 2022. Cancelamentos de materiais, atrasos ou reduções no número de aeronaves entregues em qualquer ano reduziriam nossas vendas e receitas e, conseqüentemente, nossa lucratividade, fluxo de caixa e backlog.

Podemos ser obrigados a reembolsar contribuições em dinheiro relacionadas à produção ou ao desenvolvimento de nossas aeronaves se determinados marcos para nossas aeronaves não forem atingidos.

Temos acordos com nossos parceiros de compartilhamento de risco, de acordo com os quais eles contribuíram para nós, em dinheiro, até 31 de dezembro de 2024, um total de US\$1.435,1 milhões desde o início do desenvolvimento das famílias de jatos EMBRAER 170/190, Phenom 100/300, Legacy 450/500 (rebatizada como Praetors) e a família de jatos E2. As contribuições em dinheiro teriam de ser reembolsadas por nós aos parceiros de compartilhamento de risco, caso não tivéssemos cumprido determinados marcos acordados. Em 2024, cumprimos todos os marcos exigidos e, com isso, o valor total das contribuições em caixa não era reembolsável.

Embora, atualmente, nenhuma contribuição em dinheiro de nossos parceiros de compartilhamento de risco seja reembolsável, podemos entrar em acordos semelhantes e, se não conseguirmos cumprir determinados marcos acordados com nossos parceiros de compartilhamento de risco, poderemos ser obrigados a reembolsar contribuições em dinheiro.

Trabalhamos com um número limitado de fornecedores importantes.

Não fabricamos todas as peças e componentes usados na produção de nossas aeronaves. Em 2024, 77,1% de nossos custos de produção consolidados nos segmentos de Aviação Comercial, Aviação Executiva e Defesa e Segurança consistiram em materiais e equipamentos comprados de nossos fornecedores, incluindo nossos parceiros de compartilhamento de riscos. Os acordos de compartilhamento de riscos são aqueles em que os fornecedores são responsáveis pelo projeto, desenvolvimento e fabricação dos principais componentes ou sistemas de nossas aeronaves. Em alguns casos, as aeronaves são projetadas especificamente para acomodar um determinado componente, que não pode ser substituído por outro fabricante sem investimentos significativos. Além disso, há apenas um número limitado de fornecedores de determinados componentes-chave de aeronaves em todo o mundo. Trabalhamos em estreita colaboração com nossos principais fornecedores a fim de mitigar qualquer risco potencial da cadeia de suprimentos, mas não podemos garantir que esses riscos, que poderiam afetar negativa e adversamente nosso desempenho operacional e financeiro, não se concretizarão.

Além disso, como resultado da recuperação econômica pós-pandemia, que resultou em um aumento global da demanda, nossos fornecedores podem não ter a capacidade de atender totalmente a essas demandas crescentes de seus clientes, incluindo nós, especialmente devido às restrições contínuas da força de trabalho do setor e a outros desafios da cadeia de fornecimento. Portanto, não podemos garantir que não seremos afetados negativamente por essa dinâmica da cadeia de suprimentos global, que ainda está afetando o setor em todo o mundo.

Qualquer redução no financiamento de clientes patrocinado pela União ou aumento no financiamento patrocinado pelo governo que beneficie nossos concorrentes pode diminuir a competitividade de nossas aeronaves.

Tradicionalmente, os fabricantes de equipamentos originais de aeronaves (*original equipment manufacturers*), ou OEMs, de tempos em tempos, recebem apoio dos governos por meio de agências governamentais de crédito à exportação, ou *export credit agencies*- ECAs, para oferecer condições de financiamento competitivas a seus clientes, especialmente em períodos de restrição de crédito no mercado tradicional de empréstimos.

O apoio oficial do governo pode constituir subsídios não oficiais que causam distorções no mercado, o que pode gerar disputas entre governos na Organização Mundial do Comércio, ou OMC. Desde 2007, um acordo conhecido como *Aircraft Sector Understanding* (ASU), desenvolvido pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), fornece diretrizes para o uso previsível, consistente e transparente do financiamento de exportação apoiado pelo governo para a venda ou o arrendamento de aeronaves civis, a fim de estabelecer um "campo de jogo nivelado". As ECAs dos países signatários são obrigadas a oferecer termos e condições não mais favoráveis do que os contidos no acordo financeiro básico da ASU ao financiar vendas de aeronaves que

concorrem com as produzidas pelos OEMs de seus respectivos países. O efeito do acordo é incentivar os compradores de aeronaves a se concentrarem no preço e na qualidade dos produtos de aeronaves oferecidos pelos OEMs, e não nos pacotes financeiros oferecidos por seus respectivos governos.

O ECA, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A., oferecem financiamento e seguro de crédito à exportação aos nossos clientes nos termos e condições exigidos pela ASU. Qualquer redução ou restrição ao programa brasileiro de financiamento à exportação e qualquer aumento nos custos de financiamento de nossos clientes para participação nesse programa, acima dos custos previstos no contrato financeiro básico da ASU, podem fazer com que a competitividade de custo de nossas aeronaves diminua. Outros fatores externos também podem afetar nossa competitividade no mercado, incluindo, entre outros, OEMs de aeronaves de países que não são signatários do acordo ASU que oferecem pacotes de financiamento atraentes ou quaisquer novos subsídios governamentais que apoiem qualquer um de nossos principais concorrentes.

De 2005, quando entregamos pela primeira vez a família de jatos EMBRAER 170/190, até 31 de dezembro de 2024, 29,8% de nossas entregas da Aviação Comercial estavam sujeitas a créditos oficiais de exportação. Nos anos encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, 42,5%, 29,7% e 31,6%, respectivamente, de nossas entregas da Aviação Comercial foram apoiadas pelo programa brasileiro de financiamento à exportação. Não podemos garantir que a União, por motivos políticos ou outros, não reduzirá ou interromperá esse tipo de financiamento para o financiamento de nossas aeronaves ou que outras fontes de financiamento estarão disponíveis para nossos clientes. A perda ou redução significativa dos fundos disponíveis para nossos clientes, sem um substituto adequado, poderia levar a uma redução nas vendas de nossas aeronaves ou a um aumento de eventuais acordos de financiamento de aeronaves.

Setor e Concorrência

Uma desaceleração em nossos principais mercados pode reduzir nossas vendas e receitas e, conseqüentemente, nossa lucratividade.

As condições de mercado têm um impacto significativo na demanda por nossas aeronaves e serviços relacionados. O mercado de aeronaves é predominantemente impulsionado por tendências de longo prazo no tráfego de passageiros e de cargas das companhias aéreas. Os principais fatores que sustentam o crescimento do tráfego a longo prazo são o crescimento econômico contínuo e a estabilidade política, tanto em mercados desenvolvidos quanto emergentes. A demanda por nossas aeronaves é ainda influenciada por uma ampla variedade de fatores, incluindo a lucratividade das companhias aéreas, a disponibilidade de financiamento para aquisição de aeronaves, políticas de comércio internacional, relações entre governos, avanços tecnológicos, preço e outros fatores competitivos, preços dos combustíveis, pandemias, epidemias e regulamentações ambientais.

Pre vemos que uma parte significativa de nossos resultados seja composta por vendas de aeronaves, que historicamente têm sido cíclicas devido a uma variedade de fatores externos e internos ao setor de viagens aéreas, incluindo condições econômicas gerais e o surto de doenças transmissíveis, que não podemos prever totalmente na data deste relatório anual.

As crises econômicas em nosso setor, podem reduzir a demanda de viagens aéreas e os gastos corporativos, bem como o investimento público em novos ativos, o que pode prejudicar nossos segmentos de Aviação Comercial, Aviação Executiva, Defesa e Segurança e Serviços e Suporte. Essas crises levaram no passado e também podem levar no futuro, a uma diminuição no volume de financiamento disponível para nossos clientes para compras de aeronaves, particularmente nos segmentos acima mencionados. Uma continuada crise econômica pode resultar em reduções adicionais nas viagens aéreas e na diminuição dos pedidos de nossas aeronaves. Nossos clientes também podem continuar a adiar ou cancelar suas compras de nossas aeronaves. Não podemos prever a magnitude ou a duração do impacto que os acontecimentos poderiam ter não só no setor dos transportes aéreos em geral, mas também nos nossos negócios em particular.

Dependemos de clientes-chave.

Em nosso segmento de Aviação Comercial, em 31 de dezembro de 2024, 90,9% de nossos pedidos firmes em backlog para os EMBRAER 175 eram da American Airlines, Republic Airlines e SkyWest Airlines. O backlog da nossa família de jatos E-Jets E2 é composto, em sua maioria, por pedidos da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., ou Azul, Porter Airlines, ou Porter, Azorra Aviation Holdings, LLC, ou Azorra, Mexicana de Aviación, ou Mexicana, e AerCap Holdings N.V., ou AerCap — pedidos que representam 78,8% dos pedidos da nossa família de jatos E-Jets E2. Acreditamos que continuaremos a depender de um número selecionado de clientes-chave, e a perda ou dificuldade em manter o relacionamento com qualquer um deles reduziria significativamente nossas vendas e participação de mercado. Além disso, nossos principais clientes poderão enfrentar dificuldades financeiras, o que poderá nos prejudicar.

No segmento de Aviação Executiva, temos sido cada vez mais reconhecidos como OEM com aeronaves confiáveis e marca e portfólio fortes, o que aumentou a demanda por nossas aeronaves. As entregas de frotas representam uma parte significativa de nosso plano de entregas e, como a maior parte da frota mundial é destinada a quatro grandes clientes, o setor de aviação executiva depende de poucos clientes, o que pode prejudicar nossos planos de entrega, especialmente para Praetors.

Em nosso segmento de Defesa e Segurança, acreditamos que somos o maior fornecedor de aeronaves de defesa e serviços relacionados para as Forças Armadas brasileiras. Em 31 de dezembro de 2024, 37,5% das aeronaves KC-390 em backlog haviam sido encomendadas pela Força Aérea Brasileira. Além disso, temos expandido nosso backlog internacionalmente: em 31 de dezembro de 2024, 62,5% das aeronaves KC-390 Millennium em nosso backlog de pedidos firmes eram destinadas a clientes globais, sendo os principais Holanda, Áustria, Portugal e Coreia do Sul, que representavam 46,9% do backlog de pedidos firmes do KC-390 Millennium. No entanto, não podemos garantir que nossos clientes globais continuarão adquirindo nossas soluções de defesa no futuro, em especial no que diz respeito ao KC-390, que representa a maior fonte de receita da Embraer Defesa & Segurança na data deste relatório anual.

Podemos enfrentar uma série de desafios resultantes do desenvolvimento de novos produtos e da possível busca de oportunidades e transações estratégicas.

Não podemos garantir que nossos produtos serão aceitos por nossos clientes e pelo mercado e, se algum de nossos novos produtos não atender às expectativas dos clientes ou à demanda do mercado, nossos negócios serão afetados negativamente. Além disso, à medida que continuamos a desenvolver novos produtos, talvez seja necessário realocar os recursos existentes e coordenar com novos fornecedores e parceiros de compartilhamento de riscos. Por fim, os custos excedentes e os atrasos no desenvolvimento e na entrega de novos produtos nos afetariam negativamente.

Podemos buscar oportunidades e transações estratégicas, assim como fizemos no passado, incluindo joint ventures, parcerias, aquisições ou alienações. Podemos enfrentar uma série de desafios, inclusive dificuldades para identificar parceiros adequados, assimilar ou nos adaptar às operações e ao pessoal de nossos parceiros ou alvos, manter padrões e controles internos, bem como desviar o foco de nossa gerência de nossos negócios em andamento.

Por exemplo, possuímos 83,7% da Eve UAM, LLC, ou EVE, que é responsável pelo desenvolvimento da solução de mobilidade aérea urbana (“*Urban Air Mobility - UAM*”) da EVE, por meio do projeto e produção de aeronaves eVTOL, serviço e suporte, operações de frota e gerenciamento de tráfego aéreo urbano. Os resultados esperados a longo prazo dessa operação estão sujeitos a riscos, como o estabelecimento do mercado de UAM, a adoção pelos consumidores de uma forma totalmente nova de mobilidade oferecida pelas aeronaves eVTOL e pelo mercado de UAM, o possível desempenho inferior das soluções de UAM desenvolvidas pela Eve Holding, Inc., ou Eve Holding, incluindo as aeronaves eVTOL, dificuldades relacionadas à certificação de produtos, licenciamento e autorização governamental, entre outros. Além disso, como detemos uma parcela significativa das ações da EVE, quaisquer desafios relacionados aos negócios ou à operação da EVE podem nos prejudicar.

Não podemos garantir que seremos capazes de enfrentar os desafios relacionados a oportunidades e transações estratégicas, nem que nossas estimativas de longo prazo com relação a perspectivas, operações, potencial

de crescimento, integração e outros fatores relacionados a essas oportunidades estratégicas se concretizarão. Dessa forma, não podemos garantir que nossos negócios ou o preço de negociação de nossas ações ordinárias ou ADSs não serão afetados em decorrência de oportunidades ou transações futuras ou da percepção dos mercados a esse respeito.

Enfrentamos riscos por sermos uma empresa global e operarmos em indústrias globais, o que pode nos afetar adversamente.

Conduzimos nossas operações em diversas jurisdições. A conformidade com leis e regulamentos, incluindo leis e sanções anticorrupção e antilavagem de dinheiro, é uma de nossas prioridades nos países onde operamos. Se não conseguirmos manter controles internos adequados e eficazes, talvez não consigamos identificar prontamente violações de normas legais, regulamentares, contábeis, de governança ou éticas, especialmente levando em conta o número de contratos com clientes e fornecedores estrangeiros. O não cumprimento dessas regras e regulamentos pode levar a processos legais e administrativos, investigações, penalidades financeiras e perda de licenças, afetando negativamente nossa reputação e nossos resultados operacionais.

Além disso, uma parcela significativa de nossas receitas provém de clientes localizados fora do Brasil, representando 91,7% de nossas receitas em 2024, e esperamos que as vendas a clientes estrangeiros continuem a representar uma parcela significativa de nossa receita em um futuro próximo. Nossa produção e cadeia de fornecimento estão espalhadas globalmente, com peças fabricadas em um ou mais países e montadas em outro, o que nos deixa sujeitos aos riscos de fazer negócios internacionalmente.

Alguns desses riscos incluem: (i) medidas protecionistas adotadas pelos governos de países específicos, (ii) mudanças no ambiente de comércio global, incluindo cotas, tarifas, penalidades, subsídios ou exigências de conteúdo local, que podem aumentar nossos custos de produção e afetar nossa capacidade de competir em igualdade de condições no mercado para nossos produtos, (iii) mudanças nas exigências regulatórias, (iv) mudanças nas regulamentações e políticas governamentais dos EUA e de outros países, (v) mudanças nas regulamentações e políticas governamentais dos Estados Unidos e de outros países, (vi) imposição de sanções, restrições de fornecimento ou comerciais, (vii) conformidade com várias leis e regulamentações não brasileiras e não americanas e exposição a um número significativo de contratos de fornecimento e de clientes regidos por leis que não sejam as leis brasileiras ou as leis federais ou estaduais dos Estados Unidos.

Por exemplo, discussões sobre a imposição ou aumento de tarifas sobre produtos importados para os Estados Unidos da América vêm ocorrendo desde a campanha eleitoral do Presidente Donald Trump. Após sua posse, o Presidente Trump aumentou tarifas comerciais sobre parceiros comerciais estratégicos dos EUA, incluindo México e Canadá, e impôs tarifas significativas sobre uma ampla gama de importações, como determinados produtos da China e importações de aço e alumínio de diversos países. Além disso, o governo norte-americano manifestou interesse em implementar tarifas recíprocas sobre parceiros comerciais, o que poderia impactar o Brasil devido à sua relação comercial com os Estados Unidos da América. No entanto, até a data deste relatório anual, nenhuma lei ou ordem executiva dos EUA impôs tarifas adicionais especificamente sobre produtos brasileiros. Embora o impacto potencial de tais medidas sobre nossas operações seja incerto, uma tarifa ampla sobre importações brasileiras para os Estados Unidos da América provavelmente causaria interrupções em nossa cadeia de suprimentos e operações nos EUA.

Além disso, o setor de defesa e segurança está sujeito a requisitos de conformidade comercial, bem como a regras e regulamentos de controle de exportação. Nossos produtos de defesa e segurança são afetados principalmente pelas regras e regulamentações norte-americanas e europeias sobre conformidade comercial e controles de exportação. Dessa forma, se qualquer um desses governos, ou os governos dos países onde temos operações, decidir impor restrições às atividades comerciais e de exportação, talvez não possamos vender ou entregar aeronaves a alguns países por um período, o que pode prejudicar nossos resultados operacionais e nossa condição financeira.

Como conduzimos nossas operações em várias jurisdições, a conformidade com leis e regulamentos, inclusive leis anticorrupção e antilavagem de dinheiro e sanções, é uma de nossas prioridades nos países em que fazemos negócios. Podemos não ser capazes de identificar prontamente violações de normas legais, regulamentares, contábeis, de governança ou éticas, especialmente levando em conta o número de contratos com clientes e fornecedores estrangeiros. O não cumprimento dessas regras e regulamentos pode levar a processos legais e administrativos,

investigações, penalidades financeiras e perda de licenças, afetando negativamente nossa reputação e nossos resultados operacionais.

Estamos sujeitos a uma concorrência significativa.

O setor mundial de fabricação de aeronaves comerciais é altamente competitivo, com um número muito limitado de OEMs e fornecedores. Embora tenhamos alcançado uma participação de mercado significativa para nossos produtos de aeronaves comerciais, não podemos garantir que seremos capazes de mantê-la. Para permanecer competitivo no mercado de fabricação de aeronaves comerciais a longo prazo, devemos continuar a fazer melhorias tecnológicas, de eficácia e desempenho para nossas aeronaves.

O setor de aviação executiva tem um índice de fidelidade notavelmente alto, com clientes que tendem a manter seus fornecedores conhecidos, o que é uma barreira de entrada para concorrentes em ascensão. Como um participante relativamente novo no mercado de jatos executivos, enfrentamos uma concorrência significativa de empresas com históricos operacionais mais longos e reputações estabelecidas no setor. Alguns de nossos concorrentes no mercado de jatos executivos têm um histórico mais longo e uma base de clientes mais estabelecida. Não podemos garantir que continuaremos a aumentar nossa participação de mercado no segmento de aviação executiva, ou que não experimentaremos uma redução em nossa participação de mercado atual neste segmento, especialmente levando em consideração o crescimento e os investimentos dos concorrentes e as limitações contínuas em nossa capacidade da cadeia de suprimentos.

O setor de defesa e segurança em geral é afetado por fatores geopolíticos, uma vez que os países soberanos têm poder de decisão sobre como, quando e quanto investir em equipamentos militares. Dessa forma, nem sempre as melhores soluções técnicas e comerciais são escolhidas por esses países soberanos, devido aos diversos fatores geopolíticos envolvidos em seu processo de tomada de decisão.

Além disso, medidas protecionistas adotadas pelos governos de países específicos podem nos afetar adversamente. Nossa produção é distribuída globalmente, com peças fabricadas em um ou mais países e montadas em outro, e como resultado quaisquer limitações ao comércio, incluindo cotas, tarifas, subsídios ou requisitos de conteúdo local, podem aumentar nossos custos de produção e afetar nossa capacidade de competir em termos iguais no mercado por nossos produtos.

Regulamentação, Compliance e Jurídico

Violações de propriedade intelectual podem nos afetar adversamente.

Estamos sujeitos às leis que regulam patentes, direitos autorais, marcas e segredos comerciais, bem como aos acordos celebrados com nossos empregados, clientes, fornecedores e outras partes para constituir e manter nossos direitos de propriedade intelectual sobre a tecnologia e os produtos utilizados em nossas atividades. Apesar dos nossos esforços para protegê-los, quaisquer de nossos direitos de propriedade intelectual, diretos ou indiretos, podem ser contestados, invalidados ou burlados. Além disso, embora acreditemos estar respeitando os direitos de propriedade intelectual conferidos a terceiros, podemos vir a ser acusados e sofrer ações relativas à violação desses direitos no futuro. Tais ações podem lesar nossa reputação, sujeitar-nos ao pagamento de multas e sanções e impedir-nos de oferecer determinados produtos ou serviços. Quaisquer ações ou disputas judiciais nesse sentido, independentemente de ganharmos ou perdermos a ação, podem ser demoradas e custosas, bem como podem lesar nossa reputação e/ou exigir que celebremos contratos de licenciamento. Podemos não conseguir celebrar tais contratos de licenciamento em termos aceitáveis. Se perdemos uma ação de violação de direitos de propriedade intelectual, estaremos sujeitos a medida liminar para deixarmos de infringir tais direitos, o que pode nos afetar adversamente, bem como afetar adversamente nossas pesquisas e/ou produção.

Mudanças nas políticas fiscais e nas leis tributárias brasileiras podem ter um efeito adverso em nossa condição financeira e nos resultados operacionais. Além disso, gozamos de determinados benefícios fiscais e outros benefícios concedidos pelo governo e a suspensão, cancelamento ou não renovação de tais benefícios pode nos prejudicar de maneira relevante.

O governo brasileiro tem implementado com frequência e pode continuar a implementar mudanças em suas políticas fiscais, incluindo, entre outras, alíquotas de impostos, taxas, encargos setoriais e, ocasionalmente, a cobrança de contribuições temporárias. Podem ocorrer mudanças nas leis tributárias e na interpretação das leis tributárias pelas autoridades fiscais e tribunais brasileiros, o que pode resultar em aumentos de impostos e revogação de isenções fiscais.

A reforma tributária brasileira sobre os impostos sobre o consumo foi aprovada pelo Congresso Nacional e agora está prevista para entrar em vigor gradualmente entre 2027 e 2032, pendente da resolução de certas questões administrativas.

Ainda assim, os legisladores brasileiros continuam debatendo uma reforma tributária abrangente, focada na legislação do imposto de renda, que pode incluir o aumento de impostos e alíquotas de contribuição existentes, a revogação das isenções de imposto de renda sobre a distribuição de lucros e dividendos e outras alterações relacionadas aos juros sobre o capital próprio. Por exemplo, o governo brasileiro submeteu recentemente ao Congresso Nacional um projeto de lei que sujeitaria os lucros e dividendos distribuídos a determinados acionistas brasileiros e a quaisquer acionistas estrangeiros à incidência de imposto de renda retido na fonte à alíquota de 10%. A aprovação dessas propostas legislativas ou mudanças nas políticas fiscais, leis tributárias e interpretações podem afetar nossas obrigações tributárias e podem ter um efeito adverso relevante sobre nossa condição financeira e resultados, bem como sobre os investimentos em nossas ADSs.

Assim como outras companhias brasileiras de diversos setores, recebemos determinados benefícios fiscais e outros benefícios do governo, inclusive incentivos relativos às nossas atividades de exportação e pesquisa e desenvolvimento. Para aproveitar os benefícios fiscais, devemos atender a certos requisitos, como fazer investimentos em pesquisa e desenvolvimento, registrar lucros tributáveis, entre outros. Para mais informações, vide “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - A. Resultados Operacionais - Incentivos Fiscais.” Para a reconciliação dos impostos efetivos, vide a Nota Explicativa 23.3 das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de 2024, incluídas neste relatório anual.

Além disso, esses incentivos podem ser cancelados ou suspensos pela União a qualquer momento sem aviso prévio, e a manutenção de tais planos de incentivo pela União depende de fatores que não podemos controlar ou prever. Não podemos garantir que tais incentivos serão mantidos ou renovados ou que seremos capazes de obter novos incentivos.

Estamos sujeitos a rígidas exigências regulatórias e de certificação, que podem nos afetar adversamente.

Nossos produtos de aviação civil estão sujeitos a regulamentos no Brasil e em cada país onde nossos clientes estão localizados. A Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”), bem como as autoridades dos países em que nossos clientes estão localizados, mais notadamente a *Federal Aviation Administration* (“FAA”) e a *European Aviation Safety Agency* (“EASA”), devem certificar nossos produtos de aviação civil antes que possamos entregá-los aos nossos clientes. Não podemos garantir que conseguiremos obter a certificação de nossas aeronaves em tempo hábil ou de modo geral. Além disso, o cumprimento das exigências de autoridades regulatórias pode ser um processo demorado e custoso. Se não obtivermos os devidos certificados da autoridade de aviação competente para qualquer de nossas aeronaves, tal autoridade poderá proibir o registro da aeronave em sua jurisdição até a obtenção do certificado. Mudanças em regulamentos do governo e em procedimentos de certificação também podem atrasar o início de nossa produção, bem como o lançamento de um novo produto em um novo mercado. Apesar dos esforços contínuos para cumprir rigorosamente todas as exigências de certificação de aviação e demais exigências regulatórias, não podemos prever como futuras leis ou mudanças na interpretação, administração ou aplicação de tais leis nos afetarão. Podemos ser obrigados a incorrer custos adicionais significativos para cumprir tais leis e/ou responder a tais mudanças.

Controles Internos

Nossa capacidade de evitar violações de normas legais, regulatórias, contábeis, éticas ou de governança pode ser prejudicada se não conseguirmos manter controles internos adequados e eficazes, o que pode prejudicar nossos resultados operacionais, nossa capacidade de operar nossos negócios e nossa reputação.

Não podemos garantir que nossas subsidiárias não identificarão deficiências significativas ou falhas materiais em seus controles internos, nem que não haverá falhas materiais ou deficiências significativas em nossos controles internos sobre relatórios financeiros no futuro. As fraquezas materiais ou deficiências significativas identificadas no nível de nossas subsidiárias podem resultar em fraquezas materiais ou deficiências significativas em nossos controles internos.

Nossa incapacidade de manter controles internos eficientes sobre relatórios financeiros pode inibir seriamente nossa capacidade de relatar com precisão nossa condição financeira, resultados de operações ou fluxos de caixa. Além disso, talvez não consigamos evitar ou detectar uma distorção relevante em nossas demonstrações financeiras em tempo hábil ou de forma alguma. Tais distorções podem resultar em uma futura reformulação de nossas demonstrações financeiras, que podem fazer com que deixemos de cumprir nossas obrigações de relatório ou ter um efeito adverso relevante sobre nossa condição financeira e resultados operacionais.

Trabalho e Mão de Obra

Podemos não dispor de empregados qualificados suficientes.

Periodicamente, há no setor aeronáutico uma forte concorrência por empregados qualificados, particularmente engenheiros. Podemos não conseguir recrutar e reter o número necessário de engenheiros e outros empregados qualificados. A falha em coordenar nossos recursos oportunamente ou atrair e reter empregados qualificados, pode desacelerar nossos esforços de desenvolvimento e causar atrasos na produção e entrega de aeronaves, o que pode nos afetar adversamente.

Restrições de cláusula de escopo (scope clause) em contratos de pilotos de companhias aéreas podem limitar a demanda por aeronaves comerciais no mercado dos Estados Unidos.

Um fator limitante-chave na demanda por jatos regionais é a existência das cláusulas de escopo (*scope clauses*) previstas nos contratos de pilotos de companhias aéreas. Essas *scope clauses*, mais comuns na América do Norte, mas também existentes em outras importantes regiões, inclusive na Europa, são negociadas pelas companhias aéreas e os sindicatos de pilotos, normalmente a cada três anos, impondo restrições sobre: (i) o número de aeronaves que uma operadora regional pode operar; (ii) o número de assentos em uma aeronave que uma operadora regional pode operar; e (iii) o peso da aeronave que uma operadora regional pode operar.

As rodadas mais recentes de negociações relacionadas às *scope clauses* entre as principais operadoras dos Estados Unidos da América foram concluídas em 2023 sem alterações significativas. Assim, nossas oportunidades de crescimento num futuro próximo no mercado de jatos regionais nos Estados Unidos, na categoria de jatos com 76 assentos, podem estar limitadas. Nesse contexto e considerando que os Estados Unidos da América são o mercado mais importante para a aeronave EMBRAER 175, em 25 de fevereiro de 2025, anunciamos uma pausa adicional de quatro anos no desenvolvimento do jato E175-E2, além da pausa anterior anunciada em 18 de fevereiro de 2022. Não podemos garantir que as atuais restrições serão reduzidas ou não aumentarão, inclusive por meio de aditamento dessas *scope clauses* para abranger aeronaves comerciais maiores.

A oferta de pilotos no setor de companhias aéreas pode ser limitada.

Regulamentações da FAA podem prejudicar a oferta de candidatos a piloto qualificados e habilitados para serem contratados pelas companhias aéreas. Um primeiro oficial em operações domésticas nos Estados Unidos deve portar licença de piloto de transporte de linha aérea e habilitação de tipo para pilotar a aeronave. A licença de piloto de transporte de linha aérea exige que o piloto tenha 23 anos e um total de 1.500 horas de voo. Devido a essas exigências, pode haver uma escassez contínua de novos pilotos que atendam ao requisito de experiência, afetando

principalmente as operadoras regionais, que geralmente são a porta de entrada para pilotos novos (espera-se que as principais companhias aéreas contratem muitos dos pilotos experientes).

Para atenuar essa questão, determinadas companhias aéreas, por exemplo a American Airlines, a Jet Blue, e a United Airlines, especialmente nos Estados Unidos da América, têm adotado medidas internas, inclusive, entre outras, a criação de programas para pilotos profissionais e a prestação de alternativas financeiras. Embora acreditemos que esses esforços tenham, por ora, tratado substancialmente a questão, qualquer dificuldade futura para recrutar, treinar e reter pilotos qualificados pode afetar de maneira relevante as operações dos nossos clientes.

Cibersegurança

A falta de proteção adequada contra riscos relacionados à cibersegurança pode nos afetar de forma significativa e adversa.

Nós, assim como todas as organizações empresariais, estamos sujeitos a uma grande variedade de ameaças cibernéticas, com diferentes níveis de sofisticação. As técnicas e ferramentas usadas nas ameaças cibernéticas podem evoluir rapidamente e incluir novas tecnologias, como automação avançada e inteligência artificial. Essas ameaças cibernéticas podem ser um risco de confidencialidade, disponibilidade e integridade de nossos sistemas e dados, inclusive dados confidenciais, sigilosos ou pessoais de nossos clientes.

Mantemos controles técnicos de segurança abrangentes, mecanismos de aplicação de políticas, sistemas de monitoramento e supervisão para lidar com essas ameaças. Mesmo que essas medidas tenham sido elaboradas para prevenir, detectar e responder a atividades não autorizadas em nossos sistemas, certos tipos de ameaça, inclusive ataques cibernéticos, podem ter um efeito adverso relevante em nosso negócio e reputação. Um ataque cibernético bem-sucedido pode resultar na indisponibilidade de nossos serviços, no vazamento ou no comprometimento da integridade das informações e pode causar a perda de quantidades significativas de dados de clientes, outras informações confidenciais e perdas financeiras, bem como danos à nossa reputação, afetando diretamente nossos clientes e parceiros comerciais. Por exemplo, em 24 de novembro de 2020, sofremos um incidente de cibersegurança em nossos sistemas de TI, que mais tarde foi identificado como um ataque de *ransomware*. Imediatamente após o incidente, empregamos recursos de TI e Cibersegurança significativos, tomamos medidas para proteger e fortalecer a segurança de nossos sistemas, isolamos o ambiente afetado e reparamos nossa rede.

Além disso, alguns de nossos parceiros comerciais e nossos fornecedores, têm acesso limitado a informações confidenciais e estratégicas sobre os nossos projetos e dados de engenharia. Como muitos desses fornecedores enfrentam ameaças de segurança semelhantes, qualquer ataque a seus sistemas pode resultar em acesso não autorizado a nossos sistemas ou dados.

Apesar de nossos controles de segurança e medidas para prevenir a violação de nossos sistemas, não podemos garantir que outros ataques cibernéticos ou violações semelhantes não acontecerão no futuro.

Utilizamos inteligência artificial, o que pode nos expor a responsabilidades ou prejudicar nossas atividades comerciais.

Utilizamos, e continuamos explorando, o uso de inteligência artificial, ou IA, em conexão com nossos negócios, produtos e serviços. No entanto, a regulamentação da IA está evoluindo rapidamente em todo o mundo, à medida que legisladores e reguladores passam a focar cada vez mais nessas tecnologias emergentes e poderosas. As tecnologias que fundamentam a IA e seus usos estão sujeitas a uma variedade de leis e regulamentações, incluindo propriedade intelectual, privacidade, proteção de dados e segurança da informação, proteção ao consumidor, concorrência e leis de igualdade de oportunidades, e espera-se que passem a estar sujeitas a outros regulamentos, novas legislações ou novas interpretações das leis e os regulamentos atuais. A IA é objeto de análise contínua por diversos órgãos governamentais e regulatórios ao redor do mundo, e várias jurisdições já estão aplicando ou considerando aplicar suas leis de moderação de plataformas, cibersegurança e proteção de dados à IA, ou ainda desenvolvendo marcos jurídicos específicos para essa tecnologia.

A regulamentação da IA foi incluída na lista de prioridades do Senado Federal para 2024, culminando na aprovação do Projeto de Lei nº 2.338/23 em 10 de dezembro de 2024. O projeto estabelece normas nacionais gerais para o desenvolvimento, implementação e uso responsável de sistemas de IA no Brasil, introduzindo exigências de conformidade, padrões de responsabilidade civil e restrições de uso, incluindo um modelo regulatório baseado em risco que exige avaliações preliminares para classificar os sistemas de IA de acordo com seu nível de risco, supervisão humana reforçada para aplicações de alto risco e penalidades significativas para violações. O projeto seguirá agora para deliberação e aprovação na Câmara dos Deputados. Caso seja aprovado, poderá impor encargos adicionais de conformidade, estabelecer marcos de responsabilidade ou exigir medidas específicas de transparência e responsabilização no uso de sistemas de IA por nossa parte.

Talvez não sejamos capazes de antecipar como reagir a essas leis e regulamentações em constante evolução, e poderemos precisar investir recursos para ajustar nossas soluções em determinadas jurisdições caso os marcos legais e regulatórios sejam inconsistentes entre si. Além disso, como a tecnologia de IA é altamente complexa e está em rápido desenvolvimento, não é possível prever todos os riscos legais ou regulatórios que podem surgir em relação ao seu uso. Caso leis e regulamentos relacionados à IA sejam implementados, interpretados ou aplicados de maneira incompatível com nossas práticas ou políticas atuais, tais leis e regulamentos poderão prejudicar nosso uso de IA e nossa capacidade de fornecer e aprimorar nossos serviços, exigir medidas adicionais de conformidade e alterações em nossas operações e processos, ou resultar em aumento dos custos de conformidade e possíveis elevações em ações civis contra a companhia, qualquer dos quais poderá prejudicar nossos resultados operacionais, condição financeira e perspectivas.

Práticas Ambientais, Sociais e Governança

Estamos sujeitos a riscos de danos ao ambiente, saúde e segurança.

Nossos produtos, bem como nossas atividades de produção e serviços, estão sujeitos a leis e regulamentos em cada um dos países em que operamos. Tais leis regulam o desempenho ou conteúdo do produto, uso de energia, emissões de gases de efeito estufa, qualidade do ar, poluição da água, poluição sonora, manejo de substâncias perigosas, riscos à saúde humana em virtude da exposição a materiais tóxicos ou perigosos e a correção da contaminação do solo e lençol freático, e outras questões.

Além disso, regulamentos ambientais sobre mudanças climáticas, inclusive normas sobre as emissões de CO₂ adotadas pela International Civil Aviation Organization (“ICAO”), são um dos principais impulsionadores de investimentos em pesquisa e desenvolvimento do setor aeroespacial global, já que podem afetar as preferências dos consumidores. Podemos incorrer custos adicionais para aprimorar ou para criar novos programas de compliance em cumprimento das exigências regulatórias ambientais. Atualmente mantemos diversos programas abrangentes para reduzir os efeitos de nossas atividades sobre o meio ambiente. Para mais informações, vide “Item 4. Informações sobre a Companhia—D.Propriedade, Instalações e Equipamento”.

Além disso, nossos produtos e serviços estão sujeitos a leis e regulamentos sobre a saúde e segurança, bem como substâncias e preparações. Nos esforçamos para manter os mais elevados padrões de qualidade e acompanhamos de perto as alterações em leis e regulamentos, efetivadas ou propostas, com o objetivo de adaptar, redesenhar, redesarrollar, recertificar ou eliminar nossos produtos para garantir o cumprimento das leis. Podem ocorrer apreensões de produtos não conformes e podemos incorrer em penalidades. Em caso de acidente ou incidente grave com produto, podemos ser obrigados a realizar investigações e instituir medidas corretivas e preventivas.

As mudanças climáticas podem ter efeitos adversos em nossos negócios e em nossa condição financeira.

Os riscos relacionados às mudanças climáticas estão ganhando cada vez mais relevância social, regulatória, econômica e política, tanto no Brasil quanto internacionalmente. Novas regulamentações relacionadas às mudanças climáticas podem afetar nossas operações e estratégia de negócios, levando-nos a incorrer em custos financeiros resultantes de: (i) riscos físicos; e (ii) riscos de transição, incluindo litígios climáticos. Os riscos climáticos físicos são aqueles decorrentes de mudanças no tempo e no clima que afetam a economia, incluindo o aumento da temperatura média global, que pode causar a elevação do nível do mar e riscos climáticos agudos causados por desastres naturais, incluindo, entre outros, enchentes, incêndios e furacões. Esses desastres podem prejudicar nossas

operações, as de nossos clientes e parceiros de negócios, inclusive prejudicando os serviços de voo e a circulação de aeronaves. Além disso, os riscos físicos podem causar volatilidade no mercado e prejudicar o preço de negociação de nossas ADSs. Além disso, nossas instalações e operações também podem sofrer danos físicos devido a eventos climáticos severos, o que pode representar aumento dos custos operacionais.

Os riscos climáticos de transição são aqueles que surgem da transição para uma economia de baixo carbono. Esperamos que o mercado possa enfrentar acontecimentos significativos e rápidos em termos de novas tecnologias, políticas, demandas legais e regulatórias capazes de impactar nossas atividades e o valor de nossos ativos.

Os efeitos dos riscos climáticos físicos e transitórios também podem representar perdas para nossos clientes e parceiros comerciais, afetando sua lucratividade e sua capacidade de cumprir suas obrigações.

Se não identificarmos e incorporarmos adequadamente os riscos associados à mudança climática em nossa estrutura de risco para medir, gerenciar e divulgar adequadamente os vários riscos financeiros e operacionais que podem resultar da mudança climática, ou se não conseguirmos adaptar nossa estratégia e modelo de negócios a um ambiente regulatório e de mercado em constante mudança, poderemos enfrentar um impacto adverso relevante em nossas taxas de crescimento de negócios, competitividade, lucratividade, requisitos de capital e condição financeira.

Podemos não ser capazes de atingir nossas metas de emissões de carbono ou progredir em outras iniciativas ambientais, sociais e de governança.

Em agosto de 2021, anunciamos nossa intenção de atingir a neutralidade de carbono em nossas operações até 2040, reduzindo as emissões de Escopo 1 e 2 em pelo menos 50%. Este compromisso baseia-se principalmente na compra de Combustíveis de aviação sustentável, ou SAF, eletricidade de fontes renováveis e compensações de carbono. Nossas estimativas sobre o tempo e o custo de implementação de nossas metas estão sujeitas a vários riscos e incertezas, como baixa disponibilidade de SAF, especialmente no Brasil, onde a maioria das operações está concentrada, e variações nos preços de combustíveis, energia e compensação. Estamos definindo nossas estratégias e novos produtos visando uma aviação de emissões líquidas zero até 2050. Para reforçar esse compromisso, assinamos em 2021 com outros representantes do setor aeroespacial, o compromisso “Fly Net Zero”. Este objetivo será apoiado por medidas de eficiência acelerada, transição energética e inovação em todo o setor da aviação e em parceria com governos em todo o mundo.

Também nos comprometemos com determinadas metas de diversidade, inclusão e educação, como ter 50% de contratações diversas em todos os novos programas de nível básico até 31 de dezembro de 2025; garantir o acesso de mais de 80% dos alunos das escolas de ensino médio da Embraer para universidades públicas; ter 20% de mulheres em cargos da alta liderança até 31 de dezembro de 2025, entre outros. Também estamos sujeitos a determinadas obrigações legais relacionadas ao cumprimento de metas de diversidade, equidade e inclusão.

Não podemos assegurar que nossas metas e compromissos ambientais, sociais e de governança, ou ESG, bem como quaisquer obrigações relacionadas a ESG, serão alcançados, uma vez que dependem de diversos fatores sobre os quais não temos influência ou controle.

Riscos Geopolíticos e Macroeconômicos

A situação política e econômica no Brasil poderá ter um impacto direto em nosso negócio e no valor de mercado de nossas ações ordinárias e ADSs.

A União tem interferido com frequência na economia brasileira e ocasionalmente tem realizado mudanças drásticas nas políticas e regulamentos. As medidas da União para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicam, entre outros, em aumento das taxas de juros, mudanças das políticas fiscais, controle de preços, controle de remessas e controle cambial, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações. Nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais e preço de nossas ações ordinárias e ADSs podem ser prejudicados por mudanças em políticas ou normas municipais, estaduais ou federais que envolvam ou afetem:

- as taxas de juros;
- a variação cambial;
- a política monetária;
- a inflação;
- a liquidez dos mercados de capital e financeiro;
- as políticas fiscais;
- as normas trabalhistas;
- a escassez e racionamento de água e energia; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza sobre se a União implementará mudanças na política, regulamentação ou legislação cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade dos mercados de valores mobiliários brasileiros. Essas incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente nossas atividades e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais, e também podem afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações ordinárias e ADSs. Não podemos prever quais políticas a União adotará ou se essas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso sobre nós ou a economia brasileira.

Esses fatores são agravados pelo fato de que nossos resultados operacionais e condição financeira foram e continuarão a ser afetados pela taxa de crescimento do PIB brasileiro. As taxas de crescimento do PIB brasileiro têm oscilado nos últimos anos, com uma contração de 4,1% em 2020, seguida por expansões de 4,6% em 2021, 2,9% em 2022, 2,5% em 2023 e 3,4% em 2024. O relatório Focus, um resumo das expectativas de mercado coletadas pelo Banco Central do Brasil e divulgado em 21 de março de 2025, indicou que o consenso dos economistas brasileiros era de crescimento de 1,98% do PIB brasileiro em 2025. O crescimento do PIB brasileiro é limitado por infraestrutura inadequada, incluindo potenciais déficits energéticos e deficiências nos setores de transporte, logística e telecomunicações, greves gerais, a falta de mão de obra qualificada e a escassez de investimentos privados e públicos nessas áreas, os quais limitam a produtividade e a eficiência. Qualquer um desses fatores pode levar à volatilidade no mercado de trabalho e impactar, de forma geral, a renda, o poder de compra e os níveis de consumo, o que pode limitar o crescimento e, em última instância, ter um efeito adverso relevante sobre o uso de nossos produtos e serviços.

Instabilidade política pode prejudicar de maneira relevante os nossos negócios e resultados operacionais e o preço de nossas ações ordinárias e instrumentos de dívida.

Historicamente, o cenário político do Brasil influenciou, e continua a influenciar, o desempenho da economia brasileira. Crises políticas afetaram e ainda afetam a confiança dos investidores e do público em geral, o que resultou na desaceleração econômica e maior volatilidade dos títulos emitidos por companhias brasileiras. A instabilidade política e a incerteza quanto aos acontecimentos políticos e às políticas que o governo brasileiro pode adotar ou alterar podem ter efeitos adversos relevantes sobre o ambiente macroeconômico no Brasil, bem como sobre as operações e o desempenho financeiro das empresas que operam no Brasil, inclusive a nossa.

A inflação e os esforços do governo para conter a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica e para o aumento da volatilidade nos mercados de títulos brasileiros e internacionais e, conseqüentemente, podem nos prejudicar.

No passado, a inflação e a volatilidade da taxa de juros causaram efeitos adversos relevantes na economia brasileira e global. Aumentos repentinos nos preços e longos períodos de inflação alta podem causar, entre outros efeitos, perda de poder aquisitivo e distorções na alocação de recursos na economia.

No Brasil, a inflação e certas medidas tomadas pelo Banco Central para controlá-la tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira. O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) registrou inflação de 6,5% em 2024, em comparação com deflação de 3,2% em 2023 e inflação de 5,5% em 2022. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou taxas de inflação de 4,8% em 2024, 4,6% em 2023 e 5,8% em 2022. As medidas para conter as altas taxas de inflação incluem um aperto na política monetária, com um aumento nas taxas de juros, resultando em restrições ao crédito e à liquidez de curto prazo.

O Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (COPOM) é o órgão responsável por definir a taxa básica de juros da economia brasileira, conhecida como taxa SELIC. O COPOM frequentemente ajusta as taxas de juros básicas oficiais em situações de incerteza econômica para atender às metas econômicas estabelecidas pela União. Após atingir o mínimo histórico de 2,0% em agosto de 2020, o COPOM começou a aumentar as taxas de juros em março de 2021 e, como resultado, a taxa SELIC atingiu 9,25% em dezembro de 2021 e 13,75% em dezembro de 2022. Em agosto de 2023, o Banco Central do Brasil iniciou o ciclo de cortes na taxa SELIC como resultado da desaceleração da inflação, e a taxa foi fixada em 10,50% em maio de 2024. No entanto, a retomada das pressões inflacionárias — impulsionadas em parte por preocupações fiscais decorrentes de déficits orçamentários persistentes e aumento dos gastos públicos — levou o Banco Central a reverter sua política e retomar os aumentos da taxa de juros em setembro de 2024, com a SELIC atingindo 12,25% em dezembro de 2024. Na data deste relatório anual, a taxa SELIC está em 14,25% ao ano, refletindo os desafios de controle da inflação em meio a uma economia aquecida, níveis historicamente baixos de desemprego e desequilíbrios fiscais que exigem uma política monetária mais restritiva para manter a estabilidade econômica.

No cenário internacional, a inflação atingiu níveis recordes nos últimos anos. Nos Estados Unidos, a inflação ao consumidor, medida pelo U.S. *Consumer Price Index* (CPI), atingiu o pico de 6,5% em 2022, desacelerando para 3,4% em 2023 e 2,9% em 2024. De forma semelhante, na Europa, a inflação ao consumidor, medida pelo *Harmonised Index of Consumer Prices* (HICP), foi de 9,2% em 2022, 2,9% em 2023 e 2,4% em 2024. O aumento da inflação levou os bancos centrais a reverterem as fortes políticas de estímulo implementadas durante a pandemia da COVID-19. O Banco Central Europeu elevou as taxas de juros de -0,5% em 2021 para 2,0% em 2022, atingindo um pico de 4,5% em 2023. O *Federal Reserve* também aumentou as taxas de 0,08% em 2021 para 4,33% em 2022 e 5,33% em 2023. No entanto, em 2024, ambos os bancos centrais iniciaram uma reversão gradual dessas políticas, com o Banco Central Europeu reduzindo as taxas para 3,5% e o Fed reduzindo a taxa dos federal funds para uma faixa de 4,25% a 4,5% até o final do ano. Esses movimentos foram motivados pela moderação da inflação, desaceleração do crescimento econômico e alívio nas pressões sobre as cadeias de suprimentos. Apesar desses cortes recentes, as taxas de juros permanecem em níveis historicamente elevados em comparação com o período pré-pandemia. Tanto o Banco Central Europeu quanto o Federal Reserve são amplamente esperados a manter as taxas nesses níveis elevados no curto prazo para garantir o controle da inflação e preservar a estabilidade econômica.

A elevação das taxas de juros, ou a manutenção das taxas em níveis historicamente altos, pode prejudicar nossa capacidade de contrair dívidas adicionais e aumentar o custo de serviço da dívida, resultando em um aumento de nossos encargos financeiros, o que pode reduzir nossa liquidez e, conseqüentemente, prejudicar nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, 5,6% de nosso caixa e equivalentes de caixa consolidados estavam indexados à variação da taxa CDI brasileira. Portanto, as flutuações nas taxas de juros e na inflação brasileiras podem nos prejudicar. Por outro lado, uma redução significativa do CDI ou das taxas de inflação pode prejudicar a receita que recebemos de nossos investimentos financeiros.

A volatilidade cambial pode nos prejudicar.

Nas últimas décadas, a moeda brasileira tem sofrido variações frequentes e substanciais em relação ao dólar americano e a outras moedas estrangeiras. Em 2022, o real se valorizou em relação ao dólar norte-americano em comparação com 31 de dezembro de 2021, atingindo R\$5,2177 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2022. Em 2023, o real se desvalorizou em relação ao dólar norte-americano em comparação com 31 de dezembro de 2022, atingindo R\$4,8413 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2023. A taxa de câmbio real/dólar norte-americano divulgada pelo Banco Central do Brasil foi de R\$6,1923 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2024, o que refletiu uma depreciação de 27,9% do real em relação ao dólar norte-americano ao longo do ano, influenciada em parte pelo resultado da eleição presidencial nos Estados Unidos, que deverá resultar em um fortalecimento do dólar em relação a outras moedas, bem como por preocupações em torno da economia brasileira e da situação fiscal do governo brasileiro. Em 21 de março

de 2025, a taxa de câmbio real/dólar norte-americano divulgada pelo Banco Central do Brasil era de R\$5,7241 por US\$1,00. Não há garantia de que o real não se desvalorizará ainda mais em relação ao dólar norte-americano.

Por outro lado, a desvalorização do real frente ao dólar cria pressões inflacionárias no Brasil e acarreta aumentos das taxas de juros, prejudicando o crescimento da economia brasileira como um todo, e restringe o acesso aos mercados financeiros internacionais e pode resultar em intervenção do governo, inclusive com a adoção de políticas recessivas. A desvalorização do real frente ao dólar, inclusive em um cenário de desaceleração econômica, levou a uma redução de gastos pelo consumidor, causou pressões deflacionárias e reduziu o crescimento da economia como um todo. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar e outras moedas estrangeiras pode levar à deterioração das contas correntes do Brasil e prejudicar o crescimento resultante das exportações. Dependendo das circunstâncias, tanto a desvalorização quanto a valorização do real podem nos afetar de maneira adversa e relevante.

Embora a maior parte de nossa receita e dívida seja denominada em dólares, a relação entre o real e o dólar e a taxa de desvalorização do real em relação à principal taxa de inflação pode nos afetar adversamente, principalmente considerando-se que:

- Em 2024, 13,4% dos nossos custos totais eram denominados em reais.
- Nossa despesa de imposto de renda é significativamente afetada pelas flutuações da taxa de câmbio, uma vez que os impostos sobre a renda são, em grande parte, determinados e pagos em reais com base em nossos livros fiscais brasileiros. Devemos registrar os impostos diferidos resultantes da variação cambial de acordo com os ativos não monetários registrados (principalmente propriedade, instalações e equipamento e o intangível). Se o real tivesse sofrido uma valorização ou desvalorização de 10% frente ao dólar em relação à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2024, a despesa diferida de imposto de renda aumentaria ou diminuiria em aproximadamente US\$168,2 milhões. Para mais informações sobre os efeitos da variação cambial do real frente ao dólar, vide as Notas Explicativas 23 e 34 das demonstrações financeiras consolidadas de 2024.
- A desvalorização do real frente ao dólar ou outras moedas reduziria nossa receita denominada em reais do nosso segmento de Defesa e Segurança ao ser convertida em dólares, nossa moeda funcional.
- A valorização do real frente ao dólar e outras moedas aumentaria o custo de nossos produtos em dólar, podendo causar redução em nossas margens.

A desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano também pode reduzir o valor em dólares das distribuições e dividendos de nossas ADSs e também pode reduzir o valor de mercado de nossas ações ordinárias e ADSs. Embora nossa moeda funcional seja o dólar norte-americano, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nosso patrimônio líquido deve ser contabilizado e mantido em reais, incluindo os valores a serem distribuídos aos acionistas (dividendos e juros sobre o capital próprio). Para obter mais informações, consulte o "Item 8. Informações Financeiras - A. Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras - Dividendos e Política de Dividendos."

Os acontecimentos e a percepção de risco em outros países, principalmente outros mercados emergentes, podem afetar adversamente o preço de mercado de valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, incluindo nossas ADSs, ações ordinárias e instrumentos de dívida.

O valor de mercado de valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive aqueles emitidos por nós, pode ser influenciado pelas condições econômicas e de mercado em outros países, inclusive os Estados Unidos da América, União Europeia, países da América Latina e outros mercados emergentes. Por exemplo, divisões políticas nos Estados Unidos da América, especialmente em relação a políticas fiscais, inflacionárias, energéticas e geopolíticas, podem resultar em mudanças repentinas de políticas que impactem negativamente as economias e os mercados de capitais dos EUA, globais e do Brasil. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países poderá ter um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Na medida em que as condições dos mercados ou da economia global se deteriorem, os negócios de empresas com operações significativas no Brasil podem ser negativamente afetados. Além disso, as crises que ocorrem em outros países

poderão diminuir o interesse dos investidores nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos por nós. Isso poderia afetar adversamente o preço de mercado de nossos valores mobiliários, dificultando ou impedindo nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de nossas operações em condições aceitáveis no futuro.

Qualquer rebaixamento do Brasil poderia afetar adversamente o preço de mercado das nossas ações ordinárias, ADSs e instrumentos de dívida.

A nota de crédito afeta a percepção de risco dos investidores e, conseqüentemente, os rendimentos esperados em futuras emissões de dívida em mercados de capitais. As agências de classificação de risco avaliam regularmente o Brasil e os títulos soberanos brasileiros, levando em consideração diversos fatores, inclusive tendências macroeconômicas, conjuntura tributária e orçamentária, nível de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

Na data deste relatório anual, os ratings de crédito soberano do Brasil eram BB com perspectiva estável, Ba1 com perspectiva positiva e BB com perspectiva estável pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente, os quais estão abaixo do grau de investimento. Conseqüentemente, os preços de valores mobiliários emitidos por empresas com operações significativas no Brasil podem ser negativamente afetados. A continuidade ou o agravamento dos atuais baixos índices de crescimento da economia brasileira e a persistência da incerteza política, entre outros fatores, podem levar a novos rebaixamentos ou à manutenção dos ratings de crédito do Brasil em níveis abaixo do grau de investimento. Qualquer um desses eventos poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, prejudicar o preço dos títulos emitidos por empresas brasileiras, inclusive nossas ADSs.

Os acontecimentos relacionados aos conflitos entre Rússia e Ucrânia e entre Israel e Hamas podem nos prejudicar.

Os acontecimentos globais relacionados à invasão da Ucrânia pela Rússia geraram incerteza na economia global. Assim que a guerra foi declarada, suspendemos os serviços de peças, manutenção e suporte técnico para determinados clientes para cumprir as sanções impostas à Rússia, Belarus e determinadas regiões da Ucrânia pelas leis das jurisdições às quais estamos sujeitos.

À medida que o conflito entre Rússia e Ucrânia persiste, continuamos acompanhando de perto os desdobramentos para avaliar possíveis restrições ou impactos que possam surgir. O conflito também levou a um aumento nos ataques cibernéticos direcionados a redes críticas, companhias aéreas e fornecedores, ampliando ainda mais os riscos operacionais em todo o setor de aviação. O conflito também evidenciou os riscos diretos à segurança da aviação. Incidentes recentes relacionados a essas questões ilustram os riscos crescentes para aeronaves civis que operam em zonas de conflito ou nas suas proximidades. Esses eventos não apenas representam preocupações imediatas com a segurança, como também contribuem para riscos reputacionais para os fabricantes, maior escrutínio das operações aéreas e possíveis interrupções no setor como um todo.

A Rússia continua sendo um dos maiores fornecedores de titânio do mundo, material essencial para a fabricação de aeronaves. Embora não haja preocupação quanto à disponibilidade de titânio em nossa cadeia de suprimentos, considerando nossa atual posição de estoques e as fontes alternativas existentes em outros países, continuaremos monitorando ativamente nossa cadeia de suprimentos para identificar e mitigar quaisquer possíveis restrições. Além disso, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia pode prejudicar a segurança das pessoas e as atividades de nossos empregados, sobretudo daqueles que residem na Europa.

Ademais, apesar do acordo de cessar-fogo firmado entre Israel e o Hamas, seguimos monitorando os desdobramentos para identificar eventuais impactos sobre a cadeia de suprimentos, operações ou suporte ao cliente. Como temos fornecedores no Oriente Médio, quaisquer interrupções, atrasos em remessas ou aumentos de custo podem prejudicar nossos negócios. Não está claro se esse conflito será contido ou resolvido, nem quais efeitos ainda poderá exercer sobre as condições políticas e econômicas globais no longo prazo.

Como empresa que atua globalmente, os efeitos adversos — globais ou localizados — da guerra em curso entre Rússia e Ucrânia, dos conflitos no Oriente Médio, e das sanções econômicas e controles de importação ou exportação

impostos ao governo russo, podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, resultados operacionais ou condição financeira.

Riscos Relacionados às Nossas Ações Ordinárias e ADSs

Se os titulares de nossas ADSs permutarem as ADSs por nossas ações ordinárias, podem perder vantagens fiscais no Brasil e não ser capazes de realizar a remessa de moeda estrangeira ao exterior.

O custodiante brasileiro das ações ordinárias obteve um certificado eletrônico de registro junto ao Banco Central que autoriza a remessa de moeda estrangeira ao exterior referente ao pagamento de dividendos ou outras distribuições relativas às nossas ações ordinárias ou à sua venda. Essas remessas de recursos no âmbito de um programa de ADR estão sujeitas a tratamento fiscal específico no Brasil que pode ser mais favorável ao investidor estrangeiro se comparado ao tratamento conferido à remessa de ganhos provenientes da aquisição direta de valores mobiliários pelo investidor nos mercados acionários regulados brasileiros. Assim, um investidor que opte por permutar suas ADSs pelas ações ordinárias subjacentes pode estar sujeito a tratamento fiscal menos favorável sobre os ganhos provenientes desses investimentos.

Segundo a Resolução no 4.373 do CMN, para que o investidor realize a permuta de ADSs pelas ações ordinárias subjacentes, deverá nomear uma instituição financeira brasileira devidamente autorizada pelo Banco Central e pela CVM para atuar como seu representante legal, que deve, entre outras atribuições, responsabilizar-se por manter e atualizar os certificados de registro de investidor junto ao Banco Central, que autorizam investidores estrangeiros registrados a operar diretamente na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). O atendimento a esse requisito pode exigir que o investidor estrangeiro incorra mais despesas. Além disso, se esses representantes não obtiverem nem atualizarem os certificados de registro, os investidores poderão incorrer outras despesas ou estar sujeitos a atrasos operacionais que podem afetar o recebimento tempestivo de dividendos ou distribuições relativas às nossas ações ordinárias ou o recebimento de retorno de capital.

O certificado de registro do custodiante ou qualquer registro de capital estrangeiro obtido diretamente pelos titulares poderão ser afetados por alterações legislativas ou regulatórias no futuro. Além disso, não podemos garantir que outras restrições aplicáveis aos titulares, à disposição das ações ordinárias ou preferenciais subjacentes ou à repatriação dos recursos não serão impostas no futuro.

A União possui poder de veto com relação à mudança de nosso controle, razão social, marca ou objeto social, bem como quanto à criação ou mudança de nossos programas de Defesa e Segurança e os interesses da União podem ser conflitantes com os interesses dos titulares de nossas ações ordinárias e ADSs.

A União é titular de uma ação ordinária de classe especial, a golden share, que confere poder de veto com relação à mudança de nosso controle, razão social, marca ou objeto social, bem como quanto à criação ou mudança de nossos programas de Defesa e Segurança (independentemente de o governo federal participar desses programas). Por exemplo, em 2010, alteramos a denominação social para Embraer S.A. e aditamos nosso estatuto social para permitir nossa entrada no mercado de defesa e segurança, o que exigiu a aprovação da União. A União pode vetar operações que podem ser do interesse dos titulares de nossas ações ordinárias ou ADSs. Não podemos garantir que a União aprovará mudanças corporativas ou operações importantes no futuro, ou outras mudanças corporativas que venham a ser necessárias.

As disposições do nosso estatuto social podem desencorajar a mudança de nosso controle ou evitar ou retardar operações em que o investidor tenha interesse.

Nosso estatuto social contém disposições que têm o efeito de evitar a concentração de nossas ações ordinárias em um pequeno grupo de investidores, de modo a promover uma base acionária dispersa. Segundo essas disposições, qualquer acionista ou grupo de acionistas que adquira ou se torne titular de (i) 35% ou mais das ações emitidas por nós ou (ii) outros direitos sobre as ações emitidas por nós que representem mais de 35% do nosso capital social, deverá enviar à União uma solicitação de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de nossa emissão, nos termos do nosso estatuto social. Se a solicitação for aprovada, o acionista ou grupo de acionistas deverá realizar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações no prazo de 60 dias após a aprovação. Se a solicitação for negada, o

acionista ou grupo de acionistas deverá vender todas as ações que excederem o limite de 35% do nosso capital social no prazo de 30 dias, de forma que o acionista ou grupo de acionistas volte a ser titular de menos de 35% do nosso capital social. Essas disposições poderão evitar atos de concentração, desencorajar, retardar ou evitar fusões e aquisições, inclusive operações em que nossos acionistas possam receber um prêmio por suas ações ordinárias e ADSs. Essas disposições só podem ser alteradas ou anuladas mediante a aprovação do nosso conselho de administração e acionistas reunidos em assembleia geral convocada para esse fim e com o consentimento da União, como titular da golden share.

As disposições do nosso estatuto social podem limitar o direito de voto de determinados acionistas, inclusive acionistas estrangeiros.

Nosso estatuto social contém disposições que limitam o direito de voto em assembleia geral de determinados acionistas ou grupo de acionistas, inclusive corretoras atuando em nome de um ou mais titulares de ADSs, com relação às ações em circulação representativas de mais de 5% do nosso capital social. Algumas disposições de nosso estatuto também restringem o direito de voto de acionistas estrangeiros, uma vez que o direito de voto de ações representativas de mais de dois-terços do nosso capital social deve ser exercido por acionistas brasileiros reunidos em assembleia geral. Essa restrição evita a alienação de nosso controle a acionistas estrangeiros e limita a capacidade de acionistas estrangeiro de exercer controle sobre nós. Para mais informações sobre o nosso direito de voto, vide “Item 10. Informações Adicionais—B. Atos Constitutivos e Estatuto Social—Direito de Voto das Ações—Restrição ao Direito de Voto de Acionistas Estrangeiros”.

Não temos acionista controlador e, como resultado, podemos estar sujeitos a determinados riscos.

Como corporação de capital disperso, não temos um acionista controlador ou um grupo de controle que detenha direitos que lhe assegurem permanentemente a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral de acionistas e o poder de eleger a maioria dos membros do nosso conselho de administração. Na ausência de um único acionista controlador ou de um grupo de acionistas controladores, o quórum mínimo exigido por lei para a aprovação de determinados assuntos pode não ser atingido, o que poderia prejudicar nossos negócios.

Além disso, nós e nossos acionistas podemos não ter as mesmas proteções fornecidas pela Lei das Sociedades Anônimas brasileira contramedidas abusivas tomadas por outros acionistas e, como resultado, podemos ser obrigados a incorrer em despesas significativas e podemos não ser compensados por quaisquer perdas que sofrermos. Qualquer mudança súbita e não esperada em nossa Administração, nas políticas corporativas ou direção estratégica, ou ainda, qualquer tentativa de aquisição de controle ou conflitos entre acionistas sobre os seus direitos, pode afetar adversamente os nossos negócios e resultados operacionais.

Titulares de ADSs podem não conseguir exercer o direito de voto.

Titulares de ADSs podem exercer o direito de voto em relação às ações ordinárias subjacentes somente nos termos do contrato de depósito que regem as ADSs. Segundo o contrato de depósito, titulares de ADSs devem exercer o direito de voto em relação às ações ordinárias subjacentes às ADSs por meio do envio de instruções de voto ao depositário. O depositário exercerá o direito de voto das ações ordinárias subjacentes conforme as instruções recebidas dos titulares de ADSs. Caso contrário, os titulares de ADSs não poderão exercer seu direito de voto, exceto se entregarem as ADSs para cancelamento em troca de ações ordinárias.

Nos termos do nosso estatuto social, as assembleias gerais serão convocadas com antecedência mínima de 30 dias, no caso de primeira convocação, e 15 dias, no caso de segunda convocação. Na hipótese de convocação de assembleia geral, os titulares de ADSs podem não ser notificados em tempo hábil para entregar as ADSs em troca das ações ordinárias subjacentes e assim votar um assunto específico. Além disso, o depositário não tem obrigação de notificar os titulares de ADSs sobre qualquer votação, nem de distribuir aos titulares de ADSs as cédulas de voto e materiais relacionados, a menos que tenhamos passado instruções ao depositário nesse sentido. Se instruímos o depositário a receber instruções de voto dos titulares de ADSs, ele notificará os titulares de ADSs sobre a votação e coordenará o envio dos modelos de procuração aos titulares. Não podemos garantir que os titulares de ADSs receberão cartões de procuração a tempo de permitir que eles instrua o depositário a votar nas ações subjacentes às suas ADSs. Adicionalmente, o depositário e seus representantes não são responsáveis pela falta de cumprimento das instruções de

voto ou atraso no pedido de instruções de voto. Assim, os titulares de ADSs podem não conseguir exercer plenamente seu direito de voto.

A relativa volatilidade e falta de liquidez dos mercados acionários no Brasil podem limitar substancialmente a capacidade dos nossos acionistas ordinários ou titulares de ADSs de vender as ações ordinárias subjacentes às ADSs pelo preço desejado e na data oportuna.

Investir em valores mobiliários, inclusive em nossas ações ordinárias ou ADSs, de companhias de mercados emergentes, tais como o Brasil, envolve um risco maior do que investir em valores mobiliários de companhias de países mais desenvolvidos.

O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais concentrado e potencialmente mais volátil que os principais mercados acionários nos Estados Unidos da América e em outros países desenvolvidos, não sendo tão regulado ou supervisionado como outros mercados. A capitalização relativamente baixa e a falta de liquidez do mercado acionário no Brasil poderão limitar significativamente a capacidade dos nossos acionistas ordinários ou titulares de ADSs de vender as ações ordinárias ou ADSs pelo preço desejado e na data oportuna. Para mais informações sobre a B3, vide “Item 9. Oferta e Cotação—C. Mercados—Negociação na B3”.

Titulares de nossas ADSs podem não conseguir exercer seu direito de preferência com relação às ações ordinárias.

Os titulares de nossas ADSs podem não conseguir exercer seu direito de preferência com relação às ações ordinárias subjacentes às ADSs, exceto em caso de haver um documento de registro (*registration statement*) segundo o *Securities Act* em vigor com relação ao direito de preferência ou uma isenção da exigência de registro segundo o *Securities Act*. Não temos a obrigação de arquivar um documento de registro (*registration statement*) com relação às nossas ações ou outros valores mobiliários quanto ao direito de preferência. Além disso, não podemos garantir aos titulares de nossas ADSs que arquivaremos qualquer documento de registro (*registration statement*). A menos que arquivemos um documento de registro (*registration statement*) ou exista uma isenção de registro, os titulares de nossas ADSs terão direito a receber somente os recursos líquidos da venda de seu direito de preferência pelo depositário; e se o direito de preferência não puder ser vendido, ele perderá a validade.

Decisões da Justiça brasileira a respeito de nossas ações ordinárias apenas poderão ser pagas em reais.

Em caso de ajuizamento de ações perante a Justiça brasileira, no sentido de exigir o cumprimento das obrigações relativas às nossas ações ordinárias, não seremos obrigados a efetuar qualquer pagamento em outra moeda além do real. Segundo as restrições de controle cambial, a obrigação de efetuar pagamentos no Brasil em moeda estrangeira somente poderá ser cumprida em reais, conforme determinação do Banco Central, pela taxa de câmbio vigente na data em que o julgamento é obtido, e tais valores então serão corrigidos para refletir as variações cambiais ocorridas até a data do efetivo pagamento. A taxa de câmbio da época pode não compensar integralmente os investidores estrangeiros em seus pedidos relacionados às nossas obrigações relativas às ações ordinárias ou ADSs.

Item 4. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A. História e Evolução da Companhia

Visão Geral

A Embraer S.A. é uma empresa de capital aberto, constituída segundo as leis do Brasil por tempo indeterminado. Nosso principal escritório executivo fica localizada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 30º andar (parte), Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070, São Paulo, SP, Brasil. Nosso telefone é 55-11-3040-6874, e nosso endereço na internet é ri.embraer.com.br.

Originalmente constituída em 1969 pela União, tornamo-nos uma empresa de capital aberto em 1989 e fomos privatizados em 1994. Durante o processo de privatização, o governo federal criou a golden share, uma classe especial

de ações que assegura ao governo federal o direito de veto em determinadas matérias, especialmente matérias relacionadas a programas militares.

Em 2000, obtivemos nosso registro junto à SEC e listamos nossos American Depositary Receipts na Bolsa de Valores de Nova York (“NYSE”). Em 2006, iniciamos um processo de reorganização societária com o objetivo de simplificar nossa estrutura de capital, que desde então passou a ser composta exclusivamente por ações ordinárias. Além disso, aderimos a um segmento especial de listagem da B3 conhecido como Novo Mercado, elevando nossos padrões de governança corporativa; e, desde então, não contamos com acionista controlador ou grupo de controle.

Em 2010, nossos acionistas aprovaram a alteração de nossa denominação social de “Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.” para “Embraer S.A”. Além disso, nossos acionistas ampliaram nosso objeto social e o escopo de nosso segmento de Defesa e Segurança para permitir a fabricação e comercialização de equipamentos, materiais, sistemas, software, acessórios e componentes para os setores de defesa, segurança e energia, bem como a realização de atividades e a prestação de serviços técnicos relacionados a essas áreas. Assim, nosso estatuto social foi aditado para refletir a inclusão dessas atividades em nosso objeto social.

Em 2011 e 2012, realizamos aquisições e firmamos parcerias no segmento de Defesa e Segurança, incluindo a aquisição da Atech e da Bradar Indústria S.A. (“Bradar”) (que foi incorporada à Embraer em 2018), Savis Tecnologia e Sistemas S.A. (que foi incorporada à Embraer em 2021) e Visiona Tecnologia Espacial S.A., ou Visiona.

Em 2020, por meio de nossa subsidiária Embraer Defesa e Segurança Participações S.A., adquirimos 61% da Tempest Serviços de Informática S.A., ou Tempest Security Intelligence, e suas subsidiárias, a maior empresa de cibersegurança do Brasil. Em 2024, a Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. adquiriu, de forma indireta, 100% da Tempest e de suas subsidiárias.

Em 2021, nós, por meio de nossa subsidiária EVE, celebramos um contrato de combinação de negócios com a Zanite Acquisition Corp., ou Zanite, com o objetivo de desenvolver ainda mais as soluções de mobilidade aérea urbana (UAM) da EVE, abrangentes, práticas e eficientes em termos de capital. O objetivo dessa solução é o projeto e a produção de aeronaves eVTOL, o serviço e suporte dessas aeronaves, as operações de frota e a gestão do tráfego aéreo urbano (UATM). A transação foi concluída em 9 de maio de 2022, e a Zanite passou a se chamar Eve Holding. As ações da Eve Holding foram listadas na Bolsa de Valores de Nova York em 10 de maio de 2022.

Em junho de 2023, nós, por meio de nossa subsidiária Embraer Aircraft Holding, Inc., ou EAH, e a Nidec Motor Corporation, uma das principais fabricantes globais de motores elétricos, composta por aproximadamente 340 empresas do grupo em todo o mundo, celebramos um acordo, ou Acordo de Estruturação (Framework Agreement), que estabelece os termos e condições para a formação de uma nova empresa denominada Nidec Aerospace, LLC, ou Nidec. O objetivo dessa parceria é o desenvolvimento conjunto e a fabricação de sistemas de propulsão elétrica para uso aeronáutico, incluindo veículos de decolagem e pouso vertical, bem como aeronaves de asa fixa. A transação foi concluída em 5 de outubro de 2023.

Evolução da Companhia

Passamos de uma empresa pública, originalmente constituída para desenvolver e fabricar aeronaves para a Força Aérea Brasileira, para uma companhia de capital aberto que fabrica aeronaves para a aviação comercial e executiva e para fins de defesa e segurança, além de prestar os serviços relacionados. Em nossa evolução, adquirimos, desenvolvemos e aprimoramos nossa capacidade tecnológica e de engenharia por meio do desenvolvimento próprio de produtos para a Força Aérea Brasileira e do desenvolvimento de produtos juntamente com companhias estrangeiras em projetos específicos. Aplicamos as capacidades que adquirimos ao nosso segmento de Defesa e Segurança para desenvolver ainda mais nosso segmento de Aviação Comercial.

Aviação Comercial

Nossa primeira aeronave regional foi o EMB-110 Bandeirante, uma aeronave turboélice bimotor não pressurizada com capacidade para transportar 19 passageiros, inicialmente projetada para atender as necessidades de transporte da Força Aérea Brasileira. Essa aeronave foi certificada em 1973. Após o Bandeirante, desenvolvemos o EMB 120 Brasília, certificado em 1985. O EMB 120 Brasília é uma aeronave comercial turboélice pressurizada de alta performance, com capacidade para transportar 30 passageiros, projetada para cobrir rotas mais longas e atender o tráfego mais intenso de passageiros do crescente mercado de aviação regional. Aproveitando o projeto do EMB 120 Brasília e da tecnologia de jato adquirida no desenvolvimento do AM-X, um caça-bombardeiro desenvolvido para a Força Aérea Brasileira, desenvolvemos a família de aeronaves regionais ERJ 145, nosso primeiro jato para uso comercial. Essa família inclui três aeronaves, cada uma com capacidade para transportar até 37, 44 e 50 passageiros. O primeiro membro da família ERJ, o ERJ 145, foi certificado em 1996. Expandimos nossa linha de jatos com o desenvolvimento da família de jatos EMBRAER 170/190, com capacidade para transportar de 70 a 118 passageiros, projetado para atender a tendência do mercado de aviação de produzir jatos maiores, com maior capacidade em termos de volume e alcance. O primeiro membro dessa família, o EMBRAER 170, foi certificado em fevereiro de 2004, e as aeronaves derivadas, o EMBRAER 175 e o EMBRAER 190, foram certificadas em dezembro de 2004 e agosto de 2005, respectivamente. O EMBRAER 195 foi certificado em junho de 2006. Em junho de 2013, a Embraer lançou a segunda geração de sua família de aeronaves comerciais E-Jets, os E-Jets E2, composta por três aeronaves, o E190-E2 e o E195-E2. O E190-E2 e o E195-E2 começaram a operar em abril de 2018 e setembro de 2019, respectivamente. Nossa unidade de negócio de Aviação Comercial representou 34,5%, 35,1% e 34,0% de nossa receita total para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respectivamente. Para mais informações, ver “—B. Visão Geral—Segmento de Aviação Comercial.”

Aviação Executiva

Desenvolvemos uma linha de jatos executivos ao longo do tempo, começando com o Legacy 600, que foi descontinuado em 2016 para concentrarmos-nos no êxito de seu sucessor, de maior alcance, o Legacy 650. Em 2005, lançamos o Phenom 100, um jato de entrada, e o Phenom 300, um jato leve. Posteriormente, em 2006, o Lineage 1000, um jato de grande porte, foi adicionado como o maior jato executivo do nosso portfólio de aviação executiva. Então, em 2008, lançamos os modelos Legacy 450 e Legacy 500, ambos de cabine média, e em 2009, apresentamos o Legacy 650, um jato executivo de grande porte posicionado em nosso portfólio entre o Legacy 500 e o Lineage 1000. A versão aprimorada do Lineage, o Lineage 1000E, foi introduzida em 2013. O Legacy 500 e o Legacy 450 começaram a operar em outubro de 2014 e dezembro de 2015, respectivamente. Em 2016, lançamos o Phenom 100EV e o Legacy 650E. Em 2017, o Phenom 100EV começou a operar, bem como o Phenom 300E, uma versão aprimorada do Phenom 300, com design de interior revolucionário, que começou a operar em outubro de 2017, com uma aeronave de demonstração. Em 2018, apresentamos os jatos executivos Praetor 500 de médio porte e Praetor 600 de super médio porte, que começaram a operar em junho e dezembro de 2019, respectivamente. Também em 2019, implantamos com êxito a estratégia de descontinuar a produção do Legacy 650 e Lineage 1000E. Em 2020, concentramos nossos esforços comerciais nas renovadas e altamente competitivas linhas de produtos Phenom e Praetor, descontinuando os modelos Legacy 450 e 500. Finalmente, em 2023, lançamos o Phenom 100EX, a mais recente evolução da série Phenom 100, que entrou em serviço no início de 2024. Nosso segmento de aviação executiva foi responsável por 27,6%, 26,7% e 27,4% de nossa receita nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respectivamente.

Defesa e Segurança

No setor de Defesa e Segurança, após o sucesso de nossos produtos primários Bandeirante e Brasília, entramos no segmento de aviação militar com diversos produtos para as Forças Armadas brasileiras. Os primeiros produtos desse grupo incluíram o EMB-312 Tucano, uma aeronave de treinamento básico, e o EMB-111 Bandeirilha, voltado para patrulhamento marítimo, ambos também exportados. Durante a década de 1980, a Embraer e a Aermacchi desenvolveram em conjunto o AMX.

No início dos anos 2000, iniciamos a produção do recém-desenvolvido A-29 Super Tucano, ou Super Tucano. O Super Tucano é uma aeronave de treinamento avançado que entrou em operação em 2004 e permanece em produção, com mais de 290 unidades vendidas para mais de 20 países até 31 de dezembro de 2024. Ao longo dos anos,

desenvolvemos diversas outras aeronaves voltadas às missões de nossos clientes, em especial o KC-390 Millennium, a maior aeronave já fabricada no Brasil. Também ingressamos no mercado de radares e sistemas terrestres com a aquisição da Bradar, em 2011, totalmente incorporada à Embraer em 2018. As soluções da Bradar incluem os radares SENTIR M20, SABER M60 e SABER M200 VIGILANTE, além de novos desdobramentos nessa área de especialização.

Além disso, investimos em diversas empresas do setor de defesa e segurança, ampliando nosso portfólio para oferecer aos nossos clientes de todo o mundo uma ampla linha de aeronaves, serviços, sistemas e soluções de inteligência, vigilância e reconhecimento, radares terrestres, aeronaves para transporte de autoridades, transporte militar tático, reabastecimento aéreo, treinamento básico e avançado, satélites e soluções de cibersegurança por meio de nossa subsidiária integral Atech. Por meio da Atech, temos produzido sistemas complexos para missões críticas, na área de comando e controle, comunicações, inteligência computacional, defesa cibernética, defesa aérea e controle de tráfego aéreo para defesa, segurança e outras aplicações civis. Com participação de 51% na Visiona, também atuamos nos mercados de desenvolvimento, produção e serviços baseados em satélites.

Em 2018, a Embraer formou o consórcio Águas Azuis em parceria com a Thyssenkrupp Marine Systems e nossa subsidiária Atech. O consórcio foi selecionado, em 2019, como fornecedor preferencial para a construção de quatro novas Fragatas Classe Tamandaré para a Marinha do Brasil. Em 2021, reforçamos ainda mais nosso portfólio de defesa com a incorporação da Savis Tecnologia e Sistemas S.A., empresa controlada integralmente e especializada no desenvolvimento e integração de sistemas terrestres complexos. As ofertas da Savis compreendem o desenvolvimento, integração e implementação do Programa SISFRON.

Até a data deste relatório anual, entendemos que continuamos sendo o principal fornecedor de aeronaves de defesa para a Força Aérea Brasileira, com base no número de aeronaves vendidas, e também comercializamos aeronaves para forças armadas dos Estados Unidos da América, Europa, Ásia, África e América Latina. Nosso segmento de Defesa e Segurança foi responsável por 11,3%, 9,8% e 9,1% de nossa receita nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respectivamente. As receitas de vendas para a União representaram 23,0%, 23,8% e 42,5% da receita desse segmento nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respectivamente.

Serviços e Suporte

Nosso segmento Serviços e Suporte se concentra em oferecer um portfólio completo de soluções para as operações das aeronaves e produtos da Embraer nos segmentos de Aviação Comercial, Aviação Executiva, Defesa e Segurança. O portfólio inclui soluções de materiais, programas de pagamento por hora, manutenção, modificações de aeronaves, treinamento, suporte integrado, serviços digitais, serviços de engenharia, entre outros. Esse segmento operacional também inclui nossa subsidiária OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal S.A., uma subsidiária da Embraer sediada em Portugal que oferece serviços de manutenção, reparo e revisão (MRO) para aeronaves e motores civis e militares (fabricados pela Embraer ou por terceiros), e a Embraer CAE Training Services, que oferece serviços de treinamento. Por fim, este segmento possui uma rede de mais de 80 centros de serviços próprios e autorizados espalhados pelo mundo, centros de atendimento ao cliente dedicados a cada mercado e uma equipe de mais de 4.000 empregados responsáveis pelo suporte a mais de 4.750 aeronaves da Embraer, bem como a outras aeronaves, motores e radares originais do fabricante.

Nosso segmento de Serviços e Suporte foi responsável por 25,6%, 26,9% e 27,9% de nossa receita nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respectivamente.

Segmentos de Outros Negócios

Por fim, nossos Segmentos de Outros Negócios incluem diversas atividades e entregas não contempladas nos segmentos anteriormente mencionados. Fornecemos peças para sistemas estruturais, de combustível, mecânicos e hidráulicos para a Sikorsky Aircraft Corporation, Helicopter Support Inc. e Liebherr Aerospace, para suporte ao mercado de reposição dessas empresas. Também fabricamos peças de reposição, incluindo trem de pouso, sistema de combustível e tanques de combustível, para os helicópteros S-92 e H-92 Helibus da Sikorsky. Além disso, também contamos com a aeronave Ipanema, um pulverizador agrícola desenvolvido na década de 1970 sob especificações do

Ministério da Agricultura do Brasil. Agora em sua sétima geração, todas as novas aeronaves Ipanema são entregues com motor movido a biocombustível (etanol). Em 31 de dezembro de 2024, havíamos entregado um total de 1.671 aeronaves Ipanema, incluindo 65 em 2024.

Além disso, investimos em soluções de cibersegurança por meio de nossa subsidiária Embraer Defesa e Segurança Participações S.A., que, em 2020, adquiriu 61% da Tempest, a maior empresa de cibersegurança do Brasil, e, em 2024, adquirimos indiretamente os 39% remanescentes da companhia.

Nossos segmentos de Outros Negócios representaram 1,0%, 1,5% e 1,6% de nossa receita nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respectivamente. Para informações adicionais sobre nossos Segmentos de Outros Negócios, ver a nota explicativa 36.5 das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de 2024, incluídas neste relatório anual.

B. Visão Geral da Companhia

Visão Geral

Somos o principal fabricante mundial de jatos de até 150 assentos, com base no número de aeronaves entregues na última década, detendo uma participação de mercado de 29,1% em termos de entregas acumuladas desde 2004, conforme o relatório de dados do Cirium Fleet Analyzer datado de 31 de dezembro de 2024. Com isso, temos uma presença consolidada representada pela nossa base global de clientes. Nosso foco está na satisfação do cliente por meio de uma gama de produtos e serviços que atendem os mercados de aeronaves comerciais, jatos executivos e defesa e segurança. Desenvolvemos um portfólio de produtos e serviços de aviação comercial orientado para a tecnologia e centrado no cliente, que nos permite construir relacionamentos de longo prazo com nossos clientes nos mercados de aviação comercial, jatos executivos e defesa e segurança. Passamos de uma empresa pública constituída para desenvolver e fabricar aeronaves para as Forças Armadas Brasileiras para uma companhia de capital aberto que fabrica aeronaves e provê serviços relacionados para a aviação comercial e executiva, bem como para fins de defesa e segurança. O atendimento de alta qualidade é um elemento-chave do nosso foco no cliente, sendo crítico para fidelizar clientes com os quais temos um relacionamento duradouro.

Uma de nossas principais oportunidades de mercado está na substituição direta de produtos, particularmente em regiões onde nossos produtos são bem-vistos, como a América do Norte e a Europa. Além disso, acreditamos que há um potencial significativo em mercados específicos como Índia, Brasil, Turquia e Arábia Saudita. Para a Aviação Comercial, esse potencial é impulsionado pelo desenvolvimento da aviação regional nessas regiões, juntamente com o crescimento global do segmento de até 150 assentos, à medida que as companhias aéreas ajustam suas frotas para melhor atender à demanda. Para a Aviação Executiva, nós, por meio de nossa visão de oferecer a experiência definitiva em aviação de negócios, atendemos à base global de indivíduos de alta renda (*High Net Worth Individual* ou *HNWI*), proprietários corporativos e departamentos de voo, operadores de voos fretados e operadores fracionados. Também atendemos compradores de primeira aquisição, além dos mercados de adições e substituições.

Para nosso segmento de Defesa e Segurança, a demanda é impulsionada pela necessidade de substituição de aeronaves de transporte tático mais antigas, que estão chegando ao fim de sua vida útil

Em 2024, geramos uma receita de US\$6,4 bilhões, dos quais 94,7% denominados em dólares norte-americanos. Da nossa receita acumulada em 2024:

- 34,5% dessa receita teve origem em nosso segmento de Aviação Comercial, 25,6% em nosso segmento de Serviços & Suporte, 27,6% em nosso segmento de Aviação Executiva, 11,3% em nosso segmento de Defesa e Segurança e 1,0% em nossos Segmentos de Outros Negócios; e
- 59,1% dessa receita teve origem em clientes na América do Norte, seguidos por clientes na Europa com 22,5%, no Brasil com 8,3%, na região Ásia-Pacífico com 4,0%, na América Latina (exceto Brasil) com 4,2% e em outras regiões com 1,9%.

Em 2023, geramos uma receita de US\$5,3 bilhões, dos quais 93,5% denominados em dólares norte-americanos. De nossa receita em 2023:

- 35,1% foram provenientes de nosso segmento de Aviação Comercial, 26,9% do segmento de Serviços e Suporte, 26,7% de nosso segmento de Aviação Executiva, 9,8% de nosso segmento de Defesa e Segurança e 1,5% de nossos Outros segmentos, e
- 62,3% de nossa receita teve origem em clientes na América do Norte, seguidos por clientes na Europa com 21,5%, no Brasil com 8,6%, na Ásia-Pacífico com 3,9%, na América Latina (exceto Brasil) com 1,9% e em outras regiões com 1,9%.

Em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, possuíamos um backlog total de pedidos firmes de US\$26,3 bilhões, US\$18,7 bilhões e US\$17,5 bilhões, respectivamente.

Seguimos com nossa estratégia de longo prazo focada na execução consistente de nosso plano estratégico de negócios e programas de eficiência com base em conceitos enxutos, buscando oportunidades de parcerias para impulsionar o crescimento, investindo em inovação como principal fonte de crescimento futuro e desenvolvendo ainda mais nosso programa ESG, que reforça nosso compromisso com:

- Redução de carbono: atingimos um crescimento neutro em carbono a partir de 2022 e buscamos atingir a neutralidade de carbono em nossas operações até 2040, usar 100% de eletricidade renovável até 2030 e produzir produtos para apoiar a aviação com emissões zero até 2050;
- Responsabilidade social: esperamos atingir 50% de contratação de diversidade em nossos programas de nível básico e 20% de mulheres em altos cargos de liderança até 31 de dezembro de 2025. Também temos o objetivo de manter a matrícula de mais de 80% dos alunos das escolas fundadas pela Embraer em universidades públicas ou privadas com bolsas de estudo integrais até 31 de dezembro de 2025;

Em 2024, alcançamos 53% de contratações diversas em nossos programas de entrada e 80% dos alunos das escolas financiadas pela Embraer foram aprovados em universidades públicas ou universidades privadas com bolsas integrais. Esperamos manter esses resultados em 2025.
- Padrões de governança corporativa: pretendemos manter os mais altos padrões internacionais de governança e programas robustos de ética e conformidade.

Nossos Pontos Fortes

Acreditamos que nossos principais pontos fortes sejam:

Design, tecnologia, custo e eficiência operacional de aeronaves

Concebemos, desenvolvemos e fabricamos aeronaves com projeto totalmente novo e tecnologia de ponta para ajudar nossos clientes a reduzir seus custos operacionais, de manutenção e de treinamento, em razão do design eficiente de nossas peças. Dentro de uma família de jatos, as peças compartilham tecnologia e recursos semelhantes, o que reduz nossos custos de projeto, desenvolvimento e produção e nos permite oferecer preços competitivos aos nossos clientes com altos padrões de qualidade. Por exemplo, os jatos Praetor 500 e Praetor 600 compartilham características e tecnologias que aprimoram nossa proposta de valor nos segmentos de jatos médios e super-médios. Monitoramos constantemente as tendências e os comportamentos no setor de aviação, para adaptar nossos produtos ao ambiente em constante mudança em que estamos inseridos.

Nossos investimentos em tecnologias inovadoras, como o projeto de automação, nos permitem aumentar a eficiência operacional, reduzindo os custos de engenharia e produção e diminuindo os custos de manutenção dos clientes. Por exemplo, nossa subsidiária EVE, que é líder no desenvolvimento de soluções de UAM de última geração, está desenvolvendo uma solução de UAM abrangente que inclui o projeto e a produção de eVTOLs, um portfólio de serviços de manutenção e suporte voltados para os nossos eVTOLs e os de terceiros, além de um novo sistema de Gerenciamento de Tráfego Aéreo Urbano projetado para permitir que os eVTOLs operem com segurança e eficiência no espaço aéreo urbano denso, juntamente com aeronaves convencionais e drones. Também investimos em soluções

de cibersegurança adquirindo recentemente a Tempest em 2020 e usando a Beacon, uma plataforma inovadora projetada para conectar o sistema de manutenção da aviação.

Fabricante líder de aeronaves comerciais com uma ampla base de clientes e presença global

Somos o principal fabricante de jatos com até 150 assentos, com base no número de aeronaves entregues, e temos uma sólida base de clientes globais. Até a data deste relatório anual, mais de 170 companhias aéreas de mais de 90 países estão operando nossas aeronaves comerciais nos cinco continentes. Nossos clientes incluem algumas das maiores e mais significativas operadoras de rede, regionais e de baixo custo do mundo. Acreditamos que há oportunidades significativas de mercado no setor de aviação comercial e executiva com base na crescente demanda por nossos produtos e nas oportunidades de substituição de aeronaves na próxima década.

Parceiros estratégicos de compartilhamento de riscos

Com relação às nossas aeronaves comerciais e empresariais, desenvolvemos relacionamentos estratégicos com parceiros-chave de compartilhamento de riscos. Esses parceiros desenvolvem e fabricam uma parte significativa dos sistemas e componentes de nossas aeronaves com recursos próprios, reduzindo assim nossas despesas de desenvolvimento. Esses parceiros também financiam uma parte das nossas despesas de pesquisa e desenvolvimento por meio de aportes diretos de caixa ou materiais. Esses relacionamentos estratégicos nos permitem reduzir nossas despesas e riscos de desenvolvimento, aumentam nossa eficiência operacional, aprimoram a qualidade de nossos produtos e reduzem o número de fornecedores, conferindo-nos assim flexibilidade em nosso processo produtivo e operações, e, conseqüentemente, nos permitem ajustar a produção em resposta à demanda do mercado.

Mão de obra experiente e qualificada

Nossos 20.000 empregados são experientes e altamente qualificados. Em 31 de dezembro de 2024, os engenheiros representavam aproximadamente um quinto de nossa força de trabalho. Acreditamos que, devido ao alto nível de conhecimento e habilidade de nossos empregados, e aos nossos programas contínuos de treinamento e incentivo, somos capazes de buscar novos programas com eficiência e oferecer aos nossos clientes orientação e experiência técnica diferenciada.

Altos padrões de ESG.

O ESG tem sido parte de nossa estratégia há muito tempo, inclusive no desenvolvimento de aeronaves cada vez mais ecoeficientes e na adoção de processos de produção e gerenciamento de recursos naturais mais sustentáveis. Estamos incorporando nossa estratégia de negócios com responsabilidade social e impacto ambientais em tudo o que fazemos, desde nossos processos e instalações até o desenvolvimento de produtos e nossa cadeia de suprimentos. Trabalhamos com todos os nossos principais públicos de interesse para desenvolver estratégias sólidas, definir indicadores e estabelecer metas que são integradas ao nosso plano de sustentabilidade corporativa. Parte dos nossos compromissos ESG de longo prazo são: (i) alcançar a neutralidade de carbono nas operações até 2040, por meio da aquisição de eletricidade 100% de fontes renováveis, do uso crescente de combustível de aviação sustentável (SAF) e da compensação de emissões residuais que não forem reduzidas por meio de projetos de eficiência, energia alternativa disponível ou novas tecnologias, (ii) desenvolver produtos, serviços e tecnologias disruptivos sustentáveis, incluindo eletrificação, híbridos, biocombustíveis, incluindo SAF e outras energias alternativas inovadoras; (iii) lançar aeronaves "eVTOL" com emissão zero até 2027; e (iv) alavancar a diversidade na contratação de programas de nível básico, em posições de liderança e no programa de especialização aeronáutica mantido por nós.

Engenharia de defesa especializada e produtos líderes de mercado em nosso segmento de Defesa e Segurança

Desde o início até 31 de dezembro de 2024, havíamos vendido mais de 1.400 aeronaves de defesa, incluindo aeronaves de transporte do governo, para mais de 60 forças armadas e operadores em todo o mundo. O A-29 Super Tucano e o KC-390 Millennium são os principais produtos do nosso segmento de Defesa e Segurança. O A-29 Super Tucano é a aeronave mais vendida em sua categoria, de acordo com nossa análise interna, e acreditamos que seu sucesso se deve ao fato de ser uma plataforma turboélice robusta e confiável, com um sistema de entrega de cargas úteis de alta precisão. O KC-390 Millennium, por sua vez, é uma aeronave de transporte militar multimissão

desenvolvida para se tornar líder de mercado em sua categoria. Possui diversas capacidades e pode ser utilizada em uma variedade de missões, como combate a incêndios e reabastecimento em voo (por meio da variante KC-390 Millennium). O KC-390 Millennium oferece flexibilidade, robustez, mobilidade, facilidade de manutenção e tecnologia de última geração. Nossa força de trabalho é altamente capaz de entender as necessidades operacionais de nossos clientes e suas exigências em relação ao nosso portfólio de produtos e serviços de defesa. Acreditamos que a nossa equipe ofereça aos nossos clientes produtos capazes, flexíveis e de baixo custo de ciclo de vida com aplicações globais. Também acreditamos que temos uma forte capacidade de nos envolver com várias partes interessadas em parcerias, permitindo o desenvolvimento de soluções espaciais e de defesa de última geração em ciclos de tempo reduzidos.

Base de clientes visível e bem diversificada

Vendemos nossas aeronaves e prestamos serviços na América do Norte, Europa, Brasil, Ásia-Pacífico, América Latina e outras regiões. Também temos segmentos de negócios diversificados com flexibilidade para mudar o foco geral de acordo com a demanda. Nossa geração de receita está distribuída entre esses segmentos de negócios, com crescente expansão da receita de serviços recorrentes, e não apresenta riscos de concentração.

Em 31 de dezembro de 2024, 38,7% da nossas ordens firmes foram provenientes de nosso segmento de Aviação Comercial, 28,0% de nosso segmento de Aviação Executiva, 15,9% de nosso segmento de Defesa e Segurança, 17,5% do segmento de Serviços e Suporte.

Posição de liquidez e perfil de vencimento da dívida

Implementamos e executamos políticas e procedimentos de gerenciamento de caixa para aumentar nossa liquidez e nossa capacidade de gerenciar com eficiência nossos passivos e vencimentos de dívidas. Nosso perfil de endividamento é concentrado em dívidas não garantidas de longo prazo, sendo que 21,4% de nossa dívida era garantida em 31 de dezembro de 2024. Nossa geração de caixa consistente, aliada ao aumento nas entregas de aeronaves, à redução de custos e às medidas de eficiência, melhorou nossa posição de caixa em 2024, com caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros totalizando US\$2,6 bilhões e uma linha de crédito rotativo disponível no valor de US\$1,0 bilhão, em ambos os casos na data de 31 de dezembro de 2024. Como resultado de nossos esforços e conquistas nessa área, recebemos classificação de grau de investimento da Standard & Poor's em fevereiro de 2024, da Fitch em setembro de 2024 (ambas atribuindo rating BBB- com perspectiva estável à Embraer) e da Moody's em dezembro de 2024 (que atribuiu rating Baa3 com perspectiva estável).

Estratégias de Negócios

Com o objetivo de dar continuidade ao crescimento dos nossos negócios e aumentar nossa rentabilidade, pretendemos continuar a oferecer aos nossos clientes aeronaves e serviços de alta qualidade e confiabilidade, com bom custo-benefício. A seguir, apresentamos alguns dos principais elementos de nossa estratégia de negócios.

Foco na comercialização de nossas aeronaves comerciais

Estamos totalmente comprometidos com a comercialização de nossos jatos de até 150 assentos. Em 31 de dezembro de 2024, havia aproximadamente 350 unidades da família de jatos ERJ em operação, que é uma série de jatos regionais bimotor a jato; aproximadamente 1.400 unidades da família de jatos EMBRAER 170/190; e aproximadamente 113 unidades da família de jatos E-Jets E2, que são aeronaves a jato de médio alcance, em serviço ativo, conforme relatório da Cirium datado de 31 de dezembro de 2024. Para mais informações, ver “—Segmento de Aviação Comercial—Produtos.” Acreditamos que há oportunidades de mercado para a família de jatos EMBRAER 170/190 e para a geração E-Jets E2, especialmente para companhias aéreas que buscam expandir suas frotas no segmento de densidade média e substituir aeronaves antigas na categoria abaixo de 150 assentos. Além disso, os jatos comerciais terão oportunidades com companhias aéreas de linha principal e de baixo custo que estão dimensionando corretamente suas frotas para ajustar a capacidade, e nos proporcionará oportunidades significativas para aumentar nossa competitividade, oferecendo um serviço completo gama de jatos de até 150 assentos para nossos clientes.

Manter nossa liderança de mercado em jatos comerciais com até 150 assentos

Nossa nova geração de aeronaves comerciais, a família de jatos E-Jet E2, reforça nosso compromisso em manter nossa liderança no segmento de jatos comerciais de até 150 assentos. Nossas aeronaves comerciais têm motores de última geração que, combinados com asas aerodinamicamente avançadas, controles de voo totalmente *fly-by-wire* e melhorias em outros sistemas, aumentam a eficiência, proporcionando reduções significativas na queima de combustível, custos de manutenção, emissões e ruído externo.

Desenvolver soluções inovadoras e sustentáveis

Para promover o futuro da mobilidade aérea regional alinhada às metas de sustentabilidade da indústria, introduzimos a família de jatos Energia. Voltada para o mercado de nove a 50 assentos, essa iniciativa nos permite estudar, explorar e, potencialmente, comercializar tecnologias de ponta que moldarão o futuro da indústria por meio de designs inovadores e novos sistemas de propulsão. Ela também promove discussões sobre infraestrutura aeroportuária, conveniência para os passageiros e oportunidades para experiências de viagem mais integradas. Além disso, investimos na EVE, que é uma desenvolvedora líder de soluções de UAM de última geração. A EVE está desenvolvendo uma solução abrangente de UAM, que inclui o projeto e a produção de eVTOLs, um portfólio de serviços de manutenção e suporte voltado para os nossos eVTOLs e os de terceiros, além de um novo sistema de UATM projetado para permitir que os eVTOLs operem com segurança e eficiência no espaço aéreo urbano denso, juntamente com aeronaves convencionais e drones.

Portfólio abrangente e bem-posicionado no mercado de aviação executiva.

Simplificamos nosso portfólio para apresentar quatro projetos de aeronaves simples nas classes de jatos de cabine pequena e média. O Phenom 100EX, um jato de nível básico, o Phenom 300E, um jato leve e os jatos Praetor 500, um jato de médio porte e o Praetor 600, um jato de super médio porte. Acreditamos que esse portfólio renovado é líder na indústria em desempenho, conforto e tecnologia. Estamos comprometidos em entender e responder às necessidades do mercado e do cliente e melhorar continuamente nosso produto e suporte ao cliente para nossos jatos executivos. Por mais de uma década, introduzimos no mercado aeronaves desenvolvidas do zero e inovadoras. Em 2024, o Phenom 300E foi o jato leve com o maior número de entregas pelo décimo terceiro ano consecutivo e o jato bimotor com o maior número de entregas de todo o setor de jatos executivos pelo quinto ano consecutivo, de acordo com a General Aviation Manufacturers Association, ou GAMA.

Fornecer soluções completas e integradas para os clientes do nosso segmento de Defesa e Segurança

Em nosso segmento de Defesa e Segurança, oferecemos uma ampla gama de soluções que abrangem ambientes de segurança aérea, terrestre, marítima, espacial e cibernética. Nosso portfólio de soluções inclui aeronaves de transporte tático, aeronaves de treinamento avançado, radares, sistemas de gerenciamento de tráfego aéreo e satélites. Estamos constantemente avaliando, desenvolvendo e integrando com eficiência novas oportunidades para atender às necessidades de nossos clientes.

Continuar buscando oportunidades de nicho de mercado no mercado de defesa e segurança

Oferecemos soluções para transporte, suporte aéreo aproximado, tático, treinamento, inteligência, vigilância, reconhecimento e cibersegurança por meio de nossa subsidiária Atech, entre outros. Com nossos produtos, oferecemos capacidades aprimoradas por meio de um portfólio de defesa integrado que atende às necessidades militares de uma ampla variedade de governos. Isso só é possível devido à nossa cultura de buscar continuamente oportunidades de mercado com nossos clientes existentes e potenciais com os quais trabalhamos para desenvolver soluções inovadoras e personalizadas ao longo do tempo.

Expandir nossas vendas internacionais, continuando nossa parceria com as Forças Armadas Brasileiras em nosso segmento de Defesa e Segurança

Historicamente, as Forças Armadas brasileiras têm sido nosso principal parceiro no desenvolvimento e na aquisição de aeronaves e sistemas terrestres. Desde a nossa fundação em 1969, desenvolvemos uma engenharia de

ponta, capacidade de operações e experiência em gerenciamento da cadeia de suprimentos em um nível que nos permite não apenas continuar atendendo às necessidades de nossos clientes brasileiros, mas também de clientes internacionais, fornecendo-lhes soluções sob medida. Estamos totalmente comprometidos em dar continuidade à expansão de nossas vendas internacionais, ao mesmo tempo em que consolidamos nossa posição como um parceiro-chave das Forças Armadas brasileiras.

Manter nosso foco na experiência do cliente

Acreditamos que o foco na experiência do cliente é fundamental para o nosso sucesso empresarial e nossa estratégia comercial. Nossa filosofia é oferecer e entregar um portfólio abrangente de serviços e soluções de suporte a todos os clientes, garantindo a melhor disponibilidade de produtos com custos operacionais competitivos. Nosso atendimento e suporte de alta qualidade são a chave do nosso sucesso, pois nos permitem manter relacionamentos de longo prazo com nossos clientes e aumentar a competitividade de nossos produtos. Como o número de aeronaves em operação continua a crescer e nossos negócios se expandem, aumentamos nosso compromisso de oferecer suporte pós-venda de qualidade, incluindo assistência técnica, treinamento, manutenção, peças de reposição, modificações de produtos e outros serviços relacionados.

Manter e reforçar a excelência operacional

Temos o compromisso de elevar os níveis de serviço e a excelência operacional, garantindo um esforço contínuo para superar as expectativas dos clientes e com altos padrões de qualidade. Nós nos concentramos em três iniciativas principais para superar as expectativas dos clientes: (i) expansão da frota para otimizar os recursos existentes; (ii) garantia de disponibilidade de peças sobressalentes e otimização do giro de estoque para minimizar estrategicamente o tempo de inatividade e melhorar a relação custo-benefício; e (iii) sinergia de pegada para otimizar recursos e operações em diferentes locais, promovendo a colaboração e melhorando a eficiência geral. Também começamos a usar ferramentas de inteligência artificial para aprimorar a experiência do cliente em nosso segmento de Serviços e Suporte. Acreditamos que as ferramentas de inteligência artificial ajudam a aumentar a nossa capacidade de coletar e analisar dados, identificar padrões e tendências, prever necessidades de manutenção e otimizar a logística de materiais. Acreditamos que a combinação de ferramentas de inteligência artificial, logística integrada e dados nos ajudará a desenvolver soluções personalizadas para atender aos requisitos das operações de nossos clientes.

Promover continuamente o crescimento do nosso segmento de Serviços e Suporte

O crescimento é uma necessidade estratégica para o nosso segmento de Serviços e Suporte, e estamos comprometidos com várias iniciativas para promover o crescimento, como o aumento de nossa carteira de serviços, garantindo um pipeline robusto que apoie a expansão sustentada, fortalecendo nossa presença em mercados orgânicos e agnósticos e considerando diversas oportunidades que se alinham com nossas competências essenciais, como a expansão de nossa capacidade de manutenção por meio da extensão de nossos centros de serviços de MRO nos Estados Unidos da América em 2024. Além disso, estamos sempre buscando desenvolver soluções inovadoras e competitivas, aproveitando a tecnologia para aumentar a eficiência e atender às necessidades em evolução dos nossos públicos de interesse e fornecer valor exclusivo aos nossos clientes.

Motivar nossos empregados e aprimorar nosso processo produtivo e práticas gerenciais.

Buscamos sempre superar as expectativas de nossos clientes. Para tanto, nos comprometemos com processos produtivos mais eficientes e com melhores práticas gerenciais, com altos padrões de qualidade. O sucesso de nossos produtos e serviços é, em última instância, resultado da combinação da contribuição de nossos empregados e dos processos produtivos que desenvolvemos ao longo dos anos. Nosso objetivo é motivar nossos empregados e refinar nossos processos produtivos. Implementamos e desenvolvemos programas corporativos, inclusive nosso Programa Embraer de Excelência Empresarial, ou P3E, com base na filosofia de manufatura enxuta, que consiste em reduzir os tempos de produção e resposta dos fornecedores aos clientes.

Segmento de Aviação Comercial

Visão Geral

Projetamos, desenvolvemos e fabricamos uma variedade de aeronaves comerciais. Vide “Item 4. Informações sobre a Companhia—A. História e Evolução da Companhia—Evolução da Companhia—Aviação Comercial.” Nosso segmento de Aviação Comercial foi responsável por 34,5%, 35,1% e 34,0% da nossa receita nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2024, nossos pedidos firmes em backlog para nossas aeronaves de aviação comercial totalizaram US\$10,2 bilhões, em comparação com US\$8,8 bilhões em 31 de dezembro de 2023.

Produtos

Família de Jatos ERJ

A partir de 1996, desenvolvemos a família ERJ, nosso jato regional bimotor para 37-50 passageiros, para atender à crescente demanda das companhias aéreas regionais por aeronaves a jato de médio alcance. Até o lançamento da família de jatos EMBRAER 170/190, o ERJ era nosso produto mais importante, alcançando ótimos resultados e sendo responsável por consolidar nossa presença no mercado regional dos Estados Unidos da América. Em 31 de dezembro de 2024, 350 aeronaves ERJ permaneciam em serviço em todo o mundo, de acordo com dados do Cirium Fleet Analyzer de 31 de dezembro de 2024.

Família de Jatos EMBRAER 170/190

A família de jatos EMBRAER 170/190 oferece aos nossos clientes quatro modelos de aeronaves no segmento de jatos regionais de passageiros, e é composto por quatro modelos: EMBRAER 170, EMBRAER 175, EMBRAER 190 e EMBRAER 195.

O EMBRAER 170 é um jato de 66-78 passageiros e o EMBRAER 175 é um jato de 70-90 passageiros, enquanto o EMBRAER 190 é um jato de 98-114 passageiros e o EMBRAER 195 é um jato de 100-124 passageiros. O EMBRAER 170 foi certificado pela ANAC, pela FAA, pela Autoridade Comum da Aviação da Europa (a antiga organização consultiva que fez recomendações de certificação para autoridades nacionais não europeias), ou JAA, e pela EASA em fevereiro de 2004, e as entregas do EMBRAER 170 começaram em março de 2004. O EMBRAER 175 foi certificado pela ANAC em dezembro de 2004, pela EASA em janeiro de 2005 e pela FAA em agosto de 2006. O EMBRAER 190 foi certificado pela ANAC em agosto de 2005, pela FAA em setembro de 2005 e pela EASA em junho de 2006. O EMBRAER 195 foi certificado pela ANAC em junho de 2006, pela EASA em julho de 2006 e pela FAA em junho de 2007.

Projetamos a família de jatos EMBRAER 170/190 para maximizar os benefícios da comunalidade entre os quatro modelos de aeronaves da família. As aeronaves da família EMBRAER 170/190 compartilham aproximadamente 86% dos mesmos componentes. O alto nível de comunalidade nesta família de jatos reduziu nossas despesas de desenvolvimento e encurtou nosso período de desenvolvimento. Acreditamos que essa semelhança leva a uma economia significativa para nossos clientes na forma de treinamento mais fácil, peças e manutenção mais baratas e custos operacionais mais baixos. Devido às diferenças de tamanho e peso, a família de jatos EMBRAER 170/190 não compartilha o mesmo projeto de asa. Esta família de jatos regionais tem motores fixados sob suas asas principais — um projeto que visa aumentar a potência, melhorar a economia de combustível e minimizar os tempos de rotação. Todos os modelos de aeronaves desta família são movidos por motores fabricados pela General Electric Aircraft Engines e contêm aviônicos de última geração fabricados pela Honeywell International Inc. (Aerospacial).

As principais características da família de jatos EMBRAER 170/190 são:

- *Desempenho.* Todos os quatro jatos da família de jatos EMBRAER 170/190 têm velocidade máxima de cruzeiro de Mach 0,82. O EMBRAER 170 e o EMBRAER 175 com todos os passageiros a bordo têm alcance máximo de 1.800 e 1.750 milhas náuticas, respectivamente, e cada um está disponível na versão de alcance

avançado, com alcance máximo de 2.150 e 2.250 milhas náuticas, respectivamente. O EMBRAER 190 e o EMBRAER 195 com todos os passageiros a bordo têm alcance máximo de 1.850 e 1.600 milhas náuticas, respectivamente, e cada um está disponível na versão de alcance avançado com alcance máximo de 2.450 e 2.300 milhas náuticas, respectivamente.

- *Manutenção em solo.* O projeto do motor sob as asas e a existência de quatro portas, duas na frente e duas atrás, proporcionam maior acessibilidade e eficiência dos serviços de solo.
- *Cabine e espaço de carga.* Aumentamos a segurança e o conforto dos passageiros na família de jatos EMBRAER 170/190. O design “double-bubble” da aeronave permite uma cabine quatro lado a lado, um corredor amplo, maior espaço interno e altura livre, e um compartimento de bagagem maior do que os jatos regionais de nossos concorrentes, incluindo os jatos regionais que estão em fase de desenvolvimento.

Apresentamos a seguir pedidos recentes que recebemos para nossos jatos EMBRAER 170/190:

- Em julho de 2022, anunciamos que recebemos um pedido firme do Alaska Air Group para mais oito jatos E175.
- Em dezembro de 2022, entregamos três novas aeronaves E190 para a CIAF Leasing, empresa com sede no Cairo, Egito.
- Em junho de 2023, a American Airlines assinou um pedido firme com a Embraer para sete novos E175. Posteriormente, a American Airlines encomendou mais quatro novos E175 em outubro de 2023 e dois novos E175 em dezembro de 2023.
- Em setembro de 2023, a Air Peace, maior companhia aérea da África Ocidental, com sede na Nigéria, assinou um pedido firme para cinco aeronaves E175.
- Em outubro de 2023, a SkyWest encomendou 19 novos jatos E175 para operação pela United Airlines sob um contrato de compra de capacidade.
- Em março de 2024, a American Airlines fez um pedido firme à Embraer para 90 E175, com direitos de compra para mais 43 jatos. As aeronaves serão entregues com 76 assentos na configuração padrão de duas classes da American Airlines. Os pedidos firmes foram incluídos em nosso backlog do primeiro trimestre de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, a família de jatos EMBRAER 170/190 possuía 164 pedidos em backlog, enquanto um total de 1.710 aeronaves dessa família já havia sido entregue a clientes em todo o mundo, conforme dados do Cirium Fleet Analyzer em 31 de dezembro de 2024.

Família de Jatos E-Jets E2

Em junho de 2013, lançamos a segunda geração da família de aeronaves comerciais E-Jets, os E-Jets E2, composta por três aeronaves, o E175-E2, o E190-E2 e o E195-E2. O E190-E2 e o E195-E2 começaram a operar em abril de 2018 e setembro de 2019, respectivamente.

O lançamento da família de jatos E-Jets E2 avança nossa visão de oferecer aeronaves comerciais de ponta com capacidade para 70 a 150 assentos, conforto indistinguível de companhias aéreas de linha principal, e desempenho para utilização flexível e eficiente por operadoras regionais de baixo custo e de rede. Nossa estratégia é oferecer todos os benefícios de um novo design, mas com a confiabilidade de uma plataforma atualizada e em comum com a família de jatos EMBRAER 170/190. Investimos continuamente no programa de E-Jets, para que nossos clientes possam permanecer competitivos com aeronaves de menor custo operacional e maior apelo ao passageiro.

Em um layout típico de classe única, o E175-E2 foi estendido por uma fileira de assentos, em comparação com o E175, e acomoda até 90 passageiros, enquanto o E190-E2 é do mesmo tamanho que o E190, com até 114

assentos. O E195-E2, em comparação com o E195, cresceu três fileiras de assentos e acomoda até 132 assentos em uma configuração típica de classe única ou até 144 assentos em uma configuração de alta densidade.

Em 2015, dois anos após o lançamento do programa, iniciamos a montagem do primeiro da família de E-Jets E2, um E190-E2, em nossa fábrica em São José dos Campos, o motor Pratt & Whitney PW1900G PurePower® Geared Turbofan™ (GTF) para as aeronaves Embraer E190-E2 e E195-E2 concluiu com sucesso seu primeiro voo, dando início ao programa de testes de voo do motor.

Em 2016, lançamos o E190-E2, que fez seu primeiro voo. Em março de 2017, lançamos o segundo modelo da geração E2, e anunciamos que a Azul, a maior operadora da atual geração E195s do mundo, seria a operadora de lançamento do E195-E2.

Em 2018, recebemos uma certificação de tipo da ANAC, da FAA e da EASA para o E190-E2, o primeiro membro da família de aeronaves comerciais E-Jets E2, sendo a primeira vez que um programa de aeronaves com o nível de complexidade do E2 recebeu um certificado de tipo de três grandes autoridades mundiais de certificação simultaneamente. No mesmo ano, entregamos, a primeira aeronave E190-E2 para a Widerøe, a maior companhia aérea regional da Escandinávia.

Em 2019, o E195-E2 recebeu aprovação simultânea e foi certificado pela ANAC, a FAA e a EASA, e entregamos o primeiro E195-E2, o maior dos três membros da família de aeronaves comerciais E-Jets E2, que fez seu voo inaugural naquele mesmo ano. Os destinatários foram a AerCap, a maior empresa de arrendamento de aeronaves do mundo, e a Azul, que é a operadora de lançamento global do E195-E2. Em 12 de dezembro de 2019, o Embraer E175-E2 fez seu voo inaugural de nossas instalações em São José dos Campos. Essa aeronave tem um potencial de mercado relevante, sendo a aeronave comercial mais eficiente e confortável do mercado para a categoria de 76 assentos, seja para substituir o EMBRAER 175 ou para aumentar a mobilidade aérea regional através de novos mercados. No entanto, em 25 de fevereiro de 2025, anunciamos uma pausa adicional de quatro anos no desenvolvimento do jato E175-E2, além da pausa anteriormente divulgada em 18 de fevereiro de 2022, principalmente porque não se espera que as *scope clauses* das companhias aéreas norte-americanas sejam alteradas pelo menos até 2027. Monitoramos constantemente as discussões entre as empresas aéreas e os sindicatos de pilotos sobre a limitação de peso máximo de decolagem (MTOW) para aeronaves com até 76 assentos. Pretendemos continuar oferecendo o EMBRAER 175 com todas as melhorias feitas na plataforma ao longo dos anos de operação e feedback de nossos clientes.

Em 2022, anunciamos o lançamento dos E190F e E195F *Passenger to Freight Conversions* (P2F), projetados para atender às demandas em constante mudança do comércio eletrônico e do comércio moderno, que exigem entregas rápidas e operações descentralizadas. A conversão completa do cargueiro está disponível para todas as aeronaves E190 e E195 usadas, e sua entrada em serviço ocorreu em 2024. Em 2022, o Embraer E190-E2 recebeu o Certificado de Tipo da Administração de Aviação Civil da China (CAAC). Em 10 de agosto de 2023, o E195-E2 recebeu essa mesma certificação.

Em julho de 2022, durante o Farnborough Airshow, a Porter Airlines fez um pedido firme de 20 jatos de passageiros Embraer E195-E2, somando-se aos 30 pedidos firmes já em vigor.

Em outubro de 2022, a SalamAir assinou conosco um pedido firme de seis E195-E2.

Em 15 de dezembro de 2022, os Embraer E195-E2 e E190-E2 receberam a Certificação de Tipo da Transport Canada Civil Aviation (TCCA), após certificações da ANAC, da FAA (Estados Unidos) e da EASA (Europa) em 2019 e 2018, respectivamente.

Em dezembro de 2022, foram entregues as cinco primeiras unidades das 50 aeronaves Embraer E195-E2 encomendadas pela empresa canadense Porter Airlines. A Porter foi o cliente de entrada na América do Norte para o E195-E2 da Embraer e abriu as operações na região. Em novembro de 2023, a Porter acrescentou 25 Embraer E195-E2 ao seu pedido, aumentando o pedido para um total de 75 Embraer E195-E2.

Em dezembro de 2022, a companhia aérea espanhola Binter, premiada e originária das Ilhas Canárias, fez um pedido firme de cinco E195-E2. A Binter fez um novo pedido adicional de seis aeronaves Embraer E195-E2 em junho de 2023.

Em janeiro de 2023, anunciamos que havíamos recebido um pedido de 15 E195-E2 de um cliente não divulgado.

Em maio de 2023, a companhia aérea malaia SKS Airways selecionou o Embraer E195-E2 para uso. Além disso, nós e a empresa de leasing de aviação comercial Azorra anunciamos um novo acordo de oito aeronaves com a Royal Jordanian Airlines, que introduziu tanto o E190-E2 quanto o E195-E2 na frota da companhia aérea.

Em outubro de 2023, a companhia aérea Luxair, com sede em Luxemburgo, encomendou quatro E195-E2, incluindo duas opções de compra e três direitos de compra para mais jatos E2.

Em novembro de 2023, o Embraer E195-E2 recebeu da EASA a certificação para aproximação íngreme no Aeroporto London City. Essa conquista é um marco importante, permitindo que as companhias aéreas operem o E195-E2 no Aeroporto London City (LCY), conhecido por sua aproximação desafiadora e pista curta. Juntamente com o E190-E2, que recebeu a certificação Steep Approach em 2021, ambos os membros da família E2 estão aprovados para operações a partir desse significativo aeroporto.

Também em novembro de 2023, o Embraer E190-E2 e o E195-E2 receberam uma certificação de tipo da Autoridade de Aviação Civil de Singapura (CAAS). A Scoot, uma subsidiária de baixo custo da Singapore Airlines, começou a operar o E190-E2 em 2024.

Em maio de 2024, a LOT Polish Airlines anunciou o arrendamento de três novos E195-E2 da Azorra. A companhia aérea configurará os E195-E2, cada um com capacidade máxima para 146 passageiros, em uma disposição confortável de classe única de 136 assentos. Todas as entregas das aeronaves foram concluídas em 2024.

Em junho de 2024, a Mexicana de Aviación, companhia aérea estatal do México, encomendou 20 aeronaves E-Jets E2 — 10 jatos E190-E2 e 10 jatos E195-E2, cuja entrega começará no segundo trimestre de 2025. A Mexicana, primeira operadora de E-Jets E2 no México, configurará o E190-E2 com 108 assentos e o E195-E2 com 132 assentos — ambos em classe única.

Em agosto de 2024, a Virgin Australia fez um pedido firme à Embraer para oito aeronaves E190-E2 de fuselagem estreita e de pequeno porte, como parte de seu plano de renovação de frota. As entregas estão previstas para começar no segundo semestre de 2025.

Em dezembro de 2024, a companhia aérea luxemburguesa Luxair assinou um pedido firme de mais dois E195-E2. Ao exercer as duas opções garantidas em seu pedido firme de 2023 para quatro aeronaves E195-E2, a Luxair completou um total de seis E195-E2 encomendados. A primeira aeronave entregue do pedido original, feito em 2023, deverá entrar em operação no início de 2026, e o novo pedido garantiu janelas adicionais de entrega para 2027.

Em 31 de dezembro de 2024, nossa família de jatos E-Jets E2 possuía 179 pedidos em backlog e 155 aeronaves já haviam sido entregues a clientes em todo o mundo. Os principais operadores desses jatos incluem companhias aéreas de diversas regiões, como Azul (América Latina), Widerøe (Europa), Helvetic (Europa), KLM (Europa), Binter (Europa), Scoot (Ásia-Pacífico), Air Peace (África), Royal Jordanian (Oriente Médio) e Porter (América do Norte).

Cientes

Temos uma base de clientes global diversificada, e nossos principais operadores de aeronaves comerciais incluem algumas das maiores companhias aéreas regionais de baixo custo e principais companhias aéreas do mundo. Em 31 de dezembro de 2024, nossos maiores clientes de E-Jet por número de aeronaves em serviço eram SkyWest, Republic, American Airlines, KLM, Mesa, Azul, Tianjn, LOT Polish, Horizon Air e Porter. Além disso, em 31 de dezembro de 2024, 90,9% dos nossos pedidos firmes em backlog para a atual família de jatos EMBRAER 170/190

eram das companhias aéreas Republic Airlines, Skywest e American Airline. Além disso, em 31 de dezembro de 2024, nosso backlog da família E-Jets E2 compreende principalmente pedidos das companhias Azul, Porter, Azorra Mexicana e AerCap, que representaram aproximadamente 78.8% dos nossos pedidos da família E-Jets E2.

Geralmente vendemos nossas aeronaves comerciais de acordo com contratos com nossos clientes em uma base de preço fixo, ajustado por uma fórmula de escalonamento. Nossos contratos geralmente incluem uma opção para nossos clientes de comprar aeronaves adicionais por uma opção de preço fixo, sujeito à mesma fórmula de escalonamento. Além disso, nossos contratos incluem um pacote de suporte ao produto para cobrir a entrada em serviço de nossas aeronaves, bem como uma garantia geral para tais aeronaves. Outras disposições para desempenho específico da aeronave e requisitos de projeto são negociadas com nossos clientes. Além disso, alguns de nossos contratos contêm cláusulas de cancelamento e opções de troca.

Vendas e Marketing

Nossa estratégia de marketing atual se baseia em nossas avaliações do mercado mundial de companhias aéreas comerciais e nas necessidades de nossos clientes. Comercializamos ativamente nossas aeronaves para companhias aéreas internacionais e afiliadas regionais das principais companhias aéreas globais por meio de nossos escritórios regionais nos Estados Unidos da América, Europa e Ásia. Nosso sucesso depende, em grande medida, de nossa capacidade de identificar as necessidades de nossos clientes, incluindo as necessidades de atendimento ao cliente e suporte ao produto, e de atender a essas necessidades de maneira oportuna e eficiente, mantendo a alta qualidade dos nossos produtos. Nossos analistas de mercado e de companhias aéreas se concentram nas tendências de longo prazo do mercado, análises competitivas, planejamento de aprimoramento de produtos e análises de companhias aéreas. Em termos de marketing direto aos nossos clientes, contamos com o desenvolvimento de relacionamento, redes sociais e rede profissional. Como forma de manter nossos clientes informados e aumentar a conscientização e o reconhecimento da marca, participamos de shows e eventos aéreos, webinars e outros fóruns. Além de São José dos Campos, no Brasil, temos escritórios de vendas regionais em Amsterdã, Holanda; Fort Lauderdale, Flórida, Estados Unidos da América; Pequim, China; e Singapura.

Produção, Novos Pedidos e Opções

Antes de iniciar a produção ou o desenvolvimento de um novo projeto, garantimos cartas de intenções para pedidos futuros de um número significativo de aeronaves. Normalmente começamos a receber pedidos e construir um backlog de pedidos dois anos antes de começarmos a produzir um novo modelo de aeronave, com o objetivo de receber um número significativo de pedidos antes de entregar a aeronave inicial. Assim que um pedido é atendido, reservamos um lugar para esse pedido na linha de produção, garantindo que manteremos a produção suficiente para atender à demanda. Uma vez que um lugar é reservado na linha de produção, podemos fornecer aos clientes as datas de entrega de seus pedidos.

Incluimos um pedido no backlog assim que recebemos um compromisso firme, representado por um contrato assinado. Nosso backlog de pedidos não inclui opções e cartas de intenção para as quais não foram celebrados contratos definitivos.

Nossas opções costumam disponibilizar aos nossos clientes o direito de comprar uma aeronave a um preço fixo e em uma data de entrega especificada, sujeito a disposições de escalonamento, nos termos de um contrato de compra. Uma vez que um cliente decide exercer uma opção, consideramos isso como um pedido firme. Ocasionalmente, estendemos a data de exercício das nossas opções e renegociamos o cronograma de entrega de pedidos firmes, bem como permitimos que os clientes convertam seus pedidos firmes ou opções de uma aeronave em pedidos firmes ou opções para outra aeronave da mesma família de aeronaves comerciais.

Concorrência

Geralmente, enfrentamos a concorrência de grandes fabricantes no mercado internacional de aeronaves. Cada categoria de nossos produtos enfrenta uma concorrência de natureza diferente e geralmente de empresas diferentes. Alguns de nossos concorrentes têm mais recursos financeiros, de marketing e outros do que nós. Atualmente, enfrentamos a competição mais forte das seguintes aeronaves:

- *A220*, antigo *CSeries*, jatos de 110 a 150 assentos adquiridos pela Airbus da Bombardier, que entrou em serviço em 2016;
- *C909*, um jato regional de 90 passageiros produzido pela Commercial Aircraft Corporation of China, ou COMAC;
- *SSJ100*, um jato regional de 103 assentos produzido pela JSC Sukhoi Company, subsidiária da United Aircraft Corporation;
- *SpaceJet* (antigo *MRJ*), um jato de 76 a 88 assentos que estava em desenvolvimento pela Mitsubishi Aircraft Corporation, mas teve seu desenvolvimento suspenso em 2020 e oficialmente cancelado em 2023;
- *CRJ-700*, *CRJ-900* e *CRJ-1000*, jatos regionais de 70 assentos, 86 assentos e 98 assentos, respectivamente, anteriormente produzidos pela Bombardier, adquiridos pela Mitsubishi Heavy Industries (MHI);
- *Dash 8-400* (antigo *Q-400*), um programa turboélice de 72 lugares da Bombardier recentemente adquirido pela Havilland Canada que pertence à Viking Air;
- *ATR-72*, um turboélice de 68 lugares produzido pela ATR Aircraft.

Somos o maior fabricante do mercado de jatos de até 150 assentos do mundo, com participação de mercado de 29,1% em termos de entregas acumuladas, desde 2004, de acordo com o relatório de dados do Cirium Fleet Analyzer datado de 31 de dezembro de 2024.

Os principais fatores competitivos nos mercados em que participamos incluem projeto e força tecnológica, custos operacionais da aeronave, preço da aeronave, incluindo custos de financiamento, atendimento ao cliente e eficiência de fabricação. Acreditamos que seremos capazes de competir de forma favorável com base no desempenho de nossas aeronaves, eficiência, baixos custos operacionais, experiência em desenvolvimento de produtos, base global de clientes, aceitação no mercado, design de cabine e preço das aeronaves. Além disso, embora o cenário competitivo tenha se tornado cada vez mais agressivo, negócios como a aquisição da Airbus de uma participação majoritária no Programa Série C da Bombardier, rebatizado como A220, são evidências das oportunidades no mercado de 100-150 assentos. Com a equipe de vendas da Airbus promovendo o Programa A220, acreditamos que os clientes que não considerariam anteriormente aeronaves desse tamanho podem buscar nosso E190/E195-E2 como uma alternativa comparável.

Segmento de Aviação Executiva

Visão Geral

Projetamos, desenvolvemos e fabricamos uma variedade de jatos executivos em nosso segmento de Aviação Executiva. Nosso portfólio atual de jatos executivos inclui o Phenom 100 EX de nível básico, o Phenom 300E leve, o Praetor 500 de médio porte e o Praetor 600 de super médio porte.

Comercializamos nossos jatos executivos a companhias, incluindo companhias de propriedade fracionada, departamentos de voo corporativos, companhias de voos charter, companhias de táxi aéreo, pessoas físicas de alto poder aquisitivo e academias de voo, tanto independentes como aquelas pertencentes às companhias aéreas e forças armadas. Nosso segmento de aviação executiva foi responsável por 27,6%, 26,7% e 27,4% de nossa receita nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2024, nossos pedidos firmes em backlog para nossos jatos executivos totalizavam US\$7,4 bilhões, em comparação com US\$4,3 bilhões em 31 de dezembro de 2023.

Em maio de 2005, lançamos o Phenom 100 e o Phenom 300, que são jatos executivos nas categorias entry-level e light jet, respectivamente. O jato Phenom 100, que transporta até oito pessoas, recebeu a certificação da ANAC e da FAA em dezembro de 2008, no mesmo mês de sua entrada em serviço. O Phenom 300 transporta até onze pessoas e possui fuselagem, envergadura e alcance maiores do que o Phenom 100. Ele recebeu a certificação da ANAC e da

FAA e entrou em serviço um ano depois do Phenom 100. Desde o lançamento do Phenom 100 até o final de 2024, entregamos 416 aeronaves Phenom 100 e 834 jatos Phenom 300. Focados em melhorias constantes, lançamos o Phenom 100EV e o Phenom 300E em 2016 e 2017, respectivamente.

Em 2020, lançamos o novo Phenom 300E, apresentando melhorias em desempenho, conforto e tecnologia de bordo. O novo Phenom 300E é atualmente o único jato monopiloto em produção a atingir Mach 0,80, oferecendo uma cabine mais silenciosa e atualizações para seu conjunto de aviônicos. Esses recursos incluem vento preditivo e um sistema de conscientização e alerta de excursão de pista, que são nossa propriedade intelectual exclusiva e a primeira tecnologia desse tipo a ser desenvolvida e certificada na aviação executiva. O modelo já obteve a certificação da ANAC, da EASA e da FAA.

Em agosto de 2020, anunciamos o Phenom 300MED, uma solução única de transporte de evacuação médica, ou MEDEVAC, adequada à série do modelo Phenom 300, que também está disponível para retrofit, por meio de uma parceria com as empresas umlaut e Aerolite AG (Aerolite). A Embraer e a umlaut desenvolveram uma nova certificação de tipo complementar (STC) utilizando o equipamento Aerolite em 2021 e 2022. Certificado em janeiro de 2023, a STC da aeronave está disponível para as agências nacionais de aviação, como a EASA (Europa), a FAA (Estados Unidos) e a ANAC (Brasil). Projetada como uma solução ideal para aplicações civis e governamentais, a solução MEDEVAC será instalada exclusivamente pela premiada organização de Serviços e Suporte da Embraer, garantindo a mais alta qualidade, confiabilidade e experiência de serviço, diretamente do fabricante.

Em outubro de 2023, lançamos o Phenom 100EX, a mais nova geração da série Phenom 100, com melhorias focadas na experiência tanto dos usuários quanto dos pilotos. O Phenom 100EX combina maior conforto, versatilidade operacional e tecnologia amigável para um único piloto. A aeronave possui escada aérea completa, grande porta de entrada e compartimento de bagagem acessível. Ele oferece a seção transversal mais alta e mais larga de sua classe, combinada com janelas extragrandes. A cabine de comando é mais ampla, com mais espaço para as pernas do piloto proporcionado pelo rastreamento estendido do assento, uma cabine de comando de conceito aberto para facilitar a comunicação com a cabine e segurança aprimorada, pois é a primeira de sua classe a oferecer o Sistema de Alerta e Conscientização de Ultrapassagem de Pista (ROAAS). Outras melhorias aviônicas, como parte do Prodigy Touch, baseado no Garmin 3000, incluem o FlightStream 510, aproximação estabilizada, previsão de windshear, varredura volumétrica 3D automática com previsão de raios e granizo e muito mais.

Em abril de 2008, lançamos formalmente dois novos programas na categoria de cabine média, o jato de cabine média Legacy 450, com alcance de 2.575 milhas náuticas e capacidade para até nove passageiros, e o jato super midsize Legacy 500, com alcance de 3.125 milhas náuticas e capacidade para até 12 passageiros. O Legacy 500 foi certificado pela ANAC e pela FAA em 2014, no mesmo ano em que começou a operar. O Legacy 450 foi certificado pela ANAC e pela FAA em agosto de 2015 e pela EASA em setembro de 2015. Em novembro do mesmo ano, anunciamos um aumento no alcance do Legacy 450 para 2.900 milhas náuticas, com início de operação em dezembro. Em novembro de 2017, lançamos os jatos Legacy 450/500, com cabine na altitude de 5.800 pés, que aprimoraram ainda mais a experiência dos clientes. Esses dois programas de aeronaves ajudaram a fortalecer nossa posição no mercado e fizeram com que o nosso portfólio se tornasse um dos maiores portfólios do setor de aviação executiva. Tanto o Legacy 450 quanto o 500 tiveram suas entregas finais aos clientes em 2020, e foram renomeados como Praetors.

Em outubro de 2018, lançamos os novos Praetor 500 e Praetor 600, os jatos médio e super-médio, respectivamente, mais inovadores e tecnologicamente avançados, introduzindo um alcance sem precedentes nessas categorias. O Praetor 600 deve ser o jato comercial super-médio com maior capacidade de voo, permitindo voos sem escala entre Londres e Nova York. O Praetor 500 será o jato médio mais rápido, sendo capaz de chegar na Europa partindo da costa oeste dos Estados Unidos com apenas uma escala. O Praetor 500 é o sucessor do Legacy 450 na classe de tamanho médio, assim como o Praetor 600 é para o Legacy 500 na classe de tamanho super-médio. O Praetor 600 foi certificado e entrou em operação em abril de 2019 e em junho de 2019, respectivamente, enquanto o Praetor 500 foi certificado e entrou em operação em agosto de 2019 e em dezembro de 2019, respectivamente.

Em 2020, anunciamos uma série de melhorias inovadoras na cabine do Praetor 500 e Praetor 600. Além da pressão atmosférica interna da cabine mais baixa da classe (equivalente a uma altitude de 5.800 pés) e da capacidade de 100% de ar fresco, o filtro HEPA é um recurso padrão em todas as aeronaves Praetor, bem como uma porta de

bolso do lavatório elétrico que permite que a saída de emergência seja afastada da cabine principal. Em 2020, anunciamos a conclusão da primeira conversão europeia de um Legacy 450 em um Praetor 500. Em 31 de dezembro de 2024, entregamos 148 unidades do Praetor 500, incluindo 17 Legacy 450 e 41 conversões do Legacy 450 para o Praetor 500, e entregamos 197 unidades do Praetor 600, incluindo 80 Legacy 500. Em maio de 2023, registramos 250 pedidos de opções do Praetor 500, no valor de US\$5 bilhões, para a NetJets, uma das maiores operadoras fracionárias do mundo.

Em 31 de dezembro de 2024, havíamos entregado mais de 1.900 jatos executivos para mais de 1.080 clientes em 70 países, com um backlog superior a 480 aeronaves.

Concorrência

Os jatos concorrentes do Phenom 100EV e do Phenom 300E das categorias entry-level e light incluem a Textron, Honda e Pilatus. Na categoria midsize, o Praetor 500 concorre com aeronaves produzidas pela Textron, enquanto, na categoria super-midsize, o Praetor 600 concorre com aeronaves da Textron, Gulfstream e Bombardier.

Internacionalização Contínua

Em outubro de 2014, anunciamos uma expansão do complexo de linha de montagem do Legacy 500 e Legacy 450 em Melbourne, Flórida, o que mais do que dobrou o tamanho de nosso campus no Aeroporto Internacional de Melbourne. Desde então, continuamos a expandir nossa presença industrial, com centros de entregas, hangares de montagem, instalações de pintura e preparação de voo. Em 31 de dezembro de 2024, nosso campus em Melbourne tinha uma área construída de aproximadamente 500.000 pés quadrados.

Segmento de Defesa e Segurança

Realizamos a concepção, design, desenvolvimento, produção e suporte de uma ampla gama de soluções integradas para o mercado de defesa e segurança. Nossos produtos incluem aeronaves de treinamento avançado, plataformas de vigilância aérea, aeronaves de transporte militar, aeronaves de transporte oficial e sistemas de comando, controle, comunicações, computação, inteligência, vigilância e reconhecimento, bem como de vigilância e segurança de fronteiras, além de cibersegurança. Oferecemos um portfólio completo de serviços ao cliente, incluindo desde a manutenção e soluções relevantes até programas completos de suporte de logística de fornecedor. Usando nossas plataformas comerciais e jatos executivos, também oferecemos uma ampla gama de aeronaves dedicadas ao transporte de autoridades, evacuação médica e missões gerais de transporte para o mercado de defesa e segurança.

Em 31 de dezembro de 2024, havíamos vendido mais de 1.400 aeronaves de defesa, incluindo aeronaves de transporte do governo, para mais de 60 forças armadas e operadores em todo o mundo. Também somos o principal fornecedor de aeronaves de defesa para a Força Aérea Brasileira, com base no número total de aeronaves em sua frota. O segmento de Defesa e Segurança foi responsável por 11,3%, 9,8% e 9,1% de nossa receita nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2024, nossa carteira de pedidos firmes para esse segmento era de US\$4,2 bilhões, de US\$2,5 bilhões no final de 2023.

Produtos

Transporte Militar - C-390 Millennium

O C-390 Millennium é uma aeronave de transporte militar multimissão, desenvolvida para elevar os padrões de sua classe. O KC-390 Millennium é eficiente para transporte de carga e tropas, reabastecimento aéreo e missões humanitárias, entre outros usos, bem como para atuações em situações adversas, evacuações, combate a incêndios e reabastecimento em voo (por meio da variante KC-390 Millennium — o “K” denota que a aeronave possui capacidades de reabastecimento aéreo). Projetada com soluções modernas de engenharia, essa aeronave representa uma inovação na aviação de transporte militar e apresenta flexibilidade, robustez, mobilidade, facilidade de manutenção e tecnologia de ponta.

Em 31 de dezembro de 2024, a frota do KC-390 Millennium havia acumulado aproximadamente 16.000 horas de voo, com uma taxa de disponibilidade para missão de 93% e taxas de cumprimento de missão superiores a 99%. Além disso, o KC-390 Millennium foi a solução escolhida para transporte tático por dez países: Brasil, Portugal, Hungria, Holanda, Áustria, República Tcheca, Coreia do Sul, Suécia, Eslováquia e um país não divulgado, conforme segue:

- *Brasil* — Entre 2019 e 2024, entregamos sete aeronaves de transporte multimissão KC-390 Millennium à Força Aérea Brasileira. Durante a pandemia de COVID-19, a Força Aérea Brasileira operou o KC-390 em missões de transporte logístico, transportando suprimentos essenciais para o combate à pandemia no Brasil. A entrega mais recente foi a sétima aeronave, entregue à Força Aérea Brasileira em setembro de 2024.
- *Portugal* — Em 2019, o governo português assinou o primeiro contrato de exportação de aeronaves KC-390 Millennium, incluindo a aquisição de cinco aeronaves e um simulador de voo, juntamente com um contrato de serviços de 12 anos para suporte da frota, que será utilizada para transporte militar. Em 2023, a Força Aérea Portuguesa recebeu sua primeira aeronave, que é o primeiro KC-390 com configuração da OTAN. A segunda aeronave foi entregue em junho de 2024. Essa aeronave apresentou níveis de confiabilidade e disponibilidade semelhantes aos observados na frota brasileira, com altíssima produtividade.
- *Hungria* — Em novembro de 2020, firmamos um contrato de exportação com o governo húngaro para aquisição de duas aeronaves KC-390 Millennium, ou seja, variantes com capacidade para missões de reabastecimento em voo. A frota húngara também é a primeira equipada com unidade de terapia intensiva. A primeira aeronave foi entregue à Força Aérea Húngara em setembro de 2024.
- *Coreia do Sul* — Em dezembro de 2023, o C-390 Millennium venceu a licitação pública do programa Large Transport Aircraft II da Coreia do Sul, que fornecerá novas aeronaves militares para a Força Aérea da República da Coreia. A Coreia do Sul é o primeiro cliente do C-390 Millennium na Ásia.
- *Holanda* — Em junho de 2022, o Ministério da Defesa dos Holanda anunciou a decisão de adquirir cinco aeronaves KC-390 Millennium para substituir sua frota de C-130H Hercules. Essa decisão culminou em um pedido conjunto dos governos holandês e austríaco para aquisição de nove aeronaves KC-390 Millennium durante cerimônia no Farnborough Airshow em 2024 — cinco das quais seriam entregues à Força Aérea Real da Holanda.
- *Áustria* — Em setembro de 2023, o governo austríaco decidiu selecionar o KC-390 Millennium como sua nova plataforma multimissão. Em julho de 2024, como parte do projeto “Substituição da Capacidade de Transporte Aéreo Tático”, o governo austríaco realizou uma compra conjunta com o governo holandês de nove aeronaves KC-390 Millennium, das quais quatro seriam entregues à Força Aérea Austríaca.
- *República Tcheca* — Em outubro de 2023, a República Tcheca também selecionou o KC-390 Millennium como sua nova plataforma multimissão e iniciou a fase de negociação contratual. Isso culminou, em outubro de 2024, em um pedido de duas aeronaves KC-390 Millennium, que serão capazes de executar uma ampla gama de missões, como transporte tático de tropas, veículos e equipamentos, evacuação médica, combate a incêndios, gestão de desastres, apoio humanitário e reabastecimento em voo.
- *Suécia* — Em novembro de 2024, o Ministério da Defesa da Suécia anunciou a seleção do Embraer KC-390 Millennium como nova aeronave de transporte tático da Suécia. Essa decisão estratégica de outro país membro da OTAN marca a primeira aquisição do KC-390 Millennium no norte da Europa, evidenciando o compromisso da Suécia em reforçar suas capacidades de defesa com aeronaves de última geração.

- *Eslováquia* — Em dezembro de 2024, o Ministro da Defesa da Eslováquia reconheceu que o Embraer KC-390 Millennium é a opção que melhor atende às futuras necessidades de transporte militar do país. Espera-se que o Ministério da Defesa da Eslováquia inicie os trâmites formais para aquisição de três aeronaves KC-390 em 2025.
- *País não divulgado* — Em dezembro de 2024, assinamos contrato com um cliente não divulgado para venda de duas aeronaves multimissão C-390 Millennium. O contrato também inclui pacote abrangente de treinamento e suporte, bem como fornecimento de peças de reposição. As aeronaves serão especialmente configuradas para atender às necessidades do cliente, incluindo transporte tático de tropas e veículos, ajuda humanitária, gestão de desastres e evacuação médica.

Em fevereiro de 2024, nosso segmento de Defesa e Segurança anunciou a assinatura de um memorando de entendimento (MoU) com a Mahindra Defense Systems, subsidiária da Mahindra, com o objetivo de atender conjuntamente à aquisição de aeronaves multimissão KC-390 Millennium pela Força Aérea da Índia em seu próximo projeto de aquisição de Aeronaves de Transporte Médio (MTA). O MoU foi assinado na Embaixada do Brasil em Nova Délhi. Desde então, nós e a Mahindra temos mantido diálogo com o governo e a Força Aérea da Índia para definir os próximos passos do programa MTA, além de iniciar articulações com a indústria aeroespacial local visando ao desenvolvimento do plano de industrialização do projeto.

Em dezembro de 2024, assinamos um acordo com a Força Aérea Brasileira para aprofundar os estudos colaborativos voltados à expansão das capacidades da plataforma KC-390 Millennium para missões de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (ISR), com foco em Patrulha Marítima. Graças à sua versatilidade, robustez, comunicações de última geração e sistemas de autoproteção, acreditamos que essa aeronave possui grande potencial para atender — e superar — os requisitos operacionais não apenas da Força Aérea Brasileira, mas também de clientes em todo o mundo.

Suporte Aéreo Aproximado e Treinamento Avançado - A-29 Super Tucano

O A-29 Super Tucano é uma aeronave equipada para apoio aéreo aproximado e cenários de contrainsurgência, com sensores integrados, datalink, proteção da cabine e várias configurações de carga útil. O A-29 Super Tucano é a aeronave mais vendida de sua categoria, de acordo com nossa análise interna, e acreditamos que seu sucesso se deve ao fato de ser uma plataforma turboélice robusta e confiável, com um sistema de entrega de cargas úteis de alta precisão. O A-29 Super Tucano também é um treinador tático completo devido às suas características de manuseio, baixo custo operacional e sistemas aviônicos de última geração.

Atuamos como subcontratada do governo dos Estados Unidos e, por meio da Sierra Nevada Corporation, ou SNC, contratada do governo norte-americano, entregamos 47 aeronaves A-29 Super Tucano a diferentes países até 31 de dezembro de 2024. Em 2021, entregamos nove aeronaves à SNC, sendo três destinadas ao programa AFSOC (*Air Force Special Operations Command*) da Força Aérea dos Estados Unidos da América e seis, por meio do programa de Vendas Militares ao Exterior dos EUA, para o programa da Força Aérea da Nigéria. Além disso, por meio de nossa unidade de Gavião Peixoto, entregamos outras cinco aeronaves a um cliente não revelado, juntamente com sistemas de treinamento avançado, estações de planejamento e *debriefing* de missão, equipamentos opcionais e pacote de logística.

Em 2023, anunciamos o lançamento do A-29N Super Tucano. Essa variante incorpora aviônicos avançados, sistemas de comunicações específicos para a OTAN e outras capacidades inéditas não divulgadas, projetadas para atender aos requisitos operacionais de países membros da OTAN.

Além disso, firmamos com a Força Aérea Brasileira um memorando de entendimento (MoU) para estudar um pacote de atualização tecnológica conhecido como modernização de meia vida (*mid-life upgrade*) para a frota da Força Aérea Brasileira.

Desde sua entrada em serviço em 2004, mais de 290 unidades foram vendidas para mais de 20 países diferentes até 31 de dezembro de 2024, ultrapassando 580.000 horas de voo. Os pedidos do Super Tucano em 2024 compreenderam seis aeronaves vendidas à Força Aérea do Paraguai em julho, uma aeronave vendida à Força Aérea

do Uruguai em agosto (com opção de mais cinco em 2025), quatro aeronaves vendidas a um cliente africano não divulgado e seis vendidas a um cliente não divulgado em dezembro, além de 12 aeronaves A-29N vendidas a Portugal.

Programa de Caças F-39 Gripen

Em julho de 2014, celebramos um contrato com a Saab AB, ou Saab, para colaborar em um programa de gestão conjunta para o Projeto F-X2, atualmente chamado de Programa F-39 Gripen, de acordo com a seleção do Gripen NG como jato de caça da próxima geração do Brasil. Nos termos desse contrato, desempenhamos um papel relevante no programa como um todo e também assumimos uma grande parte do trabalho no desenvolvimento de sistemas, integração, ensaios em voo, montagem final e entrega das aeronaves Gripen NG de última geração para a Força Aérea Brasileira.

Em 2023, nós e a Saab inauguramos a linha de produção do caça Gripen E no Brasil, em nossa unidade em Gavião Peixoto, Brasil. Das 36 aeronaves Gripen E encomendadas pela Força Aérea Brasileira, 15 serão montadas nessa linha de produção. Em 31 de dezembro de 2024, as três primeiras aeronaves já estavam em produção na linha de montagem no Brasil.

Programas de Modernização Militar

Oferecemos serviços de modernização de aeronaves militares e atualmente temos dois programas em andamento sob contrato — um com a Força Aérea Brasileira e outro com a Marinha do Brasil.

Nosso programa com a Força Aérea Brasileira refere-se à modernização de cinco aeronaves E-99M de Alerta Aéreo Antecipado e Controle, ou AEW&C. O acordo também inclui seis estações de planejamento e análise de missão, que serão utilizadas para treinamento e desenvolvimento de tripulação. Em 2020, as duas primeiras unidades foram entregues e mais uma foi entregue a cada ano até 2022. Em 2023, o programa obteve a certificação de capacidade operacional plena, ou certificação FOC, e entregou a última aeronave modernizada na configuração final. Em 2024, as aeronaves entregues entre 2020 e 2022 foram reconfiguradas para a versão FOC, seguido da desmobilização do programa.

Nosso programa de modernização com a Marinha do Brasil trata da atualização dos caças A-4 Skyhawk (AF-1, conforme a designação da Marinha), com o objetivo de incorporar novas tecnologias, incluindo novos aviônicos, radar, geração de energia e sistemas de geração de oxigênio independentes. Até 2022, todos os sete caças AF-1 (AF-1B) modernizados foram entregues à Marinha do Brasil, bem como o simulador de base fixa AATD (*Advanced Aircraft Training Device*). Em 2023, as aeronaves receberam a certificação FOC e, em 2024, iniciamos a reconfiguração das aeronaves para a versão FOC. O processo será concluído em 2025, seguido pela desmobilização do programa.

Além dos programas em andamento, também concluímos o programa de modernização A-1M com a Força Aérea Brasileira. Esse programa teve como foco a modernização das aeronaves AM-X, aeronaves desenvolvidas por nós e vendidas à Força Aérea Brasileira há cerca de 20 anos. A plataforma tornou-se naturalmente defasada tecnologicamente ao longo do tempo. De 2013 a 2021, entregamos 11 aeronaves modernizadas e o programa foi concluído com o Plano de Verificação pela Força Aérea Brasileira em 2021. A desmobilização da linha de produção teve início em seguida e foi concluída em 2024.

Programas de Radares e Sistemas Terrestres

Nosso portfólio de recursos com relação a radares e sistemas terrestres inclui o desenvolvimento, a integração, o gerenciamento de projetos, o fornecimento, a fabricação, a implementação, a implantação e o suporte ao ciclo de vida de radares e sistemas terrestres para diversas aplicações, incluindo: defesa aérea de baixa altitude, vigilância de superfície, controle de tráfego aéreo, identificação de amigo ou inimigo (IFF), defesa aérea de médio alcance, vigilância e alerta antecipado, monitoramento e proteção de fronteiras, proteção de infraestruturas críticas, entre outros. Nossos produtos incluem soluções fixas, modulares e transportáveis. Nossa linha compreende uma ampla gama de produtos, como o radar de vigilância terrestre SENTIR M20, o radar de defesa aérea de curto alcance SABER M60, o radar de controle de tráfego aéreo e defesa aérea S200R, o radar de defesa aérea de médio alcance SABER

M200 VIGILANTE, entre outras soluções integradas. Uma dessas soluções é o SISFRON, com o objetivo de monitorar as fronteiras terrestres do Brasil, cuja arquitetura, desenvolvimento e implementação do sistema são liderados pela Embraer.

Alguns de nossos destaques em 2024 relacionados a esse portfólio foram os seguintes:

- Em 2024, o Exército Brasileiro assinou contrato para aquisição de uma unidade do radar M200 Vigilante, que opera como sensor de médio alcance para aplicações de Vigilância Aérea e Alerta Antecipado. Em 2023, o M200 Vigilante já havia concluído com sucesso uma campanha de testes que incluiu sua operação na Amazônia a bordo de uma aeronave KC-390 Millennium da Força Aérea Brasileira.
- Firmamos contrato com a Finep para finalizar o desenvolvimento da tecnologia que será incorporada ao radar multimissão SABER M200. Esse equipamento ampliará as capacidades operacionais das Forças Armadas Brasileiras e garantirá a prontidão em defesa aérea.
- A Embraer também deu continuidade ao desenvolvimento do radar de contrabateria, contratado pelo Exército Brasileiro em 2022, que aproveitará o mesmo conhecimento e tecnologia aplicados aos radares SABER M200. Em 2024, o protótipo passou com sucesso por testes de detecção de projéteis.
- Adicionalmente, em 2024, o programa da Fase 2 do SISFRON ultrapassou 45% de execução com a entrega de dois Centros Móveis de Comando e Controle ao Exército Brasileiro, proporcionando maior mobilidade às suas operações.
- Por fim, em 2024, concluímos a Avaliação Operacional e Técnica do radar terrestre de vigilância SENTIR M20. A avaliação foi uma etapa fundamental no processo de contratação do equipamento pelo Exército Brasileiro.

Principais Subsidiárias e Joint Ventures de Defesa e Segurança.

Atech

Desde 2013, a Atech tem atuado em diversos projetos estratégicos para o governo brasileiro, incluindo o programa LABGENE e sistemas de defesa aérea do Brasil. A Atech também é responsável pelo desenvolvimento, implementação e modernização dos centros de controle do tráfego aéreo brasileiro. O programa LABGENE segue em progresso e, em 2023, a Atech entregou ao governo brasileiro o Sistema de Detecção Nuclear Externa e o Sistema de Detecção Nuclear Interna. As competências comerciais da Atech incluem sistemas complexos, soluções para missões críticas e tecnologias de apoio à tomada de decisão.

Em 2024, a Atech assinou cinco novos contratos para o desenvolvimento, modernização e implementação de sistemas de controle do tráfego aéreo no Brasil, em parceria com o Departamento de Controle do Espaço Aéreo da Força Aérea Brasileira. Além disso, foi assinado o contrato da Fase 3 do sistema de gerenciamento do tráfego aéreo urbano com a Eve Air Mobility, como parte da parceria estratégica entre as empresas. Também seguimos avançando em projetos-chave de defesa:

- *DACOM*: Progresso contínuo na modernização do sistema de defesa aérea da Força Aérea Brasileira.
- *LABGENE (Laboratório de Geração de Energia Nuclear) – Marinha do Brasil*: Conclusão da entrega do sistema de indicação de posicionamento das barras de controle de potência do reator, bem como da fabricação dos sistemas de controle e segurança da planta, que agora entram na fase de integração e testes.
- *Participação da Atech nas Fragatas Classe Tamandaré*: Aceitação do sistema de gerenciamento integrado da plataforma e início da fase de comissionamento do primeiro navio. Os testes de fábrica do sistema de gerenciamento de combate foram concluídos e o laboratório de integração e comissionamento da Atech Rio está em operação.

Visiona

Em 2012, a Embraer e a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) constituíram a Visiona, com participação de 51% da Embraer e 49% da Telebras. A Visiona tornou-se contratada principal do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, sendo responsável pela integração do sistema.

Em 2023, o nano satélite VCUB-1 foi lançado ao espaço a bordo da missão Transporter 7 da SpaceX. Em 2024, todos os objetivos planejados foram atingidos com sucesso e a missão foi declarada bem-sucedida com a publicação das primeiras imagens captadas por um satélite privado brasileiro. Além disso, como parte da missão VCUB-1, a Visiona concluiu o desenvolvimento e a validação dos sistemas de gerenciamento de dados a bordo, comunicações, controle de órbita e atitude para satélites, representando domínio completo do software embarcado.

Em 2023, a Visiona foi contemplada com um aporte de R\$220,0 milhões do governo para o desenvolvimento de um novo satélite de observação de altíssima resolução (SATVHR). Em 2024, a empresa concluiu todas as revisões preliminares de projeto dos subsistemas e ultrapassou o marco de 50% de conclusão do projeto.

Águas Azuis

A Águas Azuis é uma sociedade de propósito específico formada pela Embraer, Atech e Thyssenkrupp Marine Systems, fundada e contratada em 2020 para construir quatro fragatas da classe Tamandaré para a Marinha do Brasil. A fragata líder de classe foi lançada ao mar em agosto de 2024, em cerimônia com a presença do Presidente da República e diversas autoridades nacionais e estrangeiras. A segunda fragata teve sua quilha batida em junho de 2024 e, ao final do ano, a construção da terceira fragata foi iniciada. Até a data deste relatório anual, três das quatro fragatas contratadas estão sendo fabricadas.

Concorrência

Nossas aeronaves militares enfrentam a concorrência de vários fabricantes em diferentes países em cada segmento de mercado. O Super Tucano concorre no mercado de apoio aéreo aproximado com o Textron AT-6 (Estados Unidos da América), o SkyWarden da L3 Harris (Estados Unidos da América), o KAI KA-1 (Coreia do Sul), o TAI Hürkuş (Turquia) e o Aero Vodochody L-39NG (República Tcheca), entre outros. No mercado de treinamento, concorre com o Pilatus PC-21 (Suíça) e com o Textron T-6A/B (Estados Unidos da América), entre outros.

No segmento de transporte militar, o KC-390 Millennium atua na categoria de transporte aéreo médio, na faixa de 20 toneladas. Seu principal concorrente é o Lockheed Martin C-130J (Estados Unidos da América). Devido ao projeto multimissão do KC-390 Millennium — incluindo evacuação médica, busca e salvamento, combate a incêndios, reabastecimento em voo, transporte de tropas e reabastecimento aéreo —, esperamos concorrência de outras aeronaves que possam executar algumas dessas missões. Esses concorrentes incluem o Airbus A400M (Europa), o Airbus C-295 (Europa), o Kawasaki C-2 (Japão), o Leonardo C-27J (Itália) e o Ilyushin IL-76 (Rússia).

Em nosso subsegmento de missões especiais, que compreende aeronaves utilizadas por autoridades e chefes de Estado, nossos jatos executivos enfrentam concorrência dos principais fabricantes de jatos executivos, como Textron e Gulfstream (Estados Unidos da América), Bombardier (Canadá) e Dassault (França).

Segmento de Serviços e Suporte

Visão Geral

Em 20 de dezembro de 2016, anunciamos a criação da Embraer Serviços & Suporte, que é uma unidade de negócios de serviços e suporte ao cliente que reúne capacidades que anteriormente eram alocadas a cada segmento de negócios. Nosso segmento de Serviços e Suporte é responsável pelo desenvolvimento de soluções de suporte a produtos e serviços novos e atuais, bem como pelo gerenciamento dos processos e recursos associados.

Em 31 de dezembro de 2024, esse segmento oferecia suporte a aproximadamente 4.750 produtos e atendia mais de 2.000 clientes em cerca de 100 países. Este segmento operacional também apoia os segmentos de Aviação Comercial, Aviação Executiva e Defesa & Segurança por meio de uma rede de operações especializadas em sites dedicados, como armazéns, instalações de MRO, centros de treinamento com simuladores de voo completos e mais de 200 representantes de suporte de campo, que trabalham lado a lado com os operadores para entender suas necessidades específicas e garantir o desempenho do produto.

Por meio de um amplo portfólio de serviços que abrange todos os segmentos, nossa equipe de especialistas oferece os seguintes serviços e produtos:

- Suporte em campo para atendimento presencial ou remoto para desafios operacionais e técnicos, garantindo máximo desempenho e comodidade;
- Suporte técnico, oferecendo análise de alavancagem, experiência em engenharia e monitoramento de frota em tempo real para atender às necessidades técnicas de nossos operadores com precisão e eficiência de ponta;
- Soluções de operações de voo para aprimorar as operações de nossos clientes por meio de soluções personalizadas, consultoria, supervisão e recursos de treinamento, otimizando a eficiência e a segurança;
- Modificação de aeronaves, elevando o desempenho de nossa frota com execução especializada e coordenação de atualizações de sistemas, juntamente com modificações de cabine, aviônicos e conectividade para uma experiência superior a bordo;
- Gerenciamento meticuloso de materiais, garantindo a disponibilidade ininterrupta de peças para manutenção programada e não programada;
- Soluções de manutenção otimizadas priorizando eficiência e segurança para excelência operacional contínua;
- Programas de treinamento para preparar a tripulação de voo, os técnicos de manutenção e o pessoal de operações para atingir os mais altos níveis de competência; e
- Suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana em nossa central de atendimento ao cliente, atendendo todas as plataformas de produtos que temos a oferecer, desde o EMB-120 Brasília até os E-jets E2 e Praetor 600.

Nossa rede global de mais de 14 MROs próprios e mais de 80 centros de serviços autorizados foi projetada para oferecer suporte aos nossos clientes com soluções personalizadas eficazes, confiáveis e eficientes. Nossas unidades de MRO estão localizadas nos Estados Unidos da América (Mesa, Arizona; Fort Lauderdale, Flórida; Melbourne, Flórida; Nashville, Tennessee; Macon, Tennessee; Fort Worth, Texas; Dallas Love Field, Texas; Cleveland, Ohio; e Sanford, Flórida), no Brasil (Sorocaba, Gavião Peixoto e São José dos Campos, São Paulo), na França (Le Bourget) e em Portugal (Alverca).

Para oferecer ainda mais suporte aos nossos clientes, nossas capacidades logísticas globais e centros de distribuição proporcionam acesso incomparável a um inventário abrangente de peças de reposição, complementado por novos sistemas de planejamento de peças e gestão de reparos, garantindo operações ininterruptas. Esses centros de distribuição estão localizados nos Estados Unidos da América (Davie e Fort Lauderdale, Flórida), na França (Mistry Mory), em Singapura, na China (Pequim) e no Brasil (São José dos Campos e Taubaté).

Nosso segmento de Serviços e Suporte foi responsável por 25,6%, 26,9% e 27,9% de nossa receita nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2024, nossos pedidos firmes em carteira para nosso segmento de Serviços e Suporte eram de US\$4,6 bilhões, em comparação com US\$3,1 bilhões em 31 de dezembro de 2023.

Em 2023, foram assinados novos contratos e renovações em nosso Programa Flight Hour Pool (que é um acordo que permite ao cliente receber suporte para uma ampla gama de componentes reparáveis para sua frota com base em suas horas de voo) com operadores de clientes como: Porter Airlines, SKS, Star Air, Marathon Airlines, Sky High, Royal Jordanian Airlines, Fly Amelia, National Jet Express, empresa do Grupo Rex, Scoot, LuxAir, entre outras.

Além disso, a evolução digital continua a ser fundamental no nosso negócio. Em 2023, vários recursos foram lançados para melhorar a experiência do cliente, como a (i) ferramenta de comércio eletrônico para compra ou renovação de serviços, como publicações técnicas, o Aircraft Health Analysis and Diagnosis, ou AHEAD (que é uma ferramenta de gerenciamento operacional que monitora continuamente a aeronave durante o voo por meio da transmissão automática de mensagens de alerta do sistema da aeronave para o solo), (ii) "academia do cliente", que consiste em tutoriais para suporte ao cliente, e (iii) melhorias no sistema eParts (que é um sistema que permite aos clientes gerenciar e comprar peças de aeronaves, como solicitação de peças, rastreamento de pedidos, cotação, devolução de material, entre outros).

Em 2024, anunciamos a expansão e o investimento nos Estados Unidos da América em nossa rede de serviços MRO para apoiar a crescente frota de aeronaves E-Jets E2, com a abertura de um novo centro de serviços próprio da Embraer no Aeroporto Perot Field Alliance, em Fort Worth, Texas. Em parceria com a cidade de Fort Worth, o condado de Denton e o Estado do Texas, esperamos iniciar as operações em um hangar já existente no início do segundo trimestre de 2025, enquanto construímos um segundo hangar, cuja conclusão está prevista para 2027. Com as novas instalações, a capacidade da Embraer de atender os clientes de E-Jets aumentará em 53% nos Estados Unidos da América, e os investimentos devem alcançar até US\$70 milhões, com a criação de aproximadamente 250 novos empregos na aviação no Texas. O novo centro de serviços em Fort Worth será incorporado à rede global da Embraer, que inclui 80 centros autorizados e 12 centros próprios ao redor do mundo.

Serviços e Suporte Relacionados ao Setor de Aviação Comercial

Nossas equipes de técnicos altamente qualificados trabalham diretamente com os operadores de Aviação Comercial para projetar um pacote de manutenção que atenda às necessidades da unidade de negócio, tais como:

- *Programa de Pool de Horas-Voo*, que permite que as companhias aéreas minimizem o investimento inicial em estoques e recursos reparáveis de alto valor, utilizando a experiência da Embraer e a vasta rede de prestadores de serviços de reparo de componentes. O programa resulta em uma economia significativa nos custos de reparos e de manutenção de estoque, na redução do espaço de armazenamento e na eliminação virtual dos recursos de gerenciamento de reparos;
- *Planejamento Colaborativo de Estoque Embraer (ECIP)*, que é um programa personalizado de gerenciamento de estoque de peças de reposição, projetado para ajudar os clientes a reduzir custos operacionais, otimizando os níveis de estoque;
- *Programa de Troca de Peças Embraer*, que oferece às operadoras uma lista altamente abrangente de peças rotativas disponíveis para trocas ad-hoc, que inclui os custos de troca e reparo; e
- *Otimização do Estoque do Cliente*, que compreende a gestão estratégica e a alocação de estoque para atender à demanda dos clientes, minimizando o excesso de estoque e os custos associados.

Monitoramos constantemente os níveis de satisfação dos clientes e mantemos canais de comunicação abertos com eles para entender as necessidades dos clientes e definir as ações mais adequadas para a melhoria contínua do nosso atendimento. Para isso, usamos as seguintes ferramentas e fóruns:

- pesquisa de satisfação anual de suporte ao cliente para identificar nossa posição competitiva;
- planos de ação e compromissos específicos com cada cliente, conhecidos como Planos de Ação Integrados do Cliente;
- trabalho em equipe e identificação sistemática e planos de ação integrados para resolver problemas que afetam a nós, nossos fornecedores e clientes;
- reuniões periódicas dedicadas na sede do cliente;
- Conferências de Operadores da Embraer, que são realizadas uma vez por ano e em diferentes regiões do mundo, com a presença de todos os operadores de E-Jets e E2s, bem como de fornecedores e parceiros;
- Workshop de Custos de Manutenção, um evento anual realizado para compartilhar as melhores práticas de manutenção e discutir iniciativas de redução de custos entre os operadores e a equipe da Embraer;
- eTalks, que é uma série de lives mensais criada para manter os clientes informados e atualizados sobre diferentes assuntos relacionados aos Serviços e Suporte da Embraer;
- fóruns interativos de discussão no portal FlyEmbraer, fomentando a troca de experiências entre os clientes e a Embraer;
- participação em feiras internacionais relacionadas a manutenção, tecnologia, gestão de relacionamento com clientes e outros; e
- um programa interno, Embraer Excellence in Customer Experience, que visa abordar as mudanças no segmento de Serviços e Suporte da divisão de aviação comercial, a fim de elevar o desempenho do nosso segmento de Aviação Comercial, atendendo às necessidades atuais e futuras do mercado, com o objetivo de obter os mais altos níveis de satisfação do cliente com base em sua experiência no setor de aviação comercial.

Em 2023, foi lançada a versão de nova geração do sistema AHEAD. O AHEAD é uma ferramenta que ajuda as companhias aéreas e os clientes a implementarem a manutenção preditiva digital em suas frotas de E-Jets E1 e E2, usando dados para identificar e prever possíveis problemas antes que eles se tornem críticos.

Em 2023, a Embraer-CAE Training Services anunciou a expansão da joint venture entre a CAE Training Services e a Embraer, com o objetivo de incluir programas de treinamento para pilotos e tripulantes de cabine para a família de E-Jets E2. O novo programa de treinamento de pilotos acontecerá em Singapura e contará com um novo simulador de voo completo de última geração para os E-Jets E2 no Centro de Treinamento de Voo CAE local.

Durante 2023, atingimos um marco importante com o programa de conversão de aeronaves de passageiros para aeronaves de carga, que foi o lançamento oficial da aeronave, revelando seu esquema de pintura ao mercado e iniciando os testes em solo. De acordo com esse programa, a conversão completa de cargueiros está disponível para todas as aeronaves EMBRAER 190 e EMBRAER 195 usadas, que entraram em serviço em 2024.

Em 2024, um dos principais impulsionadores dos serviços de Aviação Comercial foi a assinatura de um Memorando de Entendimento (MoU) entre a Fokker Services Asia (subsidiária do Fokker Services Group) e a Embraer. Esse MoU coloca as instalações da Fokker Services Group Asia em Seletar, Singapura, no caminho para se tornar um Centro de Serviços Autorizado da Embraer para a família de E-Jets de primeira geração, apoiando a presença crescente da Embraer na região da Ásia-Pacífico. Poucos meses depois, a Fokker Services Asia recebeu a certificação oficial como Centro de Serviços Autorizado da Embraer, com foco na aeronave E190. Além disso, a SIAEP, subsidiária da SIA Engineering Company Limited (SIAEC), tornou-se o primeiro Centro de Serviços Autorizado da

Embraer na região Ásia-Pacífico a oferecer serviços de manutenção, reparo e revisão (MRO) para a família de E-Jets E2 da Embraer.

A Embraer e a Scoot, subsidiária de baixo custo da Singapore Airlines, assinaram um contrato para o programa Embraer Collaborative Inventory Planning (ECIP), um programa personalizado de gestão de inventário de peças de reposição projetado para ajudar os clientes a reduzir custos operacionais por meio da otimização dos níveis de estoque. O acordo ECIP, aliado ao Programa Pool, proporcionará suporte abrangente à futura frota de nove jatos E190-E2 da Scoot. A companhia aérea será a primeira cliente do ECIP na região Ásia-Pacífico.

Outro marco importante no primeiro semestre foi a introdução do simulador de voo completo (FFS) dos E-Jets E2 em Singapura, o primeiro da região Ásia-Pacífico. O treinamento para os E-Jets E2 é o mais novo programa oferecido pela joint venture recentemente expandida Embraer CAE Training Services (ECTS). O programa de treinamento do E2 contará com o conteúdo didático baseado em avaliação por competência (CBTA) da CAE, instrução interativa em sala de aula com o simulador virtual CAE Simfinity (VSIM) e treinamento prático imersivo em um novo simulador de voo completo da série CAE 7000XR, com tecnologia de ponta.

Adicionalmente, a Embraer está expandindo sua rede de serviços MRO nos Estados Unidos da América para apoiar a crescente frota de E-Jets. Um novo centro de serviços próprio da Embraer será instalado no Aeroporto Perot Field Alliance, em Fort Worth, Texas. O primeiro E-Freighter, o E190F da Embraer, uma conversão de jato de transporte de passageiros para cargueiro, completou com sucesso seu primeiro voo. Ao final de 2024, o E190F, conversão de passageiro para carga total, foi certificado pela ANAC.

Serviços e suporte relacionados ao Setor de Aviação Executiva

Os serviços e o suporte prestados às aeronaves da Aviação Executiva continuam fortes, impulsionados principalmente pelo alto volume de transações de aeronaves no mercado de reposição e pela adição de novos clientes ao nosso programa Executive Care, que é um programa abrangente de manutenção de estruturas cuidadosamente projetado e gerenciado pela Embraer para fornecer uma maneira simples e previsível de orçar os custos de manutenção das aeronaves. Também aprimoramos nossos serviços e estrutura de suporte para melhorar a experiência de nossos clientes.

Para medir a satisfação de nossos clientes, implementamos o Programa Customer Experience, que é uma ferramenta de marketing para medir a satisfação do cliente com base na experiência do cliente. A pontuação neste projeto nos permite ser mais responsivos no desenvolvimento de iniciativas com base no feedback dos clientes e também prever suas necessidades.

Nosso Centro de Atendimento ao Cliente possui uma equipe de especialistas que se dedicam a dar suporte a toda a Aviação Executiva da Embraer, oferecendo assistência completa e em tempo hábil para atender às necessidades operacionais, técnicas e de manutenção. O Centro de Atendimento ao Cliente funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, e localiza-se na sede da Embraer em São José dos Campos. Sua prioridade é minimizar o tempo de resposta desde o primeiro contato do cliente até a conclusão definitiva, aplicando os recursos adequados de forma rápida e eficiente às necessidades críticas, assegurando assim que os clientes tenham assistência especializada em qualquer lugar do mundo.

Desde 2014, nosso suporte a produtos obteve consistentemente as melhores classificações em nossas pesquisas do setor. Em 2016, garantimos pela primeira vez a posição de número um nas pesquisas de suporte a produtos da Aviation International News (AIN) e da Pro Pilot. No ano seguinte, a AIN nos reconheceu novamente como líder em suporte a produtos. Em 2018, conquistamos o primeiro lugar na pesquisa de suporte ao produto da Pro Pilot e garantimos a segunda posição na pesquisa da AIN. Em 2020 e 2021, mantivemos nossa posição de liderança em todas as categorias da Pesquisa de Suporte ao Produto da Pro Pilot, como tempo de resposta da empresa, custos de peças e classificação geral. Em 2022, alcançamos o primeiro lugar na pesquisa de suporte ao produto da AIN e garantimos o segundo lugar na pesquisa da Pro Pilot. Os resultados gerais e a satisfação dos clientes em jatos executivos mantiveram a Embraer no topo das pesquisas de suporte ao produto de 2023, conquistando o primeiro lugar na Professional Pilot Magazine e o terceiro lugar na AIN.

Em 2023, implementamos com sucesso um novo simulador de voo completo para o Phenom 300E em Las Vegas, Nevada. Além disso, pelo quinto ano consecutivo, a operadora de base fixa da Embraer, ou a operadora FBO, em Sorocaba, São Paulo, foi reconhecida como a melhor FBO do Brasil, segundo pesquisa Aviation International News. Esse reconhecimento é resultado de nosso compromisso contínuo de melhorar nossas soluções, incluindo a expansão do centro de serviços no local em Sorocaba em 2022.

Além disso, durante o ano, em parceria com a FlightSafety, implementamos o terceiro simulador de voo completo para a Praetors, em Orlando, Flórida, e lançamos o acelerador automático para aeronaves Phenom 300E.

A Embraer-CAE Training Services anunciou a expansão de sua capacidade de treinamento com dois novos simuladores de voo Phenom 300 para atender à crescente demanda por treinamento em jatos executivos nos Estados Unidos da América e na Europa. No mesmo período, fizemos uma parceria com a Elite Jets para substituir os assentos da frota de Phenom 300 com nosso novo logotipo e anunciamos a duplicação de nossa capacidade de manutenção por meio da ampliação de nossos centros de serviços nos Estados Unidos da América, incluindo o aumento de uma equipe de assistência em solo para 28 equipes distribuídas pelo país, dando suporte a todas as MROs.

Em julho de 2023, comemoramos 40 anos de nossa presença na França. Atualmente, contamos com um Centro de Serviços para Jatos Executivos em Le Bourget e um armazém em Mitry-Mory, nos arredores do Aeroporto Charles de Gaulle.

Em 2024, a Embraer, a EVE e o Groupe ADP (*Aéroport de Paris*) assinaram um Memorando de Entendimento (MoU) para impulsionar o futuro da aviação de baixo carbono na região do Aeroporto de Paris-Le Bourget, na França. Como parte dessa iniciativa, a Embraer Serviços & Suporte planeja projetar e transferir suas instalações atuais para um novo prédio de manutenção, com o objetivo de mais que dobrar sua capacidade atual.

A nova unidade de MRO da Embraer em Cleveland, Ohio, Estados Unidos, iniciou suas operações em julho de 2024, seguida pelo lançamento de outra unidade em Sanford, Flórida, em agosto de 2024. Pelo segundo ano consecutivo, conquistamos o primeiro lugar na Pesquisa de Suporte ao Produto da Pro Pilot em 2024 e subimos para a segunda posição no ranking da Aviation International News.

Serviços e Suporte relacionados ao Setor de Defesa e Segurança

O segmento de Serviços e Suporte oferece soluções a diversas Forças Armadas e entidades governamentais por meio de um portfólio abrangente. Essas soluções são personalizadas para atender às necessidades dos nossos clientes e podem incluir materiais, treinamento, manutenção, engenharia e outros aspectos que aprimorarão a disponibilidade da frota e a prontidão para missões.

Nossos serviços de suporte variam de uma simples operação de venda até programas de suporte integrado. Avaliamos as capacidades e os requisitos de nossos clientes para definir a solução integrada que manterá a frota operando da maneira mais eficaz.

A aeronave multimissão KC-390 Millennium conta com uma equipe dedicada para projetar e implantar a solução e o início das operações da forma mais eficiente. Nosso cliente participa diretamente do processo, junto com a equipe da Embraer, incluindo a estratégia geral bem como detalhes específicos, assegurando uma operação confiável e tranquila desde o início do processo.

Como parte do programa de suporte integrado, também prestamos serviços a clientes novos e existentes do Super Tucano, aeronave utilizada por diversas Forças Aéreas em todo o mundo.

Além disso, também prestamos serviços de suporte de aeronave a operadores de aeronaves de passageiros de diversas organizações governamentais. Por exemplo, temos serviços de suporte projetados para atender exigências, incluindo a venda de peças de reposição, manutenção, treinamento e suporte técnico, entre outros, referentes a: (i) aeronaves recentes, como o Phenom 100, o Phenom 300 e o Legacy 450; (ii) aeronaves mais antigas, como o Legacy 600 e o ERJ-145; e (iii) aeronaves históricas, como o Bandeirantes (EMB-110) e o Brasília (EMB-120). Por meio dos

serviços de suporte que prestamos aos nossos clientes, podemos complementar aeronaves comerciais ou executivas com equipamentos e sensores, disponibilizando assim a frota de nossos clientes para diferentes tipos de missões.

Em 2022, a Embraer Serviços & Suporte para o mercado de defesa também alcançou marcos importantes, como a segunda fase do programa SISFRON, que teve início no primeiro trimestre de 2022.

Durante o mesmo ano, novos contratos de suporte temporário foram assinados com a Polícia Federal Brasileira para dois E175s e com a SATENA, o que representou uma nova receita para a Embraer Serviços & Suporte. Os novos acordos também incluem engenharia de sustentação (suporte e manutenção de aeronaves); treinamento de pilotos; radares M60 sob demanda e contrato de representação técnica para a frota Legacy 500.

Também em 2022, o segmento de Serviços e Suporte apoiou a preparação para a entrada em serviço da frota de KC-390 da Força Aérea Portuguesa e da Força de Defesa Húngara e a operação de 100% da frota de Super Tucano nas Filipinas. No treinamento, a equipe ajudou na primeira e bem-sucedida operação do KC-390 para o lançamento aéreo de suprimentos de carga na base de pesquisa brasileira na Antártica, além de concluir o treinamento de pilotos na Turkmen Air.

No segmento de Defesa & Segurança, o segmento de Serviços & Suporte celebrou um contrato de suporte logístico integrado, ou ILS para o A-29 com a Força Aérea Chilena e a participação da Embraer na primeira assembleia do Grupo de Usuários do KC-390, organizado pela Força Aérea Portuguesa.

Em junho de 2023, um marco importante foi a inauguração do primeiro simulador de voo completo para o jato multimissão KC-390 Millennium na Academia Embraer, localizada na unidade Eugênio de Mello em São José dos Campos, estado de São Paulo, Brasil. Além disso, a execução de contratos pontuais de peças de reposição e reparos com a Força Aérea das Filipinas e o contrato de ILS com a Força Aérea Helênic foram conquistas importantes.

Em 2023, um marco importante foi a extensão do contrato da ILS para a frota da Força Aérea Brasileira, composta por 24 aeronaves ERJ-135, Legacy 600 e AEW. Na opinião da nossa administração, o ILS é a escolha preferida no mercado de defesa, que acreditamos garantirá aos nossos clientes militares e governamentais a disponibilidade de ativos a custos previsíveis e competitivos.

Em 2024, alcançamos marcos importantes, como: o suporte à entrada em serviço da sétima aeronave multimissão KC-390 Millennium entregue ao Primeiro Esquadrão do Primeiro Grupo da Força Aérea Brasileira na Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro; a celebração de cinco anos de operação do KC-390 pela Força Aérea Brasileira; e a entrada em serviço do KC-390 Millennium da Força Aérea Húngara com apoio de nossa equipe técnica. Também anunciamos que forneceremos soluções de treinamento para o KC-390 Millennium à Força Aérea Real da Holanda. O acordo inclui um simulador de voo completo e um treinador de operação de estação de carga desenvolvido em parceria com a Rheinmetall.

OGMA

A OGMA, subsidiária da Embraer localizada em Alverca, Portugal, combina o know-how acumulado como fabricante de aeronaves e prestadora de serviços de manutenção. Ela oferece, no mundo todo, serviços de MRO para aviação comercial, executiva e de defesa, bem como para motores e componentes de aeronaves. Além disso, a OGMA tem um importante papel como principal fornecedora de aeroestruturas de soluções integradas a OEMs e fornecedores de primeira linha. A OGMA entrega conjuntos e subconjuntos tanto em materiais metálicos como compósitos. Em 31 de dezembro de 2024, detínhamos 65% do capital votante da OGMA, sendo os 35% restantes pertencentes à idD - Portugal Defense S.A.

A OGMA comemorou o aniversário de 100 anos de atividades no mercado aeronáutico em 2018. Desde a sua constituição, a OGMA tem realizado investimentos nas áreas de MRO e fabricação de aeroestruturas. Em 2018, a OGMA também celebrou um contrato de manutenção e gestão da frota de aeronaves C-130 da Força Aérea Brasileira, fortalecendo sua posição nesse mercado. A OGMA ampliou ainda mais o espectro de MRO, obtendo a certificação para manutenção do motor Rolls-Royce AE1107. Além disso, ela também celebrou um contrato de manufatura de pilones com um dos maiores fabricantes de aeronaves executivas.

Em 2020, a OGMA firmou 12 novos contratos para prestação de serviços de MRO aos segmentos de Defesa & Segurança e Aviação Comercial, além de serviços de reparo de componentes de manutenção, como sistemas hidráulicos, pneumáticos, de combustível, elétricos e aviônicos. Ainda em 2020, a OGMA tornou-se um novo centro autorizado de manutenção de motores Pratt & Whitney, como resultado de um projeto desenvolvido pela OGMA, com o apoio da Embraer, ao longo dos 12 meses anteriores, permitindo a expansão do seu escopo de serviços na área da manutenção de motores, e marcando a entrada da Pratt & Whitney manutenção, reparação e revisão em Portugal.

Em 2021, a OGMA obteve grandes conquistas, como: A Pratt & Whitney assinou um acordo para motores PW GTF, o Programa Rolls-Royce AE 2100 incluiu a entrega da primeira nacele dentro do TAT contratado, e foi firmado um acordo para a Academia Aeronáutica da OGMA. Também em destaque na publicação Aerospace & Defense Review, a OGMA foi classificada como uma das “10 principais empresas de serviços MRO na Europa em 2021.”

Em 2022, a OGMA entregou o último F-16 à Força Aérea Real da Holanda (RNLAf), o segundo ERJ-175 para a Polícia Federal brasileira e entregou um C-130 para a Força Aérea Portuguesa.

A OGMA obteve ainda dois importantes reconhecimentos no mercado, sendo classificada como uma das "Top 10 MRO Service Companies in Europe in 2022" pela Aerospace & Defense Review. A OGMA foi também nomeada como um dos melhores locais para trabalhar, ocupando o primeiro lugar no setor da aviação, de acordo com o estudo de employer branding desenvolvido pela Randstad Portugal.

Em 2023, a OGMA realizou a primeira manutenção de base de uma aeronave E2, a primeira do mundo, e concluiu a manutenção da aeronave C-295 à Força Aérea Portuguesa.

Em 2023, a OGMA realizou manutenção em helicópteros modelo EH101 da Força Aérea Portuguesa e aeronaves modelo C-295 e C-130 H da Força Aérea Brasileira. A OGMA realizou a primeira manutenção pesada C-Check (que é uma verificação de manutenção realizada a cada 20-24 meses) nas três aeronaves E2 da Widerøe, a maior companhia aérea regional da Escandinávia. Essas aeronaves fazem parte do primeiro grupo de aeronaves a passar por esse tipo de manutenção no mundo.

Em 2023, após serviços de manutenção, entregamos aeronaves ERJ-145 para a Loganair, ERJ-135 para a Força Aérea Indiana, EJet170 para a Royal Oman Police e Nordic Aviation Capital, aeronaves 190E2 para a Placard, C-130 para a Força Aérea Chilena e Força Aérea do Chade, e F-16 e helicóptero EH-101 para a Força Aérea Portuguesa. Cerca de 25 motores Rolls-Royce também foram entregues após reparos e manutenção. No que diz respeito às aeroestruturas, a OGMA entregou diversas peças fabricadas e montadas aos nossos principais clientes.

No último trimestre de 2023, entregamos aeronaves C-295 à Força Aérea Portuguesa e iniciamos treinamentos de manutenção pesada dos motores GTF.

Em 2024, a OGMA inaugurou a nova linha de manutenção da família de motores GTF PW1100 da Pratt & Whitney e concluiu a entrada do primeiro motor na linha.

Segmentos de Outros Negócios

Visão Geral

Em nossos Segmentos de Outros Negócios, fornecemos peças para sistemas estruturais, de combustível, mecânicos e hidráulicos à Sikorsky Aircraft Corporation, à Helicopter Support Inc. e à Liebherr Aerospace, para atender às necessidades de pós-venda dessas empresas. Adicionalmente, fabricamos peças de reposição para a Sikorsky, como trem de pouso, sistema de combustível e tanques de combustível para seus helicópteros S-92 e H-92 Helibus.

Produzimos a aeronave Ipanema, um pulverizador agrícola originalmente desenvolvido na década de 1970 sob especificações do Ministério da Agricultura do Brasil. Atualmente em sua sétima geração, todas as novas aeronaves Ipanema são entregues com motor movido a biocombustível (etanol). Essa aeronave é produzida sob demanda e, em 31 de dezembro de 2024, havíamos entregado um total de 1.671 unidades, incluindo 65 no ano de 2024.

Nossos Segmentos de Outros Negócios também incluem serviços relacionados ao desenvolvimento e à certificação de eVTOLs, como a criação de uma rede de manutenção e serviços para eVTOLs e o desenvolvimento de um sistema de gerenciamento de tráfego aéreo (mobilidade aérea urbana, ou negócio de UAM).

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, nossos Segmentos de Outros Negócios representaram, respectivamente, 1,0%, 1,5% e 1,6% de nossa receita. Esse segmento também inclui receitas de nossa subsidiária Tempest. Para mais detalhes, consulte a nota 36 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2024 incluídas neste relatório anual.

Tempest Security Intelligence

Fundada em 2000, a Tempest é a maior empresa de cibersegurança do Brasil, fornecendo soluções completas para a proteção dos negócios no mundo digital. O portfólio de produtos e serviços fornecidos pela Tempest está alinhado com a estrutura do National Institute of Standards and Technology (NIST), um órgão governamental não regulatório vinculado à Administração de Tecnologia do Departamento de Comércio dos Estados Unidos. Com mais de 400 profissionais e escritórios em Recife, São Paulo e Londres, a Tempest já garantiu a proteção de mais de 800 empresas de todos os portes e setores, oferecendo um portfólio com mais de 80 soluções que incluem consultoria, identidade digital, segurança gerenciada e serviços de integração.

Em 2024, a Tempest tornou-se uma empresa 100% controlada pela Embraer, reforçando a confiança da Embraer no crescimento contínuo da área de cibersegurança e posicionando a Tempest como um player importante dentro da visão estratégica da Embraer. Acreditamos que essa movimentação fortalece a capacidade da Tempest de expandir e inovar no setor de cibersegurança, assegurando resiliência de longo prazo e uma presença de mercado mais robusta.

Este ano também marcou uma importante transição de liderança na Tempest. Em agosto, o Sr. João Paulo Lins foi anunciado como novo CEO da Tempest como parte de uma transição planejada. Anteriormente, o Sr. Lins atuava como diretor de tecnologia da Tempest, desempenhando um papel fundamental na liderança estratégica da empresa. Nesse período, esteve ativamente envolvido na criação da AllowMe Tecnologias Ltda., ou AllowMe, e em estratégias de fusões e aquisições envolvendo a própria AllowMe (vendida em 2023 à Serasa Experian), a El Pescador (vendida em 2019 à KnowBe4) e a aquisição da EZ-Security (adquirida pela Embraer em 2018). Com sua ampla experiência, o Sr. Lins traz uma visão estratégica voltada para o crescimento, eficiência operacional e fortalecimento de parcerias para ampliar a oferta de soluções e a competitividade da empresa.

Ao longo de 2024, a Tempest promoveu uma grande reestruturação de seu centro de operações de segurança, introduzindo um novo conjunto de ofertas e um modelo reformulado. Essas mudanças visam oferecer aos clientes serviços de segurança mais escaláveis, eficazes e personalizados, garantindo que a Tempest se mantenha na vanguarda das operações de cibersegurança.

Adicionalmente, a Tempest vem reestruturando ativamente sua divisão de revenda de softwares, firmando parcerias estratégicas com players relevantes, como o Google SecOps. Essa colaboração tem sido fundamental na conquista de contratos importantes ao longo do ano, ampliando a capacidade da Tempest de fornecer soluções de cibersegurança de ponta aos seus clientes.

Como estratégia de longo prazo, o segmento de Threat Intelligence permaneceu como um dos principais focos, refletindo a forte demanda do mercado e a capacidade da Tempest de adaptar suas ofertas. A receita nesse segmento, que inclui Threat Intelligence e SaaS, apresentou crescimento anual de 20,2% entre 2024 e 2023, reforçando a transição da Tempest para um modelo mais orientado a software.

Com esses avanços estratégicos, a transição de liderança e a parceria reforçada com a Embraer, acreditamos que a Tempest está bem posicionada para continuar crescendo e inovando no setor de cibersegurança, garantindo que seus clientes permaneçam protegidos em um cenário digital cada vez mais complexo.

Atividades de Arrendamento Operacional de Aeronaves

Com o objetivo de prestarmos um melhor suporte financeiro às nossas atividades comerciais, bem como para administrar e reduzir os riscos financeiros relacionados à comercialização de aeronaves, criamos a ECC Leasing em setembro de 2002. A ECC Leasing realizou a recomercialização de aeronaves em seu portfólio em condições e valores similares àqueles de mercado e sem qualquer garantia da Embraer. Todas as operações de venda e arrendamento foram realizadas a taxas de mercado, ajudando a sustentar o valor presente e futuro de nossos produtos.

Em janeiro de 2017, a ECC Leasing foi incorporada pela Embraer Netherlands, bem como seus ativos e atividades. A missão da Embraer Netherlands, atuando como responsável pelas atividades de arrendamento operacional de aeronaves, é administrar e realizar a recomercialização do nosso portfólio de aeronaves, que devido a obrigações contratuais, podem ser adquiridos por nós por meio de operações de troca (*trade-in*). Também prestamos serviços de recomercialização a terceiros que pretendam vender suas aeronaves fabricadas por nós.

Em 2024 e 2023, a Embraer Netherlands não vendeu e não entregou nenhuma aeronave, em comparação com uma aeronave entregue em 2022, por um valor total de US\$24,5 milhões. Desde o estabelecimento do negócio de recomercialização de aeronaves, em 2002, até 31 de dezembro de 2024, vendemos 267 aeronaves, das quais nenhuma estava disponível ou em negociação de venda no final de 2024.

Acreditamos que os resultados da Embraer Netherlands dependerão em grande parte das condições de mercado, dos níveis de disponibilidade de aeronaves e da demanda por jatos, principalmente na categoria de 70 a 150 assentos.

Mercados

A tabela abaixo apresenta nossa receita por linhas de negócios e região geográfica dos usuários finais nos períodos indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
	<i>(em milhões de US\$)</i>		
Aviação Comercial			
América do Norte.....	1.615,6	1.489,4	1.234,7
América Latina (exceto Brasil).....	95,4	32,2	—
Ásia-Pacífico.....	29,0	—	—
Brasil.....	0,3	4,2	2,4
Europa.....	440,8	293,8	234,9
Outros.....	27,5	27,2	71,9
Total.....	2.208,6	1.846,8	1.543,9
Aviação Executiva			
América do Norte.....	1.330,3	1.054,1	914,1
América Latina (exceto Brasil).....	36,7	21,4	20,0
Ásia-Pacífico.....	35,3	20,1	—
Brasil.....	156,3	85,7	87,8
Europa.....	204,1	226,9	212,6
Outros.....	—	—	9,9
Total.....	1.762,7	1.408,2	1.244,4
Defesa e Segurança			
América do Norte.....	0,1	1,0	2,9
América Latina (exceto Brasil).....	81,2	—	1,4
Ásia-Pacífico.....	60,2	67,1	3,6
Brasil.....	181,9	141,9	210,2

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
	<i>(em milhões de US\$)</i>		
Europa.....	384,6	304,9	194,0
Outros	12,9	0,5	0,5
Total.....	720,9	515,4	412,6
Serviços e Suporte			
América do Norte.....	835,1	737,8	706,0
América Latina (exceto Brasil)	53,9	44,6	31,6
Ásia-Pacífico.....	131,7	117,3	97,3
Brasil.....	127,0	141,4	132,1
Europa.....	408,0	305,1	242,8
Outros	80,8	71,4	56,9
Total.....	1.636,5	1.417,6	1.266,7
Outros			
América do Norte.....	0,1	—	—
Brasil.....	65,9	80,5	72,7
Europa.....	—	—	0,1
Total.....	66,0	80,5	72,8

Fornecedores e Componentes; Contratos de Compartilhamento de Risco

Nós não fabricamos todas as peças e componentes usados na produção das nossas aeronaves. Em 31 de dezembro de 2024, 77,1% dos nossos custos de produção consolidados nos segmentos de Aviação Comercial, Aviação Executiva e Defesa e Segurança consistiam em materiais e equipamentos comprados de nossos parceiros de compartilhamento de riscos e de outros grandes fornecedores. Os contratos de compartilhamento de riscos firmados com fornecedores de componentes-chave nos permitem focar em nosso negócio principal: projeto, desenvolvimento, fabricação e venda de aeronaves e sistemas para os nossos segmentos de Aviação Comercial, Aviação Executiva e Defesa e Segurança. Os acordos de compartilhamento de riscos são aqueles em que os fornecedores são responsáveis pelo projeto, desenvolvimento e fabricação dos principais componentes ou sistemas de nossas aeronaves.

Em nossos segmentos de Aviação Comercial, Aviação Executiva e Defesa e Segurança, contamos com parceiros de compartilhamento de riscos para o fornecimento de componentes vitais para nossas aeronaves. Selecionamos fornecedores com base em desempenho técnico e qualidade de produtos, capacidade produtiva, relacionamento anterior e competitividade financeira, entre outros. Temos mantido relacionamentos contínuos com a maioria de nossos principais fornecedores desde o início da fabricação do Bandeirante em 1975.

Além disso, firmamos contratos de compra com nossos principais fornecedores para atender nossa produção. Esses contratos preveem fórmulas de precificação que levam em conta os diversos fatores que afetam os negócios de nossos fornecedores e nos ajudam a atenuar os efeitos da volatilidade de preços (que em alguns casos pode ser significativa) de materiais, peças e componentes necessários para nossas atividades operacionais. Como padrão, não somos obrigados a comprar uma quantidade mínima de materiais anualmente de acordo com esses contratos de fornecimento. A continuidade do nosso relacionamento com fornecedores depende da cooperação, desempenho e manutenção de preços competitivos.

À medida que o conflito entre Rússia e Ucrânia persiste, seguimos acompanhando de perto os desdobramentos para avaliar possíveis restrições ou impactos que possam surgir, incluindo eventuais aumentos nos preços dos produtos vendidos por nossos fornecedores. Além disso, o conflito resultou em um aumento nos ataques cibernéticos ao redor do mundo, ampliando ainda mais os riscos operacionais em todo o setor de aviação.

Assim que o conflito começou, suspendemos os serviços de peças, manutenção e suporte técnico para determinados clientes para cumprir as sanções impostas à Rússia, Belarus e determinadas regiões da Ucrânia pelas leis das jurisdições às quais estamos sujeitos. A Rússia é um dos maiores fornecedores de titânio do mundo, e o titânio é um elemento fundamental para o processo de fabricação de aeronaves. Embora não haja preocupação com a disponibilidade do preço de comercialização do titânio em nossa cadeia de suprimentos, considerando nossa posição

atual de estoque e as fontes alternativas existentes em outros países, continuaremos a monitorar nossa cadeia de suprimentos para identificar possíveis restrições.

Além disso, apesar do acordo de cessar-fogo assinado entre Israel e o Hamas, continuamos monitorando os desdobramentos para identificar possíveis impactos na cadeia de suprimentos, nas operações ou no suporte ao cliente, especialmente porque contamos com fornecedores no Oriente Médio e quaisquer interrupções, atrasos nas remessas ou aumentos de custos podem afetar negativamente nossos negócios.

Para mais detalhes sobre nosso relacionamento com fornecedores, consulte o “Item 3”. Informações-Chave—D. Fatores de Risco—Operações e Contratos Comerciais—Trabalhamos com um número limitado de fornecedores-chave”.

Aviação Comercial

Família de Jatos EMBRAER 170/190 e Família de Jatos E-Jets E2

Aprimoramos a família de jatos EMBRAER 170/190 continuamente, em conjunto com nossos parceiros de compartilhamento de riscos que fornecem sistemas-chave para as nossas aeronaves. Nossos contratos com fornecedores para a família de jatos EMBRAER 170/190 diferem daqueles para a família de jatos regionais ERJ 145, para os quais utilizamos menos fornecedores. Com relação à família de jatos EMBRAER 170/190, cada parceiro de compartilhamento de riscos é responsável pelo desenvolvimento e fabricação de sistemas de aeronave, como trens de pouso, sistema hidráulico e sistema de controle de voo, em vez de componentes individuais, sendo que um número menor de componentes é fornecido por companhias que não compartilham riscos. O fato de nossos parceiros de compartilhamento de riscos assumirem a responsabilidade pelos sistemas reduz nossos investimentos de capital, que por sua vez diminui nossos riscos de desenvolvimento e aumenta nossa eficiência operacional ao reduzir o número de fornecedores por produto e cortar custos de produção. Isso também reduz o tempo de desenvolvimento e produção.

Quando foram lançados, os E-Jets eram uma das mais avançadas aeronaves em operação. O sistema fly-by-wire, a aviônica integrada e o projeto de bolha dupla em corte transversal proporcionaram um novo nível de tecnologia e conforto de passageiros para o segmento. O sucesso da família levou a uma participação de mercado de 29,1% das entregas no segmento de jatos de até 150 assentos de 2004 a 2024, de acordo com a Cirium. Não obstante, nos últimos dez anos, aprimoramos continuamente essa família. Novos pacotes de desempenho, melhorias na manutenção, redução de ruído externo e redução de queima de combustível são exemplos das melhorias desenvolvidas.

O projeto E-Jets E2 é um importante exemplo de nosso compromisso de manter a liderança de mercado no segmento. A tecnologia de ponta aplicada aos motores, asas e aviônicos faz da família E2 uma ferramenta altamente eficiente para companhias aéreas. O E2 representa um novo nível de eficiência aerodinâmica, pois suas asas apresentam um dos maiores alongamentos do setor e possuem formato inovador. O E2 também possui sistemas e aviônica aprimorados, incluindo a quarta geração de comandos de voo 100% fly-by-wire e os motores com alta razão de passagem PurePower™ Geared Turbofan da Pratt & Whitney (PW1700G no E175-E2, PW1900G no E190-E2 e no E195-E2). Essas melhorias resultam em reduções de dois dígitos em queima de combustível, emissões, ruído e custos de manutenção. A comunalidade do cockpit da atual geração de E-Jets é um propulsor-chave do projeto dos E-Jets E2, permitindo uma transição tranquila para pilotos de E-Jets. O avançado sistema de aviônica integrada Primus Epic™ 2 da Honeywell, com grandes telas de paisagem e capacidades gráficas avançadas, e o sistema de gestão de voos de próxima geração (Next Generation Flight Management System – NGFMS) da Honeywell, já em desenvolvimento para a atual geração de E-Jets, proporcionarão uma excelente consciência situacional para pilotos e flexibilidade para promover inovações contínuas no deck de voo. Outro objetivo da família de jatos E-Jets E2 é aumentar as oportunidades de receita, pois essa família é projetada para oferecer melhor disponibilidade de aeronave e maiores receitas acessórias para os operadores.

Conhecido por suas cabines espaçosas e confortáveis, sem assentos intermediários, a experiência de passageiro dos E-Jets é ainda mais aprimorada na geração E2. A empresa de design britânica PriestmanGoode foi contratada para desenvolver a cabine da aeronave juntamente com a Embraer. O interior será uma nova referência em design de cabine, aprimorando a experiência do passageiro e proporcionando um ambiente melhor, mais confortável

e customizado segundo as necessidades dos passageiros, maximizando a eficiência operacional das companhias aéreas.

Outros fornecedores e parceiros para os E-Jets E2 incluem, entre outros: Liebherr (sistemas de controle para flaps e slats), Moog (fly-by-wire), Safran (sistema de controle do estabilizador horizontal), Collins Aerospace (rodas, freios, APU, sistema elétrico), Safran AeroSystem (alimentação de combustível do motor e da APU, reabastecimento sob pressão, transferência de combustível, inertização e ventilação do tanque de combustível e medição e controle de combustível), Crane Aerospace & Electronics (módulo de controle eletrônico para trem de pouso, sistemas de controle de freio e sensores de proximidade), ASTK (segmentos de fuselagem, leme e elevadores), a divisão de equipamentos da Embraer (responsável pelo trem de pouso) e Aernnova Aerospace (estabilizadores verticais e horizontais, revestimentos de asa, longarinas, stubs e nervuras).

A Parker-Meggitt projeta e produz um conjunto aleatório de alto desempenho para conectividade a bordo, enquanto a Panasonic fornece a plataforma de streaming sem fio a bordo.

Aviação Executiva

Os parceiros de risco para os jatos Phenom 100EV e Phenom 300E são Pratt & Whitney Canada, o fornecedor de motores, Garmin, o fornecedor de sistemas aviônicos, e para o Phenom 100EX Eaton Corporation, o fornecedor de sistemas hidráulicos. Os principais parceiros de risco para os jatos Praetor 500 e Praetor 600 são Honeywell, que é o fornecedor dos motores, e Rockwell Collins, o fornecedor de sistemas aviônicos.

Defesa e Segurança

Com relação à nossa unidade de negócios de Defesa e Segurança, estabelecemos parcerias com diversas entidades para o fornecimento de peças. Um exemplo é nossa parceria com a ELTA Systems, subsidiária da Israel Aerospace Industries, anunciada em 2019 para o lançamento do Praetor P600 AEW&. Com relação ao KC-390 Millennium, temos uma parceria com a Raytheon Technologies, responsável por várias peças de aeronaves, incluindo os motores e o sistema aviônico, com a Rheinmetall, nosso fornecedor preferencial de simuladores e dispositivos de treinamento; e com a BAE Systems para explorar oportunidades para o KC-390 no Oriente Médio. Para o A-29 Super Tucano, temos uma parceria com a Elbit Systems, que é um fornecedor estratégico e relevante de componentes eletrônicos essenciais, e uma parceria com a Sierra Nevada Corporation (SNC) para as vendas do A-29 Super Tucano por meio do programa FMS (Foreign Military Sales) dos Estados Unidos da América.

Contratos de Financiamento de Aeronaves

Os clientes de aeronaves comerciais podem solicitar apoio para a obtenção de financiamento para a aquisição de aeronaves. Esse apoio normalmente inclui a assistência a clientes na obtenção de financiamento de diversas fontes, incluindo agências oficiais de crédito à exportação, companhias de arrendamento, bancos comerciais e mercados de capitais.

Além disso, os clientes podem, às vezes, precisar de financiamento intermediário de curto prazo antes de obter financiamento de dívida de longo prazo, já que o financiamento de longo prazo pode não estar disponível para eles no momento da entrega. Em uma base caso a caso, fornecemos financiamento provisório, acima das taxas de mercado, para clientes que já têm seu acordo de financiamento estruturado ou que estão em processo de negociação de tais acordos.

Regulamentação Governamental e Certificação de Aeronaves

Estamos sujeitos aos regulamentos emitidos por agências regulatórias, no Brasil e no exterior. Estas agências são responsáveis pela regulação e fiscalização das atividades da aviação civil, bem como da infraestrutura aeronáutica e aeroportuária do país a que pertence. Além da certificação no Brasil, devemos obter a certificação em cada jurisdição na qual as aeronaves fabricadas pela Embraer são registradas e operadas. A autoridade certificadora no Brasil é a ANAC, um órgão governamental sob regime especial com status de agência reguladora, vinculado ao Ministério de Portos e Aeroportos. A ANAC é responsável pela regulamentação, fiscalização e certificação de aeronaves,

operadores, fabricantes, organizações de manutenção de aeronaves, aeródromos, escolas e profissionais da aviação civil. Também estamos sujeitos à regulamentação de autoridades aeronáuticas de outros países, incluindo a FAA nos Estados Unidos da América e a EASA na União Europeia. Uma vez que uma aeronave é certificada pela ANAC e validada pela FAA e/ou EASA, algumas autoridades podem optar por ratificar a certificação do produto em vez de conduzir um processo completo de validação nacional. Outros países, como o Canadá, exigem o cumprimento de exigências específicas próprias antes de conferir a certificação. Alguns países simplesmente validam e complementam a certificação original da ANAC, da FAA ou da EASA, de acordo com suas próprias normas. A ANAC possui acordos bilaterais de certificação com diversas autoridades aeronáuticas, incluindo a FAA e a EASA. A cooperação entre autoridades regulatórias resulta em um processo de certificação simplificado junto a autoridades estrangeiras.

A certificação de aeronaves é um processo contínuo. A ANAC deve aprovar qualquer alteração no projeto de nossas aeronaves. Alterações significativas no design de aeronaves podem exigir uma validação/certificação separada de outras autoridades nos termos de seus regulamentos e acordos bilaterais. Alterações nas exigências de certificação de aeronaves não exigem uma nova certificação nem uma nova validação de aeronave já certificada, mas as autoridades podem exigir melhorias de segurança significativas segundo regras operacionais ou diretivas de aeronavegabilidade.

Nossos produtos de defesa devem atender as orientações de certificação definidas em cada contrato celebrado com clientes. Ao contrário de nossas aeronaves civis, nossos produtos de defesa raramente estão sujeitos a obrigações regulatórias. Alguns contratos, como os que dispõem sobre aeronaves civis modificadas para fins militares, exigem certificação civil (e.g., Índia, SIVAM, etc.). Outros contratos, incluindo os do LAS e do KC-390 Millennium, exigem aprovação da Autoridade de Certificação Militar, que pode adotar obrigações regulatórias derivadas dos regulamentos da aviação civil. A adoção das Normas Europeias de Aeronavegabilidade Militar (EMAR) pelas forças aéreas dos países membros da União Europeia nos últimos anos tem influenciado outros países a incluir obrigações regulatórias semelhantes em seus contratos.

Práticas Ambientais, Sociais e de Governança

Visão Geral

O ESG tem sido parte de nossa estratégia, inclusive no desenvolvimento de aeronaves cada vez mais ecoeficientes e na adoção de processos de produção e gerenciamento de recursos naturais mais sustentáveis. Isso inclui duas décadas de impacto social positivo produzido pelo Instituto Embraer, que gerencia nossos projetos sociais. No entanto, estabeleceremos novos compromissos de ESG, para os próximos anos.

Estamos incorporando nossa estratégia de negócios com responsabilidade social e impactos ambientais em tudo o que fazemos, desde nossos processos e instalações até o desenvolvimento de produtos e nossa cadeia de suprimentos. Trabalhamos com todos os nossos principais públicos de interesse para desenvolver estratégias sólidas, definir indicadores e estabelecer metas que são integradas ao nosso plano de sustentabilidade corporativa.

A sustentabilidade é fundamental para a perenidade de qualquer negócio e temos o compromisso de alinhar nossas metas econômicas ao desempenho social e ambiental. À luz dos novos requisitos globais de ESG, estamos preparando nossos próximos passos para enfrentar os desafios de combater as mudanças climáticas e aumentar nossa diversidade, inclusão e equidade. Essas prioridades somam-se ao nosso compromisso com a ética empresarial e foco absoluto na segurança de nossos produtos, que são pilares fundamentais em nosso setor. Nosso novo portfólio de produtos e serviços é bastante competitivo e alinhado a uma nova estrutura mais ágil, eficiente e com foco no crescimento sustentável.

Desempenho Ambiental

A gestão ambiental é uma parte essencial da nossa estratégia e abrange desde o desenvolvimento de novos produtos e serviços, operações industriais até a desmontagem e disposição final da aeronave em fim de vida.

Nossa Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho define as principais diretrizes corporativas para a gestão da ecoeficiência, cadeia de suprimentos, desenvolvimento de produtos e mudanças climáticas, bem como

o cumprimento de leis e regulamentos. A manutenção da certificação ISO 14001, desde 2002, demonstra a conformidade e a melhoria contínua de nossos processos. Desde que definimos as nossas metas ESG em 2021, implementamos diversas ações para progredir na nossa jornada de sustentabilidade. Uma das primeiras medidas que visam descarbonizar as operações é reduzir as emissões de âmbito 2 associadas ao uso de eletricidade. Com relação a esse escopo, contratos voltados para essa finalidade entraram em vigor no Brasil (desde janeiro) e em Portugal, na OGMA (desde julho). Toda a eletricidade consumida em ambos os países passou a ser proveniente de fontes solares ou eólicas. Com o suprimento de energia renovável nas unidades do Brasil e de Portugal, a Embraer atingiu, na data deste relatório anual, 80% de seu consumo total oriundo dessas fontes, com o objetivo de alcançar 100% até 2030.

Nos Estados Unidos da América, em 2024, foi firmada uma parceria com a Florida Power & Light Company (FPL) para a instalação de painéis solares na unidade de Melbourne, Flórida. O projeto — o maior projeto fotovoltaico já realizado pela Embraer — entrará em operação em 2025, na sede da Embraer Executive Jets, com o objetivo de suprir 100% da demanda elétrica de todo o hangar do centro de serviços da unidade.

O uso de combustível SAF segue em crescimento na unidade de Melbourne, nos Estados Unidos da América, onde a frota de jatos executivos foi abastecida com quase o dobro do volume de SAF utilizado em 2023: 760 mil litros. O SAF tem o potencial de reduzir as emissões de carbono da indústria aeroespacial em até 80% em comparação ao combustível tradicional, segundo a Associação Internacional de Transporte Aéreo, ou IATA. O principal desafio está no volume de produção, que atualmente é insuficiente para atender à demanda global, e nos custos envolvidos para garantir o fornecimento. Para promover o uso e a produção de SAF no Brasil, a Embraer participou ativamente do subcomitê técnico chamado ProBioQAV, no âmbito do programa “Combustível do Futuro”, do Ministério de Minas e Energia do governo brasileiro. Esse subcomitê estabeleceu as premissas técnicas para a elaboração da Lei nº 14.993/2024, conhecida como “Lei do Combustível do Futuro”, e contribuiu ativamente para as discussões que levaram à sua aprovação em 2024. Essa lei representa um importante estímulo à produção e ao uso de combustíveis sustentáveis no Brasil, oferecendo a segurança jurídica necessária para que potenciais atores da cadeia do SAF desenvolvam seus planos de ação para criação desse novo ecossistema de produção.

O ano de 2024 também marcou o segundo ano de adoção da ferramenta CDP Supply Chain, criada para engajar e avaliar a maturidade dos fornecedores da Embraer em resposta às mudanças climáticas. Em 2024, ampliamos o número de fornecedores engajados e planejamos ações para desenvolver e mitigar riscos associados às mudanças climáticas na cadeia de suprimentos.

Para reduzir o impacto ambiental de nossos produtos, o E195-E2, maior aeronave comercial da Embraer, recebeu atualizações recentes que elevaram sua eficiência no consumo de combustível de 10,0% para 12,5%, superando seu principal concorrente. Também é considerado o mais silencioso em sua categoria, tornando-se uma solução eficiente frente a regulamentações voltadas à redução da poluição sonora em grandes centros urbanos. Em junho de 2022, realizamos o primeiro voo de uma aeronave E195-E2 utilizando 100% de SAF renovável, em parceria com a fabricante de motores Pratt & Whitney. O teste confirmou que os motores GTF™ da Pratt & Whitney e a família E-Jets E2 podem operar com até 100% de SAF, sem comprometer a segurança ou o desempenho.

A Embraer também avançou no conceito de aeronaves com energia sustentável em 2024. Ampliamos nossas pesquisas para incluir aeronaves de 50 assentos no programa, além dos modelos de 30 assentos já existentes. Também expandimos a análise de turbinas movidas a hidrogênio ou de combustível duplo, somando essas alternativas às análises em curso sobre tecnologias híbridas, elétricas e de células a combustível. Um desses modelos energéticos deve atingir a maturidade tecnológica na próxima década, em linha com a meta de zerar as emissões líquidas de carbono da aviação até 2050.

Desempenho Social

Investimos continuamente em pessoal, diversidade, inclusão e educação, buscando sempre competitividade e inovação. Zelamos para que nossos empregados tenham condições adequadas de trabalho, planos de desenvolvimento profissional, qualidade de vida e bem-estar. Dessa forma, oferecemos uma remuneração atrativa em relação aos padrões de mercado e benefícios sociais e trabalhistas. Também mantemos programas e projetos socioambientais que valorizam a educação, a cultura, o lazer e a saúde. Para nós, promover a inclusão social é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Segurança do Trabalho

Buscamos a excelência em nossa atuação em segurança e saúde ocupacional, consideradas uma prioridade para a Embraer. Nesse sentido, promovemos continuamente ações educacionais e preventivas com base em nossa política global de meio ambiente, saúde e segurança ocupacional, que orienta o estabelecimento de metas pautadas por nossos critérios de excelência empresarial.

O modelo de gestão adotado no Programa de Excelência Empresarial Embraer (“P3E”) é baseado no conceito de segurança, qualidade, entrega e custo para padronizar e otimizar nossos indicadores operacionais e de custos. Além dos critérios de excelência empresarial, mantivemos as certificações internacionais nas maiores unidades fabris por 20 anos.

Em 2022, as unidades do Brasil alcançaram com sucesso a certificação ISO 45001, garantindo a implementação de todas as ferramentas previstas neste requisito. Temos trabalhado na criação de importantes programas corporativos que visam o comportamento preventivo em suas operações, de forma a registrar situações potenciais no dia a dia, direcionando as tratativas rapidamente e atribuindo responsabilidades entre todos os envolvidos. Uma política consistente aliada à garantia de um sistema de gestão robusto e programas com foco na prevenção trouxe resultados em comparação com os parâmetros globais mais reconhecidos.

Projetos Sociais

Acreditamos que promover a inclusão social é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Ao longo dos anos, desenvolvemos vários programas sociais para ajudar a desenvolver as comunidades onde operamos.

- *Instituto Embraer.* Atuando nos mesmos desafios que a Embraer, o Instituto Embraer está alinhado às estratégias da Companhia. Desde o início de suas atividades, mais de 20 mil pessoas foram beneficiadas por suas iniciativas de engajamento social e mais de 5 mil alunos se formaram nas escolas Embraer, reconhecidas pelas altas taxas de aprovação nas melhores universidades do Brasil. As escolas Embraer oferecem ensino médio gratuito e em tempo integral a estudantes oriundos da rede pública e de famílias de baixa renda em São José dos Campos e Botucatu, no estado de São Paulo. Além desses, há também diversos alunos pagantes, que representavam aproximadamente 20% do total de alunos (720 estudantes em 31 de dezembro de 2024). Para os alunos bolsistas, além da educação de qualidade, são oferecidos gratuitamente: uniformes, material escolar, transporte e alimentação. Na data deste relatório anual, 85% dos alunos formandos conseguiram ingressar em instituições de ensino superior públicas ou privadas com bolsas integrais.

Para manter os resultados positivos, as escolas Embraer buscam excelência em três pilares: formação geral, itinerários formativos e projeto de vida. Enquanto os dois primeiros pilares visam preparar os jovens para as melhores universidades e para uma carreira de sucesso, respectivamente, o projeto de vida tem como objetivo oferecer suporte ao desenvolvimento e à saúde social e emocional dos estudantes. Cada pilar conta com equipe e carga horária dedicadas, além de laboratórios e instalações modernas.

Em 2024, o Instituto Embraer ampliou seu impacto por meio de parcerias estratégicas e programas como o Ciência Diversa, Emergência Climática e Asas do Bem, conectando organizações e voluntários a causas urgentes.

Ao longo de sua história, o instituto beneficiou milhares de pessoas com iniciativas alinhadas ao governo brasileiro e aos nossos públicos de interesse. Suas operações são guiadas pela transparência, com diretrizes claras estabelecidas por seu conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria executiva. Neste ano, o foco permaneceu em inclusão, sustentabilidade e fortalecimento da formação educacional, trazendo resultados concretos para estudantes, famílias e comunidades nas regiões onde a Embraer está presente.

- *Emergência Climática.* Criado em 2022, o programa Emergência Climática do Instituto Embraer tem como propósito oferecer ajuda humanitária a comunidades atingidas por desastres naturais. Em 2024, o programa se destacou na resposta às enchentes no estado do Rio Grande do Sul, uma das emergências mais graves do

ano no Brasil. Chuvas intensas atingiram mais de 115 municípios do estado, deixando milhares de pessoas desalojadas, muitas em situação de extrema vulnerabilidade. Para auxiliar essas comunidades, o Instituto Embraer atuou em parceria com a ONG Visão Mundial Brasil. A operação contou com o envio de dois aviões KC-390 carregados com suprimentos, além de três caminhões com doações. Foram arrecadados mais de R\$1 milhão, convertidos em 120 toneladas de itens essenciais, como cestas básicas e kits de higiene e limpeza. Mais de 40 mil pessoas foram diretamente beneficiadas, incluindo com atendimento psicossocial às famílias atingidas.

- *Projeto Asas da Conservação.* O projeto Asas da Conservação, desenvolvido na unidade de Botucatu das escolas Embraer, contou com o apoio de voluntários da Embraer e parceria do grupo Passarinhandando da UNESP. Neste ano, o projeto envolveu a construção de uma maquete representando a floresta estadual de Botucatu, próxima à escola, e a criação de um túnel de vento em pequena escala. Essas ferramentas serviram para explorar o estudo da aerodinâmica das aves e sua relação com os princípios da aviação. Os alunos participaram de atividades de campo na própria floresta estadual, onde realizaram trilhas ecológicas e plantio de espécies nativas, como a Aroeira-Pimenteira e o Manacá-da-Serra. O projeto foi apresentado em eventos como o International STEM Women Congress, em escolas públicas locais e na Embraer Operators Conference (EOC), realizada em Foz do Iguaçu. Em 2024, o Asas da Conservação recebeu reconhecimento nacional ao vencer as etapas regional e nacional da Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente, organizada pela Fundação Oswaldo Cruz, sendo eleito o “Melhor Projeto Científico de Ensino Médio”.
- *Missão Carbono Zero.* O projeto Missão Carbono Zero, desenvolvido por alunos da Escola Embraer Juarez Wanderley, em São José dos Campos, busca neutralizar e compensar as emissões de dióxido de carbono da escola, promover práticas sustentáveis e conscientizar sobre as mudanças climáticas. Como parte das atividades, os estudantes elaboraram um inventário de gases de efeito estufa (GEE), mapeando as emissões da escola. A partir dos resultados, foram criadas iniciativas como o plantio de mudas nativas e a construção de uma composteira para tratamento de resíduos orgânicos, reduzindo o impacto ambiental. Além disso, os alunos também desenvolveram um manual para replicação das práticas do projeto em outras escolas. Em 2024, a Missão Carbono Zero evitou a emissão de mais de 900 toneladas de CO₂. O projeto foi reconhecido com o prêmio de “Melhor Ação Climática de Ensino Médio” no Congresso Nacional Escolas pelo Clima e recebeu uma composteira como parte da premiação.
- *Tecnologia Social em Parceria com a Fundação Banco do Brasil.* Em 2024, a parceria entre o Instituto Embraer e a Fundação Banco do Brasil levou tecnologia social ao currículo das escolas Embraer. Os alunos aprenderam conteúdos teóricos sobre temas como mudanças climáticas, resolução de problemas e inovação social, além de desenvolverem projetos práticos. O resultado desse trabalho foi a entrega de 10 aquecedores solares a cinco instituições das comunidades de São José dos Campos e Botucatu. Esses dispositivos, criados pelos próprios estudantes, utilizam materiais simples e de baixo custo, e aquecem a água para torneiras e chuveiros, gerando uma economia de até 30% no consumo de energia elétrica. No total, 300 famílias foram beneficiadas diretamente.
- *Projetos Educacionais e Comunidade.* Em 2024, as escolas Embraer fortaleceram sua conexão com a comunidade por meio de projetos como o Desafio de Miniplanadores e a Olimpíada de Ciência e Tecnologia para Meninas, que aproximaram estudantes da rede pública das áreas de ciência, tecnologia e aviação:
 - *Desafio de Miniplanadores.* O Desafio de Miniplanadores é uma iniciativa do Instituto Embraer em parceria com a EVE, realizada com apoio de voluntários do programa Asas do Bem. O projeto oferece oficinas práticas para alunos do oitavo e nono anos do ensino fundamental de escolas públicas, nas quais os jovens aprendem a construir e testar miniplanadores. A experiência proporciona um primeiro contato com conceitos de engenharia e aviação, além de estimular o trabalho em equipe e o pensamento criativo. Os miniplanadores construídos são testados em uma competição final que, em 2024, contou com mais de 100 estudantes participantes das cidades de São José dos Campos, Gavião Peixoto, Botucatu e Taubaté.
 - *Olimpíada de Ciência e Tecnologia Feminina A Olimpíada de Ciência e Tecnologia (OCT)* é uma iniciativa anual do Instituto Embraer voltada para estudantes da rede pública. Em sua terceira edição, realizada em 2024, a competição foi voltada exclusivamente para jovens do

sexo feminino, com o objetivo de incentivar a participação feminina em carreiras nas ciências exatas e promover a igualdade de gênero na área tecnológica. As inscrições foram gratuitas e destinadas a alunas do sétimo e oitavo anos do ensino fundamental de escolas públicas de 13 municípios paulistas, incluindo São José dos Campos, Botucatu, Anhembi, Areiópolis, Bofete, Caçapava, Gavião Peixoto, Itatinga, Jacareí, Pardinho, Pratânia, São Manuel e Taubaté. As vencedoras receberam medalhas e certificados. Essa iniciativa visa ampliar as possibilidades de desenvolvimento profissional e sucesso dessas jovens, contribuindo para a formação de futuras profissionais nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM).

- *Programa Revoar.* O Programa Revoar oferece apoio financeiro a jovens egressos das escolas Embraer que iniciaram o ensino superior. Em parceria com o Instituto Semear, o programa já beneficiou mais de 60 estudantes desde sua criação, com o objetivo de combater a evasão universitária. O número de bolsistas passou de 21 em 2023 para 45 em 2024, com estudantes no primeiro ano da graduação recebendo auxílio financeiro mensal e acompanhamento individual de voluntários da Embraer. Durante o programa, os participantes recebem orientações sobre como lidar com os desafios da vida universitária e se preparar para estágios e oportunidades no mercado de trabalho, inclusive na própria Embraer. O programa Revoar se destaca por ser financiado por doações voluntárias de empregados e colaboradores da Embraer.
- *Ciência Diversa.* O programa Ciência Diversa do Instituto Embraer deu continuidade ao trabalho em 2024 com suas iniciativas voltadas à formação tecnológica e à inclusão social. Em parceria com a Toti Diversidade, plataforma online que promove a inclusão de refugiados e migrantes, e com o Instituto Verdescola, ONG que atua no desenvolvimento educacional e social, o programa realizou ações focadas em grupos vulneráveis, criando oportunidades nas áreas de ciência e tecnologia. Em São Sebastião, o projeto Ciência Delas, realizado com o Verdescola, capacitou meninas em educação ambiental, ciência, tecnologia e empreendedorismo. Elas aprenderam a reciclar plásticos coletados nas praias, transformando-os em filamentos para impressoras 3D. Além disso, criaram esculturas de animais marinhos, unindo impacto social e ambiental ao desenvolvimento de novas habilidades. Já a parceria com a Toti Diversidade ofereceu cursos online de programação full stack para refugiados, ampliando oportunidades de qualificação e inserção no mercado de tecnologia. O programa Ciência Diversa selecionou 60 participantes em 2024, dos quais 45 concluíram a formação com sucesso, contribuindo para a inclusão de grupos historicamente sub-representados em áreas de alta demanda. Em 2025, a quarta edição do Ciência Diversa continuará com foco em mulheres, pessoas LGBTQIA+, pessoas negras e pessoas com deficiência. Além disso, seguirá apoiando projetos de organizações da sociedade civil (OSCs) nas áreas STEM. A meta para o próximo ano é que pelo menos 70% do público beneficiado pertença a esses grupos. As iniciativas aprovadas serão acompanhadas continuamente e avaliadas com base em critérios como impacto social, inovação e potencial de transformação.
- *Asas do Bem.* O programa de voluntariado do Instituto Embraer organiza suas ações por meio da plataforma Asas do Bem, que conecta colaboradores a projetos educacionais e sociais desenvolvidos por OSCs. Essa plataforma contribui para aproximar causas sociais e educacionais voltadas a grupos em situação de vulnerabilidade e promove iniciativas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Em 2024, mais de 600 pessoas participaram como voluntárias e 4 mil foram beneficiadas com atividades como mentorias, visitas guiadas e projetos nas escolas Embraer. As ações podem ser presenciais ou online. Elas reforçam o papel dos colaboradores no apoio ao desenvolvimento educacional e social das comunidades onde a Embraer está presente.
- *Acelerando Carreiras.* O programa de mentoria Acelerando Carreiras, conduzido pelo Instituto Embraer em parceria com o Instituto Joule, conecta mentores da Embraer a jovens estudantes das áreas STEM. Por dois meses, os participantes recebem orientação para o desenvolvimento de suas trajetórias profissionais, com foco em planejamento de carreira, habilidades técnicas e desafios do mercado de trabalho. Em 2024, os participantes também tiveram a oportunidade de visitar a planta “Ozires Silva” da Embraer, em São José dos Campos, onde conheceram o hangar de montagem e entrega de aeronaves comerciais e participaram de palestras com profissionais da empresa. Desde sua criação, o programa já beneficiou mais de 220 jovens, oferecendo encontros de mentoria que promovem a troca de experiências e conhecimentos entre mentores e estudantes. A iniciativa busca apoiar os participantes no início de suas carreiras e incentivá-los a explorar oportunidades em áreas estratégicas como ciência e tecnologia.

- *Atividades Extras nas Escolas Embraer.* O Programa de Voluntariado também promoveu atividades práticas que aproximaram os alunos das escolas Embraer da realidade profissional. Oficinas, palestras e jogos foram realizados em diferentes áreas do conhecimento, proporcionando experiências inspiradoras e incentivando os jovens a explorar novas oportunidades educacionais e profissionais.
- *Fundação Embraer.* A Embraer Foundation é uma organização sem fins lucrativos que tem como objetivo não apenas melhorar as comunidades onde atuam os colaboradores da Embraer, mas também ampliar as oportunidades na aviação para jovens e comunidades sub-representadas. A fundação foi criada em 2017 nos Estados Unidos da América, inspirada no modelo do Instituto Embraer. Motivada pelo valor da Embraer de construir um futuro sustentável, a fundação atua em parceria com comunidades locais no desenvolvimento de projetos de educação, empreendedorismo e voluntariado.

Governança Corporativa

Para garantir uma gestão corporativa focada no crescimento sustentável e na perpetuidade dos negócios, seguimos os padrões de governança corporativa do Novo Mercado, o mais elevado nível de governança para companhias listadas na B3. Estamos comprometidos em manter os mais altos padrões internacionais de governança e um programa robusto de ética e conformidade, totalmente alinhado com os padrões globais.

Estrutura de Governança

Nossa estrutura de governança compreende o conselho de administração, os Comitês Consultivos do Conselho de Administração, o conselho fiscal, a diretoria executiva, a auditoria interna e a auditoria externa. Para mais informações sobre nossos órgãos de governança, vide “Item 6. Diretores, Alta Administração e Empregados” e “Item 16G. Governança Corporativa.”

Ética e Compliance

Nosso Programa de Conformidade tem base em sete pilares que visam garantir altos níveis de conformidade corporativa e ética em todos os nossos negócios: governança corporativa, gestão de riscos, políticas e procedimentos, comunicação e treinamento, canal de denúncias – Helpline, monitoramento e avaliação de terceiros.

Em linha com nosso compromisso de cumprir todas as leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis e com nosso lema “Ética e Integridade em tudo o que fazemos”, atuamos para garantir que um programa de conformidade anticorrupção eficaz esteja profundamente incorporado em toda a Companhia e suas subsidiárias, com base nas seguintes missões:

- assegurar o cumprimento, pela Companhia, das leis, regulamentos e políticas internas;
- prevenir, avaliar e responder a eventos relacionados à conformidade;
- orientar todos os colaboradores a conduzirem suas atividades com ética e integridade;
- promover a melhoria contínua das ações de conformidade;
- fomentar uma cultura de integridade com base nos valores da Embraer e em seu código de ética e conduta;
- apoiar os departamentos da Embraer e empresas do grupo na prevenção de riscos, identificação de sinais de alerta, melhoria de processos, investigação e solução de problemas; e
- consolidar todas as iniciativas de conformidade, especialmente as relacionadas à anticorrupção e ao canal de denúncias – Helpline.

Gestão de Riscos

Nosso método de gestão de risco concentra-se nas seguintes categorias de riscos: riscos estratégicos, riscos operacionais, riscos financeiros, riscos regulatórios/legais e riscos cibernéticos.

Nossa estrutura é fortalecida pela atuação de nosso departamento de riscos e controles internos, composto pelos seguintes macroprocessos: gestão de controles internos, gestão de riscos corporativos, segregação de funções, gestão de crises, monitoramento de possíveis violações e continuidade do negócio.

Nossa área de riscos e controles internos tem por objetivo assegurar que a identificação, priorização, avaliação, mitigação e gestão dos principais riscos sejam conduzidas de acordo com as melhores práticas estabelecidas por nós e pelo mercado, garantindo transparência e integridade em nossos processos. Também usamos essas ferramentas para evitar incertezas que podem prejudicar nossos resultados. Buscamos a melhoria contínua de nosso sistema de gestão de riscos e controles internos. Para obter mais informações, consulte o "Item 15. Controles e Procedimentos."

Modelo de Gestão e Planejamento Estratégico

Nosso modelo de gestão compreende planejamento de longo prazo, conforme previsto em nosso plano estratégico, e projetos de curto e médio prazo, conforme previsto em nosso plano de ação. Nosso plano estratégico é nossa principal via para o futuro. Por meio do mapeamento estratégico, estabelecemos iniciativas com o objetivo de impulsionar o crescimento da Embraer e seu futuro sustentável, ao mesmo tempo em que buscamos garantir eficiência operacional e atingir nossos objetivos econômicos e financeiros. Esse trabalho é orientado pelos nossos padrões de segurança e qualidade, valores essenciais e pilares culturais. Nosso plano de ação define metas claras para o primeiro ano, com forte foco na execução. Nosso plano estratégico e nosso plano de ação visam assegurar a continuidade dos negócios e a criação de valor para os acionistas, com foco no aumento de nossa competitividade, na melhoria do nosso modelo de excelência corporativa e na busca contínua por melhores resultados. Para obter mais informações sobre nosso plano estratégico, vide "—Estratégias de Negócios".

Sazonalidade

Nossos resultados operacionais e geração de caixa estão historicamente sujeitos à sazonalidade. Isso se deve principalmente a um número tradicionalmente maior de entregas no quarto trimestre, em especial em nosso segmento de Aviação Executiva, em linha com a sazonalidade geral da indústria de jatos executivos. Historicamente, as entregas de jatos executivos no quarto trimestre constituem uma média de mais de 40% das entregas anuais do nosso segmento de Aviação Executiva, enquanto no segmento de Aviação Comercial a média histórica de entregas no quarto trimestre é superior a 35%.

Atualmente estamos desenvolvendo um plano para mitigar essa concentração de entregas, denominado Nivelamento de Produção. O plano de Nivelamento da Produção tem como objetivo principal criar estabilidade e ter uma produção nivelada ao longo de todo o ano, tanto para os segmentos de Aviação Executiva quanto de Aviação Comercial. O foco principal do nosso plano de nivelamento de produção está no (i) planejamento de vendas e operações, (ii) execução de vendas e operações e (iii) plano e controle de produção, com o objetivo de avaliar a demanda e a capacidade real de nossos fornecedores e de nossas instalações de produção, garantir a execução de um plano definido, mitigando os riscos de curto e médio prazo, e controlar a produção e a conclusão de aeronaves por hora. Acreditamos que nosso planejamento sincronizado, aliado à gestão de execução e à nossa mão de obra qualificada contribuirão para o sucesso do nosso plano de Nivelamento da Produção, minimizarão a concentração de entregas e melhorarão nossos resultados operacionais no futuro.

C. Estrutura Organizacional

Nossas operações são realizadas pela Embraer S.A. como controladora e principal companhia operacional. Temos várias subsidiárias diretas e indiretas, sendo que a maioria delas não é considerada significativa. Uma lista completa de nossas subsidiárias é apresentada como Anexo 8.1 deste relatório anual, e uma descrição de nossas joint

ventures e subsidiárias de projetos e alianças estratégicas está incluída no “Item 4. Informações sobre a Companhia—B. Visão Geral” acima.

D. Propriedade, Instalações e Equipamentos

Visão Geral

Para informações sobre nossa propriedade, instalações e equipamentos (imobilizado), vide a Nota Explicativa 14 das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de 2024, incluídas neste relatório anual. Para uma discussão sobre nossas despesas de capital relacionadas ao ativo imobilizado, vide “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras—B. Liquidez e Recursos de Capital—Despesas de Capital.”

Produção

A fabricação de aeronaves consiste em três estágios principais: produção das peças primárias, montagem dos principais componentes e montagem final. As peças primárias incluem placas e chapas metálicas (produzidas a partir de moldes fundidos sob pressão, formação por estiramento ou vários tratamentos químicos), peças produzidas em máquinas computadorizadas e não computadorizadas e peças pré-fabricadas. As peças primárias são então unidas umas às outras, ou acasaladas, para produzir os principais componentes da aeronave, que são reunidos para criar a estrutura básica da aeronave. No estágio final de montagem, os vários sistemas operacionais da aeronave (como fiação e eletrônica) são instalados na estrutura e testados.

Temos flexibilidade para aumentar ou diminuir nossa produção conforme a demanda.

Aviação Comercial

Em julho de 2009, em linha com nossas iniciativas para melhorar a eficiência produtiva de acordo com a Frente Eficiência Empresarial, convertemos a montagem final da família de E-Jets E1 para um conceito de linha em São José dos Campos, o que resultou em uma redução significativa no ciclo de tempo de produção. Em 2015, iniciamos a produção de protótipos para a nova família de jatos E-Jets E2, com a primeira entrega e certificação de produção em 2018. Temos instalações de produção para aeronaves de aviação comercial em São José dos Campos, estado de São Paulo, Brasil.

Em 2022, firmamos um acordo com a Toyota do Brasil para adotar os princípios e conceitos do Sistema Toyota de Produção (TPS) em suas operações industriais. O programa tem como objetivo eliminar desperdícios, obter eficiência operacional e aumentar a geração de valor para as partes interessadas. Durante a primeira fase desse projeto, realizada ao longo do segundo semestre de 2022, uma equipe de especialistas em TPS da Toyota do Brasil mergulhou em nosso trabalho diário para avaliar e sugerir melhorias para nossa área fabril na Unidade Ozires Silva, localizada em São José dos Campos, Brasil. A primeira fase do projeto foi concluída e apresentou redução de 50% no ciclo de um processo específico de montagem de asas de jatos comerciais e de 17% na fabricação geral das asas. Devido aos resultados da primeira fase, ambas as empresas decidiram em outubro de 2023 ampliar o projeto de uma estação de linha de montagem.

Aviação Executiva

Atualmente, as aeronaves da Aviação Executiva são produzidas em Melbourne, Flórida, nos Estados Unidos da América, e em Gavião Peixoto, estado de São Paulo, Brasil. A unidade de Melbourne é uma unidade de linha de montagem final, com centro de atendimento ao cliente e um escritório de engenharia. Em 2014, anunciamos um plano de expansão para montar o Legacy 450 e o Legacy 500 (atualmente Praetor 500 e Praetor 600) nessa instalação, para melhorar nossa capacidade de produção. Estamos aumentando o número de jatos executivos produzidos em Melbourne desde 2016. Desde 2020, a unidade de Gavião Peixoto fabrica jatos executivos e monta as aeronaves Praetor 500 e Praetor 600.

Defesa e Segurança

A unidade de Gavião Peixoto tem capacidade para realizar testes de voo para todas as aeronaves da Embraer e possui uma linha de montagem final para nossas aeronaves de defesa. Essa unidade está em operação desde novembro de 2002. Em maio de 2014, inauguramos a linha de montagem final do novo jato de transporte militar e reabastecimento em voo, o KC-390 Millennium, que em fevereiro de 2015 realizou com sucesso seu primeiro voo. Atualmente, a Embraer está realizando testes de voo adicionais para o KC-390 Millennium para validar melhorias operacionais e atender ao aumento da demanda. No quarto trimestre de 2018, recebemos a Certificação de Tipo da ANAC para o transporte aéreo multimissão KC-390 Millennium e entregamos a primeira aeronave em 2019.

Temos uma unidade de montagem final de Defesa e Segurança em Jacksonville, na Flórida, onde iniciamos a linha de montagem final do Super Tucano para o programa LAS da Força Aérea dos Estados Unidos da América em 2013. O Super Tucano também é fabricado na unidade de Gavião Peixoto, responsável pela linha de montagem final e pela fabricação de grandes segmentos que abastecem nossas duas unidades de montagem final.

Em 2016, lançamos o GDDN em Gavião Peixoto. Trata-se de um hub de desenvolvimento tecnológico do Gripen NG no Brasil para a Saab e a Embraer junto às empresas e instituições brasileiras parceiras. O GDDN contempla o ambiente e os simuladores necessários para o desenvolvimento dos caças. Além disso, o GDDN está conectado à Saab na Suécia e aos parceiros industriais no Brasil, assegurando transferência de tecnologia e o desenvolvimento eficiente.

Segmentos de Outros Negócios

Fabricamos sistemas e componentes aeroespaciais em nossa unidade de São José dos Campos. Essa produção era originalmente realizada por nossa subsidiária ELEB Equipamentos Ltda., ou ELEB, que era uma de nossas subsidiárias produtivas localizadas em São José dos Campos. A ELEB foi posteriormente incorporada à Companhia, e essas atividades passaram a ser conduzidas pela divisão de equipamentos da Embraer. Nossos principais produtos nessa iniciativa são peças estruturais, sistemas de trem de pouso, sistemas hidráulicos e subconjuntos eletromecânicos, como atuadores, válvulas, acumuladores e pylons.

Além disso, na cidade de Botucatu, localizada no estado de São Paulo, Brasil, produzimos o pulverizador agrícola Ipanema, desenvolvido de acordo com especificações do Ministério da Agricultura.

Produção em nossas Subsidiárias

A EZ Air Interior Limited, nossa subsidiária de produção de peças interiores para o nosso segmento de Aviação Comercial em fábricas no México, iniciou a produção e envio de peças ao Brasil em 2013. A capacidade produtiva máxima foi alcançada em janeiro de 2015.

Em 2015, concluímos a aquisição de mais uma subsidiária, a Embraer Aero Seating Technologies. Aumentamos nossa participação no capital da companhia progressivamente. A companhia tem sede em Irwindale, Califórnia, e oferece soluções de assentos de luxo para a indústria da aviação e para as nossas linhas de produto. Em 2016, inauguramos uma nova fábrica de última geração em Titusville, Flórida, que teve sua capacidade de produção transferida para nossa unidade em Melbourne, Flórida, em 2021.

Em 2023, nossa subsidiária Eve Holding, responsável pelo desenvolvimento do eVTOL, anunciou que a primeira unidade de produção de eVTOL estará localizada em Taubaté, estado de São Paulo, e tem início de operação previsto para 2026.

Em julho de 2024, nossa subsidiária Eve Holding anunciou um avanço significativo na montagem de seu primeiro protótipo em escala real de eVTOL. Durante a 45ª edição do Farnborough Airshow, a EVE apresentou a aeronave que está sendo construída na unidade de testes da Embraer em Gavião Peixoto, no estado de São Paulo.

Questões Ambientais

Temos as autorizações relevantes necessárias para operar nossas unidades globalmente. Os termos das licenças de funcionamento são revistos todos os anos e, em 31 de dezembro de 2024, estávamos em conformidade com todas elas. Além disso, criamos nosso Sistema de Gestão Ambiental e de Saúde e Segurança Ocupacional em 2001, o que nos permitiu manter a certificação ISO 14001 desde 2002. Sistemas de gestão ambiental, de saúde e segurança certificados têm sido progressivamente implantados em todas as nossas unidades de produção, sendo que mais de 82% de nossos empregados operam com certificação ISO 14001 e ISO 45001.

Desde 2009, realizamos nosso inventário de emissões de GEE de acordo com a ISO 14064 Parte I. A partir de 2020, aumentamos a cobertura dos dados de emissões de GEE e, em 2023, nosso inventário de emissões de GEE incluiu 18 instalações, representando aproximadamente 98% da cobertura.

Os procedimentos e instruções de trabalho são estabelecidos com o objetivo de garantir que as atividades que causem impactos ambientais sejam realizadas de forma a minimizar ou mitigar quaisquer danos ao meio ambiente. Realizamos estudos de aspectos e impactos ambientais e implementamos ações para eliminá-los, reduzi-los ou controlá-los, inclusive obras de infraestrutura.

Estabelecemos um procedimento corporativo de realização de diagnóstico ambiental e investigação detalhada para detectar a presença de contaminantes no solo e na água em razão de atividades passadas. Esse procedimento é aplicado em áreas onde a Embraer possui instalações de produção e/ou manutenção, bem como em áreas novas que estão sendo adquiridas. Os resultados do diagnóstico são periodicamente reportados e monitorados pelo Departamento de Risco interno, ao CCRA (Comitê de Controle e Risco Ambiental), ao nosso conselho e aos acionistas.

Levamos em consideração os requisitos ambientais e de segurança para celebrar acordos com terceiros. A Embraer tem o compromisso de contratar fornecedores, prestadores de serviços e contratados que respeitem o meio ambiente, a saúde e a segurança por meio de suas práticas e processos, e temos um procedimento sistemático para sua avaliação e monitoramento contínuos.

Incentivamos não apenas a certificação ambiental, mas também o desenvolvimento de um ciclo completo de orientação para produtos e serviços, pois é a forma mais prática e com melhor custo-benefício para reduzir impactos ambientais. O sistema de gestão ambiental procura criar valor econômico ao reduzir custos e exposições ambientais em cada estágio da vida do produto, desde o seu design, passando pelas operações, até o fim de sua vida.

A implantação de tecnologias e processos mais inovadores e eco eficientes é um fator-chave para garantir nossa sustentabilidade, aumentando a atratividade de nossos produtos e nossa competitividade em geral. Buscamos continuamente a ecoeficiência, procurando oportunidades comerciais responsáveis por meio do desenvolvimento de tecnologias, produtos e serviços inovadores, bem como da redução do impacto ambiental de nossas atividades e produtos durante seus ciclos de vida, e, em termos mais gerais, da integração de questões ambientais em nosso dia-a-dia. Sabemos que as exigências ambientais, como a redução da emissão de gases do efeito estufa, estão se tornando um dos principais motivadores de decisões relacionadas às frotas de companhias aéreas e já estão influenciando o desenvolvimento de aeronaves.

Estamos comprometidos com as legislações brasileiras e internacionais, bem como com os requisitos de nossos clientes. Nossos fornecedores também devem garantir que os requisitos ambientais sejam cumpridos em toda a cadeia de suprimentos a montante. Dessa forma, nossos fornecedores e sua cadeia de suprimentos devem cumprir as legislações ambientais aplicáveis, como a regulamentação europeia REACH (Registration, Evaluation, Authorization and Restriction of Chemicals) (EC) No 1907/2006, TSCA (Toxic Substances Control Act), SCIP (Substances of Concern In articles as such or in complex objects (Products), estabelecida pela Waste Framework Directive (WFD) e quaisquer outras regras relevantes que possam afetar nossos produtos.

O regulamento REACH visa melhorar a proteção da saúde humana e do ambiente através de uma regulamentação mais rigorosa dos produtos químicos. O regulamento estabelece a retirada gradual de algumas das substâncias consideradas de maior risco para a saúde humana e o meio ambiente.

Para garantir a conformidade com os requisitos do REACH e do SCIP, desde 2015 nossa equipe de engenharia utiliza um sistema interno para registrar as substâncias presentes em matérias-primas e artigos. Em 2023, criamos um processo automatizado no qual um prestador de serviços contratado solicita e armazena declarações de SVHC (Substâncias Extremamente Preocupantes) de fornecedores de materiais adquiridos, como artigos e objetos complexos. Nosso banco de dados enriquecido com informações sobre substâncias nos permite avaliar continuamente o impacto e responder a mudanças regulatórias do REACH e do SCIP, bem como a novas regulamentações. Em 31 de dezembro de 2024, não havíamos sofrido nenhuma penalidade relacionada ao REACH.

Nosso compromisso com a sustentabilidade ambiental e a conformidade com regulamentos também se reflete em nossa adesão ao Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS). Esse sistema reconhecido internacionalmente estabelece critérios harmonizados para a classificação e a rotulagem de substâncias e compostos com relação a riscos físicos, à saúde e ao meio ambiente. Ao estar em conformidade com o GHS, garantimos que nossos produtos sejam fabricados, manuseados e transportados de forma segura e ambientalmente responsável.

Nossa dedicação ao desenvolvimento de soluções ambientais avançadas e inovadoras para nossos produtos se reflete em nossa participação no International Aerospace Environmental Group (IAEG), como um dos doze membros fundadores, formado para lidar com a complexidade das regulamentações sobre saúde e meio ambiente que afetam o setor aeroespacial e nossa cadeia de suprimentos e clientes, e também como empresa associada à Aircraft Fleet Recycling Association (AFRA), a principal organização global para desenvolver e promover o gerenciamento seguro e sustentável da circularidade de componentes e do fim da vida útil das aeronaves.

Nosso compromisso com práticas de fabricação responsáveis e nossa meta de minimizar o impacto ambiental de nossos produtos são evidentes em nossa interrupção contínua no uso de materiais perigosos. Estamos promovendo ativamente a redução de resíduos durante a manutenção e operação de aeronaves por meio da utilização de lâmpadas de LED, que não contêm mercúrio e possuem vida útil mais longa do que as fluorescentes. Também estamos atuando na busca por materiais e artigos que não utilizem substâncias químicas perigosas, bem como na redução do uso de substâncias perigosas, como Cromo Hexavalente e Cádmio, em nossas unidades de fabricação. Acreditamos que essas práticas não apenas representam um passo importante para reduzir o impacto ambiental de nossos produtos, mas também estabelecem um padrão elevado a ser seguido por outras empresas.

Seguros

Contratamos seguro em níveis considerados suficientes para cobrir todos os riscos associados às nossas operações e em cumprimento da legislação. O seguro cobre possíveis danos às nossas instalações, estoques, processo de trabalho, carga e cascos de aeronaves de nossa frota própria. Além disso, mantemos uma apólice abrangente de responsabilidade de produtos de aviação para sinistros resultantes de nossa responsabilidade como fabricantes, prestadores de reparos, fornecedores ou prestadores de serviços. Também contratamos cobertura de seguro contra catástrofes naturais e interrupção do negócio.

4A. Comentários da Equipe Administrativa Não Resolvidos

Não temos comentários não resolvidos da equipe.

Item 5. ANÁLISE E PERSPECTIVAS OPERACIONAIS E FINANCEIRAS

A presente discussão deve ser lida em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas e notas explicativas, bem como com outras informações financeiras incluídas no presente relatório anual. O objetivo desta discussão é fornecer uma explicação da administração dos fatores que afetaram nossa condição financeira e os resultados das operações para os períodos históricos cobertos pelas demonstrações financeiras, e a avaliação da administração dos fatores e tendências que devem ter um efeito material em nossas condições financeiras e resultados das operações para períodos futuros.

Este relatório anual contém estimativas e declarações acerca do futuro que envolvem riscos e incertezas. Nossos resultados reais podem diferir substancialmente daqueles discutidos nas estimativas e declarações acerca do

futuro devido a uma série de fatores, incluindo, entre outros, aqueles discutidos no “Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco” e outros assuntos incluídos neste relatório anual em geral.

Salvo indicação em contrário, todas as informações financeiras consolidadas incluídas neste relatório anual foram elaboradas de acordo com as Normas Contábeis IFRS, emitidas pelo IASB, sendo apresentadas em dólares, enquanto que, para fins locais, nossas demonstrações financeiras consolidadas também foram elaboradas de acordo com as IFRS, mas são apresentadas em reais. Em alguns casos, como para apresentação de relatórios aos nossos acionistas localizados no Brasil, arquivamento das demonstrações financeiras junto à CVM e determinação do pagamento de dividendos e outras distribuições e obrigações fiscais no Brasil, devemos elaborar as demonstrações financeiras da controladora de acordo com as IFRS, apresentadas em reais.

A. Resultados Operacionais

A discussão a seguir baseia-se em grande medida em nossas atuais expectativas sobre eventos futuros e tendências que afetam o nosso negócio. Os resultados reais de nosso setor e nosso desempenho real podem diferir substancialmente. Para mais informações sobre nossas estimativas e declarações acerca do futuro, vide “Introdução—Considerações sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro” e para uma descrição sobre determinados fatores que poderiam afetar nosso setor e nosso desempenho no futuro, vide “Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco”.

Visão Geral

Somos o maior fabricante mundial de jatos com até 150 assentos, com 29,1% de participação de mercado em entregas acumuladas desde 2004, segundo relatório da Cirium de 2024. Com uma base global de clientes e um portfólio orientado à tecnologia e focado no cliente, atendemos aos mercados de aviação comercial, jatos executivos e defesa e segurança. Originalmente criada como uma empresa controlada pelo governo para produzir aeronaves para as Forças Armadas Brasileiras, evoluímos para uma companhia de capital aberto que atende a mercados globais diversos, mantendo relacionamentos de longo prazo com os clientes por meio de um suporte ao cliente de alta qualidade. Em 2024, nossa receita alcançou US\$6.394,7 milhões, com América do Norte e Europa como nossos maiores mercados, ao mesmo tempo em que identificamos oportunidades de crescimento em regiões como Índia, Brasil, Turquia e Arábia Saudita.

Nossa estratégia é baseada na execução consistente do plano de negócios, na eficiência operacional e em parcerias que impulsionem a inovação e o crescimento. Estamos comprometidos com metas ESG ambiciosas, incluindo alcançar a neutralidade de carbono em nossas operações até 2040, atingir 50% de contratações diversas em programas de entrada e 20% de representação feminina em cargos de liderança até 2025, além de manter os mais altos padrões internacionais de governança corporativa. Com uma carteira de pedidos firmes de US\$26,3 bilhões em 31 de dezembro de 2024, seguimos nos posicionando como líderes em aviação sustentável e responsabilidade social.

Informações Operacionais Seleccionadas

As tabelas a seguir apresentam um resumo de nossas entregas de aeronaves por segmento e tipo de aeronave para os períodos indicados.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Segmento de Aviação Comercial	73	64	57
EMBRAER 175	26	25	35
EMBRAER 190	—	—	3
E190-E2	8	1	1
E195-E2	39	38	18
Segmento de Defesa e Segurança	3	3	4
KC-390 Millennium	3	2	1
A-29 Super Tucano	—	—	—
Programas de Modernização	—	1	2
Missão Especial ⁽¹⁾	—	—	1
Segmento de Aviação Executiva	130	115	102

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Praetor 500	28	20	15
Praetor 600	27	21	21
Phenom 100	10	11	7
Phenom 300	65	63	59
Segmentos de Outros Negócios	65	65	55
Ipanema	65	65	55
Total	271	247	218

(1) Nossa categoria Missão Especial compreende aeronaves de nosso portfólio de unidades de negócios de Aviação Executiva, que vendemos aos clientes do nosso segmento de Defesa e Segurança.

As tabelas a seguir apresentam um resumo de nosso backlog de aeronaves por segmento e tipo de aeronave nas datas indicadas.

	A partir de 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Segmento de Aviação Comercial	343	298	291
EMBRAER 175	164	100	90
E190-E2	25	16	7
E195-E2	154	182	194
Segmento de Defesa e Segurança	65	40	40
KC-390 Millennium	32	22	21
A-29 Super Tucano	17	3	3
Modernização	—	—	1
Gripen E	15	15	15
Missão Especial ⁽¹⁾	1	—	—
Segmento de Aviação Executiva	483	308	281
Phenom 100/300; Praetor 500/600	483	308	281
Total de backlog (aeronaves)	891	646	612
Total de backlog (em milhões de US\$)	26.312,1	18.723,1	17.488,4

(1) Nossa categoria Missão Especial compreende aeronaves de nosso portfólio de unidades de negócios de Aviação Executiva, que vendemos aos clientes do nosso segmentos de Defesa e Segurança.

Fatores Relevantes que Afetam Nossos Resultados Operacionais

Crise Global da Cadeia de Fornecimento

A principal limitação para atingirmos o nível de entregas anterior à pandemia está nas interrupções da cadeia de suprimentos que afetaram nossa indústria em larga escala nos últimos anos, impactando a capacidade dos nossos fornecedores de entregar peças e componentes em tempo hábil, o que, por sua vez, comprometeu nosso cronograma de entregas e nossa capacidade de cumprir contratos. Ainda assim, a Embraer entregou 73 aeronaves em Aviação Comercial em 2024, alcançando o topo da faixa de estimativas revisadas (70-73) para o ano e dentro da faixa original (72-80).

Em 2024, o segmento de Aviação Executiva continuou a sentir os efeitos da interrupção global da cadeia de suprimentos. Apesar dos esforços contínuos em toda a indústria para mitigar os problemas de fornecimento, ainda existem desafios significativos para aumentar a capacidade de produção e garantir a disponibilidade de peças para a manutenção da frota. Esse cenário vem melhorando progressivamente à medida que seguimos monitorando de perto esses riscos e nossa cadeia de suprimentos, com o objetivo de aprimorar a previsibilidade futura de fornecimento de peças. Em 2024, nossas entregas de jatos executivos cresceram 13% em relação a 2023, totalizando 130 unidades no ano e atingindo o ponto médio da estimativa original de entregas para 2024.

O segmento de Defesa & Segurança foi beneficiado pelo atual cenário geopolítico, que tem impulsionado o aumento dos gastos globais com defesa. Essa tendência expandiu nossa base de clientes e impactou positivamente o desempenho do segmento. Acreditamos estar bem-posicionados para fornecer soluções altamente

eficazes, criando oportunidades de vendas para nosso segmento de Defesa & Segurança, especialmente nas áreas de plataformas aéreas, softwares críticos, comando, controle, comunicações e inteligência (C4I) e sensores em todos os domínios (aéreo, marítimo, terrestre, espacial e cibersegurança). Em 2024, nosso programa KC-390 Millennium aproveitou essas oportunidades ao firmar contratos com os Holanda, Áustria, República Tcheca e um cliente não revelado. Ademais, à medida que a frota global de aeronaves de transporte militar tático se aproxima do fim de sua vida útil, acreditamos que o KC-390 Millennium tem potencial para conquistar uma parcela significativa do mercado de substituição.

Considerando a expansão dos nossos negócios e a diversificação da nossa frota, que atende a diversos perfis de clientes, acreditamos que o segmento de Serviços & Suporte está bem-posicionado para aumentar sua lucratividade nos próximos anos, especialmente diante da crescente demanda por serviços à medida que a frota envelhece. Em 2024, a receita do segmento de Serviços & Suporte representou 25,6% de nossa receita total, com um crescimento anual composto (CAGR) de 6,3% nos últimos seis anos, refletindo o potencial de crescimento dentro da Embraer.

A dependência de contratos de longo prazo, eventos de manutenção ativa, vendas de peças e treinamento contribuem para a estabilidade das receitas. Fatores como a taxa de renovação de contratos, margens favoráveis e receita estável fora do backlog proveniente de manutenção e treinamento reforçam a lucratividade sustentada. Além disso, a OGMA proporciona diversificação multimarcas com serviços de MRO e reparo para clientes da Embraer e de outras fabricantes, o que acreditamos fortalecer ainda mais nossa posição competitiva.

Cenário Econômico Brasileiro

A União tem interferido com frequência na economia brasileira e ocasionalmente tem realizado mudanças drásticas nas políticas e regulamentos. As medidas da União para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam, entre outros, em aumento das taxas de juros, mudanças das políticas e incentivos fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações. Mudanças nas políticas monetárias, de crédito, tarifárias e outras do Brasil podem afetar adversamente nossos negócios, assim como as flutuações da inflação, da moeda e das taxas de juros, a instabilidade social e outros acontecimentos políticos, econômicos ou diplomáticos no Brasil, bem como a resposta da União a esses acontecimentos.

Mudanças rápidas nas condições políticas e econômicas brasileiras que ocorreram e podem ocorrer exigem avaliação contínua dos riscos associados às nossas atividades e o ajuste de nossa estratégia comercial e operacional em conformidade. Os acontecimentos nas políticas governamentais brasileiras, incluindo mudanças na política atual e incentivos adotados para financiar as exportações de bens brasileiros, ou na economia brasileira, sobre a qual não temos controle, podem ter um efeito adverso relevante em nossos negócios.

A tabela a seguir mostra os dados para o crescimento do PIB do Brasil, inflação, taxas de juros e a taxa de câmbio do dólar americano para e a partir dos períodos indicados.

	Referente ao Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro				
	2024	2023	2022	2021	2020
Crescimento do produto interno bruto	3,4%	2,9%	2,9%	4,6%	4,1%
Inflação (IGP-M) ⁽¹⁾	6,5%	(3,2)%	5,5%	17,8%	23,1%
Inflação (IPCA) ⁽²⁾	4,8%	4,6%	5,8%	10,1%	4,5%
Taxa CDI ⁽³⁾	10,9%	13,0%	12,4%	4,4%	2,8%
Taxa SOFR ⁽⁴⁾	4,7%	5,3%	4,6%	0,1%	0,1%
Valorização (desvalorização) do real frente ao dólar ...	(27,9)%	(7,2)%	(6,5)%	7,4%	28,9%
Taxa de câmbio ao final do período – US\$1,00	R\$6,1923	R\$4,8413	R\$ 5,2177	R\$ 5,5805	R\$ 5,1967
Taxa de câmbio média – US\$1,00 ⁽⁵⁾	R\$5,4746	R\$4,9841	R\$ 5,1386	R\$ 5,4071	R\$ 5,2426

Fontes: Fundação Getúlio Vargas, ou FGV, Banco Central e Bloomberg.

(1) Inflação (IGP-M) é o índice geral de preços de mercado medido pela FGV.

(2) A inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor amplo medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

(3) A taxa CDI é a média das taxas overnight interbancárias no Brasil (a partir da última data do respectivo período).

- (4) Taxa SOFR de três meses (taxa de juros de referência para empréstimos e instrumentos derivativos denominados em dólares dos EUA), taxa de referência para empréstimos e instrumentos derivativos denominados em dólares norte-americanos, na data final do período.
- (5) Representa a média de venda das taxas de câmbio no último dia de cada mês durante o período.

A variação das taxas de inflação e de câmbio afetaram, e podem continuar a afetar, significativamente nossa situação financeira e resultados operacionais. A variação das taxas de inflação e de câmbio afetam nossos ativos e passivos monetários denominados em reais. O valor desses ativos e passivos expressos em dólares diminui quando o real sofre uma desvalorização frente ao dólar e aumenta quando o real tem uma valorização frente ao dólar. Em períodos de desvalorização do real, registramos: (i) uma remensuração de prejuízos sobre os itens dos ativos monetários denominados em real; e (ii) uma remensuração de ganhos sobre os passivos monetários denominados em real. A valorização do dólar norte-americano em relação ao real brasileiro e a outras moedas em 2024 teve um efeito positivo sobre nossos resultados operacionais naquele ano. Para mais informações sobre os efeitos da variação cambial sobre a nossa situação financeira e resultados operacionais, vide “Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado—Risco Cambial”.

Para mais informações sobre o impacto dos fatores macroeconômicos em nossa situação financeira, vide a Nota Explicativa 27 das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de 2024. Além disso, para uma discussão sobre os riscos macroeconômicos relacionados, consulte o “Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco—Riscos Geopolíticos e Macroeconômicos—A inflação e os esforços do governo para conter a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica e para o aumento da volatilidade nos mercados de títulos brasileiros e internacionais e, conseqüentemente, podem nos prejudicar” e “A volatilidade cambial pode nos prejudicar”.

Incentivos Fiscais

Incentivos Fiscais para Companhias de Pesquisa e Desenvolvimento

A Lei nº 11.196/05, popularmente conhecida como a Lei do Bem, concede benefícios fiscais a entidades envolvidas em atividades de pesquisa e desenvolvimento para inovação tecnológica.

Para aproveitar os benefícios fiscais, a entidade deve (i) apurar seu imposto de renda de acordo com o método do lucro real, (ii) registrar lucros tributáveis, (iii) estar em dia com todas as suas obrigações fiscais, e (iv) ter investimentos qualificados em pesquisa e desenvolvimento.

Considera-se inovação tecnológica a concepção de novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo produtivo, que implique melhorias incrementais e ganho de qualidade ou produtividade, resultando em maior competitividade no mercado.

Nós e outras companhias brasileiras de diversos setores beneficiamo-nos desses incentivos fiscais com relação ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”). Esses benefícios nos permitem deduzir de nosso lucro líquido tributável um valor adicional entre 60% a 80% de nossas despesas relacionadas a atividades de pesquisa e desenvolvimento para inovação tecnológica durante um exercício fiscal.

Para uma discussão sobre determinados riscos relacionados a esses incentivos fiscais, consulte o “Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco—Regulamentação, Compliance e Jurídico—Mudanças nas políticas fiscais e nas leis tributárias brasileiras podem ter um efeito adverso em nossa condição financeira e nos resultados operacionais. Além disso, gozamos de determinados benefícios fiscais e outros benefícios concedidos pelo governo e a suspensão, cancelamento ou não renovação de tais benefícios pode nos prejudicar de maneira relevante.”

Incentivos Fiscais para Empresas Exportadoras

A Instrução Normativa nº 2.126/2022, editada pela *Secretaria da Receita Federal*, instituiu o Regime Aduaneiro de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (RECOF). Esse regime permite à empresa beneficiária importar ou adquirir no mercado interno matérias-primas, peças e componentes destinados à aplicação industrial com

suspensão da cobrança de tributos federais. Parte dessas mercadorias deve ser processada, e posteriormente enviada para o mercado interno e externo. Ao exportar o bem final, a Companhia é isenta do pagamento dos tributos federais.

De forma semelhante, o Decreto nº 45.490/2000, editado pelo estado de São Paulo, instituiu o Regime Especial Simplificado de Exportação, um regime estadual análogo ao RECOF, que suspende ou isenta o pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para empresas exportadoras.

Para uma discussão sobre determinados riscos relacionados à reforma tributária, consulte o “Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco—Regulamentação, Compliance e Jurídico—Mudanças nas políticas fiscais e nas leis tributárias brasileiras podem ter um efeito adverso em nossa condição financeira e nos resultados operacionais. Além disso, gozamos de determinados benefícios fiscais e outros benefícios concedidos pelo governo e a suspensão, cancelamento ou não renovação de tais benefícios pode nos prejudicar de maneira relevante.”

Principais Componentes de Nossa Demonstração do Resultado

Receita

Geramos receita a partir da venda de aeronaves e peças sobressalentes, bem como da prestação de serviços de manutenção e reparo, treinamento e outros serviços de suporte ao produto. Em 2024, apresentamos receitas de Aviação Comercial, Aviação Executiva, Defesa e Segurança, Serviços e Suporte e outras unidades de negócios relacionadas. A seguir, apresenta-se uma breve descrição dos segmentos operacionais da Companhia:

- *Aviação Comercial:* Este segmento concentra-se no desenvolvimento, produção e venda de jatos comerciais, incluindo os E-Jets 175 E1 (de 70 a 90 assentos) e os E-Jets E2 (de 88 a 146 assentos). Representa o núcleo da atividade comercial da Companhia, atendendo companhias aéreas regionais e principais em todo o mundo.
- *Aviação Executiva:* Este segmento abrange o desenvolvimento, produção e venda de jatos executivos, incluindo os modelos Phenom e Praetor. Atende clientes privados e corporativos que buscam aeronaves de alto desempenho e tecnologia de ponta para uso empresarial e pessoal.
- *Defesa e Segurança:* Este segmento é dedicado ao desenvolvimento e à produção de soluções militares. Nossos principais geradores de receita são o KC-390 Millennium e o A-29 Super Tucano. Também inclui outras atividades como pesquisa e desenvolvimento de sistemas integrados, monitoramento e vigilância de fronteiras, radares e sistemas de comando e controle (C4ISR).
- *Serviços e Suporte:* Este segmento oferece um portfólio abrangente de soluções para operadores de aeronaves Embraer nos segmentos de Aviação Comercial, Aviação Executiva e Defesa & Segurança. Suas ofertas incluem suporte em campo, suporte técnico, soluções de operações de voo, modificações de aeronaves, gestão de materiais, soluções de manutenção e programas de treinamento.
- *Segmentos de Outros Negócios:* Este segmento abrange atividades com menor impacto financeiro, incluindo principalmente o fornecimento de peças estruturais e sistemas hidráulicos, a produção de aeronaves agrícolas para pulverização, o desenvolvimento e a certificação de eVTOLs (aeronaves elétricas de decolagem e pouso vertical), a criação de redes de serviços para eVTOLs e de sistemas de controle de tráfego aéreo, bem como soluções de cibersegurança por meio da Tempest, que atende aos mercados civil, governamental e de defesa.

Em 2024 e 2023, 62,0% e 61,5% de nossa receita, respectivamente, tiveram origem na entrega de aeronaves dos segmentos de Aviação Comercial e Aviação Executiva. As receitas provenientes da venda dessas aeronaves são predominantemente denominadas em dólares norte-americanos. Por sua vez, a receita do segmento de Defesa & Segurança representou 11,3% de nossa receita em 2024. Ademais, 69,8% dessa receita foi denominada em dólares norte-americanos e 30,2% em reais, em comparação com 77,5% e 22,5% em 2023, respectivamente. Nosso segmento de Serviços & Suporte respondeu por 25,6% e 26,9% de nossa receita em 2024 e 2023, respectivamente. Por fim, os Segmentos de Outros Negócios representaram 1,0% e 1,5% de nossa receita em 2024 e 2023, respectivamente.

No caso das vendas de aeronaves, recebemos um depósito inicial mediante a celebração do contrato de compra e venda, seguido de parcelas até a entrega de cada aeronave e uma parcela final na entrega. O pagamento final normalmente representa a maior parte do preço de venda. Os depósitos e as parcelas, na maior parte das vezes, não são reembolsáveis em caso de cancelamento do pedido, exceto no segmento de Defesa e Segurança. Uma parte significativa de nossa receita do segmento de Defesa e Segurança é contabilizada pelo método de porcentagem de conclusão, e continuamos a executar sob contratos existentes com a União, incluindo o programa KC-390 Millennium, SISFRON, entregas de aeronaves de missão especial e outros.

Os pagamentos efetuados anteriormente à entrega são contabilizados como passivos contratuais, no passivo de nosso balanço patrimonial e, quando a aeronave é entregue, esses pagamentos passam a ser reconhecidos como receita. Geralmente recebemos depósitos em espécie para cada opção de compra de jato comercial ou executivo.

Nossos contratos de compra e venda em dólares com clientes das unidades de negócios de Aviação Executiva e Serviços e Suporte geralmente incluem correção monetária pelo índice de preço ao consumidor dos Estados Unidos (Consumer Price Index for Urban Wage Earners and Clerical Workers), caso a entrega não ocorra no mesmo ano-calendário da venda, exceto quando preços fixos são pré-determinados considerando a inflação estimada e o planejamento de posicionamento estratégico de preço de um determinado modelo de aeronave, em linha com o planejamento estratégico da Embraer. Nossos contratos de compra e venda com clientes das unidades de negócios de Aviação Comercial e, em geral, Defesa e Segurança preveem o reajuste do preço de venda das aeronaves de acordo com uma fórmula escalonada, que se baseia em um conjunto de índices relativos a matérias primas, equipamento de transporte e custo de mão-de-obra. Os contratos de compra e venda com clientes brasileiros da unidade de negócio de Defesa e Segurança são reajustados por índices nacional de preços previsto em cada contrato. Os depósitos iniciais e os pagamentos em andamento não são reembolsáveis (exceto em alguns casos contemplados no contrato). Uma vez que um cliente exerce uma opção de compra de uma aeronave, nós a contabilizamos como um pedido firme, e começamos a receber os respectivos pagamentos de progresso e reconhecer a receita na entrega da aeronave ou o marco contratual.

Em 2024, o backlog do nosso segmento de Serviços & Suporte atingiu US\$4,6 bilhões, em comparação com US\$3,1 bilhões em 2023, impulsionado pela renovação de contratos de serviços de apoio logístico e programas abrangentes de manutenção de fuselagem, como o Programa Flight Hour Pool para Aviação Comercial e o Embraer Executive Care para Aviação Executiva. Estes contratos de longo prazo na carteira cobrem principalmente contratos de pool e outros serviços como peças sobressalentes, reparação, manutenção e serviços técnicos.

Uma parte significativa de nossos contratos no segmento de Defesa e Segurança, inclusive a pesquisa e desenvolvimento contratados para programas específicos, atendem os critérios de reconhecimento de receita por porcentagem de conclusão. No caso dos contratos que não atendem os critérios por porcentagem de conclusão, reconhecemos a receita no momento em que o produto é entregue ou o serviço é prestado. Determinados contratos preveem o reajuste dos preços com base em condições econômicas futuras. Nossos clientes da unidade de negócio de Defesa e Segurança continuam a efetuar adiantamentos, que são convertidos em receita à medida que finalizamos estágios pré-determinados de conclusão do projeto, inclusive a concepção, desenvolvimento e design, bem como engenharia, integração de sistemas e customização. Na maior parte das vezes, esses pagamentos não são reembolsáveis.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados

O custo das vendas e serviços consiste no custo da aeronave, peças sobressalentes e serviços prestados, compreendendo:

- *Matérias prima.* Substancialmente todos os custos com materiais são previstos nos contratos com fornecedores. Os preços estabelecidos nesses contratos são geralmente reajustados com base em uma fórmula de escalonamento que reflete, em parte, a inflação nos Estados Unidos da América.
- *Mão-de-obra.* Os custos com mão-de-obra incluem salários e despesas relacionadas principalmente em reais.

- *Depreciação.* O imobilizado em geral é depreciado ao longo de sua vida útil, que varia de dois a 60 anos, pelo método linear. A depreciação de aeronaves sujeitas a arrendamentos operacionais é reconhecida nos custos dos produtos vendidos e serviços prestados a partir do início da vigência do arrendamento, com base no método linear, ao longo da vida útil estimada do bem e levando em consideração um valor residual ao final da vigência do arrendamento.
- *Amortização.* O intangível gerado internamente é amortizado de acordo com as vendas estimadas da série da aeronave. O intangível adquirido de terceiros é amortizado com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos.

Acumulamos um passivo relativo às obrigações associadas às garantias do produto na data de entrega da aeronave, estimadas com base na experiência histórica e reconhecidas nos custos dos produtos vendidos e serviços prestados.

Celebramos transações que representam acordos de múltiplos elementos, incluindo treinamento, assistência técnica, peças de reposição e outras concessões. Esses custos são reconhecidos quando o produto ou serviço é fornecido ao cliente.

Resultados Operacionais

A tabela abaixo apresenta os componentes da demonstração do resultado por segmento, para os exercícios indicados:

	Para o Exercício Encerrado em 31 de		
	Dezembro de		
	2024	2023	2022
	(em milhões de US\$)		
Receita			
Aviação Comercial.....	2.208,6	1.846,8	1.543,9
Aviação Executiva	1.762,7	1.408,2	1.244,4
Defesa e Segurança.....	720,9	515,4	412,6
Serviços e Suporte.....	1.636,5	1.417,6	1.266,7
Outros	66,0	80,5	72,8
Total	6.394,7	5.268,5	4.540,4
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados			
Aviação Comercial.....	(2.008,9)	(1.698,3)	(1.382,3)
Aviação Executiva	(1.407,7)	(1.134,8)	(953,2)
Defesa e Segurança.....	(590,9)	(429,6)	(326,9)
Serviços e Suporte.....	(1.179,0)	(1.039,0)	(912,5)
Outros	(55,1)	(57,2)	(53,3)
Total	(5.241,6)	(4.358,9)	(3.628,2)
Lucro bruto			
Aviação Comercial.....	199,7	148,5	161,6
Aviação Executiva	355,0	273,4	291,2
Defesa e Segurança.....	130,0	85,8	85,7
Serviços e Suporte.....	457,5	378,6	354,2
Outros	10,9	23,3	19,5
Total	1.153,1	909,6	912,2
Receitas (despesas) operacionais			
Aviação Comercial.....	(144,5)	(124,6)	(145,5)
Aviação Executiva	(149,0)	(146,6)	(141,5)
Defesa e Segurança.....	(85,4)	(57,5)	(76,4)
Serviços e Suporte.....	(187,5)	(163,4)	(203,4)
Outros	(67,3)	(55,9)	(386,4)
Receitas (despesas) não alocadas	148,1	(47,1)	(69,5)
Total	(485,6)	(595,1)	(1.022,7)
Operacional (prejuízo)/lucro antes do resultado financeiro			
Aviação Comercial.....	55,2	23,9	16,1
Aviação Executiva	206,0	126,8	149,7
Defesa e Segurança.....	44,6	28,3	9,3
Serviços e Suporte.....	270,0	215,2	150,8

	Para o Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de		
	2024	2023	2022
	(em milhões de US\$)		
Outros	(56,4)	(32,6)	(366,9)
Receitas (despesas) não alocadas	148,1	(47,1)	(69,5)
Total	667,5	314,5	(110,5)

A tabela a seguir apresenta a demonstração do resultado dos exercícios indicados, além de apresentar cada item em percentual da nossa receita nos períodos indicados

	Para o Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de					
	2024		2023		2022	
	(em milhões de US\$, exceto porcentagens apresentadas em valores absolutos)					
Receita	6.394,7	100,0%	5.268,5	100,0%	4.540,4	100,0%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(5.241,6)	82,0%	(4.358,9)	82,7%	(3.628,2)	79,9%
Lucro bruto	1.153,1	18,0%	909,6	17,3%	912,2	20,1%
Despesas administrativas	(198,9)	3,1%	(204,9)	3,9%	(184,9)	4,1%
Despesas de venda	(309,7)	4,8%	(314,7)	6,0%	(274,4)	6,0%
Reversão esperada de crédito (perdas)	(21,1)	0,3%	10,2	0,2%	(17,4)	0,4%
Despesas de pesquisa	(55,0)	0,9%	(90,3)	1,7%	(110,0)	2,4%
Outras receitas	266,1	4,2%	170,7	3,2%	110,5	2,4%
Outras despesas	(162,7)	2,5%	(176,3)	3,3%	(555,0)	12,2%
Participação em associadas ⁽¹⁾	(4,3)	0,1%	10,2	0,2%	8,5	0,2%
Receitas operacionais	667,5	10,4%	314,5	6,0%	(110,5)	2,4%
Receitas financeiras	311,1	4,9%	128,6	2,4%	166,5	3,7%
Despesas financeiras	(415,6)	6,5%	(321,9)	6,1%	(290,0)	6,4%
Variações cambiais líquidas	(6,0)	0,1%	(0,5)	0,0%	28,2	0,6%
Receita (prejuízo) antes de imposto de renda	557,0	8,7%	120,7	2,3%	(205,8)	4,5%
Imposto de renda	(202,4)	3,2%	43,6	0,8%	2,3	0,1%
Lucro (perda) do ano	354,6	5,5%	164,3	3,1%	(203,5)	4,5%
Atribuível a:						
Acionistas da Embraer	352,5	5,5%	164,0	3,1%	(185,4)	4,1%
Participação dos Acionistas Não Controladores	2,1	0,0%	0,3	0,0%	(18,1)	0,4%

(1) Parcela do lucro líquido de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

2024 Comparado a 2023

Receita

Nossa receita aumentou US\$1.126,2 milhões, ou 21,4%, para US\$6.394,7 milhões em 2024, de US\$5.268,5 milhões em 2023. Esse aumento se deveu principalmente ao seguinte: (i) aumento nas entregas nos segmentos de Aviação Comercial e Aviação Executiva, apesar da escassez na cadeia de suprimentos que tem afetado a indústria aeronáutica; e (ii) maiores receitas nos segmentos de Serviços & Suporte e Defesa & Segurança.

As receitas do nosso segmento de Aviação Comercial aumentaram US\$361,8 milhões, ou 19,6%, para US\$2.208,6 milhões em 2024, de US\$1.846,8 milhões em 2023. Isso se deveu principalmente a um aumento de 14,1% nas entregas de aeronaves comerciais, totalizando 73 unidades em 2024, de 64 em 2023. O aumento da receita foi superior ao aumento do número de entregas, pois as entregas de jatos comerciais maiores (E190-E2 e E195-E2) aumentaram 20,5%, para 47 aeronaves em 2024, frente a 39 em 2023, enquanto as entregas do EMBRAER 175 aumentaram 4,0%, para 26 aeronaves em 2024, frente a 25 em 2023 (os jatos E-Jets E2 tendem a ter preços médios de venda superiores aos jatos EMBRAER 170/190).

A receita do nosso segmento de Aviação Executiva aumentou US\$354,5 milhões, ou 25,2%, para US\$1.762,7 milhões em 2024, de US\$1.408,2 milhões em 2023. Isso se deveu principalmente a um aumento de 13,0% nas entregas

de jatos executivos, totalizando 130 em 2024, frente a 115 em 2023. O aumento nas receitas foi maior do que o aumento no número de entregas, pois as entregas de jatos executivos médios (Praetors) aumentaram 34,1%, para 55 aeronaves em 2024, de 41 em 2023, enquanto as entregas de jatos executivos leves (Phenoms) aumentaram 1,4%, para 75 aeronaves em 2024, de 74 aeronaves em 2023 (os jatos Praetor tendem a ter preços médios de venda superiores aos jatos Phenom).

A receita do nosso segmento de Defesa & Segurança aumentou US\$205,5 milhões, ou 39,9%, para US\$720,9 milhões em 2024, de US\$515,4 milhões em 2023. Isso se deveu principalmente a: (i) maior volume de receita reconhecida com base no método de percentagem de conclusão no programa KC-390 Millennium (que permite o reconhecimento da receita conforme marcos contratuais são atingidos); e (ii) reconhecimento de receitas de novos contratos do KC-390 Millennium e do A-29 Super Tucano firmados em 2024.

A receita do nosso segmento de Serviços & Suporte aumentou US\$218,9 milhões, ou 15,4%, para US\$1.636,5 milhões em 2024, de US\$1.417,6 milhões em 2023. Isso se deveu principalmente a: (i) maior demanda por peças e componentes, impulsionada pelo aumento das atividades dos operadores nos segmentos de Aviação Comercial e Aviação Executiva em 2024; e (ii) receitas decorrentes do contrato de manutenção de motores assinado com a Pratt & Whitney por meio da nossa subsidiária OGMA.

A receita dos nossos Segmentos de Outros Negócios diminuiu US\$14,5 milhões, ou 18,0%, para US\$66,0 milhões em 2024, de US\$80,5 milhões em 2023. Essa redução ocorreu principalmente devido à queda nas receitas de vendas da nossa subsidiária Tempest e ao efeito da valorização do dólar americano frente ao real sobre as receitas do Ipanema em 2024.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados

O custo de vendas e serviços aumentou US\$882,7, ou 20,3%, para US\$5.241,6 milhões em 2024 de US\$4.358,9 milhões em 2023. Isso se deveu principalmente a: (i) maior volume de entregas nos segmentos de Aviação Comercial e Aviação Executiva; (ii) maior reconhecimento de custos no segmento de Defesa & Segurança, utilizando o método de percentagem de conclusão; e (iii) maiores custos decorrentes da maior demanda por serviços e peças de reposição no segmento de Serviços & Suporte. O aumento no custo de vendas e serviços foi inferior ao aumento de 21,4% na receita em 2024 em comparação a 2023, o que resultou em uma redução de 0,7 p.p. no custo de vendas e serviços como percentual da receita, para 82,0% em 2024, de 82,7% em 2023.

O custo de vendas e serviços em nosso segmento de Aviação Comercial aumentou US\$310,6 milhões, ou 18,3%, para US\$2.008,9 milhões em 2024, de US\$1.698,3 milhões em 2023. Isso se deveu principalmente ao aumento nas entregas e receitas de E-Jets E2 em 2024 em comparação a 2023. O custo de vendas e serviços aumentou menos do que o crescimento de 19,6% da receita, principalmente em função de um mix de clientes mais favorável nos E-Jets E2 em 2024 em comparação a 2023, parcialmente compensado por maiores custos de frete de materiais. A margem bruta em nosso segmento de Aviação Comercial (calculada como o lucro bruto do nosso segmento *dividido* pela receita do segmento) aumentou para 9,0% em 2024, de 8,0% em 2023.

O custo de vendas e serviços em nosso segmento de Aviação Executiva aumentou US\$272,9 milhões, ou 24,0%, para US\$1.407,7 milhões em 2024, de US\$1.134,8 milhões em 2023, ficando abaixo do aumento de 25,2% na receita do segmento. Isso se deveu principalmente a: (i) um mix de produtos mais favorável em termos de preço; e (ii) maior volume de entregas. A margem bruta em nosso segmento de Aviação Executiva (calculada como o lucro bruto do segmento de Aviação Executiva dividido pela receita do segmento de Aviação Executiva) aumentou para 20,1% em 2024, de 19,4% em 2023.

O custo de vendas e serviços em nosso segmento de Defesa & Segurança aumentou US\$161,3 milhões, ou 37,5%, para US\$590,9 milhões em 2024, de US\$429,6 milhões em 2023. Esse aumento no custo de vendas e serviços foi inferior ao aumento de 39,9% na receita no mesmo período, principalmente devido à menor participação da demanda pelo KC-390 Millennium no mix de produtos e ao maior volume de A-29 Super Tucano, parcialmente compensados por maiores custos decorrentes do reconhecimento de custos relacionados aos adiantamentos contratuais do KC-390 Millennium, conforme o método de percentual de conclusão em 2024. A margem bruta em nosso segmento

de Defesa & Segurança (calculada como o lucro bruto do segmento de Defesa & Segurança *dividido* pela receita do segmento de Defesa & Segurança) aumentou para 18,0% em 2024, de 16,6% em 2023.

O custo de vendas e serviços em nosso segmento de Serviços & Suporte aumentou US\$140,0 milhões, ou 13,5%, para US\$1.179,0 milhões em 2024, de US\$1.039,0 milhões em 2023. Esse aumento no custo de vendas e serviços foi inferior ao aumento de 15,4% na receita no mesmo período, principalmente devido à venda de peças de reposição com margens mais elevadas e ao aumento dos serviços prestados por nossa subsidiária OGMA em 2024, conforme mencionado acima em “—Receita”. A margem bruta em nosso segmento de Serviços & Suporte (calculada como o lucro bruto do segmento de Serviços & Suporte *dividido* pela receita do segmento de Serviços & Suporte) aumentou para 28,0% em 2024, de 26,7% em 2023.

O custo de vendas e serviços nos Segmentos de Outros Negócios diminuiu US\$2,1 milhões, ou 3,7%, para US\$55,1 milhões em 2024, de US\$57,2 milhões em 2023. Essa redução no custo de vendas e serviços foi inferior à queda de 18,0% na receita no mesmo período, principalmente devido ao aumento dos custos de materiais relacionados à produção das aeronaves Ipanema como resultado da valorização do dólar americano frente ao real.

Lucro Bruto

Em virtude dos fatores mencionados anteriormente, nosso lucro bruto aumentou US\$243,5 milhões, ou 26,8%, no ano, para US\$1.153,1 milhões em 2024, de US\$909,6 milhões em 2023. Nossa margem bruta (calculada como o lucro bruto *dividido* pela receita) aumentou 0,7 p.p., para 18,0% em 2024, de 17,3% em 2023.

Receitas (Despesas) Operacionais

Conforme discutido mais detalhadamente a seguir, as despesas operacionais diminuíram US\$109,5 milhões, ou 18,4%, para US\$485,6 milhões em 2024, de US\$595,1 milhões em 2023. As despesas operacionais como percentual da receita diminuíram para 7,6% em 2024, de 11,3% em 2023, conforme detalhado nos parágrafos abaixo.

As despesas administrativas diminuíram US\$6,0 milhões, ou 2,9%, para US\$198,9 milhões em 2024, de US\$204,9 milhões em 2023. A maioria de nossas despesas administrativas é fixa e não aumenta ou diminui no mesmo ritmo que as mudanças em nossas receitas. O principal fator para a redução das despesas administrativas em 2024 em comparação a 2023 foi a diminuição dos serviços de terceiros e das despesas com pessoal, principalmente como resultado de medidas de eficiência corporativa, como a redução de serviços de consultoria e jurídicos e na remuneração da diretoria em uma de nossas subsidiárias.

As despesas com vendas diminuíram US\$5,0 milhões, ou 1,6%, para US\$309,7 milhões em 2024, de US\$314,7 milhões em 2023. Isso se deveu principalmente à redução das operações comerciais, incluindo menos eventos de marketing, voos de demonstração e campanhas de vendas em 2024 na Aviação Comercial e em nossa subsidiária Eve Holding. No entanto, essas economias foram parcialmente compensadas pelo aumento das atividades comerciais, principalmente em Defesa & Segurança e, em menor grau, em Serviços & Suporte e Aviação Executiva.

As *perdas de crédito esperadas* (reversão) aumentaram US\$31,3 milhões, passando a uma despesa de US\$21,1 milhões em 2024, de uma reversão de US\$10,2 milhões em 2023. Isso se deveu principalmente às provisões para perdas esperadas de crédito relacionadas a um de nossos clientes no segmento de Serviços & Suporte.

As *despesas com pesquisa* diminuíram US\$35,3 milhões, ou 39,1%, para US\$55,0 milhões em 2024, de US\$90,3 milhões em 2023. Isso se deveu principalmente a uma mudança no andamento da aprovação do projeto EVE, que resultou na capitalização das despesas de pesquisa como ativo intangível nos últimos meses de 2023, em comparação ao reconhecimento como despesa antes da aprovação.

Outras receitas aumentaram US\$95,4 milhões, para US\$266,1 milhões em 2024, de US\$170,7 milhões em 2023. Isso se deveu principalmente aos recursos recebidos do acordo arbitral com a Boeing em 2024.

Outras despesas diminuíram US\$13,6 milhões, para US\$162,7 milhões em 2024, de US\$176,3 milhões em 2023. Isso se deveu principalmente a: (i) um crédito fiscal recebido por serviços prestados ao exterior pela Companhia; e (ii) menores despesas decorrentes de ganhos de eficiência em programas corporativos.

Lucro (Prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro

Devidos aos fatores mencionados acima, nosso resultado operacional antes do resultado financeiro aumentou US\$353,0 milhões, ou 112,2%, para um lucro operacional de US\$667,5 milhões em 2024, de um lucro operacional de US\$314,5 milhões em 2023. Nossa margem operacional (calculada como o lucro operacional dividido pela receita) aumentou 4,4 p.p., para uma margem positiva de 10,4%, de uma margem positiva de 6,0% em 2023.

Resultado Financeiro

Receitas financeiras. As receitas financeiras aumentaram US\$182,5 milhões, ou 141,9%, para US\$311,1 milhões em 2024, de US\$128,6 milhões em 2023, principalmente devido a instrumentos financeiros derivativos, à mensuração positiva do valor justo dos warrants da EVE e aos juros sobre recebíveis.

Despesas financeiras. As despesas financeiras aumentaram US\$93,7 milhões, ou 29,1%, para US\$415,6 milhões em 2024, de US\$321,9 milhões em 2023, principalmente em razão de: (i) despesas relacionadas ao nosso programa de phantom shares, impactadas pela valorização das ações ordinárias da Embraer; (ii) ajuste ao valor justo dos financiamentos a clientes; e (iii) mensuração negativa do valor justo dos warrants da EVE. Esses fatores foram parcialmente compensados pela redução dos juros sobre empréstimos e financiamentos adequados. Para obter mais informações sobre nosso plano de phantom shares, consulte o Item 6. Administradores, Alta Administração e Colaboradores—B. Remuneração—Plano de Incentivo de Longo Prazo no Modelo de Ações Fantasma.”

Variações Cambiais Líquidas

As variações cambiais líquidas aumentaram US\$5,5 milhões, passando para uma perda de US\$6,0 milhões em 2024, de uma perda de US\$0,5 milhão em 2023. Isso se deveu principalmente à desvalorização do real frente ao dólar dos Estados Unidos em 2024, que impactou ativos líquidos de passivos denominados em reais.

Receita Antes de Imposto de Renda

Devido aos fatores mencionados acima, a receita antes do imposto de renda aumentou US\$436,3 milhões, para US\$557,0 milhões em 2024, de US\$120,7 milhões em 2023.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com imposto de renda aumentou para uma despesa de US\$202,4 milhões em 2024, de um benefício de US\$43,6 milhões em 2023, principalmente devido ao impacto da variação cambial sobre ativos não monetários (principalmente estoques, intangíveis e ativos imobilizados) nos impostos diferidos. Além disso, em 2024, houve mudanças no regime de tributação da variação cambial, o que permitiu à Companhia obter vantagens no cálculo do imposto de renda corrente, gerando despesas dedutíveis sob o regime de competência e, assim, evitando saídas de caixa para pagamento de imposto de renda ao longo do ano. A opção de mudar esse regime é prevista por lei e nossa administração pode escolher entre os métodos de caixa e de competência anualmente.

Lucro do Exercício

Devido aos fatores mencionados acima, nosso lucro do exercício aumentou US\$190,3 milhões, ou 115,8%, para US\$354,6 milhões em 2024, de US\$164,3 milhões em 2023. Como percentual da receita, a margem líquida (calculada como o lucro do exercício dividido pela receita) aumentou 2,4 p.p., para uma margem positiva de 5,5%, de uma margem positiva de 3,1% em 2023.

2023 Comparado a 2022

Para uma descrição de nossos resultados operacionais de 2023 em comparação a 2022, ver “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras—A. Resultados Operacionais—2023 Comparado a 2022” do nosso relatório anual no Formulário 20-F para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, arquivado na SEC em 5 de abril de 2024.

B. Liquidez e Recursos de Capital

Visão Geral

Nossas necessidades de caixa advêm principalmente das nossas necessidades de capital de giro, pesquisa e desenvolvimento, pagamentos de principal e juros de nossa dívida, despesas de capital e distribuições a acionistas. Para atender essas necessidades, em geral contamos com os recursos gerados por nossas operações, empréstimos tomados nos termos de operações de crédito, aportes de caixa de nossos parceiros de compartilhamento de riscos, adiantamentos de clientes e, em menor medida, emissão de títulos de dívida. Para mais informações sobre as necessidades de capital de giro e fontes de recursos, vide “Item 4. Informações sobre a Companhia—B. Visão Geral—Fornecedores e Componentes; Contratos de Compartilhamento de Risco” e “Item 4. Informações sobre a Companhia—B. Visão Geral—Segmento de Aviação Comercial—Produção, Novos Pedidos e Opções” e “Linhas de Crédito.”

Na data deste relatório anual, acreditamos que nossas fontes tradicionais de recursos são suficientes para atender às nossas necessidades previsíveis de capital de giro, incluindo os gastos de capital planejados. No entanto, não há garantia de que nossas fontes tradicionais de recursos, ou que o custo ou a disponibilidade de nossas linhas de crédito ou futuras fontes de empréstimo, não serão afetados de forma significativa pelas perturbações do mercado.

Até a data deste relatório anual, continuamos enfrentando certos desafios decorrentes das condições políticas e econômicas globais, como atrasos em nossa cadeia de suprimentos, operações de produção e a escassez de pilotos no setor de companhias aéreas regionais nos Estados Unidos, o que afeta a demanda por nossos produtos, principalmente na Aviação Comercial. Esperamos que nossos clientes possam reprogramar entregas, deixar de exercer opções ou cancelar pedidos firmes como resultado de possíveis retrações econômicas, ou da volatilidade financeira em nossos mercados.

Análise de Fluxo de Caixa

Em 31 de dezembro de 2024, tínhamos US\$1.563,0 milhões em caixa e equivalentes de caixa. Acreditamos que nosso caixa e equivalentes de caixa disponíveis atualmente, juntamente com os fluxos de caixa provenientes de nossas atividades operacionais, serão suficientes para atender às nossas necessidades de capital de giro e aos investimentos em capital no curso normal dos negócios pelos próximos 12 meses.

A tabela a seguir apresenta a geração e o uso de caixa nos períodos indicados:

	Para o Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de		
	2024	2023	2022
	(em milhões de US\$)		
Informações de Fluxo de Caixa			
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	871,2	617,0	751,3
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(599,7)	(447,6)	(109,5)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(335,7)	(348,7)	(669,2)

Nosso caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, depósitos interfinanceiros com bancos e depósitos a prazo fixo em dólares emitidos por instituições financeiras, os quais apresentam risco imaterial de variação de valor. Para mais detalhes, veja a nota explicativa 5 das nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2024, incluídas neste relatório anual.

2024 Comparado a 2023

Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais

Em 2024, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou US\$871,2 milhões, um aumento de US\$254,2 milhões, ou 41,2%, em comparação ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de US\$617,0 milhões em 2023. O aumento no fluxo de caixa operacional foi principalmente decorrente do maior lucro líquido em 2024, apoiado pelo aumento em passivos contratuais (adiantamentos de clientes) em função do crescimento nas vendas e por contas a pagar mais elevadas. Esses fatores foram parcialmente compensados pelo aumento nas contas a receber e ativos contratuais, além da redução em impostos e encargos trabalhistas a pagar. O caixa utilizado pelas contas de capital de giro (contas a receber, estoques e contas comerciais a pagar) foi de US\$324,7 milhões em 2024, comparado ao uso de US\$241,5 milhões em 2023.

Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento

Em 2024, o caixa líquido usado nas atividades de investimento totalizou US\$599,7 milhões, um aumento de US\$152,1 milhões, ou 34,0%, em relação aos US\$447,6 milhões de 2023. Esse aumento foi decorrente, principalmente, do crescimento dos investimentos em ativos intangíveis em 2024 e em aplicações financeiras de longo prazo, como notas vinculadas a crédito (*credit linked notes*), em comparação a 2023.

Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento

Em 2024, o caixa líquido usado nas atividades de financiamento totalizou US\$335,7 milhões, uma redução de US\$13,0 milhões, ou 3,7%, em comparação aos US\$348,7 milhões de 2023. Essa redução se deveu principalmente a (i) ingresso de recursos com a colocação de ações da Eve em 2024 no valor de US\$65,6 milhões; e (ii) maior saída líquida de caixa relacionada ao pagamento de empréstimos em 2024, no valor de US\$380,1 milhões, em comparação aos US\$331,2 milhões em 2023, o que representa um aumento no caixa usado de US\$48,9 milhões.

2023 Comparado a 2022

Para uma discussão sobre nossos fluxos de caixa de 2023 comparado a 2022, consulte o “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras—B. Liquidez e Recursos de Capital—Análise de Fluxo de Caixa” de nosso relatório anual no Formulário 20-F para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2023, arquivado na SEC em 5 de abril de 2024.

Despesas de Capital

Capitalizamos nossos gastos relacionados a projetos de desenvolvimento de produtos como ativos intangíveis não circulantes em nossa demonstração da posição financeira quando é provável que os projetos relevantes gerem benefícios futuros, levando em consideração sua viabilidade comercial e tecnológica e disponibilidade de recursos tecnológicos e financeiros e somente se seu custo puder ser mensurado de forma confiável. Amortizamos os ativos na forma de encargos de custo de vendas e serviços em nossas demonstrações do resultado, com base no número total estimado de aeronaves a serem entregues para cada novo projeto de desenvolvimento de produto. Também capitalizamos os gastos relacionados ao imobilizado como ativos não circulantes em nossa demonstração da posição financeira e depreciamos os ativos na forma de encargos com o custo de vendas e serviços em nossas demonstrações do resultado. Para obter informações adicionais sobre como amortizamos nossos ativos intangíveis e depreciamos nosso ativo imobilizado, vide “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - A. Resultados Operacionais - Principais Informações Operacionais e Componentes de Nossa Demonstração do Resultado - Custo de Vendas e Serviços.”

No nosso segmento de Aviação Comercial, Aviação Executiva e Serviços e Suporte, incluímos nossos investimentos em desenvolvimento e imobilizado como parte de nossas despesas de capital. Os custos de desenvolvimento nessas unidades de negócios são capitalizados a partir da data de aprovação do conselho para o projeto relevante até a certificação final.

Também incorremos em gastos para nosso segmento de Defesa e Segurança sob contratos de desenvolvimento e produção, como o mesmo processo de investimento de nossos outros segmentos. No entanto, temos alguns clientes que podem financiar parte de nossos programas, como nosso acordo com o governo brasileiro para o desenvolvimento e produção do KC-390 Millennium. Uma parte significativa desses contratos é definida como contratos de construção e a receita associada a esses contratos é realizada com base em porcentagem de conclusão, à medida que os marcos do contrato são alcançados.

A maior parte de nossos gastos com desenvolvimento está associada ao desenvolvimento de novos produtos para os segmentos de Aviação Comercial, Aviação Executiva e Defesa e Segurança. Para obter informações adicionais sobre nossas despesas de desenvolvimento, vide “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - C. Pesquisa e Desenvolvimento, Patentes e Licenças, etc. - Pesquisa.”

Nossos desembolsos em despesas de capital foram relacionados ao ativo imobilizado, compondo assim nossas adições no período, exceto para os ativos do programa de pool de câmbio e aeronaves em arrendamento ou disponíveis para arrendamento. Esses investimentos estão relacionados principalmente à (i) construção de novas instalações e (ii) melhorias e modificações em nossas plantas e instalações de produção para a produção de novos modelos de aeronaves.

Nossas despesas de capital são geralmente financiadas por fundos fornecidos por operações, empréstimos sob nossos acordos de crédito, contribuições em dinheiro de parceiros de compartilhamento de riscos, adiantamentos de clientes e, em menor grau, aumentos de capital para atender a essas necessidades. Vide “C. Pesquisa e Desenvolvimento, Patentes e Licenças, etc. - Despesas de Capital - Pesquisa”.

Em 31 de dezembro de 2024, o total de despesas de capital em nossos segmentos de Aviação Comercial, Aviação Executiva e Serviços e Suporte representava US\$195,3 milhões; A fonte prevista de fundos para satisfazer esses investimentos está relacionada ao nosso caixa gerado nas atividades operacionais.

Linhas de Crédito

Linha de Crédito Rotativo

Em 6 de agosto de 2024, nossas subsidiárias EAH e Embraer Netherlands Finance B.V., ou Embraer Netherlands Finance, celebraram um contrato de linha de crédito rotativo no valor de US\$1,0 bilhão, com vencimento em 6 de agosto de 2029, com 17 instituições financeiras internacionais. A linha é garantida pela Embraer e por determinadas subsidiárias, e os empréstimos realizados sob essa linha de crédito terão juros à taxa composta pela Term SOFR acrescida de uma margem entre 0,950% e 1,700% ao ano, dependendo do nosso rating corporativo no momento do desembolso. Em 31 de dezembro de 2024, nem a EAH nem a Embraer Netherlands Finance haviam realizado qualquer saque sob essa linha de crédito.

Linhas de Crédito com Bancos e Agências Multilaterais de Desenvolvimento

O governo federal tem sido uma importante fonte de financiamento à exportação para os nossos clientes por meio do programa BNDES-Exim, administrado pelo BNDES. Em 15 de dezembro de 2022, celebramos um contrato de financiamento à exportação com o BNDES no valor total de R\$2,2 bilhões (US\$400 milhões) no âmbito do programa BNDES-Exim, o qual foi parcialmente quitado no valor total de US\$28,3 milhões em novembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2024, o valor total em aberto sob esse contrato era de US\$372,8 milhões.

Em fevereiro de 2024, celebramos um contrato de crédito à inovação com o BNDES no valor total de R\$500 milhões (aproximadamente US\$80,7 milhões). Em 31 de dezembro de 2024, havíamos recebido desembolsos no valor de US\$8,2 milhões sob essa linha de crédito, que também representava o valor total em aberto na referida data.

Em janeiro de 2023, celebramos um contrato de crédito com o Citibank, N.A., no valor principal agregado de US\$200 milhões, destinado ao financiamento de compras de insumos realizadas por nós nos Estados Unidos da América. Os desembolsos dessa linha de crédito serão feitos de acordo com a comprovação das compras de insumos dos fornecedores. Essa linha de crédito é garantida pelo Export-Import Bank, a agência oficial de crédito à exportação

dos EUA. Em 31 de dezembro de 2024, havíamos recebido desembolsos no valor de US\$24,6 milhões sob essa linha de crédito, e o valor total em aberto era de US\$10,7 milhões.

Em agosto de 2020, celebramos um contrato de garantia de capital de giro com o Export-Import Bank dos Estados Unidos no valor principal agregado de US\$97,2 milhões, cujo valor foi totalmente desembolsado em 2020 e quitado em dezembro de 2023. Esse financiamento de capital de giro e de exportação fortaleceu nossa posição de caixa e garantiu o financiamento de todo o nosso processo operacional, desde a produção até a remessa do produto para o mercado de exportação. Em dezembro de 2023, decidimos renovar este contrato por um período adicional de três anos. Em 31 de dezembro de 2024, não haviam sido realizados desembolsos sob essa linha.

Em junho de 2022, celebramos um contrato de crédito com o J.P. Morgan Chase Bank, NA, London Branch, no valor principal agregado de US\$100 milhões, garantido pela U.K. Export Financing. Em 31 de dezembro de 2024, o valor total em aberto sob essa linha era de US\$66,8 milhões.

Notas Promissórias Vinculadas

Em fevereiro de 2017, a Embraer Netherlands Finance emitiu Notas Promissórias Vinculadas no valor principal agregado de US\$750,0 milhões, com vencimento em 2027 e remuneração de 5,400%, ou as notas de 2027.

Em setembro de 2020, a Embraer Netherlands Finance emitiu Notas Promissórias Vinculadas no valor principal agregado de US\$750,0 milhões, com vencimento em 2028 e remuneração de 6,950%, ou as notas de 2028.

Em julho de 2023, a Embraer Netherlands Finance emitiu Notas Promissórias Vinculadas no valor principal agregado de US\$750,0 milhões, com vencimento em 2030 e remuneração de 7,000%, ou as notas de 2030.

Em 31 de dezembro de 2024, os valores em aberto eram de US\$533,2 milhões para as notas de 2027, US\$491,9 milhões para as notas de 2028 e US\$761,7 milhões para as notas de 2030, respectivamente. Podemos, de tempos em tempos, buscar eliminar ou comprar nossa dívida pendente, incluindo nossas notas garantidas com vencimento em 2027, 2028 e 2030, por meio de compras em dinheiro, ofertas de compra e/ou trocas por outros valores mobiliários, em compras no mercado aberto, transações negociadas de forma privada ou de outra forma—e efetivamente o fizemos com relação às notas com vencimento em 2027 (ver “—Eventos Subsequentes” abaixo). As recompras ou trocas, se houver, dependerão das condições prevalentes no mercado, de nossos requisitos de liquidez, restrições contratuais e outros fatores. Os valores envolvidos podem ser materiais e as notas recompradas podem ser canceladas ou revendidas, mas só serão revendidas em conformidade com os requisitos ou isenções aplicáveis de acordo com as leis de valores mobiliários relevantes.

Outras Linhas

Temos vários outros empréstimos e contratos de crédito de longo prazo com valores devidos agregados de US\$245,9 milhões em 31 de dezembro de 2024. Para mais informações sobre esses acordos de financiamento, vide a Nota Explicativa 19 de nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de 2024 incluídas em outra parte deste relatório anual.

Em 31 de dezembro de 2024, US\$533,8 milhões de nossos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) estavam garantidos por imóveis, máquinas e equipamentos, e US\$705,1 milhões estavam sujeitos a garantias bancárias.

Continuamos avaliando oportunidades de financiamento adicionais para manter um perfil de endividamento de longo prazo que suporte e esteja alinhado ao ciclo de negócios. Para obter informações adicionais sobre nossos empréstimos e financiamentos, incluindo discriminação de moeda e vencimento e discriminação entre dívida de taxa fixa e variável, vide a Nota Explicativa 19 de nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de 2024 incluídas em outra parte deste relatório anual.

Eventos Subsequentes

Além dos eventos descritos abaixo, nenhum evento subsequente ocorreu após 31 de dezembro de 2024. Vide a Nota Explicativa 37 de nossas demonstrações financeiras auditadas de 2024.

Reorganização societária

Em janeiro de 2025, a subsidiária ELEB foi incorporada à Embraer. Além disso, também em janeiro de 2025, a subsidiária Airholding S.A. foi incorporada à subsidiária Embraer Portugal S.A.

Oferta de recompra

Em fevereiro de 2025, a Companhia recomprou e liquidou as seguintes notas promissórias vinculadas em um total de US\$411,0 milhões:

- US\$253,0 milhões, incluindo a recompra parcial de nossas notas de 2027. Esse valor compreende US\$250,0 milhões em principal e US\$3,0 milhões em despesas com prêmio.
- US\$158,0 milhões: esse valor inclui a recompra parcial de nossas notas de 2028. Esse valor compreende US\$150,0 milhões em principal, US\$1,0 milhão em juros e US\$7,0 milhões em despesas com prêmio.

Subsequentemente, a Companhia anunciou o resgate total das notas promissórias vinculadas remanescentes remuneradas a 5,40% ao ano com vencimento em 2027. Em março de 2025, essas notas foram resgatadas no montante total de US\$279,1 milhões, compostos por US\$272,4 milhões em principal, US\$2,1 milhões em juros e US\$4,6 milhões em despesas com prêmio.

Emissão de dívida

Em fevereiro de 2025, a Companhia, por meio de sua subsidiária Embraer Netherlands Finance B.V., captou recursos por meio da emissão de notas garantidas no valor total de US\$650,0 milhões, com vencimento em 2035 e remuneração de 5,98% ao ano. As notas são totalmente e incondicionalmente garantidas pela Embraer.

Nova ação cível

Em março de 2025, uma ação derivada de acionistas intitulada Taylor v. Embraer Aircraft Holding, Inc., et al foi ajuizada na Corte de Chancelaria do Estado de Delaware contra a EAH e os diretores e executivos da Eve Holding, alegando descumprimento de dever fiduciário relacionado à colocação privada de ações ordinárias e warrants emitidos para a EAH em setembro de 2024. Os réus pretendem contestar as alegações do autor nesta ação. Na data deste relatório anual, avaliamos que não é provável que sejamos obrigados a desembolsar recursos para resolver essa demanda.

Recompra de ações próprias da Embraer

Em março de 2025, a Embraer recomprou os próprios instrumentos patrimoniais. O número de ações adquiridas foi de 1.066.667 ações ordinárias, no valor total de R\$82,2 milhões (equivalente a US\$14,5 milhões), incluindo os custos qualificáveis atribuíveis a essa transação patrimonial.

Liquidação antecipada de financiamento

Em março de 2025, a Companhia liquidou integralmente seu contrato com o BNDES, que tinha taxa de juros de 5,49% ao ano e vencimento previsto para 2027. Nenhum custo adicional foi incorrido em decorrência da liquidação antecipada.

C. Pesquisa e Desenvolvimento, Patentes e Licenças, Etc.

Pesquisa e Desenvolvimento

Nossas atividades de pesquisa e desenvolvimento são direcionadas pelo nosso planejamento estratégico corporativo de curto, médio e longo prazos. Referimo-nos às atividades de pesquisa como o desenvolvimento tecnológico e às atividades de desenvolvimento como desenvolvimento integrado de produto.

Com base no trabalho pelo qual são definidas as estratégias de produtos e serviços da Companhia, incluindo inovação, crescimento e perspectivas de negócios, executamos projetos que incluem a produção e comercialização de novas aeronaves, sistemas e serviços aeroespaciais.

Com foco nos nossos planos empresariais internos e no contínuo monitoramento do ambiente tecnológico global, definimos um plano de desenvolvimento tecnológico cujo objetivo é a pesquisa e o desenvolvimento de soluções para os principais desafios que a Companhia enfrentará no médio e longo prazos, de forma a manter a competitividade em nossos segmentos de negócios.

Em um esforço para reduzir o risco de desenvolvimento e otimizar os resultados financeiros de nossos projetos, nossa estratégia e equipes de desenvolvimento possuem as habilidades essenciais para gerir e executar projetos multidisciplinares, mantendo e coordenando uma rede global de parceiros de desenvolvimento e integrando diversos grupos, como universidades, institutos de pesquisa e de fomento, companhias e startups. Como resultado, a aplicação de tecnologias avançadas permite a evolução de produtos, inclusive aeronaves mais leves, silenciosas, confortáveis e eficientes do ponto de vista energético, além de melhorias em design e ciclos de produção e otimização dos recursos da companhia.

Após os resultados do planejamento do desenvolvimento tecnológico interno da Companhia, inicia-se a fase de design de novos produtos e serviços. Nessa fase, nossos esforços são coordenados de forma integrada com engenharia de projeto avançada e nossas unidades de negócios, que trabalham em colaboração com futuros clientes e potenciais parceiros na conclusão do design de novos produtos e serviços. Após a aprovação do design, criamos o programa de desenvolvimento do produto. Nessa fase de uso intensivo de capital, nossos grupos de desenvolvimento, produto, processos e serviços trabalham em conjunto com parceiros estratégicos, fornecedores e agências regulatórias, iniciando-se o desenvolvimento detalhado do produto, sua produção, sistemas e serviços associados, até a efetiva entrada em operação do produto.

A maior parte das atividades de pesquisa e desenvolvimento da Companhia estão concentradas no Brasil, mas a Companhia também tem iniciativas internas e parcerias em diversas localidades em todo o mundo.

Incorremos em despesas de pesquisa relacionadas à criação de novas tecnologias que possam ser aplicadas às nossas aeronaves. Essas despesas não estão associadas a nenhuma aeronave em particular e incluem a implementação de iniciativas de garantia de qualidade, melhorias na produtividade das linhas de produção e estudos para determinar os desenvolvimentos mais recentes em tecnologia e padrões de qualidade. De acordo com o IFRS, os custos de pesquisa são contabilizados como despesas conforme incorridos no item de linha de pesquisa de nossa demonstração de lucros ou perdas nas demonstrações financeiras.

Propriedade Intelectual

O conjunto de nossa propriedade intelectual, que inclui patentes de aplicação industrial, patentes de design, segredos comerciais, know-how e marcas registradas, é importante para os nossos negócios. Somos titulares de marcas sobre nosso nome e símbolo, bem como sobre os nomes de nossos produtos, algumas das quais já registradas e outras em processo de registro em diversos países, incluindo, mas não se limitando a, Brasil, Estados Unidos da América, Canadá, Singapura, Hong Kong, China, União Europeia e Japão. Em 31 de dezembro de 2024, a Embraer possuía aproximadamente 571 marcas registradas ou em processo de registro, e nossa subsidiária EVE possuía 107 marcas registradas ou em processo de registro. Em geral, nossas marcas são renovadas ao final dos respectivos prazos de duração, que normalmente é de dez anos a contar da data do pedido de registro. Não acreditamos que a perda de qualquer de nossas marcas causaria um impacto relevante em nossos negócios ou resultados operacionais.

Desenvolvemos nossa propriedade intelectual em nosso processo de pesquisa, desenvolvimento e produção. Segundo os contratos firmados com alguns de nossos fornecedores e parceiros de compartilhamento de riscos, temos acesso a informações e à tecnologia necessária para melhor desenvolver, fabricar e comercializar nossos produtos. Nosso objetivo é proteger nossos direitos de propriedade intelectual resultantes dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento técnico. Atualmente, somos titulares das patentes e pedidos de patente junto às autoridades competentes no Brasil, Estados Unidos da América, União Europeia, Rússia, Japão, Índia e China com relação às várias tecnologias de nossos produtos. Exigimos que nossos fornecedores e parceiros de compartilhamento de riscos respeitem os direitos de propriedade intelectual de terceiros, e acreditamos deter os direitos de propriedade intelectual necessários para conduzir o nosso negócio e operações.

Considerando nossos portfólios de patentes de utilidade e design, em 31 de dezembro de 2024, a Embraer havia depositado 889 pedidos de patentes e havia recebido 771 patentes, e a EVE havia depositado 33 pedidos de patentes e havia recebido 20 patentes.

Inovação

Pretendemos continuar investindo em soluções tecnológicas inovadoras e buscando oportunidades para transformar nossos negócios, produtos, serviços e mercados visando um futuro mais sustentável. Por meio de inovações e novas tecnologias, buscamos ganhar eficiência, flexibilidade e agilidade para obter vantagens competitivas.

As inovações que resultaram em produtos e serviços lançados nos últimos cinco anos foram responsáveis por 51.9% de nossas receitas em 2024. Acreditamos que a inovação é um elemento-chave para a competitividade e crescimento contínuo dos nossos negócios. Por esse motivo, criamos uma vice-presidência dedicada à Estratégia Corporativa, Digital e Inovação, que se reporta diretamente ao nosso CEO.

Também implementamos Verticais de Inovação, focadas em pesquisa, tecnologia e inovação para acelerar os resultados do negócio, e cujo principal objetivo é organizar e priorizar os esforços e investimentos em inovação, ativando o melhor poder de uma visão corporativa comum e cocriada sobre modelos de negócios, nichos, tecnologias, produtos futuros, serviços e processos. As Verticais de Inovação integram nossos esforços de inovação em todos os segmentos de negócios, afiliadas e no Embraer-X, uma aceleradora de mercado comprometida com o desenvolvimento de soluções inovadoras. Nossos atuais Verticais de Inovação são: (i) Emissão Zero, (ii) Voo Autônomo, (iii) Inteligência Artificial e Ciência de Dados e Cibersegurança, (iv) Indústria 4.0, (v) Competitividade de Fuselagem, (vi) Experiência do Passageiro.

A Embraer-X se posicionou como uma incubadora e aceleradora de mercado comprometida com o desenvolvimento de soluções que possam impactar positivamente a sociedade global, como apoiar a transição energética na indústria da aviação e beneficiar outros setores. Serve como uma conexão entre a Embraer e os ecossistemas globais de inovação, buscando continuamente identificar e desenvolver parcerias significativas que possam alavancar a estratégia global da empresa e contribuir para um futuro sustentável.

A Embraer-X fortaleceu as relações com a Holanda, inaugurando, em 2022, um escritório no Aerospace Innovation Hub@TUD, da Delft University of Technology (TU Delft). A posição estratégica da Embraer-X no Aerospace Innovation Hub@TUD serve de base para conectar-se continuamente ao ecossistema de negócios da instituição, como a nossa parceria de longa duração com a Royal NLR e também com a Iniciativa de Aviação Sustentável liderada pelo governo holandês. Também permitiu à Embraer-X estabelecer uma conexão com o ecossistema europeu mais amplo, formando vínculos com países como Áustria, Suíça, Finlândia, entre outros.

Em 2024, a Embraer-X estabelece escritórios locais no Vale do Silício e a área metropolitana de Boston, com o objetivo de expandir suas parcerias com empresas de tecnologia de ponta, investidores de risco e instituições acadêmicas e de pesquisa nos principais ecossistemas de inovação da América do Norte e do mundo. Reforçando o compromisso da Embraer com os objetivos de Aviação Sustentável, em 2024 a Embraer-X também firmou parcerias relevantes com a Greentown Labs, a maior incubadora de tecnologias climáticas da América do Norte, e com a Sustainable Aero Lab, um hub de inovação voltado à redução tangível da pegada climática da aviação, aproveitando, em ambos os casos, a inovação aberta em conexão com pesquisadores globais, empreendedores experientes,

fundadores, profissionais da indústria e investidores. Beacon, o segundo negócio acelerado pela Embraer-X depois da EVE, fez a transição para o segmento de Serviços e Suporte conectando-se aos esforços de transformação digital e ao portfólio de soluções digitais da Embraer em uma transação estratégica spin-in (incorporando Beacon em nosso segmento de Serviços e Suporte em vez de incorporando-o em nossa estrutura corporativa como uma entidade separada). O Beacon trouxe sinergia e integração com o nosso negócio atual, conectando operadores, serviços de manutenção e mecânicos de forma mais ágil e colaborativa, visando aumentar o número de parceiros e usuários na plataforma.

Além disso, nossa subsidiária Eve Holding cumpriu todos os marcos previstos para 2024 que havia apresentado ao mercado, incluindo a conclusão de seu primeiro protótipo e as etapas iniciais dos testes em solo. Também definiu com a ANAC as bases de certificação e a configuração de sua fábrica de eVTOL, além de garantir financiamento para esse projeto junto ao BNDES. Por fim, a Eve consumiu US\$141 milhões em caixa no último ano, valor próximo ao limite inferior da projeção de US\$130 a US\$170 milhões que havia divulgado para 2024.

Além de acordos e parcerias, a Embraer-X também faz uso ativo de capital de risco. Além de acordos e parcerias, a Embraer-X também faz uso ativo de capital de risco. Conectada à Embraer Ventures, nosso veículo corporativo de capital de risco, e busca identificar e criar sinergias com startups de base tecnológica de alto impacto econômico e social. Atualmente, a Embraer Ventures implementa sua estratégia por meio de cinco fundos de capital de risco: (i) Brazil Aerospace Fund (FIP-AERO), (ii) Catapult Ventures I, (iii) Catapult Ventures II, ambos com sede no Vale do Silício, (iv) Catapult Opportunities, fundo complementar ao Catapult I, (v) MSW Multicorporate II, e (vi) United Airlines Ventures (UAV). Os temas tecnológicos abordados pelos investimentos são nossos atuais eixos de inovação, entre outros. Além de ser acionista dos FIPs, a Embraer Ventures também investe diretamente em participações minoritárias em empresas.

Em fevereiro de 2024, anunciamos nossa entrada no Sustainable Flight Fund, uma iniciativa da United Airlines Ventures criada para impulsionar a oferta e disponibilidade de SAF por meio de investimentos em startups inovadoras. A Embraer juntou-se a outros 22 parceiros de diferentes setores da indústria, além da própria United Airlines.

Para ampliar as capacidades de pesquisa aeronáutica pré-competitiva no Brasil e em outros países, a Embraer tem colaborado com diversas organizações de pesquisa e tecnologia ao redor do mundo. Essa parceria abrange uma ampla gama de tecnologias, incluindo Combustíveis Sustentáveis para Aviação (como hidrogênio), Eletrificação, Autonomia, Segurança de Voo, Manutenção Baseada em Condição da Aeronave, Projeto de Aeronaves, Novos Significativas e Estruturas, Redução de Ruído, Sistemas Embarcados, Realidade Aumentada, Inteligência Artificial e Ciência de Dados, além de Soluções Flexíveis de Fabricação.

Alguns projetos de pesquisa e tecnologia são desenvolvidos em cooperação com universidades e centros de pesquisa de referência no Brasil e no exterior, por exemplo: Instituto Tecnológico de Aeronáutica, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade de São Paulo - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal de São Paulo, Universidade do Estado de São Paulo, Universidade Federal de Itajubá, Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal de Pernambuco, Centro Universitário da FEI, SENAI, Centro de Pesquisa em Energia e Materiais, CERTI, CPQD, Instituto de Pesquisa Tecnológica, Instituto de Estudos Avançados, Instituto Tecgraf de Desenvolvimento de Software Técnico-Científico da PUC-Rio, Instituto Nacional de Tecnologia, MIT, Bristol University, Instituto Superior de Engenharia do Porto, Tu Delft, DLR, Intelligent Vision Systems, Rosemount, Goodrich/Collins Aerospace, GMV, University of Stuttgart, University of Linköping, University of Hanyang, Cranfield University, City University London, RollsRoyce, Politecnico di Torino, Deep Blue SRL, Wideroe, SAAB, Mälardalen University e FACC AG.

A Embraer e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) são parceiros desde o final de 2022 no FLYMOV, um Centro de Pesquisa em Engenharia (CPE) dedicado à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias inovadoras e potencialmente disruptivas em estágio pré-competitivo, com o objetivo de revolucionar o futuro da mobilidade aérea. O aumento do grau de maturidade tecnológica por meio de pesquisa básica e aplicada em tecnologias emergentes pode reduzir significativamente as incertezas e os riscos associados à geração de inovações para processos produtivos, novos produtos e serviços. O FLYMOV reúne mais de 130 pessoas, incluindo pesquisadores, colaboradores da

Embraer e bolsistas em níveis de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Essa iniciativa ambiciosa visa estabelecer um novo patamar de competitividade para a indústria nacional e formar profissionais que impulsionarão a inovação no ecossistema de mobilidade aérea. Nossa pesquisa se concentra em diversas áreas-chave:

- Integração Aero-Propulsiva para Aeronaves Elétricas (APIE);
- Controle de Máquina para Propulsão Elétrica (MCEP);
- Métodos de Decisão para Sistemas Autônomos (DMAS);
- Design Avançado para Fabricação Aditiva Metálica (ADAM); e
- Montagem Final de Aeronaves Inteligentes (IAFA).

Em junho de 2023, por meio de nossa subsidiária Embraer Aircraft Holding, Inc., e a Nidec Motor Corporation, uma das principais fabricantes de motores elétricos do mundo, composta por cerca de 340 empresas do grupo em todo o mundo, firmamos acordo para a formação da nova empresa Nidec Aerospace, LLC, com o objetivo de desenvolver e fabricar conjuntamente sistemas de propulsão elétrica para uso aeronáutico, incluindo veículos de decolagem e pouso vertical, bem como aeronaves de asa fixa. A transação foi concluída em 5 de outubro de 2023.

Criamos o “Mês da Inovação”, com o objetivo de fortalecer a cultura de inovação na Embraer e preparar a Companhia para os próximos anos. Ao longo do mês de setembro de 2024, quatro eventos interligados foram realizados: O Innovation Day, o programa Maratona Startup, o Seminário de Tecnologia e Inovação da Embraer (SETI) e o HackaEmb (um evento por semana), todos trazendo discussões que moldam o futuro da Embraer, com mais de 19.000 acessos ao portal de comunicação interna do evento. O mês foi encerrado com um evento de reconhecimento aos colaboradores que se destacaram nos programas internos de inovação e às equipes envolvidas, totalizando 143 inovadores reconhecidos.

Além disso, o Green Light é o nosso programa de empreendedorismo que avalia propostas inovadoras apresentadas voluntariamente pelos empregados e oferece disponibilidade de tempo, mentoria técnica e de negócios e recursos para que eles levem a ideia adiante até que sua viabilidade técnica e econômica seja comprovada. Em 2024, 20 projetos inovadores estavam em desenvolvimento.

Em maio de 2023, em parceria com a Saab, iniciamos a linha de produção do Gripen E no Brasil, em nossa unidade de Gavião Peixoto. Este foi um marco importante no programa de transferência de tecnologia e no nosso compromisso de trabalhar junto com a Saab em novas oportunidades de negócios. Nossa fábrica será responsável pela produção de 15 caças Gripen E, e as unidades montadas no Brasil serão entregues a partir de 2025.

Nossa estratégia de transformação digital inclui um foco em habilitadores e projetos, garantindo que tenhamos as ferramentas e iniciativas necessárias para apoiar nossas metas estratégicas. Em relação aos habilitadores, temos projetos relacionados à nossa arquitetura, pessoas, governança e tecnologia. Para acelerar a transformação digital por meio do aumento do capital humano alinhado à nossa estratégia, lançamos dois novos programas de entrada: (i) o Programa de Especialização em Software (em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, com foco no aprimoramento do conhecimento em software embarcado e ciência de dados) e o (ii) Programa Social Tech (um programa de aceleração de carreira em tecnologia que oferece educação de qualidade para grupos sub-representados). Nos últimos três anos, mais de 1.700 estudantes se formaram nesses programas. Nossos projetos estão adotando uma abordagem orientada por dados, com o objetivo de aumentar nossa eficiência operacional. Isso envolve o uso de análises avançadas e big data para tomar decisões informadas, otimizar processos e criar experiências personalizadas para nossos clientes. Ao integrar insights baseados em dados em nossas operações, buscamos impulsionar a inovação, melhorar a eficiência e entregar maior valor às partes interessadas.

D. Informações sobre Tendências

Informações Gerais

Nosso backlog total de pedidos firmes em 31 de dezembro de 2024 foi de US\$26,3 bilhões, dos quais US\$10,2 bilhões eram do segmento de Aviação Comercial, US\$7,4 bilhão eram do segmento de Aviação Executiva, US\$4,6 bilhões eram do segmento de Serviços e Suporte e US\$4,2 bilhões eram do segmento de Defesa e Segurança. Nossa carteira total de pedidos firmes em 31 de dezembro de 2023 era de US\$18,7 bilhões, dos quais US\$8,8 bilhões eram do segmento de Aviação Comercial, US\$4,3 bilhões eram do segmento de Aviação Executiva, US\$2,5 bilhões eram do segmento de Defesa e Segurança e US\$3,1 bilhões eram do segmento de Serviços e Suporte. Nosso backlog total de pedidos firmes em 31 de dezembro de 2022 era de US\$17,5 bilhões, dos quais US\$8,6 bilhões eram do segmento de Aviação Comercial, US\$3,9 bilhões eram do segmento de Aviação Executiva, US\$2,4 bilhões eram do segmento de Defesa e Segurança e US\$2,6 bilhões eram do segmento de Serviços e Suporte.

Em 27 de fevereiro de 2025, divulgamos nossas projeções para 2025, incluindo um intervalo de entregas de 77 a 85 aeronaves no segmento de Aviação Comercial e um intervalo de 145 a 155 aeronaves no segmento de Aviação Executiva, em comparação com as entregas de 73 aeronaves no segmento de Aviação Comercial e 130 aeronaves no segmento de Aviação Executiva, em 2024.

A incerteza econômica continuará a desempenhar um papel na atitude e na filosofia de investimento dos setores público e privado. Possíveis compradores de jatos executivos em todo o mundo estão revisando seus fluxos de caixa e despesas de capital para proteger seu capital, o que está afetando os fundamentos e perspectivas de crescimento do mercado. Além disso, a pandemia da COVID-19 afetou negativamente o fornecimento de pilotos nos Estados Unidos da América, muitos dos quais decidiram mudar de carreira ou se aposentar como resultado da pandemia, e também resultou na escassez global de componentes, afetando nossos ciclos da cadeia de suprimentos. Para mais informações, consulte o "Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco". Para mais informações sobre as tendências em nossos negócios, vide "Item 4. Informações sobre a Companhia—B. Visão Geral—Estratégias de Negócios". Para informações sobre os riscos que afetam o nosso negócio, vide "Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco".

Segmento de Aviação Comercial

No segmento de Aviação Comercial, a extensa interrupção do tráfego aéreo causada pela COVID-19, que afetou as operações de nossos clientes em todo o mundo, somente foi superada em 2024, quando o tráfego aéreo comercial global retornou aos níveis de 2019, conforme relatado pela IATA.

No mercado do E175, o segmento de aeronaves regionais dos Estados Unidos da América se restabeleceu após um período de escassez de disponibilidade de pilotos. Com isso, voltamos a receber mais pedidos relevantes para esse tipo de aeronave. Acreditamos que esses pedidos devem reforçar a relevância do segmento como espinha dorsal da malha aérea dos Estados Unidos da América no futuro previsível.

Para o E190-E2 e o E195-E2, a demanda advém principalmente do crescimento dos mercados de turboélices, da complementação de narrowbodies e da substituição dos modelos E1, sendo esta última de particular importância, uma vez que a base de clientes no segmento é nosso ativo mais relevante para o futuro. Como o E2 foi lançado no início da vida útil do E1 devido a razões competitivas, a onda de substituição do E1 relevante deverá acontecer nos próximos anos e ser finalizada no final desta década.

A tabela a seguir resume nossa carteira de pedidos no segmento de Aviação Comercial para qualquer tipo de aeronave que apresentava pedidos em aberto em 31 de dezembro de 2024.

Tipo de Aeronave	Pedidos Firmes	Entregas	Firmes
EMBRAER 175	943	779	164
E190-E2	52	27	25
E195-E2	282	128	154
Total	1,277	934	343

As tabelas a seguir apresentam um maior detalhamento da nossa carteira de pedidos de Aviação Comercial em 31 de dezembro de 2024 por tipo de aeronave, cliente e país.

EMBRAER 175

Cliente	Pedidos Firmes	Entregues	Firmes
Air Canada (Canadá)	15	15	—
Air Lease (EUA)	8	8	—
Air Peace (Nigéria)	5	—	5
Alitalia (Itália)	2	2	—
American Airlines (EUA)	204	112	92
Belavia (Bielorrússia)	1	1	—
CIT (EUA)	4	4	—
ECC Leasing (Irlanda)*	1	1	—
Flybe (Reino Unido)	11	11	—
Fuji Dream (Japão)	2	2	—
GECAS (EUA)	5	5	—
Horizon Air / Alaska (EUA)	50	44	6
KLM (Holanda)	17	17	—
LOT Polish (Polônia)	12	12	—
Mauritania Airlines (Mauritânia)	2	2	—
Mesa (EUA)	7	7	—
NAC / Aldus (Irlanda)	2	2	—
NAC / Jetscape (EUA)	4	4	—
Northwest (EUA)	36	36	—
Oman Air (Omã)	5	5	—
Overland Airways (Nigéria)	3	2	1
Republic Airlines (EUA)	187	146	41
Royal Jordanian (Jordânia)	2	2	—
Skywest (EUA)	228	212	16
Suzuyo (Japão)	11	11	—
TRIP (Brasil)	5	5	—
Não informado	4	1	3
United Airlines (EUA)	110	110	—
Total	943	779	164

* Aeronave entregue pela ECC Leasing à Air Caraibes.

E190-E2

Cliente	Pedidos Firmes	Entregues	Firmes
AerCap (Irlanda)	5	5	—
Air Kiribati (Kiribati)	2	1	1
AirCastle (Estados Unidos)	2	—	2
Azorra (EUA)	16	8	8
Helvética (Suíça)	8	8	—

Cliente	Pedidos	Entregues	Firmes
	Firmes		
Mexicana (México)	10	—	10
Placar Linhas Aéreas (Brasil)	1	1	—
Widerøe (Noruega)	3	3	—
Virgin Australia (Austrália)	4	—	4
Não informado	1	1	—
Total	52	27	25

E195-E2

Cliente	Pedidos	Entregues	Firmes
	Firmes		
AerCap (Irlanda)	43	27	16
Air Peace (Nigéria)	13	5	8
AirCastle (Estados Unidos)	23	16	7
Azorra (EUA)	23	9	14
Azul (Brasil)	51	—	51
Binter Canarias (Espanha)	16	15	1
Helvética (Suíça)	4	4	—
ICBC (China)	10	9	1
Luxair (Luxemburgo)	6	—	6
Mexicana (México)	10	—	10
Port (Canadá)	75	43	32
Royal Jordanian (Jordânia)	2	—	2
Salam Air (Omã)	6	—	6
Total	282	128	154

Segmento de Aviação Executiva

Segmento de Aviação Executiva Em 2024, o mercado de aviação executiva continuou a apresentar crescimento, refletindo os esforços para ampliar a capacidade de produção visando a normalização entre oferta e demanda. As entregas globais da indústria ficaram abaixo do esperado, mas ainda assim foram 5% superiores ao ano anterior. A demanda por novas aeronaves permaneceu robusta ao longo de 2024, modestamente abaixo da atividade observada no ano anterior, embora tenha superado as expectativas anteriores. O mercado de propriedade fracionada, em particular, garantiu pedidos adicionais, impulsionado pela alta demanda por opções de viagem flexíveis e personalizadas. Diante da demanda resiliente, a carteira de pedidos da indústria continuou a crescer, apontando para uma transição mais suave na tendência de normalização do índice book-to-bill da indústria.

Nesse cenário, nossos jatos executivos se destacaram em todas as frentes. Como líderes no crescimento de entregas nos últimos quatro anos, de acordo com dados publicados pela GAMA, também alcançamos altos resultados em vendas e receitas, mantendo uma disciplina de preços resiliente. Com desempenho superior de book-to-bill em comparação com nossos pares e um aumento na participação de mercado para 31% em nossas classes, nosso portfólio colheu os frutos de uma filosofia centrada no cliente e de esforços consistentes para escalar e nivelar a produção. Continuamos focados em atender à crescente demanda por nossos produtos, reconhecidos por sua inovação, tecnologia e sustentabilidade.

Em 2024, entregamos 130 jatos, um crescimento de 13% nas entregas que resultou em uma captura de aproximadamente 18% de participação de mercado em todas as classes de jatos.

Segmento de Defesa e Segurança

Em relação ao nosso segmento de Defesa e Segurança, esperamos um aumento nos gastos globais com defesa impulsionado pelo atual cenário geopolítico. Com nosso portfólio abrangente de produtos e presença global, estamos bem posicionados para fornecer soluções altamente eficazes, criando oportunidades significativas de vendas em áreas como plataformas de aeronaves, softwares críticos, comando, controle, comunicações e inteligência (C4I), bem como sensores em todos os domínios — ar, mar, terra, espaço e cibernético.

Em 2023, nosso programa KC-390 Millennium aproveitou as oportunidades de mercado, garantindo contratos com a Coreia do Sul e sendo selecionado por Áustria, República Tcheca e Holanda. À medida que a frota global de aeronaves de transporte tático militar se aproxima do fim de sua vida útil, esperamos que o KC-390 Millennium conquiste uma parcela significativa do mercado de substituição.

Em 2024, assinamos contratos para fornecimento do KC-390 Millennium a quatro clientes: Holanda, Áustria, República Tcheca e um cliente não revelado. A aeronave também foi selecionada por Suécia e Eslováquia, e as negociações com esses países seguem em andamento. Para os próximos anos, esperamos que o principal vetor de crescimento do KC-390 continue sendo a substituição de plataformas de transporte tático mais antigas à medida que estas se aproximam da aposentadoria.

O A-29 Super Tucano segue sendo líder em seu segmento e, em 2024, um total de 29 aeronaves foram adquiridas por cinco clientes Paraguai, Uruguai, Portugal e dois clientes não revelados. A plataforma é operada por 20 países e deve manter sua posição de liderança no mercado.

Segmento de Serviços e Suporte

No segmento de Serviços e Suporte, estamos confiantes de que a integração da perspectiva da frota em operação com nossas iniciativas já existentes de excelência nos negócios posicionará o segmento para alcançar taxas de retorno mais elevadas. Essa estratégia envolve uma análise abrangente do ambiente externo de negócios em todas as suas dimensões, possibilitando a identificação de potenciais riscos operacionais. De modo geral, a combinação entre crescimento da frota, uma base de clientes diversificada e iniciativas estratégicas posiciona o segmento de Serviços e Suporte para uma lucratividade sustentada.

E. Estimativas Contábeis Críticas

Para uma visão geral de nossas estimativas contábeis críticas, consulte a nota 3 das nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2024 incluídas em outra seção deste relatório anual.

Item 6. DIRETORES, ALTA ADMINISTRAÇÃO E EMPREGADOS

A. Diretores e Alta Administração

Nossa administração é formada pelo conselho de administração, composto por 11 membros efetivos. Nossa diretoria é composta por não menos que quatro e não mais que 11 membros (cada um, um diretor). Temos um conselho fiscal permanente, que é composto por pelo menos três e não mais de cinco membros e um número igual de suplentes.

Não há vínculos familiares entre os membros do nosso conselho de administração, os membros da nossa diretoria e os membros do nosso conselho fiscal.

Conselho de Administração

Nosso conselho de administração reúne-se em sessões ordinárias oito vezes ao ano e em sessões extraordinárias quando convocadas pelo presidente. O conselho de administração é responsável, entre outros, pela definição da orientação geral dos negócios e pela eleição e supervisão dos diretores.

Nosso conselho de administração é nomeado por nossos acionistas para um mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição, e há três assentos nomeados, como segue: (i) um membro efetivo e um suplente é nomeado pela União, como titular da golden share; e (ii) dois membros efetivos e dois suplentes são nomeados por nossos empregados (um membro e seu suplente a serem indicados pelo Clube de Investimentos dos Empregados da Embraer - CIEMB - e um membro e seu suplente a serem indicados pelos empregados não acionistas da Companhia). Os outros oito membros efetivos são eleitos pelos sistemas de voto múltiplo ou de chapas previstos em nosso estatuto social. Para mais informações sobre as regras e procedimentos de nomeação e eleição dos membros do conselho de administração, vide “Item 10. Informações Adicionais—B. Atos Constitutivos e Estatuto Social—Conselho de

Administração—Eleição dos Membros do Conselho de Administração”. Não há idade prevista para a aposentadoria obrigatória de nossos conselheiros.

Segundo o Regulamento de segmento de listagem do Novo Mercado, os conselheiros comprometeram-se a cumprir não somente o Regulamento do Novo Mercado, mas também o regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 antes de tomar posse dos cargos. Para tanto, os conselheiros devem celebrar um termo de posse.

A tabela a seguir apresenta os nomes, idades, cargos e ano da primeira eleição, seguida de um breve currículo dos membros do nosso conselho de administração, na data deste relatório anual:

Nome	Idade	Cargo	Ano da Primeira Eleição
Alexandre Gonçalves Silva	80	Presidente	2011
Raul Calfat	72	Vice-Presidente	2017 ⁽¹⁾
Claudia Sender Ramirez.....	50	Membro	2021
Dan Ioschpe.....	60	Membro	2020
Kevin Gregory McAllister.....	61	Membro	2021
Mauro Gentile Rodrigues da Cunha	53	Membro	2023
Márcio Fernando Elias Rosa	62	Membro	2023
Todd Messer Freeman.....	65	Membro	2021
Pedro Luís Farcic	61	Membro	2023
Alexandre Magalhães Filho.....	72	Membro	2015
Edmilson Saes	63	Membro	2023 ⁽²⁾

(1) Nomeado Vice-presidente do nosso conselho de administração em 18 de maio de 2020.

(2) Nomeado membro do conselho de administração também de 2019 a 2021.

Alexandre Gonçalves Silva. O Sr. Silva é Bacharel em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC do Rio de Janeiro). Em 40 anos de carreira, ocupou cargos em diversas áreas e atuou por 22 anos como Diretor Presidente. O Sr. Silva foi Diretor Presidente da General Electric (GE) do Brasil de 2001 a 2007 e, desde então, tem ocupado cargos no Conselho de Administração de diversas empresas. O Sr. Silva é Presidente e membro independente do nosso Conselho de Administração e membro independente dos Conselhos de administração da Nitroquímica, Iochpe-Maxion, Algar e Sabesp. Ele foi membro independente do conselho de administração da Ultrapar de 2015 a 2021 e membro independente do comitê de nomeação da Vale S.A até abril de 2021.

Raul Calfat. O Sr. Calfat é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O Sr. Calfat é membro independente do nosso Conselho de Administração e atua como coordenador do Comitê de Estratégia e Inovação e membro do Comitê de Pessoas e ESG. O Sr. Calfat foi diretor-presidente da Votorantim S.A. até dezembro de 2013 e presidente do conselho de administração da Votorantim S.A. de janeiro de 2014 até abril de 2019, é presidente do conselho de administração da Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. desde setembro de 2018 e encerrará seu mandato em março de 2025. Ele também é membro independente do Conselho de Administração da Itaúsa desde maio de 2023 e presidente do Conselho de Administração desde abril de 2024, além de membro independente do Conselho de Administração da China Three Gorges Brasil. Foi membro independente do Conselho de Administração da Fleury S.A. de maio de 2021 a abril de 2023 e membro do Conselho de Administração do Hospital Sírio-Libanês de 2015 a 2020. Também é consultor sênior da RGE Pte Ltd (Singapura) e da Bracell SP Celulose Ltda.

Claudia Sender Ramirez. Claudia Sender Ramirez. A Sra. Ramirez é bacharel em engenharia química pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, título obtido em 1998, e possui MBA pela Harvard Business School, obtido em 2002. Ela foi reconhecida pelo Fórum Econômico Mundial como uma Jovem Líder Global em 2014. A Sra. Ramirez é membro independente do nosso conselho de administração e coordenadora do Comitê de Pessoas e ESG e do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética. Ela também é membro do conselho de administração de empresas listadas no Brasil e na Europa, como Gerdau no Brasil, Telefonica na Espanha e Holcim na Suíça. Além disso, a Sra. Ramirez é membro do conselho de administração de várias ONGs, como Ensina Brasil, Amigos do Bem, Hospital Israelita Albert Einstein e Gastromotiva. Antes de atuar como membro do conselho, a Sra. Ramirez foi Presidente e CEO da LATAM Airlines Brasil e Diretora de Clientes da Latam globalmente. Ela começou sua carreira na TAM em dezembro de 2011.

Trabalhou por sete anos com bens de consumo na Whirlpool no Brasil, principalmente nas áreas de marketing e desenvolvimento de produtos. Antes de ingressar na Whirlpool, foi consultora da Bain & Company por sete anos, atuando em diversos setores e países.

Dan Ioschpe. O Sr. Ioschpe é formado em jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1986, com especialização em marketing pela Escola Superior de Propaganda em Marketing (ESPM, São Paulo), em 1988, e MBA pela Amos Tuck School, Dartmouth College, em 1991. O Sr. Ioschpe é membro independente do nosso Conselho de Administração, coordena nosso Comitê de Auditoria, Riscos e Ética e é membro do nosso Comitê de Pessoas e ESG. Ele é presidente do Conselho de Administração da Ioschpe-Maxion S.A., membro independente do Conselho de Administração da WEG S.A. e da Marcopolo S.A., vice-presidente do IEDI, membro do conselho do Sindipeças e do SESI/SP, além de vice-presidente da FIESP.

Kevin Gregory McAllister. O Sr. McAllister possui bacharelado em Engenharia Metalúrgica e de Significativas pela Universidade de Pittsburgh, obtido em 1987. O Sr. McAllister traz mais de 30 anos de experiência na indústria aeroespacial através de seus mandatos na Howmet Corporation, GE Aviation e na Boeing Company. Ele tem 27 anos de experiência em motores na GE, complementados por quase três anos de experiência na Boeing, atuando como Presidente e CEO da Boeing Commercial Airplanes. Ele é certificado como Six Sigma Master Black Belt, com profundo conhecimento em eficiência e excelência operacional. A atual atuação do Sr. McAllister como sócio operacional sênior na empresa de private equity AE Industrial Partners lhe proporcionou uma exposição mais ampla à indústria, principalmente em relação a novos mercados e tecnologias, como satélites, espaço e eVTOL. O Sr. McAllister é o atual Presidente Emérito do Conselho de Administração da ORBIS International, uma organização global sem fins lucrativos dedicada a preservar e restaurar a visão em todo o mundo. Além disso, atuou em vários cargos em outras empresas ou organizações do terceiro setor, foi membro do Conselho de Administração da Washington Roundtable and Challenge Seattle, organização que reúne executivos seniores para mudanças positivas nas políticas que apoiam uma vibrante economia do estado de Washington e atuou como Presidente do Conselho de Governadores do Wings Club, a principal sociedade global de profissionais de aviação e um fórum líder para questões de aviação desde 1942. O Sr. McAllister é membro independente de nosso conselho de administração desde setembro de 2021 e também atua como membro de nosso Comitê de Estratégia e Inovação.

Mauro Gentile Rodrigues da Cunha. O Sr. Cunha é formado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e possui MBA pela Universidade de Chicago. Ele é um Diretor independente com mais de 27 anos de experiência em mercados de capital e governança corporativa. Ele atuou de 2012 a 2019 como presidente da AMEC – Associação de Investidores do Mercado de Capitais. Nesse cargo, liderou a associação que representa cerca de 60 investidores institucionais, com aproximadamente US\$150 bilhões investidos no mercado brasileiro de renda variável, com o objetivo de desenvolver o mercado de capitais e defender os direitos dos acionistas minoritários. Antes disso, trabalhou por 18 anos em diversas gestoras de recursos, incluindo Opus, Mauá, Bradesco Templeton, Investidor Profissional, Banco Pactual e Morgan Stanley Asset Management, entre outras. Também foi membro do Conselho de Administração (2002 a 2009) e Presidente do Conselho de Administração (2007-2009) do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, uma das maiores instituições de governança corporativa do mundo. O Sr. Rodrigues da Cunha também foi Presidente do Conselho de Administração do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa por dois anos, e membro da instituição por sete anos. Nesse período, o IBGC tornou-se referência nacional em governança corporativa e um dos maiores institutos dedicados ao tema no mundo. Desde 1999, participa de Conselhos de Administração e Conselhos Fiscais de empresas brasileiras, sempre como membro independente. Em 2013 tornou-se o primeiro membro independente efetivamente eleito pelos acionistas minoritários da Petrobras. Entre 2019 e 2020 atuou como Presidente do Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal. Também atuou em conselhos de empresas como Vale, brMalls, Totvs, Eletrobras, Usiminas, CESP e Mahle Metal Leve, entre outras. Hoje, ele atua como membro do nosso Conselho de Administração, onde integra o Comitê de Auditoria, Riscos e Ética, e é membro dos Conselhos de Administração da Hypera Pharma e da Klabin. O Sr. Rodrigues da Cunha é consultor e professor de governança corporativa, além de possuir as designações NACD.DC, CFA (desde 1997), CCA+/CC+ (IBGC) e CNPI (Apimec).

Márcio Fernando Elias Rosa. O Sr. Rosa é formado em Direito pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru-SP, mestre e doutor em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, exerceu docência (direito administrativo e proteção coletiva) e foi membro do Conselho Ministério Público de São Paulo entre 1986 e 2018. Foi Secretário de Justiça e Cidadania do Governo do Estado de São Paulo (2016-2018) e presidente da Fundação

Casa. No Ministério Público do Estado de São Paulo, foi nomeado Procurador-Geral do Estado por dois mandatos. No Ministério Público do estado de São Paulo foi também procurador de Justiça dos Direitos Difusos e Coletivos e promotor da justiça e da cidadania. Por fim, é secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Atua também como consultor jurídico de empresas com atuação no Brasil e no exterior na área de direito ambiental e responsabilidade civil. Atuou como perito perante os tribunais ingleses, alemães e holandeses em uma ação de responsabilidade civil. Ele também assessorou empresas de capital aberto sobre procedimentos de compliance. O Sr. Rosa é membro do nosso Conselho de Administração desde abril de 2023 e também atua como membro do Comitê de Estratégia e Inovação.

Todd Messer Freeman. O Sr. Freeman tem MBA em Finanças e Planejamento Estratégico pela Wharton School da Universidade da Pensilvânia, em 1987, e mestrado em Estudos Internacionais pela Universidade da Pensilvânia. Ele também foi membro do Lauder Institute of Management and International Studies enquanto estava na Universidade da Pensilvânia. Ele recebeu seu diploma de bacharel em Contabilidade e Finanças pela Lehigh University em 1982. O Sr. Freeman traz mais de 30 anos de experiência global na indústria da aviação. Ele acumulou experiência na JP Morgan, Airbus e GE Aircraft Engines, mas a maior parte de sua carreira foi focada no setor global de leasing de aeronaves. Ele ocupou vários cargos de liderança comercial na GECAS, incluindo 12 anos liderando os negócios de aeronaves regionais da GECAS. Ele tem um profundo conhecimento do mercado de aeronaves regionais e do cenário competitivo. De 2019 a 2021, o Sr. Freeman atuou como consultor especial do presidente da Nordic Aviation Capital, a maior locadora de aeronaves regionais da época. Freeman ocupa e ocupou diversos cargos em outras empresas, instituições de caridade ou organizações do setor de aviação, como segue: Presidente do conselho da Airlink, uma organização humanitária voltada para a aviação; membro do conselho da Mubadala Infrastructure Partners; presidente do conselho da ISTAT Foundation; membro do conselho da Regional Airline Association (EUA); membro do conselho da European Regions Airline Association; membro do conselho da GRA, Inc (consultoria para companhias aéreas/aeroportos). Ele também é um instrutor de voo ativo certificado pela FAA e piloto voluntário da Angel Flight. O Sr. Freeman é membro independente do Conselho de Administração da Embraer S.A. desde setembro de 2021 e membro do Comitê de Estratégia e Inovação da Embraer.

Pedro Luís Farcic. O Sr. Farcic é Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica desde janeiro de 2025 e foi Comandante do Comando de Preparo da Aeronáutica (área operacional da Força Aérea) de janeiro de 2024 a janeiro de 2025. Na área militar, ocupou diversos cargos, incluindo o de Chefe de Gabinete do Comandante da Aeronáutica de janeiro de 2019 a abril de 2021 e Subchefe do Estado-Maior da Aeronáutica de janeiro de 2018 a dezembro de 2018. O Sr. Farcic concluiu diversos cursos acadêmicos, como: Curso de Formação de Oficiais Aviadores na Academia da Força Aérea; Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica; Curso de Comando e Estado-Maior na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica; Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica; Curso de Gestão Orçamentária e Financeira na Escola Nacional de Administração Pública; e Pós-Graduação em Planejamento e Gestão Empresarial pela Universidade Católica de Brasília. O Sr. Farcic recebeu diversas condecorações, incluindo a Medalha do Mérito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, a Medalha da Ordem do Mérito da Defesa – Grau Grande-Oficial, a Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico – Grau Grande-Oficial, a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar – Grau Alta Distinção, a Medalha da Ordem de Rio Branco – Grau Grã-Cruz, a Medalha da Defesa Nacional da França e a Medalha do Mérito Santos-Dumont. O Sr. Farcic foi indicado em 2023 pelo governo brasileiro, na qualidade de detentor da nossa *golden share*, como membro de nosso conselho de administração.

Alexandre Magalhães Filho. O Sr. Magalhães Filho é bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Professor Ulisses Vieira, turma de 1975, com especialização em análise orçamentária. É membro do nosso conselho de administração indicado pelo CIEMB (Clube de Investimentos dos Empregados da Embraer) desde 2015. Foi empregado da Embraer S.A. de 1986 a 2022, tendo exercido os seguintes cargos: de 1986 a 2008, Supervisor de Orçamento, Assessor da Controladoria e Gerente de Planejamento Econômico e Preços; de 2008 a 2010, Gerente de Custos; de 2011 a 2016, Gerente de Processos Contábeis, de Custos e Tributários, sendo responsável pelos processos de custos, contabilidade e tributos, incluindo o custeio de produtos e serviços, a contabilidade de 29 empresas, a controladoria e a consolidação contábil de acordo com o IFRS para 50 empresas do grupo Embraer, além das operações tributárias; e de 2017 a 2022, foi Gerente de Processos Financeiros. O Sr. Magalhães Filho foi membro do conselho fiscal: (i) da Banco do Brasil Previdência Privada (BBPREV) de 1997 a 2009; (ii) da Embraer Prev – Sociedade de Previdência Complementar de 2010 a 2012, tendo sido reeleito para o período de 2015 a 2018 e eleito para o conselho deliberativo de 2018 a 2021; e (iii) da Cooperativa de Empregados

da Embraer (Cooperemb) de 2009 a 2011 e de 2021 a 2022, tendo sido posteriormente eleito para exercer o cargo de gestor de abril de 2022 a fevereiro de 2026.

Edmilson Saes. O Sr. Saes é formado em engenharia civil pela Universidade do Vale do Paraíba, com pós-graduação em gestão estratégica de negócios pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação (INPG) em 2000, curso de projeto de aeronaves pela Universidade de Kansas em 2001 e curso de conselheiro de administração pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa em 2019. Ele é engenheiro de desenvolvimento de produtos na Embraer. Ele é empregado da Companhia desde março de 1982, com ampla experiência na área de engenharia de desenvolvimento de produtos e gerenciamento de programas. Membro nomeado pelos empregados não acionistas da Companhia para o nosso conselho de administração de abril de 2019 a abril de 2021 e de 2023 a 2025. Desde 2016 o Sr. Saes é responsável pelo nosso laboratório de experimentação de engenharia. Atuou na área de projetos de desenvolvimento de produtos até 1999, e como engenheiro de gerenciamento de programas de 2000 a 2015, com foco em gestão técnica e gestão de equipes para desenvolvimento de produtos. Em 2007 foi o responsável pela inscrição do Programa Phenom 100 no prêmio FINEP de inovação tecnológica, o que nos levou a ser premiados na categoria produto inovador, que foi nosso primeiro prêmio nesta categoria e nos levou a conquistar muitos outros prêmios. O Sr. Saes também atua como voluntário no Instituto Embraer desde 2021, colaborando com o Colégio Embraer, onde ministra palestras e coordena visitas guiadas de estudantes às instalações da Companhia.

Comitês de Auditoria

Três comitês foram formados para auxiliar o conselho de administração em suas funções e responsabilidades: o Comitê de Estratégia e Inovação, o Comitê de Auditoria, Riscos e Ética e o Comitê de Pessoas e ESG. Para mais informações, vide “—C. Práticas do Conselho—Comitê de Pessoas e ESG” abaixo.

Diretores

Nossos diretores são responsáveis pela administração cotidiana da companhia. Suas responsabilidades são estabelecidas pelo nosso estatuto social e pelo conselho de administração. Os diretores são eleitos pelo conselho de administração com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. Para a destituição de um membro da diretoria, é necessário o voto de pelo menos sete conselheiros. De acordo com o nosso estatuto social, nossos diretores não podem acumular o cargo de conselheiro.

Segundo o Regulamento do Novo Mercado, os conselheiros comprometeram-se a cumprir não somente o Regulamento do Novo Mercado, mas também o regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 antes de tomar posse dos cargos. Para tanto, os conselheiros devem celebrar um termo de posse.

A tabela a seguir apresenta os nomes, idades, cargos e ano da primeira eleição, seguida de um breve currículo dos membros da diretoria na data deste relatório anual:

<u>Nome</u>	<u>Idade</u>	<u>Cargo</u>	<u>Ano Da Primeira Eleição</u>
Francisco Gomes Neto	66	Presidente e Diretor-Presidente	2019
Antonio Carlos Garcia.....	59	Vice-Presidente Executivo - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	2020
Luís Carlos Marinho da Silva.....	53	Vice-Presidente Executivo, Operações	2023
Roberto de Deus Chaves	50	Vice-Presidente Executivo, Compras Globais	2023

Francisco Gomes Neto. O Sr. Gomes Neto é formado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), em 1981 e possui MBA em Controladoria e Finanças pela Universidade de São Paulo (USP), em 2001. Também concluiu os cursos de especialização em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2000, e Finanças e Gestão de Riscos pela St. John’s University em 2002, e concluiu os programas de educação executiva na University of Michigan em 2002 e no Instituto Brasileiro de Governança (IBGC) em 2018. O Sr. Gomes Neto atua como nosso Presidente e Diretor Presidente desde maio de 2019. Possui vasta experiência em

cargos de administração, tendo ocupado cargos de CEO por cerca de 20 anos no setor de transportes no Brasil e no exterior. O Sr. Gomes Neto atuou como CEO do Grupo Marcopolo, um dos principais fabricantes de carrocerias de ônibus do mundo, liderando o processo de transformação da companhia, gerando um forte crescimento nas vendas e valor de mercado para o negócio. Também atuou como CEO para as Américas da +Hummel e foi Presidente da Knorr Bremse, empresa líder em sistemas comerciais de controle de veículos.

Antonio Carlos Garcia. Sr. Garcia. O Sr. Garcia graduou-se em Contabilidade pelas Faculdades Integradas Campos Salles em 1989, e completou o MBA em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP) em 1999. Além disso, o Sr. Garcia possui um MBA na Duke University do Programa de Gestão da Siemens em 2001. Ele também participou do Programa Executivo ThyssenKrupp na Harvard Business School em 2011. O Sr. Garcia foi eleito Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores da Embraer em 1º de janeiro de 2020. Desde julho de 2020 ele também é responsável pelo departamento de Compras. O Sr. Garcia trabalhou na ThyssenKrupp, onde atuou como CFO global da unidade de negócio Forged Technologies, na Alemanha. Anteriormente, trabalhou por seis anos no Grupo ZF no Brasil e mais de dezoito anos no Grupo Siemens, onde atuou em diversos segmentos de negócios. Em 2023, o Sr. Garcia concluiu o Programa de Liderança de CFOs na Harvard Business School.

Luis Carlos Marinho da Silva. O Sr. Marinho foi nosso vice-presidente de operações de 29 de julho de 2020 a maio de 2023 e vice-presidente executivo de operações desde 5 de maio de 2023, sendo responsável por definir e implementar todas as melhorias de desempenho da organização operacional. Ele tem grande experiência na implementação da filosofia lean no setor aeronáutico, com foco no aumento da produtividade, simplificação de processos e estabelecimento de uma cultura de excelência na produção, logística, estratégia e planejamento, agregando valor ao cliente. Iniciando sua carreira na Embraer em 1999, o Sr. Marinho tornou-se diretor administrativo da ELEB em 2014. Antes disso, atuou como gerente de engenharia de fabricação na unidade GPX e como gerente de logística em subcontratados e supervisor de logística de 2004 a 2008. Ele também foi responsável pela manutenção e pela qualidade da engenharia aviônica durante 8 anos na VASP. O Sr. Marinho é bacharel em engenharia elétrica e tem mestrado em administração de empresas e curso de finanças e contabilidade para executivos não financeiros na Universidade de Stanford.

Roberto de Deus Chaves. O Sr. Chaves é Vice-Presidente Executivo de Suprimentos Globais e Cadeia de Fornecimento, sendo responsável pelo relacionamento estratégico de longo prazo com fornecedores e parceiros, fortalecendo ainda mais a colaboração e o desempenho, além de agregar mais valor aos negócios conjuntos e auxiliar a Embraer a capturar todo o seu potencial. Ingressou na nossa Companhia em 2001 e ocupou diversos cargos de alta gestão na área da cadeia de suprimentos, incluindo uma experiência internacional na antiga joint venture em Harbin, na China, além de ter atuado como Head de Suprimentos nos mais recentes programas de desenvolvimento de aeronaves, como os Programas Phenom, Praetor e E2. Mais recentemente, o Sr. Chaves liderou a Organização de Serviços Compartilhados da Embraer, o Escritório do Programa Carve-Out da Aviação Comercial, e, em 2023, foi nomeado Vice-Presidente Executivo da organização de Suprimentos Globais e Cadeia de Fornecimento. Ele também é membro do Conselho de Administração da Embraer Prev e da EZAir Interior Limited. O Sr. Chaves é graduado em engenharia mecânica, possui especialização em marketing e MBA em administração de empresas, tendo atuado anteriormente na SKF e na General Motors.

B. Remuneração

Visão Geral

Os membros do conselho de administração, diretoria e conselho fiscal recebem uma remuneração fixa. Além disso, nossos diretores são elegíveis para participar de nosso plano executivo de participação nos lucros e resultados, que prevê uma remuneração variável com base no desempenho individual e no nosso desempenho, limitada a um percentual de nosso lucro líquido do exercício.

Em 2024, a remuneração agregada que pagamos aos membros do conselho de administração, do comitê de auditoria, riscos e ética e aos diretores executivos por serviços em todas as capacidades foi de US\$16,1 milhões, sendo US\$2,8 milhões relacionados aos membros do conselho de administração e US\$13,4 milhões relacionados aos diretores executivos. No mesmo período, pagamos US\$0,2 milhão aos membros do conselho fiscal.

Em 2024, os membros de nossos comitês do conselho de administração, incluindo nosso comitê de auditoria, riscos e ética, receberam uma remuneração adicional agregada de US\$0,7 milhão, que está incluída na remuneração de US\$2,8 milhões mencionada acima.

Além disso, em 2024, contribuímos com US\$0,1 milhão para o pagamento de benefícios de pensão a nossos executivos. Os membros do conselho de administração e conselho fiscal não têm direito a esses benefícios. Os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria não receberam remuneração, incluindo benefícios, de nenhuma de nossas subsidiárias. Em 31 de dezembro de 2024, nenhum membro do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria tinha participação financeira ou de qualquer outra natureza em nossas operações fora do curso normal dos negócios.

Em 2024, a remuneração anual máxima, média e mínima paga a um membro individual de nosso conselho de administração foi de US\$0,5 milhão, US\$0,3 milhão e US\$0,1 milhão, respectivamente.

Em 2024, a remuneração anual máxima, média e mínima paga a um membro individual de nossa diretoria executiva foi de US\$7,4 milhões, US\$3,3 milhão e US\$0,7 milhão, respectivamente.

Em 2024, a remuneração anual máxima, média e mínima paga a um membro individual de nosso conselho fiscal foi de US\$50,8 mil, US\$41,9 mil e US\$39,2 mil, respectivamente.

Plano de Incentivo de Longo Prazo no Modelo de Phantom Shares

Em fevereiro de 2014, adotamos um novo plano de incentivo de longo prazo em linha com nossa política de remuneração. Esse plano baseia-se na concessão de ações virtuais a diretores e administradores e seu objetivo é atrair e reter pessoal altamente qualificado para garantir a continuidade da administração e o alinhamento dos interesses dos diretores e do pessoal-chave da Empresa com os dos acionistas. Os valores distribuídos são definidos com referência ao mercado, de acordo com as condições descritas no plano. Em geral, os participantes do plano têm direito a receber duas classes de ações virtuais, 50% na forma de ações virtuais restritas e 50% na forma de ações virtuais de desempenho vinculadas a metas de desempenho. O valor do incentivo de longo prazo é pago por meio da conversão das ações virtuais em reais, pela cotação média das ações de emissão da Companhia nos dez últimos pregões anteriores à respectiva data de conversão, geralmente a partir do terceiro aniversário da data de concessão.

O objetivo do nosso plano de incentivo de longo prazo é a atração e retenção de pessoal altamente qualificado e permitir que aqueles que possam contribuir para nosso desempenho tenham a oportunidade de participar de nossos lucros. Os incentivos do plano destinam-se a promover a continuidade entre nossa administração e o alinhamento dos interesses dos nossos executivos e dos acionistas.

A tabela abaixo apresenta informações sobre as concessões do plano de phantom shares com ações virtuais em circulação em 31 de dezembro de 2024.

Ano de Concessão	Benefício Total Concedido	Quantidade de Ações Virtuais Concedidas	Valor Justo das Ações em 31 de dezembro de 2024⁽¹⁾	Número de Ações em Circulação em 31 de dezembro de 2024⁽²⁾
	<i>(em milhões de R\$)</i>		<i>(em milhões de R\$)</i>	
24 de março de 2020	27,7	1.633.741	9,3	171.749
11 de março de 2022	40,4	2.292.434	107,0	2.039.084
05 de setembro de 2022	187,1	13.621.919	282,1	8.166.825
18 de novembro de 2022	78,7	4.494.033	115,0	2.718.268
9 de março de 2023	56,7	3.471.772	115,3	3.359.022
13 de setembro de 2023	33,3	1.802.095	26,4	1.409.459
8 de fevereiro de 2024	89,8	4.088.971	51,3	3.989.585
14 de março de 2024	58,2	2.537.146	39,6	2.537.146

(1) Refere-se ao valor justo estimado do total de ações virtuais concedidas em cada data de concessão.

(2) Refere-se às ações virtuais em circulação em 31 de dezembro de 2024, considerando os respectivos períodos de aquisição e menos as ações virtuais já pagas aos beneficiários.

Em 2024, firmamos contratos de swap com prazo de 18 meses com o Banco Santander S.A. Nos termos desses contratos, receberemos a variação do preço de 3.290.230 de nossas ações ordinárias e pagaremos juros equivalentes à taxa CDI acrescida de 0,80% ao ano sobre o valor nominal. Também firmamos, em dezembro de 2024, contratos de swap com prazo de 12 meses com o Banco Itaú S.A. Nos termos desses contratos, receberemos a variação do preço de 4.032.300 de nossas ações ordinárias e pagaremos juros equivalentes à taxa CDI acrescida de 0,70% ao ano sobre o valor nominal. Os contratos de *equity swap* nos permitirão receber a variação relativa ao preço de nossas ações ordinárias negociadas na B3 (*mais* quaisquer distribuições sobre tais ações) e pagar um valor equivalente à taxa CDI *mais* uma taxa fixa durante a vigência dos contratos. Para mais informações sobre os contratos de *equity swap*, vide a Nota 8 de nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de 2024.

Para mais informações sobre nosso plano de phantom shares, vide a Nota Explicativa 26.1 de nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de 2024.

Política de Remuneração Variável de Curto Prazo

Nossa Política de Remuneração Variável de Curto Prazo foi elaborada para promover a retenção de executivos e alinhar seus interesses aos interesses de nossos acionistas. As metas de maior impacto e importância para a nossa companhia recebem um peso maior.

Plano de Participação nos Lucros e Resultados para Empregados

Em 2020, aprovamos um novo plano de participação nos lucros que vinculou a participação nos lucros dos empregados, como percentual do salário mensal do empregado, ao cumprimento de determinadas metas corporativas, como fluxo de caixa livre e margem operacional. Para os exercícios fiscais de 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, distribuimos US\$44,5 milhões, US\$33,4 milhões e US\$19,2 milhões aos nossos empregados de acordo com nosso plano de participação nos lucros.

Plano de Previdência de Contribuição Definida

Oferecemos aos nossos empregados um plano de previdência de contribuição definida cuja participação é opcional. O plano é administrado pela EMBRAER PREV – Sociedade de Previdência Complementar. As contribuições que fizemos ao plano nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 foram de US\$17,8 milhões, US\$17,3 milhões e US\$9,7 milhões, respectivamente. Para mais informações sobre nossos benefícios pós-aposentadoria, vide a Nota Explicativa 25.2 de nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de 2024.

Os estudos de gerenciamento de risco são realizados anualmente para identificar a exposição futura a ser registrada como provisão. A provisão registrada para o plano de benefícios médicos no Brasil foi de US\$31,6 milhões, US\$46,1 milhões e US\$34,2 milhões em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respectivamente.

Os métodos atuariais utilizados estão de acordo com os métodos atuariais geralmente aceitos em vigor, de acordo com o método de crédito unitário projetado.

Seguro de Responsabilidade Civil (D&O)

Contratamos seguro de responsabilidade de conselheiros e diretores no valor de US\$50,0 milhões. O seguro cobre responsabilidade por atos ilícitos, inclusive qualquer ação ou omissão ou tentativa de ação ou omissão por qualquer diretor ou conselheiro no exercício de sua função ou qualquer alegação contra um diretor ou conselheiro exclusivamente em função de seu cargo.

De acordo com nosso estatuto social, podemos celebrar contratos ou aprovar apólices de seguro de indenização em favor de membros do nosso conselho de administração, conselho fiscal, diretoria e comitês, ou de nossas empresas controladas, bem como de determinados empregados nossos ou de nossas controladas, pelos quais nos comprometemos a assumir ou reembolsar determinadas despesas, custos e prejuízos efetivamente incorridos pelos beneficiários, durante ou após o período de sua relação conosco, relacionados a processos arbitrais, judiciais ou

administrativos envolvendo atos praticados no exercício de suas funções, a partir da data de sua investidura ou do início da relação empregatícia conosco, conforme o caso.

C. Práticas do Conselho

Visão Geral

Os membros do conselho de administração são eleitos para um mandato de dois anos. Vide “—A. Diretores e Alta Administração —Conselho de Administração”.

Os atuais membros da diretoria foram eleitos pelo conselho de administração, com mandato que termina na data da reunião do conselho de administração, a ser realizada após a assembleia geral que deve ocorrer em 2025, para a aprovação das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Os membros do conselho de administração e diretoria são eleitos para um mandato de dois anos e podem ser reeleitos. Para a destituição de um diretor, é necessário o voto de pelo menos sete conselheiros. Vide “6A. Diretores e Alta Administração - Conselheiros.”

Nenhum de nossos conselheiros tem contrato de trabalho que disponha sobre benefícios após a vigência do contrato. Todos os diretores celebraram contratos de serviço que dispõem sobre seus direitos e obrigações.

Comitê de Auditoria, Riscos e Ética

Nosso Comitê de Auditoria, Risco e Ética não tem poder executivo e deve ter no mínimo três e no máximo cinco membros, dos quais (i) a maioria de seus membros deve ser independente do conselho de administração, (ii) pelo menos um deve ser um membro externo, de acordo com nossos estatutos, e (iii) pelo menos um deve ter experiência reconhecida em questões de contabilidade corporativa. Um membro do Comitê de Auditoria, Risco e Ética pode atender a ambos os requisitos de ser um membro independente do conselho de administração com experiência reconhecida em assuntos de contabilidade corporativa ou ser um Membro Externo com experiência reconhecida em assuntos de contabilidade corporativa. A principal função do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética é assessorar o conselho de administração. O Comitê de Auditoria, Riscos e Ética é responsável pela validação e envio ao conselho de administração das diretrizes da política de riscos, verificação do cumprimento da política de gestão de riscos, supervisão das atividades exercidas pelos auditores independentes e monitoramento da qualidade e integridade dos nossos controles internos e demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria, Riscos e Ética é atualmente composto por três conselheiros independentes e dois membros externos.

Emissores privados estrangeiros estão sujeitos à legislação local, que pode proibir que os membros do conselho de administração deleguem determinadas atribuições ao comitê de auditoria, de acordo com a Rule 10A-3 do Securities Exchange Act. Os comitês de auditoria de emissores privados estrangeiros podem exercer funções de assessoria referentes a determinadas atribuições de acordo com a lei aplicável. Em função de determinadas restrições impostas pela Lei das Sociedades por Ações, nosso Comitê de Auditoria, Riscos e Ética, ao contrário dos comitês de auditoria dos Estados Unidos, exerce apenas a função de assessoria e pode fazer somente recomendações a serem adotadas por todos os membros do conselho de administração, que é responsável pelo voto e decisão final. Por exemplo, nosso Comitê de Auditoria, Riscos e Ética faz recomendações relativas à indicação de empresas de auditoria, cuja escolha está sujeita à aprovação do conselho de administração. Nosso Comitê de Auditoria, Riscos e Ética cumpre as exigências legais do Brasil, inclusive a respeito dos conselheiros independentes, nos termos da lei brasileira.

A tabela a seguir apresenta os nomes, idades, cargos e ano da primeira eleição e breves descrições biográficas dos membros do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética.

Nome	Idade	Cargo	Ano da Primeira Eleição
Dan Ioschpe.....	60	Coordenador e membro efetivo	2023
Claudia Sender Ramirez.....	50	Membro efetivo	2021
Mauro Gentile Rodrigues da Cunha.....	53	Membro efetivo	2023
João Cox Neto.....	61	Membro externo	2023
Vanessa Claro Lopes.....	49	Membro externo	2019

João Cox Neto. O Sr. Cox é bacharel em economia pela Universidade Federal da Bahia e fez pós-graduação em economia na *Université du Québec* à Montreal e no *College of Petroleum Studies* da Universidade de Oxford. O Sr. Cox possui ampla experiência em conselhos de administração de companhias abertas e fechadas, e atualmente atua como membro externo do Comitê de Auditoria, Ética e Riscos da Embraer S.A., Vice-Presidente do Conselho de Administração e presidente do Comitê de Auditoria, Ética e Riscos da Vivara S.A. Algumas de suas experiências anteriores incluem, entre outras: Membro independente do Conselho de Administração da Petrobras S.A.; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Braskem S.A.; Presidente do Conselho de Administração da TIM Participações S.A.; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Claro S.A.; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cellcom; membro independente do Conselho de Administração da Linx S.A.; membro do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN); da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA) e do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI). Como diretor executivo, suas experiências anteriores incluíram, entre outras: CEO da Claro S.A. entre 2006 e 2010; CEO da Telemig Celular e da Amazônia Celular de agosto de 2002 a agosto de 2004; e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Telemig Celular Participações e da Tele Norte Celular Participações de abril de 1999 a agosto de 2004. Possui vasta experiência na supervisão de estruturas financeiras complexas, na implementação de práticas eficazes de gestão de riscos e na garantia de conformidade com exigências regulatórias.

Vanessa Claro Lopes. A Sra. Lopes é graduada em ciências contábeis pela Universidade Federal Fluminense, ou UFF, bacharel em análise de sistemas pela FATEC/BS e mestre em sistemas de gestão pela UFF, com especialização em gestão corporativa pela EAESP FGV e redes de computadores pela Universidade São Judas. A Sra. Lopes foi professora de Auditoria de Sistemas e Segurança da Informação na Faculdade Objetivo entre 1997 e 1998. Possui 30 anos de experiência profissional e atualmente atua como membro externo do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética da Embraer S.A., é membro independente dos Conselhos de Administração da Afya Limited e da Americanas S.A.; coordenadora do comitê de auditoria da Tegma Logística S.A. e da Americanas S.A., e membro do comitê de auditoria da Afya Limited. Também é membro dos conselhos fiscais da Cosan S.A. e da Comgás S.A. A Sra. Lopes atuou como membro independente do Conselho de Administração e do comitê de auditoria da Light S.A., e foi presidente do conselho fiscal da Via Varejo S.A., além de ter integrado os conselhos fiscais da Gerdau S.A., Terra Santa Agro S.A. Renova Energia S.A., Estácio Participações S.A. e Cosan Logística S.A. Ela possui experiência significativa em companhias de capital aberto listadas no Brasil e nos Estados Unidos. A Sra. Lopes foi executiva responsável pela auditoria interna corporativa do Grupo TAM S.A. e diretora de auditoria interna da Globex Utilidades S.A., de 2004 a 2014. Iniciou sua carreira em 1995 na PwC Brasil, na área de Advisory Services, sendo responsável pela criação, no Brasil, do grupo de especialistas em assurance de receitas voltado ao atendimento de empresas de telecomunicações. Foi responsável pelas equipes de auditoria interna do Grupo Telefônica S.A., de 2000 a 2004, tendo implementado, em conjunto com a Telefônica da Espanha, o mapeamento de riscos para todas as empresas do grupo no Brasil.

Para consultar as biografias dos demais membros do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética, vide “—A. Conselho de Administração” acima.

Comitê de Pessoas e ESG

Nosso Comitê de Pessoas e ESG não tem poder executivo e seus membros são nomeados por nosso conselho de administração. A maioria de seus membros serão membros independentes de nosso conselho de administração, e os membros restantes podem ser membros externos, de acordo com o parágrafo 1 da Seção 34 e o parágrafo 3 da Seção 37 de nosso estatuto social. O objetivo deste comitê é auxiliar nosso conselho de administração com assuntos relacionados a questões de recursos humanos, incluindo nomeação de diretores executivos e destituição de diretores

executivos do cargo e designação de suas funções de acordo com nosso estatuto social, política de remuneração e relações humanas e transferência de nossos recursos para associações de empregados, entidades de caridade e recreativas, para o fundo e fundação de segurança privada. Além disso, esse comitê também auxilia nosso conselho de administração em assuntos de governança corporativa.

A tabela a seguir apresenta os nomes, idades, cargos e ano da primeira eleição e breves descrições biográficas dos membros do Comitê de Pessoas e ESG:

Nome	Idade	Cargo	Ano Da Primeira Eleição
Claudia Sender Ramirez.....	50	Coordenador e membro efetivo	2021
Dan Ioschpe.....	60	Membro efetivo	2023
Raul Calfat	72	Membro efetivo	2023
Cibele Castro.....	59	Membro externo	2023

Cibele Castro. A Sra. Castro é formada em Psicologia pela Universidade Católica de Santos, em 1988, com pós-graduação em Neurociência e Comportamento pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), em 2020. Ela estudou Governança Corporativa: Maximize sua eficácia na sala da diretoria, na Wharton School da Universidade da Pensilvânia, em 2023. Sra. Castro é certificada em Inovação pelo Global Innovation Management Institute e certificada como Conselheira por Experiência (CCA+) pelo IBGC, em 2017. A Sra. Castro é membro externo do nosso Comitê de Pessoas e ESG, diretora independente do Conselho de Administração do IRB Brasil RE desde 2023 e atua como membro do Comitê de Pessoas, Remuneração e Nomeação. A Sra. Castro é coordenadora do Comitê de Pessoas, Remuneração, Sucessão e Elegibilidade do Banco da Amazônia, desde 2022. A Sra. Castro é Membro Externo do Comitê de Pessoas, Remuneração, Governança e Sustentabilidade (ASG) da Wiz Soluções Financeiras, desde 2022. É diretora desde 2008 nos setores de Energia e Telecom. Ela tem 20 anos de experiência como diretora de nível C em empresas familiares e multinacionais de capital aberto, responsável por Pessoas, TI, Cadeia de Suprimentos, Logística, Inovação, P&D, Meio Ambiente, Segurança, Proteção e Infraestrutura, com responsabilidades locais, regionais e globais.

Para consultar as biografias dos demais membros do Comitê de Pessoas e ESG, vide “—A. Conselho de Administração” acima.

Comitê de Estratégia e Inovação

Nosso Comitê de Estratégia e Inovação não tem poder executivo e seus membros são nomeados por nosso conselho de administração. A maioria de seus membros serão membros independentes de nosso conselho de administração, e os membros restantes podem ser membros externos, de acordo com o parágrafo 1 da Seção 34 e o parágrafo 3 da Seção 37 de nosso estatuto social. O objetivo principal do nosso Comitê de Estratégia e Inovação é auxiliar o conselho de administração. As responsabilidades do Comitê de Estratégia e Inovação incluem auxiliar o conselho de administração no desempenho de suas funções, com foco nas seguintes áreas: (i) objetivos estratégicos e macroprojetos relacionados ao nosso plano estratégico e plano de ação, e (ii) oportunidades potenciais na avaliação de novos negócios.

A tabela a seguir apresenta os nomes, idades, cargos e ano da primeira eleição e breves descrições biográficas dos membros do Comitê de Estratégia e Inovação:

Nome	Idade	Cargo	Ano Da Primeira Eleição
Raul Calfat	72	Coordenador	2017
Kevin Gregory. McAllister.....	61	Membro efetivo	2021
Márcio Fernando Elias Rosa	62	Membro efetivo	2023
Todd Messer Freeman.....	66	Membro efetivo	2021

Para consultar as biografias dos demais membros do Comitê de Estratégia e Inovação, vide “—A. Conselho de Administração”.

Conselho Fiscal

Segundo a Lei das Sociedades por Ações, o conselho fiscal é um órgão independente da Administração e dos auditores externos. O conselho fiscal não é equivalente ou comparável a um comitê de auditoria dos Estados Unidos. A principal responsabilidade do conselho fiscal é monitorar as atividades de gestão, analisar as demonstrações financeiras e comunicar suas observações aos acionistas. Em nosso caso, o Comitê de Auditoria, Riscos e Ética, estabelecido de acordo com o Regulamento do Novo Mercado, equivale ao comitê de auditoria dos Estados Unidos. Para mais informações sobre os nossos comitês, vide “— A. Conselheiros e Diretores—Comitês”.

Segundo a Lei das Sociedades por Ações, o conselho fiscal não pode ser composto por membros do conselho de administração ou diretoria, empregados da companhia, suas subsidiárias ou companhias do mesmo grupo, nem pelos cônjuges ou parentes de qualquer membro da Administração. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do conselho fiscal recebam uma remuneração de pelo menos 10% do valor médio pago a cada diretor. Segundo a Lei das Sociedades por Ações, o conselho fiscal deve ser composto por no mínimo três e no máximo cinco membros, e um número equivalente de suplentes.

Nosso conselho fiscal é composto por três a cinco membros, eleitos na assembleia geral, com mandato até a próxima assembleia geral após a sua eleição. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de uma companhia adquirir o controle de outra, os acionistas minoritários que juntos detenham pelo menos 10% das ações com direito a voto também têm o direito de eleger separadamente um membro do conselho fiscal. Essa disposição não se aplica à nossa companhia enquanto estivermos sujeitos a controle disperso. A seguir estão os nomes, idades, o ano eleito pela primeira vez e cargos dos membros de nosso conselho fiscal, eleitos em nossa assembleia geral anual realizada em 25 de abril de 2024.

A tabela a seguir apresenta o nome, idade, cargo e ano da primeira eleição dos membros do nosso conselho fiscal, na data deste relatório anual:

Nome	Idade	Cargo	Ano Da Primeira Eleição
Mario Ernesto Vampré Humberg	61	Presidente	2020
Carla Alessandra Trematore	49	Vice Presidente	2022
Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta	59	Membro	2024
Alexandre Navarro Garcia	58	Membro	2024
Raphael Manhães Martins	57	Membro	2022

D. Empregados

A tabela abaixo apresenta o número de nossos empregados (incluindo empregados de nossas subsidiárias integrais) por categoria nas datas indicadas. Nosso total consolidado de empregados inclui os empregados de nossas subsidiárias e joint ventures, incluindo Atech, EVE, OGMA, Tempest e Visiona.

	A partir de 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Processo de Produção	11.083	10.112	8.671
Pesquisa e Desenvolvimento	3.998	3.858	3.717
Suporte ao Cliente	3.365	3.216	3.010
Administrativo – Suporte à Produção	301	274	250
Administrativo – Corporativo	1.997	1.537	1.485
Total de empregados (incluindo apenas as subsidiárias integrais da Embraer S.A.)	20.744	18.997	17.133
Total consolidado de empregados (incluindo outras subsidiárias e joint ventures da Embraer)	23.898	21.889	19.990

Em 31 de dezembro de 2024, aproximadamente 87,5% de nossa força de trabalho estava empregada no Brasil. A maior parte de nossa equipe técnica se formou nas principais escolas de engenharia, como o ITA, na cidade de São José dos Campos.

A Embraer apoia plenamente a escolha da filiação de nossos empregados a sindicatos. Em 31 de dezembro de 2024, 7,1% de nossos empregados no Brasil eram sindicalizados e, de acordo com a legislação trabalhista brasileira, os reajustes salariais e demais cláusulas negociadas em acordos coletivos de trabalho se estendem a toda a categoria. Com isso, todos os nossos empregados no Brasil são abrangidos pelas cláusulas negociadas nesses acordos.

Apoiamos ativamente o treinamento e desenvolvimento profissional de nossos empregados. Implementamos um programa de treinamento especializado em engenharia aeroespacial em nossa unidade de São José dos Campos oferecido a engenheiros recém-formados.

E. Participação Acionária

Em 31 de dezembro de 2024, nossos conselheiros possuíam 205 de nossas ações ordinárias e nossos diretores executivos não possuíam nenhuma de nossas ações ordinárias. Na mesma data, os membros de nosso conselho fiscal possuíam 900 de nossas ações ordinárias e nenhum de nossos conselheiros possui individualmente mais de 1,0% das ações ordinárias em circulação.

F. Divulgação da ação de um registrante para recuperar uma indenização concedida erroneamente

Não se aplica.

Item 7. PRINCIPAIS ACIONISTAS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A. Acionistas Majoritários

Na data deste relatório anual, o capital autorizado total é composto por 1.000.000.000 ações, sendo 740.465.044 ações ordinárias emitidas, incluindo uma ação de classe especial, a golden share, detida pela União. A golden share confere poder de veto à União em determinadas circunstâncias específicas. Além disso, o direito de voto de acionistas estrangeiros pode sofrer restrições em determinadas circunstâncias específicas. Para mais informações sobre o direito de voto conferido pelas nossas ações ordinárias, vide “Item 10. Informações Adicionais—B. Atos Constitutivos e Estatuto Social—Direito de Voto das Ações”.

A tabela abaixo apresenta o número de ações detidas pelos acionistas majoritários em 31 de março de 2024, de acordo com as informações mais atualizadas disponibilizadas a nós:

	Ações Ordinárias	
	Ações⁽¹⁾	(%)
Brandes Investment Partners, L.P. ⁽²⁾	74.039.414	10,00
BlackRock, Inc. ⁽³⁾	40.711.074	5,50
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ⁽⁴⁾	39.762.489	5,37
O Governo Federal ⁽⁵⁾	1	0,00
Ações em tesouraria.....	5.832.238	0,79
Outros.....	580.119.828	79,35
Total	740.465.044	100,00

(1) O número de ações ordinárias inclui ações ordinárias e ações ordinárias representadas por ADSs. Vide “Item 12—D. American Depositary Shares.”

(2) A Brandes Investment Partners, L.P. é uma consultoria de investimentos independente 100% detida pelos empregados, fundada por Charles Howard Brandes, co-proprietário. A consultoria administra as séries de fundos mútuos Brandes e outros fundos, além de atender pessoas físicas e jurídicas.

- (3) A Blackrock Inc. é uma empresa americana de gestão de investimentos globais com sede na cidade de Nova York, nos Estados Unidos da América. Fundada em 1988, inicialmente como uma gestora de ativos institucionais de gerenciamento de risco e renda fixa, a BlackRock é a maior gestora de ativos do mundo.
- (5) BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) é uma subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), banco nacional de desenvolvimento da União.
- (6) A União detém nossa “golden share”. Vide “Item 10. Informações Adicionais—B. Atos Constitutivos e Estatuto Social—Direito de Voto das Ações - Golden Share”.

Não houve mudanças significativas na porcentagem de participação detida pelos nossos acionistas majoritários nos últimos três anos. Em 31 de dezembro de 2024, tínhamos mais de 75.400 acionistas ordinários, inclusive titulares de ações ordinárias na forma de ADSs. Em 31 de dezembro de 2024, um total de 17.226 ADSs estavam em posse de 140 titulares registrados, incluindo a The Depository Trust Company, nos Estados Unidos da América.

B. Operações com Partes Relacionadas

Visão Geral

O governo federal, por meio de suas participações diretas e indiretas em nosso capital e da titularidade da golden share, é um de nossos acionistas majoritários. A emissão da golden share foi uma exigência dos regulamentos que regeram nossa privatização em 1994 e garante ao governo federal o direito de veto em determinadas matérias, em particular matérias relacionadas a programas militares e atos societários (como transferência de controle e alteração de nossa razão social, logo e objeto social). Para mais informações sobre o direito de voto conferido pela nossa golden share, vide “Item 10. Informações Adicionais—B. Atos Constitutivos e Estatuto Social—Direito de Voto das Ações - Golden Share”. Em 31 de dezembro de 2024, além da golden share, o governo federal detinha uma participação indireta de 5,37% em nosso capital por meio da BNDESPAR, uma subsidiária integral do BNDES que, por sua vez, é controlada pelo governo federal. Assim, para fins das exigências de divulgação de informações deste relatório anual, consideramos as operações entre a Embraer e o governo federal ou órgãos públicos como “operações com partes relacionadas”.

O governo federal desempenha um importante papel em nossas atividades, inclusive como:

- principal cliente de nossos produtos de defesa, por meio da Força Aérea Brasileira;
- fonte de financiamento de pesquisa por meio de instituições de desenvolvimento de tecnologia, como o FINEP e o BNDES;
- agência de crédito à exportação, por meio do BNDES; e
- fonte de financiamento de curto e longo prazo, prestador de serviços de gestão de ativos e banco comercial, por meio do Banco do Brasil S.A.

Para mais informações sobre o papel desempenhado pelo governo federal em nossas atividades, vide “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras—B. Liquidez e Recursos de Capital—Linhas de Crédito”, “Item 4. Informações sobre a Companhia—B. Visão Geral—Contratos de Financiamento de Aeronaves”, e “Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco—Operações e Contratos Comerciais—Qualquer redução no financiamento de clientes patrocinado pela União ou aumento no financiamento patrocinado pelo governo que beneficie nossos concorrentes pode diminuir a competitividade de nossas aeronaves”. Para mais informações sobre nossas operações com partes relacionadas, vide a Nota Explicativa 13.1 das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de 2024.

Relações com a União como Principal Cliente

Somos o maior fornecedor de produtos de defesa para a União, de acordo com fontes do governo brasileiro, principalmente por meio da Força Aérea Brasileira, que tem sido um cliente importante da Embraer desde sua criação. Em 2024, a União, principalmente por meio da Força Aérea Brasileira, foi responsável por US\$166,0 milhões da receita de vendas de nosso segmento de Defesa e Segurança. Além disso, em 31 de dezembro de 2024, possuíamos US\$269,0 milhões em ativos totais e US\$80,5 milhões em passivos totais relacionados às Forças Armadas Brasileiras. Para uma descrição sobre nossas operações com o governo federal, vide “Item 4. Informações sobre a Companhia—B. Visão Geral—Unidade de Negócio de Defesa e Segurança”. Para obter mais informações sobre nosso relacionamento com nossos principais clientes, consulte o “Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco—Operações e Contratos Comerciais— Dependemos de clientes-chave.”

Relações com a União como Fonte de Financiamento

O governo federal tem sido uma importante fonte de financiamento à exportação para os nossos clientes por meio do programa BNDES-Exim, administrado pelo BNDES. Para mais informações sobre contratos de financiamento de aeronaves, vide “Item 4. Informações sobre a Companhia—B. Visão Geral—Contratos de Financiamento de Aeronaves”.

Também firmamos contratos de capital de giro e de financiamento à exportação com o BNDES, os quais totalizavam, em 31 de dezembro de 2024, o montante de US\$463,8 milhões. A consumação do financiamento está sujeita às condições precedentes habituais. Para obter informações adicionais sobre os valores, datas de vencimento e taxas de juros desses contratos, consulte o “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras—B. Liquidez e Recursos de Capital—Linhas de Crédito”.

Relações com a União como Prestadora de Serviços

Em 31 de dezembro de 2024, mantínhamos um total de US\$665,4 milhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil S.A., instituição controlada pela União. O Banco do Brasil S.A. é nosso prestador de serviços bancários comerciais e de gestão de ativos há muitas décadas, sendo um dos bancos responsáveis pelo pagamento da nossa folha de salários. Esses serviços incluem a manutenção de conta corrente.

Em 31 de dezembro de 2024, US\$22,5 milhões do nosso caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras estavam indexados à variação da taxa CDI.

C. Participação de Peritos e Advogados

Não se aplica.

Item 8. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

A. Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras

Vide “Item 18. Demonstrações Financeiras” para ter acesso a nossas demonstrações financeiras consolidadas e relatório de nossa empresa de contabilidade pública registrada independente incluída em outra parte deste relatório anual.

Processos Judiciais

Processos de Arbitragem

Em 24 de janeiro de 2019, celebramos um Acordo-Mestre de Transação (Master Transaction Agreement, ou MTA) e outros documentos relacionados com a Boeing e determinadas subsidiárias da Embraer ou da Boeing, nos termos dos quais uma subsidiária da Boeing adquiriria uma participação controladora no segmento de Aviação

Comercial da Embraer, e a Embraer, ou uma subsidiária da Embraer, e a Boeing, ou uma subsidiária da Boeing, formariam uma joint venture para promover e desenvolver novos mercados e aplicações para a aeronave de transporte multimissão KC-390 Millennium.

Em 1º de janeiro de 2020, realizamos a segregação interna do nosso segmento de Aviação Comercial por meio da integralização dos ativos líquidos que compunham o segmento — incluindo ativos, passivos, propriedades, direitos e obrigações (sujeitos a certas exceções) — na Yaborã, mediante aumento de capital.

Em 25 de abril de 2020, recebemos uma notificação da Boeing comunicando sua decisão de rescindir o MTA, com base na alegação de que determinadas condições de fechamento previstas no MTA não teriam sido cumpridas pela Embraer até a data-limite de 24 de abril de 2020 especificada no contrato. A Boeing também rescindiu o Acordo de Contribuição. A Embraer acreditava firmemente à época, e continua acreditando, que cumpria integralmente suas obrigações nos termos do MTA e do Acordo de Contribuição, e que a rescisão de ambos os contratos pela Boeing foi indevida. A Embraer sustentou que a Boeing estava obrigada a continuar cumprindo os termos do MTA e do Acordo de Contribuição, e que as medidas legais adotadas contra a Boeing e suas afiliadas representavam o exercício legítimo dos direitos da Embraer nos termos desses acordos.

Após a rescisão dos acordos pela Boeing, tanto a Embraer quanto a Boeing iniciaram processos arbitrais separados relacionados à controvérsia. Esses procedimentos de arbitragem os foram posteriormente consolidados em um único processo arbitral. Em 16 de setembro de 2024, os procedimentos arbitrais entre Embraer e Boeing foram concluídos e, conforme acordo de compensação firmado entre as partes, a Boeing pagou o valor bruto de US\$150,0 milhões à Embraer.

Processos Trabalhistas

Somos réus em ações trabalhistas individuais que aguardam sentença da Justiça do Trabalho. Devido ao valor irrelevante envolvido nessas ações, não acreditamos que qualquer passivo relacionado a elas prejudique nossa situação financeira ou resultados operacionais. Para mais informações sobre nossos processos trabalhistas, vide a Nota Explicativa 24 de nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de 2024.

Questões Tributárias

Questionamos a constitucionalidade de certos impostos brasileiros e encargos de folha de pagamento, bem como modificações e aumentos nas taxas e bases de cálculo desses impostos e encargos e obtivemos mandados de segurança ou liminares para evitar seu pagamento ou recuperar pagamentos anteriores. Para uma discussão mais detalhada sobre nossos processos fiscais, vide as Notas Explicativas 23 e 24 de nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de 2024.

Os juros sobre o valor total dos impostos não pagos e encargos sobre a folha de pagamento são acumulados mensalmente com base na taxa SELIC, que é a taxa básica de juros do Banco Central do Brasil, e, portanto, fazemos um acréscimo na linha de receita (despesas) de juros, líquida, em nossa demonstração de resultados.

Outros Processos

Somos parte em outros processos judiciais, todos decorrentes do curso normal dos negócios. Nossa Administração não acredita que qualquer desses processos, em caso de decisão desfavorável, afetaria de forma relevante e adversa os nossos negócios, situação financeira ou resultados operacionais.

Em 31 de dezembro de 2024, havia uma provisão de US\$41,1 milhões registrada como passivo (tributário, trabalhista e civil) em nossa demonstração da posição financeira em relação a contingências de litígio que classificamos como representando perdas prováveis para nós. Para uma discussão mais detalhada sobre essas provisões e passivos contingentes, vide a Nota Explicativa 24.1.1 de nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de 2024.

Dividendos e Política de Dividendos

Nossa moeda funcional é o dólar. Uma vez que estamos estabelecidos e domiciliados no Brasil, os componentes de nosso patrimônio líquido devem ser medidos, contabilizados e mantidos em reais, incluindo os valores a serem distribuídos aos acionistas (dividendos e juros sobre o capital próprio). Tal exigência é diferente de nossos registros contábeis originais em sua moeda funcional, que é preparada e mantida em dólares históricos. O lucro ou prejuízo líquido incorrido por nós ao final de cada exercício fiscal em dólares é convertido em reais para fins contábeis da Legislação Societária pela taxa de câmbio média observada para aquele período e, em seguida, distribuído, retido ou absorvido pelas reservas estatutárias. Apresentamos demonstrações financeiras consolidadas e auditadas no Brasil (convertidas para reais com base nos requisitos do IAS 21), que divulgam os componentes do patrimônio líquido contabilizados conforme exigido pela Lei das Sociedades por Ações.

Valores Disponíveis para Distribuição

A cada assembleia geral, o conselho de administração deve fazer uma recomendação acerca da alocação do lucro líquido do exercício anterior. No âmbito da Lei das Sociedades por Ações, entende-se por lucro líquido o lucro após o imposto de renda e contribuição social de cada exercício, líquido dos prejuízos acumulados em exercícios anteriores e quaisquer valores alocados aos empregados e à Administração a título de participação nos lucros, de acordo com as IFRS. Segundo a Lei das Sociedades por Ações e o nosso estatuto social, os valores disponíveis para distribuição de dividendos são aqueles determinados de acordo com as IFRS nas demonstrações financeiras de nossa controladora. Esses valores para distribuição equivalem ao nosso lucro líquido após os impostos, subtraído ou adicionado de:

- quaisquer valores alocados do lucro líquido após a tributação para a reserva legal; e
- quaisquer valores alocados do lucro líquido após a tributação para uma reserva de contingências para prejuízos antecipados ou a reversão da reserva constituída em exercícios anteriores.

Devemos manter uma reserva legal, para a qual devemos destinar 5% do lucro líquido de cada exercício até um total de 20% do nosso capital social. Entretanto, não somos obrigados a fazer qualquer destinação à nossa reserva legal com relação a qualquer exercício fiscal em que esta, quando acrescida às demais reservas constituídas, ultrapassar 30% do capital social. Prejuízo líquido, se houver, deve ser descontado da reserva legal. O saldo da nossa reserva legal era de US\$207,0 milhões, equivalente a 13.3% do nosso capital social, em 31 de dezembro de 2024.

A Lei das Sociedades por Ações também prevê duas outras possibilidades de alocação discricionária do lucro líquido, sujeitas à aprovação da assembleia geral. Na primeira, um percentual do lucro líquido pode ser alocado a uma reserva de contingências para cobrir prejuízos esperados e considerados prováveis em exercícios subsequentes. Qualquer valor alocado para essa reserva em anos anteriores deve ser revertido no exercício para o qual o prejuízo esperado estava previsto, caso ele não ocorra, ou então baixado, caso ele ocorra. Na segunda possibilidade, o valor de distribuição pode limitar-se ao lucro líquido já realizado no exercício, sendo que a diferença entre esses valores deverá ser alocada a uma reserva de lucros a realizar. Segundo a Lei das Sociedades por Ações, o lucro a realizar representa a soma:

- da representação dos valores das contas do balanço patrimonial;
- da participação no resultado de subsidiárias; e
- do lucro das vendas parceladas a receber após o encerramento do próximo exercício fiscal.

Segundo o nosso estatuto social e sujeito à aprovação da assembleia geral, nosso conselho de administração poderá alocar a uma reserva de investimentos e capital de giro até 75% do lucro líquido ajustado após os impostos de nossa controladora. Essa reserva não poderá exceder 80% de nosso capital social. O objetivo da reserva de investimentos e capital de giro é realizar investimento em ativos fixos ou aumentar nosso capital de giro. O saldo da reserva de investimentos e capital de giro deverá ser utilizado:

- na dedução de prejuízos acumulados, sempre que necessário;
- na distribuição de dividendos, a qualquer tempo;
- no resgate, compra ou recompra de ações no mercado, conforme permitido em lei; e
- no aumento de nosso capital, inclusive por meio de emissão de novas ações.

Também poderemos conceder uma participação em nosso lucro líquido aos membros de nossa Administração e empregados. Contudo, a alocação realizada à reserva de investimentos e capital de giro ou a participação dos membros de nossa Administração e empregados não poderá causar uma redução no valor do dividendo mínimo obrigatório, conforme descrito abaixo.

De outra forma, os valores alocados às reservas, com exceção da reserva para contingências e a reserva de lucros a realizar, em montante excedente ao nosso capital social deverão ser utilizados para aumentar nosso capital ou distribuídos como dividendos em espécie.

Podemos aumentar os valores disponíveis para distribuição por meio da reversão da reserva de contingências para prejuízos esperados constituída em exercícios anteriores, mas não realizada ou que tenha aumentado ou diminuído em função da alocação de lucros provenientes da reserva de lucros a realizar ou destinados a ela. Os valores disponíveis para distribuição são determinados com base nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Não constituímos uma reserva para contingências.

As reservas de lucros são estabelecidas de acordo com a legislação societária brasileira e nosso estatuto social. Essas reservas são calculadas e registradas com base nos rendimentos apurados como se o real fosse a moeda de apresentação. As distribuições de dividendos também são determinadas de acordo com as leis e regulamentos brasileiros e são determinadas como se o real fosse a moeda de apresentação.

Em 31 de dezembro de 2023, levando em consideração a moeda de apresentação em reais, conforme determinado por tais leis e regulamentos, havíamos acumulado perdas atribuíveis aos proprietários da Empresa no valor em reais equivalente a US\$329,1 milhões e devido a essas perdas registradas, não distribuímos nem pagamos dividendos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, compensamos integralmente nossos prejuízos acumulados com o lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia, no montante de R\$1.593,1 milhões. Assim, em 31 de dezembro de 2024, registramos lucro líquido passível de distribuição como dividendos (após a absorção dos prejuízos acumulados, constituição da reserva legal e recomposição da reserva de subvenções governamentais) no montante de R\$205,7 milhões, equivalente a US\$33,2 milhões. Para obter mais informações, vide a Nota Explicativa 28.5 de nossas demonstrações financeiras auditadas de 2024.

Distribuição Obrigatória

A Lei das Sociedades por Ações geralmente exige que o estatuto social de companhias brasileiras especifique um valor percentual mínimo disponível para distribuição de dividendos em cada exercício, o chamado dividendo mínimo obrigatório. Segundo nosso estatuto social o dividendo mínimo obrigatório baseia-se em um percentual mínimo de 25% do nosso lucro líquido ajustado, em vez de um valor fixo por ação. Contudo, a Lei das Sociedades por Ações permite que companhias abertas suspendam a distribuição do dividendo mínimo obrigatório caso o conselho de administração e o conselho fiscal apresentem um relatório à assembleia geral indicando que a distribuição é desaconselhável em vista da situação financeira da Embraer. Essa suspensão está sujeita à aprovação dos acionistas ordinários. Nesse caso, o conselho de administração deverá apresentar uma justificativa para a suspensão junto à CVM. Lucros não distribuídos devido a essa suspensão, deverão ser alocados a uma reserva especial e, caso não sejam utilizados para absorver prejuízos subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da companhia permitir.

Pagamento de Dividendos

Segundo a Lei das Sociedades por Ações e o nosso estatuto social, devemos realizar uma assembleia geral ordinária ao final do quarto mês após o encerramento do exercício fiscal em que, entre outros, os acionistas decidirão sobre o pagamento do dividendo anual. O pagamento do dividendo anual baseia-se nas demonstrações financeiras de nossa controladora, elaboradas de acordo com as IFRS para o exercício pertinente. Companhias brasileiras, inclusive a nossa, podem realizar distribuições especiais a acionistas, a título de juros sobre capital próprio, cumulativamente ou no lugar dos dividendos e como parte do dividendo mínimo obrigatório. Sujeito a certas limitações estabelecidas pela legislação, a distribuição de juros sobre o capital próprio pode ser tratada como uma despesa dedutível de impostos para fins de IRPJ e CSLL. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos geralmente devem ser pagos dentro de 60 dias após a data em que o dividendo foi declarado, a menos que uma deliberação dos acionistas estabeleça outra data de pagamento, que, em ambos os casos, deve ocorrer antes do final do exercício fiscal em que o dividendo foi declarado. Acionistas têm um prazo de três anos a contar da data de pagamento para reclamar dividendos (ou juros sobre capital próprio) relativos às suas ações; após esse prazo, o valor dos dividendos não reclamados reverte para a Companhia.

A Lei das Sociedades por Ações permite que companhias efetuem o pagamento de dividendos intermediários a partir de lucros pré-existentes e acumulados de acordo com as IFRS, com relação ao exercício ou semestre anteriores, com base nas demonstrações financeiras aprovadas pelos acionistas. Segundo nosso estatuto social, os acionistas podem declarar, a qualquer tempo, dividendos intermediários com base em lucros pré-existentes e acumulados, desde que o dividendo mínimo obrigatório já tenha sido distribuído aos acionistas. Nosso estatuto social também nos permite elaborar informações financeiras semestrais e para períodos menores. Nosso conselho de administração poderá aprovar a distribuição de dividendos calculados com base nessas informações financeiras, mesmo antes de serem aprovadas pelos acionistas. Contudo, o valor dos dividendos não poderá exceder o valor das reservas de capital.

Em geral, acionistas não residentes no Brasil devem registrar-se junto ao Banco Central para receber dividendos, lucro de vendas ou outros valores relativos às suas ações e que poderão ser remetidos ao exterior. As ações ordinárias subjacentes às nossas ADSs serão detidas no Brasil pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM., também denominada custodiante, na qualidade de agente do depositário, que será a proprietária registrada nos registros do escriturador das nossas ações. Nosso escriturador atual é a BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM. O depositário registra eletronicamente as ações ordinárias subjacentes aos nossos ADSs junto ao Banco Central e, portanto, pode fazer com que dividendos, receitas de venda ou outros valores relacionados a essas ações sejam qualificadas para remessa ao exterior.

Pagamentos de dividendos e distribuições em dinheiro, se houver, serão feitos em reais ao custodiante em nome e por conta do depositário, que então converterá os recursos em dólares e fará com que sejam entregues ao depositário para distribuição aos titulares de ADSs. Segundo a legislação brasileira, dividendos pagos a acionistas não residentes no Brasil, inclusive titulares de ADSs, não estão sujeitos ao imposto de renda brasileiro retido na fonte, com exceção de dividendos declarados com base em lucros gerados antes de 31 de dezembro de 1995. Para mais informações sobre tributação no Brasil, vide “Item 10. Informações Adicionais—E. Tributação—Considerações sobre a Tributação no Brasil”.

Histórico de Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio e Política de Dividendos

A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e alterações posteriores, dispõe sobre a distribuição de juros sobre capital próprio como alternativa à distribuição de dividendos, sendo esse pagamento dedutível do imposto de renda e contribuição social. Esse pagamento pode ser efetuado em espécie. O valor limita-se à variação pro rata diária da TJLP (taxa de juros de longo prazo), não podendo exceder o que for maior entre:

- 50% do lucro líquido (após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido, antes da provisão para imposto de renda e valores atribuíveis aos acionistas a título de juros sobre capital próprio líquido) do período em relação ao qual o pagamento for efetuado; ou
- 50% da soma das reservas de lucro e lucros acumulados no início do período em relação ao qual o pagamento for efetuado.

Qualquer pagamento de juros sobre capital próprio a acionistas titulares de ADSs ou ações ordinárias, residentes ou não no Brasil, está sujeito à incidência do imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% ou 25% se o beneficiário for residente em paraíso fiscal, i.e., país ou região que não tribute a renda ou tribute a renda a uma alíquota máxima inferior a 20%, ou cuja legislação imponha restrições sobre o acesso a informações relativas à composição societária ou titularidade do investimento. Para mais informações sobre tributação no Brasil, vide “Item 10. Informações Adicionais—E. Tributação—Considerações sobre a Tributação no Brasil”. O valor pago a acionistas a título de juros sobre capital próprio, líquido de imposto retido na fonte, poderá ser incluído como parte do dividendo mínimo obrigatório.

Segundo a legislação brasileira, somos obrigados a distribuir aos nossos acionistas um valor suficiente para assegurar que o valor líquido recebido por eles, após recolhermos o imposto retido na fonte aplicável quanto à distribuição de juros sobre capital próprio, acrescido do valor dos dividendos declarados, seja no mínimo igual ao valor do dividendo mínimo obrigatório. A distribuição de juros sobre capital próprio que não é contabilizada como parte do dividendo mínimo obrigatório está sujeita ao recolhimento de imposto de renda retido na fonte. Todos os pagamentos efetuados até a presente data foram contabilizados como parte do dividendo mínimo obrigatório.

Nenhum dividendo ou juros sobre o capital próprio foi aprovado, e nenhum pagamento desse tipo foi realizado, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Em nossa assembleia geral ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2025, nossos acionistas votarão a proposta de distribuição de dividendos no montante de R\$51,4 milhões, equivalente a US\$8,3 milhões, relativos ao lucro gerado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Para informações adicionais, vide “—Distribuição Obrigatória” acima e a nota explicativa 28.5 de nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de 2024.

A legislação societária brasileira e nosso estatuto social exigem que estabeleçamos reservas de lucros, que devem ser calculadas e registradas com base nas demonstrações financeiras em reais, que é nossa moeda de apresentação, em vez de demonstrações financeiras em dólar norte-americano, que é nossa moeda funcional. Além disso, as distribuições de dividendos devem estar alinhadas com as demonstrações financeiras em reais. Em 31 de dezembro de 2023, o prejuízo acumulado atribuível aos acionistas controladores da Companhia foi de R\$1.593,1 milhões. Em 31 de dezembro de 2024, o lucro do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia foi de R\$1.918,9 milhões.

Também temos uma reserva de subsídios do governo, que foi formada nos termos do artigo 195-A da Lei das Sociedades Anônimas. Essa reserva inclui a apropriação da parte dos lucros acumulados resultantes de incentivos governamentais recebidos por nós, que não podem ser distribuídos aos acionistas na forma de dividendos. A reserva de subvenções governamentais é reconhecida em nossa demonstração de resultados no mesmo item de despesa ao qual a subvenção se refere e não é incluída na base de cálculo dos dividendos obrigatórios.

Nossa reserva legal corresponde a uma alocação anual de 5% de nosso lucro líquido do exercício e não pode exceder 20% do capital social ou 30% na soma dessa reserva e das reservas de capital, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas brasileira e nosso estatuto social.

Nossa reserva para investimentos e capital de giro tem por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos no ativo permanente sem prejuízo da retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; (ii) reforçar nossos planos de capital de giro; (iii) ser utilizada no contexto de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital social da Companhia e (iv) ser distribuída aos acionistas da Companhia.

Pretendemos declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre capital próprio, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e em nosso estatuto social. Nosso conselho de administração poderá aprovar a distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, calculados com base em nossas informações financeiras semestrais ou trimestrais. A declaração anual de dividendos, incluindo dividendos superiores ao dividendo obrigatório, requer a aprovação da maioria de nossos acionistas ordinários. O valor de qualquer distribuição dependerá de vários fatores, como nossos resultados operacionais, situação financeira, necessidades de caixa, perspectivas e demais fatores considerados relevantes pelo nosso conselho de administração e acionistas. No âmbito de nosso planejamento fiscal, poderemos, no futuro, continuar a entender que a distribuição de juros sobre o capital próprio atende aos nossos melhores interesses.

B. Alterações Significativas

Exceto quando divulgado de outra forma em nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas e neste relatório anual, não houve mudanças significativas em nossos negócios, condição financeira ou resultados operacionais desde 31 de dezembro de 2024. Para obter mais informações, vide a Nota Explicativa 37 de nossas demonstrações financeiras auditadas de 2024.

Item 9. OFERTA E COTAÇÃO

A. Detalhes da Oferta e da Cotação

Nossas ADSs estão listadas na New York Stock Exchange, sob o símbolo “ERJ”. Além disso, nossas ações ordinárias são negociadas na B3 sob o símbolo “EMBR3”. Cada ADS representa quatro ações ordinárias.

Nossas ADSs começaram a ser negociadas na NYSE em 5 de junho de 2006, sendo que cada ADS representa quatro ações ordinárias emitidas por nós. As ADSs são emitidas segundo um contrato de depósito, sendo que o J.P. Morgan Chase Bank N.A., ou J.P. Morgan, atua como depositário nos termos desse contrato.

B. Plano de Distribuição

Não se aplica.

C. Mercados

Negociação na B3

Nossas ações ordinárias estão listadas e são negociadas no segmento do Novo Mercado da B3. A negociação de nossas ações ordinárias na B3 é liquidada em um dia útil após a data da negociação. A entrega e pagamento das ações são realizados por meio da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLIC, que mantém as contas das corretoras.

Com o intuito de manter um melhor controle sobre a volatilidade, a B3 dispõe de um sistema de “circuit breaker” que permite a suspensão do pregão por períodos de 30 minutos ou uma hora sempre que houver indicação de que o índice da B3 poderia sofrer uma queda abaixo dos limites de 10% e 15%, respectivamente, em relação ao índice de fechamento do pregão anterior.

A B3 apresenta uma liquidez menor do que a NYSE e outras grandes bolsas de valores do mundo. Em 31 de dezembro de 2024, a B3 tinha uma capitalização de mercado agregada de aproximadamente R\$4,1 trilhões, equivalente a US\$0,7 trilhão. Já o valor total de capitalização de mercado da NYSE foi de aproximadamente US\$31,6 trilhões na mesma data. Embora qualquer das ações em circulação de companhias listadas possa ser negociada na B3, na maioria dos casos, menos da metade das ações listadas encontra-se efetivamente disponível para negociação pelo público, o restante dessas ações é frequentemente detido por pequenos grupos de controladores, entes públicos ou um acionista controlador principal. Em 31 de dezembro de 2024, representávamos aproximadamente 1,0% da capitalização de mercado de todas as companhias listadas na B3. O mercado acionário brasileiro também é significativamente mais concentrado do que o da NYSE ou de outras grandes bolsas.

A negociação na B3 por investidores não residentes está sujeita às limitações previstas na legislação brasileira sobre investimento estrangeiro.

Práticas de Governança Corporativa do Novo Mercado

A B3 tem três segmentos especiais de negociação, com níveis de práticas diferenciadas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular um mercado secundário para os valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras listadas na B3, fazendo com que tais companhias

adotem boas práticas de governança corporativa. Os segmentos de Cotação são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas.

Para ingressar no Nível 1, além das obrigações impostas pela legislação brasileira em vigor, os emissores obrigam-se a: (i) manter pelo menos 25% do total do capital social efetivamente disponível para negociação; (ii) adotar mecanismos que favoreçam a dispersão acionária em ofertas públicas; (iii) observar os padrões mínimos de divulgação trimestral; (iv) seguir políticas mais exigentes de divulgação quanto a contratos com partes relacionadas, contratos relevantes e operações realizadas por acionistas controladores, conselheiros e diretores envolvendo os valores mobiliários da emissora; (v) enviar qualquer acordo de acionistas e planos de opção de compra de ações (*stock option plans*) à B3; e (vi) preparar um cronograma de eventos corporativos e disponibilizá-lo aos acionistas.

Para ingressar no Nível 2, além das obrigações impostas pela legislação brasileira em vigor, os emissores obrigam-se a: (i) observar todas as exigências de Cotação do Nível 1; (ii) conceder direito de alienação conjunta de controle (*tag-along*) a todos os acionistas com relação à transferência de controle da companhia, oferecendo o mesmo preço por ação pago pelas ações do bloco de controle; (iii) conceder direito de voto aos acionistas ordinários com relação a determinadas reestruturações corporativas e operações com partes relacionadas, como (1) qualquer operação de transformação da companhia, (2) qualquer operação de incorporação, fusão ou cisão da companhia, (3) aprovação de qualquer operação entre a companhia e seu acionista controlador, inclusive partes relacionadas ao acionista controlador, (4) aprovação de qualquer avaliação de ativos a serem entregues pela companhia em pagamento de ações emitidas em aumentos de capital, (5) nomeação de empresa especializada para avaliar o valor justo da companhia com relação a qualquer oferta de aquisição de ações para cancelamento de registro, e (6) quaisquer alterações no direito de voto; (iv) possuir conselho de administração composto por pelo menos cinco membros, 20% dos quais devem ser conselheiros independentes, para um mandato de dois anos; (v) elaborar demonstrações financeiras anuais em inglês, inclusive demonstrações de fluxo de caixa, de acordo com as normas internacionais de contabilidade, como U.S. GAAP ou IFRS; (vi) caso decida cancelar o registro de companhia listada no Nível 2, realizar uma oferta de aquisição de ações pelo acionista controlador da companhia (o preço mínimo das ações deverá ser apurado em processo de avaliação); e (vii) aderir exclusivamente às regras da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 para solucionar quaisquer conflitos entre a companhia e seus investidores.

Para ingressar no Novo Mercado, os emissores devem atender a todas as exigências mencionadas acima e obrigam-se a: (i) emitir apenas ações com direito a voto; (ii) ter pelo menos dois conselheiros independentes, ou o equivalente a 20% do total de conselheiros, o que for maior, com mandato limitado a dois anos; (iii) seguir políticas de divulgação mais rígidas com relação às políticas, regras internas de procedimento, código de conduta empresarial e relatórios periódicos do comitê de auditoria da companhia; e (iv) adotar procedimentos de compliance mais rígidos, inclusive um comitê de auditoria, auditoria interna e outros controles de gestão de riscos. Quanto à obrigação das companhias listadas no Novo Mercado de assegurar que ações do emissor representativas de 25% do total do capital social estejam efetivamente disponíveis para negociação, esse limite pode ser reduzido para 15% do capital social, desde que o volume médio de negociação diária permaneça igual ou superior a R\$25,0 milhões, considerando-se pregões realizados nos 12 meses anteriores. Nossas ações estão listadas no segmento do Novo Mercado.

Regulamentação dos Mercados Brasileiros de Valores Mobiliários

Os mercados brasileiros de valores mobiliários são regulamentados pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), que tem competência sobre as bolsas de valores e mercados de valores mobiliários em geral, e pelo Banco Central, que detém, entre outros, poderes para autorizar o funcionamento de corretoras de valores e para disciplinar investimentos estrangeiros e operações de câmbio.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma companhia pode ser aberta, como a nossa, ou fechada. Todas as companhias abertas, como nós, são registradas na CVM e estão sujeitas a exigências de divulgação de informações periódicas. Nossas ações estão listadas no segmento do Novo Mercado da B3 e podem ser negociadas em operações privadas, observadas certas restrições.

Podemos solicitar que a negociação de nossos valores mobiliários seja suspensa na B3 antes da publicação de fato relevante. A negociação também pode ser suspensa por iniciativa da B3 ou da CVM, com base em indício de que a companhia tenha fornecido informações inadequadas com relação a um fato relevante ou tenha fornecido respostas inadequadas a questionamentos feitos pela CVM ou pela B3, entre outros motivos.

A negociação na B3 por pessoas não residentes no Brasil está sujeita a restrições impostas pela legislação brasileira sobre investimentos estrangeiros e pela legislação tributária. O custodiante brasileiro das nossas ações ordinárias e o depositário das nossas ADSs obtiveram o certificado de registro eletrônico junto ao Banco Central autorizando a remessa de dólares ao exterior para pagamento de dividendos e de quaisquer outras distribuições em moeda ou quando da alienação das ações e do produto da venda. Segundo a Resolução CMN nº 4.373, para que o investidor entregue ADSs para fins de retirada das ações por elas representadas, ele deve nomear uma instituição financeira brasileira devidamente autorizada pelo Banco Central e pela CVM para atuar como seu representante legal, que será responsável por, entre outros, manter e atualizar os certificados de registro do investidor junto ao Banco Central, o que dá o direito a investidores estrangeiros registrados a negociar as ações subjacentes diretamente na B3.

Exigências de Divulgação

De acordo com a Resolução CVM nº 44, datada de 23 de agosto de 2021, a CVM revisou e consolidou os requisitos relativos à divulgação e uso de informações relacionadas a fatos e atos relevantes de companhias abertas, incluindo a divulgação de informações sobre a negociação e aquisição de valores mobiliários emitidos por sociedades abertas.

Essas exigências incluem:

- a definição do conceito de fato relevante como fato que obriga a divulgação de informações. Considera-se relevante qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da assembleia geral ou dos órgãos de administração da companhia, ou qualquer outro ato ou fato, ocorrido na companhia ou de outra forma relacionado aos seus negócios, que possa influenciar a cotação dos valores mobiliários de emissão da companhia, a decisão dos investidores de negociar aqueles valores mobiliários ou a decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela companhia;
- a especificação de exemplos de fatos relevantes, que incluem, entre outros, a assinatura de acordo de acionistas dispendo sobre a transferência do controle acionário, ingresso ou saída de acionista que mantenha, com a companhia, contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa, bem como qualquer reorganização societária realizada entre companhias relacionadas;
- a obrigação do diretor de relações com investidores, acionistas controladores, outros diretores, membros do conselho de administração, comitê de auditoria e outros órgãos consultivos de divulgar fatos relevantes;
- a divulgação simultânea de fatos relevantes em todos os mercados nos quais os valores mobiliários da companhia sejam admitidos à negociação;
- a obrigação do adquirente do controle acionário da companhia de publicar fatos relevantes e declarar sua intenção de promover, ou não, no prazo de um ano, o cancelamento do registro de companhia aberta;
- o estabelecimento de regras quanto às exigências de divulgação em aquisição e alienação de participação acionária relevante;
- a restrição ao uso de informações privilegiadas; e
- a proibição de acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração e do conselho fiscal da companhia realizem qualquer negociação com os valores mobiliários de emissão da companhia, ou a eles relacionados, durante o período que ocorrer antes da data de divulgação das informações contábeis trimestrais e das demonstrações financeiras anuais da companhia.

D. Acionistas Vendedores

Não se aplica.

E. Diluição

Não se aplica.

F. Despesas da Emissão

Não se aplica.

Item 10. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A. Capital Social

Não se aplica.

B. Atos Constitutivos e Estatuto Social

Apresentamos a seguir determinadas informações acerca de nosso capital social e um breve resumo de determinadas disposições relevantes de nosso estatuto social, da Lei das Sociedades por Ações, as regras e regulamentos pertinentes da CVM e a regras do Novo Mercado aplicáveis ao nosso capital social. Essa descrição não se propõe a ser completa e qualifica-se por referência ao nosso estatuto social e à legislação brasileira.

Objeto Social

Somos uma companhia devidamente constituída e com sede e foro na cidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, Brasil, regida pelo nosso estatuto social e pela Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o artigo I do nosso estatuto social, nosso objeto social é (i) projetar, construir e comercializar aeronaves, equipamentos, materiais, sistemas, softwares, acessórios e componentes para as indústrias aeroespacial, de defesa, de segurança, de energia e outras que demandem sistemas complexos e integrados para apoiar suas operações; (ii) realizar outras atividades tecnológicas, industriais, comerciais e de serviços relacionadas às indústrias aeroespacial, de defesa, de segurança, de energia ou outras que demandem sistemas complexos e integrados para apoiar suas operações; (iii) contribuir para a formação de pessoal técnico necessário às indústrias mencionadas nos itens acima; e (iv) atuar na geração de energia elétrica para consumo próprio com possibilidade de venda do excedente.

Descrição do Capital Social

Visão Geral

Em 31 de dezembro de 2024, nosso capital social consistia em um total de 740.465.044 ações ordinárias emitidas, sem valor nominal, incluindo 5.832.238 ações ordinárias mantidas em tesouraria e uma classe especial de ação ordinária, conhecida como golden share, de titularidade da União. Nosso estatuto social autoriza a emissão de até 1.000.000.000 de ações ordinárias por deliberação do conselho de administração, independentemente de qualquer alteração do estatuto social ou de aprovação dos acionistas. Na data deste relatório anual, tínhamos 733.566.139 ações ordinárias em circulação, totalmente integralizadas. Nossos acionistas devem aprovar, em assembleia geral, qualquer aumento de capital que exceda o capital social autorizado mencionado acima. Nossos acionistas não são responsáveis por outras chamadas de capital. Sua responsabilidade limita-se ao valor do capital social a que tenham subscrito, mas não integralizado.

Ações Ordinárias

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas assembleias gerais. De acordo com nosso estatuto social e o contrato de participação da B3 em ações no Novo Mercado, não podemos emitir ações que não confirmem direito de voto ou que confirmem direito de voto sujeito a restrições.

Alterações nos direitos conferidos às ações ordinárias segundo o nosso estatuto social geralmente exigem um aditamento ao nosso estatuto social. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o aditamento do nosso estatuto social exige a aprovação dos acionistas em assembleia geral. Esse aditamento, em geral, exige a aprovação por maioria simples dos acionistas ordinários, com exceção das matérias que exigem a aprovação dos acionistas representando pelo menos metade das ações com direito a voto emitidas e em circulação, ou matérias sujeitas à aprovação do titular da golden share. Para mais informações sobre as matérias que exigem quórum qualificado e o direito a voto conferido pela golden share, vide “Direito de Voto das Ações—Matérias Sujeitas a Quórum Qualificado” e “—Direito de Voto das Ações—Golden Share”, respectivamente.

A Lei das Sociedades por Ações e nosso estatuto social exigem que todas as nossas assembleias gerais sejam convocadas mediante publicação de um aviso em um jornal de circulação geral na cidade onde nossa sede está localizada, de forma resumida e com divulgação simultânea do texto completo dos documentos na página do mesmo jornal online, que deve fornecer certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página emitida por uma autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), atualmente a O Vale em São José dos Campos, pelo menos 30 dias antes da reunião. Além disso, as publicações são feitas em outro jornal de circulação geral em São Paulo, onde está localizada a Bolsa de Valores de São Paulo, atualmente o Valor Econômico. O quórum para instalação das assembleias gerais, em primeira convocação, exige a presença de acionistas titulares de ao menos 25% das ações ordinárias (exceto no caso de assembleias convocadas para deliberar sobre o aditamento de nosso estatuto social ou a renúncia de oferta pública de aquisição exigida para cancelamento de registro no Novo Mercado, o que exige um quórum de pelo menos dois-terços das ações ordinárias em primeira convocação); e em segunda convocação, as assembleias podem ser realizadas com a presença de qualquer número de acionistas.

De acordo com o nosso estatuto social, o acionista que quiser participar da assembleia geral deve comprovar a titularidade das ações segundo as quais pretende exercer seu direito de voto, por meio de documento de identificação e comprovante de titularidade. Nossos acionistas poderão ser representados nas assembleias gerais, por meio de procuração emitida há menos de um ano antes da data da assembleia, por: (1) um de nossos conselheiros ou diretores; (2) advogado ou (3) instituição financeira. Não obstante, em 4 de novembro de 2014, a CVM decidiu que nossos acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados nas assembleias gerais por seus representantes legais ou procuradores devidamente nomeados, nos termos de seus estatutos e instrumentos societários e segundo o Código Civil. Fundos de investimento deverão ser representados por seus administradores.

Alternativamente, os acionistas poderão participar de assembleias gerais por meio do mecanismo de voto à distância, que é regulado pela Resolução CVM nº 80, e alterações posteriores, cujo objetivo é facilitar a participação de acionistas em assembleias gerais tanto por meio do voto como por meio do envio de propostas e indicação de candidatos à eleição dos membros do conselho de administração ou conselho fiscal. Para tanto, a instrução prevê:

- a criação do boletim de voto à distância, por meio do qual os acionistas possam exercer seu direito de voto antes da data da assembleia geral;
- a possibilidade de inclusão de candidatos e propostas de deliberação de acionistas minoritários no boletim, observados certos percentuais de participação societária, para facilitar a participação dos acionistas nas assembleias gerais; e
- os prazos, procedimentos e formas de envio do boletim, que poderá ser enviado pelo acionista: (a) ao custodiante (caso as ações de titularidade do acionista sejam mantidas em depósito centralizado); ou (b) ao agente escriturador das ações emitidas pela companhia (caso as ações não sejam mantidas em depósito centralizado); ou (c) diretamente à companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de nossas ações ordinárias o direito ao recebimento de dividendos na proporção de suas participações no montante disponível para distribuição. Para mais informações sobre o pagamento de dividendos relativos às nossas ações, vide “Item 8. Informações Financeiras—A. Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras—Dividendos e Política de Dividendos”. Além disso, no caso de liquidação da companhia, os acionistas ordinários têm direito a reembolso de capital na proporção de sua participação em nosso patrimônio líquido.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o nosso estatuto social e tampouco as deliberações adotadas por nossos acionistas em assembleias gerais podem privar os nossos acionistas dos seguintes direitos:

- direito a participar da distribuição dos lucros;
- direito a participar, em igualdade de condições e na proporção de sua participação em nosso capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da companhia;
- direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, salvo em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações descritas em “—Direito de Preferência”;
- direito de fiscalizar nossa Administração, da forma prevista no Artigo 109 da Lei das Sociedades por Ações; e
- o direito de retirada em razão de eventos especificados na Lei das Sociedades por Ações, descritos no “—Resgate e Direito de Retirada”.

Golden Share

A União é titular da golden share. Para uma discussão sobre os direitos aos quais a golden share faz jus, vide “—Direito de Voto das Ações—Golden Share”.

Direito de Voto das Ações

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas assembleias gerais. De acordo com nosso estatuto social e o contrato de participação no Novo Mercado, segmento da B3, não podemos emitir ações que não confirmem direito de voto ou que confirmem direito de voto sujeito a restrições.

Matérias Sujeitas a Quórum Qualificado

Segundo a Lei das Sociedades por Ações, a aprovação de acionistas representando pelo menos metade das ações com direito a voto emitidas e em circulação é necessária para as matérias descritas a seguir:

- a redução do dividendo obrigatório;
- a mudança do objeto social;
- a fusão ou incorporação da companhia em outra, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações;
- a transferência de todas as nossas ações a outra companhia ou recebimento de ações de outra companhia a fim de transformar a companhia que transferiu as ações em subsidiária integral da outra, operação denominada incorporação de ações;
- a participação em grupo centralizado de companhias, conforme definição da Lei das Sociedades por Ações e observadas as condições ali previstas;

- realização de cisão;
- nossa dissolução ou liquidação;
- cancelamento de qualquer liquidação nossa em curso; ou
- criação de ações preferenciais que confiram mais privilégios que aqueles conferidos pelas ações existentes ou alteração na ordem de prioridade, preferência, privilégio ou condição de resgate ou amortização de ações preferenciais.

No caso do último item acima, a aprovação dos acionistas representando a maioria das ações emitidas e em circulação da classe afetada também será necessária. Nosso estatuto social atualmente prevê que o nosso capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias, sendo que a única classe especial é a golden share. Para mais informações sobre a golden share, vide “—Golden Share”.

Restrições ao Direito de Voto de Determinados Acionistas Ordinários

Nosso estatuto social prevê que, em qualquer assembleia geral, nenhum acionista ou grupo de acionistas, inclusive corretoras atuando em nome de um ou mais titulares de ADSs, poderá exercer direito de voto com relação a ações que representem mais de 5% do nosso capital social. Os votos que excederem o limite de 5% não serão considerados.

Nos termos de nosso estatuto social, dois ou mais acionistas serão considerados “grupo de acionistas” se:

- fizerem parte de acordo de voto;
- um deles for, direta ou indiretamente, acionista controlador ou controladora do outro acionista ou acionistas;
- forem companhias direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa física ou jurídica, ou grupo de pessoas físicas ou jurídicas, sejam elas acionistas ou não; ou
- forem companhias, associações, fundações, cooperativas e trusts, fundos ou portfólios de investimento, universalidade de direitos ou qualquer outra forma de organização ou empreendimento (i) com os mesmos administradores ou gerentes, ou (ii) cujos administradores ou gerentes sejam companhias direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa física ou jurídica, ou grupo de pessoas físicas ou jurídicas, sejam elas acionistas ou não.

Em caso de fundos de investimento que tenham o mesmo administrador, somente os fundos com políticas de investimento e cujo exercício do direito de voto em assembleias gerais estejam sob a responsabilidade discricionária do administrador serão considerados grupo de acionistas.

Além disso, acionistas representados pela mesma procuração, administrador ou representante em qualquer assembleia geral serão considerados grupo de acionistas, com exceção dos titulares de nossas ADSs quando representados pelo respectivo depositário. Todos os signatários de acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do direito de voto também serão considerados grupo de acionistas para fins dessa restrição.

A restrição sobre o direito de voto de determinados acionistas ordinários está indicada na tabela abaixo:

Participação do Acionista ou Grupo de Acionistas	Direito de Voto como Percentual do Nosso Capital Social
1%	1%
2%	2%
3%	3%
4%	4%
5%	5%
> 5%	5%

Restrições ao Direito de Voto de Acionistas Estrangeiros

De acordo com o edital publicado pelo governo federal com relação à privatização da Embraer em 1994, o direito de voto dos acionistas ordinários estrangeiros da Embraer limita-se a 40% dos votos de acionistas ordinários em assembleia geral da Embraer.

Nosso estatuto social dispõe que, em qualquer assembleia geral, acionistas estrangeiros ou grupos de acionistas estrangeiros não poderão exercer direito de voto equivalente a mais de dois-terços do total de votos de todos os acionistas brasileiros presentes em assembleia. O número total de votos que será exercido pelos acionistas brasileiros e estrangeiros será determinado após a aplicação do limite de 5% descrito no “—Restrições ao Direito de Voto de Determinados Acionistas Ordinários”. Os votos de acionistas estrangeiros que excederem o limite de dois-terços não serão considerados. Caso o total de votos de acionistas estrangeiros em qualquer assembleia geral exceda dois-terços dos votos que podem ser exercidos pelos acionistas brasileiros presentes em assembleia, o número de votos de cada acionista estrangeiro será reduzido proporcionalmente para que o total de votos de acionistas estrangeiros não exceda dois-terços do total de votos que pode ser exercido por acionistas brasileiros presentes em assembleia.

A fração de dois-terços efetivamente limita o direito de voto de acionistas estrangeiros e grupos de acionistas estrangeiros a 40% do capital social representado em assembleia geral. O objetivo dessa restrição é assegurar que acionistas brasileiros constituam a maioria do total de votos em assembleia geral. Essa restrição efetivamente evitará a tomada do controle por acionistas estrangeiros e limitará sua capacidade de exercer controle sobre nós.

Nos termos de nosso estatuto social, “acionistas brasileiros” são:

- Pessoas físicas de nacionalidade brasileira, natas ou naturalizadas, residentes no Brasil ou no exterior;
- pessoas jurídicas de direito privado, constituídas segundo as leis do Brasil, com sede no Brasil, e que: (i) não possuam controladora estrangeira, salvo se a controladora atender as exigências do item (ii) a seguir; e (ii) sejam controladas, direta ou indiretamente, por uma ou mais pessoas físicas de nacionalidade brasileira, natas ou naturalizadas, residentes no Brasil ou no exterior; e
- fundos ou clubes de investimento constituídos segundo as leis do Brasil, com sede no Brasil, e cujos gerentes e/ou investidores acionistas majoritários são as pessoas físicas ou jurídicas descritas acima.

O acionista brasileiro deverá apresentar comprovação, para nós e para o depositário, para fins de registro no livro acionário, de que satisfaz as exigências acima e somente após essa comprovação é que o acionista será registrado nos livros de acionistas brasileiros.

Para fins do nosso estatuto social, acionistas estrangeiros são quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, fundos ou clubes de investimento e quaisquer outros entes que não sejam considerados acionistas brasileiros e que não possam satisfazer as exigências para registrarem-se como acionistas brasileiros, nos termos do nosso estatuto social.

O grupo de acionistas, conforme definido acima, será considerado estrangeiro se pelo menos um de seus membros for acionista estrangeiro.

O efeito dessa restrição sobre o direito de voto de acionistas estrangeiros (ou seja, sua participação) está indicado na tabela abaixo, em que a coluna Participação de Acionistas Estrangeiros apresenta o percentual máximo de votos do acionista estrangeiro:

Participação de Acionistas Brasileiros	Participação de Acionistas Estrangeiros	Participação de Acionistas Estrangeiros⁽¹⁾
<i>(% do capital social)</i>	<i>(% do capital social)</i>	<i>(%)</i>
90	10	10,00
80	20	20,00
70	30	30,00
60	40	40,00
59	41	39,33
50	50	33,33
40	60	26,67

Participação de Acionistas Brasileiros	Participação de Acionistas Estrangeiros	Participação de Acionistas Estrangeiros⁽¹⁾
<i>(% do capital social)</i>	<i>(% do capital social)</i>	<i>(%)</i>
30	70	20,00
20	80	13,33
10	90	6,67

(1) Número de votos calculado com base em dois-terços dos votos dos acionistas brasileiros.

A tabela abaixo indica, em diferentes situações, o sistema de voto que se aplica às nossas assembleias gerais.

Exemplo 1

Todos os acionistas brasileiros são titulares de menos de 5% e os acionistas estrangeiros são titulares de um total de 40% do nosso capital social, sem que nenhum acionista seja, individualmente, titular de mais de 5%. Esse exemplo demonstra uma situação em que a restrição geral para acionistas estrangeiros não afeta a proporção de votos.

Acionista	% de Ações Presentes	% Efetiva de Votos Após a Aplicação da Restrição de 5% Sobre os Votos	% Efetiva de Votos Após a Aplicação da Restrição a Acionistas Estrangeiros	% de Votos Válidos	Proporção de Votos (Votos/Ação)
Brasileiro A	5	5	5	5	1,00
Brasileiro B	5	5	5	5	1,00
Brasileiro C	5	5	5	5	1,00
Brasileiro D	5	5	5	5	1,00
Brasileiro E	5	5	5	5	1,00
Brasileiro F	5	5	5	5	1,00
Brasileiro G	5	5	5	5	1,00
Brasileiro H	5	5	5	5	1,00
Brasileiro I	5	5	5	5	1,00
Brasileiro J	5	5	5	5	1,00
Brasileiro K	5	5	5	5	1,00
Brasileiro L	5	5	5	5	1,00
Total de Acionistas Brasileiros	60	60	60	60	1,00
Acionistas Estrangeiros ⁽¹⁾	40	40	40	40 ⁽²⁾	1,00
Total	100	100	100	100	1,00

(1) Presumindo que nenhum acionista estrangeiro seja, individualmente, titular de mais de 5% do nosso capital social. Caso um acionista estrangeiro seja titular de mais de 5% do nosso capital social, esse acionista também estará sujeito à restrição de 5% sobre o voto com relação à sua titularidade.

(2) Dois-terços de 60 (total de votos de acionistas brasileiros após a aplicação da restrição de 5% sobre os votos) equivale a 40 votos.

Exemplo 2

Um acionista brasileiro é titular de mais de 5%, os demais acionistas brasileiros são titulares de 5% e os acionistas estrangeiros são titulares de um total de 50% do nosso capital social, sem que nenhum acionista seja, individualmente, titular de mais de 5%.

Acionista	% de Ações Presentes	% Efetiva de Votos Após a Aplicação da Restrição de 5% Sobre os Votos	% Efetiva de Votos Após a Aplicação da Restrição a Acionistas Estrangeiros	% de Votos Válidos	Proporção de Votos (Votos/Ação)
Brasileiro A	20	5	5,0	8,57	0,25
Brasileiro B	5	5	5,0	8,57	1,00
Brasileiro C	5	5	5,0	8,57	1,00
Brasileiro D	5	5	5,0	8,57	1,00
Brasileiro E	5	5	5,0	8,57	1,00
Brasileiro F	5	5	5,0	8,57	1,00
Brasileiro G	5	5	5,0	8,57	1,00
Total de Acionistas Brasileiros	50	35	35,0	59,99	1,00
Acionistas Estrangeiros ⁽¹⁾	50	50	23,3 ⁽²⁾	40,00	0,47
Total	100	85	58,3⁽²⁾	100,00	0,58

- (1) Presumindo que nenhum acionista estrangeiro seja, individualmente, titular de mais de 5% do nosso capital social. Caso um acionista estrangeiro seja titular de mais de 5% do nosso capital social, esse acionista também estará sujeito à restrição de 5% sobre o voto com relação à titularidade.
- (2) Dois-terços de 35 (total de votos de acionistas brasileiros após a aplicação da restrição de 5% sobre os votos) equivale a 23 votos.

Exemplo 3

Nenhum acionista brasileiro é titular de mais de 5%, um acionista estrangeiro é titular de 30% e os demais acionistas estrangeiros são titulares de um total de 40% do nosso capital social, sem que nenhum acionista seja, individualmente, titular de mais de 5%.

Acionista	% de Ações Presentes	% Efetiva de Votos Após a Aplicação da Restrição de 5% Sobre os Votos	% Efetiva de Votos Após a Aplicação da Restrição a Acionistas Estrangeiros	% de Votos Válidos	Proporção de Votos (Votos/Ação)
Brasileiro A	5	5	5,0	10,0	1,00
Brasileiro B	5	5	5,0	10,0	1,00
Brasileiro C	5	5	5,0	10,0	1,00
Brasileiro D	5	5	5,0	10,0	1,00
Brasileiro E	5	5	5,0	10,0	1,00
Brasileiro F	5	5	5,0	10,0	1,00
Total de Acionistas Brasileiros	30	30	30,0	60,0	1,00
Acionistas Estrangeiros A	30	5	2,2 ⁽²⁾	4,4	0,07
Acionistas Estrangeiros ⁽¹⁾	40	40	17,8 ⁽²⁾	35,6	0,44
Total	100	75	50,0	100,0	1,51

- (1) Presumindo que nenhum acionista estrangeiro seja, individualmente, titular de mais de 5% do nosso capital social, salvo o Acionista Estrangeiro A. Caso um acionista estrangeiro seja titular de mais de 5% do nosso capital social, esse acionista também estará sujeito à restrição de 5% sobre o voto com relação à sua titularidade.
- (2) Dois-terços de 30 (total de votos de acionistas brasileiros após a aplicação da restrição de 5% sobre os votos) equivale a 20 votos, proporcionalmente divididos entre o Acionista Estrangeiro A e os demais acionistas estrangeiros.

Exemplo 4

Dois acionistas brasileiros são titulares de mais de 5%, três acionistas brasileiros são titulares de 5% e os acionistas estrangeiros são titulares de um total de 30% do nosso capital social, sem que nenhum acionista seja, individualmente, titular de mais de 5%.

Acionista	% de Ações Presentes	% Efetiva de Votos Após a Aplicação da Restrição de 5% Sobre os Votos	% Efetiva de Votos Após a Aplicação da Restrição a Acionistas Estrangeiros	% de Votos Válidos	Proporção de Votos (Votos/Ação)
Brasileiro A	30	5	5,0	12	0,17
Brasileiro B	25	5	5,0	12	0,20
Brasileiro C	5	5	5,0	12	1,00
Brasileiro D	5	5	5,0	12	1,00
Brasileiro E	5	5	5,0	12	1,00
Total de Acionistas Brasileiros	70	25	25,0	60	1,00
Acionistas Estrangeiros ⁽¹⁾	30	30	16,7 ⁽²⁾	40	0,56
Total	100	55	41,7	100	1,56

- (1) Presumindo que nenhum acionista estrangeiro seja, individualmente, titular de mais de 5% do nosso capital social, salvo o Acionista Estrangeiro A. Caso um acionista estrangeiro seja titular de mais de 5% do nosso capital social, esse acionista também estará sujeito à restrição de 5% sobre o voto com relação à titularidade.
- (2) Dois-terços de 25 (total de votos de acionistas brasileiros após a aplicação da restrição de 5% sobre os votos) equivale a 16.7 votos.

Acordo de Acionistas

Nos termos do nosso estatuto social, qualquer acionista ou grupo de acionistas está limitado de exercer o controle de voto sobre nós.

Golden Share

A União é titular da golden share. A golden share confere os mesmos direitos de voto a que fazem jus as ações ordinárias. Além disso, a golden share confere à União direito de veto com relação aos seguintes atos societários:

- mudança de nossa razão social e objeto social;
- modificação e/ou aplicação de nosso logo;
- criação e/ou alteração de programas militares (envolvendo o Brasil ou não);
- desenvolvimento de habilidades de terceiros em tecnologia para programas militares;
- interrupção do fornecimento de peças de reposição e peças de substituição para aeronaves militares;
- transferência de nosso controle;
- quaisquer alterações na lista de atos societários com relação aos quais a golden share confere direito de veto, incluindo o direito da União de nomear um membro efetivo e o direito de nossos empregados de nomear dois membros efetivos em nosso conselho de administração, e nos direitos conferidos pela golden share; e
- alteração em determinadas disposições de nosso estatuto social quanto a restrições de voto, direitos conferidos pela golden share e requisitos da oferta de aquisição obrigatória aplicáveis a titulares de 35% ou mais de nossas ações em circulação.

As matérias enumeradas acima estão sujeitas à aprovação prévia do nosso conselho de administração e à notificação prévia à União e ao Ministério da Fazenda. No prazo de 30 dias a partir da notificação, a União, na qualidade de titular da golden share, poderá exercer seu direito de veto. Nosso conselho de administração se reunirá após esse prazo ou pronunciamento da União. Caso a União rejeite a deliberação, o conselho de administração reconsiderará tal deliberação. Em caso de aprovação ou ausência de manifestação da União no prazo de 30 dias, a deliberação será ratificada e considerada aprovada pelo nosso conselho de administração. Em determinados casos, nos

termos do nosso estatuto social ou segundo a legislação em vigor, a matéria deverá ser submetida à aprovação da assembleia geral e a União poderá exercer seu direito de veto com relação a tal matéria.

Divulgação de Participação Relevante

Exigências da Legislação Brasileira

A legislação brasileira dispõe que todos os acionistas ou grupos de acionistas devem divulgar, por meio de envio de notificação a nós e às bolsas de valores em que nossos valores mobiliários são negociados, a negociação de valores mobiliários que resulte em participação acima ou abaixo de 5%, 10%, 15%, e assim por diante, de determinada classe ou tipo de ação representativa do nosso capital social. Além disso, nosso estatuto social dispõe que todos os acionistas ou grupos de acionistas devem divulgar, por meio de envio de notificação a nós e às bolsas de valores em que nossos valores mobiliários são negociados, a aquisição de ações que, em conjunto com aquelas já detidas por eles, excedam 5% do nosso capital social. A violação dessa obrigação de divulgação pode resultar em suspensão de direitos, inclusive direito de voto, por deliberação da assembleia geral.

Exigências da Legislação dos Estados Unidos

Além disso, segundo o Exchange Act, devem apresentar relatórios os acionistas ou grupos de acionistas que venham a ser os titulares finais (beneficiário efetivos) (conforme definição prevista da Rule 13d-3 do Exchange Act) de mais de 5% das nossas ações ordinárias. Em geral, esses acionistas devem arquivar, no prazo de cinco dias úteis após a aquisição, um relatório sobre a titularidade final das ações junto à SEC, contendo as informações exigidas pelos regulamentos do Exchange Act. Essas informações também devem ser enviadas a nós e a cada bolsa de valores dos Estados Unidos em que as nossas ações ordinárias sejam negociadas. Os acionistas devem informar-se com seus consultores jurídicos quanto às obrigações de apresentação de relatórios segundo o Exchange Act.

Forma e Transferência

Nossas ações são nominais e escriturais. Assim, a transferência das ações é regida pelo artigo 35 da Lei das Sociedades por Ações. Segundo esse artigo, a transferência de ações deve ser efetuada por meio de lançamento pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, ou instituição depositária, em seus livros, a débito da conta de ações do alienante e a crédito da conta de ações do adquirente. A BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM também presta todos os serviços de guarda e transferência de ações e outros serviços relacionados.

A transferência de ações por acionista estrangeiro é feita da mesma forma pelo representante local do acionista, a menos que o investimento original tenha sido registrado junto ao Banco Central nos termos da Resolução nº 4.373. Nesse caso, o investidor estrangeiro deve realizar a alteração necessária no registro eletrônico das ações para refletir a nova titularidade por meio de seu representante local.

A B3 atua como sistema de liquidação central. Assim, o acionista pode escolher, a seu critério, participar desse sistema e todas as ações nele registradas serão depositadas em custódia da B3 (por meio de uma corretora brasileira devidamente autorizada a operar pelo Banco Central e com conta de liquidação na B3). O fato de essas ações estarem em custódia na B3 aparecerá em nosso livro de acionistas. Por sua vez, cada acionista participante será incluído em nosso livro de acionistas mantido pela B3 e receberá o mesmo tratamento que os acionistas registrados.

Conselho de Administração

Segundo a Lei das Sociedades por Ações, nossos diretores e conselheiros não podem votar ou intervir em matérias nas quais tenham conflito de interesse.

Nos termos do nosso estatuto social, os acionistas são responsáveis pela determinação da remuneração global dos membros dos órgãos da Administração. Nosso conselho de administração é responsável pela divisão desse valor entre os membros da administração. Não há disposições específicas quanto ao poder de voto dos conselheiros com relação à própria remuneração na hipótese de ausência de quórum independente.

Nosso conselho de administração tem autorização para aprovar a captação de recursos, na forma de emissão de títulos (bonds), bônus (notes), títulos de crédito ou outros instrumentos normalmente utilizados no mercado. Outros tipos de financiamento, inclusive empréstimos bancários, podem ser obtidos mediante a assinatura conjunta de (i) dois diretores, (ii) um diretor e um procurador ou (iii) dois procuradores.

Segundo a Lei das Sociedades por Ações e nos termos do nosso estatuto social, não há previsão de idade para aposentadoria obrigatória. Além disso, nosso estatuto social não dispõe acerca de reeleição de conselheiros para mandatos não consecutivos.

Para mais informações sobre o nosso conselho de administração, vide “Item 6. Conselheiros, Diretores e Empregados—A. Conselheiros e Diretores—Conselho de Administração” e “Item 6. Conselheiros, Diretores e Empregados—C. Práticas do Conselho de Administração e Diretoria”.

Eleição dos Membros do Conselho de Administração

A eleição dos membros do conselho de administração, na ausência de solicitação de adoção do sistema de voto múltiplo, será conduzida segundo o sistema de chapas, em que a votação ocorrerá em chapas e não em candidatos individuais. Os membros do conselho de administração são eleitos pelos acionistas por um mandato de dois anos, sendo que: (i) um membro efetivo (e respectivo suplente) será eleito pela União, como titular da golden share; e (ii) dois membros efetivos (e respectivos suplentes) serão eleitos pelos nossos empregados (um membro e seu suplente a serem indicados pelo Clube de Investimentos dos Empregados da Embraer - CIEMB e um membro e seu suplente a serem indicados pelos empregados não acionistas da Companhia). Os demais oito conselheiros efetivos serão eleitos de acordo com o sistema de chapas ou voto múltiplo, nos termos de nosso estatuto social. É permitida a inclusão de um mesmo candidato em mais de uma chapa. Cada acionista somente poderá votar em uma chapa e a chapa que tiver o maior número de votos será declarada vencedora.

Qualquer acionista ou grupo de acionistas poderá propor e enviar ao conselho de administração uma chapa de membros para eleição diferente daquela proposta nos termos de nosso estatuto social (por exemplo, pelo conselho de administração). Esse mesmo acionista ou grupo de acionistas não poderá enviar mais de uma chapa. Nosso estatuto social também prevê que o acionista que quiser indicar uma chapa alternativa deverá enviar uma notificação por escrito pelo menos dez dias antes da assembleia geral que elegerá os membros do conselho de administração, indicando o nome, currículo e outros detalhes dos candidatos. Em caso de recebimento dessa notificação, deveremos publicar um press release dirigido aos nossos acionistas, e disponibilizá-lo em nosso website, no mínimo oito dias antes da assembleia geral, informando os acionistas sobre como obter uma cópia da chapa proposta.

Alternativamente, a eleição dos membros do conselho de administração poderá ser realizada segundo o sistema de voto múltiplo. De acordo com os regulamentos da CVM e nos termos do nosso estatuto social, a adoção de deliberação sobre o voto múltiplo depende de solicitação por escrito de acionistas representando pelo menos 5% do nosso capital social, enviada pelo menos 48 horas antes do horário de realização da assembleia geral, incluindo através de um mecanismo de votação remota. Segundo o sistema de voto múltiplo, cada ação dá direito ao mesmo número de votos que o número de conselheiros a serem eleitos (sujeito à restrição aplicada a acionistas titulares de mais de 5% das ações ordinárias e restrições a acionistas estrangeiros nos termos de nosso estatuto social), sendo que cada acionista tem direito a concentrar os votos em apenas um conselheiro ou distribuir os votos em mais de um ou todos os conselheiros. Cargos não ocupados devido a empate na votação serão submetidos a nova votação, seguindo o mesmo processo.

Direito de Preferência

Em geral, cada um de nossos acionistas tem direito de preferência na subscrição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações na hipótese de aumento de capital, na proporção de sua participação acionária, exceto na hipótese de concessão e exercício de qualquer opção de compra de ações de nosso capital social. O direito de preferência pode ser exercido e negociado por um período de 30 dias contados da publicação do comunicado de emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o nosso estatuto social, o conselho de administração poderá, a seu critério, eliminar o direito de preferência dos acionistas na hipótese de emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou subscrição de bônus a serem

oferecidos em bolsa de valores ou oferta pública, ou ainda em caso de permuta de ações em oferta pública, com o objetivo de adquirir o controle de outra companhia, nos termos da lei.

Na hipótese de aumento de capital por meio da emissão de novas ações, os titulares de ADSs ou ações ordinárias, exceto nas circunstâncias descritas acima, terão direito de preferência na subscrição de qualquer classe de novas ações emitidas por nós. Contudo, o titular de ADSs poderá ficar impossibilitado de exercer seu direito de preferência atinente às ações ordinárias subjacentes às ADSs, a menos que o seu documento de registro (registration statement), nos termos do Securities Act, esteja em vigor com relação a tais ações ou exista uma isenção da exigência de registro segundo o Securities Act. Para mais informações sobre os riscos relacionados ao nosso direito de preferência, vide “Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco—Riscos Relacionados às Ações Ordinárias e ADSs—Titulares de ADSs podem ter dificuldades para exercer o direito de preferência”.

Resgate e Direito de Retirada

A Lei das Sociedades por Ações prevê que, em algumas circunstâncias, os acionistas têm direito de se retirar da companhia e receber o pagamento por suas ações. O direito de retirada poderá ser exercido pelos acionistas dissidentes se pelo menos metade da totalidade das ações em circulação com direito a voto autorizar:

- a redução do dividendo obrigatório;
- a mudança do objeto social;
- a fusão ou incorporação da companhia em outra, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações;
- a transferência de todas as nossas ações a outra companhia ou recebimento de ações de outra companhia a fim de transformar a companhia que transferiu as ações em subsidiária integral da outra, operação denominada incorporação de ações;
- a aquisição do controle de outra companhia por preço que exceda os limites estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações;
- a participação em grupo centralizado de companhias, conforme definição da Lei das Sociedades por Ações e observadas as condições ali previstas;
- ou a cisão que resulte em (i) mudança do objeto social, salvo se os ativos e passivos da companhia cindida tiverem sido aportados em companhia que exerça substancialmente as mesmas atividades, (ii) redução do dividendo obrigatório ou (iii) qualquer participação em grupo centralizado de companhias, conforme definição da Lei das Sociedades por Ações.

Além disso, se o ente resultante da fusão, incorporação de ações, conforme descrito acima, consolidação ou cisão de companhia listada não se tornar uma companhia listada no prazo de 120 dias a partir da assembleia geral que aprovou a operação, os acionistas dissidentes também poderão exercer o direito de retirada.

Os acionistas dissidentes poderão exercer o direito de retirada apenas com relação às ações mantidas na data de publicação do edital, em primeira convocação, da assembleia geral que aprovar a deliberação que der origem ao direito de retirada, ou na data de publicação do fato relevante acerca dessa deliberação, o que ocorrer antes.

A Lei das Sociedades por Ações prevê restrições ao direito de retirada e faculta às companhias o resgate das ações pelo valor econômico, observadas determinadas exigências. O nosso estatuto social não prevê o resgate de nossas ações pelo valor econômico, assim, nossas ações poderiam ser resgatadas pelo valor patrimonial, com base no último balanço aprovado pelos acionistas. Se a assembleia de acionistas que deliberar sobre o direito de retirada ocorrer mais de 60 dias após a data do último balanço aprovado, os acionistas poderão exigir que suas ações sejam avaliadas com base em um novo balanço datado a menos de 60 dias da assembleia pertinente.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nas hipóteses de consolidação, fusão, incorporação de ações, participação em grupo de companhias e aquisição de controle de outra companhia, o direito de retirada não se aplica caso as ações em questão passem em determinados testes relacionados a circulação e liquidez de mercado. Os acionistas não terão direito de retirada caso suas ações façam parte de índice geral de ações e caso as ações detidas por pessoas não vinculadas ao acionista controlador representem mais da metade das ações em circulação de um determinado tipo ou classe. Segundo a Resolução CVM nº 78, de 29 de março de 2022, e suas alterações, o índice geral de ações aplicável é o índice Bovespa, ou Ibovespa, do qual fazemos parte.

Mecanismo de Proteção à Dispersão Acionária

Nosso estatuto social contém disposições cujo efeito é evitar a concentração de nossas ações nas mãos de um investidor ou de um grupo pequeno de investidores, com o objetivo de proteger a dispersão acionária. Para tanto, essas disposições preveem determinadas obrigações para o acionista ou grupo de acionistas que venha a ser titular de 35% ou mais de nosso capital social, ou um Acionista Adquirente. No prazo máximo de 15 dias após se tornar um Acionista Adquirente, o acionista deve enviar ao Ministério da Fazenda uma solicitação de realização de oferta para a aquisição da totalidade das nossas ações. Fica inteiramente a critério do governo federal aceitar ou recusar essa solicitação. O Acionista Adquirente não poderá adquirir novas ações até que o governo federal emita o seu parecer sobre a oferta pública. Caso a solicitação seja aceita pelo governo federal, o Acionista Adquirente deverá realizar uma oferta pública para a aquisição da totalidade das ações no prazo de 60 dias após a aceitação. A oferta deverá ser realizada de acordo com as regras da CVM e da B3 e nos termos de nosso estatuto social. Caso a solicitação seja negada pelo governo federal, o Acionista Adquirente deverá vender todas as ações de que for titular acima do limite de 35% do nosso capital social total no prazo de 30 dias. O não cumprimento dessas disposições sujeitará o Acionista Adquirente a uma possível suspensão do direito de voto de suas ações, se assim decidir a assembleia geral convocada por nossa Administração, se uma deliberação nesse sentido for aprovada em uma assembleia geral de nossos acionistas convocada por nossa Administração. Essas disposições não se aplicam a acionistas que venham a ser titulares de 35% ou mais de nosso capital social em determinadas operações especificadas em nosso estatuto social, como por exemplo, o cancelamento de nossas ações ordinárias em tesouraria.

A oferta pública de aquisição deverá: (i) ser direcionada a todos os nossos acionistas; (ii) ser realizada por meio de leilão na B3; (iii) ser lançada a um preço fixo calculados de acordo com o procedimento descrito abaixo; (iv) ser liquidada antecipadamente, em reais; (v) garantir tratamento equitativo a todos os acionistas; (vi) ser irrevogável e não estar sujeita a quaisquer mudanças após a publicação do edital; e (vii) basear-se em relatório de avaliação elaborado nos termos de nosso estatuto social e das regras e regulamentos aplicáveis da CVM.

O preço de aquisição na oferta pública de cada ação será calculado da seguinte forma:

Preço da Oferta Pública de Aquisição = Valor da Ação + Prêmio,

onde:

- “Preço da Oferta de Aquisição” corresponde ao preço de aquisição de cada ação emitida por nós na oferta pública.
- “Valor da Ação” corresponde ao maior valor entre:
 - (i) a cotação unitária mais alta atingida pelas ações emitidas por nós durante o período de 12 meses que anteceder a realização da oferta pública de aquisição, dentre os valores registrados em qualquer bolsa de valores na qual as ações são negociadas;
 - (ii) o preço mais alto pago pelo Acionista Adquirente, durante o período de 36 meses que anteceder a oferta pública de aquisição, por uma ação ou lote de ações emitidas por nós;
 - (iii) o valor equivalente a 14,5 vezes nosso EBITDA Consolidado Médio, conforme definição abaixo, deduzido do nosso endividamento consolidado líquido, dividido pelo número total de ações emitidas por nós; ou

(iv) o valor equivalente a 0,6 vezes o valor dos nossos pedidos firmes em carteira de pedidos, de acordo com as informações mais recentes divulgadas por nós, deduzido do nosso endividamento consolidado líquido, dividido pelo número total de ações emitidas por nós.

- “Prêmio” corresponde a 50% do Valor da Ação.
- “EBITDA Consolidado” corresponde ao nosso lucro operacional consolidado antes das despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação, exaustão e amortização, apurados com base nas demonstrações financeiras auditadas do exercício social encerrado mais recente.
- “EBITDA Consolidado Médio” corresponde à média aritmética de nossos EBITDAs Consolidados dos dois últimos exercícios sociais encerrados.

A realização da oferta pública de aquisição não exclui a possibilidade de realização, por nós ou qualquer de nossos acionistas, de uma oferta pública de aquisição concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Arbitragem

Quaisquer disputas ou controvérsias relativas ao Regulamento do Novo Mercado, nosso estatuto social, a Lei das Sociedades por Ações, as regras publicadas pelo CMN, Banco Central, CVM, e quaisquer regras aplicáveis ao mercado de capital brasileiro em geral, deverão ser submetidas a juízo arbitral, de acordo com o regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, ou o Regulamento.

De acordo com o item 1.4 do Regulamento, salvo disposição em contrário das Partes, as partes ficam vinculadas ao Regulamento em vigor na data da solicitação da arbitragem. Qualquer acionista que se torne titular de ações que representem o nosso controle obriga-se a cumprir o regulamento da Câmara de Arbitragem de Mercado da B3. Contudo, essas disposições não se aplicam na hipótese de disputa ou controvérsia relacionada à nossa golden share, que estará sujeita à jurisdição dos tribunais centrais de Brasília, Distrito Federal do Brasil.

Cancelamento do Registro de Companhia Aberta

Caso nossos acionistas decidam cancelar nosso registro de companhia aberta e se, naquele momento, formos controlados por um acionista ou grupo de acionistas, o acionista controlador ou grupo de acionistas controladores será responsável por realizar uma oferta pública de aquisição de nossas ações. Caso nossos acionistas decidam cancelar nosso registro de companhia aberta e se, naquele momento, estivermos sujeitos a controle disperso, deveremos realizar uma oferta pública de aquisição de ações, nos prazos previstos em lei. Neste caso, somente poderemos adquirir ações dos acionistas que tiverem votado a favor do cancelamento de nosso registro de companhia aberta após adquirir todas as ações dos acionistas que não votaram a favor do cancelamento e que aceitaram a oferta pública de aquisição de ações.

Assim, somente poderemos cancelar nosso registro de companhia aberta se nós ou nossos acionistas controladores, conforme o caso, realizarmos uma oferta pública para aquisição de todas as ações em circulação (levando em consideração, para tal fim, as ações detidas por acionistas que concordaram expressamente com o cancelamento do registro ou que aceitaram a oferta pública de aquisição de ações), sujeito à aprovação prévia da oferta pública de aquisição de ações pela União, como titular da golden share, e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e os regulamentos da CVM e do Novo Mercado, conforme o caso.

A oferta pública de aquisição de ações deve ser realizada a preço justo, com base no laudo de avaliação da companhia, o que significa que o valor da oferta para aquisição de todas as ações deve equivaler pelo menos ao valor apurado no laudo de avaliação da companhia. Segundo o nosso estatuto social, o preço por ação deve ser equivalente a, pelo menos, o valor econômico dessas ações, com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente, de experiência reconhecida, a ser escolhida em assembleia geral a partir de uma lista tríplice de instituições apresentada pelo nosso conselho de administração, por maioria de votos dos acionistas titulares de nossas ações em circulação presentes na assembleia (excluindo, para tal fim, as ações detidas por qualquer acionista

controlador ou grupo de acionistas naquele momento, se houver, cônjuges e dependentes incluídos em sua declaração de imposto de renda, caso o acionista controlador seja pessoa física; ações em tesouraria; e ações detidas pelas nossas subsidiárias e outras companhias que façam parte do nosso grupo econômico; bem como votos em branco). Todas as despesas e custos incorridos na elaboração do laudo de avaliação serão arcados pelo ofertante.

Os titulares de no mínimo 10% das ações em circulação (levando em consideração, para tal fim, todas as ações da companhia, exceto as ações detidas pelo acionista controlador; ações detidas pelas nossas subsidiárias e outras companhias que façam parte do nosso grupo econômico; ações detidas pelos nossos conselheiros e diretores; e ações em tesouraria) poderão solicitar à administração que convoque uma assembleia extraordinária para deliberar sobre a elaboração de um novo laudo de avaliação usando o mesmo ou outro método de avaliação. Essa solicitação deverá ser feita no prazo de 15 dias a partir da divulgação do valor a ser pago pelas ações na oferta pública de aquisição de ações. Os acionistas que fizerem a solicitação, bem como aqueles que votem a seu favor, deverão nos reembolsar por quaisquer custos envolvidos na elaboração do novo laudo, caso o valor apurado no novo laudo não seja superior ao valor originalmente avaliado. Caso o valor apurado no novo laudo seja superior ao valor originalmente avaliado, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser realizada pelo valor mais alto.

Saída do Novo Mercado

A saída do Novo Mercado, seja por meio de ação voluntária ou compulsória ou em função de reestruturação societária, deve observar o Regulamento do Novo Mercado. A qualquer tempo, podemos cancelar o registro de nossas ações no Novo Mercado, desde que seja realizada uma oferta pública de aquisição das nossas ações em circulação.

Caso sejamos controlados por um acionista ou grupo de acionistas no momento do cancelamento de nosso registro no Novo Mercado, inclusive para que nossas ações passem a ser negociadas fora do Novo Mercado ou devido a uma reorganização societária, o acionista controlador ou grupo de acionistas será responsável pela realização da oferta pública para a aquisição de todas as nossas ações. Caso estejamos sujeitos a controle disperso no momento do cancelamento de nosso registro no Novo Mercado, inclusive para que nossas ações passem a ser negociadas fora do Novo Mercado ou devido a uma reorganização societária, os acionistas presentes em assembleia poderão determinar as pessoas responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição ou decidir pela renúncia dessa oferta.

Caso a oferta pública de aquisição seja realizada, nossa saída do Novo Mercado fica condicionada ao seguinte: que acionistas representando mais de um-terço (1/3) de nossas ações em circulação (i) concordem expressamente com a deliberação de cancelamento ou (ii) aceitem a oferta pública de aquisição de ações (levando em consideração, para tal fim, as ações detidas pelos acionistas que expressamente concordem com a deliberação de cancelamento ou aceitem a oferta pública de aquisição de ações). A deliberação dos acionistas deve especificar se o cancelamento ocorrerá porque os valores mobiliários não serão mais negociados no Novo Mercado ou porque fecharemos o capital. O cancelamento de nosso registro no Novo Mercado não resultará na perda de nosso registro de companhia aberta no Brasil, Bolsa, Balcão ou B3.

Nos termos do nosso estatuto social, o preço por ação na oferta pública de aquisição deverá ser equivalente a, pelo menos, o valor econômico das ações conforme o laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente, de experiência reconhecida, escolhida em assembleia geral a partir de uma lista tríplice apresentada pelo nosso conselho de administração, por maioria absoluta de votos dos acionistas titulares de nossas ações em circulação presentes na assembleia (excluindo, para tal fim, as ações detidas pelo acionista controlador ou grupo de acionistas controladores à época, se houver, cônjuges e dependentes incluídos na declaração de imposto de renda, em caso de acionista controlador pessoa física; ações em tesouraria; ações detidas pelas nossas subsidiárias e outras companhias que façam parte do nosso grupo econômico; bem como votos em branco). Além disso, o Regulamento do Novo Mercado prevê que o valor da oferta para aquisição de todas as ações deve equivaler pelo menos ao valor justo apurado no laudo de avaliação da Companhia. Todas as despesas e custos incorridos na elaboração do laudo de avaliação serão arcados pelo ofertante.

A saída voluntária do Novo Mercado poderá ocorrer a despeito da conclusão da oferta pública de aquisição mencionada acima na hipótese de renúncia aprovada em assembleia geral, que deverá observar as regras e condições previstas no Regulamento do Novo Mercado.

Nos termos do nosso estatuto social, também poderemos cancelar nosso registro caso a B3 decida suspender a negociação de nossas ações no Novo Mercado devido ao nosso descumprimento do Regulamento do Novo Mercado. Nesse caso, o presidente do conselho de administração deverá convocar uma assembleia geral, no prazo de dois dias a partir da decisão da B3 para substituir todos os membros do conselho de administração. Caso o presidente do conselho de administração não convoque a assembleia geral, qualquer acionista poderá fazê-lo. O novo conselho de administração será responsável pelo cumprimento dos requisitos que, não sendo cumpridos, levaram ao cancelamento do registro.

Além disso, em caso de cancelamento do registro no Novo Mercado: (1) por deliberação tomada em assembleia geral devido a descumprimento do Regulamento do Novo Mercado, a oferta pública de aquisição de todas as ações deverá ser realizada pelos acionistas que votaram a favor da deliberação; ou (2) devido a descumprimento do Regulamento do Novo Mercado por atos da Administração, deveremos realizar a oferta pública de aquisição de todas as ações para fechamento de capital, nos prazos previstos em lei, caso a companhia não seja controlada por acionista controlador ou grupo de acionistas controladores. Caso contrário, o acionista controlador ou grupo de acionistas controladores será responsável pela realização da oferta pública de aquisição de todas as ações.

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, na hipótese de transferência de nosso controle acionário no período de 12 meses após o cancelamento de nosso registro no Novo Mercado, os acionistas controladores vendedores e o adquirente deverão realizar uma oferta de aquisição das demais ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições oferecidas aos acionistas controladores vendedores, com correção monetária, ou superávit, se houver, entre o preço por ação da oferta pública de aquisição de todas as ações, com correção monetária, e o preço por ação recebido pelos acionistas controladores vendedores devido à transferência de controle.

Lei Sarbanes Oxley de 2002

Mantemos controles e procedimentos para assegurar que conseguiremos coletar as informações que devem ser divulgadas no relatório arquivado junto à SEC, bem como processar, resumir e divulgar as informações nos períodos especificados pelas regras da SEC. Arquivamos os certificados do diretor pertinente segundo o Artigo 404 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002 quanto aos controles internos de relatórios financeiros como Anexos 12.1 e 12.2 deste relatório anual.

C. Contratos Relevantes

Não se aplica.

D. Controles de Câmbio

Não há restrições para que pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas ou sediadas, respectivamente, fora do Brasil sejam titulares de nossas ações ordinárias. Entretanto, é exigido o registro desses investimentos junto ao Banco Central do Brasil e o direito de converter dividendos e recursos provenientes da venda das ações ordinárias em moeda estrangeira e a remessa desses valores para fora do Brasil estão sujeitos às restrições previstas na legislação sobre investimentos estrangeiros.

De acordo com a legislação brasileira, investidores poderão investir em ações ordinárias nos termos da Resolução nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, publicada pela CMN, autoridade pública responsável pela formulação das políticas monetárias e de crédito do Brasil. A Resolução nº 4.373 permite que investidores estrangeiros realizem investimentos em quase todos os ativos financeiros e realizem quase todas as operações disponíveis nos mercados financeiro e de capitais do Brasil, desde que sejam cumpridas determinadas exigências. De acordo com a Resolução nº 4.373, a definição de investidor estrangeiro inclui pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos mútuos e outros entes de investimento coletivo domiciliados ou sediados no exterior.

De acordo com a Resolução nº 4.373, investidores estrangeiros devem: (i) nomear pelo menos um representante no Brasil com poderes para atuar com relação a investimentos estrangeiros; (ii) prestar todas as informações necessárias, a serem enviadas pelo representante à CVM por meio do website da CVM; (iii) registrar-se

como investidor estrangeiro junto à CVM e às autoridades fiscais brasileiras; e (iv) registrar o investimento estrangeiro junto ao Banco Central.

Valores mobiliários e outros ativos financeiros detidos por investidores estrangeiros nos termos da Resolução nº 4.373 devem ser registrados ou mantidos em contas de depósito ou em custódia junto a ente devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM. Além disso, valores mobiliários detidos por esses investidores só podem ser negociados em bolsas de valores ou mercados de balcão organizado autorizados pela CVM.

De acordo com a Resolução nº 4.373, investidores estrangeiros registrados na CVM poderão comprar e vender valores mobiliários em bolsas de valores brasileiras ou mercados de balcão organizado sem precisarem obter uma certidão de registro separada para cada operação. Em geral, investidores sujeitos a esses regulamentos também têm direito a tratamento tributário favorável.

O anexo II da Resolução nº 4.373 prevê a emissão de recibos de depositário (depository receipts) em mercados estrangeiros com relação aos valores mobiliários de emissores brasileiros.

Com relação às ofertas de nossas ações ordinárias, foi emitido um registro eletrônico em nome do depositário referente às ADSs, mantido pelo custodiante em nome do depositário. Esse registro eletrônico foi realizado por meio do Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil. Segundo o registro, o custodiante e o depositário podem converter dividendos e outras distribuições relativas às ações ordinárias representadas pelas ADSs em moeda estrangeira e realizar a remessa dos lucros ao exterior para os titulares de ADSs. Caso o titular de ADSs permutar as ADSs por ações ordinárias, o custodiante deverá atualizar o registro do investimento junto ao Banco Central do Brasil no prazo de cinco dias úteis após o câmbio. Para receber as ações ordinárias, o investidor deverá registrar-se junto ao Banco Central do Brasil e à CVM, nos termos da Resolução nº 4.373. O titular só poderá receber as ações ordinárias após a obtenção do registro.

Além disso, caso o investidor estrangeiro resida em um paraíso fiscal ou não tenha registro nos termos da Resolução No. 4.373, estará sujeito a um tratamento tributário menos favorável do que o de um titular de ADSs.

Para mais informações sobre tributação no Brasil, vide “Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco—Riscos Relacionados às Ações Ordinárias e ADSs—Se os titulares de nossas ADSs permutarem as ADSs por nossas ações ordinárias, podem perder vantagens fiscais no Brasil e não ser capazes de realizar a remessa de moeda estrangeira ao exterior” e “Item 10. Informações Adicionais—E. Tributação—Considerações sobre a Tributação no Brasil”.

E. Tributação

A discussão a seguir, sujeita às restrições abaixo, apresenta um resumo de determinadas questões tributárias do Brasil e dos Estados Unidos da América com relação à titularidade de nossas ações ordinárias ou ADSs. O objetivo dessa discussão não é apresentar uma análise completa de todas as questões tributárias nesses países e não aborda o tratamento tributário conferido a acionistas segundo as leis de outros países. Acionistas residentes em outros países que não o Brasil ou os Estados Unidos, bem como acionistas residentes nesses dois países, devem consultar os respectivos consultores tributários quanto às consequências fiscais de um investimento em nossas ações ordinárias ou ADSs. O presente resumo baseia-se nas leis tributárias do Brasil e dos Estados Unidos da América em vigor na data deste relatório anual, leis estas sujeitas a alterações, com efeito possivelmente retroativo, e a diferentes interpretações. Qualquer alteração em leis poderá alterar as consequências descritas a seguir.

Apesar de não haver tratado tributário firmado entre o Brasil e os Estados Unidos da América, as autoridades tributárias desses países têm mantido discussões que podem resultar na assinatura de um tratado. Entretanto, não há garantia de que um tratado venha a entrar em vigor e não é possível saber em que medida um tratado desse tipo poderia afetar titulares americanos de nossas ações ordinárias ou ADSs.

Considerações sobre a Tributação no Brasil

Geral. A discussão a seguir apresenta um resumo das principais consequências tributárias no Brasil decorrentes da aquisição, titularidade e alienação de ações ordinárias ou ADSs, conforme o caso, por titular não domiciliado no Brasil (“Acionista Estrangeiro”), para fins de tributação no Brasil.

A presente discussão não abrange todas as questões tributárias que podem ser relevantes no processo de tomada de decisão acerca da compra de nossas ações ordinárias ou ADSs e não se aplica a todas as categorias de investidores, alguns dos quais podem estar sujeitos a regras especiais, e também não aborda especificamente todas as questões referentes ao imposto de renda aplicável a determinado titular no Brasil. A discussão baseia-se nas leis tributárias do Brasil em vigor na data deste relatório, leis estas que podem ser alteradas, com efeitos possivelmente retroativos, estando sujeitas a diferentes interpretações. Investidores em potencial devem informar-se com seus consultores tributários sobre as consequências tributárias referentes ao imposto de renda relativas ao investimento em nossas ações ordinárias ou ADSs.

Tributação de Dividendos. Dividendos, inclusive dividendos sobre ações e outros dividendos em espécie, pagos por nós ao depositário com relação às ADSs, ou a Acionista Estrangeiro com relação às ações ordinárias, estão isentos da retenção de imposto de renda na fonte, desde que calculados com base no lucro gerado a partir de 1º de janeiro de 1996. Existem alguns projetos de lei em discussão no Congresso brasileiro que, se promulgados, revogariam essa isenção. Além disso, a tributação de dividendos também foi mencionada várias vezes pelo governo e legisladores como um dos itens da agenda da reforma tributária brasileira (e foi incluída na proposta de Reforma do Imposto de Renda da União). Caso qualquer um desses projetos de lei seja aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente do Brasil, todos os dividendos pagos do Brasil estariam sujeitos a imposto de renda retido na fonte no Brasil mediante pagamento a Acionistas Estrangeiros.

Tributação dos Ganhos. Segundo a Lei nº10.833, de 29 de dezembro de 2003, os ganhos de capital realizados na venda ou disposição de ativos localizados no Brasil por Acionista Estrangeiro, independentemente de a venda ou disposição ter sido feita a residente estrangeiro ou residente brasileiro, estão sujeitos à tributação no Brasil. Assim, na hipótese de disposição das ações ordinárias, que são consideradas ativos localizados no Brasil, o Acionista Estrangeiro está sujeito a imposto de renda sobre os ganhos apurados, segundo as regras descritas abaixo, independentemente de a operação ter sido realizada no Brasil ou no exterior, envolvendo residente brasileiro ou estrangeiro. Com relação às ADSs, apesar de o assunto ainda suscitar dúvidas, os ganhos realizados por Acionista Estrangeiro na disposição das ADSs não são tributados no Brasil, pois as ADSs não constituem ativos localizados no Brasil para fins da Lei nº10.833 de 2003. Entretanto, não podemos prever como o Fisco brasileiro interpretará a definição de ativos localizados no Brasil com relação à tributação de ganhos realizados por Acionista Estrangeiro na alienação das ADSs. Assim, ganhos na disposição das ADSs por Acionista Estrangeiro podem estar sujeitos ao imposto de renda no Brasil de acordo com as regras descritas abaixo com relação às ADSs ou de acordo com as regras aplicáveis à disposição de ações ordinárias, conforme o caso. É importante esclarecer que, para fins de tributação no Brasil, as regras de imposto de renda sobre ganhos oriundos da disposição de ações ordinárias ou ADSs podem variar de acordo com o domicílio do Acionista Estrangeiro, a forma como o Acionista Estrangeiro registrou seu investimento junto ao Banco Central e/ou a forma como a disposição foi feita, conforme descrito a seguir.

O depósito de ações ordinárias em troca de ADSs pode estar sujeito a imposto de renda sobre ganhos de capital no Brasil a alíquotas que variam de 15% a 22,5%, ou 25% no caso de Acionista Estrangeiro localizado em Jurisdições com Tributação Inexistente ou Baixa (conforme definição abaixo), se o custo de aquisição das ações ordinárias for inferior: (i) ao preço médio por ação ordinária em bolsa de valores no Brasil na qual o maior número de ações ordinárias tenha sido vendido no dia do depósito; ou (ii) caso nenhuma ação ordinária tenha sido vendida naquele dia, ao preço médio em bolsa de valores no Brasil na qual o maior número de ações ordinárias tenha sido vendido nos 15 pregões imediatamente anteriores ao depósito. Nesse caso, a diferença positiva entre o preço médio das ações ordinárias, calculado como descrito acima, e o custo de aquisição correspondente, poderá ser considerada ganho de capital. Em algumas circunstâncias, pode haver argumentos contra a aplicação desse tratamento tributário a Acionista Estrangeiro registrado segundo a Resolução nº 4.373/14 do Banco Central do Brasil (“Titular 4.373”) não residente em Jurisdições com Tributação Inexistente ou Baixa (conforme definição abaixo). Possíveis titulares de ações ordinárias devem informar-se com seus consultores tributários sobre as consequências tributárias relativas ao depósito das ações em troca de ADSs. A retirada de ADSs em troca de ações ordinárias não gera ganho de capital sujeito a

imposto de renda no Brasil, desde que as regras de registro de investimento junto ao Banco Central sejam devidamente observadas.

Os ganhos apurados na disposição de ações ordinárias conduzida em bolsa de valores no Brasil (inclusive operações realizadas em mercado de balcão organizado) são:

- isentos de imposto de renda quando auferidos por Titular Estrangeiro que (i) seja um Titular 4.373 e (ii) não seja residente em Jurisdição com Tributação Inexistente ou Baixa (conforme definição abaixo); ou
- estão sujeitos a imposto de renda à alíquota de até 25% em todos os outros casos, inclusive os ganhos auferidos por Titular Estrangeiro que (i) não seja um Titular 4.373 e/ou (ii) seja um Titular 4.373 residente em Jurisdição com Tributação Inexistente ou Baixa (conforme definição abaixo). Nesses casos, aplica-se a alíquota de 0,005% sobre o valor de venda, referente ao imposto de renda retido na fonte, que pode ser compensado mais tarde com o imposto de renda devido sobre o ganho de capital. Operações de day trade estão sujeitas a uma alíquota de 1%.

Quaisquer outros ganhos de capital auferidos na disposição de ações ordinárias que não tenha sido realizada em bolsa de valores no Brasil estão sujeitos a imposto de renda a alíquotas de até 22,5%, com exceção de residentes de Jurisdição com Tributação Inexistente ou Baixa (conforme definição abaixo), os quais, nesse caso, estão sujeitos a imposto de renda a uma alíquota de até 25%. No caso de ganhos relacionados a operações realizadas no mercado de balcão não organizado por meio de intermediadores, também se aplica a alíquota de 0,005% sobre o valor de venda, referente ao imposto de renda retido na fonte, que pode ser compensado mais tarde com o imposto de renda devido sobre o ganho de capital. No caso de resgate das ações ordinárias ou ADSs, ou redução de capital por empresa brasileira, a diferença positiva entre o valor efetivamente recebido pelo Titular Estrangeiro e o custo de aquisição proporcional das ações ordinárias ou ADSs resgatadas será tratada como ganho de capital oriundo da venda ou permuta das ações ordinárias não realizada em bolsa de valores no Brasil, estando, portanto, sujeita a imposto de renda a alíquotas de até 25%, conforme o caso. Como regra geral, os ganhos realizados oriundos de operações de disposição de ações ordinárias ou ADSs são apurados pela diferença entre o valor realizado na venda ou permuta de ações ou ADSs e o seu custo de aquisição.

Não há garantia de que o atual tratamento tributário preferencial conferido a Acionistas Estrangeiros de ADSs e Titulares 4.373 de ações ordinárias será mantido.

O exercício do direito de preferência com relação às ações ordinárias ou ADSs não está sujeito a imposto de renda no Brasil. Qualquer ganho obtido na venda ou cessão dos direitos de preferência relativos às nossas ações ordinárias ou ADSs por Titular Estrangeiro de ações ordinárias estará sujeito a imposto de renda no Brasil de acordo com as mesmas regras aplicáveis à venda ou disposição dessas ações.

Tributação dos Juros sobre Capital Próprio. Para mais informações sobre a tributação dos juros sobre capital próprio, vide “Item 8. Informações Financeiras—A. Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras—Dividendos e Política de Dividendos—Histórico dos Pagamentos de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio e Política de Dividendos”.

Segundo a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e alterações posteriores, empresas brasileiras podem efetuar pagamentos a acionistas na forma de distribuição de juros sobre capital próprio como alternativa à distribuição de dividendos ou em conjunto com ela. Os juros sobre capital próprio representam o produto da multiplicação da TJLP, publicada pelo Banco Central, pela soma de determinadas contas patrimoniais de empresas brasileiras. Os juros sobre capital próprio são dedutíveis do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido de pessoas jurídicas, observados os seguintes limites:

- 50% do lucro líquido (após a contribuição social sobre o lucro líquido e antes da distribuição e provisão para imposto de renda de pessoa jurídica em conta) do período com relação ao qual o pagamento está sendo efetuado; e

- 50% da soma do lucro acumulado e reservas de lucro na data de início do período com relação ao qual o pagamento está sendo efetuado.

Segundo a Lei das Sociedades por Ações, os juros sobre capital próprio relativos a ações ordinárias pagas a acionistas que são Acionistas Estrangeiros, inclusive Acionistas Estrangeiros de ADSs, estão sujeitos a imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% ou 25% no caso de residentes em Jurisdição com Tributação Inexistente ou Baixa (conforme definição abaixo). A distribuição de juros sobre capital próprio pode ser determinada pelo nosso conselho de administração. Não podemos garantir que o nosso conselho de administração não decidirá que futuras distribuições de lucros sejam feitas por meio do pagamento de juros sobre capital próprio em vez de dividendos.

Os valores pagos a título de juros sobre capital próprio a Titular Não Residente localizado em país que tenha firmado acordo tributário com o Brasil podem ser classificados como (i) juros sobre capital próprio, (ii) dividendos ou (iii) outras receitas. A classificação depende da redação do tratado. Há algumas propostas de lei em discussão no Congresso Brasileiro que, se promulgadas, revogariam a possibilidade de a empresa pagar juros sobre o capital próprio. Além disso, a revogação da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio também foi mencionada várias vezes pelo governo e legisladores como um dos itens da agenda da reforma tributária brasileira (e foi incluída na proposta da Reforma do Imposto de Renda da União).

Jurisdição com Tributação Inexistente ou Baixa. Em 4 de junho de 2010, a Receita Federal do Brasil promulgou a Instrução Normativa nº 1.037, listando: (i) os países e jurisdições considerados Jurisdições com Tributação Inexistente ou Baixa ou onde a legislação local não permite o acesso a informações relacionadas à composição societária de pessoas jurídicas, sua titularidade ou a identidade dos beneficiários efetivos da renda atribuída a não residentes (“Jurisdições Tributárias Favoráveis”); e (ii) os regimes fiscais privilegiados (“RFP”), cuja definição está disposta na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. As autoridades tributárias brasileiras atualizam periodicamente a lista de países/jurisdições e regimes que devem ser tratados como Jurisdições Tributárias Favoráveis e RFP.

O conceito de RFP abrange os países e jurisdições que: (i) não tributam a renda ou tributam a renda a uma alíquota máxima inferior a 20%; (ii) concedem benefícios fiscais a não residentes (1) sem exigência de realização de atividade econômica substantiva no país ou dependência ou (2) condicionada ao não exercício de atividade econômica substantiva no país ou dependência; (iii) não tributam, ou o façam em alíquota máxima inferior a 20%, os rendimentos auferidos fora de seu território; ou (iv) não permitem o acesso a informações relativas à composição societária, titularidade de bens ou às operações realizadas em seu território, ou que imponham restrições à divulgação dessas informações.

Em 28 de novembro de 2014, a Receita Federal emitiu a Instrução Normativa nº 488, restringindo o conceito de Jurisdições Tributárias Favoráveis e do RFP aos países que tributam a renda a uma alíquota máxima inferior a 17% (a regra anterior estabelecia uma alíquota máxima inferior a 20% para este fim).

Acreditamos que a melhor interpretação da atual legislação tributária leva à conclusão de que o conceito de RFP mencionado acima deve ser aplicado somente às regras de preço de transferência e thin capitalization. Atualmente, a interpretação das autoridades tributárias brasileiras é no sentido de que o pagamento de juros a beneficiários residentes em RFPs não está sujeito ao mesmo tratamento aplicável a beneficiários em Jurisdições Tributárias Favoráveis (Solução de Consulta COSIT nº 575, de 20 de dezembro de 2017). Mesmo assim, não podemos garantir que a legislação ou interpretações subsequentes das autoridades tributárias sobre a definição de RFP prevista na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, alterada pela Lei nº 11.727, também serão aplicadas a Titulares Estrangeiros com relação ao pagamento de juros sobre capital próprio. Não obstante, recomendamos que os investidores busquem informações com seus consultores tributários sobre as consequências da aplicação da Lei nº 11.727, Instrução Normativa nº 1.037 e Instrução Normativa nº 488.

Tributação de Operações de Câmbio (“IOF/Câmbio”). Segundo o Decreto nº 6.306/07, a conversão para moeda estrangeira ou para reais de valores recebidos ou remetidos por pessoa jurídica brasileira oriundos de investimento estrangeiro no mercado de valores mobiliários brasileiro, inclusive investimento realizado por Titulares Estrangeiros em ações ordinárias e ADSs, pode estar sujeita ao IOF/Exchange. A alíquota atualmente aplicável à maior parte das operações de câmbio é de 0,38%.

Entretanto, as operações de câmbio realizadas para a entrada de recursos no Brasil por um Titular 4.373 estão sujeitas ao IOF/Câmbio a uma alíquota de: (i) 0% no caso de operações de renda variável realizadas em bolsas de valores, futuros e commodities brasileiras, bem como de aquisição de ações de companhias abertas brasileiras em ofertas públicas ou subscrição de ações relativas a aportes de capital, desde que a emissora tenha registrado suas ações para negociação em bolsa de valores; e (ii) 0% no caso de saída de recursos do Brasil relativa a esse tipo de investimento, inclusive pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e repatriação de recursos investidos no mercado brasileiro. Além disso, a alíquota do IOF/Câmbio para resgate de ADSs em troca de ações é atualmente de 0%.

Em qualquer caso, o governo federal pode elevar a alíquota a qualquer momento até 25,0%. Entretanto, qualquer elevação da alíquota somente será aplicada a operações futuras.

Tributação de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (“IOF/Títulos”). Segundo o Decreto nº 6.306/07, o IOF/Títulos pode incidir sobre quaisquer operações com títulos e valores mobiliários, mesmo que as operações sejam realizadas em bolsa de valores brasileira. A alíquota do IOF/Títulos aplicável a operações com ações ordinárias e ADS é atualmente zero. Em particular, a alíquota do IOF/Títulos também é zero para a transferência de ações negociadas em bolsa de valores brasileira para fins de emissão de depositary receipts a serem negociados fora do Brasil. O governo federal pode elevar a alíquota do IOF/Títulos a qualquer momento até 1,5% do valor da operação por dia, somente com relação a operações futuras.

Outros Impostos Brasileiros. Não há impostos sobre herança, doação ou sucessão aplicáveis à titularidade, transferência ou disposição de ações ordinárias ou ADSs por Titulares Estrangeiros. Entretanto, o imposto sobre doações e herança pode ser imposto por alguns estados brasileiros com relação a doações e heranças oriundas de Titulares Estrangeiros a pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas nesses estados. Não há imposto de selo, emissão, registro ou impostos similares ou tarifas a pagar por titulares de ações ordinárias ou ADSs.

Reforma Tributária. Além dos efeitos potenciais já mencionados acima sobre a tributação de dividendos e a revogação dos juros sobre o capital próprio, o Governo e o Congresso brasileiros vêm discutindo diversos projetos de lei e propostas de emendas à Constituição Federal no contexto de uma ampla reforma tributária brasileira, que pode incluir a eliminação ou unificação de determinados impostos, a criação de novos impostos, o aumento das alíquotas de impostos e contribuições existentes, a revogação de isenções de imposto de renda sobre a distribuição de lucros e dividendos e alterações relacionadas aos juros sobre o patrimônio líquido. Como consequência, algumas dessas propostas podem alterar significativamente o sistema tributário brasileiro e afetar a forma como calculamos nossos impostos diretos e indiretos. Neste momento, não podemos assegurar se, quando e como qualquer uma dessas mudanças será implementada e quais os efeitos que ela poderá ter em nossas operações.

Considerações sobre o Imposto de Renda Federal nos Estados Unidos

O resumo abaixo, sujeito às limitações e condições aqui previstas, apresenta determinadas considerações sobre o imposto de renda federal nos Estados Unidos incidente sobre a aquisição, titularidade e venda das nossas ações ordinárias e ADSs. Esse resumo aplica-se aos beneficiários efetivos das nossas ações ordinárias ou ADSs que sejam “Titulares dos EUA” (conforme definição abaixo), detendo nossas ações ordinárias ou ADSs como ativos de capital (em geral para fins de investimento). Esse resumo não aborda todos os aspectos concernentes à tributação sobre a renda nos Estados Unidos aplicáveis a Titulares dos EUA, inclusive com relação a doações, patrimônio, contribuição mínima alternativa e contribuição ao Medicare, ou tributação aplicável a Titulares dos EUA sujeitos a tratamento especial segundo a lei tributária federal dos Estados Unidos, incluindo:

- parcerias e outras modalidades classificadas como parcerias para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos;
- entes isentos de tributação;
- corretoras e operadores de valores mobiliários;
- companhias de seguro;

- determinadas instituições financeiras;
- titulares de nossas ações ordinárias ou ADSs como parte de investimento integrado, inclusive operação de straddle ou conversão, que envolva nossas ações ordinárias ou ADSs e uma ou mais de uma posição para fins tributários;
- Titulares dos Estados Unidos cuja moeda funcional não seja o dólar para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos;
- titulares efetivos ou presumidos de 10% ou mais do total combinado de votos ou valor das ações ordinárias em circulação ou ADSs da Embraer;
- pessoas sujeitas às regras contábeis de tributação especial segundo a Seção 451(b) do Código;
- pessoas que tenham adquirido nossas ações ordinárias ou ADSs por meio do exercício de opção de compra (stock option) de empregado ou que as tenha recebido como forma de remuneração; e
- titulares de ações ordinárias ou ADSs da Embraer com relação a comércio ou negócio realizado fora dos Estados Unidos da América.

Além disso, esse resumo não contempla considerações sobre imposto de renda estadual, local ou de fora dos Estados Unidos incidente sobre a compra, titularidade e venda de ações ordinárias ou ADSs da Embraer. O resumo baseia-se nas disposições do *Internal Revenue Code de 1986*, e suas alterações posteriores (“Código”); histórico legislativo; regulamentos do Tesouro dos Estados Unidos, sejam eles definitivos, transitórios ou propostos; regras e outros pronunciamentos da Receita Federal dos Estados Unidos (*U.S. Internal Revenue Service* ou “IRS”); e decisões judiciais na data deste relatório anual. Essas normas podem vir a ser revogadas ou modificadas (com possível efeito retroativo) e resultar em tributação nos Estados Unidos diferente daquela aqui discutida.

Esse resumo também se baseia em parte nas declarações do depositário e na premissa de que cada obrigação prevista no contrato de depósito e qualquer contrato relacionado será satisfeita de acordo com os termos pertinentes.

Acionistas devem consultar seus consultores tributários independentes sobre a tributação federal nos Estados Unidos incidente sobre a titularidade de nossas ações ordinárias e ADSs em vista de sua condição, bem como quaisquer outras consequências advindas de legislação de qualquer outra jurisdição.

Na acepção do presente, o termo “Titular dos Estados Unidos” significa o beneficiário efetivo das ações ordinárias ou ADSs da Embraer que representam as ações ordinárias da Embraer para fins de imposto de renda dos Estados Unidos da América que seja: (i) cidadão dos Estados Unidos ou residente nos Estados Unidos; (ii) sociedade (ou outra entidade tributada como sociedade), criada ou constituída segundo as leis dos Estados Unidos, de qualquer estado norte-americano ou do Distrito de Columbia; (iii) patrimônio cuja renda esteja sujeita ao imposto de renda federal nos Estados Unidos, independentemente da fonte; ou (iv) trust (1) sujeito à supervisão judicial nos Estados Unidos da América e ao controle de uma ou mais pessoas norte-americanas, conforme descrito no Artigo 7701(a)(30) do Código ou (2) que validamente receba tratamento de Pessoa dos EUA segundo os regulamentos do Tesouro dos Estados Unidos. Salvo especificação em contrário abaixo, esse resumo parte do pressuposto de que a Embraer não é uma companhia de investimento estrangeiro passivo (*passive foreign investment company* ou “PFIC”), para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos.

Caso uma parceria (ou ente tratado como parceria para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos) seja titular de ações ordinárias ou ADSs da Embraer, o tratamento tributário aplicado a essa parceria e cada parceiro em geral dependerá da condição do parceiro na parceria e das atividades da parceria. Parcerias que sejam titulares de ações ordinárias ou ADSs, e parceiros de parceria que seja titular de nossas ações ordinárias ou ADSs, devem consultar seus consultores tributários quanto às consequências da titularidade e venda das ações ordinárias ou ADSs da Embraer.

Em geral, para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos, o Titular dos EUA que seja o beneficiário efetivo de uma ADS será tratado como o titular da ação ordinária subjacente representada pela ADS.

Distribuições Relativas às Nossas Ações Ordinárias ou ADSs

Para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos, o valor bruto de quaisquer distribuições (inclusive distribuições de despesas de taxa referencial de juros atribuídas ao patrimônio líquido), salvo determinadas distribuições proporcionais de ações ordinárias, pago a Titulares dos EUA de nossas ações ordinárias ou ADSs (inclusive impostos brasileiros retidos na fonte incidentes sobre essas distribuições) será tratado como dividendo, à medida que for descontado dos nossos lucros correntes ou acumulados, conforme apurado segundo os princípios de imposto de renda federal nos Estados Unidos. Esse dividendo poderá ser incluído na renda bruta do Titular dos EUA como renda comum na data do recebimento ou acúmulo pelo Titular dos EUA (ou, no caso de ADSs, pelo depositário). Caso o valor de qualquer distribuição exceda nossos lucros correntes e acumulados em determinado exercício fiscal (conforme apurado segundo os princípios de imposto de renda federal nos Estados Unidos), a distribuição será primeiro tratada como retorno de capital isento de imposto de acordo com a base tributária ajustada do Titular dos EUA com relação às nossas ações ordinárias ou ADSs, e depois como ganho de capital. A Embraer não espera manter cálculos de lucros de acordo com os princípios de imposto de renda federal nos Estados Unidos e, a menos que esses cálculos sejam feitos, Titulares dos EUA devem partir do pressuposto de que a distribuição paga é descontada dos lucros e que será tratada como dividendo para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos.

Dividendos pagos por nós não serão elegíveis para dedução de dividendos recebidos, conforme permitida a companhias nacionais segundo o Código.

O valor de qualquer distribuição de caixa em reais será incluído na renda bruta do Titular dos EUA, em valor equivalente em dólares, calculado pela taxa de câmbio em vigor na data em que o dividendo for recebido pelo Titular dos EUA, no caso de nossas ações ordinárias, e pelo depositário, no caso das ADSs, independentemente da conversão de reais para dólares. Caso o valor do dividendo recebido em reais não seja convertido em dólares na data do recebimento, a base tributária do Titular dos EUA em reais será equivalente à base em dólares na data do recebimento.

Os dividendos recebidos de nossas ações ordinárias ou ADSs serão tratados como fonte de renda estrangeira para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos e, na maioria dos casos, como “renda da categoria passiva” para fins de cálculo de créditos de imposto estrangeiro, sujeitos a diversas limitações. Regulamentos do Tesouro, aplicáveis a tributos estrangeiros pagos ou incorridos em exercícios fiscais iniciados em ou após 28 de dezembro de 2021 (os “Regulamentos Finais do Tesouro”), impõem exigências adicionais significativas aos tributos estrangeiros (incluindo impostos retidos na fonte) para os quais se pode reivindicar crédito fiscal no exterior. No entanto, orientações da Receita Federal dos EUA (IRS) emitidas em 2023 (Notice 2023-55 e Notice 2023-80) concedem um alívio temporário em relação às exigências dos Regulamentos Finais do Tesouro para os exercícios fiscais encerrados antes da data de publicação de um aviso ou outra orientação que revogue ou modifique esse alívio temporário (ou qualquer data posterior especificada nesse aviso ou orientação). Os avisos estabelecem que o contribuinte pode optar por creditar seus tributos estrangeiros sobre a renda qualificada a partir de 2023, sujeito às regras de limitação do crédito fiscal no exterior, ou deduzir os tributos estrangeiros sobre a renda no exercício correspondente. A opção por deduzir tributos estrangeiros, em vez de reivindicar créditos fiscais no exterior, aplica-se a todos os tributos estrangeiros pagos ou incorridos no exercício fiscal em questão. As regras sobre o cômputo de créditos ou deduções de imposto estrangeiro são extremamente complexas, e Titulares dos EUA devem consultar seus consultores tributários independentes quanto à disponibilidade de créditos de imposto estrangeiro relativos a qualquer imposto brasileiro retido na fonte incidente sobre os dividendos de nossas ações ordinárias ou ADSs.

Sujeito às exceções aplicáveis (incluindo uma exceção para determinadas posições de hedge), o valor dos dividendos recebidos por determinados titulares não corporativos norte-americanos (inclusive pessoas físicas) das nossas ações ordinárias ou ADSs poderá ensejar uma redução da alíquota incidente caso os dividendos representem “renda qualificada de dividendos”. Sujeito a determinadas exceções, os dividendos pagos por nossas ações ordinárias ou ADSs serão tratados como renda qualificada de dividendos se: (i) nossas ações ordinárias ou ADSs forem prontamente negociáveis em mercado de valores mobiliários estabelecido nos Estados Unidos da América; (ii) o Titular dos EUA cumprir o período de titularidade exigido para as ações ordinárias ou ADSs; e (iii) não formos uma PFIC no ano anterior ao ano em que os dividendos foram pagos (com relação a Titular dos EUA de nossas ações ordinárias ou ADSs), nem no ano em que os dividendos foram pagos. Segundo orientação emitida pelo IRS, nossas ADSs qualificam-se como prontamente negociáveis em mercado de valores mobiliários estabelecido nos Estados Unidos da América contanto que estejam listadas na NYSE. No caso de nossas ações ordinárias diretamente detidas

por Titulares dos EUA, e não por meio de ADS, não está claro se os dividendos pagos por nossas ações representarão “renda qualificada de dividendos”. Titulares dos EUA que detenham diretamente nossas ações ordinárias, e não por meio de ADSs, devem consultar seus consultores tributários independentes.

Venda, Permuta ou Outro Tipo de Disposição Tributável das Nossas Ações Ordinárias ou ADSs

O Titular dos EUA reconhecerá ganho ou perda tributável em qualquer venda, permuta ou outro tipo de disposição tributável de nossas ações ordinárias ou ADSs em valor equivalente à diferença entre o valor realizado na venda, permuta ou outro tipo de disposição tributável e a base de tributação ajustada do Titular dos EUA (apurada em dólares) com relação às nossas ações ordinárias ou ADSs. Se um imposto brasileiro sobre ganhos for retido na venda ou alienação de ações ordinárias ou ADSs, o montante realizado por um U.S. Holder incluirá o valor bruto da receita dessa venda ou alienação antes da dedução do imposto brasileiro. Vide “—Considerações sobre a Tributação no Brasil—Tributação dos Ganhos” para uma descrição das situações em que uma alienação pode estar sujeita à tributação no Brasil. Em geral, esses ganhos ou perdas representarão ganho ou perda de capital, sendo considerados ganho ou perda de capital de longo prazo em caso de titularidade de nossas ações ordinárias ou ADSs por mais de um ano. Determinados Titulares dos EUA não corporativos (inclusive pessoas físicas) poderão gozar de alíquotas preferenciais de imposto de renda federal nos Estados Unidos com relação a ganho de capital de longo prazo. A dedutibilidade das perdas de capital está sujeita às limitações previstas no Código.

Qualquer ganho ou perda reconhecida por Titular dos EUA quanto à venda, permuta ou disposição tributável de nossas ações ordinárias ou ADSs, representará, em geral, um ganho ou perda de fontes norte-americanas para fins de crédito de imposto estrangeiro nos Estados Unidos. Consequentemente, se houver imposto brasileiro retido na fonte ou imposto sobre ganhos de capital incidente sobre a venda das ações ordinárias ou ADSs da Embraer, mesmo que o imposto brasileiro seja, de outra forma, um imposto creditável, os Titulares dos EUA que não tenham renda de fonte estrangeira suficiente podem não obter o crédito fiscal estrangeiro nos Estados Unidos com relação ao imposto brasileiro retido na fonte ou imposto sobre ganhos de capital. Além disso, conforme discutido acima, os Regulamentos Finais do Tesouro impõem exigências adicionais significativas aos tributos estrangeiros para os quais se pode reivindicar crédito fiscal no exterior. No entanto, conforme discutido acima, uma orientação do IRS oferece isenção temporária de alguns desses requisitos se o aviso for aplicado de forma consistente a todos os tributos estrangeiros pagos durante o ano fiscal relevante. As regras relativas aos créditos tributários estrangeiros, inclusive o valor do imposto de renda estrangeiro que poderão ser reclamados em qualquer ano, são complexas e sujeitas a limitações. Titulares dos EUA devem consultar seus consultores tributários independentes quanto à aplicação das regras de créditos tributários estrangeiros, tendo em vista suas circunstâncias em particular.

Depósitos e resgates de nossas ações ordinárias em troca de ADSs não resultarão em ganho ou perda para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos.

Regras sobre Companhia de Investimento Estrangeiro Passivo (Passive Foreign Investment Company)

Se, durante qualquer exercício fiscal de uma companhia que não seja norte-americana, 75% ou mais da renda bruta da companhia consistir em determinados tipos de renda “passiva”, ou o valor médio trimestral no exercício fiscal dos “ativos passivos” da companhia (em geral, ativos que geram ou são mantidos para gerarem renda passiva) representar 50% ou mais do valor médio trimestral de todos os ativos da companhia, ela será tratada como PFIC segundo a lei tributária federal dos Estados Unidos. Para tanto, renda passiva geralmente inclui, entre outros, dividendos, juros, alugueis, royalties e ganhos provenientes da disposição de ativos de investimento, sujeito a várias exceções. Se uma companhia que não seja norte-americana detiver pelo menos 25% do capital de outra companhia, em termos de valor, ela será tratada, para fins de teste de PFIC, como titular da parcela proporcional dos ativos brutos da outra companhia e recebedora da parcela proporcional do lucro bruto da outra companhia. Entretanto, se uma companhia que não seja norte-americana detiver menos do que 25% do capital de outra companhia, em termos de valor, essa participação geralmente será tratada como ativo passivo.

Se a Embraer for considerada uma PFIC em qualquer exercício fiscal durante o qual um Titular dos EUA detenha ações ordinárias ou ADSs, o ganho reconhecido por esse Titular dos EUA na venda ou outra forma de venda (incluindo determinadas garantias) das ações ordinárias ou ADSs será alocado proporcionalmente ao longo do período de detenção pelo Titular dos EUA. Os valores alocados ao exercício fiscal da alienação e a qualquer ano anterior ao

momento em que a Embraer se tornou uma PFIC serão tributados como receita ordinária. O valor alocado a cada um dos demais exercícios fiscais estará sujeito à tributação pela alíquota mais elevada em vigor para pessoas físicas ou jurídicas, conforme o caso, naquele exercício, e haverá a incidência de juros sobre o imposto relativo a tal valor. Além disso, na medida em que qualquer distribuição recebida por um Titular dos EUA referente às ações ordinárias ou ADSs exceda 125% da média das distribuições anuais recebidas sobre essas ações durante os três anos anteriores ou durante o período de detenção do Titular dos EUA, o que for menor, tal distribuição será tributada da mesma forma que o ganho descrito acima. Certas opções podem estar disponíveis, resultando em tratamentos alternativos (como o regime *mark-to-market*). Os Titulares dos EUA devem consultar seus consultores tributários para determinar se alguma dessas opções está disponível e, em caso afirmativo, quais seriam as consequências dos tratamentos alternativos em suas circunstâncias específicas.

Com base em nossas demonstrações financeiras auditadas e dados do mercado e dos acionistas pertinentes, acreditamos não ser uma PFIC para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos com relação ao exercício fiscal de 2024. No entanto, se seremos uma PFIC em 2025 ou em qualquer exercício fiscal futuro dependerá da natureza da natureza, número e valor das nossas operações, atividade, ativos e lucro no momento da apuração. Dessa forma, não há garantia de que a Embraer não seja uma PFIC ou que não se tornará uma PFIC em 2025 ou em ano posterior.

Titulares dos EUA devem consultar seus consultores tributários independentes quanto à possível aplicação das regras sobre PFIC e exigências de divulgação de informações com relação às nossas ações ordinárias ou ADSs, bem como sobre a possibilidade e conveniência de se fazer uma escolha que evite consequências tributárias adversas quanto às regras sobre PFIC caso sejamos considerados uma PFIC em qualquer exercício fiscal.

Divulgação de Informações e Retenção de Segurança (Backup Withholding)

Em geral, o pagamento de dividendos de nossas ações ordinárias ou ADSs e o pagamento de recursos relacionados à venda, câmbio ou outro tipo de alienação tributável de nossas ações ordinárias ou ADSs, efetuados nos Estados Unidos ou por meio de determinados intermediários financeiros nos Estados Unidos a Titular dos EUA estão sujeitos à divulgação de informações e podem estar sujeitos à retenção de segurança a uma taxa atual máxima de 24%, salvo se o Titular dos EUA: (i) for uma companhia ou outro ente isento; ou (ii) no caso de retenção na fonte suplementar, fornece um número de identificação fiscal válido e certifica que não está sujeito à retenção de segurança. A retenção de segurança não constitui imposto adicional. O valor da retenção de segurança incidente sobre pagamento efetuado a Titular dos EUA será convertido em crédito no imposto de renda federal nos Estados Unidos do Titular dos EUA, desde que as informações necessárias sejam oportunamente prestadas ao IRS. Em geral, o Titular dos EUA poderá obter reembolso de quaisquer valores retidos segundo as regras de retenção de segurança que excedam valor do imposto de renda federal nos Estados Unidos por meio de uma solicitação tempestiva de restituição junto ao IRS.

Além disso, determinados Titulares dos EUA são obrigados a prestar informações ao IRS quanto à titularidade de nossas ações ordinárias ou ADSs, sujeito a exceções (inclusive a exceção para ações ordinárias ou ADSs mantidas em contas de determinadas instituições financeiras), por meio de preenchimento e entrega do IRS Form 8938, Statement of Specified Foreign Financial Assets, junto com a declaração de imposto de renda em cada exercício em que forem titulares de ações ordinárias ou ADSs. Titulares dos EUA devem consultar seus consultores tributários quanto ao efeito, se houver, dessa exigência de divulgação de informações com relação à sua aquisição, titularidade e disposição de ações ordinárias ou ADSs.

F. Dividendos e Agentes de Pagamento

Não se aplica.

G. Declarações de Especialistas

Não se aplica.

H. Disponibilização de Documentos

Segundo o Exchange Act, devemos apresentar relatórios periódicos e outras informações. Assim, somos obrigados a apresentar relatórios e outras informações junto à SEC. Os relatórios e outras informações apresentadas juntos à SEC podem ser consultados e cópias podem ser obtidas, mediante o pagamento de uma taxa, na *Public Reference Room* da SEC, localizada na 100 F Street, N.E., Washington, D.C., 20549. Informações sobre os horários de atendimento da Public Reference Room podem ser obtidas junto à SEC nos Estados Unidos da América, no telefone 1-800-SEC-0330. Esses materiais também podem ser consultados e cópias podem ser obtidas nos escritórios da New York Stock Exchange, Inc., na 20 Broad Street, Nova York, Nova York, 10005.

Apresentamos o relatório anual no Form 20-F, incluindo nossas demonstrações financeiras, e outros relatórios, incluindo nossos relatórios em Form 6-K, eletronicamente junto à SEC. Essas apresentações estão disponíveis em www.sec.gov. Também apresentamos nossas demonstrações financeiras e outros relatórios periódicos eletronicamente junto à CVM em seu website, www.cvm.gov.br. Cópias de nossos relatórios anuais em Form 20-F e dos documentos referidos neste relatório anual e o nosso estatuto social estão disponíveis para vistoria mediante solicitação na nossa sede, localizada na Avenida Dra Ruth Cardoso, No. 8,501, 30º andar (parte), Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil

I. Informações Complementares

Não exigido.

J. Relatório Anual para Titulares

Não se aplica.

Item 11. DIVULGAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS SOBRE RISCO DE MERCADO

Estamos expostos a diversos riscos de mercado, principalmente relacionados a perdas potenciais resultantes de mudanças adversas nas taxas de juros e de câmbio. Estabelecemos políticas e procedimentos para administrar nossa vulnerabilidade a esses riscos. Esses procedimentos incluem o monitoramento dos nossos níveis de exposição a cada risco de mercado, por meio de uma análise baseada em estimativas de fluxos de caixa futuro, financiamento de ativos a taxas variáveis com passivos a taxas variáveis, e restrição à quantidade de ativos a taxas fixas que podem ser financiados com passivos a taxas variáveis. Também podemos usar instrumentos financeiros derivativos para mitigar os efeitos das flutuações da taxa de juros e reduzir nossa exposição ao risco de taxa de câmbio. As seguintes seções abordam os principais riscos de mercado associados às nossas atividades de investimento.

A. Risco de Taxa de Juros

Nossa exposição ao risco de flutuação das taxas de juros refere-se principalmente às mudanças nas taxas de juros de mercado de nossos ativos e passivos monetários denominados em dólar e em reais, principalmente nosso endividamento de curto e longo prazo. Aumentos e diminuições nas taxas de juros em vigor geralmente traduzem-se em aumentos e diminuições em despesas de juros. Ademais, os valores justos dos instrumentos sujeitos a taxas de juros também são afetados pelas condições gerais de mercado.

Nosso endividamento de curto e longo prazo totalizou US\$2.491,1 milhões em 31 de dezembro de 2024, denominado em dólares, reais e euros. Do valor total da dívida denominada em dólares (ou seja, US\$2,444.2 milhões), US\$2.296,7 milhões estavam indexados a taxas fixas. O restante da dívida denominada em dólares americanos com taxa flutuante, ou US\$147,5 milhões, que corresponde a 6,0% de nossa dívida denominada em dólares americanos, estava indexado à taxa SOFR (*Securities Industry and Financial Markets Association*).

De nossa dívida de US\$23,7 milhões denominada em reais brasileiros em 31 de dezembro de 2024, US\$10,7 milhões têm juros a uma taxa variável baseada no CDI e US\$13,0 milhões têm juros a uma taxa fixa. De nossa dívida de US\$23,2 milhões denominada em euros em 31 de dezembro de 2024, US\$1,2 milhões têm juros a taxa variável baseada na *Euro Interbank Offered Rate* e US\$22,0 milhões têm juros a taxa fixa.

A tabela abaixo fornece informações sobre nossas obrigações de dívida de curto prazo em 31 de dezembro de 2024, que são sensíveis a alterações nas taxas de juros e nas taxas de câmbio de moeda estrangeira.

	A partir de 31 de dezembro de 2024		
	Média Ponderada da Taxa de Juros ⁽¹⁾ (%)	Valor Total em Aberto (em milhões de US\$)	Valor Justo Total
Endividamento de Curto Prazo			
Dólar (Indexado fixo).....	6,3%	65,0	87,2
Dólar (Indexado variável).....	4,5%	25,6	35,2
Euro (Indexado fixo).....	4,2%	22,0	22,1
Euro (Indexado variável).....	4,6%	1,0	1,1
Real (Indexado fixo).....	4,6%	0,1	0,5
Real (Indexado variável).....	6,2%	0,1	0,6
Total do endividamento de curto prazo		113,8	146,7

(1) A taxa de juros refere-se exclusivamente à média ponderada do nosso endividamento (curto e longo prazo). Não representa as taxas indexadas em 31 de dezembro de 2024.

A tabela abaixo fornece informações sobre nossas obrigações de dívida de longo prazo em 31 de dezembro de 2024, que são sensíveis a alterações nas taxas de juros e nas taxas de câmbio de moeda estrangeira:

	A partir de 31 de dezembro de 2024							
	Média Ponderada da Taxa de Juros ⁽¹⁾ (%)	Valor Total em Aberto	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Valor Justo Total
Endividamento de Longo Prazo								
Dólar (Indexado fixo).....	6,3%	2.231,7	30,0	900,0	495,6	8,9	797,2	2.271,4
Dólar (Indexado variável).....	4,5%	121,9	14,6	39,6	39,6	6,8	21,3	131,6
Euro (Indexado variável).....	4,6%	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
Reais (Indexado fixo).....	4,6%	12,9	1,2	1,4	1,4	1,4	7,5	9,0
Real (Indexado variável).....	6,2%	10,6	3,2	0	0	0,5	6,9	7,3
Total do endividamento de longo prazo		2.377,3	49,2	941,0	536,6	17,6	832,9	2.419,5

(1) A taxa de juros refere-se exclusivamente à média ponderada do nosso endividamento (curto e longo prazo). Não representa as taxas indexadas em 31 de dezembro de 2024.

B. Risco Cambial

A gestão do risco cambial concentra-se no equilíbrio entre os nossos ativos não denominados em dólar e os nossos passivos não denominados em dólar acrescidos do patrimônio líquido com relação às nossas previsões de fluxo de caixa futuro. Além da exposição cambial relativa ao nosso endividamento resumido abaixo, também temos ativos e passivos denominados em outras moedas, com exceção do dólar. Tais ativos e passivos monetários consistem principalmente em caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros, contas a receber e a pagar, dividendos e determinados outros ativos e passivos, sendo principalmente denominados em reais.

Além disso, transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos com base na taxa de fechamento na data de referência. Os ganhos e perdas cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidos no resultado como variações cambiais líquidas. Adiantamentos de clientes e adiantamentos a fornecedores de bens ou serviços em moedas estrangeiras são convertidos para nossa moeda funcional na data da transação, e nenhuma conversão posterior é reconhecida. Os efeitos da valorização ou desvalorização de outras moedas estrangeiras em relação ao dólar norte-americano sobre esses ativos e passivos são registrados como variações cambiais líquidas em nossas demonstrações financeiras.

Nossa exposição ao fluxo de caixa decorre do fato de que, em 2024, 5,3% de nossas receitas e 13,4% de nossos custos totais estavam denominados em reais, incluindo despesas com folha de pagamento no Brasil. Ter mais custos do que receitas denominadas em reais gera a exposição ao fluxo de caixa. Para mitigar esse risco e gerenciar a volatilidade dos fluxos de caixa em moeda estrangeira, contratamos instrumentos derivativos no curso normal de nossos negócios. Para obter informações adicionais, vide as Notas Explicativas 2.3.5 e 8 de nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de 2024.

A tabela abaixo apresenta informações sobre nossos ativos e passivos expostos ao risco cambial em 31 de dezembro de 2024, bem como as operações com derivativos em aberto na mesma data:

	Instrumentos financeiros indexados a outras moedas, com exceção do dólar Valor em aberto por vencimento						Valor Justo Total
	Valor em Aberto por Ano de Vencimento					2029 em diante	
	Valor Em Aberto Total	2025	2026	2027	2028		
	<i>(em milhões de US\$)</i>						
ATIVOS							
<i>Caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros</i>							
Em reais.....	105,2	105,2	—	—	—	—	105,2
Em euros.....	4,3	4,3	—	—	—	—	4,3
Em outras moedas	6,4	6,4	—	—	—	—	6,4
<i>Contas a receber de clientes</i>							
Em reais.....	29,3	29,3	—	—	—	—	29,3
Em euros.....	15,7	15,7	—	—	—	—	15,7
Em outras moedas	7,6	7,6	—	—	—	—	7,6
<i>Outros ativos</i>							
Em reais.....	322,1	191,7	130,4	—	—	—	322,1
Em euros.....	23,4	17,0	6,4	—	—	—	23,4
Em outras moedas	4,5	4,5	—	—	—	—	4,5
<i>Total do ativo em reais.....</i>	<u>456,6</u>	<u>326,2</u>	<u>130,4</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>456,6</u>
<i>Total do ativo em euros</i>	<u>43,4</u>	<u>37,0</u>	<u>6,4</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>43,4</u>
<i>Total do ativo em outras moedas.....</i>	<u>18,5</u>	<u>18,5</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>18,5</u>
PASSIVO							
<i>Empréstimos</i>							
Em reais.....	23,7	0,2	4,4	1,4	1,4	16,3	17,4
Em euros.....	23,2	23,0	0,2	—	—	—	23,4
<i>Contas a pagar aos fornecedores</i>							
Em reais.....	116,2	116,2	—	—	—	—	116,2
Em euros.....	30,7	30,7	—	—	—	—	30,7
Em outras moedas	6,5	6,5	—	—	—	—	6,5
<i>Adiantamentos de clientes.....</i>							
Em reais.....	1.472,3	1.228,1	244,2	—	—	—	1.472,3
Em euros.....	49,5	49,5	—	—	—	—	49,5
Em outras moedas	0,7	0,7	—	—	—	—	0,7
<i>Outras contas a pagar e passivo acumulado</i>							
Em reais.....	579,3	279,3	300,0	—	—	—	579,3
Em euros.....	40,9	35,7	5,2	—	—	—	40,9
Em outras moedas	5,5	5,2	0,3	—	—	—	5,5
<i>Impostos de renda e contribuição social</i>							
Em reais.....	44,2	32,0	12,2	—	—	—	44,2
Em euros.....	4,8	4,8	—	—	—	—	4,8
<i>Imposto de renda acumulado</i>							
Em reais.....	0,4	0,4	—	—	—	—	0,4
Em euros.....	8,6	8,6	—	—	—	—	8,6
Em outras moedas	5,2	5,2	—	—	—	—	5,2
<i>Contingências</i>							
Em reais.....	39,1	7,0	9,9	9,9	9,9	2,4	39,1
Em euros.....	2,0	1,4	0,2	0,2	0,2	—	2,0

	Instrumentos financeiros indexados a outras moedas, com exceção do dólar Valor em aberto por vencimento						Valor Justo Total
	Valor Em Aberto Total	Valor em Aberto por Ano de Vencimento					
	2025	2026	2027	2028	2029 em diante		
	(em milhões de US\$)						
<i>Total do passivo em reais</i>	<u>2.283,5</u>	<u>1.671,5</u>	<u>570,7</u>	<u>11,3</u>	<u>11,3</u>	<u>18,7</u>	<u>2.277,2</u>
<i>Total do passivo em euros.....</i>	<u>159,7</u>	<u>153,7</u>	<u>5,6</u>	<u>0,2</u>	<u>0,2</u>	<u>—</u>	<u>159,9</u>
<i>Total do passivo em outras moedas</i>	<u>17,9</u>	<u>17,6</u>	<u>0,3</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>17,9</u>
<i>Exposição total em reais.....</i>	<u>(1.826,9)</u>	<u>(1.345,3)</u>	<u>(440,3)</u>	<u>(11,3)</u>	<u>(11,3)</u>	<u>18,7</u>	<u>(1.820,6)</u>
<i>Exposição total em euros.....</i>	<u>(116,3)</u>	<u>(116,7)</u>	<u>0,8</u>	<u>(0,2)</u>	<u>(0,2)</u>	<u>—</u>	<u>(116,5)</u>
<i>Exposição total em outras moedas</i>	<u>0,6</u>	<u>0,9</u>	<u>(0,3)</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>0,6</u>

Para obter informações, vide a Nota Explicativa 27.1.5 de nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de 2024 incluídas em outra parte deste relatório anual.

C. Risco de Crédito

Podemos incorrer prejuízo caso as contrapartes de nossos diversos contratos não paguem os valores devidos a nós. Assim, nosso principal risco de crédito resulta da venda de aeronaves, peças sobressalentes e serviços relacionados aos clientes, inclusive as obrigações financeiras relativas às vendas no caso de prestarmos garantias em favor dos agentes de financiamento de compra de aeronaves de nossos clientes. Também estamos expostos ao risco de crédito de contrapartes em nossos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros que podem nos sujeitar à concentração de risco de crédito incluem: (i) investimentos financeiros e outros instrumentos financeiros; (ii) contas a receber de clientes; (iii) financiamentos a clientes; e (iv) adiantamentos a fornecedores. Buscamos limitar o risco de crédito associado a caixa e equivalentes de caixa ao realizar investimentos em instrumentos com grau de investimento, seguindo as orientações da política de gestão financeira. Com relação às contas a receber de clientes e financiamentos a clientes, buscamos limitar nosso risco de crédito ao realizar avaliações constantes de crédito. Atualmente, todos esses clientes têm cumprido seus compromissos conosco e operam dentro dos limites de crédito que lhes atribuímos, sendo que a Administração considera que eles representam um nível de risco de crédito aceitável para nós. Somente prestamos adiantamentos a fornecedores selecionados e de longa data. Analisamos sua situação financeira constantemente para limitar o risco de crédito.

Também estamos expostos ao risco de crédito na venda de aeronaves no período em que seus compradores estão finalizando os acordos de financiamento para comprar aeronaves conosco. Para tentar minimizar esses riscos, monitoramos continuamente a análise de crédito dos clientes e trabalhamos de perto com as instituições financeiras para facilitar o financiamento das aeronaves.

Para mais informações, vide a Nota Explicativa 27.1.3 de nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de 2024 incluídas em outra parte deste relatório anual.

Item 12. DESCRIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS QUE NÃO AÇÕES

A. Títulos de Dívida

Não se aplica.

B. Bônus de Subscrição e Direitos

Não se aplica.

C. Outros Valores Mobiliários

Não se aplica.

D. American Depositary Shares

Taxas e Despesas com Depositário

O depositário poderá cobrar de: (i) cada pessoa para a qual as ADSs são emitidas, incluindo, entre outros, emissões contra depósito de ações, emissões com relação a distribuição de ações, direitos e outras distribuições, emissões segundo dividendos de ações ou desdobramento de ações declarados por nós, ou emissões em operação de fusão, permuta de valores mobiliários ou qualquer outra operação ou hipótese que afete as ADSs ou os valores mobiliários depositados; e (ii) cada pessoa que entregue ADSs para resgate dos valores mobiliários depositados ou cujas ADSs tenham sido canceladas ou reduzidas por qualquer outro motivo, o valor de US\$5,00 para cada 100 ADSs (ou fração) emitidas, entregues, reduzidas, canceladas ou resgatadas (conforme o caso). O depositário poderá vender (por meio de venda pública ou privada) valores mobiliários suficientes e patrimônio recebido com relação à distribuição de ações, direitos e outras distribuições anteriormente ao depósito para pagar essas taxas.

As seguintes taxas adicionais serão incorridas pelos Titulares de ADS, beneficiários efetivos das ADSs, qualquer parte que deposite ou resgate ações ou qualquer parte que entregue ADSs, para a qual as ADSs tenham sido emitidas (incluindo, entre outros, emissões segundo dividendos de ações ou desdobramento de ações declarados por nós, ou em operação de permuta de ações com relação às ADSs ou valores mobiliários depositados, ou distribuição de ADSs nos termos do Artigo 10 do contrato de depósito, conforme o caso):

- uma taxa de US\$0,05 ou menos por ADS para qualquer distribuição de caixa realizada nos termos do contrato de depósito;
- uma taxa de US\$1,50 por ADS ou ADSs ou transferências feitas nos termos do Artigo 3 do contrato de depósito;
- uma taxa pela distribuição ou venda de valores mobiliários nos termos do Artigo 10 do contrato de depósito, sendo que o valor dessa taxa equivalerá ao valor da taxa cobrada pela execução e entrega das ADSs, conforme mencionado acima, e que teria sido cobrada pelo depósito dos valores mobiliários (para fins do Artigo 7 do contrato de depósito, tratando todos os valores mobiliários como se fossem ações), valores mobiliários estes, ou recursos líquidos de caixa provenientes de sua venda, que em vez disso são distribuídos pelo depositário aos titulares de ADSs com direito a eles;
- uma taxa no valor total de US\$0,05 por ADS por ano civil (ou fração) pelos serviços de administração de ADSs prestados pelo depositário (taxa que deverá ser cobrada periodicamente em cada ano civil e apurada contra titulares registrados de nossas ADSs na data de registro ou datas estabelecidas pelo depositário e paga a exclusivo critério do depositário por meio de fatura emitida aos titulares registrados ou por meio de dedução da taxa de um ou mais dividendos em caixa ou outras distribuições em caixa); e
- uma taxa pelo reembolso das taxas, encargos e despesas conforme incorridas pelo depositário e/ou qualquer de seus agentes (incluindo, entre outros, o custodiante e despesas incorridas em nome de titulares com relação

ao cumprimento de regulamentos de controle cambial ou qualquer lei ou regulamento relacionado a investimento estrangeiro) quanto ao processamento de nossas ações ordinárias ou outros valores mobiliários depositados, venda de valores mobiliários (incluindo, entre outros, valores mobiliários depositados), a entrega de valores mobiliários depositados ou quanto ao cumprimento pelo depositário ou custodiante das leis, regras ou regulamentos aplicáveis (taxas estas que deverão ser apuradas proporcionalmente contra titulares registrados na data de registro ou datas estabelecidas pelo depositário e pagas a exclusivo critério do depositário por meio de fatura emitida aos titulares registrados ou por meio de dedução da taxa de um ou mais dividendos em caixa ou outras distribuições em caixa), incluindo, entre outros, valores cobrados pelas autoridades públicas ou outras instituições, como a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ou a B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, a bolsa de valores em que as ações estão registradas para negociação.

Efetuiremos o pagamento de todos os outros encargos e despesas do depositário e de qualquer de seus agentes (exceto o custodiante), segundo os contratos firmados de tempos em tempos por nós e o depositário, com exceção de:

- taxas relativas à transferência de ações ou outras taxas e encargos do governo (taxa estas devidas pelos titulares ou pessoas que depositem as ações);
- taxas relativas à transmissão via SWIFT, cabo, telex e fac-símile e taxas de entrega incorridas mediante a solicitação de pessoas que depositem ou de titulares que entreguem ações, ADSs ou valores mobiliários depositados (taxa estas devidas por tais pessoas ou titulares); e
- taxas de transferência ou registro relativas à transferência ou registro de valores mobiliários depositados em qualquer registro aplicável com relação ao depósito ou resgate dos valores mobiliários depositados (taxa estas devidas pelas pessoas que depositam as ações ou titulares que resgatam os valores mobiliários depositados).;

Esses encargos poderão, a qualquer tempo e de tempos em tempos, sofrer alterações por meio de contrato celebrado por nós e o depositário.

Pagamentos do Depositário no Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2024

Nos termos do contrato que firmamos com o J.P. Morgan, em 2024, o J.P. Morgan nos pagou um valor bruto de US\$1,3 milhão referente às nossas despesas com relações com investidores incorridas em 2024.

Part II

Item 13. INADIMPLÊNCIA, DIVIDENDOS EM ATRASO E MORA

Nada a declarar.

Item 14. MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NO DIREITO DOS TITULARES DE VALORES MOBILIÁRIOS E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A. Mudanças Significativas no Direito dos Titulares de Valores Mobiliários

Não se aplica.

B. Modificações ou Qualificações Significativas dos Direitos dos Titulares de Direitos Registrados

Não se aplica.

C. Alterações Significativas no Valor dos Ativos que Garantem os Títulos Registrados

Não se aplica.

D. Alterações nos Administradores ou Agentes Pagadores para quaisquer Valores Mobiliários Registrados

Não se aplica.

E. Destinação dos Recursos

Não aplicável

Item 15. CONTROLES E PROCEDIMENTOS

A. Controles e Procedimentos de Divulgação

Nossos controles e procedimentos de divulgação são projetados para fornecer segurança razoável de que as informações que devem ser divulgadas nos relatórios que arquivamos ou apresentamos nos termos do *Exchange Act* sejam registradas, processadas, resumidas e reportadas dentro dos prazos especificados pelas normas e formulários da SEC, e que tais informações sejam acumuladas e comunicadas à nossa administração, incluindo nosso principal diretor executivo e nosso principal diretor financeiro, ou pessoas que exerçam funções semelhantes, conforme apropriado, de modo a permitir decisões tempestivas relacionadas às divulgações financeiras obrigatórias.

Sob a supervisão e com a participação de nossa administração, incluindo nossos principais diretores executivos e o principal diretor financeiro, avaliamos a eficácia de nossos controles e procedimentos de divulgação (conforme esse termo é definido nas Regras 13a-15(e) e 15d-15(e) do Exchange Act em 31 de dezembro de 2024. Com base nessa avaliação, nossos principais diretores executivos e o principal diretor financeiro concluíram, juntamente com a administração, que nossos controles e procedimentos de divulgação eram eficazes em 31 de dezembro de 2024.

Nossa administração realizou análises adicionais consideradas necessárias para assegurar que nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 fossem elaboradas de acordo com as Normas Contábeis IFRS. Dessa forma, nossa administração acredita que as demonstrações financeiras consolidadas incluídas neste relatório anual apresentam de forma justa, em todos os aspectos relevantes, nossa posição financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa dos períodos apresentados de acordo com as Normas Contábeis IFRS.

B. Relatório Anual da Administração sobre Controles Internos de Relatórios Financeiros

Nossa administração é responsável por estabelecer e manter controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, conforme definido nas Regras 13a-15(f) e 15d-15(f) do Exchange Act. Nossos controles internos sobre relatórios financeiros são projetados para fornecer garantia razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à preparação de nossas demonstrações financeiras para fins externos de acordo com o as Normas Contábeis IFRS. Nossos controles internos sobre relatórios financeiros incluem as políticas e os procedimentos que (1) dizem respeito à manutenção de registros que, em detalhes razoáveis, refletem de forma precisa e justa as transações e disposições de nossos ativos; (2) fornecem garantia razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras de acordo com o as Normas Contábeis IFRS e que os recebimentos e as despesas da Empresa estão sendo feitos somente de acordo com as autorizações de nossa gerência e diretores; e (3) fornecem garantia razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou disposição não autorizados de nossos ativos que poderiam ter um efeito material em nossas demonstrações financeiras.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não impedir ou detectar declarações incorretas. O controle interno eficaz sobre os relatórios financeiros não pode, e não fornece, garantia absoluta de atingir nossos objetivos de controle. Além disso, as projeções de qualquer avaliação de eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições ou que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos possa se deteriorar.

Nesse contexto, nossa administração, com a participação do diretor executivo e do diretor financeiro, sob a supervisão de nosso Comitê de Auditoria, avaliou a eficácia de nossos controles internos sobre relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2024 com base nos critérios estabelecidos no Internal Control - Integrated Framework (2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. Com base nessa avaliação, nossa administração concluiu que, em 31 de dezembro de 2024, nossos controles internos sobre relatórios financeiros eram eficazes.

C. Relatório de Atestado da Empresa de Contabilidade Pública Registrada

Nossa empresa independente de contabilidade pública registrada, a KPMG Auditores Independentes Ltda. ou KPMG, que auditou as demonstrações financeiras consolidadas incluídas neste relatório anual, emitiu um relatório de auditoria expressando seu parecer sobre a eficácia dos controles internos da Empresa sobre os relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2024. O relatório da KPMG consta na página F-3 deste relatório anual.

D. Mudanças nos Controles Internos sobre Relatórios Financeiros

Nosso departamento de riscos e controles internos avalia periodicamente nossos controles internos para os principais ciclos, documentando os processos utilizados em cada ciclo, identificando oportunidades e sugerindo melhorias para os mecanismos de controle existentes. Não houve nenhuma mudança em nossos controles internos sobre relatórios financeiros que tenha ocorrido durante o período coberto por este relatório anual que tenha afetado materialmente, ou tenha uma probabilidade razoável de afetar materialmente, nossos controles internos sobre relatórios financeiros.

Item 16. [RESERVADO]

16A. Especialista Financeiro do Comitê de Auditoria

Conforme determinação de nosso conselho de administração, o Sr. João Cox Neto, membro externo do nosso comitê estatutário de Auditoria, Riscos e ética, é o especialista em finanças do comitê de auditoria, segundo a definição atual das regras da SEC. Para mais informações sobre o papel do comitê estatutário de auditoria, riscos e ética, vide “Item 6. Conselheiros, Diretores e Empregados—C. Práticas do Conselho de Administração e Diretoria—Comitê de Auditoria, Riscos e Ética”.

16B. Código de Ética

O conselho de administração adotou um Código de Ética e Conduta aplicável aos nossos conselheiros, diretores e empregados em todo o mundo, incluindo o Diretor-Presidente, Diretor Financeiro e controlador. Uma cópia do nosso Código de Ética e Conduta foi arquivada como Anexo 11.1 a este relatório anual.

16C. Honorários e Serviços do Auditor Principal

A tabela a seguir apresenta, por categoria de serviço, os honorários agregados cobrados pelos serviços profissionais prestados por nossos principais contadores em cada um dos dois últimos exercícios fiscais, a saber, KPMG Auditores Independentes Ltda. (PCAOB ID 1124 e localizada em São José dos Campos, Brasil) durante os exercícios fiscais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Honorários e serviços do auditor principal	Exercício encerrado em	
	31 De dezembro de	
	2024	2023
	<i>(em milhares de US\$)</i>	
Honorários de Auditoria.....	3.860,8	3.588,3
Honorários de Serviços Relacionados à Auditoria.....	318,5	295,2
Honorários de Consultoria Tributária	—	70,7
Outros Honorários	3,2	28,3
Total	4.182,4	3.982,5

Honorários de Auditoria

Os honorários de auditoria referem-se ao valor total cobrado pela: (i) auditoria de nossas demonstrações financeiras anuais, elaboradas de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil e as Normas Contábeis IFRS publicadas no Brasil e Estados Unidos da América, e de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria e as normas do Conselho de Supervisão Contábil de Companhias de Capital Aberto (Public Company Accounting Oversight Board – PCAOB); (ii) revisão das nossas informações financeiras trimestrais, elaboradas de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil e as Normas Contábeis IFRS; e (iii) auditoria das demonstrações financeiras estatutárias das nossas subsidiárias.

Honorários de Serviços Relacionados à Auditoria

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os honorários relacionados à auditoria consistiram principalmente nos honorários agregados relacionados aos serviços de conformidade prestados a nós e a algumas de nossas subsidiárias relacionados a documentos arquivados em agências reguladoras e governamentais, e alguns outros honorários relacionados a serviços de conformidade prestados para algumas de nossas subsidiárias e serviços relacionados ao diagnóstico de tecnologia da informação.

Honorários de Consultoria Tributária

Os honorários de consultoria tributária referem-se ao valor total cobrado pelos serviços de consultoria tributária prestados a algumas de nossas subsidiárias.

Outros Honorários

Todos os outros honorários referem-se ao valor cobrado por serviços diversos relativos a compliance prestados a algumas de nossas subsidiárias e serviços relativos a diagnóstico de TI. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, todas as outras taxas também incluíram taxas a pagar relacionadas a serviços de consultoria permitidos prestados a nossas subsidiárias.

Políticas e Procedimentos de Aprovação Prévia

Nosso conselho de administração aprovou todos os serviços de auditoria e serviços relacionados à auditoria prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 2023 e 2024. Qualquer serviço prestado pela KPMG Auditores Independentes Ltda. que não esteja especificado no escopo dessa auditoria exige a aprovação prévia do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética antes de qualquer contratação. De acordo com a Rule 2-01 da Regulation S-X, comitês de auditoria podem aprovar determinados honorários de serviços relacionados à auditoria, serviços de consultoria tributária e outros serviços, mediante a aplicação da exceção de *minimis*, antes da conclusão da contratação da auditoria. Em 2024 e 2023, nenhum dos honorários pagos à KPMG Auditores Independentes Ltda. foi aprovado de acordo com a exceção de *minimis*.

16D. Exceções às Regras de Cotação para os Comitês de Auditoria

Nenhum.

16E. Compra de Ações pelo Emissor e Subsidiárias

Até a data deste relatório anual, não temos nenhum programa ativo de recompra de ações.

Vide “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras—B. Liquidez e Recursos de Capital—Despesas de Capital—Eventos Subsequentes—Recompra de ações próprias da Embraer.”

16F. Mudanças do Contador Certificado da Registrante

Não se aplica.

16G. Governança Corporativa

Visão Geral

Estamos sujeitos às regras de governança corporativa da NYSE. Como emissor estrangeiro privado, as regras aplicáveis a nós são muito diferentes daquelas aplicadas a companhias americanas listadas. Segundo as regras da NYSE: (i) devemos ter um comitê ou conselho de auditoria, segundo a exceção aplicável a emissores estrangeiros privados, que atenda a certas exigências, como discutido a seguir; (ii) nosso Diretor Presidente deve fornecer imediatamente um certificado sobre todo descumprimento relevante de qualquer regra de governança corporativa; e (iii) devemos apresentar uma breve descrição das diferenças significativas entre nossas práticas de governança corporativa e aquelas que a NYSE exige que sejam cumpridas por companhias americanas listadas. A discussão sobre as diferenças significativas entre nossas práticas de governança corporativa e aquelas que a NYSE exige que sejam cumpridas por companhias americanas listadas está descrita a seguir.

Maioria de Conselheiros Independentes

Segundo as regras da NYSE, a maioria dos conselheiros de companhias listadas nos Estados Unidos deve ser independente. A independência é definida por vários critérios, inclusive a ausência de relações relevantes entre o conselheiro e a companhia listada, cuja independência deve ser confirmada pelo conselho de administração. Da mesma forma, segundo o Regulamento do Novo Mercado, pelo menos 20% dos conselheiros ou pelo menos dois conselheiros, o que for maior, de companhias listadas no segmento do Novo Mercado da B3 deve ser independente. Os critérios de independência dos conselheiros de acordo com o Regulamento do Novo Mercado são similares àqueles das regras da NYSE.

Os membros do nosso conselho de administração declararam que são conselheiros independentes para fins do regulamento do Novo Mercado, com exceção do representante da União, devido à titularidade da golden share e os dois representantes de nossos empregados. Nossos conselheiros atendem os requisitos previstos na Lei das Sociedades por Ações, regras da CVM e Regulamento do Novo Mercado.

A Lei das Sociedades por Ações e nosso estatuto social exigem que nossos conselheiros sejam eleitos por nossos acionistas em assembleia geral. A eleição dos membros do conselho de administração, na ausência de solicitação de adoção do sistema de voto múltiplo, será conduzida segundo o sistema de chapas, em que a votação ocorrerá em chapas e não em candidatos individuais. Segundo nosso estatuto social, o conselho de administração indicará uma chapa para o mandato subsequente. Os membros do conselho de administração são eleitos pelos acionistas por um mandato de dois anos, sendo que: (i) um membro efetivo (e respectivo suplente) será eleito pela União, como titular da golden share; e (ii) dois membros efetivos (e respectivos suplentes) serão eleitos pelos nossos empregados (um membro e seu suplente a serem indicados pelo Clube de Investimentos dos Empregados da Embraer - CIEMB (um membro e seu suplente a serem indicados pelos empregados não acionistas da Companhia). Os demais oito conselheiros efetivos serão eleitos de acordo com o sistema de chapas ou voto múltiplo, nos termos de nosso estatuto social. É permitida a inclusão de um mesmo candidato em mais de uma chapa. Cada acionista somente poderá votar em uma chapa e a chapa que tiver o maior número de votos será declarada vencedora. Para mais informações, vide “Item 10. Informações Adicionais—B. Atos Constitutivos e Estatuto Social—Conselho de Administração—Eleição dos Membros do Conselho de Administração”.

Sessões Executivas

As regras da NYSE exigem que os conselheiros não-administradores se reúnam em sessões executivas programadas regularmente, sem a administração. A legislação societária brasileira não possui uma disposição similar. De acordo com a legislação societária brasileira, até um terço dos membros do conselho de administração pode ser eleito pela administração. Os demais conselheiros não-administradores não são expressamente obrigados a consultar a administração. As regras de procedimento do conselho de administração da Embraer estabelecem que os membros externos não-administradores (isto é, membros que não possuam qualquer relação comercial, empregatícia ou administrativa com a Embraer) devam se reunir em sessões exclusivas, realizadas no mesmo dia e anteriormente às reuniões do conselho de administração, para discutir a agenda da reunião.

Comitê de Nomeação/Governança Corporativa

De acordo com as regras da NYSE, companhias listadas devem constituir um comitê de nomeação/governança corporativa composto inteiramente por conselheiros independentes e regido por um regulamento escrito indicando o propósito do comitê e detalhando suas atribuições, incluindo, entre outras, a identificação e escolha de conselheiros qualificados e a elaboração de uma série de princípios de governança corporativa aplicáveis à companhia. Os conselheiros são eleitos por nossos acionistas em assembleia geral. Embora não tenhamos constituído um comitê de nomeação/governança corporativa, pois a lei brasileira aplicável assim não o exige, nosso Comitê de Pessoas e Governança, tem as mesmas atribuições impostas ao comitê de nomeação/governança corporativa pelas regras da NYSE, entre outras.

Comitê de Remuneração

De acordo com as regras da NYSE, companhias listadas devem constituir um comitê de remuneração composto inteiramente por diretores independentes e regido por um regulamento escrito indicando o propósito do comitê e detalhando suas atribuições, incluindo, entre outras, a revisão das metas corporativas vinculadas à remuneração do Diretor-Presidente, a avaliação do desempenho do Diretor-Presidente e aprovação dos níveis de remuneração do Diretor-Presidente, e a recomendação de pagamento de remuneração, remuneração baseada em incentivos e plano de remuneração baseado em ações aos diretores, exceto o Diretor-Presidente. Embora não tenhamos estabelecido um comitê de remuneração, pois não somos obrigados a fazê-lo de acordo com a legislação brasileira aplicável, nosso Comitê de Pessoas e ESG, sem poder executivo e composto por membros indicados pelo nosso conselho de administração, entre outras coisas, desempenha as mesmas funções impostas ao comitê de remuneração pelas regras da NYSE. Segundo a Lei das Sociedades por Ações, o valor total disponível para pagamento da remuneração de nossos conselheiros e diretores e participação nos lucros e resultados de diretores é determinado por nossos acionistas em assembleia geral. O conselho de administração é responsável pela determinação da remuneração individual e a participação nos lucros e resultados de cada diretor, bem como a remuneração dos membros de nosso conselho e comitês. O conselho analisa o desempenho dos diretores, inclusive do Diretor-Presidente, para fazer tal determinação.

Comitê de Auditoria

De acordo com as regras da NYSE, as companhias listadas devem manter um comitê de auditoria: (i) composto por pelo menos três conselheiros independentes que tenham conhecimento na área financeira; (ii) que cumpra as regras da SEC a respeito dos comitês de auditoria de companhias listadas; (iii) que tenha pelo menos um membro com experiência em contabilidade ou administração financeira; e (iv) regido por um regulamento escrito indicando o propósito do comitê e detalhando suas atribuições. Nosso Comitê de Auditoria, Riscos e Ética atende as exigências da Rule 10A-3 do U.S. Securities Exchange Act of 1934. Não contamos com a exceção às regras de Cotação referente aos comitês de auditoria.

Nosso Comitê de Auditoria, Riscos e Ética é composto, em sua maioria, por membros independentes de nosso conselho de administração e dois membros externos. Para mais informações, vide “Item 6. Diretores, Alta Administração e Empregados—Item C. Práticas do Conselho de Administração e Diretoria—Comitê de Auditoria, Riscos e Ética”. Como os emissores privados estrangeiros estão sujeitos à legislação local, que pode proibir que a totalidade dos membros do conselho de administração delegue determinadas atribuições ao comitê de auditoria, de acordo com a Rule 10A-3, os comitês de auditoria de emissores privados estrangeiros podem exercer funções de assessoria referentes a essas atribuições de acordo com a lei aplicável. Em função de determinadas restrições impostas pela Lei das Sociedades por Ações, nosso Comitê de Auditoria, Riscos e Ética, ao contrário dos comitês de auditoria dos Estados Unidos, exerce apenas a função de assessoria e pode fazer somente recomendações a serem adotadas por todos os membros do conselho de administração, que é responsável pelo voto e decisão final. Por exemplo, nosso Comitê de Auditoria, Riscos e Ética faz recomendações relativas à indicação de empresas de auditoria, cuja escolha está sujeita à aprovação do conselho de administração. Nosso Comitê de Auditoria, Riscos e Ética cumpre as exigências legais do Brasil, inclusive a respeito dos conselheiros independentes, nos termos da lei brasileira.

Aprovação de Acionistas para Plano de Remuneração Baseada em Ações

Segundo as regras da NYSE, os acionistas devem votar todos os planos de remuneração baseada em ações e alterações relevantes, com algumas ressalvas. Segundo a Lei das Sociedades por Ações, todos os planos de opções de ações devem ser aprovados pelos acionistas. Além disso, qualquer emissão de novas ações acima do nosso capital autorizado está sujeita à aprovação dos acionistas.

Diretrizes de Governança Corporativa

Segundo as regras da NYSE, as companhias americanas listadas devem adotar e divulgar seus procedimentos de governança corporativa. Embora estejamos sujeitos ao Regulamento do Novo Mercado, inclusive regras sobre governança corporativa, não adotamos nenhuma diretriz formal de governança corporativa. Adotamos e cumprimos nossa Política de Negociação de Valores Mobiliários, Divulgação de Informações Significativas e Preservação de Confidencialidade, que exige a divulgação ao mercado de todas as informações relevantes de acordo com as diretrizes estabelecidas pela CVM, bem como regras sobre o uso indevido de informações privilegiadas, que entre outras exigências, estabelece períodos de suspensão da negociação e exige que indivíduos em posse de informações privilegiadas informem a Administração sobre todas as negociações que envolvam nossos valores mobiliários.

Em novembro de 2016, após a contribuição e comentários feitos pela CVM, o Código Brasileiro de Governança Corporativa, que prevê diretrizes de práticas de governança corporativa para empresas de capital aberto no Brasil, foi lançado por uma instituição formada por diversas entidades do mercado, como o Sistema Brasileiro de Pensão, a Associação Brasileira das Companhias Abertas, a Associação Brasileira de Mercados Financeiros e de Capitais, a Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital, a Associação Brasileira de Investidores do Mercado de Capitais, a Associação de Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais, B3, BRAIN – Brasil Investimentos e Negócios, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Instituto Brasileiro de Relações com Investidores e Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

Os regulamentos da CVM estabelecem que as empresas devem informar se implementarão as disposições estabelecidas no Código Brasileiro de Governança Corporativa ou justificar as razões para o não cumprimento dessas práticas. Além disso, a B3 e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa emitiram diretrizes para as melhores práticas de governança corporativa no Brasil.

Código de Ética e Conduta

De acordo com as regras da NYSE, todas as companhias listadas devem adotar e divulgar um código de ética e conduta aplicável a conselheiros, diretores e empregados, bem como divulgar prontamente qualquer exceção à aplicação do código aos conselheiros e diretores. A legislação brasileira aplicável não faz exigência semelhante. Entretanto, adotamos um Código de Ética e Conduta que se aplica aos nossos conselheiros, diretores e empregados em todo o mundo, e que também abrange nossas subsidiárias. Acreditamos que esse código aborde substancialmente os assuntos exigidos pelas regras da NYSE. Uma cópia do nosso Código de Ética e Conduta foi arquivada como Anexo 11.1 a este relatório anual. Para mais informações sobre o nosso Código de Ética e Conduta, vide “- Item B. Código de Ética”. Normalmente, revisamos nosso Código de Ética a cada dois anos. A última versão do Código de Ética é a sétima Edição, aprovada em 8 de dezembro de 2023.

Função de Auditoria Interna

Segundos as regras da NYSE, companhias listadas devem possuir uma função de auditoria interna que forneça à administração e ao comitê de auditoria avaliações atualizadas dos processos de gestão de riscos e sistemas de controles internos da companhia. Nossa auditoria interna se reporta ao Comitê de Auditoria, Riscos e Ética e a nossa gestão de riscos e controles internos se reporta ao Diretor Financeiro, garantindo assim a independência necessária e a competência para avaliar o desenho de nossos controles internos dos relatórios financeiros, bem como para avaliar sua eficácia, conforme exigido pelo Artigo 404 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002.

16H. Declaração de Segurança em Mina

Não se aplica.

16I. Divulgação Sobre Jurisdições Estrangeiras que Impedem Inspeções

Não se aplica.

16J. Políticas de Negociação com Informações Privilegiadas

Adotamos políticas e procedimentos de negociação com informações privilegiadas que regem a compra, venda e outras disposições de nossos títulos por diretores, gerentes seniores e empregados, políticas e procedimentos que são razoavelmente projetados para promover a conformidade com as leis, regras e regulamentos aplicáveis de negociação com informações privilegiadas e quaisquer padrões de listagem aplicáveis a nós. Uma cópia de nossa política de negociação com informações privilegiadas é apresentada como um anexo a este relatório anual no Formulário 20-F.

16K. Cibersegurança

Gestão e Estratégia de Risco

A nossa estratégia de gestão de riscos de cibersegurança foi concebida para detectar, prevenir, monitorizar e responder a incidentes de segurança, minimizar a indisponibilidade, proteger a integridade dos dados e prevenir a fuga de dados. Adotamos diversos processos para avaliação, identificação e gerenciamento de riscos decorrentes de ameaças à cibersegurança, que estão documentados em nosso Procedimento de Resposta a Incidentes de cibersegurança, Diretrizes para Proteção Cibernética nas Empresas do Grupo Embraer e Procedimentos para Monitoramento e Resposta a Incidentes de Segurança da Informação.

Aplicamos soluções e procedimentos de cibersegurança para garantir o tratamento, coleta e disponibilidade mais apropriados e aplicáveis de dados e informações usados por nossos sistemas corporativos, processos de negócios e produtos. Esses procedimentos e mecanismos são baseados nas melhores práticas de mercado (como estruturas como a NIST CSF e a ISO27001/2) e passam por revisões periódicas para garantir sua capacidade de detectar, controlar e responder a possíveis ameaças cibernéticas globais.

Temos um procedimento de ciclo de resposta a incidentes de cibersegurança, que é uma resposta processual de quatro estágios utilizada em caso de incidentes de cibersegurança. O procedimento compreende as seguintes etapas: (i) treinamento e preparação de nossas equipes para atuar prontamente em resposta a incidentes de cibersegurança, por meio da implementação de controles baseados em avaliações de risco; (ii) detecção e análise de incidentes; (iii) ações de contenção, erradicação e recuperação do incidente; (iv) atividades pós-incidente, que compreendem as atividades para evitar, prevenir e melhorar as ações em caso de novos incidentes. O treinamento dos nossos empregados é realizado todo mês.

Como parte da nossa estratégia de gestão de riscos, contratamos empresas de cibersegurança, como Tempest, AWS, Google e outras, além de auditores independentes, para avaliar anualmente nossos controles e procedimentos de cibersegurança. Avaliamos e supervisionamos continuamente os riscos materiais decorrentes de ameaças à cibersegurança associadas aos nossos prestadores de serviços terceirizados. Antes de iniciar relações comerciais com prestadores de serviços, o comitê de cibersegurança avalia se estes cumprem os nossos padrões mínimos relativos a procedimentos de cibersegurança, governança e gestão de riscos. Nosso comitê de cibersegurança é responsável por supervisionar e identificar riscos de cibersegurança. Vide “—Governança de Cibersegurança.” Temos uma equipe multidisciplinar que gerencia as questões de privacidade de dados sob a supervisão do *data protection officer*, ou DPO.

Nosso Data Protection Office opera sob um modelo híbrido, composto por representantes de diferentes áreas da empresa, com o objetivo de apoiar o cumprimento das legislações aplicáveis, monitorar riscos e demonstrar, de forma contínua e sustentável, o nível de conformidade da organização em relação à privacidade e proteção de dados.

O Data Protection Officer, ou DPO, integra o Escritório de Proteção de Dados e atua como principal ponto de contato entre a Embraer, as autoridades nacionais de proteção de dados e os titulares dos dados. O DPO é responsável por esclarecer dúvidas e auxiliar os colaboradores na execução de atividades que envolvam operações de tratamento de dados pessoais. Além disso, o DPO propõe temas ao Escritório de Proteção de Dados com o objetivo de tratar lacunas e aprimorar o programa de governança de privacidade e proteção de dados da Embraer, incluindo ações de conscientização em toda a companhia.

Quando o DPO identifica um incidente de privacidade de dados, ele deve coordenar-se com os departamentos afetados para: (i) determinar o momento exato da identificação do incidente; (ii) avaliar o tipo de dado envolvido; (iii) analisar a causa, o escopo e as consequências do incidente; (iv) identificar como e onde ele foi detectado; e (v) auxiliar na proposição de medidas para tratar ou prevenir o incidente, incluindo, se aplicável, ações para mitigar eventuais efeitos negativos, tanto internamente quanto, se necessário, para os titulares dos dados afetados.

Incidentes de Cibersegurança

Em 24 de novembro de 2020, sofremos um incidente de cibersegurança em nossos sistemas de TI, que posteriormente foi identificado como um ataque de ransomware. O ataque resultou na criptografia de um ambiente de servidores virtuais hospedados no Brasil, impediu o acesso a determinados arquivos e resultou na divulgação inadvertida de dados, alguns dos quais foram disponibilizados na dark web. Informamos o incidente às autoridades policiais.

Imediatamente após o incidente, empregamos recursos de TI significativos, tomamos medidas para proteger e fortalecer a segurança de nossos sistemas, isolamos o ambiente afetado e reparamos nossa rede. Como parte de nossa reação, contratamos a Tempest Security Intelligence, uma empresa líder em cibersegurança, para investigar o incidente e complementar nossos esforços de remediação. A Embraer adotou medidas adicionais para fortalecer a segurança de seus sistemas, bem como reportar o incidente às autoridades competentes, no Brasil e no exterior. O incidente não teve impacto significativo sobre nossas receitas, fluxos de caixa ou quaisquer despesas incrementais relevantes para o exercício de 2020 e não tivemos nenhum incidente semelhante nos três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024. Também não há indicação de que a precisão e a integridade de qualquer informação financeira tenham sido afetadas como resultado do incidente.

Esse tipo de incidente de segurança cibernética tem se tornado cada vez mais sofisticado com o passar do tempo, especialmente porque os agentes de ameaças têm se tornado cada vez mais bem financiados por agentes

governamentais com recursos significativos, ou incluem eles mesmos. Esperamos que a sofisticação das ameaças cibernéticas continue a evoluir à medida que os agentes de ameaças aumentem o uso de tecnologias de IA e de aprendizado de máquina. No ano encerrado em 31 de dezembro de 2024, não tivemos reclamações relacionadas à violação de privacidade por parte de colaboradores e clientes, nem vazamentos, roubos ou perdas de dados de clientes, nem incidentes de segurança cibernética. No entanto, apesar dos nossos esforços, não é possível eliminar todos os riscos relacionados a ameaças cibernéticas, nem assegurar que não tenhamos sofrido algum incidente cibernético não detectado.;

Para obter mais informações sobre nossa exposição à segurança cibernética, consulte o Item 3. Informações-Chave—D. Fatores de Risco—Cibersegurança—A falta de proteção adequada contra riscos relacionados à cibersegurança pode nos afetar de forma significativa e adversa.”

Governança de Cibersegurança

Nosso conselho de administração supervisiona nosso comitê de cibersegurança, que é responsável por tomar decisões estratégicas sobre cibersegurança, aprovar políticas de cibersegurança e tem autoridade total e irrestrita para implementar projetos e ações de mitigação, conforme aplicável. O comitê de cibersegurança se reúne mensalmente, ou sempre que o *chief information security officer* (CISO) julgar necessário, para monitorar periodicamente, em alto nível, nossos projetos relacionados à cibersegurança e aconselhar sobre medidas e melhorias para aprimorar nossa gestão de questões de cibersegurança. O comitê de cibersegurança é composto por:

- nosso Diretor-Presidente (CEO);
- nosso diretor financeiro (CFO);
- nosso CISO;
- o vice-presidente da Embraer Defesa e Segurança;
- nosso diretor jurídico e DPO; e
- o vice-presidente de engenharia.

Além disso, a cibersegurança é pauta constante nas reuniões do nosso Comitê de Auditoria, Riscos e Ética e do nosso Conselho de Administração.

Part III

Item 17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Respondemos ao Item 18 em vez deste Item.

Item 18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas e os relatórios dos auditores independentes são apresentados juntamente com este relatório anual, logo após a página de assinaturas.

Item 19. ANEXOS

Apêndice Número	Descrição
1.1	Estatuto social da Embraer datado de 17 de maio de 2024 (tradução em inglês).*
2.1	Modelo do Terceiro Contrato de Depósito Aditado e Consolidado (Amended and Restated Deposit Agreement), entre a Embraer S.A., J.P. Morgan Chase Bank, N.A., como depositária, e os Titulares dos American Depositary Receipts emitidos segundo o contrato, incluindo o Modelo de American Depositary Receipt de 2019, aqui incorporado por referência a partir do Anexo (a) do Form F-6 Registration Statement da Embraer, segundo o Securities Act of 1933, apresentado junto à Securities and Exchange Commission (SEC File No. 333-133162) em 18 de novembro de 2019.
2.2	Escritura de Emissão, datada de 11 de fevereiro de 2025, entre a Embraer Netherlands Finance B.V., a Embraer S.A., na qualidade de garantidora, e o The Bank of New York Mellon, na qualidade de agente fiduciário, agente pagador, escriturador e agente de transferência (incorporada por referência ao Anexo 4.1 do Formulário 6-K do Relatório Atual da Embraer arquivado na SEC (Processo nº 001-15102) em 11 de fevereiro de 2025).
2.3	Primeira Escritura Suplementar, datada de 11 de fevereiro de 2025, entre a Embraer Netherlands Finance B.V., a Embraer S.A., na qualidade de garantidora, e o The Bank of New York Mellon, na qualidade de agente fiduciário, agente pagador, escriturador e agente de transferência (incorporada por referência ao Anexo 4.2 do Formulário 6-K do Relatório Atual da Embraer arquivado na SEC (Processo nº 001-15102) em 11 de fevereiro de 2025).
2.4	A declarante desde já concorda em fornecer à SEC, mediante solicitação, cópias dos instrumentos que definem os direitos dos credores de dívidas de longo prazo da declarante e suas subsidiárias consolidadas e não consolidadas que têm a obrigação de arquivar demonstrações financeiras.
2.5	Descrição dos valores mobiliários da declarante registrados segundo a Seção 12 do Exchange Act.*
8.1	Lista de subsidiárias da Embraer.*
11.1	Código de Ética e Conduta, datado de 8 de dezembro de 2023 (incorporado por referência ao Anexo 11.1 do Relatório Anual da Embraer no Formulário 20-F referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, arquivado na Securities and Exchange Commission (SEC Processo nº 001-15102) em 5 de abril de 2024).
11.2	Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia e Divulgação de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo, datada de 16 de fevereiro de 2023 (incorporada por referência ao Anexo 11.2 do Relatório Anual da Embraer no Formulário 20-F referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, arquivado na Securities and Exchange Commission (SEC Processo nº 001-15102) em 5 de abril de 2024).
12.1	Certificado do Diretor-Presidente segundo a Regra 13a-14(a)/15d-14(a).*
12.2	Certificado do Diretor Financeiro segundo a Regra 13a-14(a)/15d-14(a).*
13.1	Certificado do Diretor-Presidente segundo o Artigo 1350.*
13.2	Certificado do Diretor Financeiro segundo o Artigo 1350.*
15.1	Consentimento da KPMG Auditores Independentes Ltda.*
97.1	Política de Recuperação de Remuneração de Incentivo Excedente (Clawback) datada de 1º de dezembro de 2023 (incorporada por referência ao Anexo 97.1 do Relatório Anual da Embraer no Formulário 20-F referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, arquivado na Securities and Exchange Commission (SEC Processo nº 001-15102) em 5 de abril de 2024).
101.INS	XBRL Instance Document.*
101.SCH	XBRL Taxonomy Extension Schema.*
101.CAL	XBRL Taxonomy Extension Scheme Calculation Linkbase.*
101.DEF	XBRL Taxonomy Extension Scheme Definition Linkbase.*
101.LAB	XBRL Taxonomy Extension Scheme Label Linkbase.*
101.PRE	XBRL Taxonomy Extension Scheme Presentation Linkbase.*
*	* Apresentado junto com o presente.

ASSINATURAS

A Declarante desde já atesta que cumpre todas as exigências para apresentação de Formulário 20-F e fez com que este Relatório Anual fosse assinado em seu nome pelos indivíduos abaixo-assinados, devidamente autorizados para tal.

EMBRAER S.A.

Por: /s/ FRANCISCO GOMES NETO

Nome: Francisco Gomes Neto

Cargo: Presidente e Diretor-Presidente

Por: /s/ ANTONIO CARLOS GARCIA

Nome: Antonio Carlos Garcia

Cargo: Vice-Presidente Executivo, Financeiro e Relações
com Investidores

Data: 31 de março de 2025

ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	<u>Página</u>
Relatório de Empresa Independente de Contabilidade Pública Registrada (PCAOB ID 1124)	2
Demonstrações Consolidadas da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023	7
Demonstrações Consolidadas de Lucros ou Perdas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022	9
Demonstrações Consolidadas de Outro Resultado Abrangente para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022	10
Demonstração consolidada das mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022	11
Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022	12
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	13

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. Helbor Corporate Tower
Av. São João, 2.405 – CJ.1101/1102
Jd. das Colinas
CEP 12242-000 - São José dos Campos/SP - Brasil
Caixa Postal 1668 - CEP 12230-970 - São José dos Campos/SP - Brasil
Telefone +55 (12) 2138-5030
kpmg.com.br

Relatório dos Auditores Independentes

Aos acionistas e ao Conselho de Administração
da Embraer S.A.

Opiniões sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas e os Controles Internos sobre o Processo de Preparação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

Examinamos os balanços patrimoniais consolidados da Embraer S.A. e suas controladas (“Companhia”) em 31 de dezembro de 2024 e 2023, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para cada um dos anos no período de três anos findo em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas notas explicativas (em conjunto denominadas “demonstrações financeiras consolidadas”). Também auditamos os controles internos da Companhia referentes ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024, com base no critério estabelecido no *Internal Control – Integrated Framework* (2013) emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para cada um dos anos no período de três anos encerrado em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as Normas Contábeis IFRS emitidas pelo Conselho de Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards). Adicionalmente, em nossa opinião, a Companhia manteve, em todos os aspectos relevantes, controles internos efetivos sobre o processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024, com base nos critérios estabelecidos no *Internal Control – Integrated Framework* (2013) emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*.

Base para opinião

A administração da Companhia é responsável por essas demonstrações financeiras consolidadas. . . Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossas auditorias. Somos uma firma de contabilidade pública registrada no PCAOB e devemos ser independentes com relação à Companhia de acordo com as leis federais de títulos e valores mobiliários dos EUA e as regras e regulamentos aplicáveis da Comissão de Valores Mobiliários e de Títulos e Valores Mobiliários e do PCAOB. Nós somos auditores registrados no Conselho de Supervisão de Contabilidade das Companhias Abertas (Estados Unidos da América) (PCAOB – Public Company Accounting Oversight Board) e requeridos a ser independentes da Companhia de acordo com as leis federais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários e, regras e regulamentos aplicáveis a Securities and Exchange Commission e ao PCAOB.

Conduzimos nossas auditorias de acordo com as normas do PCAOB. Estas normas requerem que uma auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas não contêm erros materiais, seja por erro ou fraude, e de que os controles internos referentes ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras são efetivos em todos os aspectos materiais.

Nossas auditorias das demonstrações financeiras consolidadas incluíram procedimentos para avaliar os riscos de erros materiais sobre estas demonstrações financeiras consolidadas, seja por erro ou fraude, e procedimentos para mitigar estes riscos. Tais procedimentos compreendem ainda a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas. Nossas auditorias também incluíram a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração, bem como da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto. Nossa auditoria sobre os controles internos relativos ao processo de preparação e divulgação de demonstrações financeiras consolidadas, incluiu a obtenção de um entendimento dos controles internos sobre o processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, avaliar o risco de que uma fraqueza material existe e testar e avaliar o desenho e efetividade operacional dos controles internos baseados na avaliação de risco. Nossas auditorias também incluíram a realização de outros procedimentos que consideramos necessários nas circunstâncias. Acreditamos que nossas auditorias proporcionam uma base adequada para emitirmos nossas opiniões.

Definições e Limitações dos Controles Internos sobre o Processo de Preparação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

Os controles internos sobre o processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de uma Companhia são elaborados para garantir segurança razoável quanto à confiabilidade da sua preparação para fins externos de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos sobre o processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas incluem aquelas políticas e procedimentos que (1) se referem à manutenção dos registros que, com detalhe razoável, refletem com exatidão e clareza as transações e vendas dos ativos; (2) forneçam segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que recebimentos e gastos vêm sendo feitos somente com autorizações da administração e diretores da Companhia; e (3) forneçam segurança razoável relativa à prevenção ou a detecção oportuna da aquisição, uso ou venda não autorizada dos ativos que possam ter um efeito material sobre as demonstrações financeiras.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos sobre o processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas podem não evitar ou detectar erros. Além disso, projeções de qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam tornar-se inadequados devido a mudanças nas condições, ou devido ao fato de que o grau de conformidade com as políticas e procedimentos podem deteriorarem.

Assuntos Críticos de Auditoria

Os assuntos críticos de auditoria comunicados abaixo são assuntos que referem-se a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do período corrente que foram comunicados ou requeridos a serem comunicados ao Comitê de Auditoria e que: (1) relacionam-se a contas ou divulgações relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas e (2) envolveram julgamentos particularmente desafiadores, subjetivos ou complexos. A comunicação de assuntos críticos de auditoria não altera de maneira nenhuma nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, e, por termos comunicado os assuntos os críticos de auditoria abaixo, nós não emitimos opiniões separadas sobre os assuntos críticos de auditoria, ou sobre as contas contábeis e divulgações a que eles se referem.

Avaliações da redução ao valor recuperável de ativos não monetários de longo prazo

Conforme descrito nas Notas 2.3.10, 3.2 e 16 às demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia realiza um teste de redução ao valor recuperável de todas as unidades geradoras de caixa (UGCs) com ativos intangíveis de vida útil indefinida anualmente. Uma análise das UGCs com ativos de vida útil definida é realizada a cada trimestre para avaliar se há indicadores de que a UGC possa ter tido perda no seu valor recuperável para realizar um teste de redução ao valor recuperável. A Companhia aplica o conceito de valor em uso utilizando projeções de fluxos de caixa descontado. Quando o teste de redução ao valor recuperável é realizado, a Companhia compara os valores contábeis das UGCs com os valores recuperáveis, o que é determinado no nível mais alto entre o valor em uso e o valor justo menos o custo de venda. Uma despesa de redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil excede o valor recuperável.

Identificamos a avaliação da redução ao valor recuperável de ativos não monetários de longo prazo para determinadas UGCs como um assunto crítico de auditoria. Um alto grau de julgamento e esforço subjetivo do auditor, incluindo competência e conhecimentos especializados, foram necessários para avaliar as premissas significativas incluídas nos fluxos de caixa futuros projetados da Companhia usados para estimar o valor recuperável dos ativos não monetários de longo prazo, especificamente as taxas de crescimento da receita e margens brutas.

Abaixo estão os principais procedimentos principais que executados para abordar este assunto crítico de auditoria. Avaliação do desenho e teste da efetividade operacional de determinados controles internos relacionados ao processo de avaliação de redução ao valor recuperável da Companhia para ativos não monetários de longo prazo para determinadas UGCs, incluindo controles sobre a determinação das taxas de crescimento da receita e margens brutas utilizadas nas respectivas projeções fluxos de caixa. Comparação das previsões históricas de fluxo de caixa da Companhia com os resultados reais para avaliar a capacidade da Companhia de projetar de maneira precisa. Envolvimento de profissionais de competência e conhecimentos especializados no tema, que ajudaram na avaliação das premissas significativas, comparando-os com dados da indústria e outras informações disponíveis de fontes externas.

(Original em inglês emitido por)

KPMG Auditores Independentes Ltda.

Atuamos como auditores da Companhia desde 2022.

São José dos Campos, SP, Brasil

31 de março de 2025

Sumário das notas explicativas

1. OPERAÇÕES	13
2. APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	13
3. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS RELEVANTES E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	26
4. NOVAS NORMAS CONTÁBEIS, ORIENTAÇÃO E ALTERAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS	27
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	27
6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS	28
7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	28
8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	28
9. FINANCIAMENTOS A CLIENTES	31
10. ESTOQUES	32
11. OUTROS ATIVOS	33
12. INVESTIMENTOS	34
13. PARTES RELACIONADAS	35
14. IMOBILIZADO	37
15. INTANGÍVEL	34
16. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (<i>IMPAIRMENT</i>) DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS	39
17. FORNECEDORES	39
18. FORNECEDORES – ACORDO DE FINANCIAMENTO	39
19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	40
20. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DOS FLUXOS DE CAIXA	41
21. CONTAS A PAGAR	42
22. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	42
23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	43
24. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES	45
25. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	48
26. PLANOS DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES	50
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	51
28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	59
29. RESULTADO POR AÇÃO	60
30. RECEITA DE CONTRATOS COM CLIENTES	61
31. DESPESAS POR NATUREZA	62
32. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	63
33. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	63
34. VARIAÇÕES CAMBIAIS, LÍQUIDAS	64
35. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS	64
36. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO – CONSOLIDADO	65
37. EVENTOS SUBSEQUENTES	67

Embraer S.A.
Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhões de dólares americanos)

ATIVO	Nota	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.563,0	1.629,2
Investimentos financeiros	6	639,7	521,7
Contas a receber de clientes	7	320,8	217,6
Instrumentos financeiros derivativos	8	13,2	17,5
Financiamentos a clientes	9	12,2	8,4
Ativos de contrato	30.2	622,7	509,1
Estoques	10	2.936,1	2.636,0
Imposto de renda e contribuição social		142,0	203,0
Outros ativos	11	262,7	312,9
TOTAL DO CIRCULANTE		6.512,4	6.055,4
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos financeiros	6	348,3	170,0
Contas a receber de clientes	7	2,0	3,4
Financiamentos a clientes	9	20,2	54,4
Ativos de contrato	30.2	1,4	2,4
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	174,0	137,7
Outros ativos	11	173,4	141,3
Investimentos		43,7	28,2
Imobilizado	14	1.941,3	1.770,7
Intangível	15	2.502,9	2.331,0
Direito de uso		104,7	88,0
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.311,9	4.727,1
TOTAL DO ATIVO		11.824,3	10.782,5

Embraer S.A.
Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhões de dólares americanos)

PASSIVO	Nota	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	17	966,3	787,0
Fornecedores - Acordos de financiamento	18	43,3	37,6
Passivo de arrendamento	20.1	19,2	13,8
Empréstimos e financiamentos	19	113,8	127,1
Contas a pagar	21	359,8	332,3
Passivos de contrato	30.2	2.563,4	1.919,0
Instrumentos financeiros derivativos	8	71,9	85,7
Impostos e encargos sociais a recolher	22	45,8	42,6
Imposto de renda e contribuição social		124,7	195,6
Receitas diferidas		17,9	10,2
Provisões	24.1	90,2	114,7
TOTAL DO CIRCULANTE		4.416,3	3.665,6
NÃO CIRCULANTE			
Passivo de arrendamento	20.1	92,6	82,2
Empréstimos e financiamentos	19	2.377,3	2.759,3
Contas a pagar	21	161,2	55,4
Passivos de contrato	30.2	721,2	621,9
Instrumentos financeiros derivativos	8	31,9	39,5
Impostos e encargos sociais a recolher	22	9,2	18,3
Imposto de renda e contribuição social	23.4	3,2	5,1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	450,3	304,7
Receitas diferidas		12,8	17,7
Provisões	24.1	203,7	173,5
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		4.063,4	4.077,6
TOTAL DO PASSIVO		8.479,7	7.743,2
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	28.1	1.551,6	1.551,6
Ações em tesouraria	28.3	(28,2)	(28,2)
Reservas de lucros	28.4	1.624,3	1.280,1
Remuneração baseada em ações		49,3	44,8
Ajuste de avaliação patrimonial		(257,2)	(152,7)
Resultado nas operações com acionistas não controladores		135,8	90,9
		3.075,6	2.786,5
Participação de acionistas não controladores		269,0	252,8
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.344,6	3.039,3
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.824,3	10.782,5

Embraer S.A.
Demonstração consolidada do resultado
Para os exercícios findos em 2024, 2023 e 2022
(Em milhões de dólares americanos)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2022
RECEITAS LÍQUIDAS	31	6.394,7	5.268,5	4.540,4
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	31	(5.241,6)	(4.358,9)	(3.628,2)
LUCRO BRUTO		1.153,1	909,6	912,2
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas administrativas	31	(198,9)	(204,9)	(184,9)
Despesas comerciais	31	(309,7)	(314,7)	(274,4)
Perda (reversão) de crédito esperada		(21,1)	10,2	(17,4)
Despesas com pesquisas		(55,0)	(90,3)	(110,0)
Outras receitas operacionais	32	266,1	170,7	110,5
Outras despesas operacionais	32	(162,7)	(176,3)	(555,0)
Equivalência patrimonial		(4,3)	10,2	8,5
RESULTADO OPERACIONAL		667,5	314,5	(110,5)
Receitas financeiras	33	311,1	128,6	166,5
Despesas financeiras	33	(415,6)	(321,9)	(290,0)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	34	(6,0)	(0,5)	28,2
LUCRO ANTES DO IMPOSTO		557,0	120,7	(205,8)
Imposto de renda e contribuição social	23.3	(202,4)	43,6	2,3
LUCRO DO EXERCÍCIO		354,6	164,3	(203,5)
Lucro atribuído aos:				
Acionistas da Embraer		325,5	164,0	(185,4)
Acionistas não controladores		2,1	0,3	(18,1)
Lucro por ação				
Básico e diluído	29	0,48	0,22	(0,25)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Embraer S.A.
Demonstrações consolidadas do resultado abrangente
Para os exercícios findos em 2024, 2023 e 2022
(Em milhões de dólares americanos)

	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2022
LUCRO DO EXERCÍCIO	354,6	164,3	(203,5)
ITENS QUE NÃO SERÃO RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO			
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego, líquido dos impostos	4,9	(4,5)	7,2
Ajustes de conversão da moeda funcional para a moeda de apresentação	-	-	135,7
ITENS QUE PODERÃO SER RECLASSIFICADOS PARA RESULTADO			
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa, líquido dos impostos	(24,7)	7,3	4,2
Instrumentos financeiros mensurados ao VJORA	0,2	-	-
Ajustes de conversão de investimentos	(94,7)	33,3	(30,6)
TOTAL DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DOS IMPOSTOS	(114,3)	36,1	116,5
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	240,3	200,4	(87,0)
Resultado abrangente atribuído aos:			
Acionistas da Embraer	248,0	201,0	(207,4)
Acionistas não-controladores	(7,7)	(0,6)	120,4 ;

Embraer S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 2024, 2023 e 2022
(Em milhões de dólares americanos)

Note	Reserva de lucros										Total	Participação de acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Acções em tesouraria	Remuneração baseada em acções	Subvenção para investimento	Reserva legal	Reserva para acções em capital de giro	Resultado nas operações com acionistas não controladores	Lucros (prejuízos) acumulados	Instrumentos financeiros	Ajustes acumulados de conversão			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	1.551,6	(25,2)	37,4	49,0	204,4	1.048,1	(48,7)	(185,4)	(11,6)	(4,4)	2.587,9	107,1	2.775,0
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(185,4)	-	-	(185,4)	(18,1)	(203,5)
Outro resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	7,2	(33,4)	(22,0)	138,5	(16,5)
Total resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	(185,4)	7,2	(33,4)	(207,4)	120,4	(87,0)
Remuneração baseada em acções	-	-	2,9	-	-	-	-	-	-	-	2,9	-	2,9
Resultado nas operações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	104,1	-	-	-	104,1	29,3	133,4
Destinação dos lucros:	-	-	-	-	-	-	-	185,4	-	-	-	-	-
Reserva para investimento e capital de giro	-	-	-	(185,4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	1.551,6	(25,2)	40,3	49,0	204,4	82,7	77,4	(164,0)	(41,5)	2,8	2.587,5	256,5	2.824,3
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(164,0)	-	-	(164,0)	0,3	(163,7)
Outro resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	(4,5)	34,2	37,0	(0,9)	36,1
Total resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	(164,0)	(4,5)	34,2	(127,0)	(0,6)	(87,4)
Remuneração baseada em acções	-	-	4,5	-	-	-	-	-	-	-	4,5	-	4,5
Integração de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,0
Resultado nas operações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	13,5	-	-	-	-	-	9,5
Destinação dos lucros:	-	-	-	-	-	-	-	(164,0)	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13,5
Reserva para investimento e capital de giro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13,4)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1.551,6	(25,2)	44,8	49,0	204,4	1.026,7	30,9	(352,5)	(46,0)	10,1	2.706,5	282,7	3.039,3
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(352,5)	-	-	(352,5)	2,1	(350,4)
Outro resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	4,9	(84,9)	(104,5)	(9,9)	(114,3)
Total comprehensive income	-	-	-	-	-	-	-	(352,5)	4,9	(84,9)	(432,5)	(7,7)	(437,2)
Remuneração baseada em acções	-	-	4,5	-	-	-	-	-	-	-	4,5	-	4,5
Integração de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65,6
Resultado de outras opções de acções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,1
Resultado nas operações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	44,9	-	-	-	44,9	(47,4)	(2,5)
Destinação dos lucros:	-	-	-	-	-	-	-	(2,6)	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	2,6	-	-	(2,6)	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(8,3)	-	-	-	-	-
Reserva para investimento e capital de giro	-	-	-	-	-	341,6	-	(341,6)	-	-	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	1.551,6	(25,2)	49,3	49,0	207,0	1.388,3	135,8	(411,1)	(201,7)	(14,4)	3.075,6	269,0	3.344,6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Embraer S.A.
Demonstrações do fluxo de caixa
Para exercícios findos em 2024, 2023 e 2022
(Em milhões de dólares americanos)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro do exercício		354,6	164,3	(203,5)
ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA				
Despesas com depreciação e amortização		243,6	241,7	210,3
Realização contribuição de parceiros		-	-	(0,5)
Realização de subvenções governamentais	15	(30,2)	(29,8)	(21,1)
Transações EVE		-	-	239,2
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável dos estoques		7,0	(4,8)	(16,5)
Ajuste valor justo - ativos financeiros		19,3	(0,4)	(1,7)
Perda (reversão) de crédito esperada		21,1	(10,2)	17,4
Perda (ganho) na alienação de ativo permanente ⁽¹⁾		6,2	(29,3)	41,1
Imposto de renda e contribuição social	23.3	202,4	(43,6)	(87,5)
Juros sobre empréstimos		174,6	189,7	201,0
Juros sobre títulos e valores mobiliários		(18,1)	(7,0)	(9,8)
Equivalência patrimonial		4,3	(10,2)	(8,5)
Variação monetária e cambial	34	8,7	7,1	(24,8)
Provisões diversas		55,4	(7,3)	38,7
Outros		5,2	10,9	19,6
(AUMENTO) DIMINUIÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS				
Investimentos financeiros		(117,7)	22,9	181,3
Instrumentos financeiros derivativos		(41,5)	21,2	(5,6)
Contas a receber		(159,3)	(4,6)	(1,1)
Financiamento a clientes		(114,1)	(4,6)	75,2
Ativos de contrato		25,1	6,6	(87,5)
Estoques		(370,2)	(287,1)	(294,3)
Outros ativos		(49,4)	(112,4)	10,5
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS				
Fornecedores e Fornecedores - Acordos de financiamento		204,8	50,2	257,6
Contas a pagar		24,1	69,1	(19,2)
Passivos de contrato		748,1	576,8	450,8
Impostos a recolher		(58,2)	98,6	39,1
Receitas diferidas		2,9	2,8	(15,0)
IR e CS pagos	23.1	(101,2)	(120,8)	(50,2)
Juros pagos	20.1	(176,3)	(172,8)	(183,7)
CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		871,2	617,0	751,3
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisições de imobilizado	14	(200,4)	(238,7)	(136,2)
Baixa de imobilizado		12,2	19,3	5,4
Adições ao intangível	15	(265,8)	(192,1)	(119,8)
Adições investimentos em subsidiárias e coligadas, líquido do caixa adquirido		(18,3)	(24,0)	(0,4)
Aquisição de investimentos financeiros		-	41,2	158,2
Alienação de investimentos financeiros		49,5	60,2	(17,6)
Alienação de investimento		(238,0)	(58,8)	-
Recebimento (concessão) de empréstimos		60,5	(60,5)	-
Dividendos recebidos		0,6	5,8	0,9
CAIXA USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(599,7)	(447,6)	(109,5)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos obtidos	20.1	775,2	2.000,7	145,4
Financiamentos pagos	20.1	(1.155,3)	(2.331,9)	(961,8)
Aumento de capital		-	9,5	-
Dividendos e juros sobre capital próprio		-	(13,4)	-
Recebimento na oferta de ações de controlada		65,6	-	207,0
Custos na oferta de ações de controlada		(2,4)	-	(47,9)
Pagamentos de arrendamentos	20.1	(18,8)	(13,6)	(11,9)
CAIXA USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(335,7)	(348,7)	(669,2)
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Efeito das variações cambiais no caixa e equivalentes de caixa		0,9	(10,0)	4,4
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	1.626,3	1.815,6	1.838,6
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	5	1.563,0	1.626,3	1.815,6

(1) O ativo permanente é composto por imobilizado, intangível, direito de uso e investimentos

(2) Esta rubrica agrega participações de não controladores e (ganhos) e perdas de participação acionária, apresentadas como rubricas separadas em anos anteriores. Esta alteração foi feita para simplificar a divulgação.

1. OPERAÇÕES

A Embraer S.A. (“Embraer” ou “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no segmento do Novo Mercado, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou “B3”) sob o código EMBR3. Adicionalmente, a Embraer negocia American Depositary Shares (“ADR”) na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“NYSE”) sob o ticker ERJ.

A Embraer está domiciliada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil e, em conjunto com as suas controladas (“Companhia”), tem como atividades preponderantes:

- Projetar, construir e comercializar aeronaves e materiais aeroespaciais e respectivos acessórios, componentes e equipamentos;
- Promover ou executar atividades técnicas vinculadas à produção e manutenção do material aeroespacial;
- Contribuir para a formação de pessoal técnico necessário à indústria aeroespacial;
- Executar outras atividades tecnológicas, industriais, comerciais e de serviços correlatos à indústria aeroespacial;
- Projetar, construir e comercializar equipamentos, materiais, sistemas, softwares, acessórios e componentes para as indústrias de defesa, de segurança e de energia, bem como promover ou executar atividades técnicas vinculadas à respectiva produção e manutenção; e
- Executar outras atividades tecnológicas, industriais, comerciais e de serviços correlatos às indústrias de defesa, de segurança e de energia.

A Companhia possui divisões estratégicas, que são seus segmentos reportáveis (vide Nota 36), sendo: Aviação Comercial, Aviação Executiva, Defesa & Segurança, Serviços & Suporte e Outros Segmentos.

1.1 Principais eventos ocorridos no exercício e impactos nas demonstrações financeiras

1.1.1 Conflito Rússia – Ucrânia

A Companhia, em cumprimento às sanções impostas à Rússia, à Belarus e a certas regiões da Ucrânia pelas leis das jurisdições às quais está sujeita, mantém suspenso, desde março/2022, o fornecimento de peças, manutenção e suporte técnico a clientes afetados por referidas sanções.

A Companhia mantém contínuo monitoramento de potenciais restrições em sua cadeia de suprimentos relacionadas ao conflito entre Rússia e Ucrânia, embora não haja preocupação quanto a disponibilidade de titânio, considerando a sua atual posição de estoque e as fontes alternativas existentes em outros países.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui ativos ou passivos materiais expostos a Rússia, Belarus ou Ucrânia, portanto, nenhum impacto contábil material foi identificado até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras.

1.1.2 Conflito Israel – Hamas

Apesar do acordo de cessar-fogo celebrado entre Israel e Hamas, a Companhia segue acompanhando atentamente os fatos, visando identificar os desdobramentos que podem gerar potenciais impactos na cadeia de suprimentos, além de outros relacionados a operações e suporte a clientes.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui ativos ou passivos materiais expostos a Israel ou à Palestina, portanto, nenhum impacto contábil material foi identificado até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras.

2. APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas ao custo histórico, salvo indicações ao contrário.

As áreas que envolvem maior grau de julgamentos ou complexidades, ou pressupostos e estimativas significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão pela Administração em 31 de março de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em dólar norte-americano ("US\$" ou "dólar"), que é a moeda funcional da Companhia.

Moeda funcional é a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade opera, considerando os seguintes fatores:

- Moeda que mais influencia os preços dos bens e serviços; trata-se da moeda em que o preço de venda dos bens e serviços da Companhia são expressos e liquidados.
- Moeda que mais influencia os custos de fornecimento de produtos e serviços, ou seja, a moeda em que os custos da Companhia são normalmente expressos e liquidados.
- Moeda do país cujas forças competitivas e regulamentações mais influenciam os negócios da Companhia.
- Moeda na qual a Companhia obtém, em grande parte, recursos para operações financeiras e na qual normalmente recebe pelas suas vendas e acumula caixa.

Todos os valores foram arredondados para o milhão mais próximo, salvo indicação em contrário.

2.3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

As alterações ao IAS7 e ao IFRS 7, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024, esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. Estas alterações resultaram em divulgações adicionais sobre os acordos de financiamentos de fornecedores celebrados pela Companhia. Vide Nota 18 e Nota 27.1.4.

As alterações aos pronunciamentos contábeis que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024 e que não tiveram qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nestas demonstrações financeiras são:

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao IAS1).
- Passivos não circulantes com cláusulas restritivas (alterações ao IAS1).
- Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior (alterações ao IFRS16).

2.3.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Controladora e das suas controladas, estas listadas abaixo:

Entidade	Participação (%)		País	Principais atividades
	2024	2023		
Controladas diretas				
ELEB Equipamentos Ltda.	100%	100%	Brasil	Venda de equipamentos hidráulicos e mecânicos para a indústria aeronáutica.
Embraer Aircraft Holding, Inc.	100%	100%	EUA	Concentra as atividades corporativas nos EUA.
Embraer Aviation International - EAI	100%	100%	França	Venda de peças e serviços de pós-venda na Europa, África e no Oriente Médio.
Embraer Defesa e Segurança Participações S.A.	100%	100%	Brasil	Coordena investimentos no segmento de Defesa & Segurança.
Embraer GPX Ltda.	100%	100%	Brasil	Sem operação.
Embraer Netherlands B.V.	100%	100%	Holanda	Concentra atividades corporativas na Europa e arrendamento e comercialização de aeronaves usadas da Aviação Comercial.
Embraer Netherlands Finance B.V.	100%	100%	Holanda	Operações financeiras como captação e aplicação de recursos do Grupo Embraer.
Embraer Overseas Ltd.	100%	100%	Ihas Cayman	Operações financeiras como captação e aplicação de recursos do Grupo Embraer.
Embraer Spain Holding Co. SL	100%	100%	Espanha	Concentra atividades corporativas no exterior.
Fundo de Investimento em Participações Embraer Ventures	100%	100%	Brasil	Fundo exclusivo criado com o objetivo de agregação tecnológica e financeira baseado no investimento e apoio a pequenas e médias empresas voltadas para inovação disruptiva em áreas relacionadas ao setor aeroespacial.
Yaborã Indústria Aeronáutica S.A.	100%	100%	Brasil	Sem operação.

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

Controladas indiretas					
Airholding S.A.	100%	100%	Portugal	Coordena investimentos da Embraer em Portugal.	
Atech - Negócios em Tecnologias S.A.	100%	100%	Brasil	Desenvolvimento e serviços em controle, comunicações, computadores e inteligência.	
Coqueiro Par Participações Ltda. ("Coqueiro")	(i)	100%	-	Brasil	Participação em outras sociedades.
ECC Investment Switzerland AG	100%	100%	Suíça	Coordena investimentos em subsidiárias no exterior.	
Embraer (China) Aircraft Technical Services Co. Ltd.	100%	100%	China	Venda de peças de reposição e serviços de apoio na China.	
Embraer Aircraft Customer Services, LLC	100%	100%	EUA	Venda de peças de reposição e serviços de apoio na América do Norte e Caribe.	
Embraer Aircraft Maintenance Services, LLC	100%	100%	EUA	Manutenção de aeronaves e componentes voltados à Aviação Comercial.	
Embraer Asia Pacific PTE. Ltd.	100%	100%	Singapura	Venda de peças de reposição e serviços de apoio na Ásia.	
Embraer Business Innovation Center, Inc.	100%	100%	EUA	P&D de inovações tecnológicas no setor aeroespacial e áreas correlatas.	
Embraer CAE Training Services (NL) B.V.	51%	51%	Holanda	Treinamento de pilotos, mecânicos e tripulação.	
Embraer CAE Training Services (U.K.) Limited	51%	51%	Reino Unido	Treinamento de pilotos, mecânicos e tripulação.	
Embraer CAE Training Services, LLC	51%	51%	EUA	Treinamento de pilotos, mecânicos e tripulação.	
Embraer Defense and Security, Inc.	100%	100%	EUA	Fornecimento de aeronaves Super Tucano, para a Força Aérea Americana.	
Embraer Engineering & Technology Center USA, Inc.	100%	100%	EUA	Serviços de engenharia relacionadas à pesquisa e desenvolvimento de aeronaves.	
Embraer Executive Aircraft, Inc.	100%	100%	EUA	Montagem final e entrega dos jatos executivos.	
Embraer Executive Jet Services, LLC	100%	100%	EUA	Suporte pós-venda e manutenção de aeronaves da Aviação Executiva.	
Embraer Finance Ltd.	100%	100%	Ihas Cayman	Apoio à Companhia nas estruturas financeiras de operações específicas.	
Embraer Portugal S.A.	100%	100%	Portugal	Coordena investimentos e atividades econômicas em subsidiárias em Portugal.	
Eve Holding, Inc. ("Eve Holding")	(i)	83,7%	89,4%	EUA	Empresa de capital aberto, com ações negociadas na NYSE, que detém a participação integral da Eve UAM, LLC.
Eve Soluções de Mobilidade Aérea Urbana Ltda.	(ii)	83,7%	89,4%	Brasil	Subsidiária da Eve com operações no Brasil.
Eve UAM, LLC.	(ii)	83,7%	89,4%	EUA	Desenvolvimento, design, fabricação, comercialização, certificação e suporte de aeronaves e soluções para administração de tráfego aéreo urbano, relacionadas à mobilidade aérea urbana.
EZS Informática S.A.	(i)	100,0%	76,6%	Brasil	Comércio varejista de produtos de informática, manutenção, reparo, conserto e prestação de serviços relacionados.
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.	65%	65%	Portugal	Manutenção de aeronaves, componentes e produção para indústria aeronáutica.	
Tempest Security Intelligence Limited	(i)	100,0%	76,6%	Reino Unido	Comércio varejista de produtos de informática, manutenção, reparo, conserto e prestação de serviços relacionados.
Tempest Serviços de Informática S.A. ("Tempest")	(i)	100,0%	76,6%	Brasil	Pesquisa, desenvolvimento e serviços nas áreas de Tecnologia da Informação, Segurança da Informação e de Inteligência.
Visiona Internacional B.V.	51%	51%	Holanda	Subsidiária internacional da Visiona.	
Visiona Tecnologia Espacial S.A.	51%	51%	Brasil	Fornecimento e desenvolvimento de soluções satelitais.	
Operações em conjunto					
EZ Air Interior Limited	50%	50%	Irlanda	Fabricação de interiores para aeronaves comerciais.	

As principais alterações ocorridas durante o exercício 2024 são:

(i) Em maio/2024, a Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. adquiriu a totalidade das quotas de participação da Coqueiro, entidade que detém 23,4% de participação na Tempest. Em razão desta aquisição, a Companhia passou a deter 100% de participação na EZS Informática S.A., Tempest e Tempest Security Intelligence Limited.

(ii) A redução para 83,7% foi motivada, principalmente, pela emissão de 27.218.588 novas ações pela Eve Holding mediante aporte de capital de US\$ 95,6 milhões e extinção de 8.296.470 warrants. A Embraer Aircraft Holding aportou US\$ 30 equivalentes a 7.500.000 ações. Os demais acionistas aportaram US\$ 65,6, equivalentes a 19.718.588 ações. A participação da Companhia na Eve Soluções de Mobilidade Aérea Urbana Ltda. e na Eve UAM, LLC., estas subsidiárias da Eve Holding, reduziu na mesma proporção. Dos US\$ 47,4 resultantes da transação com participação não controladora, US\$ 45,6 são atribuídos a esta transação e aos custos de transação correspondentes.

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades controladas pela Companhia. A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com a entidade investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a entidade.

Nesta análise, além da maioria dos direitos de voto, são observados o acordo de acionistas entre a Companhia e os outros acionistas titulares de direitos de voto, direitos decorrentes de outros acordos contratuais e potenciais direitos de voto existentes.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle começa até à data em que o controle cessa.

Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

As participações em coligadas e em empreendimento controlados em conjunto (*joint ventures*) são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas não possui controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto (*joint venture*), deve existir um acordo contratual que permita à Companhia compartilhar o controle da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da *joint venture*, e não o direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia nos lucros ou prejuízos e em outros resultados abrangentes das investidas, até a data em que a influência significativa ou o controle conjunto deixa de existir.

As principais coligadas e os empreendimentos controlados em conjunto da Companhia são:

Águas Azuis Construção Naval SPE Ltda entidade de propósito específico constituída pela Embraer, Atech Negócios em Tecnologia S.A. e Thyssenkrupp Marine Systems GmbH para fornecimento de navios classe Tamandaré, navios militares de alta complexidade tecnológica. A participação detida pela Companhia é de 25%.

Fundo de Investimento em Participações Aeroespacial Multiestratégia: fundo de investimento em participações da Embraer em conjunto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social ("BNDES"), Financiadora de Estudos e Projetos ("FINEP") e Desenvolve São Paulo, criado com o objetivo de fortalecer a cadeia produtiva aeroespacial, aeronáutica, de defesa e segurança e promover a integração de sistemas relacionados a esses setores por meio de apoio às pequenas e médias empresas. A participação detida pela Companhia é de 34%.

MSW Multicorp 2 Fundo de Investimentos em Participações - Capital Semente: fundo de investimento multi corporativo de *venture capital* constituído pela Embraer S.A., em conjunto com a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro ("AgeRio"), Acumuladores Moura S.A. e Banco do Brasil Seguros que investe em empresas em estágio inicial que demonstrem sinergia com seus investidores. A participação detida pela Companhia é de 40%.

Nidec Aerospace, LLC.: entidade constituída em conjunto com a Nidec Motor Corporation para o desenvolvimento e fabricação de sistemas elétricos de propulsão para uso aeronáutico, incluindo veículos de decolagem vertical e aeronaves de asa fixa. O percentual total de participação da Companhia na investida é de 49%.

Xmrobots Holding S.A.: entidade focada na fabricação, manutenção e venda de veículos não tripulados; produção de sistemas robóticos e de sensoriamento remoto; e desenvolvimento de software para mapeamento e controle agrícola. A porcentagem total de participação da empresa na Companhia é de 36,92%.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas (exceto ganhos ou perdas em transações em moeda estrangeira) decorrentes de transações intragrupo, são eliminados. Os ganhos não realizados decorrentes de transações com investidas reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.3.2 Moeda estrangeira

Transações em Moedas estrangeiras

As transações em outras moedas (que não a moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

Os ativos e passivos de cada demonstração da posição financeira apresentada são convertidos à taxa de fechamento naquela data. Os ganhos e perdas cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidos no resultado como variações monetárias e cambiais, líquidas.

Os adiantamentos de clientes e a fornecedores por bens e/ou serviços em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional da Companhia na data da transação e nenhuma conversão subsequente é reconhecida.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de entidades no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo decorrentes da aquisição, são convertidos para US\$ pela taxa de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas de cada demonstração de lucros ou perdas e demonstrações de fluxo de caixa são convertidas para dólares pelas taxas de câmbio médias mensais. As diferenças cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Quando da baixa de entidade no exterior, o montante acumulado das variações cambiais relacionadas com essa entidade no exterior, reconhecido em outros resultados abrangentes, é reclassificado para resultados como parte do ganho ou perda na baixa.

2.3.3 Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os instrumentos de dívida emitidos (“*bonds*”) são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte dos termos contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou um passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, mais ou menos, para um item que não seja ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente pelo preço da transação.

Classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias: mensurado ao custo amortizado, mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados posteriormente ao reconhecimento inicial, a menos que a Companhia modifique o modelo de negócios para a gestão desses ativos financeiros, caso em que todos os ativos afetados são reclassificados no primeiro dia do novo modelo de negócios.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa sobre um ativo financeiro em uma transação na qual: substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro ou a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não tem o controle sobre o ativo financeiro.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se ambos os critérios forem atendidos:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado através do método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido pela perda de crédito esperada. A receita de juros, os ganhos e perdas cambiais e a perda de crédito esperada são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado pelo VJORA somente se ambos os critérios forem atendidos:

- Ativos detidos num modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa relacionados apenas a pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao justo valor. A receita de juros calculada pelo método de juros efetivos, os ganhos e perdas cambiais e a perda de crédito esperada são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos, são reconhecidos em outros resultados abrangentes (“ORA”). Quando do desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Todos os ativos financeiros não classificados pela Companhia como mensurados ao custo amortizado ou como VJORA são classificados ao VJR. Estes ativos incluem ativos financeiros detidos para negociação ativa e frequente e instrumentos financeiros derivativos. As receitas de juros e dividendos provenientes de ativos financeiros mensurados pelo VJR são reconhecidos no resultado. Consulte a Nota 2.3.5 para ativos financeiros designados em uma relação de *hedge accounting*.

Avaliação do modelo de negócios

A Companhia avalia o objetivo do modelo de negócios para gestão de ativos financeiros como parte da classificação contábil dos instrumentos. Os fatores considerados nesta avaliação são:

- A política financeira vigente e os objetivos definidos para gestão da carteira, o que inclui avaliar se a estratégia tem como foco obter receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a relação entre a duração dos ativos financeiros e passivos relacionados, saídas esperadas de caixa, ou a realização dos fluxos de caixa através da venda dos ativos financeiros;
- Como o desempenho do portfólio é avaliado e reportado à Administração;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como eles são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos em períodos anteriores, os motivos de tais transações e as expectativas futuras.

Avaliação se os fluxos de caixa contratuais são exclusivamente pagamentos de principal e juros

Para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, e os juros como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, o risco de crédito associado ao valor do principal pendentes durante os prazos contratuais, outros riscos e custos gerais de empréstimos, bem como a margem de lucro na transação.

A Companhia considera os termos contratuais do ativo financeiro para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros. Isto inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que possa alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de tal forma que não satisfaça esta condição.

Essa avaliação considera eventos contingentes, termos que podem ajustar taxas contratuais, pré-pagamento e prorrogação de prazos de vencimento e termos que limitam o acesso da Companhia aos fluxos de caixa de ativos específicos.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR.

Um passivo financeiro é mensurado pelo VJR se for mantido para negociação, ou for um instrumento financeiro derivativo, ou se for classificado como tal no reconhecimento inicial. Os juros decorrentes de passivos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidos no resultado.

Os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da juros efetivos. Os juros e variações cambiais são reconhecidos no resultado.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Vide Nota 2.3.5 para passivos Financeiros de *hedge accounting*.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e pretende liquidá-los pelo valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.4 Caixa e equivalentes de Caixa e investimentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em espécie, numerário em trânsito, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento em até 90 dias da data da contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido de dinheiro e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que estas contas garantidas são liquidadas num curto espaço de tempo e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Os recursos aplicados que não atendem à definição de caixa e equivalentes de caixa são apresentados como investimentos financeiros.

Os recursos cuja utilização ou retirada pela Companhia são legalmente restritos (caixa restrito) são apresentados em outros ativos.

2.3.5 Instrumentos Financeiros derivativos e contabilidade de hedge (hedge accounting)

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que a Companhia celebra o contrato de derivativos e são posteriormente remensurado pelo valor justo. As variações no valor justo são reconhecidas em Despesas Financeiras, Líquidas (Nota 33), exceto para os derivativos designados como instrumentos de *hedge* na adoção da *hedge accounting* de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No início das relações de *hedges* designadas, a Companhia documenta a ligação entre os instrumentos de *hedge* e os itens que são objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gestão de risco e a estratégia na condução da transação, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a eficácia do relacionamento.

Hedge de fluxo de caixa

O *hedge* de fluxo de caixa é aplicado para riscos de *hedge* associados à volatilidade dos fluxos de caixa em moeda estrangeira associados a transações de previsão altamente prováveis que impactarão o resultado, neste caso as despesas com folha de pagamento liquidadas em reais e os impostos a elas relacionados.

A parcela efetiva das alterações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedges* de fluxo de caixa (opções de compra e venda de moeda) é reconhecida em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relativo à parcela ineficaz é reconhecido imediatamente no resultado, dentro do resultado financeiro.

Quando um instrumento de contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa é liquidado, ou quando não atende mais aos critérios de contabilidade de *hedge*, qualquer ganho ou perda acumulado no OCI é reclassificado para resultado (sob o mesmo título usado pelo item coberto), pois o objeto protegido também é mantido contra o resultado. Quando a transação protegida pelo *hedge* não é mais esperada para ocorrer, o valor reconhecido no OCI é imediatamente reclassificado para resultado financeiro.

Para *hedges* de fluxo de caixa, a Companhia contrata instrumentos financeiros de “*zero-cost collar*” que consistem na compra de uma opção de venda e na venda de uma opção de compra com a mesma contraparte e com prêmio líquido zero. Os termos essenciais dos instrumentos correspondem aos termos do risco protegido - o valor de referência total das opções protege o risco na proporção de 1:1 (estimativa de fluxos de caixa em reais para todo o ano) e suas datas de vencimento incluem todas as datas previstas de desabastecimento financeiro durante o ano. A Companhia realiza uma análise qualitativa e prospectiva da eficácia do *hedge*. Caso haja mudanças relevantes nas circunstâncias, como a estimativa de fluxos de caixa em reais protegidos em relação aos fluxos realizados, a Companhia equilibra prospectivamente a relação, e qualquer ineficácia identificada é reconhecida como resultado financeiro.

2.3.6 Estoques

Os estoques da Companhia são compostos em grande parte por matérias-primas, produtos em andamento, peças de reposição e produtos acabados. Os estoques de matérias-primas são reconhecidos ao custo de aquisição. Os estoques de produtos em elaboração compreendem matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de fabricação atribuíveis ao custo dos estoques. Uma vez concluídos, os produtos são reconhecidos como produtos acabados.

Os estoques de matérias-primas e peças de reposição são reconhecidos pelo custo médio ponderado móvel. As aeronaves fabricadas (produtos acabados) e os produtos em elaboração são mensurados pelo seu custo específico de produção.

Os estoques são avaliados ao custo ou ao valor realizável líquido, dos dois o menor.

A Companhia pode ter utilizado aeronaves para revenda, normalmente recebidas em operações de *trade-in* para viabilizar a venda de novas aeronaves. O valor contábil desses ativos é comparado periodicamente com o seu valor realizável líquido, que é o preço estimado de venda do ativo no curso normal dos negócios deduzido os custos estimados para vendê-lo. A Administração, em conjunto com seus avaliadores externos, estima o preço de venda com base nas avaliações das aeronaves.

Qualquer perda identificada é reconhecida no resultado.

2.3.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. É reconhecido no resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é mensurado utilizando as taxas de imposto promulgadas ou substancialmente promulgadas na

data do balanço nos países em que as entidades da Companhia operam e geram lucro tributável.

Os impostos diferidos são reconhecidos relativamente às diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos para efeitos de relato financeiro e os valores utilizados para efeitos de tributação.

Para reconhecer ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais, a Companhia avalia a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros considerando que essas diferenças temporárias e Embraer S.A. Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário os prejuízos fiscais acumulados seriam compensados.

Ativos e passivos de imposto de renda diferido são compensados quando existe o direito legal e a intenção de compensá-los no cálculo dos impostos correntes, geralmente relacionados à mesma pessoa jurídica e à mesma autoridade fiscal. Portanto, os ativos e passivos fiscais diferidos em diferentes entidades ou países diferentes geralmente não são compensados.

Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

A Administração avalia periodicamente, as posições fiscais incertas assumidas pela Companhia no cálculo do imposto de renda corrente com base na legislação tributária aplicável que dá margem a interpretações.

Se for provável que as autoridades fiscais aceitem a posição assumida pela Companhia, e os valores registados nas demonstrações financeiras consolidadas forem consistentes com os registos fiscais, portanto, nenhuma incerteza é refletida na mensuração dos impostos sobre o lucro correntes ou diferidos. Caso não seja provável, é constituída provisão, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais (ver Nota 23.4).

2.3.8 Imobilizado

O imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição ou construção, que inclui custos de empréstimos capitalizados, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment).

Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios económicos futuros associados ao item fluirão para a Companhia e possam ser mensurados com segurança.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada do bem, conforme demonstrado abaixo:

Classes de ativo	Vida útil estimada
Edifícios e benfeitorias em terrenos	30 a 60 anos
Instalações	10 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 40 anos
Móveis e utensílios	5 a 30 anos
Veículos	10 a 15 anos
Aeronaves	4 a 20 anos
Computadores e periféricos	2 a 10 anos
Ferramental	5 a 29 anos
Pool de peças reparáveis	8 a 30 anos

As vidas úteis estimadas são revisadas e ajustadas, se apropriado, ao final de cada exercício social.

O programa de “pool de peças reparáveis” é uma operação em que o cliente contrata a disponibilidade de peças de reposição para manutenção de aeronaves. Neste programa, quando é necessário trocar uma peça danificada, o cliente entrega a peça danificada e a Companhia fornece ao cliente uma peça em bom estado de funcionamento. A peça danificada é por sua vez recondicionada e adicionada ao pool.

O valor residual é atribuído para determinadas peças de reposição de aeronaves incluídas no programa de pool de peças reparáveis, que é revisado pela Administração e, se necessário, ajustado ao final de cada exercício. Quanto aos restantes ativos, não é atribuído valor residual.

2.3.9 Intangível

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Desenvolvido internamente

Os ativos intangíveis desenvolvidos internamente referem-se a gastos incorridos no desenvolvimento de novas aeronaves, incluindo serviços de suporte, mão de obra produtiva, material e mão de obra direta alocada na construção de protótipos de aeronaves ou componentes significativos, custos de empréstimos, quando aplicável, bem como aplicações de tecnologias avançadas com o objetivo de tornar a aeronave mais leve, silenciosa, confortável e eficiente no consumo de energia e emissões de gases, além de ser projetada e fabricada em menor tempo e com otimização de recursos.

Os ativos intangíveis desenvolvidos internamente são amortizados pelo método de unidades produzidas tendo como base o número de assentos da produção esperada de aeronaves do programa ao qual aquele ativo está relacionado.

Software

Os ativos intangíveis são constituídos por licenças de programas de computador adquiridas. Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas quando incorridas. Os gastos diretamente associados a *software* controlado pela Companhia, e que provavelmente gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidas como ativos intangíveis.

A amortização é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos itens (5 anos).

2.3.10 Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Ao final de cada exercício social, a Companhia realiza teste de impairment para todas as unidades geradoras de caixa (UGCs) com ágio gerado a partir de combinação de negócios alocado e para UGCs com ativos intangíveis ainda em desenvolvimento e ainda não em produção (vida útil indefinida). O ágio da combinação de negócios é alocado às UGCs que deverão se beneficiar das sinergias da combinação.

As UGCs com ativos de vida definida (ativo imobilizado e intangível) alocados são analisados, a cada trimestre, se há algum indicativo de perda ao valor recuperável.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em UGCs considerando o modelo de negócios da Companhia e seu monitoramento dos fluxos de caixa. Em geral, as UGCs são definidas de acordo com as famílias ou plataformas de aeronaves ou outros bens e serviços produzidos pela Companhia, independentemente de sua localização geográfica.

A Companhia aplica o conceito de valor em uso utilizando abordagens de fluxo de caixa esperado e tradicional, descontado a valor presente pelo custo médio ponderado de capital (WACC). A projeção do fluxo de caixa da UGC considera o plano estratégico de médio e longo prazo da Companhia, baseado nas características e expectativas do negócio.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil excede o valor recuperável. Qualquer perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado como outras despesas operacionais.

As aeronaves que a Companhia mantém como ativo imobilizado para fins de arrendamento operacional, nas quais a Companhia atua como arrendadora, são testadas individualmente utilizando o maior valor entre seu valor em uso e seu valor de mercado para determinar o valor recuperável. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o valor de mercado é estimado com auxílio de avaliação elaborada por avaliações de terceiros e o valor em uso é determinado pelo fluxo de caixa descontado do contrato de arrendamento associado a cada aeronave testada, quando aplicável.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Para outros ativos, uma perda por imparidade é revertida apenas na medida em que a quantia escriturada do ativo não exceda a quantia escriturada que teria sido determinada, líquida de depreciação ou amortização, se nenhuma perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.3.11 Arrendamentos

Os contratos de locação em que a Companhia atua como arrendatária referem-se, principalmente, a arrendamento de prédios, escritórios, terrenos e veículos. O prazo desses contratos varia na faixa de 2 a até 20 anos, e a taxa média de desconto aplicada aos contratos com prazo superior a 5 anos é de 6,3% a.a.

A Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, que é o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, acrescido dos custos diretos iniciais incorridos e deduzido de quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados pelo método linear considerando o prazo do arrendamento e a intenção da Companhia nas opções de renovação, com base na melhor estimativa em cada data de balanço. Os ativos de direito de uso estão sujeitos a teste de redução ao valor recuperável se houver evidência de que seu valor contábil possa ser superior ao valor recuperável. As despesas de depreciação são reconhecidas no resultado como despesas operacionais.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem efetuados durante o prazo do arrendamento, que é mensurado com base no prazo do contrato e nas opções de renovação. Os pagamentos variáveis de arrendamento não dependentes de índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que desencadeia o pagamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos de arrendamento, a Companhia utiliza a taxa incremental de empréstimo. Após a data de início, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. O passivo de arrendamento é remensurado no caso de uma alteração no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos fixos do arrendamento ou uma alteração na avaliação para adquirir o ativo subjacente.

A Companhia determina o prazo contratual como o prazo do arrendamento não cancelável, acrescido de qualquer período coberto por uma opção de renovação se for razoavelmente certo que será exercido, ou qualquer opção de rescindir o arrendamento se for razoavelmente certo que não será exercido. A Companhia tem a opção, em alguns de seus arrendamentos, de manter os ativos por períodos adicionais de três a cinco anos. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se há razoavelmente certeza de que exercerá a opção de renovação, considerando todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação.

A Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento ou alteração significativa nas circunstâncias que estejam sob seu controle e afetem sua capacidade de exercer (ou não exercer) a opção de renovação (por exemplo, uma mudança na estratégia de negócios).

Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a todos os seus arrendamentos com valor individual baixo (US\$ 5 mil) ou com prazo contratual menor ou igual a 12 meses da data de início e sem opção de compra. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.3.12 Receitas diferidas

As receitas diferidas compreendem as subvenções governamentais recebidas pela Companhia e suas controladas.

As subvenções governamentais são reconhecidas em contrapartida aos gastos para as quais os recursos foram aplicados. Quando as subvenções governamentais são recebidas antecipadamente para investimentos em pesquisa, elas são reconhecidas como receitas diferidas e reconhecidas no resultado na medida em que os recursos são aplicados e as cláusulas contratuais são cumpridos, como uma redução das despesas de pesquisa.

As subvenções governamentais para aquisição de ativo imobilizado são reconhecidas como dívida (empréstimos e financiamentos) no passivo até que os marcos determinados pela entidade sejam atingidos. Uma vez concluídos os marcos, o subsídio é reconhecido como receita diferida. Esta receita diferida é reconhecida no resultado como uma redução da despesa de depreciação do ativo a que se propõe subsidiar numa base sistemática durante a vida útil do ativo.

A receita auferida com subvenções governamentais não distribuíveis são destinadas a partir do resultado do exercício para reserva de subvenções para investimento no patrimônio líquido.

2.3.13 Provisões, ativos e passivos contingentes, obrigações legais e depósitos judiciais

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) decorrente de eventos passados, é provável que haverá uma saída de benefícios econômicos e o valor pode ser estimado com segurança.

Quanto às questões tributárias, uma provisão é reconhecida quando a Administração da Companhia, com base em sua avaliação e auxiliada por assessores jurídicos, conclui que as posições tributárias adotadas na apuração desses tributos para períodos sujeitos a fiscalização fiscal, ou em discussões administrativas ou judiciais, terão prognóstico de perda provável em decisões de tribunais superiores de última instância.

Os passivos contingentes são obrigações possíveis decorrentes de eventos passados e a sua existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade; ou uma obrigação presente que resulta de eventos passados mas que não é reconhecida porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

As obrigações legais referem-se a impostos a pagar de acordo com a legislação brasileira para os quais a Companhia provisionou a obrigação correspondente, mas iniciou disputas judiciais questionando sua aplicabilidade. Tais obrigações fiscais em discussão são integralmente reconhecidas como impostos a pagar.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Se for praticamente certo que os benefícios econômicos serão recebidos, o ativo e o respectivo ganho são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorrer.

Os depósitos judiciais são registrados como outros ativos e atualizados periodicamente pela atualização monetária.

2.3.14 Provisão para garantias

Os gastos com garantia de aeronaves são estimados na entrega das aeronaves. As estimativas são baseadas em dados históricos que incluem, entre outros, reclamações de garantia e custos relacionados de reparo ou substituição, garantias dadas pelos fornecedores, período contratual de cobertura e estudo de padrões de garantia para novas aeronaves, para as quais a Companhia espera maiores custos de garantia no lançamento de novos modelos até que o processo de produção amadureça e aumente a plataforma no período de serviço. O período de cobertura varia de 3 a 6 anos.

A Companhia poderá ser obrigada a modificar o produto para atender aos requisitos das autoridades certificadoras, ou após a entrega, devido a melhorias ou ao desempenho da aeronave. Os custos de tais modificações são reconhecidos quando os novos requisitos ou melhorias são solicitados e conhecidos.

A Administração acompanha periodicamente o histórico de utilização e evolução da garantia do produto e, se for o caso, revisa a estimativa.

A provisão para garantia de produtos é reconhecida no resultado como custo dos produtos e serviços vendidos.

2.3.15 Benefícios a empregados

Defined contribution plan

As obrigações de contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas nos resultados como despesas de pessoal quando os serviços relacionados são prestados por empregados.

Plano de contribuição definida

A obrigação líquida da Empresa em relação aos planos de benefícios definidos é calculada para cada plano estimando o valor do benefício futuro que os funcionários obtiveram nos períodos corrente e anterior, descontando esse valor e deduzindo o valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo das obrigações de benefícios definidos é realizado anualmente por um atuário independente de acordo com o método da unidade de crédito projetada. Quando o cálculo resulta em um ativo potencial para a Companhia, o ativo reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de quaisquer reembolsos futuros do plano ou reduções em contribuições futuras para o plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, são considerados quaisquer requisitos mínimos de financiamento aplicáveis.

As remensurações do passivo líquido de benefícios definidos, que compreendem ganhos e perdas atuariais, o efeito do teto de ativos (se aplicável) e o retorno sobre os ativos do plano (excluindo juros) são reconhecidas imediatamente em outros resultados abrangentes. Os custos de serviço e os juros líquidos são reconhecidos no resultado.

Participação nos lucros

A Companhia concede participação nos lucros e resultados aos seus colaboradores, desde que sejam cumpridas as metas estabelecidas em seus respectivos planos de ação acordados no início de cada ano. O valor aprovado pela política atual equivale a um percentual do salário nominal de cada colaborador associado ao cumprimento de metas individuais e corporativas.

A cada mês, os valores calculados pela aplicação de 1/12 (um doze avos) do percentual de acordo com a folha de pagamento da Companhia são acumulados e reconhecidos no resultado como custo ou despesa, dependendo da função do empregado.

A Companhia adianta 40% do valor devido a título de participação nos lucros no 4º trimestre do ano em apuração. Uma vez apurados os resultados, o valor residual é pago até abril do ano seguinte.

Pagamento baseado em ações

A Companhia oferece planos de incentivo de longo prazo aos seus diretores estatutários, executivos e colaboradores-chave como parte da remuneração, visando reter e atrair pessoal altamente qualificado, bem como permitir que as pessoas que possam contribuir efetivamente para o melhor desempenho da Companhia tenham o direito de participar dos resultados de sua contribuição. A intenção também é garantir a continuidade da gestão da Companhia, alinhando os interesses dos participantes com os dos acionistas.

Os planos de incentivo de longo prazo oferecidos pela Companhia são operações de pagamento baseado em ações, que podem ser liquidadas em dinheiro ou por meio da entrega de instrumentos patrimoniais.

A despesa (custo ou despesa, dependendo do papel do participante) é reconhecida linearmente no resultado operacional, com base no valor justo das ações na data de outorga, durante o período de aquisição, em relação ao patrimônio líquido para planos liquidados por meio da entrega de instrumentos patrimoniais ou passivos (contas a pagar) para planos liquidados em caixa.

O passivo é remensurado em cada data de relatório e na data de liquidação com base no valor justo das ações. Quaisquer alterações no valor justo das ações são reconhecidas no resultado como resultado financeiro.

2.3.16 Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação recebida ou na contraprestação que a Companhia espera receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal dos negócios. A receita é apresentada líquida dos impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

Receita de vendas de aeronaves e peças de reposição

As receitas de vendas de aeronaves e peças de reposição são reconhecidas quando o controle é transferido para o cliente, ou seja, quando todas as condições de reconhecimento são atendidas. As receitas de aeronaves comerciais, executivas e agrícolas e peças de reposição são geralmente reconhecidas no momento da entrega ou envio ao cliente.

O prazo médio de recebimento para venda de peças é de 30 dias após a transferência do controle do bem ao cliente.

A Companhia também identifica as diversas obrigações de desempenho previstas no contrato, como fornecimento de peças de reposição, treinamento, representante técnico e outras obrigações, e aloca o preço individual de cada obrigação, bem como contraprestações variáveis, como descontos, abatimentos e outros proporcionalmente aos preços de venda individuais que são estimados usando o método de custo esperado mais margem.

Nas vendas de aeronaves de Defesa & Segurança não há base comparativa do preço de venda individual considerando a alta customização dos produtos, portanto o preço individual é alocado à obrigação de desempenho considerando o método de custo esperado mais margem.

Receita de prestação de serviços

As receitas de serviços são reconhecidas ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados. Os serviços incluem principalmente serviços técnicos, treinamento, manutenção de aeronaves e peças, serviços de modernização e programas de suporte.

O prazo médio de recebimento é de 30 dias. Para alguns serviços, como modernização de aeronaves de defesa, o prazo de recebimento segue o cronograma acordado entre as partes.

As receitas dos programas de *pool* de peças reparáveis e de suporte total são reconhecidas mensalmente durante a vigência do contrato porque não existe um padrão de utilização do cliente que possa ser projetado de forma confiável e consistem em uma taxa fixa e parte de uma taxa variável diretamente relacionada às horas efetivamente voadas pela aeronave coberta nestes programas.

Receitas de contrato de longo prazo (Defesa & Segurança)

No segmento de Defesa & Segurança, a receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que o controle sobre as aeronaves produzidas é transferido ao cliente ao longo do tempo. A Companhia transfere o controle ao longo do tempo quando:

- O cliente obtém e utiliza simultaneamente os benefícios resultantes do desempenho da Companhia à medida que estes são entregues.
- O desempenho da Companhia resulta na criação ou aprimoramento de ativos sob controle do cliente à medida que esses ativos são desenvolvidos ou aprimorados.
- O desempenho da entidade não gera um ativo com uso alternativo significativo, e a Companhia possui o direito exigível de receber o pagamento pelo trabalho concluído até a presente data, no caso de rescisão do contrato por conveniência dos clientes.

A receita destes contratos é mensurada pelo método de execução percentual (método "PoC"), ou seja, a receita do contrato é multiplicada pela porcentagem calculado como a razão entre os custos incorridos e os custos totais estimados para celebração dos contratos.

A adequação do reconhecimento de receitas relacionadas a contratos de desenvolvimento no segmento de Defesa & Segurança é baseada nas melhores estimativas da Administração dos custos totais estimados na conclusão, à medida que se tornam evidentes.

A Companhia acredita que o método do custo incorrido fornece a base mais confiável para estimar o progresso dos contratos cujas receitas são reconhecidas ao longo do tempo.

Não existem componentes de financiamento significativos nos contratos de longo prazo do segmento de Defesa & Segurança. As condições de pagamento estão alinhadas principalmente com as etapas de execução e entrega de cada contrato, conforme acordado entre a Companhia e os clientes, não havendo expectativa nenhuma das partes em financiar a outra.

Ativos e passivos de contrato

Os ativos de contratos referem-se aos direitos da Companhia à contraprestação pelo trabalho concluído e não faturado na data do balanço, principalmente dos contratos de Defesa & Segurança de longo prazo que são reconhecidos ao longo do tempo com base no método de porcentagem de conclusão e líquidos de eventual perda de crédito esperada. Os ativos de contratos são transferidos para contas a receber quando os direitos se tornam incondicionais. As perdas de crédito esperadas são calculadas sobre os saldos dos ativos de contrato, conforme detalhado na Nota 30.2.

Os passivos de contrato referem-se a adiantamentos não reembolsáveis recebidos pela Companhia antes da entrega das aeronaves e adiantamentos de contraprestações recebidos de clientes relacionados à aceitação de etapas/tarefas gerenciais sob contratos de longo prazo de Defesa & Segurança (adiantamentos de clientes), bem como ao fornecimento de peças de reposição, treinamento, assistência técnica e demais obrigações constantes dos contratos de venda de aeronaves (múltiplo elemento)

3. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS RELEVANTES E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Portanto, variáveis e premissas derivadas de experiências passadas e outros fatores considerados pertinentes foram utilizadas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e seus efeitos reconhecidos prospectivamente.

3.1 Receita de contratos de longo prazo

Conforme Nota 2.3.16, uma parcela significativa das receitas do segmento Defesa & Segurança decorre de contratos de longo prazo. Essas receitas são reconhecidas ao longo do tempo e mensuradas de acordo com o método PoC, o qual utiliza os custos estimados totais como principal informação. Assim, para determinar o progresso das obrigações de desempenho, estimativas significativas são utilizadas para estimar os custos totais do contrato e os custos restantes para conclusão.

Durante a execução do contrato, a Companhia avalia os custos incorridos e, se necessário for, reajusta os custos estimados totais para conclusão para refletir as variações ocorridas, principalmente aquelas decorrentes de alterações relevantes nas circunstâncias e novos eventos, como modificações contratuais.

Uma modificação de contrato pode envolver alterações no escopo, no preço ou em ambos. Nos contratos de longo prazo da Defesa & Segurança, tais modificações podem incluir reajuste econômico, reequilíbrio econômico-financeiro, aumento ou redução de escopo ou revisão do cronograma de entregas. A existência de uma modificação de contrato requer uma revisão das premissas de reconhecimento de receita dos contratos ao longo do tempo (incluindo receita e custos estimados totais para conclusão) por parte da Administração.

A receita decorrente de uma modificação de contrato é reconhecida somente quando o objeto da modificação é aprovado pelas partes do contrato, o que geralmente ocorre na assinatura de um aditivo contratual nos contratos da Defesa & Segurança. Uma modificação de contrato pode também existir ainda que as partes do contrato tenham um litígio sobre o escopo ou preço da modificação, caso os direitos e obrigações das partes alterados pela modificação em discussão sejam executáveis frente aos termos do contrato original e a legislação vigente aplicável.

Quaisquer ajustes nas receitas e nos custos estimados para conclusão são reconhecidos de forma cumulativa no resultado quando as circunstâncias que levaram a revisão são identificadas pela Administração.

Em um cenário hipotético de aumento ou redução em 10% nos custos estimados totais para conclusão dos contratos em curso em 31 de dezembro de 2024, frente às estimativas da Administração, a receita e o lucro bruto da Companhia seriam ajustados de forma negativa em US\$ 99,2 ou de forma positiva em US\$ 114,0, respectivamente.

3.2 Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável são:

- **Fluxo de caixa esperado bruto:** projeção das entradas e saídas de caixa com base no seu desempenho passado considerando as expectativas para o desenvolvimento do mercado e estratégia de negócio. Essas projeções também consideram os ganhos de eficiência planejados para o ciclo do produto.
- **Taxas de crescimento:** as taxas de crescimento são refletidas no fluxo de receita e margem bruta orçados pela Companhia, consistentemente com as previsões incluídas nos relatórios do setor.
- **Taxas de desconto:** taxa que reflete a expectativa de retorno dos investidores no momento que o cálculo é efetuado. Esta taxa também é comparada com o mercado para validar sua coerência.
- **Taxa de câmbio US\$/R\$:** os fluxos de caixa futuros de UGCs que possuem receitas predominantes em dólar (como unidades da Aviação Comercial e Aviação Executiva) são sensíveis às oscilações e alterações estruturais no patamar da taxa de câmbio US\$/R\$, visto que certos custos produtivos e despesas gerais são realizados em R\$ (como folha de pagamento).

A desvalorização do R\$ frente ao US\$ pode gerar impactos positivos nos fluxos de caixa futuros, enquanto a apreciação do R\$ pode gerar redução dos fluxos de caixa futuros dessas unidades e possíveis perdas por *impairment*. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteção das oscilações cambiais de curto prazo, como descrito na Nota 8.

Vide Nota 16 para informações adicionais acerca do teste de redução ao valor recuperável.

4. NOVAS NORMAS CONTÁBEIS, ORIENTAÇÃO E ALTERAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas contábeis, orientação de alterações serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o IAS1 e se aplicará a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

Atualmente, a Companhia está no processo de avaliação de todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas.

Outros normativos contábeis

Não se espera que os normativos contábeis, listados a seguir, tenham impacto ou impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Aplicável a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

- Ausência de conversibilidade de moeda (alterações ao IAS21 e IFRS 1).

Aplicável a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações ao IFRS7 e IFRS9).
- Contratos de energia renovável (alterações ao IFRS7 e IFRS9).
- Ciclo de melhorias anuais das normas IFRS – volume 11.

Aplicável a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

- IFRS19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Veja política contábil na Nota 2.3.4.

		<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Caixa e bancos		494,0	330,3
Equivalentes de caixa			
Título privado	(i)	87,7	130,1
Depósito a prazo fixo	(ii)	981,3	1.168,8
		<u>1.069,0</u>	<u>1.298,9</u>
		1.563,0	1.629,2
Saldo bancário a descoberto		-	(2,9)
Total Caixa e equivalente de caixa		<u>1.563,0</u>	<u>1.626,3</u>

(i) Aplicações em Certificados de Depósito Bancário ("CDB") e Operações Compromissadas de Título Privado emitidos por instituições financeiras no Brasil.

(ii) Depósitos a prazo fixo em dólares emitidos por instituições financeiras.

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Veja política contábil na Nota 2.3.4.

		31.12.2024	31.12.2023
Títulos públicos	(i)	66,5	66,6
Títulos privados	(ii)	99,9	146,4
Notas estruturadas	(iii)	133,2	-
Fundos de investimentos	(iv)	125,2	27,4
Depósitos a prazo fixo	(v)	468,2	350,5
Outros	(vi)	95,0	100,8
		988,0	691,7
Circulante		639,7	521,7
Não circulante		348,3	170,0

(i) Títulos emitidos em dólares pelo governo brasileiro com vencimento em 2030.

(ii) Títulos corporativos emitidos por instituições financeiras privadas e por instituições não financeiras.

(iii) Notas estruturadas sujeitas ao risco de crédito da instituição financeira e do governo brasileiro no montante de US\$ 87,1 e notas estruturadas sujeitas ao risco de crédito de duas instituições financeiras (concomitantemente) no montante de US\$ 46,1.

(iv) Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Embraer no montante de US\$ 22,0 (2023: US\$ 27,4) e carteira administrada junto ao PNC Bank no montante US\$ 103,2 (2023: zero).

(v) Depósitos a prazo fixo em dólares emitidos por instituições financeiras.

(vi) Refere-se, principalmente, ao investimento em ações da Republic Airways Holdings ("Republic Airways").

Em 31 de dezembro de 2024, as taxas médias ponderadas de juros nominais acumuladas, considerando equivalentes de caixa e investimentos financeiros, são 10,55% a.a. em reais, equivalente a 97,36% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), e 5,50% a.a. em dólares (2023: 13,15% a.a. em reais, equivalente a 99,59% a.a. do CDI, e 5,34% a.a. em dólares).

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Veja a política contábil na Nota 2.3.3.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Cientes no exterior		293,8	201,7
Contas a receber com partes relacionadas exceto controladas	13	7,1	2,1
Cientes no país		34,1	27,0
		335,0	230,8
Perda de crédito esperada		(12,2)	(9,8)
		322,8	221,0
Circulante		320,8	217,6
Não circulante		2,0	3,4

A seguir, a movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas:

	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	(9,8)	(12,6)	(30,7)
(Adições) Reversões	(5,5)	(1,8)	1,0
Baixas	2,6	4,6	17,0
Efeito de conversão e variação cambial	0,5	-	0,1
Saldo final	(12,2)	(9,8)	(12,6)

Para informações adicionais sobre a mensuração das perdas de crédito esperadas e *aging* das contas a receber, veja a Nota 27.1.3.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

Veja política contábil na Nota 2.3.5.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e preços de ações. A Companhia não contrata instrumentos derivativos para fins especulativos.

→ Equity swap: objetivo de neutralizar as oscilações no preço da ação EMBR3, tendo em vista a liquidação futura dos planos de pagamento baseado em ações (vide Nota 26.1). O valor justo destes instrumentos é mensurado pela diferença entre (i) o produto do preço de fechamento da ação e quantidade de ações negociadas e (ii) o valor do notional remunerado pelas taxas de juros contratuais até o vencimento e descontado a valor presente pelas taxas de mercado vigentes.

→ Operações com opções de compra e venda de moeda: objetivo de proteger os fluxos de caixa referentes às despesas de salários denominadas em reais e os respectivos encargos trabalhistas contra o risco de variação cambial. A estratégia utilizada pela Companhia é o zero-cost collar que consiste na compra de uma opção de venda e na venda de uma opção de compra, contratados com a mesma contraparte e com prêmio líquido zero. Para mensuração do valor justo destes instrumentos, o modelo de precificação Black-76 e dados observáveis são utilizados.

→ Non-deliverable forward (“NDF”): objetivo de proteger contra os riscos de flutuação das taxas de câmbio. O valor justo destes instrumentos é mensurado pelo modelo de fluxo de caixa descontado, no qual os fluxos de caixa futuros são estimados com base nas taxas futuras de câmbio, estas observáveis na data de reporte, e nas taxas contratuais futuras e descontados pelas taxas de mercado vigentes.

→ Warrants: opções emitidas pela Eve Holding concedendo aos detentores o direito, mas não a obrigação, de comprar suas ações (NYSE: EVEX). As alterações no valor justo destas opções são reconhecidas no resultado financeiro.

Objeto amparado	Risco	Instrumento	Notional	Vencimento	31.12.2024	31.12.2023
Hedge accounting de fluxo de caixa						
Despesas de folha de pagamento liquidadas em Reais	Câmbio	Zero-cost collar (ZCC) - compra de opção de venda no exercício de R\$ 5,00 e venda de opção de compra no exercício médio ponderado de R\$ 5,48	-	2024	(17.6)	8.9
	Câmbio	Zero-cost collar (ZCC) - compra de opção de venda no exercício de R\$ 5,42 e venda de opção de compra no exercício médio ponderado de R\$ 6,73	456.6	2025	(17.6)	-
Demais derivativos não designados como hedge accounting					(73.0)	(116.6)
Exportação	Câmbio	Non-deliverable forward (NDF) para troca de USD para Euro	-	2024	-	(0.1)
Exportação	Câmbio	Non-deliverable forward (NDF) para troca de USD para Euro	60.0	2025	2.5	-
Equity	Preço ação: código EMBR3	Equity swap	-	2024	-	8.5
Equity (i)	Preço ação: código EMBR3	Equity swap	53.9	2025	10.5	-
Equity (ii)	Preço ação: código EVEX	Private warrants	14.2	2027	(7.0)	(14.0)
Equity (iii)	Preço ação: código EVEX	Public warrants	8.2	2027	(4.0)	(11.3)
Equity (iii)	Preço ação: código EVEX	Strategic warrants	32.5	2027	(75.0)	(99.7)
					(90.6)	(107.7)
Ativo						
Circulante					13.2	17.5
Passivo						
Circulante					(71.9)	(85.7)
Não circulante					(31.9)	(39.5)
Instrumentos financeiros derivativos líquidos					(90.6)	(107.7)

(i) Refere-se aos contratos celebrados, em abril/2024, entre a Companhia e o Banco Santander para troca de resultados de fluxos futuros somente com liquidação financeira tendo por referência 3.290.230 de ações de emissão da Controladora na B3 com prazo de vencimento em 18 meses. A Companhia está exposta a oscilação de preços da quantidade de ações em referência na ponta ativa e na ponta passiva sujeita a variação do CDI + 0,80% a.a.

Adicionalmente, em dezembro/2024, a Companhia celebrou novos contratos com o Banco Itaú para troca de resultados de fluxos futuros somente com liquidação financeira tendo por referência 4.032.300 ações de emissão da Controladora na B3 com prazo de vencimento em 12 meses. A Companhia está exposta a oscilação de preços da quantidade de ações em referência na ponta ativa e na ponta passiva sujeita a variação do CDI + 0,70% a.a.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía chamada de margem relacionadas a estas operações.

(ii) Refere-se às 8.203.407 (2023: 11.499.879) public warrants e 14.250.000 (2023: idem) private warrants emitidas pela Eve Holding com preço de exercício (strike price) de US\$ 11,50 (onze dólares e cinquenta centavos) por ação. O prazo de exercício destas warrants expirará na data que ocorrer primeiro: 9 de maio de 2027, data fixada pela emissora para resgatar todas as warrants ou liquidação da emissora.

As public warrants são listadas e negociadas na NYSE sob o código EVEX.WS, deste modo, seu valor justo é derivado diretamente dos preços de mercado observáveis. Assim, o valor justo é calculado pela multiplicação do preço unitário da opção pela quantidade de opções. As private

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

warrants possuem termos similares aos das public warrants, exceto pelo direito de resgate, que é de US\$ 0,01 (um centavo de dólar). A mensuração do valor justo das private warrants é idêntica à das public warrants, uma vez que as diferenças entre elas não afetam o seu valor justo

(iii) Refere-se às 32.522.536 (2023: 37.422.536) unidades de strategic warrants emitidas pela Eve Holding nas seguintes condições:

→ Penny warrants: 20.522.536 (2023: 20.422.536) unidades com preço de exercício de US\$ 0,01 (um centavo de dólar) por ação. A mensuração do valor justo deste instrumento considera o valor justo da ação EVEX subtraído do preço de exercício. Ainda, quando o exercício da opção está condicionado a ocorrência de eventos futuros, a probabilidade de ocorrência destes eventos também é considerada na mensuração destes instrumentos financeiros.

→ Market warrants: 12.000.000 (2023: 17.000.000) unidades com preço de exercício de US\$ 15,00 (quinze dólares) por ação. O modelo de precificação Black-Scholes é utilizado para mensurar o valor justo destes instrumentos financeiros. Em julho/2024, 5.000.000 unidades com preço de exercício de US\$ 11,50 (onze dólares e cinquenta centavos) foram extintas em decorrência do aporte de capital realizado na Eve Holding. Vide demais informações na Nota 2.3.1.

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

Abaixo, a composição dos impactos em outros resultados abrangentes decorrentes do hedge de fluxo de caixa:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Mudanças no valor justo das opções			
(Perda) ganho com reserva de hedge	-	7,4	-
(Perda) ganho com custo de hedge	(17,6)	1,6	2,3
Impostos diferidos	6,0		
Reclassificação para o resultado			
Valor justo das opções	(8,9)	(2,5)	1,2
Outras reclassificações	(4,2)	0,8	0,7
Total das movimentações reconhecidas no ORA	<u>(24,7)</u>	<u>7,3</u>	<u>4,2</u>

9. FINANCIAMENTOS A CLIENTES

Veja política contábil na Nota 2.3.3.

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Aeronaves	21,4	41,0
Peças e serviços	31,1	29,8
	52,5	70,8
Ajuste ao valor justo	(11,4)	(4,6)
Perda de crédito esperada	(8,7)	(3,4)
Total	<u>32,4</u>	<u>62,8</u>
Circulante	12,2	8,4
Não circulante	20,2	54,4

Em 31 de dezembro de 2024, os financiamentos encontram-se adimplentes.

A seguir, a movimentação da perda de crédito esperada:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Saldo inicial	(3,4)	(24,0)	(5,7)
Adição / Reversão	(5,3)	20,6	(18,3)
Saldo final	<u>(8,7)</u>	<u>(3,4)</u>	<u>(24,0)</u>

Na avaliação da Companhia, o rating de maior risco dos clientes em financiamento é CC cuja perda de crédito máxima esperada é de 81,7% no período.

Para informações adicionais sobre a mensuração da perda de crédito esperada, vide Nota 27.1.3.

Em 31 de dezembro de 2024, o cronograma de vencimento do montante classificado como não circulante é:

<u>Ano</u>	
2026	7,5
2027	7,2
2028	2,0
Após 2028	3,5
	<u>20,2</u>

10. ESTOQUES

Veja a política contábil na Nota **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

	31.12.2024				31.12.2023			
	Valor contábil bruto	Perda por obsolescência	Perda valor de mercado	Valor contábil líquido	Valor contábil bruto	Perda por obsolescência	Perda valor de mercado	Valor contábil líquido
Matéria-prima	1.302,6	(84,6)	-	1.218,0	1.118,9	(81,7)	-	1.037,2
Produtos em elaboração	840,9	-	-	840,9	774,9	-	-	774,9
Peças de reposição	476,5	(38,2)	(0,9)	437,4	477,6	(34,3)	(1,4)	441,9
Produtos acabados (i)	76,8	-	-	-	61,6	-	-	61,6
Estoque em poder de terceiros	112,2	(4,5)	-	107,7	97,5	(1,3)	-	96,2
Adiantamentos a fornecedores	39,1	-	-	39,1	25,4	-	-	25,4
Mercadorias em trânsito	163,2	-	-	163,2	155,7	-	-	155,7
Materiais de consumo	58,4	(5,4)	-	53,0	51,7	(8,6)	-	43,1
	3.069,7	(132,7)	(0,9)	2.859,3	2.763,3	(125,9)	(1,4)	2.636,0

(i) As seguintes aeronaves foram mantidas no estoque de produtos acabados:

→ 31 de dezembro de 2024: um Phenom 100, três Phenom 300, um Praetor 500 e dois Praetor 600.

→ 31 de dezembro de 2023: três Phenom 300, um Praetor 500 e dois Praetor 600.

A seguir, a movimentação da perda por redução ao valor de mercado:

	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	(1,4)	(5,7)	(1,0)
Adição	-	(0,6)	(5,9)
Baixas	0,1	-	1,2
Efeito de conversão	0,4	4,9	-
Saldo final	(0,9)	(1,4)	(5,7)

A seguir, a movimentação da perda por obsolescência:

	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	(125,9)	(126,1)	(150,9)
Adição	(52,9)	(50,5)	(38,4)
Baixa	11,5	13,5	54,0
Reversões	33,9	37,5	8,6
Efeito de conversão	0,7	(0,3)	0,6
Saldo final	(132,7)	(125,9)	(126,1)

As perdas por obsolescência são reconhecidas para itens sem movimentação há mais de dois anos e sem previsão de uso, de acordo com o programa de produção, ou para cobrir perdas com excesso ou obsolescência de estoques de produtos em elaboração, exceto para o estoque de peças de reposição, cuja perda esperada é reconhecida por obsolescência técnica dos itens sem movimentação há mais de dois anos.

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

11. OUTROS ATIVOS

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Crédito de impostos	11.1	154,0	130,6
Despesas pagas antecipadamente		76,6	66,5
Devedores diversos		54,0	60,9
Gastos para cumprimento com obrigações contratuais		39,9	-
Depósito judicial		32,5	39,0
Mútuo com operação em conjunto		23,8	22,4
Adiantamentos a empregados		18,6	18,0
Depósitos em garantia		12,8	11,8
Adiantamentos a fornecedores de serviços		1,6	3,7
Contas a receber vinculadas		1,1	2,9
Empréstimos concedidos		-	60,5
Outros créditos com partes relacionadas		1,1	3,7
Outros		20,1	34,2
		436,1	454,2
Circulante		262,7	312,9
Não circulante		173,4	141,3

11.1 Créditos de impostos

		31.12.2024	31.12.2023
Créditos Fiscais - Decisões Judiciais	(i)	50,6	-
ICMS e Imposto sobre produtos industrializados ("IPI")		42,8	56,0
Imposto de renda e Contribuição social retidos na fonte		20,1	7,0
PIS e COFINS		14,0	34,7
Tributos sobre valor agregado - exterior		13,4	4,6
Reintegra		6,0	16,6
Antecipação imposto sobre serviço ("ISS")		5,3	6,3
Outros impostos		1,8	5,4
		154,0	130,6
Circulante		87,6	72,9
Não circulante		66,4	57,7

(i) Em abril/2024, a Companhia obteve um desfecho favorável fundado na certificação do trânsito em julgado da ação que questionava o recolhimento de IRRF sobre transferências de determinados valores ao exterior. Com isso, a Companhia reconheceu um crédito tributário de US\$ 69,8, sendo US\$ 40,1 em outras receitas operacionais, referente ao valor principal dos indêbitos, e US\$ 29,7 em receitas financeiras, referente a atualização dos indêbitos pela taxa SELIC. A Companhia já iniciou a utilização deste crédito tributário. Além disso, o desfecho favorável também resultou na reversão da provisão anteriormente constituída acerca do tema.

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

12. INVESTIMENTOS

Veja a política contábil na Nota 2.3.1.

12.1 Movimentação dos investimentos

	Saldo em 31.12.2023	Equivalência Resultado do exercício	Ajuste acumulado conversão	Dividendos	Adição	Saldo em 31.12.2024
MSW Multicorp 2 Fundo de Investimento em Participações	1,7	0,9	(0,9)	-	1,1	2,8
Xmrobots Holding S.A.	(i) -	(1,3)	(4,4)	-	25,7	20,0
Fundo de Investimento em Participações Aeroespacial Multiestratégia	3,3	0,5	(1,1)	(0,6)	0,1	2,2
Nidec Aerospace, LLC.	5,6	(6,5)	-	-	3,9	3,0
Águas Azuis Construção Naval SPE Ltda.	17,6	2,1	(4,0)	-	-	15,7
Centimfe - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes e Ferramentas Especiais	-	-	-	-	-	-
	28,2	(4,3)	(10,4)	(0,6)	30,8	43,7

	Saldo em 31.12.2023	Equivalência Resultado do exercício	Ajuste acumulado conversão	Dividendos	Baixa	Adição	Saldo em 31.12.2024
MSW Multicorp 2 Fundo de Investimento em Participações	-	0,9	0,8	-	-	-	1,7
Xmrobots Holding S.A.	(i) -	-	-	-	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações Aeroespacial Multiestratégia	7,8	(0,4)	(0,2)	(5,8)	-	1,9	3,3
Nidec Aerospace, LLC.	-	(0,3)	-	-	-	5,9	5,6
Águas Azuis Construção Naval SPE Ltda.	4,5	10,0	0,6	-	(1,5)	4,0	17,6
Centimfe - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes e Ferramentas Especiais	-	-	-	-	-	-	-
	12,3	10,2	1,2	(5,8)	(1,5)	11,8	28,2

(i) A participação da Companhia na Xmrobots Holding S.A. aumentou para 36,92% (2023: 10,24%), decorrente da aquisição de participação acionária adicional, via Fundo de Investimentos em Participações Embraer Ventures, em março de 2024. Em razão desse aumento e de outras condições, a Companhia passou a ter influência significativa nas políticas financeiras e operacionais da investida.

Portanto, o investimento que, antes da transação, era mensurado ao valor justo e apresentado como investimento financeiro, passou a ser mensurado pelo método de equivalência patrimonial.

O preço da transação foi de R\$ 89,9 (equivalente a US\$ 18,0), dos quais US\$ 65,5 (equivalente a US\$ 13,2) já foram pagos. O saldo remanescente está apresentado como outras contas a pagar (Nota 21).

12.2 Participações em entidades

12.2.1 Controladas sem participação de acionistas não controladores

A Embraer não possui quaisquer restrições legais e/ou contratuais para acessar ou usar os ativos e liquidar os passivos destas controladas.

Há riscos inerentes às operações dessas entidades, sendo os mais significativos os descritos abaixo:

- Riscos Econômicos: potenciais perdas decorrentes das oscilações nas condições de mercado (preço dos produtos, taxa de câmbio e juros).
- Riscos Operacionais: potenciais perdas resultantes do surgimento de novas tecnologias ou por falhas dos processos correntes
- Risco de Crédito: potenciais perdas que podem ocorrer caso um terceiro (cliente) se torne incapaz de honrar suas obrigações, e
- Risco de Liquidez: incapacidade financeira de honrar suas obrigações financeiras.

12.2.2 Controladas com participação de acionistas não controladores

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

Entidade	31.12.2024			31.12.2023			31.12.2022		
	Participação acionistas não controladores			Participação acionistas não controladores			Participação acionistas não controladores		
	%	Patrimônio Líquido	Resultado	%	Patrimônio Líquido	Resultado	%	Patrimônio Líquido	Resultado
Embraer CAE Training Services, LLC	49,0%	34,3	5,4	49,0%	29,0	5,4	49,0%	33,1	5,8
Embraer CAE Training Services (NL) B.V.	49,0%	9,3	0,2	49,0%	9,4	(0,2)	0,0%	-	-
EVE Holding Inc.	16,3%	34,1	(2,3)	10,6%	11,0	(9,9)	10,3%	20,1	(15,4)
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.	35,0%	42,7	(0,5)	35,0%	46,0	0,8	35,0%	43,5	(6,8)
Tempest Serviços de Informática S.A.	-	-	(0,4)	23,4%	7,2	4,7	39,0%	10,0	(0,4)
Visiona Tecnologia Espacial S.A.	49,0%	12,9	(0,3)	49,0%	14,5	(0,5)	49,0%	14,4	(1,3)
		133,3	2,1		117,1	0,3		121,1	(18,1)
Despesa de listagem	100,0%	135,7	-	100,0%	135,7	-	100,0%	135,7	-
		269,0	2,1		252,8	0,3		256,8	(18,1)

A posição financeira das entidades mais significativas com participação de acionistas não controladores está abaixo resumida, que correspondem à OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A., Eve Holding and Embraer CAE Training Services, LLC.

	OGMA			Eve Holding			Embraer CAE Training Services, LLC		
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2022
Total de ativos	351,3	289,5	253,5	304,2	230,1	291,0	96,7	83,4	78,8
Total de passivos	229,3	158,0	129,1	95,0	126,1	95,9	26,6	24,2	11,2
Patrimônio líquido	122,1	131,5	124,4	209,2	104,0	195,1	70,0	59,2	67,6
Receita líquida	314,0	250,1	216,5	-	-	-	33,4	29,3	26,9
Lucro (prejuízo) do exercício	(1,5)	2,3	(19,5)	1,6	(96,2)	(308,5)	10,9	11,0	11,8

O valor de capitalização de mercado da participação da Companhia na Eve Holding é US\$ 1,355.6 (2023: US\$ 1.763,4), correspondente a 249.199.589 ações, valorizadas a US\$ 5,44 (2023: US\$ 7,32). O valor de capitalização de mercado para essas ações não reflete, necessariamente, o valor de realização na venda de um lote representativo de ações.

As controladas com participação de não controladores estão sujeitas aos mesmos riscos das controladas sem participação de não controladores.

A Companhia possui restrição significativa de acesso aos saldos de caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros da Eve Holding para liquidar as obrigações não relacionadas diretamente ao negócio da EVE Holding, conforme definido no acordo de acionistas da Eve Holding (direito protetivo).

13. PARTES RELACIONADAS

13.1 Transações Intercompanies

São transações realizadas entre a Controladora e suas controladas, diretas ou indiretas, e referem-se principalmente a:

→ Ativos: (i) contas a receber das controladas pela venda de peças de reposição e aeronaves, e desenvolvimento de produtos, em condições acordadas entre as partes, considerando-se os volumes, prazos, riscos envolvidos e políticas corporativas; (ii) contratos de mútuo com as subsidiárias no exterior com taxas de juros praticadas pela Companhia na captação de recursos em moeda estrangeira; (iii) saldos em aplicações financeiras e (iv) saldos em contas correntes bancária.

→ Passivos: (i) aquisição de partes de aeronaves e peças de reposição, em condições acordadas entre as partes, considerando-se os volumes, prazos, riscos envolvidos e políticas corporativas; (ii) adiantamentos recebidos por conta de contratos de vendas, conforme cláusula contratual; (iii) comissão por venda de aeronaves e peças de reposição; (iv) financiamentos para pesquisa e desenvolvimento de produtos a taxas de juros de mercado para esse tipo de modalidade de financiamento; (v) empréstimos e financiamentos; (vi) contratos de mútuo com as subsidiárias no exterior com taxas de juros praticadas pela Companhia na captação desses recursos; (vii) financiamentos à exportação; (viii) atendimento de clientes em garantia.

→ Resultado: (i) compra e venda de aeronaves, partes e peças de reposição e desenvolvimento de produtos para o mercado de Defesa & Segurança; (ii) receitas e despesas financeiras provenientes de contratos de mútuo e aplicações financeiras; (iii) plano de previdência complementar.

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

13.2 Governo Federal Brasileiro

O governo brasileiro, por meio de participações diretas e indiretas e da propriedade de ação denominada golden share, é um dos principais acionistas da Embraer. Em 31 de dezembro de 2024, o governo brasileiro detinha, além da golden share, participação indireta de 5,37%, por meio da BNDES Participações S.A. (“BNDESPAR”), subsidiária integral do BNDES, controlada pelo governo brasileiro.

O governo brasileiro desempenha função relevante nas atividades de negócios da Companhia:

- Cliente importante dos produtos de Defesa & Segurança (por meio do Comando da Aeronáutica - FAB, Exército Brasileiro e Marinha do Brasil);
- Fonte de financiamento para pesquisa e desenvolvimento, por meio de instituições de desenvolvimento tecnológico (FINEP e BNDES);
- Agência de crédito para exportação (por meio do BNDES); e
- Fonte de financiamentos de curto e longo prazo e fornecedor de serviços de administração de capital e de banco comercial (por meio do Banco do Brasil).

Os saldos com partes relacionadas foram os seguintes:

	31.12.2024								
	Contas a Receber	Outros Ativos*	Caixa e Equivalentes de Caixa	Ativos de contratos	Empréstimos e financiamentos	Outras contas a pagar	Passivos de contrato	Resultado operacional	Resultado financeiro
Banco do Brasil S.A.	-	1,1	511,8	-	-	-	-	-	12,1
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	-	-	-	-	463,8	-	-	-	(34,9)
Comando da Aeronáutica	5,7	-	-	251,7	-	15,0	51,0	(7,4)	-
Embraer Prev - Soc. Previdência Complementar	-	-	-	-	-	-	-	(16,0)	-
Exército Brasileiro	0,1	-	-	10,5	-	-	9,0	(0,1)	-
Ez Air Interior Limited	-	23,8	-	-	-	-	-	-	-
Governo Brasileiro - Bonds	-	66,5	-	-	-	-	-	-	2,6
Governo Brasileiro - Structured Notes	-	87,1	-	-	-	-	-	-	1,8
Marinha do Brasil	-	-	-	1,0	-	-	5,5	(2,6)	-
Nidec Aerospace, LLC	1,3	-	-	-	-	-	-	1,3	-
	7,1	178,5	511,8	263,2	463,8	15,0	65,5	(24,8)	(18,4)
	31.12.2023								
	Contas a Receber	Outros Ativos*	Caixa e Equivalentes de Caixa	Ativos de contratos	Empréstimos e financiamentos	Outras contas a pagar	Passivos de contrato	Resultado operacional	Resultado financeiro
Banco do Brasil S.A.	-	3,7	282,7	-	-	-	-	-	15,0
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	-	-	-	-	627,7	-	-	-	(20,2)
Caixa Econômica Federal	-	-	0,1	-	-	-	-	-	-
Comando da Aeronáutica	2,1	-	-	305,8	-	-	71,9	8,8	-
Embraer Prev - Sociedade de Previdência Complementar	-	-	-	-	-	0,3	-	(17,3)	-
Exército Brasileiro	-	-	-	6,6	-	-	8,9	0,1	-
Ez Air Interior Limited	-	22,4	-	-	-	-	-	-	-
FINEP	-	-	-	-	-	-	-	-	(0,1)
Governo Brasileiro - Bonds	-	66,6	-	-	-	-	-	-	2,6
Marinha do Brasil	-	-	-	2,4	-	-	3,8	(1,3)	-
	2,1	92,7	282,8	314,8	627,7	0,3	84,6	(9,7)	(2,7)

	31.12.2022	
	Resultado financeiro	Resultado operacional
Banco do Brasil S.A.	6,2	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	(6,3)	-
Comando da Aeronáutica	-	29,6
Embraer Prev - Sociedade de Previdência Complementar	-	(9,7)
Exército Brasileiro	-	2,1
Financiadora de Estudo e Projetos – FINEP	(0,4)	-
Governo Brasileiro - Bonds	2,5	-
Marinha do Brasil	-	(1,4)
	2,0	20,6

(*) Em 31 de dezembro de 2024, compreende os saldos apresentados em investimentos financeiros US\$ 153,6 (2023: US\$66,6) e em outros ativos US\$ 24,9 (2023: US\$ 26,1).

13.3 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração é composto pelos membros da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração.

A remuneração do pessoal-chave da Administração compreende:

		12.31.2024	12.31.2023	12.31.2022
Benefícios de curto prazo	(i)	9,3	8,5	8,5
Remuneração baseada em ações	(ii)	9,3	2,7	(1,0)
Remuneração total		18,6	11,2	7,5

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

- (i) Inclui ordenados, salários, participação nos lucros, bônus e indenizações, como também remuneração relacionada com a participação de membros externos em comitês estatutários de assessoramento.
- (ii) Conforme Nota 8, instrumentos derivativos são contratados para proteger os fluxos de caixa das oscilações no preço das ações da Embraer. Os montantes apresentados nesta Nota não computam os resultados obtidos com tais instrumentos derivativos.

14. IMOBILIZADO

Veja política contábil na Nota **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

	31.12.2024											Total	
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias em terrenos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronaves	Computadores e periféricos	Ferramental	Outros bens	"Pool" de peças reparáveis		Imobilizações em andamento
Custo do imobilizado bruto													
Saldo em 31.12.2023	10,2	667,4	88,7	733,6	40,3	11,9	4,5	102,1	623,8	19,1	789,4	121,1	3.212,1
Adições	0,1	1,3	-	64,7	1,5	0,6	-	8,2	17,3	-	47,8	101,6	243,1
Baixas	(0,8)	-	-	(6,8)	(0,7)	(0,3)	-	(1,0)	(1,2)	-	(20,4)	-	(31,2)
Reclassificação*	-	17,1	4,0	66,0	0,5	-	16,9	0,5	6,3	-	36,4	(94,4)	53,3
Efeito de conversão	-	(2,6)	(0,5)	(4,7)	(0,4)	(0,3)	-	(1,4)	-	-	(12,4)	(4,1)	(26,4)
Saldo em 31.12.2024	9,5	683,2	92,2	852,8	41,2	11,9	21,4	108,4	646,2	19,1	840,8	124,2	3.450,9
Depreciação acumulada													
Saldo em 31.12.2023	-	(216,2)	(39,4)	(403,2)	(28,3)	(8,7)	(4,5)	(93,7)	(406,0)	(19,1)	(222,3)	-	(1.441,4)
Depreciação	-	(18,9)	(1,9)	(27,7)	(2,3)	(0,5)	(0,2)	(3,2)	(23,0)	-	(17,4)	-	(95,1)
Baixas	-	-	-	5,6	0,6	0,3	-	1,0	0,7	-	6,1	-	14,3
Reclassificação*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capitalização de ativos	-	(1,1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1,1)
Efeito de conversão	-	1,1	0,2	3,8	0,3	0,2	-	1,2	(0,1)	-	7,0	-	13,7
Saldo em 31.12.2024	-	(235,1)	(41,1)	(421,5)	(29,7)	(8,7)	(4,7)	(94,7)	(428,4)	(19,1)	(226,6)	-	(1.509,6)
Valor contábil													
Saldo em 31.12.2023	10,2	451,2	49,3	330,4	12,0	3,2	-	8,4	217,8	-	567,1	121,1	1.770,7
Saldo em 31.12.2024	9,5	448,1	51,1	431,3	11,5	3,2	16,7	13,7	217,8	-	614,2	124,2	1.941,3

	31.12.2023											Total	
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias em terrenos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronaves (i)	Computadores e periféricos	Ferramental	Outros bens	"Pool" de peças reparáveis		Imobilizações em andamento
Custo do imobilizado bruto													
Saldo em 31.12.2022	10,2	656,8	88,4	724,3	42,7	11,9	4,5	115,0	615,6	18,5	709,4	51,5	3.047,8
Adições	-	2,8	-	29,9	1,1	0,2	-	2,8	13,4	0,6	106,9	61,0	239,7
Baixas	-	(1,3)	(0,4)	(27,7)	(4,0)	(1,4)	-	(16,8)	(5,4)	-	(21,0)	-	(79,3)
Reclassificação*	-	9,2	0,4	5,8	0,3	1,1	-	0,4	0,2	-	(15,6)	(17,4)	(15,6)
Efeito de conversão	-	0,9	0,3	2,6	0,2	0,1	-	0,7	-	-	9,7	6,0	20,5
Saldo em 31.12.2023	10,2	667,4	88,7	733,6	40,3	11,9	4,5	102,1	623,8	19,1	789,4	121,1	3.212,1
Depreciação acumulada													
Saldo em 31.12.2022	-	(196,8)	(36,6)	(396,4)	(29,2)	(9,5)	(4,3)	(106,6)	(389,4)	(18,5)	(211,3)	-	(1.398,6)
Depreciação	-	(18,9)	(2,8)	(25,0)	(2,6)	(0,5)	(0,2)	(3,1)	(21,9)	(0,6)	(16,0)	-	(91,6)
Baixas	-	0,8	0,1	19,6	3,7	1,4	-	15,9	5,3	-	8,7	-	55,5
Reclassificação*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,3	-	0,3
Juros sobre capitalização de ativos	-	(1,1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1,1)
Efeito de conversão	-	(0,2)	(0,1)	(1,4)	(0,2)	(0,1)	-	0,1	-	-	(4,0)	-	(5,9)
Saldo em 31.12.2023	-	(216,2)	(39,4)	(403,2)	(28,3)	(8,7)	(4,5)	(93,7)	(406,0)	(19,1)	(222,3)	-	(1.441,4)
Imobilizado líquido													
Saldo em 31.12.2022	10,2	459,0	51,8	327,9	13,5	2,4	0,2	8,4	226,2	-	498,1	51,5	1.649,2
Saldo em 31.12.2023	10,2	451,2	49,3	330,4	12,0	3,2	-	8,4	217,8	-	567,1	121,1	1.770,7

	31.12.2022											Total	
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias em terrenos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronaves	Computadores e periféricos	Ferramental	Outros bens	"Pool" de peças reparáveis		Imobilizações em andamento
Custo do imobilizado bruto													
Saldo em 31.12.2021	10,2	656,9	88,4	727,8	46,5	12,0	23,7	116,4	672,2	18,5	712,5	35,2	3.120,3
Adições	-	1,2	-	23,3	1,5	0,4	-	3,3	7,2	-	70,1	29,2	136,2
Baixas	-	(4,2)	-	(19,9)	(5,0)	(0,4)	(19,2)	(3,7)	(56,2)	-	(31,0)	-	(139,6)
Reclassificação*	-	3,6	0,5	(2,1)	(0,1)	0,1	-	(0,6)	(7,4)	-	(27,2)	(11,7)	(44,9)
Efeito de conversão	-	(1,7)	(0,5)	(4,8)	(0,2)	(0,2)	-	(0,4)	(0,2)	-	(15,0)	(1,2)	(24,2)
Saldo em 31.12.2022	10,2	655,8	88,4	724,3	42,7	11,9	4,5	115,0	615,6	18,5	709,4	51,5	3.047,8
Depreciação acumulada													
Saldo em 31.12.2021	-	(183,2)	(34,8)	(394,0)	(30,1)	(9,5)	(22,9)	(107,7)	(416,5)	(18,5)	(215,5)	-	(1.432,7)
Depreciação	-	(18,4)	(2,6)	(26,2)	(3,2)	(0,5)	(0,1)	(3,3)	(23,4)	-	(13,9)	-	(91,6)
Baixas	-	2,4	-	14,5	3,7	0,3	18,7	3,3	42,9	-	11,3	-	97,1
Reclassificação*	-	3,0	0,7	5,5	0,2	-	-	0,7	7,5	-	0,3	-	17,9
Juros sobre capitalização de ativos	-	(1,1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1,1)
Efeito de conversão	-	0,5	0,1	3,8	0,2	0,2	-	0,4	0,1	-	6,5	-	11,8
Saldo em 31.12.2022	-	(196,8)	(36,6)	(396,4)	(29,2)	(9,5)	(4,3)	(106,6)	(389,4)	(18,5)	(211,3)	-	(1.398,6)
Valor contábil													
Saldo em 31.12.2021	10,2	473,7	53,6	333,8	16,4	2,5	0,8	8,7	255,7	-	497,0	35,2	1.687,6
Saldo em 31.12.2022	10,2	459,0	51,8	327,9	13,5	2,4	0,2	8,4	226,2	-	498,1	51,5	1.649,2

(*) Transações que não afetam o caixa: reclassificação entre estoques e imobilizado.

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

15. INTANGÍVEL

Veja política contábil na Nota **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

	31.12.2024									Total
	Desenvolvido internamente				Adquirido de terceiros					
	Aviação Comercial	Aviação Executiva	Defesa & Segurança	Serviços & Suporte	Outros		Software	Ágio	Outros	
				eVTOL	Outros					
Custo										
Saldo em 31.12.2023	1.311,3	1.603,4	145,9	31,0	42,4	14,4	301,6	23,8	9,0	3.482,8
Adições	41,0	60,2	39,6	8,1	109,4	2,0	5,5	-	-	265,8
Baixas	-	-	(0,4)	-	-	-	(13,6)	-	(0,7)	(14,7)
Reclassificação *	9,5	-	-	-	-	-	-	-	-	9,5
Juros sobre capitalização de ativos	-	-	-	-	2,9	-	-	-	-	2,9
Efeito de conversão	-	-	(2,0)	-	-	(2,2)	(1,7)	(4,6)	-	(10,5)
Saldo em 31.12.2024	1.361,8	1.663,6	183,1	39,1	154,7	14,2	291,8	19,2	8,3	3.735,8
Amortização acumulada										
Saldo em 31.12.2023	(119,8)	(697,9)	(52,8)	-	-	(4,8)	(274,0)	-	(2,5)	(1.151,8)
Amortizações	(57,7)	(52,4)	(4,5)	-	-	(1,4)	(8,8)	-	(0,7)	(125,5)
Amortizações de contribuição de parceiros	18,7	11,5	-	-	-	-	-	-	-	30,2
Baixas	-	-	-	-	-	-	12,5	-	0,7	13,2
Reclassificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capitalização de ativos	-	(1,4)	-	-	-	-	-	-	-	(1,4)
Efeito de conversão	-	-	0,6	-	-	0,3	1,3	-	0,2	2,4
Saldo em 31.12.2024	(158,8)	(740,2)	(56,7)	-	-	(5,9)	(269,0)	-	(2,3)	(1.232,9)
Valor contábil										
Saldo em 31.12.2023	1.191,5	905,5	93,1	31,0	42,4	9,6	27,6	23,8	6,5	2.331,0
Saldo em 31.12.2024	1.203,0	923,4	126,4	39,1	154,7	8,3	22,8	19,2	6,0	2.502,9

(*) Transações não monetárias: reclassificação entre contas do intangível e estoques.

	31.12.2023									Total
	Desenvolvido internamente				Adquirido de terceiros					
	Aviação Comercial	Aviação Executiva	Defesa e Segurança	Serviço & Suporte	Outros	Software	Ágio	Outros		
Custo do intangível										
Saldo em 31.12.2022	1.274,4	1.544,6	132,4	9,0	4,6	302,0	22,3	10,6	10,6	3.299,9
Adições (i)	36,9	58,8	26,1	22,0	45,5	2,8	-	-	-	192,1
Baixas	-	-	-	-	(8,6)	(3,4)	-	(1,6)	-	(13,6)
Reclassificação	-	-	(13,6)	-	13,6	-	-	-	-	-
Efeito de conversão	-	-	1,0	-	1,7	0,2	1,5	-	-	4,4
Saldo em 31.12.2023	1.311,3	1.603,4	145,9	31,0	56,8	301,6	23,8	9,0	9,0	3.482,8
Amortização acumulada										
Saldo em 31.12.2022	(81,1)	(663,0)	(51,9)	-	(2,4)	(253,1)	-	(1,9)	(1,9)	(1.053,4)
Amortizações	(58,2)	(43,9)	(3,4)	-	(1,5)	(24,0)	-	(0,9)	(0,9)	(131,9)
Amortizações de contribuição de parceiros	19,5	10,3	-	-	-	-	-	-	-	29,8
Baixas	-	-	-	-	2,3	3,4	-	0,3	-	6,0
Reclassificação	-	-	2,7	-	(2,7)	-	-	-	-	-
Juros sobre capitalização de ativos	-	(1,3)	-	-	-	-	-	-	-	(1,3)
Efeito de conversão	-	-	(0,2)	-	(0,5)	(0,3)	-	-	-	(1,0)
Saldo em 31.12.2023	(119,8)	(697,9)	(52,8)	-	(4,8)	(274,0)	-	(2,5)	(2,5)	(1.151,8)
Intangível líquido										
Saldo em 31.12.2022	1.193,3	881,6	80,5	9,0	2,2	48,9	22,3	8,7	8,7	2.246,5
Saldo em 31.12.2023	1.191,5	905,5	93,1	31,0	52,0	27,6	23,8	6,5	6,5	2.331,0

(i) Do total de adições, US\$ 42,4 milhões correspondem a custos incorridos no desenvolvimento do veículo elétrico e pouso vertical ("eVTOL") da EVE desde agosto de 2023, quando foram atingidas as etapas relevantes do processo de desenvolvimento.

	31.12.2022									Total
	Desenvolvido internamente				Adquirido de terceiros					
	Aviação Comercial	Aviação Executiva	Defesa e Segurança	Outros	Desenvolvimento	Software	Ágio	Outros		
Custo do intangível										
Saldo em 31.12.2021	1.234,2	1.405,8	55,8	4,6	11,8	310,6	21,4	169,6	169,6	3.213,8
Adições	40,4	48,6	13,7	-	-	4,1	-	4,0	4,0	110,8
Baixas	-	-	-	-	-	(1,6)	-	(5,3)	(5,3)	(6,9)
Reclassificação	(0,2)	90,2	62,0	-	(11,8)	(10,1)	-	(157,7)	(157,7)	(27,6)
Efeito de conversão	-	-	0,9	-	-	(1,0)	0,9	-	-	0,8
Saldo em 31.12.2022	1.274,4	1.544,6	132,4	4,6	-	302,0	22,3	10,6	10,6	3.299,9
Amortização acumulada										
Saldo em 31.12.2021	(80,1)	(617,4)	(43,9)	(1,8)	(3,6)	(234,2)	-	(19,4)	(19,4)	(1.000,4)
Amortizações	(31,6)	(42,9)	(2,4)	(0,6)	-	(25,6)	-	(0,6)	(0,6)	(103,7)
Amortizações de contribuição de parceiros	10,2	10,9	-	-	-	-	-	-	-	21,1
Baixas	-	-	-	-	-	1,6	-	1,1	1,1	2,7
Reclassificação	20,4	(12,2)	(5,2)	-	3,6	4,1	-	17,0	17,0	27,7
Juros sobre capitalização de ativos	-	(1,4)	-	-	-	-	-	-	-	(1,4)
Efeito de conversão	-	-	(0,4)	-	-	1,0	-	-	-	0,6
Saldo em 31.12.2022	(81,1)	(663,0)	(51,9)	(2,4)	-	(253,1)	-	(1,9)	(1,9)	(1.053,4)
Intangível líquido										
Saldo em 31.12.2021	1.154,1	788,4	11,9	2,8	8,2	76,4	21,4	150,2	150,2	2.213,4
Saldo em 31.12.2022	1.193,3	881,6	80,5	2,2	-	48,9	22,3	8,7	8,7	2.246,5

16. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (*IMPAIRMENT*) DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Veja política contábil na Nota **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

Em 31 de dezembro de 2024, a Embraer não identificou quaisquer indícios de desvalorização que indicassem que o valor contábil dos ativos excedia seu valor recuperável.

As CGUs que possuem goodwill são: Phenom, Project Management, and Cyber Security. As análises de sensibilidade realizadas demonstram que mudanças possíveis e razoáveis nas principais premissas adotadas para a determinação do valor recuperável dessas unidades não resultariam em valor contábil que excedesse seu valor recuperável.

O teste de impairment da E2 Platform CGU considerou o plano estratégico aprovado pela Administração, que inclui uma pausa adicional de quatro anos no programa de desenvolvimento do jato E175-E2, que foi aprovado em 25 de fevereiro de 2025. Essa suposição não resultou em perdas por impairment.

As principais suposições adotadas no teste de impairment são:

→ Os fluxos de caixa futuros foram projetados para um período entre 11 e 31 anos, conforme as características de cada CGU, e descontados à taxa de custo médio ponderado de capital (WACC), estimada em 11,4% (2023: 9,9%). Os fluxos de caixa não consideram perpetuidade.

→ Parte dos fluxos de caixa futuros foi orçado em reais e convertido em dólares utilizando a taxa de câmbio vigente em 30 de setembro de 2025, de R\$ 5,4481. A variação cambial desfavorável do real frente ao dólar, observada nos nove meses encerrados em 30 de setembro de 2024, não gerou impacto relevante nos fluxos de caixa estimados.

17. FORNECEDORES

Veja política contábil na Nota **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores exterior	492,5	420,4
Fornecedores no país	190,7	175,7
Parceiros de risco	283,1	190,9
	966,3	787,0

18. FORNECEDORES – ACORDO DE FINANCIAMENTO

Veja política contábil na Nota **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

A Embraer possui acordos de financiamento de fornecedores nacionais e estrangeiros com instituições financeiras, sob os quais seus fornecedores podem optar por receber o pagamento antecipado de suas faturas. Os pagamentos antecipados aos fornecedores são feitos pelas instituições financeiras.

Tais acordos não implicam alteração nas condições comerciais originalmente pactuadas com os fornecedores. Dessa forma, a Embraer realiza os pagamentos às instituições financeiras pelos mesmos valores e prazos previamente acordados com seus fornecedores. Ademais, não há incidência de encargos financeiros adicionais à Companhia, tampouco a constituição de garantias ou colaterais em decorrência desses acordos.

Em 2024, o prazo médio de pagamento das faturas abrangidas por esses acordos foi de 104 dias (2023: 104 dias).

Informações adicionais estão apresentadas na tabela abaixo:

	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores sujeitos a um acordo de financiamento de fornecedores (i)	78,5	58,9
Fornecedores que receberam pagamentos (ii)	43,3	37,7

(i) Esses saldos são apresentados na rubrica fornecedores.

(ii) Esses saldos são apresentados na rubrica Fornecedores – acordos de financiamento

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

Os fluxos de caixa relacionados às obrigações financeiras decorrentes desses acordos estão classificados como atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa, uma vez que permanecem no ciclo operacional da Companhia e mantêm sua natureza principal, ou seja, referem-se a pagamentos por compras de bens e serviços.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Veja política contábil na Nota 2.3.3.

Propósito dos Empréstimos e Financiamentos (Não Auditado)	Moeda	Taxa Contratual de juros - % a.a.	Vencimento	31.12.2024	31.12.2023
<i>Ativo Imobilizado</i>					
	US\$	SIFMA	2025-35	20,0	20,5
<i>Bônus Garantidos</i>					
	US\$	5,40% a.a.	2027	533,2	532,9
	US\$	6,95% a.a.	2028	491,9	491,2
	US\$	7,00% a.a.	2030	761,7	760,3
<i>Capital de Giro</i>					
	R\$	CDI + 2,60% a.a.	2026	3,3	4,3
	Euro	3,96% a.a. a 4,52% a.a.	2024-25	22,0	30,7
	Euro	Euribor 1M + 1,40% a.a.	2025	-	2,9
	Euro	Euribor 12M + 1,31% a.a.	2024-26	1,2	2,3
	US\$	SOFR 6M + 0,50% a.a.	2025	10,7	22,4
	US\$	SOFR 6M + 2,60%	2027	(i)	102,4
	US\$	4,35% a.a. a 4,50% a.a.	2024-30	26,0	25,2
	US\$	SOFR 6M + 0,75% a.a.	2024-31	66,8	57,6
<i>Financiamento à Exportação</i>					
	US\$	5,92% a.a.	2026	30,5	30,5
	US\$	5,49% a.a.	2027	372,7	401,0
	US\$	5,44% a.a.	2028	(ii)	170,0
	US\$	4,99% a.a.	2028	(ii)	30,5
	US\$	SOFR 12M + 1,77%	2028	(i)	165,8
<i>Projetos</i>					
	R\$	4,55% a.a.	2026-35	13,0	13,2
	R\$	TR + 2,20% a.a.	2029-40	7,4	-
	US\$	5,30% a.a. a 5,77% a.a.	2027-35	69,8	12,7
	US\$	SOFR 3M + 3,90% a.a.	2028	50,0	-
	US\$	5,69% a.a.	2029-40	0,9	-
<i>Outros</i>					
	US\$	10,50% a.a.	2028	10,0	10,0
Total				2.491,1	2.886,4
Circulante				113,8	127,1
Não circulante				2.377,3	2.759,3
Total				2.491,1	2.886,4

(i) Em março/2024, a Companhia liquidou esses empréstimos antecipadamente.

(ii) Em dezembro/2024, a Companhia fez a liquidação antecipada total do contrato junto ao BNDES com vencimento em 2028 no valor total de US\$ 202,2. Sobre este valor não incidiram custos adicionais para realizar a antecipação.

Em 31 de dezembro de 2024, o cronograma de vencimento do montante classificado como não circulante é:

2026	49,4
2027	941,3
2028	537,0
Após 2028	849,6
	2.377,3

19.1 Garantias

Em garantia de parte dos financiamentos da Companhia, foram oferecidos imóveis, benfeitorias, máquinas, equipamentos e garantias bancárias no montante total de US\$ 705,1 (2023: US\$ 799,8). Para os financiamentos das controladas, foram constituídas garantias nas modalidades de fiança e aval da Controladora, que totalizavam o montante de US\$ 1.941,5 (2023: US\$ 1.998,9).

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

19.2 Cláusulas restritivas

Alguns contratos de financiamento estão sujeitos a cláusulas restritivas (“covenants”) não financeiras, incluindo restrições sobre a criação de novos gravames sobre bens do ativo, mudanças significativas no controle acionário da Companhia, venda significativa de ativos e pagamento de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório por lei em casos de inadimplência nos financiamentos e nas transações com empresas controladas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia atendeu as referidas cláusulas restritivas não financeiras dos contratos de financiamento vigentes.

A Embraer possui um único contrato sujeito a covenant financeiro, sendo aquele firmado com o BNDES, em dezembro/2022. Em 31 de dezembro de 2024, a Embraer estava em conformidade com a referida cláusula restritiva e a próxima obrigatoriedade de mensuração do indicador será realizada no fim do exercício de 2025.

20 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DOS FLUXOS DE CAIXA

20.1 Reconciliação da dívida com os fluxos de Caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Outros débitos	Total
Saldo em 31.12.2023	2.886,4	96,0	-	2.982,4
Captações	762,1	-	13,1	775,2
Pagamentos	(1.142,2)	(18,8)	(13,1)	(1.174,1)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(380,1)	(18,8)	-	(398,9)
Outras movimentações				
Pagamento de juros	(176,3)	-	-	(176,3)
Juros incorridos	171,7	5,8	-	177,5
Efeito de conversão e variação cambial	(10,6)	(9,1)	-	(19,7)
Adição - Passivo de Arrendamento	-	38,3	-	38,3
Baixa - Passivo de Arrendamento	-	(0,4)	-	(0,4)
Saldo em 31.12.2024	2.491,1	111,8	-	2.602,9
Circulante	113,8	19,2	-	133,0
Não circulante	2.377,3	92,6	-	2.469,9
Total	2.491,1	111,8	-	2.602,9

20.2 Transações que não envolvem caixa

	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2022
Transações que não envolvem o desembolso de caixa:			
Adição de imobilizado que não teve a saída monetária	42,7	-	-
Adição de ativo imobilizado pela transferência de estoques de aeronave.	16,9	-	-
Adição (baixa) ao imobilizado pela transferência de estoques de peças reparáveis	36,4	(15,6)	(27,2)

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

21. CONTAS A PAGAR

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Planos de pagamento baseado em ações	26.1	156,5	45,4
Obrigações relacionadas com folha de pagamento		123,6	123,0
Programa de participação dos empregados nos lucros		72,3	66,2
Demais contas a pagar		55,7	54,7
Obrigações contratuais	(i)	33,1	24,0
Facilities e serviços		23,1	8,5
Royalties a pagar ao Comando da Aeronáutica		20,0	24,0
Opções de compra de não controladores - EVE		15,0	7,7
Dividendos a pagar		9,2	0,9
Contas a pagar aquisição de empresa	(ii)	5,8	-
Comissões a pagar		3,1	10,4
Seguros		2,5	4,9
Dívidas com e sem direito de regresso		1,1	2,9
Opções de compra de não controladores - Tempest		-	15,1
		521,0	387,7
Circulante		359,8	332,3
Não circulante		161,2	55,4

(i) Representam os valores reconhecidos para fazer face a obrigações contratuais assumidas pela Companhia em contratos com clientes, envolvendo principalmente concessões comerciais e custos para obter contrato.

(ii) Refere-se ao saldo a pagar pela aquisição da Coqueiro (Nota **Erro! Fonte de referência não encontrada.**) e da Xmobots (Nota **Erro! Fonte de referência não encontrada.**), de US\$ 1,7 e US\$ 4,1, respectivamente.

22. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

		31.12.2024	31.12.2023
INSS	(i)	22,9	32,8
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")		11,9	13,8
Imposto sobre o valor agregado		9,0	0,3
Fundo de garantia do tempo de serviços ("FGTS")		0,9	0,7
Parcelamentos de tributos		0,9	1,3
Imposto sobre serviço ("ISS")		0,1	0,3
PIS e COFINS		1,5	1,7
Imposto sobre produtos industrializados ("IPI")		4,6	4,6
Seguridade Social		0,6	1,2
Outros		2,6	4,2
		55,0	60,9
Circulante		45,8	42,6
Não circulante		9,2	18,3

(i) A Companhia questiona judicial e/ou administrativamente a incidência de contribuições sociais sobre: 1/3 das férias e outras remunerações e o direito de não pagar contribuições previdenciárias de acordo com o regime estabelecido pela Lei 12.546/2011 no ano de 2018 para uma de suas controladas. O valor envolvido e respectivamente provisionado é de US\$ 7,2 (2023: US\$ 18,2). A redução do saldo em 2024 se deve principalmente ao pagamento de algumas competências relacionadas à cobrança de Contribuição Previdenciária sobre o 1/3 de férias.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Veja política contábil na Nota **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

23.1 Impostos diferidos

Os componentes dos impostos diferidos ativos e passivos são demonstrados abaixo:

		<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Despesas/Receitas temporariamente não dedutíveis/tributáveis	(i)	228,20	165,90
Prejuízos fiscais a compensar		85,20	1,10
Efeito da moeda funcional sobre os ativos não monetários	(ii)	(559,00)	(316,50)
Lucros não realizados		38,40	33,00
Derivativos / Hedge Accounting		2,40	1,10
Diferença de prática relacionada a ativo imobilizado		(71,10)	(55,10)
Demais diferenças entre as bases: contábil x fiscal	(iii)	(0,40)	3,50
Imposto diferido ativo (passivo), net		<u>(276,30)</u>	<u>(167,00)</u>

(i) Diferenças temporárias incluem provisões não dedutíveis, amortização acelerada de despesas incentivadas com pesquisa e desenvolvimento, ganhos ou perdas de câmbio incluídos no cálculo do imposto de renda no regime de caixa e outras diferenças que serão incluídas ou excluídas da base de cálculo do imposto quando realizadas para fins fiscais.

(ii) A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social da Embraer é impactada pelas flutuações na taxa de câmbio, uma vez que os ativos e passivos fiscais são registrados em reais, pelo valor histórico, enquanto a base contábil está expressa em US\$ (moeda funcional), assim como as despesas e receitas de imposto de renda reconhecidas no resultado. Este item reflete os efeitos dessas flutuações cambiais.

(iii) Refere-se a diferenças entre as bases contábeis e fiscais de ativos e passivos, tais como ajustes de receitas de contratos, custos de empréstimos, impairment, entre outros.

Abaixo, a movimentação dos impostos diferidos que afetaram o resultado:

	<u>Resultado</u>	<u>Resultado</u>	<u>Total</u>
	<u>(458,9)</u>	<u>abrangente</u>	<u>(408,2)</u>
Saldo em 31.12.2021		50,7	
Despesas/Receitas temporariamente não dedutíveis/tributáveis	(44,8)	-	(44,8)
Prejuízos fiscais a compensar	9,5	-	9,5
Efeito da moeda funcional sobre os ativos não monetários	100,3	-	100,3
Lucros não realizados	6,1	-	6,1
Diferença de prática relacionada a ativo imobilizado	(17,6)	-	(17,6)
Derivativos / Hedge Accounting	1,3	-	1,3
Demais diferenças entre as bases: contábil x fiscal	32,0	(1,1)	30,9
Saldo em 31.12.2022	<u>(372,1)</u>	<u>49,6</u>	<u>(322,5)</u>
Despesas/receitas temporariamente não dedutíveis/tributáveis	55,0	-	55,0
Prejuízos fiscais a compensar	(15,5)	-	(15,5)
Efeito da moeda funcional sobre os ativos não monetários	112,3	-	112,3
Lucros não realizados	12,2	-	12,2
Diferença de prática relacionada a ativo imobilizado	(16,1)	-	(16,1)
Derivativos / Hedge Accounting	0,2	-	0,2
Demais diferenças entre as bases: contábil x fiscal	4,5	2,9	7,4
Saldo em 31.12.2023	<u>(219,5)</u>	<u>52,5</u>	<u>(167,0)</u>
Despesas/receitas temporariamente não dedutíveis/tributáveis	62,3	-	62,3
Prejuízos fiscais a compensar	84,1	-	84,1
Efeito da moeda funcional sobre os ativos não monetários	(242,5)	-	(242,5)
Lucros não realizados	5,4	-	5,4
Diferença de prática relacionada a ativo imobilizado	(16,0)	-	(16,0)
Derivativos / Hedge Accounting	(4,7)	6,0	1,3
Demais diferenças entre as bases: contábil x fiscal	(0,6)	(3,3)	(3,9)
Saldo em 31.12.2024	<u>(331,5)</u>	<u>55,2</u>	<u>(276,3)</u>

23.2 Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não reconheceu ativos fiscais diferidos no montante de US\$ 63,4, sendo US\$ 0,2 relacionados a diferenças temporárias e US\$ 63,2 relacionados a prejuízos fiscais de subsidiárias, da qual não há previsão de lucros tributáveis futuros (2023: US\$ 85,9, US\$ 2,4 relacionados a diferenças temporárias e US\$ 83,5 de prejuízos fiscais).

23.3 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2022
Lucro antes dos impostos	557,0	120,7	(205,8)
Imposto sobre a renda utilizando a alíquota da Controladora: 34%	(189,4)	(41,0)	70,0
Tributação do lucro das controladas no exterior	(i) (120,8)	(8,2)	(76,8)
Preço de transferência	-	(1,5)	(2,6)
Efeito da moeda funcional sobre os ativos não monetários	(326,1)	132,4	134,4
Gastos com pesquisa e desenvolvimento	3,4	16,6	4,0
Efeito de conversão do resultado	359,5	(140,7)	(116,4)
Equivalência patrimonial	(1,4)	3,8	2,7
Ativos fiscais diferido não reconhecidos sobre prejuízos fiscais	5,9	(40,4)	(125,4)
Diferentes alíquotas de impostos nas subsidiárias	81,1	110,5	33,2
Outros	(ii) (14,6)	12,1	79,2
	(13,0)	84,6	(67,7)
Benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	(202,4)	43,6	2,3
Imposto de renda e contribuição social corrente	(90,4)	(109,0)	(84,5)
Imposto de renda e contribuição social diferido	112,0	152,6	86,8
Taxa efetiva	-36,3%	36,1%	-1,1%

(i) De acordo com as regras de Tributação sobre a Base Universal (Lei Brasileira 12.973 e Instrução Normativa Brasileira 1.520, ambas de 2014), a Embraer incluiu os lucros auferidos por suas controladas no exterior na base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro ao término do ano-calendário em que tais resultados são reconhecidos nas demonstrações financeiras das respectivas investidas.

(ii) Refere-se, substancialmente, a ajustes decorrentes de exclusões de créditos do Reintegra e de subsídios destinados ao incentivo à inovação tecnológica, entre outras adições e exclusões permanentes, conforme previsto na legislação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas no Brasil.

23.4 Incertezas sobre tratamento de impostos sobre o lucro

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em discussões com as autoridades fiscais brasileiras, tanto na esfera administrativa quanto judicial, relacionadas a tratamentos tributários incertos adotados na apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

A Embraer contesta uma avaliação fiscal que desconsiderou o aproveitamento de créditos de imposto de renda pagos no exterior para fins de compensação da contribuição social. O processo tramita no Tribunal Regional Federal da 3ª Região e aguarda julgamento do recurso interposto pela Companhia. Por essa razão, foi constituída uma provisão no montante de US\$ 2,9 milhões (2023: US\$ 4,7 milhões).

Exceto pelo processo legal mencionado, com base na avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos, a Companhia concluiu que os tratamentos tributários adotados têm elevada probabilidade de serem aceitos pelas autoridades fiscais. Entre as principais discussões em andamento, destaca-se a relacionada à tributação dos lucros auferidos por controladas no exterior, no contexto da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, cujo valor em discussão é de US\$ 89,3 milhões (2023: US\$ 126,5 milhões).

23.5 Regras modelo globais anti-erosão da base tributária (Pilar 2)

O *framework* legislativo do Pilar II proposto pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”) aplica-se a grupos multinacionais cujas receitas consolidadas sejam superiores ou iguais a 750 milhões de euros em pelo menos dois dos últimos 4 anos. Essa proposta de legislação sugere que, se uma entidade num grupo consolidado tiver uma alíquota efetiva inferior a 15%, poderá ser imposta uma tributação adicional sobre os lucros subtributados.

Para que tais regras entrem em vigor, diferentes países ao redor do mundo precisam introduzi-las nos seus sistemas jurídicos nacionais.

A partir de 1º de janeiro de 2024, a Empresa passou a estar sujeita ao imposto mínimo global previsto na legislação fiscal do Pilar II em países como França, Irlanda, Espanha, Suíça, Países Baixos e Reino Unido. Em Cingapura, a aplicação das regras teve início em 1º de janeiro de 2025. Embora Portugal ainda não tenha incorporado o Pilar II à sua legislação interna, espera-se que siga a Diretiva da União Europeia 2022/2523 e implemente as medidas a partir da mesma data. No Brasil, em outubro de 2024, foi publicada a Medida Provisória nº 1.262/2024, posteriormente convertida na Lei nº 15.079/2024 e regulamentada pela Instrução Normativa nº 2.228/2024, introduzindo parcialmente as regras do Pilar II no ordenamento jurídico nacional, com vigência para 1º de janeiro de 2025.

Com base na análise e nas estimativas realizadas até o momento, com o apoio de consultores externos, a Companhia concluiu que, considerando suas operações nas referidas jurisdições, não há impactos a serem reconhecidos em sua posição de imposto de renda, seja corrente ou diferido.

Embraer S.A.**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário**

A Companhia, com o apoio de consultores externos, está conduzindo análises detalhadas sobre as novas regras introduzidas, com o objetivo de identificar potenciais impactos a partir de 2025. Essas análises são baseadas nas diretrizes publicadas pela OCDE e nas legislações específicas dos países onde a Companhia atua. Isso se deve ao fato de que a entrega das declarações de imposto de renda referentes ao exercício de 2024, bem como o cumprimento das obrigações acessórias nas jurisdições que adotaram a legislação do Pilar II a partir de 1º de janeiro de 2024, está prevista para ocorrer somente a partir de 2026.

24. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Veja política contábil nas Notas **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

24.1 Composição do saldo de provisões

	Nota	31.12.2023	Adições	Baixas	Reversões	Juros	Efeito de conversão e variação cambial	31.12.2024
Provisão para garantia de produtos		73,2	51,7	(33,4)	(12,5)	-	(0,1)	78,9
Provisão materiais de terceiros		28,6	23,8	(8,0)	-	-	-	44,4
Provisão com obrigações contratuais		-	43,7	-	-	-	-	43,7
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	24.1.1	58,4	11,5	(14,4)	(8,1)	6,4	(12,7)	41,1
Obrigação de benefícios pós-emprego	25	48,0	1,2	-	(8,3)	5,3	(11,8)	34,4
Impostos sobre receitas provisionadas e não faturadas		35,8	13,4	(11,4)	(1,2)	-	(7,8)	28,8
Outras provisões		44,2	37,2	(42,1)	(15,6)	-	(1,1)	22,6
		288,2	182,5	(109,3)	(45,7)	11,7	(33,5)	293,9
Circulante		114,7						90,2
Não circulante		173,5						203,7

Os valores provisionados refletem a melhor estimativa que a Companhia possui para mensurar a saída de recursos que se espera que ocorra.

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

24.1.1 Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis

		31.12.2024	31.12.2023
Fiscais	(i)		
IRRF		-	11,2
PIS/COFINS		3,2	2,6
Contribuições previdenciárias		1,6	2,0
Impostos de importação		0,6	0,7
IOF		3,3	3,7
Outras		1,6	1,5
Total Fiscais		10,3	21,7
Trabalhistas			
Ação coletiva 1379/1991	(ii)	-	0,1
Reintegração	(iii)	12,5	17,5
Hora extra		4,7	6,3
Periculosidade		1,4	1,7
Insalubridade		8,3	3,2
Indenização		2,6	3,4
Subsidiárias/terceiras		0,4	0,6
Outras		0,8	3,7
Total Trabalhistas		30,7	36,5
Cíveis			
Indenização		0,1	0,2
Total Cíveis		0,1	0,2
		41,1	58,4
Circulante		8,5	8,4
Não circulante		32,6	50,0

(i) A Companhia discute administrativa ou judicialmente determinadas questões tributárias, sendo as mais relevantes:

- O recolhimento de IRRF sobre a transferência de determinados valores ao exterior estava sendo questionado pela Companhia. Em abril/2024, a Companhia obteve desfecho favorável fundado na certificação do trânsito em julgado desta ação. Diante disso, a provisão foi revertida.
- Apropriação de créditos extemporâneos de PIS/COFINS no regime não cumulativo.
- Retenção de 11% de contribuição ao (“INSS”) a ser aplicada no pagamento por contratação de terceiros.
- Imposto de importação resultante de divergências quanto à classificação fiscal de determinados produtos.
- Auto de Infração lavrado para exigir crédito tributário referente a IOF sobre remessas de mútuo ao exterior.

(ii) A ação coletiva e as ações plúrimas, movidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (“Sindicato”) que representa os empregados substituídos, pleiteiam reajustes salariais e pagamento de produtividade sobre os salários dos meses de novembro e dezembro/1990. Em maio/2023, foi homologado e pago o acordo celebrado entre a Companhia e o Sindicato no valor de US\$ 4,3 milhões. As ações plúrimas foram encerradas e a ação coletiva permaneceu em andamento pelo prazo de 1 ano para que eventuais questionamentos dos empregados substituídos possam ser avaliados. O acordo foi integralmente cumprido e homologado nada mais sendo devido pela Companhia. O caso permanece ativo apenas para providências de recolhimentos de contribuições previdenciárias.

(iii) Referem-se a processos movidos por ex-empregados que requerem sua reintegração na Companhia.

24.2 Processos não provisionados

24.2.1 Processos fiscais

A seguir, os passivos contingentes fiscais relacionados aos processos administrativos e judiciais cuja probabilidade de perda é considerada possível:

		31.12.2024	31.12.2023
ISS	(i)	72,3	73,4
Previdenciário	(ii)	56,6	66,2
PIS e COFINS	(iii)	30,2	39,0
Outros	(iv)	13,4	16,4
Total		172,5	195,0

Os principais valores demonstrados acima, atualizados pela Taxa Selic, correspondem substancialmente:

(i) Auto de Infração lavrado pelo município de São José dos Campos para cobrança de ISS supostamente devido no período de 01 de julho de 2010 a 01 de julho de 2015. Em julho de 2024, a Companhia recebeu decisão desfavorável na esfera administrativa com a manutenção da autuação relativa ao ISS e manteve a discussão do débito na Esfera Judicial. O aumento do saldo em 2024 decorre principalmente da incidência de encargos legais e atualização do débito.

(ii) Processo judicial que visa reconhecer o direito de a Companhia recolher a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta na forma prevista pela Lei 12.546/2011 no período de julho a dezembro/2017.

(iii) Pedidos de compensação não homologados, cujas cobranças estão consubstanciadas em diversos processos administrativos em diferentes fases.

(iv) Processos de cobrança de ICMS-DIFAL/DF e outros temas.

24.2.2 Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui passivos contingentes, cuja probabilidade de perda é possível, relacionados a diversos processos trabalhistas que somam US\$ 14,4 (2023: US\$ 27,2).

24.2.3 Conviasa

A Companhia possui um litígio judicial com o *Consortio Venezolano de Industrias Aeronáuticas y Servicios Aéreos* ("Conviasa"), companhia aérea controlada pelo governo da Venezuela, que alega violação pela Embraer de obrigações contratuais, as quais não teriam sido cumpridas pela Embraer para garantir a conformidade com os regulamentos de controle de exportação e sanções dos EUA.

O valor em disputa ainda não foi determinado, pois a Conviasa ainda deverá produzir evidências e provas para suportar os danos alegados. O litígio ainda está em fase inicial, e a Administração, com base em sua avaliação e apoiada por seus assessores jurídicos, concluiu como possível a probabilidade de perda. Houve avocação do processo pelo Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela, sem movimentação posterior.

24.2.4 Investigação e acordos de FCPA

Em outubro/2016, a Companhia celebrou acordos definitivos com autoridades norte-americanas e brasileiras para a resolução de infrações penais e civis da lei anticorrupção dos Estados Unidos (*Foreign Corrupt Practices Act of 1977* ou FCPA) e para a resolução de alegações de descumprimento de determinadas leis brasileiras em quatro transações de aeronaves fora do Brasil entre 2007 e 2011.

Em fevereiro/2017, a Companhia celebrou um Acordo Exoneratório com autoridades de Moçambique para colaboração com as investigações naquele país e sob o qual não há obrigações financeiras para a Embraer. Em julho/2018, a Companhia e a Procuradoria Geral da República Dominicana celebraram um acordo de colaboração em que a Companhia se comprometeu a colaborar com as investigações naquele país.

Vários indivíduos e empresas foram investigados pelas autoridades na Índia em relação a um contrato de fornecimento de 3 aeronaves AEW EMB-145 para o *Indian Defence Research & Development Organization*. Tal transação foi investigada e seu resultado foi considerado nos acordos com autoridades norte-americanas e brasileiras firmado em outubro/2016, que tratou do descumprimento cível e criminal do *Foreign Corrupt Practices Act*, ou FCPA. O *Directorate of Enforcement*, na Índia, iniciou processo criminal contra a Embraer e algumas de suas controladas, além de outros indivíduos e empresas não relacionados à Embraer. A Companhia e sua subsidiária ECC Investment Switzerland AG foram citadas em novembro/2021 e estão devidamente representadas nos autos do processo.

Não temos conhecimento a respeito de outros processos relevantes envolvendo a Embraer e suas subsidiárias, além do citado no parágrafo acima, que tenham relação com o escopo dos acordos firmados com as autoridades norte-americanas e brasileiras em 2016.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia acredita que não há base adequada para estimar provisões ou quantificar possíveis contingências relacionadas a outros procedimentos e desdobramentos aqui mencionados.

25. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Veja política contábil na Nota 2.3.15.

25.1 Planos de benefício definido

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Plano de benefícios médicos Brasil	31,6	46,1
Plano de benefícios médicos exterior	<u>2,8</u>	<u>1,9</u>
Obrigações com benefícios pós-emprego	<u>34,4</u>	<u>48,0</u>

(i) Refere-se ao plano de assistência à saúde e pensão patrocinados pela Embraer Aircraft Holding, Inc. e ao plano de pensão oferecido pela Embraer Aviation International - EAI.

25.1.1 Planos de benefícios de assistência médica à saúde no Brasil

A Embraer e algumas subsidiárias brasileiras concedem benefícios de assistência à saúde pós-emprego aos empregados e dependentes que se caracterizam como um plano de benefício pós-emprego.

Este benefício concede aos empregados que se aposentarem na Companhia a opção de permanecerem no plano médico desde que contribuam com o custo integral do benefício cobrado pela seguradora. Entretanto, devido às regras de reajustes previstas na legislação brasileira, em alguns momentos, as contribuições destes beneficiários poderão não ser suficientes para cobrir os custos do plano médico e, desta forma, representar uma exposição para a Companhia.

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

A tabela a seguir apresenta uma conciliação entre o saldo inicial e final da obrigação:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo no início do exercício	46,1	34,2
Custo do serviço corrente	0,1	0,1
Despesa de juros	3,9	3,8
Perdas (ganhos) de remensuração		
Perda pel experiência	1,2	3,9
(Ganho) perda por mudança de premissa financeira	(4,5)	2,8
Ganho por mudança de premissas demográficas	(4,5)	-
Banefícios pagos	(1,3)	(1,7)
Ajustes de tradução	(9,4)	3,0
Saldo no final do exercício	31,6	46,1

As principais premissas atuariais utilizadas na mensuração da obrigação são:

- Taxa de desconto: baseada nas taxas de títulos públicos brasileiros de longo prazo atrelados à inflação.
- Health Care Cost Trend Rate: visa refletir os impactos do aumento dos custos por conta da introdução de novas tecnologias, medicamentos, utilização acima da inflação oficial do país.
- Fator de envelhecimento: reflete o aumento do custo do plano em função do envelhecimento da população.
- Tábua de mortalidade: utiliza-se a tabela RP-2000 Geracional Combined Healthy, a qual demonstra a taxa de mortalidade por faixa etária e sexo.
- Rotatividade: considera a Tábua Experiência Embraer 2024. Em 31 de dezembro de 2023, a mensuração da obrigação considerou a Tábua T-3 Service disponibilizada pelo Society of Actuaries.
- Probabilidade de aposentadoria: estimativa da probabilidade de entrada em aposentadoria por faixa etária.

	31.12.2024	31.12.2023
Taxa real de desconto	7,45% a.a.	5,47% a.a.
Health care cost trend rate: inflação médica	3% a.a.	5% a.a.
Fator de envelhecimento (<i>aging</i>)	3% a.a.	3% a.a.

A duração média da obrigação no final do período de reporte é de 10,78 anos (2023: 12,55 anos).

Em 31 de dezembro de 2024, mudanças razoavelmente possíveis (1%) em cada uma das premissas atuariais descritas abaixo, mantendo as outras premissas constantes, teriam (aumentado) ou reduzido a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

	Aumento	Redução
Efeito sobre a taxa de desconto	3,6	(4,4)
Efeito sobre a inflação médica	(4,3)	3,6

25.2 Benefícios de plano de pensão: contribuição definida

A Embraer e algumas subsidiárias brasileiras patrocinam um plano de pensão de contribuição definida, o qual é administrado pela EMBRAER PREV - Sociedade de Previdência Complementar.

A obrigação da Companhia se restringe a contribuição mensal vinculada a um percentual pré-definido sobre a remuneração dos empregados que optaram em participar do plano.

Em 2024, as contribuições da Companhia ao plano totalizam US\$ 17,8 (2023: US\$ 17,3 e 2022: US\$ 9,7).

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

26. PLANOS DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Veja política contábil na Nota 2.3.15.

26.1 Planos com liquidação em caixa

Para aquisição do direito, os participantes estão sujeitos ao atendimento de metas corporativas de desempenho e condição de serviços.

A seguir, a posição dos planos outorgados em aberto:

Data da outorga	Data de aquisição de direito (i)	Valor justo na data da outorga (ii)	Quantidade outorgada	31.12.2023		31.12.2024		Quantidade outorgada	Quantidade cancelada e outros ajustes	Quantidade paga ou adiantada	Quantidade de ações	Valor justo do passivo (iii)
				(-) Quantidade cancelada e outros ajustes	(-) Quantidade paga ou adiantada	(=) Quantidade de ações	Valor justo do passivo (iii)					
03.12.2019	03.12.2024	19,30	1.349.153	(238.777)	(945.407)	164.969	0,8	-	-	(164.969)	-	-
03.24.2020	03.24.2025	16,95	1.633.741	(516.702)	(775.825)	341.214	1,4	-	(1.404)	(168.061)	171.749	1,5
03.18.2021	03.18.2024	11,29	2.181.442	(221.420)	-	1.960.022	9,0	-	-	(1.960.022)	-	-
03.11.2022	03.11.2025	17,61	2.292.434	(253.350)	-	2.039.084	6,1	-	-	-	2.039.084	17,3
09.05.2022	09.05.2027	13,69	13.621.919	(10.544)	(2.722.275)	10.889.100	9,9	-	-	(2.722.275)	8.166.825	45,6
11.18.2022	11.18.2026	12,58	4.494.033	36.415	(906.090)	3.624.358	4,0	-	-	(906.090)	2.718.268	18,6
03.09.2023	03.09.2026	16,35	3.471.772	(112.750)	-	3.359.022	4,5	-	-	-	3.359.022	18,6
09.13.2023	09.13.2027	18,55	1.802.095	(30.335)	-	1.771.760	0,7	-	(9.935)	(352.366)	1.409.459	4,3
08.02.2024	08.02.2028	22,43	-	-	-	-	-	4.088.971	(99.386)	-	3.989.585	8,3
03.14.2024	03.14.2027	22,95	-	-	-	-	-	2.537.146	-	-	2.537.146	6,4
Total			30.846.589	(1.347.463)	(5.349.597)	24.149.529	36,4	6.626.117	(110.725)	(6.273.783)	24.391.138	120,6

(i) Em geral, a liquidação dos planos outorgados ocorre na data de aquisição de direito. Adiantamentos são realizados em cada aniversário da data de concessão para alguns planos em caráter de exceção.

(ii) Refere-se ao valor justo na data de outorga. O valor justo da ação na data de outorga é determinado com base na cotação média dos últimos 30 pregões da ação EMBR3 na B3.

(iii) O valor justo da ação utilizado na mensuração do valor justo do passivo é determinado com base na cotação média dos últimos 10 pregões da ação EMBR3 na B3. Quando aplicável, os dividendos efetivamente distribuídos, inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio, são adicionados ao valor justo da ação. Este valor adicionado aos encargos trabalhistas aplicáveis está apresentado como contas a pagar (Nota 21).

26.2 Planos com liquidação mediante entrega de instrumentos patrimoniais

Nesta Nota, os valores referentes aos preços das ações estão apresentados em unidades de US\$.

Estes planos são concedidos aos empregados da Eve Holding e de suas subsidiárias. A aquisição do direito ao recebimento das ações (NYSE: EVEX) está sujeita ao atendimento de metas de desempenho, podendo incluir condições de mercado, e condição de serviços (de 2 a 5 anos).

O valor justo da ação na data da outorga é o preço de mercado da ação observado na data da outorga, exceto para os planos que incluem condições de mercado. Nestes casos, a simulação de Monte Carlo é utilizada para estimar o valor justo da ação na data da outorga.

Em 31 de dezembro de 2024, a quantidade de ações outorgadas sem condições de mercado é 1.972.220 (2023: 555.654), com preço médio na data da outorga de US\$ 7,30 equivalente a R\$ 45,18 (2023: US\$ 8,37 equivalente a R\$ 40,52) e duração média remanescente de 2,3 anos (2023: 1,5 ano). Nesta data, a quantidade de ações outorgadas com condições de mercado é 526.830 (2023: 576.682), com preço médio na data da outorga de US\$ 12,53 equivalente a R\$ 77,57 (2023: US\$ 13,98 equivalente a R\$ 67,68) e duração média remanescente de 2,8 anos (2023: 3,8 anos).

O valor reconhecido no patrimônio líquido é de US\$ 11,9 (2023: US\$ 7,4).

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

27.1 Classificação contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Veja política contábil na Nota 2.3.3.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nesta data.

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado mediante informações disponíveis no mercado e com a aplicação de metodologias para melhor avaliar cada tipo de instrumento. Foi necessária a utilização de considerável julgamento na interpretação dos dados de mercado para se produzir a mais adequada estimativa do valor justo. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados de realização.

Os métodos abaixo foram utilizados para estimar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** valor de mercado.
- **Investimentos financeiros:** fluxo de caixa descontado e múltiplo de mercado.
- **Instrumentos financeiros derivativos e warrants:** vide Nota 8
- **Financiamentos a clientes:** fluxo de caixa descontado.
- **Empréstimos e financiamentos:** a mensuração do valor justo das emissões de bônus garantidos (bonds) é o preço unitário no último dia de negociação ao final do período de reporte multiplicado pela quantidade emitida.

Para os demais empréstimos e financiamentos, o valor justo é baseado no valor de seus fluxos de caixa contratuais, sendo que a taxa de desconto utilizada é baseada na taxa para a contratação de uma nova operação em condições similares, ou na ausência desta, na curva futura de mercado para o fluxo de cada obrigação.

Ao mensurar o valor justo de um instrumento financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração.
- **Nível 2:** informações, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis pelo mercado.

Não ocorreram transferências entre os níveis em 2024 e 2023.

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

A seguir, as tabelas apresentam os valores contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia de valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo, caso o valor contábil seja uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	Instrumentos Financeiros ao custo amortizado				Total	Níveis de Hierarquia de Valor Justo			Total valor justo
		Custo amortizado	Valor Justo	VJR	VJORA		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
31.12.2024										
Ativos										
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.561,9	-	-	1,1	1.563,0	-	1,1	-	1,1
Investimentos financeiros	6									
Títulos públicos		66,5	-	-	-	66,5	-	-	-	-
Títulos privados		76,5	-	23,4	-	99,9	-	23,4	-	23,4
Notas estruturadas		-	-	133,2	-	133,2	-	133,2	-	133,2
Fundos de investimento		-	-	21,9	103,3	125,2	-	125,2	-	125,2
Depósitos a prazo fixo		468,2	-	-	-	468,2	-	-	-	-
Outros		-	-	95,0	-	95,0	-	-	95,0	95,0
Contas a receber líquidas	7	322,8	-	-	-	322,8	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	8	-	-	13,2	-	13,2	-	13,2	-	13,2
Outros ativos		109,9	-	-	-	109,9	-	-	-	-
Financiamentos de clientes	9	32,3	-	0,1	-	32,4	-	-	0,1	0,1
		2.638,1	-	286,8	104,4	3.029,3	-	296,1	95,1	391,2
Passivos										
Empréstimos e financiamentos	19	2.491,1	2.566,1	-	-	2.491,1	1.835,5	730,6	-	2.566,1
Fornecedores	17	966,3	-	-	-	966,3	-	-	-	-
Fornecedores - Acordos de financiamento	18	43,3	-	-	-	43,3	-	-	-	-
Contas a pagar		125,3	-	-	-	125,3	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	8	-	-	86,2	17,6	103,8	4,0	99,8	-	103,8
		3.626,0	2.566,1	86,2	17,6	3.729,8	1.839,5	830,4	-	2.669,9

	Nota	Instrumentos Financeiros ao custo amortizado				Total	Níveis de Hierarquia de Valor Justo			Total valor justo
		Custo amortizado	Valor Justo	VJR	VJORA		Outros passivos financeiros	Nível 1	Nível 2	
31.12.2023										
Ativos										
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.629,2	-	-	-	1.629,2	-	-	-	-
Investimentos financeiros	6									
Títulos públicos		66,6	-	-	-	66,6	-	-	-	-
Títulos privados		105,1	-	41,3	-	146,4	-	41,3	-	41,3
Fundos de investimento		-	-	27,4	-	27,4	-	27,4	-	27,4
Depósitos a prazo fixo		-	-	-	350,5	350,5	-	350,5	-	350,5
Outros		-	-	100,8	-	100,8	-	-	100,8	100,8
Contas a receber líquidas	7	221,0	-	-	-	221,0	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	8	-	-	8,5	9,0	17,5	-	17,5	-	17,5
Outros ativos		121,6	-	-	-	121,6	-	-	-	-
Financiamentos de clientes	9	41,6	-	21,2	-	62,8	-	12,4	8,8	21,2
		2.185,1	-	199,2	359,5	2.743,8	-	449,1	109,6	558,6
Passivos										
Empréstimos e financiamentos	19	2.886,4	2.812,3	-	-	2.886,4	1.843,0	969,3	-	2.812,3
Fornecedores	17	787,0	-	-	-	787,0	-	-	-	-
Fornecedores - Acordos de financiamento	18	37,6	-	-	-	37,6	-	-	-	-
Contas a pagar		118,5	-	-	-	118,5	-	-	15,1	15,1
Instrumentos financeiros derivativos	8	-	-	125,1	0,1	125,2	11,3	113,9	-	125,2
		3.829,5	2.812,3	125,1	0,1	3.969,8	1.854,3	1.083,2	15,1	2.952,6

Abaixo, a conciliação dos saldos iniciais com os saldos finais das mensurações de valores justos de Nível 3:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31.12.2022	103,9	31,0
Adições	11,5	-
Baixas	-	(17,5)
Efeito de conversão	(1,5)	(0,8)
Lançamento a valor justo	(4,3)	2,4
Saldo em 31.12.2023	109,6	15,1
Baixas	-	(16,8)
Efeito de conversão	-	(3,3)
Lançamento a valor justo	(14,5)	5,0
Saldo em 31.12.2024	95,1	-

As informações (inputs) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo das ações da Republic Airways (Nota 6) e do financiamento a cliente (Nota 9) foram classificadas como Nível 3.

Os inputs significativos não observáveis utilizados na mensuração do valor justo do financiamento a clientes são o preço de subscrição das ações a serem emitidas pela contraparte e a taxa de desconto, esta composta pela taxa livre de risco e risco de crédito para o período da operação.

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

A técnica de avaliação de múltiplo de mercado (abordagem de mercado) é utilizada na mensuração do valor justo das ações da Republic Airways. Este modelo de avaliação considera a média do múltiplo de mercado Enterprise Value sobre Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization (EV/EBITDA) de empresas comparáveis à Republic Airways.

Na mensuração do enterprise value da Republic Airways foi considerado o lucro antes do resultado financeiro, dos impostos, da depreciação e da amortização (EBITDA Ajustado). A estimativa é ajustada pela dívida líquida da Republic Airways e pelo efeito da não comercialização ativa das ações.

Os inputs significativos não observáveis são

- Média do múltiplo de mercado.
- Desconto por ausência de comercialização.

Se as alterações possivelmente razoáveis indicadas abaixo fossem consideradas nos inputs significativos não observáveis e os demais inputs fossem mantidos constantes, o valor justo das ações da Republic Airways seria:

<u>31 de dezembro de 2024</u>	<u>Cenário</u>		
	<u>Aumento</u>	<u>provável</u>	<u>Redução</u>
Taxa de crescimento (6% de alteração)	96,50	95,00	93,40
Taxa de desconto (1% de alteração)	97,10	95,00	92,90

27.1.1 Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos que requer a diversificação das transações e das contrapartes, visando delimitar os riscos associados às operações financeiras, bem como as diretrizes operacionais relacionadas a tais operações financeiras. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do risco das contrapartes.

A política de gerenciamento de riscos integra a política de gestão financeira estabelecida pela Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, e prevê o acompanhamento de suas operações por um Comitê de Gestão Financeira. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando não têm contrapartida nas operações da Companhia e quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa. Os procedimentos de controles internos da Companhia proporcionam o acompanhamento de forma consolidada dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa.

O Comitê de Gestão Financeira auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o cenário econômico e seus possíveis impactos nas operações da Companhia, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Em conformidade com a política de gestão financeira, a Companhia protege alguns dos riscos por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos (Nota 8), com propósito de mitigar riscos de flutuação nas taxas de câmbio e preços de ações, sendo vedada a utilização desse tipo de instrumento para fins especulativo.

27.1.2 Gestão de capital

Ao administrar seu capital, a Companhia busca salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital otimizada com o objetivo de reduzir custos financeiros.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou ainda vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia busca e monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, com o objetivo de mitigação de risco de refinanciamento e maximização do retorno ao acionista. A relação entre liquidez e o retorno ao acionista pode sofrer alterações conforme o Conselho de Administração julgar necessária. .

27.1.3 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e nos depósitos mantidos em bancos e outros investimentos em instrumentos financeiros com instituições financeiras.

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiro

O risco de crédito dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e dos investimentos financeiros, administrado pela Diretoria Financeira da Companhia, está de acordo com a política de gerenciamento de riscos. O limite de crédito das contrapartes é monitorado de forma a não ultrapassar o limite estabelecido mitigando eventuais prejuízos gerados pela falência de uma contraparte, assim como, as transações são realizadas com contrapartes avaliadas como investment grade por agências de rating (Fitch, Moody's e Standard and Poor's). O Comitê de Gestão Financeira auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar as operações realizadas com contrapartes.

Contas a receber, ativos de contrato com clientes e financiamento a cliente

A Companhia pode incorrer em perdas com contas a receber oriundos de faturamentos de peças de reposição e serviços a clientes. Para reduzir o risco de crédito associado às vendas a prazo, a análise do risco de crédito realizada considera tanto os aspectos qualitativos, como a experiência de transações passadas, quanto os aspectos quantitativos, quando aplicável, pautados em informações financeiras, ratings das principais agências de crédito, probabilidade de default e informações públicas disponíveis no mercado. O eventual agravamento do risco e/ou atraso de pagamento por parte do cliente pode impactar a continuidade do fornecimento de peças e serviços, o que pode impossibilitar a operação das aeronaves.

A Companhia aplica a abordagem simplificada para mensurar a perda de crédito esperada em relação ao contas a receber de clientes que não possuem componente de financiamento significativo (Nota 7). Por meio da técnica de matriz de provisão, são realizados agrupamentos apropriados do contas a receber em categorias de características de risco de crédito compartilhadas, por um período determinado, para determinar as taxas históricas de perdas e considerar fatores macroeconômicos prospectivos, visando ajustar as taxas históricas de modo a refletir condições econômicas futuras relevantes.

O cálculo das taxas de perda por agrupamento do contas a receber é realizado de acordo com o aging de recebimento, de forma que este fator aumenta gradualmente à medida que o título permanece inadimplente na carteira. O contas a receber da Companhia é composto, predominantemente, por recebíveis do segmento Serviços & Suporte relacionados a venda de peças e serviços à carteira de clientes da Companhia. Desta forma, o agrupamento da matriz de provisão e das taxas de perda correspondentes foram determinados por subgrupos do segmento Serviços & Suporte, conforme abaixo:

	Taxa de perda de crédito esperada				
	Aviação Comercial	Aviação Executiva	Defesa & Segurança	OGMA	Outros
A vencer	1,25%	0,31%	0,01%	0,12%	1,65%
Vencidos até 90 dias	2,32%	0,74%	0,03%	0,29%	3,84%
De 91 a 180 dias	55,88%	14,83%	0,36%	2,61%	10,05%
Mais de 180 dias	100,00%	48,52%	0,86%	4,69%	38,38%

Com base nas taxas de perda de crédito apuradas acima, as perdas esperadas foram calculadas conforme demonstrado abaixo:

	A vencer	Vencidos			Perda de crédito esperada	Total
		até 90 dias	entre 91 e 180 dias	acima de 180 dias		
31 de dezembro de 2024						
Aviação Comercial	176,2	9,8	9,9	5,6	(9,1)	192,4
Desesa & Segurança	14,0	0,3	2,2	12,0	(0,5)	28,0
Aviação Executiva	45,8	5,7	0,5	0,1	(1,6)	50,5
OGMA	23,9	4,9	2,3	3,2	(0,5)	33,8
Outros	14,4	3,5	0,4	0,3	(0,5)	18,1
Total do contas a receber	274,3	24,2	15,3	21,2	(12,2)	322,8
31 de dezembro de 2023						
Aviação Comercial	90,9	4,5	0,3	0,3	(6,4)	89,6
Desesa & Segurança	35,5	3,6	0,3	1,2	(0,4)	40,2
Aviação Executiva	37,6	3,1	0,4	0,1	(1,8)	39,4
OGMA	29,6	0,9	0,1	1,1	(1,0)	30,7
Outros	19,6	1,5	0,1	0,1	(0,2)	21,1
Total do contas a receber	213,2	13,6	1,2	2,8	(9,8)	221,0

Em 2024, o aumento dos valores vencidos está associado a um determinado cliente que não cumpriu com os prazos de pagamentos acordados. Contudo, esta inadimplência não teve impacto acentuado na perda de crédito

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

esperada porque a Companhia, por força contratual, pode compensar quaisquer perdas incorridas com as garantias ofertadas pelo cliente.

Para os ativos de contrato, dados econômicos dos clientes são incorporados na análise da perda de crédito esperada, o que inclui os ratings avaliados pelas principais agências de crédito, de forma a capturar de maneira assertiva os fatores prospectivos que possam impactar a carteira de recebíveis. Em 31 de dezembro de 2024, o fator de perda de crédito esperada aplicado para esses clientes foi de 4,69% (2023: 6,0%).

As contas a receber de clientes e os ativos de contrato são baixados quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros incapacidades do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida ou os trâmites jurídicos possíveis foram esgotadas.

A abordagem geral é aplicada para mensurar a perda de crédito esperada sobre os recebíveis reconhecidos como financiamento a clientes (Nota 9). A perda de crédito esperada é estimada com base no prazo integral dos contratos, considerando a probabilidade de perda e risco de crédito da contraparte, avaliados contrato a contrato e atualizado em cada data de reporte. O valor justo das garantias contratuais é considerado como cobertura e redução do risco assumido, seja parcialmente ou integralmente, e da perda de crédito esperada calculada pela metodologia da Companhia

27.1.4 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em reais e em dólares, em conformidade com a política de gestão financeira, são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitorado diariamente pela Companhia.

Conforme descrito na Nota 18, a Companhia possui acordos de financiamento de fornecedores que são caracterizados por instituições financeiras que se oferecem para pagar valores que a Companhia deve aos seus fornecedores e a Companhia concorda em pagar, segundo os termos e as condições dos acordos, na mesma data em que os fornecedores seriam pagos. Estes acordos permitem que a Companhia centralize os pagamentos de contas a pagar comerciais aos financiadores em vez de pagar cada fornecedor individualmente. A Administração não considera que os acordos de financiamento de fornecedores resultem em concentrações excessivas de risco de liquidez.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data de reporte destas demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais.

Para os passivos financeiros indexados a taxas fixas, as despesas de juros foram calculadas com base na taxa de juros estabelecida em cada contrato. Para os passivos financeiros indexados a taxas flutuantes, as despesas de juros foram calculadas com base na previsão de mercado para cada período.

	Valor contábil	Total	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2024						
Empréstimos e financiamentos	2.491,1	3.107,6	216,5	1.275,6	699,2	916,3
Fornecedores	966,3	966,3	966,3	-	-	-
Fornecedores - Acordos de financiamento	43,3	43,3	43,3	-	-	-
Passivo de arrendamento	111,8	111,8	19,2	29,0	27,7	35,9
Contas a pagar	125,3	125,3	100,1	22,3	0,4	2,5
Instrumentos financeiros derivativos	103,8	103,8	71,9	31,9	-	-
	3.841,6	4.458,1	1.417,3	1.358,8	727,3	954,7

Linha de crédito disponível

Em fevereiro/2023, a Companhia contratou uma linha de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 500 milhões com vencimento em 2040, quando utilizada será remunerada a 2,20% a.a. acima da TR (Taxa Referencial) e 1,10% a.a. + TFB (Taxa Fixa BNDES em US\$) divulgada pelo BNDES. Em 31 de dezembro de 2024, R\$ 50.965 (US\$ 8,2) desta linha de crédito estava sendo utilizado. Este montante está apresentado como empréstimos e financiamentos (Nota 19).

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

Adicionalmente, a Companhia dispõe de linha de crédito rotativo no valor de US\$ 1.000.000 mil com vencimento em agosto/2029. Essa linha de crédito rotativo, negociada com 17 instituições financeiras internacionais, quando utilizada, será remunerada a SOFR + variável de 0,95% a.a. a 1,70% a.a., a depender do rating corporativo da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, essa linha de crédito não estava sendo utilizada.

27.1.5 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros e taxas de câmbio, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar os riscos de mercado (Nota 8).

Risco de taxa de juros

Consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas em razão de flutuações nas taxas de juros, resultando em aumento das despesas financeiras e/ou redução das receitas financeiras, como também impactar negativamente o valor justo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de taxa de juros são:

→ **Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros:** como parte da política de gerenciamento do risco de flutuação nas taxas de juros relativamente às aplicações financeiras, a Companhia mantém um sistema de mensuração de risco de mercado, que compreende uma análise conjunta da variedade de fatores de risco que podem afetar a rentabilidade desses investimentos.

→ **Empréstimos e financiamentos:** a Companhia monitora o mercado financeiro, com intuito de buscar estruturas de proteção (derivativos) a suas exposições à volatilidade das moedas estrangeiras e juros, em conformidade com a Política de Gestão Financeira.

Em 31 de dezembro de 2024, o caixa, equivalentes de caixa, investimentos financeiros e os empréstimos e financiamentos estavam indexados como segue:

	Pré Fixado		Pós Fixado		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros	2.463,3	96,56%	87,7	3,44%	2.551,0	100,00%
Empréstimos e financiamentos	2.331,7	93,60%	159,4	6,40%	2.491,1	100,00%

Risco cambial

Por adotar o dólar como moeda funcional, as operações da Companhia expostas ao risco de variação cambial são, majoritariamente, as operações denominadas em reais (principalmente custo de mão de obra, teses tributárias, impostos, fornecedores e aplicações financeiras), bem como os ativos e passivos em controladas e coligadas em moedas diferentes das suas respectivas moedas funcionais.

A proteção de riscos cambiais, aderente à Política de Gestão Financeira, está baseada na busca pela manutenção do equilíbrio de ativos e passivos sujeitos à variação cambial indexados em cada moeda e na gestão diária das operações de compra e venda de moeda estrangeira visando assegurar que, na realização das transações contratadas, esse hedge natural materializa-se efetivamente.

Esse procedimento minimiza o efeito da variação cambial sobre ativos e passivos já contratados, mas não protege o risco de flutuação dos resultados futuros em função da apreciação ou depreciação do real ou outras moedas que podem, quando medidas em dólares, apresentar um aumento ou redução da parcela de custos denominados em real ou em outras moedas

A Companhia, em determinadas condições de mercado, pode decidir proteger possíveis descasamentos futuros de despesas ou receitas em outras moedas com o intuito de minimizar o impacto da variação cambial no resultado. Para minimizar o risco cambial sobre os instrumentos financeiros denominados em moedas diferentes da moeda funcional, a Companhia pode contratar operações com instrumentos derivativos.

Abaixo, os montantes dos instrumentos financeiros denominados por moeda:

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

	31.12.2024	31.12.2023
Contas a pagar		
Real	15,0	23,6
Dólar	104,7	102,3
Euro	5,3	6,7
Outras moedas	0,3	1,0
	<u>125,3</u>	<u>133,6</u>
Empréstimos e financiamentos		
Real	23,7	17,5
Dólar	2.444,2	2.833,0
Euro	23,2	35,9
	<u>2.491,1</u>	<u>2.886,4</u>
Fornecedores		
Real	116,2	93,7
Dólar	812,9	645,1
Euro	30,7	42,0
Outras moedas	6,5	6,1
	<u>966,3</u>	<u>787,0</u>
Fornecedores - Acordos de financiamento		
Real	20,4	18,4
Dólar	22,9	19,2
	<u>43,3</u>	<u>37,6</u>
Instrumentos financeiros derivativos		
Real	17,8	0,1
Dólar	86,0	125,0
Euro	-	0,1
	<u>103,8</u>	<u>125,2</u>
Total (1)	<u>3.729,8</u>	<u>3.969,8</u>
Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros		
Real	105,2	132,7
Dólar	2.435,1	2.165,9
Euro	4,3	12,7
Outras moedas	6,4	9,6
	<u>2.551,0</u>	<u>2.320,9</u>
Contas a receber		
Real	29,3	26,7
Dólar	270,2	171,1
Euro	15,7	19,2
Outras moedas	7,6	4,0
	<u>322,8</u>	<u>221,0</u>
Financiamento a clientes		
Real	18,9	24,2
Dólar	13,5	38,6
	<u>32,4</u>	<u>62,8</u>
Outros ativos		
Real	22,7	21,8
Dólar	81,6	86,4
Euro	5,3	12,5
Outras moedas	0,3	0,9
	<u>109,9</u>	<u>121,6</u>
Instrumentos financeiros derivativos		
Real	10,7	17,5
Euro	2,5	-
	<u>13,2</u>	<u>17,5</u>
Total (2)	<u>3.029,3</u>	<u>2.743,8</u>
Exposição líquida (1-2)		
Real	6,3	(69,6)
Dólar	670,3	1.262,6
Euro	31,4	40,3
Outras moedas	(7,5)	(7,4)

27.1.6 Análise de sensibilidade

Administração atualizou os métodos e pressupostos utilizados na análise de sensibilidade para refletir as condições atuais do mercado.

A análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado relevante que a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2024 considera cenários razoavelmente possíveis para as mudanças nas variáveis e apresenta os impactos correspondentes, antes dos impostos, no resultado e no patrimônio líquido.

A análise de sensibilidade não reflete interdependência entre os riscos variáveis, portanto as estimativas apresentadas não refletem necessariamente os montantes que poderão ser efetivamente apurados nas próximas demonstrações financeiras. Isso porque, na prática, é improvável que ocorra uma mudança em uma premissa sem afetar as outras, devido à correlação entre ela.

horizonte de aplicação da análise de sensibilidade considera o vencimento da operação caso este seja inferior a 12 meses, caso contrário considera o horizonte 12 meses. As premissas adotadas incluem:

- Manutenção do vencimento das operações.
- Utilização da média de projeções de mercado, sinalizadas por meio das curvas de mercado (moedas e juros) da B3, bem como dados disponíveis em fonte independente (Bloomberg, relatórios macroeconômicos), para os indicadores: DI (Taxa de Depósito Interbancário), SOFR (Secured Overnight Financing Rate), EURIBOR (Euro Interbank Offered Rate) e taxas cambiais.
- Devido à ausência de divulgação de projeções da SIFMA (Security Industry/Financial Market Association), utilizamos a mesma variação da projeção da SOFR como referência, em virtude da correlação positiva entre os dois indicadores.
- Devido à ausência de divulgação de projeções da TR (Taxa Referencial), utilizamos a curva da TBF (Taxa básica financeira) disponibilizada pela B3 para calcular a projeção da TR.
- Utilização da simulação de Monte Carlo para projetar o preço das ações.

As operações sujeitas a juros pré-fixados não estão incluídas na análise de sensibilidade.

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

	Valores expostos ¹ em 31.12.2024	Razoavelmente possível ² Ganhos (perdas)	
		Resultado	Patrimônio Líquido
Risco de taxa de juros			
DI			
Equivalentes de caixa e investimentos financeiros	87,7	16,2	0
Empréstimos e financiamentos	(3,3)	(0,6)	0
EURIBOR			
Empréstimos e financiamentos	(1,2)	0,2	0
SIFIMA			
Empréstimos e financiamentos	(20,0)	2,6	0
SOFR			
Empréstimos e financiamentos	(127,5)	16,7	0
TR			
Empréstimos e financiamentos	(7,4)	(0,3)	0
Risco cambial			
BRL			
Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros	105,2	(3,3)	0
Demais ativos	264,4	(8,2)	0
Empréstimos e financiamentos	(23,7)	0,7	0
Demais passivos	(401,1)	12,5	0
Instrumentos derivativos	(17,6)	0	6,3
EURO			
Instrumentos derivativos	2,5	0	0
Risco preço de mercado			
EMBR			
Instrumentos derivativos	10,5	0,5	0
EVEX			
Instrumentos derivativos: warrants	(86,0)	(1,7)	0

(1) Os valores expostos em 31 de dezembro de 2024 consideram: DI – 12,15%; EURIBOR – 2,85%; SIFIMA – 3,62%; SOFR – 4,49%; TR – 2,05%; taxa cambial US\$/BRL R\$ 6,19 e EURO/US\$ US\$ 1,04; preço da ação EMBR de R\$ 56,19 e EVEX US\$ 5,44.

(2) O cenário razoavelmente possível considerou: taxa DI – 14,40%; EURIBOR – 2,46%; SIFIMA – 3,14%; SOFR – 3,90%; TR – 2,14%; taxa cambial US\$/BRL R\$ 6,00 e EURO/US\$ US\$ 1,04; preço da ação EMBR de R\$ 65,88 e EVEX US\$ 5,66.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.1 Capital

O capital subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de US\$ 1.551,6 e era composto por 740.465.044 ações ordinárias, sem valor nominal, das quais 5.832.238 ações estavam em tesouraria.

O capital pode ser aumentado até 1.000.000.000 de ações ordinárias.

Cada ação ordinária geralmente tem direito a um voto na Assembleia Geral, considerando que:

- nenhum acionista ou grupo de acionistas, brasileiros ou estrangeiros, poderá exercer votos em número superior a 5% da quantidade de ações em que se dividir o capital social da Companhia; e
- o grupo de acionistas estrangeiros não poderá exercer, em cada reunião da Assembleia Geral, um número de votos superior a 2/3 do total de votos que poderem ser exercidos pelos acionistas brasileiros presentes.

28.2 Golden Share do Governo Federal Brasileiro

A União Federal Brasileira possui ações ordinárias de classe especial (*golden share*) que conferem poder de veto em determinadas matérias.

28.3 Ações em tesouraria

Ações ordinárias adquiridas com recursos da reserva para investimento e capital de giro. Esta operação ocorreu de acordo com regras aprovadas pelo Conselho de Administração Estatutário em reunião realizada em 7 de dezembro de 2007, e corresponde a 5.832.238 ações ordinárias e US\$ 28,2 em 31 de dezembro de 2024. Essas ações perdem direito de voto e direitos econômicos durante o período em que são mantidas em tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo das ações mantidas em tesouraria é de US\$ 53,1 (2023: US\$ 26,9).

28.4 Reservas de lucros

Subvenções governamentais: esta reserva foi constituída conforme estabelecido no artigo 195-A da Lei 6.404/1976 e corresponde à destinação da parcela dos lucros acumulados resultantes de subvenções governamentais recebidas pela Companhia, que não podem ser distribuídas aos acionistas na forma de dividendos, reconhecido no resultado na mesma rubrica de despesa a que se refere o subsídio. Estas subvenções não incorporam a base de cálculo dos dividendos obrigatórios.

Reserva legal: constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social ou 30% no somatório dessa reserva e das reservas de capital.

Reserva para investimentos e capital de giro: esta reserva tem por finalidade: (i) garantir recursos para investimentos no ativo permanente, sem prejuízo de lucros acumulados nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/1976; (ii) reforço de capital de giro; (iii) ser utilizadas em resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital social da Companhia e (iv) pode ser distribuída aos acionistas da Companhia.

As reservas de lucros são constituídas de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Embraer. É imprescindível que essas reservas sejam calculadas e registradas com base nos rendimentos apurados como se o Real fosse a moeda de apresentação. As distribuições de dividendos são determinadas de acordo com as leis e regulamentos locais e são determinadas como se o Real fosse a moeda de apresentação.

28.5 Dividendos

De acordo com os Estatutos da Embraer, os acionistas têm direito a receber dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro do exercício, após a dedução de prejuízos acumulados e das destinações às reservas legais e de incentivos governamentais. A distribuição dos dividendos declarados poderá incluir juros sobre o capital próprio.

A obrigatoriedade do dividendo mínimo poderá ser suspensa em determinado exercício caso a Administração entenda que sua distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia.

A proposta de distribuição de dividendos está apresentada da seguinte forma:

	<u>31.12.2024</u>
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da Embraer em milhares de R\$	1.918,9
Absorção de prejuízos acumulados	(1.593,1)
Constituição da Reserva legal	(16,3)
Recomposição da Reserva de subvenção para investimentos	(103,8)
Base de cálculo para distribuição de dividendos	<u>205,7</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) em R\$	51,4
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) em US\$	8,3
Dividendos propostos	51,4
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	734.632.806
Dividendos por ação (em reais)	0,011

29. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado líquido do período atribuível aos acionistas da Embraer pela quantidade média de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo as ações ordinárias adquiridas e mantidas em tesouraria.

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2022
Lucro atribuível aos acionistas da Embraer	352,5	164,0	(185,4)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	734.632.806,0	734.632.806,0	734.632.806,0
Resultado básico e diluído por ação (em reais)	0,48	0,22	(0,25)

Em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, a Companhia não possui ações ordinárias potenciais vigentes que possam ser convertidas em novas ações em circulação e diluam o resultado por ação.

30. RECEITA DE CONTRATOS COM CLIENTES

Veja política contábil na Nota 2.3.16.

30.1 Receita desagregada por categoria e região geográfica

31.12.2024							
	América do Norte	América Latina	Asia Pacífico	Brasil	Europa	Outros	Total Geral
Aeronaves	2.942,5	132,0	64,3	197,2	639,5	27,5	4.003,0
Contratos de longo prazo - aeronaves e desenvolvimento	-	79,4	59,3	154,8	357,9	9,8	661,2
Outros	2,5	-	-	23,0	18,0	-	43,5
Serviço	582,7	50,0	102,3	109,6	324,4	60,2	1.229,2
Peças de reposição	253,5	5,8	30,3	46,8	97,7	23,7	457,8
Total	3.781,2	267,2	256,2	531,4	1.437,5	121,2	6.394,7
31.12.2023							
	América do Norte	América Latina	Asia Pacífico	Brasil	Europa	Outros	Total Geral
Aeronaves	2.539,6	53,6	20,2	130,6	529,0	27,2	3.300,2
Contratos de longo prazo - aeronaves e desenvolvimento	0,8	-	67,1	123,4	266,0	-	457,3
Outros	4,2	-	-	5,2	21,7	-	31,1
Serviço	487,7	34,1	94,0	128,7	220,6	56,5	1.021,6
Peças de reposição	250,0	10,5	23,2	65,8	93,4	15,4	458,3
Total	3.282,3	98,2	204,5	453,7	1.130,7	99,1	5.268,5
31.12.2022							
	América do Norte	América Latina	Asia Pacífico	Brasil	Europa	Outros	Total Geral
Aeronaves	2.150,8	20,2	-	114,5	474,3	82,3	2.842,1
Contratos de longo prazo - aeronaves e desenvolvimento	-	-	-	163,2	148,9	0,3	312,4
Outros	1,4	-	-	8,9	1,7	-	12,0
Serviço	428,8	24,6	81,2	158,4	193,6	46,2	932,8
Peças de reposição	276,7	8,2	19,7	60,2	65,9	10,4	441,1
Total	2.857,7	53,0	100,9	505,2	884,4	139,2	4.540,4

30.2 Ativos e passivos de contrato

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Ativos de contratos - Terceiros		360,9	196,7
Ativos de contratos - Partes relacionadas	13	263,2	314,8
Ativos de contrato		624,1	511,5
Circulante		622,7	509,1
Não circulante		1,4	2,4

Ativos de contrato – US\$ 231,8 contidos na posição de ativos de contratos em 31 de dezembro de 2023 foram faturados e recebidos em 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, a perda de crédito esperada reconhecida sobre o saldo de ativos de contratos é US\$ 4,2 (2023: US\$ 2,7).

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Adiantamento de clientes - Aeronaves e desenvolvimento		2.999,4	2.252,8
Adiantamento de clientes - Partes relacionadas	13	65,5	84,6
Receitas diferidas com múltiplo elemento		219,7	203,5
Passivos de Contrato		<u>3.284,6</u>	<u>2.540,9</u>
Circulante		2.563,4	1.919,0
Não circulante		721,2	621,9

Passivos de contrato – Do saldo total de passivos de contrato em 31 de dezembro de 2023, US\$ 1.851,8 foram reconhecidos como receita em 2024.

30.3 Obrigações de desempenho

A Companhia possui uma carteira de pedidos firmes (“Backlog”), cujas obrigações de desempenho não se encontram satisfeitas ou parcialmente satisfeitas.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor de receita alocada às obrigações de desempenho ainda não satisfeitas ou parcialmente satisfeitas é de US\$ 26,3 bilhões (2023: US\$ 18,7 bilhões). Conforme a estimativa da Companhia, US\$ 23,3 bilhões deverá ser realizado nos próximos 5 anos (2023: US\$ 17,2 bilhões).

31. DESPESAS POR NATUREZA

		<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Custo dos produtos e serviços vendidos		(5.241,6)	(4.358,9)	(3.628,2)
Administrativas		(198,9)	(204,9)	(184,9)
Comerciais		(309,7)	(314,7)	(274,4)
		<u>(5.750,2)</u>	<u>(4.878,5)</u>	<u>(4.087,5)</u>
Despesas por natureza:				
Custos gerais de fabricação	(i)	(4.463,6)	(3.632,1)	(2.997,2)
Depreciação		(115,5)	(109,8)	(106,6)
Amortização		(128,1)	(131,9)	(103,7)
Despesa com pessoal		(814,4)	(774,5)	(669,3)
Despesa com marketing e comercialização		(70,9)	(81,0)	(64,1)
Serviços Prestados		(83,7)	(79,8)	(74,5)
Outras despesas	(ii)	(74,0)	(69,4)	(72,1)
		<u>(5.750,2)</u>	<u>(4.878,5)</u>	<u>(4.087,5)</u>

- (i) Refere-se aos custos com materiais e gastos gerais de fabricação e prestação de serviços.
(ii) Refere-se as despesas com seguros, impostos e taxas.

32. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2022
Outras receitas operacionais:			
Recomposição de despesas (i)	150,0	-	-
Créditos Fiscais	41,4	29,9	-
Royalties	25,1	19,8	10,4
Imposto sobre faturamento Defesa	-	14,9	-
Alienação das unidades produtivas	-	36,6	-
Reversões para contingências	16,7	1,0	-
Receita multas contratuais	11,3	8,7	17,8
Vendas diversas	9,9	9,1	12,8
Ressarcimento de despesas	8,8	18,8	5,2
Reversão de Provisão Ambiental	1,2	-	-
Impostos sobre outras receitas	(14,2)	(12,5)	(15,5)
Venda / Aluguel Imobilizado	-	8,0	68,6
Outras	15,9	36,4	11,2
	266,1	170,7	110,5
Outras despesas operacionais:			
Projetos Corporativos	(75,5)	(70,3)	(78,2)
Gastos com projetos sistêmicos	(23,6)	(20,3)	(12,7)
Provisões para contingências	(13,3)	(1,7)	(7,4)
Normas de segurança de voo	(6,3)	(5,9)	(3,6)
Manutenção e custo de voo das aeronaves - frota	(5,5)	(7,8)	(6,6)
Despesa multas contratuais	(5,4)	(0,5)	-
Impostos sobre outras saídas	(5,2)	(4,4)	(2,0)
Treinamento e Desenvolvimento	(3,4)	(3,8)	(2,0)
Royalties	(2,0)	(1,1)	(1,0)
Warrants	(1,9)	-	(158,2)
Modificação de produtos	(1,9)	(2,4)	(2,3)
Multas fiscais	(1,1)	-	-
Despesas da listagem de ações	-	-	(135,7)
Despesas com reestruturação	-	-	(36,9)
Provisão Ambiental	-	(1,3)	(0,5)
Resultado na baixa de ativos	-	(9,8)	(81,4)
Outras	(17,6)	(47,0)	(26,5)
	(162,7)	(176,3)	(555,0)

(i) Receita relativa à recomposição das despesas incorridas pela Companhia no processo de separação da aviação comercial com a Boeing, conforme Nota 24.2.5.

33. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2022
Receitas financeiras:			
Juros sobre caixa e equivalentes de caixa e Instrumentos financeiros derivativos	98,8	105,8	43,8
Warrants: ajuste a valor justo	88,0	-	5,3
Juros sobre recebíveis	78,1	-	107,4
Estruturação financeira	43,1	13,7	4,2
Ações virtuais (ILP)	-	8,3	-
Ajuste a valor justo de Financiamento a clientes	-	-	5,0
Impostos sobre Receita Financeira	-	0,4	0,2
Outras	(5,0)	(3,2)	(2,1)
	8,1	3,6	2,7
Total receitas financeiras	311,1	128,6	166,5
Despesas financeiras:			
Juros sobre financiamentos	(191,7)	(213,7)	(204,6)
Ações virtuais (ILP)	(113,2)	(31,4)	-
Warrants: ajuste a valor justo	(42,6)	(29,6)	(44,6)
Ajuste a valor justo de Financiamento a clientes	(31,0)	-	-
Demais juros e operações bancárias	(19,9)	(14,8)	(12,5)
IOF sobre operações financeiras	(1,5)	(12,2)	(2,1)
Juros sobre impostos, encargos sociais e Despesas com estruturação financeira	(0,9)	(7,3)	(6,8)
Outras	-	(3,2)	(12,1)
	(14,8)	(9,7)	(7,3)
Total despesas financeiras	(415,6)	(321,9)	(290,0)

34. VARIAÇÕES CAMBIAIS, LÍQUIDAS

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Crédito de impostos	(39,8)	10,8	3,4
Contas a receber de clientes	(45,7)	11,8	41,6
Caixa e equivalente de caixa e instrumentos financeiros	0,9	(10,0)	4,4
Outros ativos	(14,9)	8,9	(12,3)
Passivo de contrato	4,4	(0,3)	-
Financiamentos	3,6	(0,4)	0,3
Provisões diversas	40,3	(14,5)	(6,5)
Impostos e encargos a recolher	9,7	(3,2)	(1,4)
Contas a pagar	3,4	(1,0)	(6,6)
Fornecedores	19,8	(7,5)	(1,0)
Provisões para contingência	9,6	(4,3)	(2,1)
Outros passivos	-	2,6	5,0
Variações cambiais	<u>(8,7)</u>	<u>(7,1)</u>	<u>24,8</u>
Instrumentos financeiros derivativos	2,7	6,6	3,4
Variações cambiais líquidas	<u>(6,0)</u>	<u>(0,5)</u>	<u>28,2</u>

35. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

Compromissos de financiamento (backstop commitments - Aviação Comercial)

Em certos contratos firmes de venda de jatos comerciais incluídos no backlog, a Companhia assumiu compromissos de garantia para fornecer financiamento caso o cliente não consiga obter linhas de crédito suficientes nas entregas das aeronaves.

Historicamente, a Companhia foi solicitada e forneceu financiamento em casos limitados a seus clientes durante as entregas da família de E-Jets, o que demonstra a existência de fontes alternativas de financiamento no mercado para repassar os compromissos de backstop e remota probabilidade de exercício. Além disso, a Companhia retém a propriedade da aeronave montada até que o cliente cumpra os pagamentos no ato da entrega, não estando então exposta a riscos de perda.

Com o propósito de mitigar a exposição do risco de crédito, o exercício dessa garantia depende das condições financeiras do cliente na data da comunicação do exercício e condições precedentes a serem cumpridas. Caso o financiamento seja providenciado, a Companhia mantém a aeronave financiada como garantia na estrutura de financiamento.

36. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO – CONSOLIDADO

A Administração determinou os segmentos operacionais da Companhia com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, os quais são revisados pelo Diretor-Presidente.

O Diretor-Presidente efetua sua análise do negócio baseado no resultado operacional consolidado da Companhia, segmentando-o sob a perspectiva geográfica e sob a ótica de produto comercializado. Geograficamente, a Administração considera o desempenho do Brasil, América do Norte, Europa, América Latina (exceto Brasil) e Ásia Pacífico. Sob a ótica do produto comercializado: Aviação Comercial, Aviação Executiva, Defesa & Segurança, Serviços & Suporte e Outros Segmentos.

De modo geral, saldos e transações que não são diretamente alocadas a um segmento operacional específico, porém contribuem para sua operação, como despesas com áreas corporativas, são apropriados de forma pro rata utilizando a receita de cada segmento como fator de alocação.

36.1 Aviação Comercial

Este segmento envolve, principalmente, o desenvolvimento, a produção e a venda de jatos comerciais, sendo:

- E-Jets 175E1: aeronaves com 70 a 90 assentos.
- E-Jets E2: aeronaves com 88 a 146 assentos.

36.2 Defesa & Segurança

Este segmento contempla principalmente o desenvolvimento e a produção das aeronaves militares C-390 Millennium e A-29 Super Tucano. Outras atividades também são consideradas, sendo, substancialmente, aquelas de pesquisa, desenvolvimento de softwares e sistemas integrados de informação, comunicação, monitoramento e vigilância de fronteiras, sistemas espaciais (satélites), prestação de serviços de modernização e suporte de aeronaves, desenvolvimento e fabricação de radares e aplicações de Comando, Controle, Comunicações, Computação, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (“C4ISR”).

36.3 Aviação Executiva

As atividades deste segmento englobam, na maior parte, o desenvolvimento, a produção e a venda de jatos executivos, sendo os modelos Phenom e Praetor.

36.4 Serviços & Suporte

Esta unidade de negócios é focada em fornecer um portfólio completo de soluções para operadores das aeronaves e produtos Embraer nos segmentos Aviação Comercial, Aviação Executiva e Defesa & Segurança. Os principais serviços oferecidos são o suporte em campo, suporte técnico, soluções para operações de voo, modificação de aeronaves, gestão de materiais, soluções otimizadas de manutenção e programas de treinamento.

36.5 Outros Segmentos

As atividades reportadas em Outros Segmentos referem-se aos negócios sem impactos relevantes nos resultados apresentados nestas demonstrações financeiras, dentre delas:

- Fornecimento de partes estruturais e sistemas hidráulicos e produção de aviões agrícolas pulverizadores;
- Desenvolvimento e certificação de eVTOLs, criação de uma rede de manutenção e serviços para eVTOLs e a criação de um sistema de controle de tráfego aéreo para eVTOLs através da EVE Air Mobility.
- Desenvolvimento e fabricação de sistemas elétricos de propulsão para uso aeronáutico, incluindo para veículos de decolagem e pouso vertical e aeronaves de asa fixa.
- Soluções em cibersegurança, incluindo serviços especializados de diagnóstico, arquitetura e implementação de cibersegurança, bem como software e produtos técnicos para controle e defesa de ambientes.

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

Resultado por segmento

31.12.2024								
	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Serviços & Suporte	Outros Segmentos	Total Segmentado	Não Segmentado*	Total
Receita	2.208,6	720,9	1.762,7	1.636,5	66,0	6.394,7	-	6.394,7
Custo dos produtos e serviços vendidos	(2.008,9)	(590,9)	(1.407,7)	(1.179,0)	(55,1)	(5.241,6)	-	(5.241,6)
Lucro bruto	199,7	130,0	355,0	457,5	10,9	1.153,1	-	1.153,1
Receitas (despesas) operacionais	(144,5)	(85,4)	(149,0)	(187,5)	(67,3)	(633,7)	148,1	(485,6)
Resultado operacional	55,2	44,6	206,0	270,0	(56,4)	519,4	148,1	667,5
31.12.2023								
	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Serviços & Suporte	Outros Segmentos	Total Segmentado	Não Segmentado*	Total
Receita	1.846,8	515,4	1.408,2	1.417,6	80,5	5.268,5	-	5.268,5
Custo dos produtos e serviços vendidos	(1.698,3)	(429,6)	(1.134,8)	(1.039,0)	(57,2)	(4.358,9)	-	(4.358,9)
Lucro bruto	148,5	85,8	273,4	378,6	23,3	909,6	-	909,6
Receitas (despesas) operacionais	(124,6)	(57,5)	(146,6)	(163,4)	(55,9)	(548,0)	(47,1)	(595,1)
Resultado operacional	23,9	28,3	126,8	215,2	(32,6)	361,6	(47,1)	314,5
31.12.2022								
	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Serviços & Suporte	Outros Segmentos	Total Segmentado	Não Segmentado*	Total
Receita	1.543,9	412,6	1.244,4	1.266,7	72,8	4.540,4	-	4.540,4
Custo dos produtos e serviços vendidos	(1.382,3)	(326,9)	(953,2)	(912,5)	(53,3)	(3.628,2)	-	(3.628,2)
Lucro bruto	161,6	85,7	291,2	354,2	19,5	912,2	-	912,2
Receitas (despesas) operacionais	(145,5)	(76,4)	(141,5)	(203,4)	(386,4)	(953,2)	(69,5)	(1.022,7)
Resultado operacional	16,1	9,3	149,7	150,8	(366,9)	(41,0)	(69,5)	(110,5)

(*). Referem-se aos resultados não segmentados com determinadas demandas corporativas não relacionadas diretamente aos segmentos operacionais. Em 2024, refere-se substancialmente a recomposição de despesa recebida no contexto da arbitragem (Nota 32).

Receita líquida por região geográfica e segmento

31.12.2024						
	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Serviços & Suporte	Outros Segmentos	Total
América do Norte	1.615,6	0,1	1.330,3	835,1	0,1	3.781,2
Europa	440,8	384,6	204,1	408,0	-	1.437,5
Ásia Pacífico	29,0	60,2	35,3	131,7	-	256,2
América Latina, exceto Brasil	95,4	81,2	36,7	53,9	-	267,2
Brasil	0,3	181,9	156,3	127,0	65,9	531,4
Outros	27,5	12,9	-	80,8	-	121,2
Total	2.208,6	720,9	1.762,7	1.636,5	66,0	6.394,7
31.12.2023						
	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Serviços & Suporte	Outros Segmentos	Total
Aeronaves	1.834,1	13,2	1.408,2	-	44,7	3.300,2
Contratos de longo prazo - aeronaves e desenvolvimento	-	457,3	-	-	-	457,3
Outros	12,7	-	-	17,7	0,7	31,1
Serviço	-	41,3	-	956,3	24,0	1.021,6
Peças de reposição	-	3,6	-	443,6	11,1	458,3
Total	1.846,8	515,4	1.408,2	1.417,6	80,5	5.268,5
31.12.2022						
	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Serviços & Suporte	Outros Segmentos	Total
América do Norte	1.234,7	2,9	914,1	706,0	-	2.857,7
Europa	234,9	194,0	212,6	242,8	0,1	884,4
Ásia Pacífico	-	3,6	-	97,3	-	100,9
América Latina, exceto Brasil	-	1,4	20,0	31,6	-	53,0
Brasil	2,4	210,2	87,8	132,1	72,7	505,2
Outros	71,9	0,5	9,9	56,9	-	139,2
Total	1.543,9	412,6	1.244,4	1.266,7	72,8	4.540,4

Receita líquida por categoria e segmento

31.12.2024						
	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Serviços & Suporte	Outros Segmentos	Total
Aeronaves	2.199,8	-	1.762,7	-	40,5	4.003,0
Contratos de longo prazo - aeronaves e desenvolvimento	-	661,2	-	-	-	661,2
Outros	8,8	16,5	-	17,9	0,3	43,5
Serviço	-	42,2	-	1.172,0	15,0	1.229,2
Peças de reposição	-	1,0	-	446,6	10,2	457,8
Total	2.208,6	720,9	1.762,7	1.636,5	66,0	6.394,7
31.12.2023						
	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Serviços & Suporte	Outros Segmentos	Total
Aeronaves	1.834,1	13,2	1.408,2	-	44,7	3.300,2
Contratos de longo prazo - aeronaves e desenvolvimento	-	457,3	-	-	-	457,3
Outros	12,7	-	-	17,7	0,7	31,1
Serviço	-	41,3	-	956,3	24,0	1.021,6
Peças de reposição	-	3,6	-	443,6	11,1	458,3
Total	1.846,8	515,4	1.408,2	1.417,6	80,5	5.268,5

Embraer S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário

	31.12.2022					Total
	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Serviços & Suporte	Outros Segmentos	
Aeronaves	1.540,6	26,0	1.244,4	-	31,1	2.842,1
Contratos de longo prazo - aeronaves e desenvolvimento	-	312,4	-	-	-	312,4
Outros	3,3	6,5	-	1,4	0,8	12,0
Serviço	-	59,5	-	838,1	35,2	932,8
Peças de reposição	-	8,2	-	427,2	5,7	441,1
Total	1.543,9	412,6	1.244,4	1.266,7	72,8	4.540,4

Ativo imobilizado, intangível e direito de uso por segmento

	31.12.2024						Total
	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Serviços & Suporte	Outros Segmentos	Total Segmentado	Não Segmentado
Ativo Imobilizado	625,7	177,5	465,3	656,8	16,0	1.941,3	-
Intangível	1.202,9	126,3	923,1	39,2	211,4	2.502,9	-
Direito de uso	4,2	4,2	14,4	80,3	1,6	104,7	-
Total	1.832,8	308,0	1.402,8	776,3	229,0	4.548,9	-

	31.12.2023						Total
	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Serviços & Suporte	Outros Segmentos	Total Segmentado	Não Segmentado
Ativo Imobilizado	544,9	176,1	447,5	594,0	8,2	1.770,7	-
Intangível	1.191,4	92,9	905,2	31,0	82,6	2.303,1	27,9
Direito de uso	4,5	5,0	16,1	60,9	1,5	88,0	-
Total	1.740,8	274,0	1.368,8	685,9	92,3	4.161,8	27,9

Ativo imobilizado, intangível e direito de uso por região geográfica

	31.12.2024					Total
	América do Norte	Europa	Ásia Pacífico	Brasil		
Ativo Imobilizado	449,1	398,5	76,4	1.017,3		1.941,3
Intangível	279,1	73,8	-	2.150,0		2.502,9
Direito de uso	72,0	15,0	1,4	16,3		104,7
Total	800,2	487,3	77,8	3.183,6		4.548,9

	31.12.2023					Total
	América do Norte	Europa	Ásia Pacífico	Brasil		
Ativo Imobilizado	399,2	336,1	69,6	965,8		1.770,7
Intangível	158,5	55,3	-	2.117,2		2.331,0
Direito de uso	63,0	3,2	2,1	19,7		88,0
Total	620,7	394,6	71,7	3.102,7		4.189,7

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reestruturação societária

Em janeiro de 2025, a controlada ELEB Equipamentos Ltda. foi incorporada pela Embraer. Ainda em janeiro de 2025, a controlada Airholding S.A. foi incorporada pela controlada Embraer Portugal S.A..

Oferta de recompra

Em fevereiro de 2025, a Companhia recomprou e liquidou as seguintes notas em circulação, no total de US\$ 411,0:

→ US\$ 253,0: inclui recompra parcial de notas remuneradas a 5,40% a.a. com vencimento em 2027. Este montante corresponde a US\$ 250,0 de principal e US\$ 3,0 em despesas com prêmios.

→ US\$ 158,0: o valor inclui a recompra parcial de notas remuneradas a 6,95% a.a. e vencimento em 2028. Este montante inclui US\$ 150,0 de principal, US\$ 1,0 de despesas com juros e US\$ 7,0 de despesas com prêmios.

Posteriormente, a Companhia anunciou o resgate total das notas em circulação remuneradas a 5,40% a.a. com vencimento em 2027. Em março de 2025, estas notas foram resgatadas pelo valor total de US\$ 279,1, contemplando US\$ 272,4 de principal, US\$ 2,1 de despesas de juros e US\$ 4,6 despesas com prêmios.

Emissão de título de dívida

Em fevereiro de 2025, a Companhia, através de sua controlada Embraer Netherlands Finance B.V., captou recursos por meio da emissão de bônus garantidos no total de US\$ 650,0, com vencimento em 2035 e cupom de 5,98% a.a.. Estes títulos são integral e incondicionalmente pela Embraer.

Novo processo cível

Em março de 2025, uma ação movida pelo acionista intitulado “Taylor v. Embraer Aircraft Holding, Inc., et al.” foi peticionada no Tribunal de Chancelaria do Estado de Delaware contra os diretores e diretores executivos da Embraer Aircraft Holding, Inc. (“EAH”) e da Eve Holding, alegando violação de dever fiduciário relacionada à colocação privada de ações ordinárias e warrants emitidos para a EAH em setembro de 2024. Os réus pretendem se defender da reclamação pleiteada pelo autor da ação.

Na data de emissão destas demonstrações financeiras consolidadas, a Administração avaliou que não é provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Recompra de ações da própria Embraer

Em março de 2025, a Embraer efetuou a recompra de seus próprios títulos de patrimônio. A quantidade de ações adquiridas foi de 1.066.667 ações ordinárias, no total de US\$ 14,5, incluindo os custos qualificados atribuíveis a essa transação de patrimônio.

Liquidação antecipada de financiamento

Em março de 2025, a Companhia liquidou o contrato com o BNDES, o qual tinha taxa de juros de 5,49% a.a. e tinha vencimento original em 2027. Não incorreram custos adicionais devido a esse pré-pagamento.

* * *

ESTATUTO SOCIAL DA

ANEXO 1.1

EMBRAER S.A.

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO

Art. 1º - A Embraer S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável.

PARÁGRAFO 1º - A Companhia foi constituída como sociedade de economia mista federal, autorizada pelo Decreto-lei nº 770, de 19 de agosto de 1969, e privatizada, nos termos da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e do Edital nº PND-A-05/94-EMBRAER, da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, publicado no Diário Oficial, Sessão 3, de 04 de abril de 1994, às páginas 5.774 a 5.783.

PARÁGRAFO 2º - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão (respectivamente, “Novo Mercado” e “B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado (“Regulamento do Novo Mercado”).

SEDE

Art. 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, podendo criar empresas e abrir filiais, escritórios ou agências, assim como nomear agentes ou representantes em qualquer parte do País ou do exterior.

OBJETO SOCIAL

Art. 3º - A Companhia tem por objeto:

- I. Projetar, construir e comercializar aeronaves, equipamentos, materiais, sistemas, softwares, acessórios e componentes para as indústrias aeroespacial, de defesa, de segurança, de energia ou outras indústrias que requeiram sistemas complexos e integrados para suportar suas operações;
- II. Executar outras atividades tecnológicas, industriais, comerciais e de serviços, correlatos às indústrias aeroespacial, de defesa, de segurança, de energia ou outras indústrias que requeiram sistemas complexos e integrados para suportar suas operações;
- III. Contribuir para a formação de pessoal técnico necessário às indústrias listadas nos itens acima; e
- IV. Atuar na geração de energia elétrica para consumo próprio com possibilidade de comercialização do excedente.

PRINCÍPIOS

Art. 4º - A organização e o funcionamento da Companhia obedecerão aos seguintes princípios:

- I. A Companhia terá os valores mobiliários de sua emissão negociados nos mercados de capitais, nacionais e/ou estrangeiros, satisfazendo aos requisitos legais e das instituições desses mercados para que neles possa obter os recursos financeiros necessários ao seu crescimento, manutenção de sua competitividade e sua perpetuação;
- II. Todas as ações em que se dividir o capital social serão ordinárias;
- III. Nas deliberações da Assembleia Geral:
 - a) nenhum acionista ou grupo de acionistas, brasileiro ou estrangeiro, poderá exercer votos em número superior a 5% do número de ações em que se dividir o capital social; e
 - b) o conjunto dos acionistas e grupos de acionistas estrangeiros não poderá exercer votos em número superior a 2/3 do total de votos conferidos ao conjunto de acionistas brasileiros presentes;
- IV. Ressalvado o disposto no art. 56, será vedada a pré-constituição de maioria de acionistas na Assembleia Geral, mediante acordos de acionistas sobre exercício do direito de voto que formem blocos com números de votos superior ao limite individual fixado na alínea "a" do item III deste artigo;
- V. As deliberações e os atos dos órgãos da Companhia de que trata o art. 9º ficarão sujeitos ao veto da União; e
- VI. É vedada a emissão de partes beneficiárias.

ART. 5º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Capítulo II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

CAPITAL SOCIAL

ART. 6º - O capital social da Companhia, subscrito e totalmente integralizado, é de R\$ 5.159.617.052,42 (cinco bilhões, cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e dezessete mil, cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos), dividido em 740.465.044 (setecentos e quarenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil e quarenta e quatro) ações ordinárias e nominativas, sendo uma ação ordinária de classe especial (art. 9º), todas sem valor nominal.

PARÁGRAFO 1º – O capital será sempre dividido exclusivamente em ações ordinárias, vedada a emissão de ações preferenciais.

PARÁGRAFO 2º - A classe especial da ação da União compreenderá sempre uma única ação, que preservará todas as suas prerrogativas enquanto for detida pela União (conforme art. 8º da Lei nº 9.491/97).

ART. 7º - O capital social poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

PARÁGRAFO 1º - Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e o número de ações a serem emitidas, bem como o prazo e as condições de integralização, mas a subscrição em bens dependerá da aprovação do laudo de avaliação pela Assembleia Geral, na forma da lei.

PARÁGRAFO 2º - Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá:

- a) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, inclusive quando atribuídos como vantagem adicional aos subscritores de ações ou debêntures conversíveis em ações;
- b) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, sem que os acionistas tenham direito de preferência à aquisição dessas ações; e
- c) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

PARÁGRAFO 3º - A emissão de ações para aumento do capital social, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, poderá excluir o direito de preferência para os antigos acionistas, ou reduzir o prazo para o seu exercício.

PARÁGRAFO 4º - O disposto neste artigo se aplica, por igual, à emissão de debêntures conversíveis em ações e de bônus de subscrição, salvo se estes forem atribuídos, como vantagem adicional, aos subscritores de ações ou debêntures conversíveis em ações.

FORMA DAS AÇÕES

Art. 8º - Todas as ações da Companhia serão escriturais, mantidas em contas de depósito em nome dos respectivos titulares em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) escolhida pela Diretoria.

PARÁGRAFO 1º - A instituição depositária das ações escriturais cobrará diretamente à Companhia o custo dos serviços de ação escritural.

PARÁGRAFO 2º - A instituição depositária manterá o controle do número de ações de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no §2º do art. 10.

AÇÃO DE CLASSE ESPECIAL DA UNIÃO

ART. 9º - A ação ordinária de classe especial confere à União poder de veto nas seguintes matérias:

- I. Mudança de denominação da Companhia ou de seu objeto social;
- II. Alteração e/ou aplicação da logomarca da Companhia;
- III. Criação e/ou alteração de programas militares, que envolvam ou não a República Federativa do Brasil;
- IV. Capacitação de terceiros em tecnologia para programas militares;
- V. Interrupção de fornecimento de peças de manutenção e reposição de aeronaves militares;
- VI. Transferência do controle acionário da Companhia;
- VII. Quaisquer alterações: (i) às disposições deste artigo, do art. 4, do caput do art. 10, dos arts. 11, 14 e 15, do inciso III do art. 18, dos parágrafos 1º e 2º do art. 27, do inciso X do art. 33, do inciso XII do art. 41 ou do Capítulo VII; ou ainda (ii) de direitos atribuídos por este Estatuto Social à ação de classe especial.

PARÁGRAFO 1º - Estará sujeita a prévia aprovação da União, na qualidade de detentora da ação ordinária de classe especial, a realização da oferta pública de aquisição de ações referida no art. 56 do presente Estatuto Social.

PARÁGRAFO 2º - Observado o disposto na Lei nº 6.404/76 e no art. 18, inciso III deste Estatuto Social, as matérias elencadas no presente artigo estarão sujeitas à deliberação do Conselho de Administração da Companhia, observando-se o seguinte procedimento:

- I. A matéria será objeto de deliberação do Conselho de Administração.
- II. Se aprovada pelo Conselho de Administração, o Presidente daquele órgão notificará o membro eleito pela União para que esta exerça seu direito de veto ou se manifeste favoravelmente à matéria, dentro do prazo de 30 dias a contar do recebimento da referida notificação.
- III. Decorrido o prazo referido no inciso II acima, será realizada nova reunião do Conselho de Administração para: (i) reconsiderar a deliberação, caso a União tenha exercido o seu direito de veto; ou (ii) ratificar a deliberação, caso a União tenha se manifestado favoravelmente ou não tenha proferido qualquer manifestação no prazo indicado acima.

IV. Se a deliberação for ratificada pelo Conselho de Administração, a matéria, nos casos em que a legislação assim exija, será submetida à aprovação da Assembleia Geral, na qual a União poderá ainda exercer o poder de veto nos termos do presente artigo.

PARÁGRAFO 3º - Sem prejuízo do procedimento estabelecido no § 2º acima, todas as matérias sujeitas a veto da União, na qualidade de titular da ação ordinária de classe especial, a serem deliberadas pelo Conselho de Administração, deverão adicionalmente ser objeto de notificação prévia da Companhia ao Ministério da Economia, a ser feita concomitantemente com a notificação mencionada no inciso II acima, para pronunciamento dentro do prazo de 30 dias a contar do recebimento da notificação referida no inciso II acima.

CAPÍTULO III

ACIONISTAS

ACIONISTAS BRASILEIROS

ART. 10 - Para os efeitos deste Estatuto Social, são considerados acionistas brasileiros (“Acionistas Brasileiros”):

I - as pessoas naturais brasileiras, natas ou naturalizadas, residentes no Brasil ou no exterior;

II - as pessoas jurídicas de direito privado organizadas de conformidade com a lei brasileira que tenham no País a sede de sua administração e:

a) que não tenham acionista controlador nem sociedade controladora estrangeiros, salvo se esta última estiver compreendida na alínea "b" deste inciso;

b) sejam controladas, direta ou indiretamente, por uma ou mais pessoas naturais de que trata o inciso I;

III - os fundos ou clubes de investimento organizados de conformidade com a lei brasileira que tenham no País a sede da sua administração e cujos administradores e/ou condôminos detentores da maioria de suas quotas sejam pessoas de que tratam os incisos I e II.

PARÁGRAFO 1º - A Companhia manterá registro dos Acionistas Brasileiros e Acionistas Estrangeiros, conforme definidos neste artigo e no art. 11.

PARÁGRAFO 2º - O Acionista Brasileiro é obrigado a provar, perante a Companhia e a instituição financeira depositária das ações escriturais, que satisfaz aos requisitos deste artigo e somente após essa prova será inscrito no registro dos Acionistas Brasileiros.

ACIONISTAS ESTRANGEIROS

ART. 11 - Serão considerados como acionistas estrangeiros (“Acionistas Estrangeiros”), para os efeitos deste Estatuto Social, as pessoas, naturais ou jurídicas, os fundos ou clubes de investimento e quaisquer outras entidades não compreendidas no disposto no art. 10 e as que não provarem, nos termos do § 2º do art. 10, que satisfazem aos requisitos para serem registrados como Acionistas Brasileiros.

GRUPOS DE ACIONISTAS

ART. 12 - Para os efeitos deste Estatuto Social, serão considerados como grupo de acionistas (“Grupo de Acionistas”) dois ou mais acionistas da Companhia:

I - Que sejam partes de acordo de voto, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum;

II – Se um for, direta ou indiretamente, acionista controlador ou sociedade controladora do outro, ou dos demais;

III – Que sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não; ou

IV – Que sejam sociedades, associações, fundações, cooperativas e trusts, fundos ou carteiras de investimentos, universalidades de direitos ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento com os mesmos administradores ou gestores, ou, ainda, cujos administradores ou gestores sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não.

PARÁGRAFO 1º – No caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como um Grupo de Acionistas aqueles cuja política de investimentos e de exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário.

PARÁGRAFO 2º – Para fins do presente Estatuto Social, não serão considerados como um Grupo de Acionistas os detentores de títulos emitidos no âmbito do programa de Depositary Receipts da Companhia, a menos que se enquadrem em qualquer das hipóteses previstas no presente artigo e seus parágrafos.

PARÁGRAFO 3º – Um Grupo de Acionistas será considerado estrangeiro (“Grupo de Acionistas Estrangeiros”) sempre que um ou mais de seus integrantes for um Acionista Estrangeiro.

PARÁGRAFO 4º - Adicionalmente ao disposto no caput e parágrafos precedentes deste artigo, só considerar-se-ão partes de um mesmo Grupo de Acionistas em uma determinada Assembleia quaisquer acionistas ou Grupos de Acionistas que sejam representados por um mesmo mandatário, administrador ou representante a qualquer título, quando tal mandatário, administrador ou representante estiver representando um interesse comum (sendo que, para estes fins, presumir-se-á representando um interesse comum quando representar acionistas que detenham, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 10% do capital social do outro acionista, ou acionistas que tenham um investidor em comum que possua participação igual ou superior a 10% do capital social dos acionistas em questão).

PARÁGRAFO 5º – No caso de acordos de acionistas que tratem do exercício do direito de voto, todos os seus signatários serão considerados, na forma deste artigo, como integrantes de um Grupo de Acionistas, para fins da aplicação da limitação ao número de votos de que trata o art. 14.

OBRIGAÇÃO DE DIVULGAR

ART. 13 – Todo acionista ou Grupo de Acionistas é obrigado a divulgar, mediante comunicação à Companhia e às bolsas de valores em que forem negociados os valores mobiliários de sua emissão, a negociação de valores mobiliários por meio da qual sua

participação direta ou indireta ultrapassa, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia.

PARÁGRAFO 1º - Igual dever terão os titulares de debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição que assegurem a seus titulares a aquisição de ações nas quantidades previstas neste artigo.

PARÁGRAFO 2º - A infração ao disposto neste artigo ensejará a aplicação das penalidades descritas no art. 16 abaixo.

DIREITO DE VOTO

ART. 14- Cada ação ordinária conferirá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, observados os seguintes limites:

I - nenhum acionista, ou Grupo de Acionistas, brasileiro ou estrangeiro, poderá exercer votos em número superior a 5% da quantidade de ações em que se dividir o capital social da Companhia;

II - o conjunto dos Acionistas Estrangeiros não poderá exercer, em cada reunião da Assembleia Geral, número de votos superior a 2/3 do total dos votos que puderem ser exercidos pelos Acionistas Brasileiros presentes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não serão computados nas deliberações da Assembleia Geral os votos que excederem os limites fixados neste artigo.

ART. 15 - Para efeito do disposto no inciso II do art. 14, após a instalação de cada Assembleia Geral:

I - serão apurados, com base na lista de presença, e divulgados pelo Presidente da Mesa (conforme estabelece o art. 22, § 3º abaixo), o número total de votos que podem ser exercidos pelos Acionistas Brasileiros e pelos Acionistas Estrangeiros presentes, observado o disposto nos incisos I e II do art. 14;

II - se o total dos votos dos Acionistas Estrangeiros exceder 2/3 (dois terços) dos votos que podem ser exercidos pelos Acionistas Brasileiros, o número de votos de cada Acionista Estrangeiro será reduzido proporcionalmente da porcentagem do excesso, de modo que o total dos votos de estrangeiros não supere o limite de 40% do total de votos que podem ser exercidos em tal Assembleia Geral.

PARÁGRAFO 1º - No caso de Acionistas Estrangeiros e Grupos de Acionistas Estrangeiros, as limitações acima serão aplicadas conjunta e sucessivamente.

PARÁGRAFO 2º - O Presidente da Assembleia Geral informará o número de votos que poderão ser exercidos por cada acionista presente, após a aplicação das regras constantes no art. 14 e no presente artigo.

SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE DIREITOS

ART. 16 - A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela lei, sua regulamentação ou por este Estatuto Social, inclusive a de provar a nacionalidade brasileira, de que trata o § 2º do art. 10.

PARÁGRAFO 1º - A suspensão do exercício dos direitos poderá ser deliberada pela Assembleia Geral em qualquer reunião, ordinária ou extraordinária, em que a

matéria constar da ordem do dia.

PARÁGRAFO 2º - Os acionistas que representem 5%, no mínimo, do capital social, poderão convocar Assembleia Geral quando o Conselho de Administração não atender, no prazo de 8 dias, a pedido de convocação que apresentarem, com indicação do descumprimento de obrigação e da identidade do acionista inadimplente.

PARÁGRAFO 3º – Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos políticos do acionista também estabelecer, além de outros aspectos, o alcance e o prazo da suspensão, sendo vedada a suspensão dos direitos de fiscalização e de pedido de informações assegurados em lei.

PARÁGRAFO 4º – A suspensão de direitos cessará logo que cumprida a obrigação.

ACORDO DE ACIONISTAS

ART. 17 - Não será arquivado pela Companhia acordo de acionistas sobre exercício do direito de voto que conflite com as disposições deste Estatuto Social.

CAPÍTULO IV **DA ASSEMBLEIA GERAL**

COMPETÊNCIA

ART. 18 - Compete privativamente à Assembleia Geral, além das atribuições do art. 122 e demais dispositivos da Lei nº 6.404/76:

- I. Eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- II. Eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal e fixar a sua remuneração;
- III. Deliberar, quando exigido pela legislação aplicável, sobre as matérias sujeitas a veto da União, como titular da ação de classe especial, nos termos do art. 9º do presente Estatuto Social;
- IV. Fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia;
- V. Escolher a empresa especializada responsável pela avaliação da Companhia e preparação do respectivo laudo, nos casos previstos no Capítulo VIII deste Estatuto Social;
- VI. Aprovar planos de outorga de opções de compra de ações aos administradores e/ou empregados da Companhia ou de sociedades sob seu controle, nos termos do art. 7º, § 2º, alínea “b”;
- VII. Atribuir a administradores e/ou empregados da Companhia participação nos lucros, observados os limites legais e a política de recursos humanos da Companhia;
- VIII. Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro e da distribuição de dividendos pela Companhia apresentada pela administração;
- IX. Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação da Companhia; e

- X. Dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações como requisito para a saída da Companhia do Novo Mercado.

PARÁGRAFO ÚNICO - A deliberação a que se refere o inciso X deste artigo deverá ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas titulares das ações em circulação presentes à Assembleia, não se computando os votos em branco. Se instalada em primeira convocação, a Assembleia deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de ações em circulação; e, em segunda convocação, será instalado com qualquer número de acionistas titulares das ações em circulação.

CONVOCAÇÃO

- ART. 19 -** A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, devendo a primeira convocação ser feita com, no mínimo, 30 dias de antecedência, contado o prazo da primeira publicação do anúncio; e, não se realizando a Assembleia, será publicado anúncio de segunda convocação com antecedência mínima de 15 dias.

LEGITIMAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

- ART. 20 -** As pessoas presentes à Assembleia Geral deverão provar a sua qualidade de Acionistas Brasileiros (art. 10) ou Acionistas Estrangeiros (art. 11) exibindo documento hábil de sua identidade, ou depositarão na Companhia, até 48 horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia Geral, o comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia nos termos do art. 40 da Lei nº 6.404/76.

PARÁGRAFO 1º - A Companhia dispensará a apresentação do comprovante de propriedade pelo titular de ações escriturais constante da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária.

PARÁGRAFO 2º - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído nos termos do § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76, devendo depositar o respectivo instrumento de procuração na sede social da Companhia em até 48 horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia Geral.

QUORUM DE INSTALAÇÃO

- ART. 21 -** A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando ao menos 25% do capital social com direito de voto, salvo quando a lei exigir quorum mais elevado; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.

LIVRO DE PRESENÇA

- ART. 22 -** Antes de abrir-se a Assembleia Geral, os acionistas assinarão o “Livro de Presença”, indicando seu nome e residência, a quantidade de ações de que forem titulares, e sua qualificação como Acionistas Brasileiros (art. 10) ou Acionistas Estrangeiros (art. 11).

PARÁGRAFO 1º - A lista dos acionistas presentes será encerrada pelo Presidente da Mesa, logo após a instalação da Assembleia Geral.

PARÁGRAFO 2º - Os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral após o encerramento da lista poderão participar da reunião, não lhes sendo conferido, porém, o direito de votar em qualquer deliberação social. Adicionalmente, não serão computadas suas ações na determinação do total de votos atribuídos a Acionistas Brasileiros e a Acionistas Estrangeiros.

PARÁGRAFO 3º - Após o encerramento da lista de acionistas, o Presidente da Mesa informará o número de votos que poderão ser exercidos por cada Acionista Brasileiro e cada Acionista Estrangeiro, observado o disposto nos arts. 14 e 15.

MESA

ART. 23 - Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por Mesa presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente do órgão; e, no caso de ausência ou impedimento de ambos, por acionista eleito pela Assembleia Geral dentre os presentes.

PARÁGRAFO 1º - O Secretário da Assembleia Geral será designado pelo Presidente da Mesa.

PARÁGRAFO 2º - O Diretor de Relações com Investidores ou pessoa por ele designada estará, necessariamente, presente à Assembleia Geral a fim de prestar eventuais esclarecimentos e informações aos acionistas e à Mesa a respeito de matérias compreendidas nas funções que lhe são atribuídas no presente Estatuto Social. Não obstante, caberá exclusivamente ao Presidente da Mesa, observadas as normas estabelecidas pelo presente Estatuto Social, qualquer decisão relativa ao número de voto de cada acionista ou quanto à sua qualificação como Acionista Brasileiro ou Acionista Estrangeiro.

VOTAÇÃO

ART. 24 - Nas votações de deliberações da Assembleia Geral serão apurados separadamente os votos de Acionistas Brasileiros e Acionistas Estrangeiros (arts. 10 e 11), observadas as limitações de voto de que tratam os arts. 14 e 15.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Assembleia Geral somente deliberará acerca de assuntos expressamente previstos na ordem do dia, constantes dos respectivos editais de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob rubrica genérica.

CAPÍTULO V

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA E CONSELHO FISCAL

ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ART. 25 - Os órgãos da administração da Companhia são o Conselho de Administração e a Diretoria.

Parágrafo Único – O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da Companhia privativa dos Diretores.

INVESTIDURA

- Art. 26 -** Os conselheiros, diretores e membros do Conselho Fiscal serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo de posse, lavrado no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, ou Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal, conforme o caso.

SEÇÃO I

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

COMPOSIÇÃO

- Art. 27 -** O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 09 e, no máximo, 11 membros eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição, observado o disposto nos parágrafos 1º e 2º abaixo.

PARÁGRAFO 1º - A União, na qualidade de titular da ação de classe especial, terá direito de eleger um membro efetivo do Conselho de Administração e respectivo suplente.

PARÁGRAFO 2º - Os empregados da Companhia terão o direito de eleger, em votação em separado, dois membros efetivos do Conselho de Administração e respectivos suplentes, sendo um membro e seu suplente indicados pelo CIEMB - Clube de Investimentos dos Empregados da Embraer, e o outro, e seu suplente, pelos empregados não acionistas da Companhia.

PARÁGRAFO 3º - Os demais membros serão eleitos pelos demais acionistas da Companhia, observado o disposto nos arts. 31 e 32. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral, na condução dos trabalhos relacionados à eleição de membros do Conselho de Administração, determinar a mecânica de votação relativamente à eleição dos conselheiros de que trata este parágrafo (art. 31 ou art. 32).

PARÁGRAFO 4º - Respeitado o disposto no caput e nos parágrafos 1º e 2º deste Artigo, o número de membros que integrarão o Conselho de Administração em cada gestão deverá ser fixado na Assembleia Geral cuja ordem do dia seja a eleição de tais membros do Conselho de Administração.

PARÁGRAFO 5º - É vedado a qualquer membro do Conselho de Administração ocupar simultaneamente cargo de Diretor da Companhia.

PARÁGRAFO 6º - No mínimo a maioria dos conselheiros deverão ser Conselheiros Independentes, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s), na hipótese de haver acionista controlador, o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo art. 141, § 4º da Lei nº 6.404/76, observado o disposto no art. 32, §7º deste Estatuto.

PARÁGRAFO 7º - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número imediatamente superior.

- ART. 28 -** O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, os quais serão eleitos pela Assembleia Geral imediatamente após a eleição dos integrantes do órgão.

ART. 29 - A substituição dos membros do Conselho de Administração, em caso de ausência, impedimento ou em virtude de vacância do cargo, far-se-á da seguinte maneira:

- I. Exceto nos casos previstos nos incisos IV, V e VI abaixo, no caso de impedimento ou vacância do cargo de até 2 conselheiros, o Conselho de Administração permanecerá composto pelos membros remanescentes até o término de seus mandatos em curso ou, a critério do Conselho de Administração, os demais membros do Conselho de Administração nomearão o(s) substituto(s), que servirá(ão) até a primeira Assembleia Geral, quando então será(ão) eleito(s) o(s) substituto(s). Ocorrendo a vacância de mais de 2 membros do Conselho de Administração, as seguintes regras deverão ser observadas: (x) caso a vacância seja de menos do que a maioria dos cargos, os demais membros do Conselho de Administração poderão convocar uma Assembleia Geral para eleger o(s) substituto(s) ou poderão nomear diretamente o(s) substituto(s), podendo permanecer vacantes, no máximo, 2 assentos do Conselho de Administração; (y) caso a vacância seja da maioria dos cargos, deverá ser convocada uma Assembleia Geral para eleger os substitutos. Em todos os casos, os substitutos deverão completar o mandato dos substituídos;
- II. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho, suas funções passarão a ser exercidas, em caráter temporário, pelo Vice-Presidente do órgão;
- III. No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, o Vice-Presidente do Conselho assumirá a Presidência do órgão até o término do mandato em curso e os demais membros do Conselho de Administração nomearão imediatamente um novo Vice-Presidente do Conselho que exercerá tal cargo até a primeira Assembleia Geral, quando então será eleito o seu substituto;
- IV. Ocorrendo impedimento de quaisquer conselheiros efetivos mencionados nos parágrafos 1º e 2º do art. 27, seus suplentes assumirão até que cesse o impedimento;
- V. Ocorrendo vacância do cargo de membros efetivos mencionados nos parágrafos 1º e 2º do art. 27, seus suplentes assumirão até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária, que elegerá o respectivo substituto; e
- VI. Ocorrendo vacância cumulativa do cargo de membros efetivos e suplentes mencionados nos parágrafos 1º e 2º do art. 27, o Conselho convocará, imediatamente, Assembleia Geral para preenchimento dos cargos vagos.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ART. 30 - Os membros do Conselho de Administração deverão ter reputação ilibada, não podendo ser eleitos, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que:

- I - ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou
- II - tiver ou representar interesse conflitante com o da Companhia.

PARÁGRAFO 1º - Considerar-se-á abusivo, para os fins do disposto no artigo 115 da Lei nº 6.404/76, o voto proferido por acionista visando à eleição de membro do Conselho de Administração que não satisfaça os requisitos deste artigo.

PARÁGRAFO 2º - Nenhum membro do Conselho de Administração poderá ter acesso a informações, participar de reuniões do órgão ou exercer o voto nos assuntos em que tenha ou represente interesse conflitante com os interesses da Companhia.

PARÁGRAFO 3º - Na eleição dos membros do Conselho de Administração de que trata o § 3º do art. 27, independentemente do processo de eleição que vier a ser adotado (art. 31 ou art. 32), qualquer acionista que deseje indicar uma chapa, no caso de eleição por chapa, ou candidato, no caso de adoção do processo de voto múltiplo, que não seja integrante do Conselho de Administração ou da chapa indicada pelo Conselho de Administração deverá notificar a Companhia a este respeito, por escrito, até 10 dias antes da realização da Assembleia Geral, indicando o nome, qualificação e curriculum profissional de cada um e anexando à notificação termo firmado pelo candidato atestando sua aceitação a concorrer ao cargo. A Companhia publicará, até 8 dias antes da data da Assembleia Geral, aviso informando aos acionistas o local onde poderão obter a relação de todos os candidatos propostos nos termos deste parágrafo e cópia da sua qualificação e curriculum profissional.

ELEIÇÃO POR CHAPAS

ART. 31 - Ressalvado o disposto no art. 32, a eleição dos membros do Conselho de Administração que trata o § 3º do art. 27 dar-se-á pelo sistema de chapas, vedada a votação individual em candidatos.

PARÁGRAFO 1º - Na eleição de que trata este art. 31, o Conselho de Administração deverá indicar uma chapa, observado que a administração da Companhia deverá, até 30 dias antes da data marcada para a Assembleia Geral, enviar à bolsa de valores, inserir em site da rede mundial de computadores e manter disponível para os acionistas na sede da Companhia, documento com o nome, a qualificação e o curriculum dos candidatos a membros integrantes da chapa formada nos termos deste parágrafo.

PARÁGRAFO 2º - É facultado a qualquer acionista, ou conjunto de acionistas, propor outra chapa para o Conselho de Administração, observadas as seguintes normas:

- a) a proposta deverá ser comunicada por escrito à Companhia até 10 dias antes da data para a qual estiver convocada a Assembleia Geral, sendo vedada a apresentação de mais de uma chapa pelo mesmo acionista ou conjunto de acionistas;
- b) a comunicação deverá indicar os nomes dos integrantes da chapa e, para os membros que não forem integrantes do Conselho de Administração ou da chapa indicada pelo Conselho de Administração, tal comunicação deverá indicar a respectiva qualificação e curriculum profissional, termo firmado atestando sua aceitação a concorrer ao cargo, bem como conter as demais informações e documentos exigidos pela regulamentação aplicável;
- c) até 8 dias antes da data para a qual estiver convocada a Assembleia Geral, a Companhia publicará aviso, com divulgação em site da rede mundial de computadores, informando o local em que os acionistas poderão obter cópia das propostas de chapas apresentadas e cópia da qualificação e curriculum profissional dos candidatos.

PARÁGRAFO 3º - A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas diferentes, inclusive a de que trata o § 1º.

PARÁGRAFO 4º - Cada acionista somente poderá votar em uma chapa; os votos serão computados com observância das limitações previstas nos arts. 14 e 15; e serão declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.

ELEIÇÃO POR VOTO MÚLTIPLO

ART. 32 - Na eleição dos membros do Conselho de Administração de que trata o § 3º do art. 27 é facultado a acionistas que representem, no mínimo, 5% do capital social com direito de voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo até 48 horas antes da data para a qual estiver convocada a Assembleia Geral.

PARÁGRAFO 1º - A Companhia deverá, imediatamente após o recebimento do pedido, publicar aviso aos acionistas comunicando que a eleição se dará pelo processo do voto múltiplo.

PARÁGRAFO 2º - Instalada a Assembleia Geral, a Mesa promoverá, com base nos Acionistas Brasileiros e Acionistas Estrangeiros que tiverem assinado o Livro de Presença e no número de suas ações, o cálculo do número de votos que caberão a cada acionista, brasileiro e estrangeiro, observadas as seguintes normas:

- a) será determinado em primeiro lugar o número de votos que cabe a cada acionista segundo o disposto no inciso I do art. 14, atribuindo-se a cada ação que não exceder o limite de 5% do total das ações do capital social da Companhia tantos votos quantos sejam os membros do Conselho de Administração a serem eleitos;
- b) se o total dos votos dos Acionistas Estrangeiros exceder de 2/3 do total dos votos dos Acionistas Brasileiros, será determinada a porcentagem de redução dos votos de cada Acionista Estrangeiro para que se contenha no limite do inciso II do art. 14.

PARÁGRAFO 3º - Serão candidatos a membros do Conselho de Administração:

- a) os integrantes das chapas de que tratam o §1º e o §2º do art. 31; e
- b) o candidato que tenha sido indicado por qualquer acionista e não seja membro de chapa indicada deverá enviar a respectiva qualificação e curriculum profissional, o termo firmado atestando sua aceitação a concorrer ao cargo, bem como as demais informações e documentos exigidos pela regulamentação aplicável.

PARÁGRAFO 4º - Cada acionista terá o direito de cumular os votos a ele atribuídos nos termos do § 2º em um só candidato ou distribuí-los entre vários. Serão declarados eleitos os membros que receberem maior quantidade de votos.

PARÁGRAFO 5º - Os cargos que, em virtude de empate, não forem preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, ajustado o número de votos que caberá a cada acionista em função do número de cargos a serem preenchidos.

PARÁGRAFO 6º - Sempre que a eleição tiver sido realizada por esse processo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração pela Assembleia Geral importará destituição dos demais membros, procedendo-se a nova eleição; nos demais casos de vaga, a primeira Assembleia Geral procederá à nova eleição de todo o Conselho.

PARÁGRAFO 7º - O § 4º do art. 141 da Lei nº 6.404/76 somente será aplicável se a Companhia vier a ter acionista controlador.

COMPETÊNCIA

ART. 33 - Compete ao Conselho de Administração:

- I. Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II. Eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto neste Estatuto;
- III. Designar, dentre os Diretores da Companhia, o Diretor de Relações com Investidores, na forma da regulamentação da CVM;
- IV. Fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia, examinando, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- V. Apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- VI. Apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria deliberando sobre a sua submissão à Assembleia Geral;
- VII. Convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre a Companhia;
- VIII. Convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando julgar conveniente, Assembleia Geral Extraordinária da Companhia;
- IX. Aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia, bem como acompanhar sua execução;
- X. Apreciar as matérias sujeitas ao poder de veto da União, submetendo-as, quando exigido pela Lei nº 6.404/76, à apreciação da Assembleia Geral;
- XI. Manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;
- XII. Deliberar sobre:
 - a) a emissão de ações do capital autorizado, observado o disposto no art. 7º e seu § 1º;
 - b) a emissão de bônus de subscrição e, observado o disposto no § 2º do art. 7º e o plano aprovado pela Assembleia Geral, a outorga de opções de compra de ações ali referida;
 - c) a aquisição, pela Companhia, de ações de sua emissão, para manutenção em tesouraria ou posterior cancelamento ou alienação;
- XIII. Aprovar a alienação ou oneração de bens do ativo permanente, em valor superior a 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia registrado nas últimas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e divulgadas anteriormente à data de deliberação do Conselho de Administração em questão, por meio do Formulário Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) ou Formulário de Informações Trimestrais (ITR), o que for mais recente;
- XIV. Deliberar sobre a emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, na forma da legislação em vigor;
- XV. Autorizar a emissão, pela Companhia, de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "bonds", "notes", "commercial papers",

e outros, de usos comum no mercado, deliberando ainda sobre as suas condições de emissão e resgate;

- XVI. Aprovar (i) a constituição e o encerramento de sociedades controladas, direta ou indiretamente, sociedades coligadas, consórcios, joint ventures e/ou entidades de qualquer natureza; (ii) a participação direta ou indireta da Companhia no capital de outras sociedades, a alienação dessa participação (exceto se para empresas do mesmo grupo), bem como novos aportes de capital em tais sociedades;
- XVII. Autorizar a Companhia a realizar qualquer empréstimo, mútuo, endividamento, assunção de dívida, prestação de garantia, incluindo, exemplificativamente, caução, aval, fiança, despesa, adiantamento ou oferta de crédito em benefício de terceiros, sem prejuízo do disposto no inciso XI do art. 41, abaixo;
- XVIII. Criar e extinguir unidades operacionais da Companhia;
- XIX. Aprovar as políticas (i) de indicação dos membros do conselho de administração, seus comitês de assessoramento e diretoria estatutária, (ii) de gerenciamento de riscos, (iii) de transações com partes relacionadas, (iv) de negociação de valores mobiliários e (v) salarial e de recursos humanos da Companhia, inclusive no que tange a critérios de remuneração, direitos e vantagens;
- XX. Autorizar a transferência de recursos da Companhia para associações de empregados, entidades assistenciais, recreativas e de previdência privada, bem como a doação de recursos da Companhia a terceiros;
- XXI. Escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- XXII. Aprovar a celebração de quaisquer contratos ou transações de qualquer natureza envolvendo, de um lado, a Companhia e, de outro: (i) qualquer acionista da Companhia que detenha mais de 5% de seu capital social; (ii) quaisquer administradores da Companhia, bem como seus respectivos cônjuges e parentes até o 4o grau; ou (iii) quaisquer sociedades controladas, controladoras, coligadas ou sob controle comum de qualquer das pessoas indicadas nos itens "i" e "ii";
- XXIII. Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição disponíveis no mercado; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes;
- XXIV. Dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e aprovar regimentos do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento;
- XXV. Exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para si qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria;

- XXVI. Eleger os membros dos comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração e seus respectivos coordenadores e aprovar os regimentos internos dos comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração;
- XXVII. Autorizar a Companhia a realizar qualquer empréstimo, mútuo, endividamento, assunção de dívida, prestação de garantia, incluindo caução, aval, fiança, despesa, adiantamento ou oferta de crédito em benefício das controladas, companhias de propósito específico e outras que diretamente ou indiretamente estejam sob controle da Companhia, devidamente consolidadas em suas demonstrações financeiras, em valor superior a 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia registrado nas últimas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e divulgadas anteriormente à data de deliberação do Conselho de Administração em questão, por meio do Formulário Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) ou Formulário de Informações Trimestrais (ITR), o que for mais recente.

PARÁGRAFO 1º – A destituição de membros da Diretoria dependerá do voto afirmativo de, pelo menos, 7 dos membros do Conselho de Administração.

PARÁGRAFO 2º - Observado o limite máximo estabelecido pela Assembleia Geral, caberá ao Conselho de Administração determinar a remuneração de cada um dos seus membros, de cada membro dos Comitês (arts. 34 a 37) e de cada Diretor da Companhia, tendo em conta as responsabilidades, o tempo dedicado às funções, a competência, a reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

PARÁGRAFO 3º - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração, além das demais atribuições previstas no presente Estatuto Social, convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração e as Assembleias Gerais.

COMITÊS DO CONSELHO

- ART. 34 -** O Conselho de Administração designará um Comitê de Estratégia e Inovação, um Comitê de Pessoas e ESG e um Comitê de Auditoria, Riscos e Ética, permanentes, sem poder deliberativo ou de gestão, destinados a auxiliá-lo no exercício de suas funções.

PARÁGRAFO 1º - Os Comitês de Estratégia e Inovação e de Pessoas e ESG serão formados por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, devendo a maioria de seus membros ser membros independentes do Conselho de Administração, podendo os demais membros serem Membros Externos, na forma do § 3º do art. 37 deste Estatuto Social.

PARÁGRAFO 2º - Os membros do Conselho de Administração indicados para compor os referidos órgãos e o Comitê de Auditoria, Riscos e Ética poderão acumular as remunerações aplicáveis aos cargos exercidos.

- ART. 35 -** O Comitê de Auditoria, Riscos e Ética, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, exercerá as funções de Comitê de Auditoria (Audit Committee) para os fins da legislação norte-americana, especialmente o "Sarbanes-Oxley Act".

PARÁGRAFO 1º - O Comitê de Auditoria, Riscos e Ética é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, devendo a maioria de seus membros ser membro independente do Conselho de Administração, pelo menos 1 (um) ser

Membro Externo, na forma do § 3º do art. 37 deste Estatuto Social e 1 (um) ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

PARÁGRAFO 2º - O mesmo membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética pode acumular os requisitos de ser membro independente do Conselho de Administração e ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, ou ser Membro Externo e ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

PARÁGRAFO 3º - O Comitê de Auditoria, Riscos e Ética deverá ser coordenado por um dos membros independentes do Conselho de Administração que integrará o referido Comitê. As atividades do coordenador do comitê serão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

ART. 36 - Competirá ao Comitê de Auditoria, Riscos e Ética, além das atribuições que lhe forem conferidas pela legislação aplicável e em seu regimento interno:

- a) apresentar recomendações ao Conselho de Administração para a escolha ou substituição da empresa de auditoria externa, e acerca de sua remuneração;
- b) supervisionar os trabalhos dos auditores externos e opinar sobre a contratação de outros serviços à empresa de auditoria externa;
- c) tomar as iniciativas e medidas necessárias ao conhecimento e apuração de reclamações relativas a matérias referentes às demonstrações financeiras, controles internos e auditoria externa;
- d) mediar eventuais conflitos e controvérsias entre a Administração da Companhia e os auditores independentes;
- e) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- f) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- g) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- h) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e
- i) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

PARÁGRAFO 1º - A Companhia deverá divulgar, anualmente, relatório resumido do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo comitê ao Conselho de Administração;

PARÁGRAFO 2º - É vedada a participação como membros do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética da companhia de diretores, diretores de sua controlada, de seu acionista controlador, se houver, de coligadas ou de sociedades sob controle comum.

ART. 37 - O Conselho de Administração poderá criar Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia, com objetivos restritos e específicos e de prazo limitado de duração, designando os membros e estabelecendo sua

remuneração, quando for o caso, observado o limite global fixado pela Assembleia Geral.

PARÁGRAFO 1º - Os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração serão formados, cada um deles, por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, devendo a maioria de seus membros ser membros independentes do Conselho de Administração, podendo os demais membros serem Membros Externos, na forma do § 3º deste artigo.

PARÁGRAFO 2º - Os membros do Conselho de Administração indicados para compor os referidos órgãos poderão acumular as remunerações aplicáveis aos cargos exercidos.

PARÁGRAFO 3º - O Membro Externo de quaisquer dos Comitês deve atender aos seguintes requisitos:

- a) não integrar o Conselho de Administração ou a Diretoria da Companhia ou de suas controladas;
- b) possuir ilibada reputação e possuir notório conhecimento das normas aplicáveis às companhias abertas, bem como dos conceitos e princípios norteadores do mais alto padrão de governança corporativa do mercado de capitais brasileiro;
- c) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de (1) membros da administração da Companhia ou de suas controladas ou (2) de pessoas que possuam vínculo empregatício com a Companhia ou com suas controladas, a um ponto que comprometa a independência do Membro Externo; e
- d) não ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia ou de suas controladas, e não ter, nem representar, interesse conflitante com o da Companhia ou com o de suas controladas.

PARÁGRAFO 4º - Os Membros Externos de quaisquer dos Comitês terão os mesmos deveres e responsabilidades dos administradores, conforme disposto no art. 160 da Lei nº 6.404/76, e tomarão posse de seus cargos no respectivo Comitê mediante assinatura do Termo de Posse aplicável, onde serão declarados os requisitos para o preenchimento do cargo.

SEÇÃO II

DIRETORIA

COMPOSIÇÃO

ART. 38 - A Diretoria será composta de no mínimo 4 e no máximo 11 Diretores, sendo um deles o Diretor Presidente, todos com prazo de gestão de 2 anos, permitida a reeleição. As designações e funções de cada Diretor serão estabelecidas pelo Conselho de Administração, que indicará aquele que exercerá a função de Diretor de Relações com Investidores.

PARÁGRAFO 1º - Nos seus impedimentos ou ausências, o Diretor Presidente será substituído por um dos Diretores por ele designado, o qual assumirá, então, cumulativamente, a Presidência.

PARÁGRAFO 2º - Em caso de vacância do cargo de Diretor Presidente, assumirá interinamente um dos demais Diretores, a ser indicado pelo Presidente do Conselho de Administração, até a primeira reunião subsequente do Conselho de Administração, que designará o novo Diretor Presidente.

PARÁGRAFO 3º - Os demais Diretores serão substituídos, em caso de ausência ou impedimento temporário, por outro Diretor, escolhido pelo Diretor Presidente.

PARÁGRAFO 4º - Em caso de vacância do cargo de Diretor, assumirá interinamente, cumulando as funções, um dos demais Diretores, a ser indicado pelo Diretor Presidente, até a primeira reunião do Conselho de Administração.

PARÁGRAFO 5º - O Diretor que substituir o Diretor Presidente ou qualquer dos demais Diretores na forma do presente artigo não fará jus a qualquer remuneração adicional.

ATRIBUIÇÕES DOS DIRETORES

ART. 39 - Compete aos Diretores cumprir e fazer cumprir esse Estatuto, as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de acionistas, e a prática, dentro das suas atribuições, de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

PARÁGRAFO 1º - Compete ao Diretor Presidente:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- b) propor ao Conselho de Administração a composição da Diretoria;
- c) propor ao Conselho de Administração a distribuição de funções aos demais Diretores;
- d) orientar e coordenar a atuação dos demais Diretores;
- e) dirigir as atividades relacionadas com planejamento geral da Companhia e de suas controladas;
- f) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades e o andamento das operações da Companhia; e
- g) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

PARÁGRAFO 2º - Compete aos demais Diretores assistir e auxiliar o Diretor Presidente na administração dos negócios da Companhia e, sob a orientação e coordenação do Diretor Presidente, exercer as funções que lhes tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração.

COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA

ART. 40 - A Diretoria possui todos os poderes para a prática dos atos necessários à consecução do objeto social da Companhia, observadas as disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração.

ART. 41 - Compete à Diretoria, além de outras funções previstas em lei ou neste Estatuto Social:

- I. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de Acionistas;

- II. Elaborar e submeter ao Conselho de Administração, anualmente, o plano de atividades e o orçamento geral da Companhia, bem como o plano estratégico e suas revisões anuais, cuidando das respectivas execuções;
- III. Propor ao Conselho de Administração as diretrizes fundamentais dos negócios sociais da Companhia;
- IV. Submeter anualmente à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- V. Indicar e promover a destituição de administradores de empresas controladas e nomear e destituir os gestores das unidades operacionais da Companhia;
- VI. Elaborar, anualmente, o Plano de Ações e de Metas de cada Diretoria, submetendo-o, com o desempenho e resultado alcançados, ao Conselho de Administração, em suas reuniões ordinárias;
- VII. Apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia;
- VIII. Autorizar a abertura, transferência ou encerramento de escritórios, filiais, agências, dependências ou outros estabelecimentos da Companhia no País e no exterior;
- IX. Propor ao Conselho de Administração a constituição e o encerramento de empresas controladas pela Companhia, no País e no exterior, e os demais atos dispostos no art. 33, inciso XVI deste Estatuto Social;
- X. Elaborar e submeter ao Conselho de Administração a política salarial da Companhia e de suas empresas controladas;
- XI. Autorizar a Companhia a realizar qualquer empréstimo, mútuo, endividamento, assunção de dívida, prestação de garantia, incluindo caução, aval, fiança, despesa, adiantamento ou oferta de crédito em benefício das controladas, companhias de propósito específico e outras que diretamente ou indiretamente estejam sob controle da Companhia, devidamente consolidadas em suas demonstrações financeiras, até o valor de 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia registrado nas últimas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e divulgadas anteriormente à data de deliberação do Conselho de Administração em questão, por meio do Formulário Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) ou Formulário de Informações Trimestrais (ITR), o que for mais recente; e
- XII. Submeter à apreciação do Conselho de Administração as matérias sujeitas a veto da União, como titular da ação de classe especial, nos termos do art. 9º e do inciso III do art. 18 do presente Estatuto.

REPRESENTAÇÃO DA COMPANHIA

ART. 42 - Ressalvados os casos previstos nos parágrafos deste artigo, a Companhia se obriga validamente sempre que representada por dois membros da Diretoria, pela assinatura de um membro da Diretoria e um procurador ou por dois procuradores, nos limites dos respectivos mandatos.

PARÁGRAFO 1º - Os atos para os quais o presente Estatuto Social exija autorização prévia do Conselho de Administração somente serão válidos uma vez preenchido esse requisito.

PARÁGRAFO 2º - A Companhia poderá ser representada por apenas um Diretor, o qual poderá, inclusive, outorgar procuração para os fins aqui tratados, ou um procurador na prática dos seguintes atos:

- I. recebimento de quitação de valores devidos pela Companhia;
- II. emissão, negociação, endosso e desconto de duplicatas relativas às suas vendas;
- III. representação da Companhia em assembleias e reuniões de sócios de sociedades da qual participe;
- IV. outorga de mandato a advogado para a representação judicial ou em processos administrativos;
- V. representação da Companhia em juízo e/ou em processos administrativos, exceto para a prática de atos que importem em renúncia a direitos; e
- VI. prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante repartições públicas, sociedades de economia mista, juntas comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza.

PARÁGRAFO 3º - O Conselho de Administração poderá autorizar a prática de atos específicos que vinculem a Companhia pela assinatura de apenas um Diretor ou um procurador regularmente constituído; ou, ainda, estabelecer competência e alçada para a prática de atos por um único representante.

PARÁGRAFO 4º - Na constituição de procuradores, serão observadas as seguintes regras:

- I. todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, ou seu substituto, em conjunto com outro Diretor, e terão escopo e prazo de vigência definidos, salvo quando se tratar de procuração com poderes para a representação judicial ou em processos administrativos, cujo prazo poderá ser indeterminado; e
- II. quando o mandato tiver por objeto a prática de ato que depender de prévia autorização do Conselho de Administração, somente poderá ser outorgado após essa autorização, que será mencionada na procuração.

SEÇÃO III

DO CONSELHO FISCAL

ART. 43 - O Conselho Fiscal da Companhia funcionará de modo permanente e será composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros, e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País e eleitos pela Assembleia Geral, com as atribuições previstas em lei.

PARÁGRAFO 1º - Na eleição dos membros do Conselho Fiscal, aplicar-se-ão, no que forem cabíveis e não conflitarem com as normas do presente artigo, as regras estipuladas no art. 31 para eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia.

PARÁGRAFO 2º - A Assembleia Geral designará, dentre os membros eleitos, o Presidente e o Vice-Presidente do órgão.

PARÁGRAFO 3º - Se, na forma do art. 56, a Companhia vier a estar sob controle de acionista controlador ou sociedade controladora, na definição da lei, os acionistas minoritários terão direito, desde que representem, em conjunto, 10% ou mais das ações, de eleger, em votação em separado, um membro e respectivo suplente.

PARÁGRAFO 4º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, com observância dos requisitos e limites legais e levando em conta sua experiência, formação e reputação.

ART. 44 - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente em cada trimestre civil, para analisar o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer dos seus membros.

PARÁGRAFO 1º - A convocação das reuniões extraordinárias far-se-á mediante comunicação por escrito, contendo, além do local, data e hora da reunião, a ordem do dia.

PARÁGRAFO 2º - A reunião do Conselho Fiscal se instalará com a presença de no mínimo 3 membros ou suplentes, e o órgão deliberará por maioria de votos dos membros presentes.

ART. 45 - As disposições legais e do presente Estatuto Social sobre o Conselho Fiscal serão regulamentadas no seu regimento interno, aprovado pelo órgão.

PARÁGRAFO 1º - Caberá ao Presidente do Conselho Fiscal transmitir a todos os membros do órgão as comunicações recebidas dos órgãos da administração e dos auditores independentes e remeter aos órgãos de administração os pedidos recebidos dos seus membros.

PARÁGRAFO 2º - Os membros do Conselho Fiscal deverão exercer suas funções no interesse da Companhia, ainda que eleitos por grupo ou classe de acionistas.

PARÁGRAFO 3º - O Conselho Fiscal poderá, com fundamento na ilegalidade do ato e em decisão justificada, recusar a transmissão de pedidos de informações, esclarecimentos, demonstrações financeiras especiais ou apuração de fatos específicos.

SEÇÃO IV

REUNIÕES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

PERIODICIDADE DAS REUNIÕES

ART. 46 - O Conselho de Administração da Companhia reunir-se-á, ordinariamente, oito vezes por ano, conforme calendário a ser divulgado sempre no primeiro mês de cada exercício social pelo Presidente do Conselho de Administração, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

CONVOCAÇÃO

ART. 47 - Os administradores da Companhia serão convocados pessoalmente e por escrito para as reuniões dos respectivos órgãos, com antecedência mínima de 3 dias úteis, por meio de carta, e-mail, ou outra forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário.

PARÁGRAFO 1º – O aviso de convocação deverá ser acompanhado da relação das matérias a serem discutidas e apreciadas na reunião, bem como todos os documentos de apoio porventura necessários.

PARÁGRAFO 2º – As reuniões dos órgãos da administração poderão ser instaladas independentemente de convocação se presentes todos os respectivos membros.

PARÁGRAFO 3º – Em caso de urgência devidamente justificada o Presidente do Conselho de Administração poderá convocar reuniões, na forma do § 1º deste artigo, sendo certo que nestes casos a reunião somente se instalará com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

QUORUM DE INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÃO

- ART. 48 -** As reuniões dos órgãos da administração somente poderão ser instaladas e deliberar com a presença da maioria dos respectivos membros; será considerado presente à reunião o administrador que dela participe por meio de conferência telefônica, videoconferência, telepresença, e-mail ou outro meio de comunicação que permita a identificação do Conselheiro ou Diretor. O administrador, nessa hipótese, será considerado presente à reunião para verificação do “quórum” de instalação e de votação, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais devendo ser incorporado à ata da referida reunião.
- ART. 49 -** Salvo exceções expressas neste Estatuto Social, as deliberações nas reuniões dos órgãos da administração serão tomadas pelo voto da maioria dos votos dos membros presentes.

CAPÍTULO VI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E

DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS

EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- ART. 50 -** O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano.

PARÁGRAFO 1º - Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras:

- I. balanço patrimonial;
- II. demonstrações das mutações do patrimônio líquido;
- III. demonstração do resultado do exercício;
- IV. demonstração das origens e aplicações de recursos; e
- V. demonstrações de fluxos de caixa.

PARÁGRAFO 2º - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido da Companhia, observado o disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável.

DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

ART. 51 - Os acionistas terão direito de receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, um percentual equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com as seguintes normas:

I - O lucro líquido do exercício será diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- a) a importância destinada à constituição da reserva legal; e
- b) a importância destinada à formação de reserva para contingência e a reversão desta reserva formada em exercícios anteriores;

II - O pagamento de dividendo determinado nos termos do inciso I poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar;

III - Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

PARÁGRAFO 1º - O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia; o Conselho Fiscal deverá dar parecer sobre essa informação e os administradores da Companhia encaminharão à CVM, dentro de 5 dias da realização da Assembleia Geral, exposição justificada da informação transmitida à Assembleia Geral.

PARÁGRAFO 2º - Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 1º serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

PARÁGRAFO 3º - O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar, em cada exercício social, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício, juros sobre capital próprio, nos termos da legislação do imposto de renda.

PARÁGRAFO 4º - Os juros sobre capital próprio serão imputados ao valor dos dividendos declarados pela Companhia.

RESERVA PARA INVESTIMENTO E CAPITAL DE GIRO

ART. 52 - A Companhia manterá Reserva para Investimentos a cuja constituição poderá ser destinada, por proposta do Conselho de Administração, parcela de até 75% do lucro líquido ajustado de cada exercício, com a finalidade de: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76; e (ii) reforço de capital de giro; podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia.

PARÁGRAFO 1º - Observado o limite legal, a reserva não excederá 80% do capital social.

PARÁGRAFO 2º - A Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração, poderá, a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de reserva de que trata este artigo ou destinar seu saldo, no todo ou em parte, a aumento do capital social, inclusive com bonificação em novas ações.

DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS

ART. 53 - O Conselho de Administração poderá deliberar o levantamento de balanço semestral e declarar dividendos intermediários. Poderá ainda levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

ART. 54 - A Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores da Companhia participação nos lucros, observado o limite legal.

PARÁGRAFO 1º - A participação somente poderá ser atribuída no exercício em que for distribuído aos acionistas o dividendo obrigatório a que se refere o art. 51.

PARÁGRAFO 2º - Sempre que a Companhia pagar dividendos intermediários com base em lucro apurado em balanço semestral, cujo valor seja ao menos igual a 25% do lucro líquido do período, calculado nos termos do art. 53, o Conselho de Administração poderá deliberar, ad referendum da Assembleia Geral, o pagamento de participação no lucro do semestre aos administradores.

CAPÍTULO VII

MECANISMOS DE PROTEÇÃO

ACOMPANHAMENTO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

ART. 55 Adicionalmente ao disposto no § 2º do art. 8º e no § 2º do art. 10, e sem prejuízo das demais disposições do presente Estatuto, a Companhia, por meio de grupo de trabalho coordenado pelo Diretor de Relações com Investidores, fará o acompanhamento das variações na participação societária dos acionistas da Companhia, visando a prevenir e, conforme o caso, denunciar, na forma do § 1º abaixo, a violação deste Estatuto Social e das disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como sugerir à Assembleia Geral de Acionistas a aplicação das penalidades previstas no art. 16 do presente Estatuto Social.

PARÁGRAFO 1º - Na hipótese de, a qualquer tempo, o Diretor de Relações com Investidores, identificar a violação de qualquer das restrições quanto ao limite de ações detidas por um mesmo acionista ou Grupo de Acionistas, deverá imediatamente informar tal circunstância: (i) ao Presidente do Conselho de Administração; (ii) ao Conselheiro eleito pela União, na qualidade de titular da ação ordinária de classe especial; (iii) ao Diretor Presidente; (iv) aos membros do Conselho Fiscal; (v) à B3; e (vi) à CVM.

PARÁGRAFO 2º – É facultado ao Diretor de Relações com Investidores requerer que acionistas ou Grupos de Acionistas da Companhia informem sua composição acionária, direta e/ou indireta, bem como a composição do seu bloco de controle direto e/ou indireto e, se for o caso, o grupo societário e empresarial, de fato ou de direito, do qual fazem parte.

OFERTA PÚBLICA EM CASO DE AQUISIÇÃO

DE PARTICIPAÇÃO SUBSTANCIAL E ALIENAÇÃO DE CONTROLE

ART. 56 - Qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de: (i) 35% ou mais do total de ações de emissão da Companhia; ou (ii) outros direitos, inclusive usufruto e fideicomisso, sobre as ações de emissão da Companhia que representem mais de 35% do seu capital ("Acionista Adquirente"), deverá, no prazo máximo de 15 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade superior ao limite estipulado, submeter à União, na qualidade de titular da ação ordinária de classe especial, por intermédio do Ministério da Economia, pedido para a realização de uma oferta pública de ações para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável, os regulamentos da B3 e os termos deste artigo.

PARÁGRAFO 1º - A União, na qualidade de titular da ação ordinária de classe especial, terá plena discricionariedade para aceitar ou negar o pedido para a realização da oferta pública. Caso o pedido seja aceito, o Acionista Adquirente deverá realizar a oferta no prazo de 60 dias, contados da data da aprovação, procedendo na forma indicada no presente artigo. Caso o pedido seja negado, o Acionista Adquirente deverá, no prazo de 30 dias contados da comunicação da negação, alienar todas as ações que excedam o limite estabelecido no caput do presente artigo.

PARÁGRAFO 2º - O Acionista Adquirente deverá encaminhar ao Diretor Presidente da Companhia cópia de todos os documentos relacionados ao pedido para a realização da oferta pública que tenham sido entregues à União ou por esta enviados.

PARÁGRAFO 3º - Durante o período entre a solicitação de realização da oferta pública e a resposta, positiva ou negativa, da União, o Acionista Adquirente não poderá adquirir ou alienar quaisquer ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia.

PARÁGRAFO 4º - O preço de aquisição na oferta pública de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao resultado obtido de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

Preço OPA = Valor da Ação + Prêmio

onde:

"PREÇO OPA" corresponde ao preço de aquisição de cada ação de emissão da Companhia na oferta pública de ações prevista neste artigo.

"VALOR DA AÇÃO" corresponde ao maior valor entre: (i) cotação unitária mais alta atingida pelas ações de emissão da Companhia durante o período de 12 meses anterior à realização da OPA dentre os valores registrados em qualquer bolsa de valores na qual as referidas ações forem negociadas; (ii) o preço mais alto pago pelo Acionista Adquirente, durante o período de 36 meses anterior à realização da OPA, por uma ação ou lote de ações de emissão da Companhia; (iii) o valor equivalente a 14,5 vezes o EBITDA Consolidado Médio da Companhia (conforme definido abaixo) deduzido do endividamento consolidado líquido da Companhia, dividido pelo número total de ações de sua emissão; e (iv) o valor equivalente a 0,6 vezes o valor dos pedidos firmes em carteira (Backlog) da Companhia, conforme a última informação por esta publicada, deduzido do endividamento consolidado líquido da Companhia, dividido pelo número total de ações de emissão da Companhia.

"PRÊMIO" corresponde a 50% do Valor da Ação.

"EBITDA CONSOLIDADO DA COMPANHIA" é o lucro operacional consolidado da Companhia antes das despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação, exaustão e amortização, conforme obtido com base nas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício social completo mais recente da Companhia já auditadas e publicadas.

"EBITDA CONSOLIDADO MÉDIO DA COMPANHIA" é a média aritmética dos EBITDAs Consolidados da Companhia relativos aos 2 exercícios sociais completos mais recentes.

PARÁGRAFO 5º - Para os fins do disposto no § 4º acima, no caso de ações representadas por certificados de depósito (inclusive de ações inseridas em programas de Depositary Receipts), a cotação unitária da ação será determinada pela divisão: (i) da cotação do referido certificado de depósito, no mercado em que seja negociado; pelo (ii) número de ações representadas pelo certificado.

PARÁGRAFO 6º - A realização da oferta pública de ações mencionada no caput deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia formular uma oferta pública concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

PARÁGRAFO 7º - O Acionista Adquirente deverá atender eventuais solicitações ou exigências da CVM dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

PARÁGRAFO 8º - A oferta pública de ações deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no art. 4º da Instrução CVM nº 361 de 05/03/02 e no Regulamento do Novo Mercado:

- I. ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia;
- II. ser efetivada em leilão a ser realizado na B3;
- III. ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da oferta pública;
- IV. ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da Instrução CVM nº 361/02;
- V. ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto neste artigo e paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na oferta pública de ações de emissão da Companhia; e
- VI. ser instruída com laudo de avaliação da Companhia, preparado por instituição de reputação internacional, independência e experiência comprovada na avaliação econômico-financeira de companhias abertas, elaborado de acordo com os critérios elencados no art. 8º da Instrução CVM nº 361/02, observando-se os critérios estabelecidos no § 4º acima para fixação do preço mínimo na oferta.

PARÁGRAFO 9º - Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos: (i) para a solicitação de autorização à União para realização da oferta pública; (ii) para a realização da oferta pública de compra de ações; ou (iii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o acionista ou Grupo de Acionistas em questão ficará impedido de votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos seus direitos de acionista, conforme disposto no art. 16 do presente Estatuto Social.

PARÁGRAFO 10 - Para fins do cálculo do percentual de 35% do total de ações de emissão da Companhia descrito no caput deste artigo, não serão computados os aumentos percentuais involuntários de participação no capital social resultantes de cancelamento de ações em tesouraria.

CAPÍTULO VIII

REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E NOVO MERCADO

ART. 57 - A saída voluntária do Novo Mercado poderá ocorrer (i) independentemente da realização de oferta pública de aquisição de ações, na hipótese de dispensa aprovada pela assembleia geral da Companhia, na forma do art. 18, X, desse Estatuto Social, ou (ii) inexistindo tal dispensa, se precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos:

I.o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, portanto, o pedido de nova avaliação da Companhia, na forma estabelecida no art. 4º-A da Lei nº 6.404/76; e

II. acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

PARÁGRAFO 1º – Para os fins deste art. 57, consideram-se ações em circulação apenas as ações cujos titulares concordem expressamente com a saída do Novo Mercado ou se habilitem para o leilão da oferta pública de aquisição de ações, na forma da regulamentação editada pela CVM aplicável às ofertas públicas de aquisição de companhia aberta para cancelamento de registro.

PARÁGRAFO 2º – Caso atingido o quórum mencionado no parágrafo acima: (i) os aceitantes da oferta pública de aquisição de ações não poderão ser submetidos a rateio na alienação de sua participação, observados os procedimentos de dispensa dos limites previstos na regulamentação editada pela CVM aplicável as ofertas públicas de aquisição de ações, e (ii) o ofertante ficará obrigado a adquirir ações em circulação remanescentes pelo prazo de 1 (um) mês, contado da data da realização do leilão, pelo preço final do leilão da oferta pública de aquisição de ações, atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do edital e da regulamentação em vigor, o que deverá ocorrer, em no máximo, 15 (quinze) dias contados da data do exercício da faculdade pelo acionista.

ART. 58 - A oferta pública de aquisição de ações para o cancelamento de registro de Companhia ou conversão de categoria no registro da CVM deverá ser realizada por preço justo, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis.

ART. 59 - Observado o disposto neste Estatuto Social e sem prejuízo do disposto no art. 56 acima, a alienação direta ou indireta do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

ART. 60 - É facultada a formulação de uma única oferta pública de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VIII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os

procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

- ART. 61-** A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização de oferta pública de ações prevista neste Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a oferta pública de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

CAPÍTULO IX **DO JUÍZO ARBITRAL**

- ART. 62 -** A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

PARÁGRAFO 1º – Não se aplicará o disposto neste artigo em caso de disputas ou controvérsias relacionadas ou decorrentes da ação ordinária de classe especial detida pela União, ou dos seus direitos e prerrogativas, nos termos da Lei ou deste Estatuto Social, as quais deverão ser submetidas à jurisdição do foro central da comarca de Brasília (DF).

PARÁGRAFO 2º – A posse dos administradores e dos membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória previsto neste art. 62.

CAPÍTULO X

- Art. 63 -** A Companhia poderá celebrar acordos com, ou aprovar políticas de indenidade abrangendo os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria e comitês da Companhia ou de suas controladas, bem como determinados empregados da Companhia ou suas controladas ("**Beneficiários**"), pelos quais a Companhia se comprometerá a arcar com ou reembolsar determinadas despesas, custos e danos efetivamente incorridos pelos Beneficiários, durante ou após o término de seu vínculo com a Companhia, relacionados a processos arbitrais, judiciais ou administrativos que envolvam atos praticados no exercício regular das atribuições dos Beneficiários, desde a data de sua posse ou do início do vínculo contratual com a Companhia, conforme o caso.

PARÁGRAFO 1º – Sem prejuízo de outras hipóteses previstas em acordos ou políticas de indenidade aprovados pelo Conselho de Administração, a Companhia não

realizará desembolsos em favor dos Beneficiários com base em tais acordos ou políticas de indenidade nos seguintes casos:

- I. atos praticados fora do exercício regular das atribuições dos Beneficiários;
- II. atos praticados pelos Beneficiários com má-fé, dolo ou culpa grave, ou mediante fraude;
- III. atos praticados pelos Beneficiários em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia; ou
- IV. indenizações decorrentes da ação social prevista no art. 159 da Lei nº 6.404/76 ou ressarcimento de prejuízos de que trata o art. 11, §5º, II, da Lei nº 6.385/76.

PARÁGRAFO 2º – Os acordos ou políticas de indenidade deverão ser adequadamente divulgados e prever, sem limitação:

- I. os termos e condições aplicáveis;
- II. mecanismos para identificar e lidar com situações de conflito de interesses; e
- III. o procedimento a ser adotado no processo decisório sobre a celebração de acordos de indenidade pela Companhia e sobre o pagamento de valores pela Companhia.

PARÁGRAFO 3º – Nos casos em que, após decisão final irrecorrível, restar comprovado que o ato praticado por um Beneficiário não é passível de indenização com base em acordo ou política de indenidade aprovados pelo Conselho de Administração, quaisquer valores pagos pela Companhia relativos a tal ato com base em suas obrigações previstas em tais acordos ou políticas de indenidade deverão ser devolvidos pelo Beneficiários.

Aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 17 de maio de 2024.

**DESCRIÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS REGISTRADOS
SEGUNDO A SEÇÃO 12 DO U.S. SECURITIES EXCHANGE ACT OF 1934, E ALTERAÇÕES
POSTERIORES**

A definição dos termos em maiúsculas aqui utilizados mas não definidos encontra-se em nosso Relatório Anual no Form 20-F do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, do qual este Anexo 2.5 é um anexo (o “Relatório Anual”)

Em 31 de dezembro de 2024, a Embraer S.A. (“nós”, “nossa” ou a “Companhia”) possuía os seguintes valores mobiliários registrados segundo a Seção 12 do U.S. Securities Exchange Act of 1934, e alterações posteriores (o “Exchange Act”):

Tabela	Nome de cada classe:	Código de Negociação	Nome de cada bolsa em que houve registro
I	Ações Ordinárias, sem valor nominal	—	Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange)*
II	American Depositary Shares (evidenciadas por American Depositary Receipts), cada uma representativa de quatro ações ordinárias)	ERJ	Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange)

* Não destinadas para fins de negociação, apenas com relação à negociação de American Depositary Shares representativas dessas ações ordinárias na Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange).

I. Ações Ordinárias

Apresentamos abaixo determinadas informações referentes ao nosso capital autorizado e emitido, bem como um breve resumo de determinadas disposições importantes de nosso estatuto social e da Lei das Sociedades Anônimas. Essa descrição não pretende ser completa e faz referência ao nosso estatuto social (cuja tradução para o inglês foi arquivada junto à SEC) e à Lei das Sociedades Anônimas.

Uma cópia de nosso estatuto social encontra-se anexa ao nosso Relatório Anual como Anexo 1.1. Recomendamos a leitura de nosso estatuto social e das seções pertinentes de nosso Relatório Anual para mais informações.

Capital Social

Na data do nosso Relatório Anual, nosso capital autorizado total era composto por 1.000.000.000 de ações, sendo 740.465.044 ações ordinárias emitidas, incluindo uma ação de classe especial, a *golden share*, detida pela União e 733.566.139 ações ordinárias em circulação. A *golden share* confere poder de veto à União em determinadas circunstâncias específicas. Nossas ações ordinárias são negociadas na B3 sob o símbolo “EMBR3”.

Não houve mudanças significativas na porcentagem de participação detida pelos nossos acionistas majoritários nos últimos três anos. Em 31 de dezembro de 2024, tínhamos mais de 75.400 acionistas ordinários, inclusive titulares de ações ordinárias na forma de ADSs. Em 31 de dezembro de 2024, um total de 17.226 ADSs estavam em posse de 140 titulares registrados, incluindo a The Depository Trust Company, nos Estados Unidos.

Alterações em Nosso Capital Social

Nosso estatuto social autoriza a emissão de até 1.000.000.000 de ações ordinárias por deliberação do conselho de administração, independentemente de qualquer alteração do estatuto social ou de aprovação dos acionistas.

Em geral, cada um de nossos acionistas tem direito de preferência na subscrição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações na hipótese de aumento de capital, na proporção de sua participação acionária, exceto na hipótese de concessão e exercício de qualquer opção de compra de ações de nosso capital social. Para mais informações sobre os direitos de preferência outorgados aos nossos acionistas, vide “—Direito de Preferência”.

A golden share confere poder de veto à União em qualquer proposta de aditamento ao estatuto social referente aos direitos conferidos à golden share, entre outros. Para mais informações, vide “—Direito de Voto—Golden Share”.

Nos termos do nosso estatuto social, nosso capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias.

Alterações nos direitos conferidos às ações ordinárias segundo o nosso estatuto social geralmente exigem um aditamento ao nosso estatuto social. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o aditamento do nosso estatuto social exige a aprovação dos acionistas em assembleia geral. Esse aditamento, em geral, exige a aprovação por maioria simples dos acionistas ordinários, com exceção das matérias que exigem a aprovação dos acionistas representando pelo menos metade das ações com direito a voto emitidas e em circulação, ou matérias sujeitas à aprovação do titular da golden share. Para mais informações sobre as matérias que exigem quórum qualificado e o direito a voto conferido pela golden share, vide “Direito de Voto—Matérias Sujeitas a Quórum Qualificado” e “—Direito de Voto—Golden Share”, respectivamente.

Direito de Voto

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas assembleias gerais. De acordo com nosso estatuto social e o contrato de participação no Novo Mercado, segmento da B3, não podemos emitir ações que não confirmam direito de voto ou que confirmam direito de voto sujeito a restrições.

A Lei das Sociedades por Ações e nosso estatuto social exigem que todas as nossas assembleias gerais sejam convocadas mediante publicação de um aviso em um jornal de circulação geral na cidade onde nossa sede está localizada, de forma resumida e com divulgação simultânea do texto completo dos documentos na página do mesmo jornal online, que deve fornecer certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página emitida por uma autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), atualmente a O Vale em São José dos Campos, pelo menos 30 dias antes da reunião. Além disso, as publicações são feitas em outro jornal de circulação geral em São Paulo, onde está localizada a Bolsa de Valores de São Paulo, atualmente o Valor Econômico. O quórum para instalação das assembleias gerais, em primeira convocação, exige a presença de acionistas titulares de ao menos 25% das ações ordinárias (exceto no caso de assembleias convocadas para deliberar sobre o aditamento de nosso estatuto social ou a renúncia de oferta pública de aquisição exigida para cancelamento de registro no Novo Mercado, o que exige um quórum de pelo menos dois-terços das ações ordinárias em primeira convocação); e em segunda convocação, as assembleias podem ser realizadas com a presença de qualquer número de acionistas.

De acordo com o nosso estatuto social, o acionista que quiser participar da assembleia geral deve comprovar a titularidade das ações segundo as quais pretende exercer seu direito de voto, por meio de documento de identificação e comprovante de titularidade. Nossos acionistas poderão ser representados nas assembleias gerais, por meio de procuração emitida há menos de um ano antes da data da assembleia, por: (1) um de nossos conselheiros ou diretores; (2) advogado ou (3) instituição financeira. Não obstante, em 4 de novembro de 2014, a CVM decidiu que nossos acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados nas assembleias gerais por seus representantes legais ou procuradores devidamente nomeados, nos termos de seus estatutos e instrumentos societários e segundo o Código Civil. Fundos de investimento deverão ser representados por seus administradores.

Alternativamente, os acionistas poderão participar de assembleias gerais por meio do mecanismo de voto à distância, que é regulado pela Resolução CVM nº 80, e alterações posteriores, cujo objetivo é facilitar a participação de acionistas em assembleias gerais tanto por meio do voto como por meio do envio de propostas e indicação de candidatos à eleição dos membros do conselho de administração ou conselho fiscal. Para tanto, a instrução prevê:

- a criação do boletim de voto à distância, por meio do qual os acionistas possam exercer seu direito de voto antes da data da assembleia geral;
- a possibilidade de inclusão de candidatos e propostas de deliberação de acionistas minoritários no boletim, observados certos percentuais de participação societária, para facilitar a participação dos acionistas nas assembleias gerais; e
- os prazos, procedimentos e formas de envio do boletim, que poderá ser enviado pelo acionista: (a) ao custodiante (caso as ações de titularidade do acionista sejam mantidas em depósito centralizado); ou (b) ao agente escriturador das ações emitidas pela companhia (caso as ações não sejam mantidas em depósito centralizado); ou (c) diretamente à companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de nossas ações ordinárias o direito ao recebimento de dividendos na proporção de suas participações no montante disponível para distribuição. Para mais informações sobre o pagamento de dividendos relativos às nossas ações, vide “Item 8. Informações Financeiras—A. Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras—Dividendos e Política de Dividendos” de nosso Annual Report. Além disso, no caso de liquidação da companhia, os acionistas ordinários têm direito a reembolso de capital na proporção de sua participação em nosso patrimônio líquido.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o nosso estatuto social e tampouco as deliberações adotadas por nossos acionistas em assembleias gerais podem privar os nossos acionistas dos seguintes direitos:

- direito a participar da distribuição dos lucros;
- direito a participar, em igualdade de condições e na proporção de sua participação em nosso capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da companhia;
- direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, salvo em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações descritas em “—Direito de Preferência”;
- direito de fiscalizar nossa Administração, da forma prevista no Artigo 109 da Lei das Sociedades por Ações; e
- o direito de retirada em razão de eventos especificados na Lei das Sociedades por Ações, descritos no “—Resgate e Direito de Retirada”.

Matérias Sujeitas a Quórum Qualificado

Segundo a Lei das Sociedades por Ações, a aprovação de acionistas representando pelo menos metade das ações com direito a voto emitidas e em circulação é necessária para as matérias descritas a seguir:

- a redução do dividendo obrigatório;
- a mudança do objeto social;
- a fusão ou incorporação da companhia em outra, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações;
- a transferência de todas as nossas ações a outra companhia ou recebimento de ações de outra companhia a fim de transformar a companhia que transferiu as ações em subsidiária integral da outra, operação denominada incorporação de ações;
- a participação em grupo centralizado de companhias, conforme definição da Lei das Sociedades por Ações e observadas as condições ali previstas;
- realização de cisão;
- nossa dissolução ou liquidação;
- cancelamento de qualquer liquidação nossa em curso; ou
- criação de ações preferenciais que confirmam mais privilégios que aqueles conferidos pelas ações existentes ou alteração na ordem de prioridade, preferência, privilégio ou condição de resgate ou amortização de ações preferenciais.

No caso do último item acima, a aprovação dos acionistas representando a maioria das ações emitidas e em circulação da classe afetada também será necessária. Nosso estatuto social atualmente prevê que o nosso capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias, sendo que a única classe especial é a golden share. Para mais informações sobre a golden share, vide “—Golden Share”.

Restrições ao Direito de Voto de Determinados Acionistas Ordinários

Nosso estatuto social prevê que, em qualquer assembleia geral, nenhum acionista ou grupo de acionistas, inclusive corretoras atuando em nome de um ou mais titulares de ADSs, poderá exercer direito de voto com relação a ações que representem mais de 5% do nosso capital social. Os votos que excederem o limite de 5% não serão considerados. Para mais informações sobre as restrições ao direito de voto de determinados titulares das ações ordinárias, vide “Item 10. Additional Information—Atos Constitutivos e Estatuto Social—Descrição do Capital Social—Direito de Voto das Ações—Restrições ao Direito de Voto de Determinados Acionistas Ordinários” do nosso Relatório Anual.

Restrições ao Direito de Voto de Acionistas Estrangeiros

De acordo com o edital publicado pelo governo federal com relação à privatização da Embraer em 1994, o direito de voto dos acionistas ordinários estrangeiros da Embraer limita-se a 40% dos votos de acionistas ordinários em assembleia geral da Embraer.

Nosso estatuto social dispõe que, em qualquer assembleia geral, acionistas estrangeiros ou grupos de acionistas estrangeiros não poderão exercer direito de voto equivalente a mais de dois-terços do total de votos de todos os acionistas brasileiros presentes em assembleia. O número total de votos que será exercido pelos acionistas brasileiros e estrangeiros será determinado após a aplicação do limite de 5% descrito no “—Restrições ao Direito de Voto de Determinados Acionistas Ordinários”. Os votos de acionistas estrangeiros que excederem o limite de dois-terços não serão considerados. Caso o total de votos de acionistas estrangeiros em qualquer assembleia geral exceda dois-terços dos votos que podem ser exercidos pelos acionistas brasileiros presentes em assembleia, o número de votos de cada acionista estrangeiro será reduzido proporcionalmente para que o total de votos de acionistas estrangeiros não exceda dois-terços do total de votos que pode ser exercido por acionistas brasileiros presentes em assembleia.

Para mais informações sobre as restrições ao direito de voto de acionistas estrangeiros, vide “Item 10. Informações Adicionais—Atos Constitutivos e Estatuto Social—Descrição do Capital Social—Direito de Voto das Ações—Restrições ao Direito de Voto de Acionistas Estrangeiros” do nosso Relatório Anual.

Golden Share

A União é titular da golden share. A golden share confere os mesmos direitos de voto a que fazem jus as ações ordinárias. Além disso, a golden share confere à União direito de veto com relação aos seguintes atos societários:

- mudança de nossa razão social e objeto social;
- modificação e/ou aplicação de nosso logo;
- criação e/ou alteração de programas militares (envolvendo o Brasil ou não);
- desenvolvimento de habilidades de terceiros em tecnologia para programas militares;
- interrupção do fornecimento de peças sobressalentes e peças de substituição para aeronaves militares;
- transferência de nosso controle;
- quaisquer alterações na lista de atos societários com relação aos quais a golden share confere direito de veto, incluindo o direito da União de nomear um membro efetivo e o direito de nossos empregados de nomear dois membros efetivos em nosso conselho de administração, e nos direitos conferidos pela golden share; e
- alteração em determinadas disposições de nosso estatuto social quanto a restrições de voto, direitos conferidos pela golden share e requisitos da oferta de aquisição obrigatória aplicáveis a titulares de 35% ou mais de nossas ações em circulação.

As matérias enumeradas acima estão sujeitas à aprovação prévia do nosso conselho de administração e à notificação prévia à União e ao Ministério da Fazenda. No prazo de 30 dias a partir da notificação, a União, na qualidade de titular da golden share, poderá exercer seu direito de veto. Nosso conselho de administração se reunirá após esse prazo ou pronunciamento da União. Caso a União rejeite a deliberação, o conselho de administração reconsiderará tal deliberação. Em caso de aprovação ou ausência de manifestação da União no prazo de 30 dias, a

deliberação será ratificada e considerada aprovada pelo nosso conselho de administração. Em determinados casos, nos termos do nosso estatuto social ou segundo a legislação em vigor, a matéria deverá ser submetida à aprovação da assembleia geral e a União poderá exercer seu direito de veto com relação a tal matéria.

Acordo de Acionistas

Nos termos do nosso estatuto social, qualquer acionista ou grupo de acionistas está proibido de exercer o controle de voto sobre nós.

Resgate e Direito de Retirada

A Lei das Sociedades por Ações prevê que, em algumas circunstâncias, os acionistas têm direito de se retirar da companhia e receber o pagamento por suas ações. O direito de retirada poderá ser exercido pelos acionistas dissidentes se pelo menos metade da totalidade das ações em circulação com direito a voto autorizar:

- a redução do dividendo obrigatório;
- a mudança do objeto social;
- a fusão ou incorporação da companhia em outra, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações;
- a transferência de todas as nossas ações a outra companhia ou recebimento de ações de outra companhia a fim de transformar a companhia que transferiu as ações em subsidiária integral da outra, operação denominada incorporação de ações;
- a aquisição do controle de outra companhia por preço que exceda os limites estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações;
- a participação em grupo centralizado de companhias, conforme definição da Lei das Sociedades por Ações e observadas as condições ali previstas;
- a cisão que resulte em (i) mudança do objeto social, salvo se os ativos e passivos da companhia cindida tiverem sido aportados em companhia que exerça substancialmente as mesmas atividades, (ii) redução do dividendo obrigatório ou (iii) qualquer participação em grupo centralizado de companhias, conforme definição da Lei das Sociedades por Ações.

Além disso, se o ente resultante da fusão, incorporação de ações, conforme descrito acima, consolidação ou cisão de companhia listada não se tornar uma companhia listada no prazo de 120 dias a partir da assembleia geral que aprovou a operação, os acionistas dissidentes também poderão exercer o direito de retirada.

Os acionistas dissidentes poderão exercer o direito de retirada apenas com relação às ações mantidas na data de publicação do edital, em primeira convocação, da assembleia geral que aprovar a deliberação que der origem ao direito de retirada, ou na data de publicação do fato relevante acerca dessa deliberação, o que ocorrer antes.

A Lei das Sociedades por Ações prevê restrições ao direito de retirada e faculta às companhias o resgate das ações pelo valor econômico, observadas determinadas exigências. O nosso estatuto social não prevê o resgate de nossas ações pelo valor econômico, assim, nossas ações poderiam ser resgatadas pelo valor patrimonial, com base no último balanço aprovado pelos acionistas. Se a assembleia de acionistas que deliberar sobre o direito de retirada ocorrer mais de 60 dias após a data do último balanço aprovado, os acionistas poderão exigir que suas ações sejam avaliadas com base em um novo balanço datado a menos de 60 dias da assembleia pertinente.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nas hipóteses de consolidação, fusão, incorporação de ações, participação em grupo de companhias e aquisição de controle de outra companhia, o direito de retirada não se aplica caso as ações em questão passem em determinados testes relacionados a circulação e liquidez de mercado. Os acionistas não terão direito de retirada caso suas ações façam parte de índice geral de ações e caso as ações detidas por pessoas não vinculadas ao acionista controlador representem mais da metade das ações em circulação de um determinado tipo ou classe. Segundo a Resolução CVM 78, o índice geral de ações aplicável é o Ibovespa, do qual fazemos parte.

Direito de Preferência

Em geral, cada um de nossos acionistas tem direito de preferência na subscrição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações na hipótese de aumento de capital, na proporção de sua participação acionária, exceto na hipótese de concessão e exercício de qualquer opção de compra de ações de nosso capital social. O direito de preferência pode ser exercido e negociado por um período de 30 dias contados da publicação do comunicado de emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o nosso estatuto social, o conselho de administração poderá, a seu critério, eliminar o direito de preferência dos acionistas na hipótese de emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou subscrição de bônus a serem oferecidos em bolsa de valores ou oferta pública, ou ainda em caso de permuta de ações em oferta pública, com o objetivo de adquirir o controle de outra companhia, nos termos da lei.

Na hipótese de aumento de capital por meio da emissão de novas ações, os titulares de ADSs ou ações ordinárias, exceto nas circunstâncias descritas acima, terão direito de preferência na subscrição de qualquer classe de novas ações emitidas por nós. Contudo, o titular de ADSs poderá ficar impossibilitado de exercer seu direito de preferência atinente às ações ordinárias subjacentes às ADSs, a menos que o seu documento de registro (registration statement), nos termos do Securities Act, esteja em vigor com relação a tais ações ou exista uma isenção da exigência de registro segundo o Securities Act. Para mais informações sobre os riscos relacionados ao nosso direito de preferência, vide “Item 3. Informações-Chave—3D. Fatores de Risco—Riscos Relacionados às Ações Ordinárias e ADSs—Titulares de ADSs podem ter dificuldades para exercer o direito de voto” do nosso Relatório Anual.

Dividendos e Política de Dividendos

Valores Disponíveis para Distribuição

A cada assembleia geral, o conselho de administração deve fazer uma recomendação acerca da alocação do lucro líquido do exercício anterior. No âmbito da Lei das Sociedades por Ações, entende-se por lucro líquido o lucro após o imposto de renda e contribuição social de cada exercício, líquido dos prejuízos acumulados em exercícios anteriores e quaisquer valores alocados aos empregados e à Administração a título de participação nos lucros, de acordo com as IFRS. Segundo a Lei das Sociedades por Ações e o nosso estatuto social, os valores disponíveis para distribuição de dividendos são aqueles determinados de acordo com as IFRS nas demonstrações financeiras de nossa controladora. Esses valores para distribuição equivalem ao nosso lucro líquido após os impostos, subtraído ou adicionado de:

- quaisquer valores alocados do lucro líquido após a tributação para a reserva legal; e
- quaisquer valores alocados do lucro líquido após a tributação para uma reserva de contingências para prejuízos antecipados ou a reversão da reserva constituída em exercícios anteriores.

Devemos manter uma reserva legal, para a qual devemos destinar 5% do lucro líquido de cada exercício até um total de 20% do nosso capital social. Entretanto, não somos obrigados a fazer qualquer destinação à nossa reserva legal com relação a qualquer exercício fiscal em que esta, quando acrescida às demais reservas constituídas, ultrapassar 30% do capital social. Prejuízo líquido, se houver, deve ser descontado da reserva legal. A partir de 31 de dezembro de 2024, o saldo da nossa reserva legal era de US\$207,0 milhões, equivalente a 13.3% do nosso capital social, em tal data.

A Lei das Sociedades por Ações também prevê duas outras possibilidades de alocação discricionária do lucro líquido, sujeitas à aprovação da assembleia geral. Na primeira, um percentual do lucro líquido pode ser alocado a uma reserva de contingências para cobrir prejuízos esperados e considerados prováveis em exercícios subsequentes. Qualquer valor alocado para essa reserva em anos anteriores deve ser revertido no exercício para o qual o prejuízo esperado estava previsto, caso ele não ocorra, ou então baixado, caso ele ocorra. Na segunda possibilidade, o valor de distribuição pode limitar-se ao lucro líquido já realizado no exercício, sendo que a diferença entre esses valores deverá ser alocada a uma reserva de lucros a realizar. Segundo a Lei das Sociedades por Ações, o lucro a realizar representa a soma:

- da reapresentação dos valores das contas do balanço patrimonial;
- da participação no resultado de subsidiárias; e
- do lucro das vendas parceladas a receber após o encerramento do próximo exercício fiscal.

Segundo o nosso estatuto social e sujeito à aprovação da assembleia geral, nosso conselho de administração poderá alocar a uma reserva de investimentos e capital de giro até 75% do lucro líquido ajustado após os impostos de nossa controladora. Essa reserva não poderá exceder 80% de nosso capital social. O objetivo da reserva de investimentos e capital de giro é realizar investimento em ativos fixos ou aumentar nosso capital de giro. O saldo da reserva de investimentos e capital de giro deverá ser utilizado:

- na dedução de prejuízos acumulados, sempre que necessário;
- na distribuição de dividendos, a qualquer tempo;
- no resgate, compra ou recompra de ações no mercado, conforme permitido em lei; e
- no aumento de nosso capital, inclusive por meio de emissão de novas ações.

Também poderemos conceder uma participação em nosso lucro líquido aos membros de nossa Administração e empregados. Contudo, a alocação realizada à reserva de investimentos e capital de giro ou a participação dos membros de nossa Administração e empregados não poderá causar uma redução no valor do dividendo mínimo obrigatório, conforme descrito abaixo.

Contudo, a alocação realizada à reserva de investimentos e capital de giro ou a participação dos membros de nossa Administração e empregados não poderá causar uma redução no valor do dividendo mínimo obrigatório, conforme descrito abaixo.

Podemos aumentar os valores disponíveis para distribuição por meio da reversão da reserva de contingências para prejuízos esperados constituída em exercícios anteriores, mas não realizada ou que tenha aumentado ou diminuído em função da alocação de lucros provenientes da reserva de lucros a realizar ou destinados a ela. Os valores disponíveis para distribuição são determinados com base nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Não constituímos uma reserva para contingências.

As reservas de lucros são estabelecidas de acordo com a legislação societária brasileira e nosso estatuto social. Essas reservas são calculadas e registradas com base nos rendimentos apurados como se o real fosse a moeda de apresentação. As distribuições de dividendos também são determinadas de acordo com as leis e regulamentos brasileiros e são determinadas como se o real fosse a moeda de apresentação.

Em 31 de dezembro de 2023, levando em consideração a moeda de apresentação em reais, conforme determinado por tais leis e regulamentos, havíamos acumulado perdas atribuíveis aos proprietários da Empresa no valor em reais equivalente a US\$ 329,1 milhões e devido a essas perdas registradas, não distribuímos nem pagamos dividendos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, compensamos integralmente nossos prejuízos acumulados com o lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia, no montante de R\$1.593,1 milhões. Assim, em 31 de dezembro de 2024, registramos lucro líquido passível de distribuição de dividendos (após a absorção dos prejuízos acumulados, constituição da reserva legal e recomposição da reserva de subvenções governamentais) no montante de R\$ 205,7 milhões, equivalente a US\$ 33,2 milhões. Para obter mais informações, vide a Nota Explicativa 28.5 de nossas demonstrações financeiras auditadas de 2024 em nosso Relatório Anual.

Distribuição Obrigatória

A Lei das Sociedades por Ações geralmente exige que o estatuto social de companhias brasileiras especifique um valor percentual mínimo disponível para distribuição de dividendos em cada exercício, o chamado dividendo mínimo obrigatório. Segundo nosso estatuto social o dividendo mínimo obrigatório baseia-se em um percentual mínimo de 25% do nosso lucro líquido ajustado, em vez de um valor fixo por ação. Contudo, a Lei das Sociedades por Ações permite que companhias abertas suspendam a distribuição do dividendo mínimo obrigatório caso o conselho de administração e o conselho fiscal apresentem um relatório à assembleia geral indicando que a distribuição é desaconselhável em vista da situação financeira da Embraer. Essa suspensão está sujeita à aprovação dos acionistas ordinários. Nesse caso, o conselho de administração deverá apresentar uma justificativa para a suspensão junto à CVM. Lucros não distribuídos devido a essa suspensão, deverão ser alocados a uma reserva especial e, caso não sejam

utilizados para absorver prejuízos subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da companhia permitir.

Pagamento de Dividendos

Segundo a Lei das Sociedades por Ações e o nosso estatuto social, devemos realizar uma assembleia geral ordinária ao final do quarto mês após o encerramento do exercício fiscal em que, entre outros, os acionistas decidirão sobre o pagamento do dividendo anual. O pagamento do dividendo anual baseia-se nas demonstrações financeiras de nossa controladora, elaboradas de acordo com as IFRS para o exercício pertinente. Companhias brasileiras, inclusive a nossa, podem realizar distribuições especiais a acionistas, a título de juros sobre capital próprio, no lugar dividendos e como parte do dividendo mínimo obrigatório. O pagamento de juros sobre capital próprio recebe o tratamento de despesa dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. Segundo a Lei das Sociedades por Ações, em geral, os dividendos devem ser pagos no prazo de 60 dias a partir da data em que são declarados, a menos que os acionistas deliberem outra data de pagamento, sendo que, em qualquer caso, o pagamento deve ocorrer antes do encerramento do exercício fiscal em que os dividendos foram declarados. Acionistas têm um prazo de três anos a contar da data de pagamento para reclamar dividendos (ou juros sobre capital próprio) relativos às suas ações; após esse prazo, o valor dos dividendos não reclamados reverte para a Companhia.

A Lei das Sociedades por Ações permite que companhias efetuem o pagamento de dividendos intermediários a partir de lucros pré-existentes e acumulados de acordo com as IFRS, com relação ao exercício ou semestre anteriores, com base nas demonstrações financeiras aprovadas pelos acionistas. Segundo nosso estatuto social, os acionistas podem declarar, a qualquer tempo, dividendos intermediários com base em lucros pré-existentes e acumulados, desde que o dividendo mínimo obrigatório já tenha sido distribuído aos acionistas. Nosso estatuto social também nos permite elaborar informações financeiras semestrais e para períodos menores. Nosso conselho de administração poderá aprovar a distribuição de dividendos calculados com base nessas informações financeiras, mesmo antes de serem aprovadas pelos acionistas. Contudo, o valor dos dividendos não poderá exceder o valor das reservas de capital.

Em geral, acionistas não residentes no Brasil devem registrar-se junto ao Banco Central para receber dividendos, lucro de vendas ou outros valores relativos às suas ações e que poderão ser remetidos ao exterior. As ações ordinárias subjacentes às nossas ADSs serão detidas no Brasil pelo Banco Itaú S.A., custodiante atuando como representante do depositário (o “Agente de Custódia”), ou seja, o titular registrado de nossas ações. Nosso atual escriturador é o Itaú Corretora de Valores S.A. No momento em que o depositário realizar o registro eletrônico das ações ordinárias subjacentes às nossas ADSs junto ao Banco Central, os dividendos, lucro de vendas ou outros valores relativos às suas ações poderão ser remetidos ao exterior.

Pagamentos de dividendos e distribuições em dinheiro, se houver, serão feitos em reais ao Agente de Custódia em nome e por conta do depositário, que então converterá os recursos em dólares e fará com que sejam entregues ao depositário para distribuição aos titulares de ADSs. Segundo a legislação brasileira, dividendos pagos a acionistas não residentes no Brasil, inclusive titulares de ADSs, não estão sujeitos ao imposto de renda brasileiro retido na fonte, com exceção de dividendos declarados com base em lucros gerados antes de 31 de dezembro de 1995. Para mais informações sobre tributação no Brasil, vide “Item 10. Informações Adicionais—10E. Tributação—Considerações sobre a Tributação no Brasil” do nosso Relatório Anual.

Histórico de Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio e Política de Dividendos

A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e alterações posteriores, dispõe sobre a distribuição de juros sobre capital próprio como alternativa à distribuição de dividendos, sendo esse pagamento dedutível do imposto de renda e contribuição social. Esse pagamento pode ser efetuado em espécie. O valor limita-se à variação pro rata diária da TJLP (taxa de juros de longo prazo), não podendo exceder o que for maior entre:

- 50% do lucro líquido (após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido, antes da provisão para imposto de renda e valores atribuíveis aos acionistas a título de juros sobre capital próprio líquido) do período em relação ao qual o pagamento for efetuado; ou
- 50% da soma das reservas de lucro e lucros acumulados no início do período em relação ao qual o pagamento for efetuado.

Qualquer pagamento de juros sobre capital próprio a acionistas titulares de ADSs ou ações ordinárias, residentes ou não no Brasil, está sujeito à incidência do imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% ou 25% se o

beneficiário for residente em paraíso fiscal, i.e., país ou região que não tribute a renda ou tribute a renda a uma alíquota máxima inferior a 20%, ou cuja legislação imponha restrições sobre o acesso a informações relativas à composição societária ou titularidade do investimento. Para mais informações sobre tributação no Brasil, vide “Item 10. Informações Adicionais—10E. Tributação—Considerações sobre a Tributação no Brasil” do nosso Relatório Anual. O valor pago a acionistas a título de juros sobre capital próprio, líquido de imposto retido na fonte, poderá ser incluído como parte do dividendo mínimo obrigatório.

Segundo a legislação brasileira, somos obrigados a distribuir aos nossos acionistas um valor suficiente para assegurar que o valor líquido recebido por eles, após recolhermos o imposto retido na fonte aplicável quanto à distribuição de juros sobre capital próprio, acrescido do valor dos dividendos declarados, seja no mínimo igual ao valor do dividendo mínimo obrigatório. A distribuição de juros sobre capital próprio que não é contabilizada como parte do dividendo mínimo obrigatório está sujeita ao recolhimento de imposto de renda retido na fonte. Todos os pagamentos efetuados até a presente data foram contabilizados como parte do dividendo mínimo obrigatório.

Nenhum dividendo ou juros sobre o capital próprio foi aprovado, e nenhum pagamento desse tipo foi realizado, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Em nossa assembleia geral ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2025, nossos acionistas votarão a proposta de distribuição de dividendos no montante de R\$51,4 milhões, equivalente a US\$8,3 milhões, relativos ao lucro gerado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Para informações adicionais, vide “—Distribuição Obrigatória” acima e a nota explicativa 28.5 de nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de 2024 em nosso Relatório Anual.

A legislação societária brasileira e nosso estatuto social exigem que estabeleçamos reservas de lucros, que devem ser calculadas e registradas com base nas demonstrações financeiras em reais, que é nossa moeda de apresentação, em vez de demonstrações financeiras em dólar norte-americano, que é nossa moeda funcional. Além disso, as distribuições de dividendos devem estar alinhadas com as demonstrações financeiras em reais. Em 31 de dezembro de 2023, o prejuízo acumulado atribuível aos acionistas controladores da Companhia foi de R\$ 1.593,1 milhões. Em 31 de dezembro de 2024, o lucro do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia foi de R\$ 1.918,9 milhões.

Também temos uma reserva de subsídios do governo, que foi formada nos termos do artigo 195-A da Lei das Sociedades Anônimas. Essa reserva inclui a apropriação da parte dos lucros acumulados resultantes de incentivos governamentais recebidos por nós, que não podem ser distribuídos aos acionistas na forma de dividendos. A reserva de subvenções governamentais é reconhecida em nossa demonstração de resultados no mesmo item de despesa ao qual a subvenção se refere e não é incluída na base de cálculo dos dividendos obrigatórios.

Nossa reserva legal corresponde a uma alocação anual de 5% de nosso lucro líquido do exercício e não pode exceder 20% do capital social ou 30% na soma dessa reserva e das reservas de capital, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas brasileira e nosso estatuto social.

Nossa reserva para investimentos e capital de giro tem por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos no ativo permanente sem prejuízo da retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; (ii) reforçar nossos planos de capital de giro; (iii) ser utilizada no contexto de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital social da Companhia e (iv) ser distribuída aos acionistas da Companhia.

Pretendemos declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre capital próprio, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e em nosso estatuto social. Nosso conselho de administração poderá aprovar a distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, calculados com base em nossas informações financeiras semestrais ou trimestrais. A declaração anual de dividendos, incluindo dividendos superiores ao dividendo obrigatório, requer a aprovação da maioria de nossos acionistas ordinários. O valor de qualquer distribuição dependerá de vários fatores, como nossos resultados operacionais, situação financeira, necessidades de caixa, perspectivas e demais fatores considerados relevantes pelo nosso conselho de administração e acionistas. No âmbito de nosso planejamento fiscal, poderemos, no futuro, continuar a entender que a distribuição de juros sobre o capital próprio atende aos nossos melhores interesses.

Forma e Transferência

Nossas ações são nominais e escriturais. Assim, a transferência das ações é regida pelo artigo 35 da Lei das Sociedades por Ações. Segundo esse artigo, a transferência de ações deve ser efetuada por meio de lançamento pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, ou instituição depositária, em seus livros, a débito da conta de ações do alienante e a crédito da conta de ações do adquirente. A BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM também presta todos os serviços de guarda e transferência de ações e outros serviços relacionados.

A transferência de ações por acionista estrangeiro é feita da mesma forma pelo representante local do acionista, a menos que o investimento original tenha sido registrado junto ao Banco Central nos termos da Resolução nº 4.373. Nesse caso, o investidor estrangeiro deve realizar a alteração necessária no registro eletrônico das ações para refletir a nova titularidade por meio de seu representante local.

A B3 atua como sistema de liquidação central. Assim, o acionista pode escolher, a seu critério, participar desse sistema e todas as ações nele registradas serão depositadas em custódia da B3 (por meio de uma corretora brasileira devidamente autorizada a operar pelo Banco Central e com conta de liquidação na B3). O fato de essas ações estarem em custódia na B3 aparecerá em nosso livro de acionistas. Por sua vez, cada acionista participante será incluído em nosso livro de acionistas mantido pela B3 e receberá o mesmo tratamento que os acionistas registrados.

Divulgação de Participação Relevante

Exigências da Legislação Brasileira

A legislação brasileira dispõe que todos os acionistas ou grupos de acionistas devem divulgar, por meio de envio de notificação a nós e às bolsas de valores em que nossos valores mobiliários são negociados, a negociação de valores mobiliários que resulte em participação acima ou abaixo de 5%, 10%, 15%, e assim por diante, de determinada classe ou tipo de ação representativa do nosso capital social. Além disso, nosso estatuto social dispõe que todos os acionistas ou grupos de acionistas devem divulgar, por meio de envio de notificação a nós e às bolsas de valores em que nossos valores mobiliários são negociados, a aquisição de ações que, em conjunto com aquelas já detidas por eles, excedam 5% do nosso capital social. A violação dessa obrigação de divulgação pode resultar em suspensão de direitos, inclusive direito de voto, por deliberação da assembleia geral.

Exigências da Legislação dos Estados Unidos

Além disso, segundo o Exchange Act, devem apresentar relatórios os acionistas ou grupos de acionistas que venham a ser os titulares finais (beneficiário efetivos) (conforme definição prevista da Rule 13d-3 do Exchange Act) de mais de 5% das nossas ações ordinárias. Em geral, esses acionistas devem arquivar, no prazo de cinco dias úteis após a aquisição, um relatório sobre a titularidade final das ações junto à SEC, contendo as informações exigidas pelos regulamentos do Exchange Act. Essas informações também devem ser enviadas a nós e a cada bolsa de valores dos Estados Unidos em que as nossas ações ordinárias sejam negociadas. Os acionistas devem informar-se com seus consultores jurídicos quanto às obrigações de apresentação de relatórios segundo o Exchange Act.

Mecanismo de Proteção à Dispersão Acionária

Nosso estatuto social contém disposições cujo efeito é evitar a concentração de nossas ações nas mãos de um investidor ou de um grupo pequeno de investidores, com o objetivo de proteger a dispersão acionária. Para tanto, essas disposições preveem determinadas obrigações para o acionista ou grupo de acionistas que venha a ser titular de 35% ou mais de nosso capital social (“Acionista Adquirente”). No prazo máximo de 15 dias após se tornar um Acionista Adquirente, o acionista deve enviar ao Ministério da Fazenda uma solicitação de realização de oferta para a aquisição da totalidade das nossas ações. Fica inteiramente a critério do governo federal aceitar ou recusar essa solicitação. O Acionista Adquirente não poderá adquirir novas ações até que o governo federal emita o seu parecer sobre a oferta pública. Caso a solicitação seja aceita pelo governo federal, o Acionista Adquirente deverá realizar uma oferta pública para a aquisição da totalidade das ações no prazo de 60 dias após a aceitação. A oferta deverá ser realizada de acordo com as regras da CVM e da B3 e nos termos de nosso estatuto social. Caso a solicitação seja negada pelo governo federal, o Acionista Adquirente deverá vender todas as ações de que for titular acima do limite de 35% do nosso capital social total no prazo de 30 dias. O não cumprimento dessas disposições sujeitará o Acionista Adquirente a uma possível suspensão do direito de voto de suas ações, se assim decidir a assembleia geral convocada por nossa Administração, se uma deliberação nesse sentido for aprovada em uma assembleia geral de nossos acionistas convocada por nossa Administração. Essas disposições não se aplicam a acionistas que venham a ser titulares de 35%

ou mais de nosso capital social em determinadas operações especificadas em nosso estatuto social, como por exemplo, o cancelamento de nossas ações ordinárias em tesouraria.

A oferta pública de aquisição deverá: (i) ser direcionada a todos os nossos acionistas; (ii) ser realizada por meio de leilão na B3; (iii) ser lançada a um preço fixo calculados de acordo com o procedimento descrito abaixo; (iv) ser liquidada antecipadamente, em reais; (v) garantir tratamento equitativo a todos os acionistas; (vi) ser irrevogável e não estar sujeita a quaisquer mudanças após a publicação do edital; e (vii) basear-se em relatório de avaliação elaborado nos termos de nosso estatuto social e das regras e regulamentos aplicáveis da CVM.

O preço de aquisição na oferta pública de cada ação será calculado da seguinte forma:

Preço da Oferta Pública de Aquisição = Valor da Ação + Prêmio,

onde:

- “Preço da Oferta de Aquisição” corresponde ao preço de aquisição de cada ação emitida por nós na oferta pública.
- “Valor da Ação” corresponde ao maior valor entre:
 - (i) a cotação unitária mais alta atingida pelas ações emitidas por nós durante o período de 12 meses que anteceder a realização da oferta pública de aquisição, dentre os valores registrados em qualquer bolsa de valores na qual as ações são negociadas;
 - (ii) o preço mais alto pago pelo Acionista Adquirente, durante o período de 36 meses que anteceder a oferta pública de aquisição, por uma ação ou lote de ações emitidas por nós;
 - (iii) o valor equivalente a 14,5 vezes nosso EBITDA Consolidado Médio, conforme definição abaixo, deduzido do nosso endividamento consolidado líquido, dividido pelo número total de ações emitidas por nós; ou
 - (iv) o valor equivalente a 0,6 vezes o valor dos nossos pedidos firmes em backlog, de acordo com as informações mais recentes divulgadas por nós, deduzido do nosso endividamento consolidado líquido, dividido pelo número total de ações emitidas por nós.
- “Prêmio” corresponde a 50% do Valor da Ação.
- “EBITDA Consolidado” corresponde ao nosso lucro operacional consolidado antes das despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação, exaustão e amortização, apurados com base nas demonstrações financeiras auditadas do exercício social encerrado mais recente.
- “EBITDA Consolidado Médio” corresponde à média aritmética de nossos EBITDAs Consolidados dos dois últimos exercícios sociais encerrados.

A realização da oferta pública de aquisição não exclui a possibilidade de realização, por nós ou qualquer de nossos acionistas, de uma oferta pública de aquisição concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

II. American Depositary Shares

O J.P. Morgan Chase Bank, como depositário (o “Banco Depositário”), realiza o registro e entrega das American depositary shares (“ADSs”) da Companhia. Cada ADS representa quatro ações ordinárias (ou o direito ao recebimento de ações) (as “Ações” e, em conjunto com quaisquer outros valores mobiliários, caixa ou bens, de tempos em tempos mantidos pelo Banco Depositário referentes às Ações em depósito ou no lugar delas, os “Valores Mobiliários em Depósito”) da Embraer S.A. (a “Companhia”), depositadas nos termos do Contrato de Depósito de 20 de julho de 2000, cuja última alteração e consolidação ocorreram em 18 de novembro de 2019 (e alterações posteriores, o “Contrato de Depósito”), celebrado entre a Companhia, o Banco Depositário e todos os titulares e beneficiários efetivos, de tempos em tempos, dos American Depositary receipts emitidos nos termos desse contrato (“ADRs”).

O escritório do banco depositário onde as ADSs são administradas e seu principal escritório executivo localizam-se na 383 Madison Avenue, Floor 11, New York, New York 10017.

Não tratamos os titulares de ADSs como se fossem nossos acionistas e os titulares de ADS não detêm direitos de acionistas. A legislação brasileira rege os direitos de acionistas. O banco depositário é o titular das ações ordinárias subjacentes às ADSs. Como titulares registrados das ADSs, os titulares de ADS detêm direitos de titulares de ADS. O Contrato de Depósito prevê os direitos de titulares de ADSs, bem como os direitos e obrigações do Banco Depositário. A legislação de Nova York rege o Contrato de Depósito e as ADSs.

Apresentamos a seguir um resumo das disposições relevantes do Contrato de Depósito. Para mais informações, leia o Contrato de Depósito e o modelo de ADR na íntegra, apresentados como Apêndice 2.1 do Relatório Anual. A definição dos termos em maiúsculas aqui utilizados mas não definidos encontra-se na descrição abaixo ou no Relatório Anual no Contrato de Depósito.

(1) Emissão de ADRs. Os ADRs são emitidos nos termos do Contrato de Depósito. Sujeito aos termos do Contrato de Depósito, o Banco Depositário poderá emitir ADRs para entrega no Escritório de Transferência (conforme definido no Contrato de Depósito) apenas contra o depósito: (a) de Ações em forma satisfatória para o Agente de Custódia; (b) do direito ao recebimento de Ações da Companhia ou por meio de qualquer agente de registro, agente de transferência, agente de compensação ou outra entidade que registre a titularidade das Ações ou operações. Na qualidade de Banco Depositário, o Banco Depositário não realizará o empréstimo de Ações ou ADSs.

Todos aqueles que depositarem Ações nos termos do Contrato de Depósito declaram e garantem que (a) essas Ações e os respectivos certificados foram devidamente autorizados e validamente emitidos, estão em circulação, foram plenamente integralizados, não são passíveis de avaliação e foram legalmente obtidos, (b) todos os direitos de preferência e direitos comparáveis, se houver, com relação a essas Ações foram validamente renunciados ou exercidos, (c) a pessoa que estiver realizando o depósito foi validamente autorizada a fazê-lo, (d) as Ações apresentadas para depósito encontram-se livres e desembaraçadas de qualquer penhor, ônus, direito real de garantia, encargo, hipoteca ou reivindicação e (e) essas Ações (A) não representam “valores mobiliários restritos” conforme definido na Rule 144 do Securities Act of 1933 (“Valores Mobiliários Restritos”), salvo se, no momento do depósito, as exigências previstas nos parágrafos (c), (e), (f) e (h) da Rule 144 não se aplicarem e essas Ações puderem ser livremente transferidas e de outra forma oferecidas e vendidas livremente nos Estados Unidos ou (B) foram registradas segundo o Securities Act of 1933. Caso a entidade que estiver depositando as Ações seja uma “coligada” da Companhia, conforme definido na Rule 144, ela também declara e garante que, mediante a venda das ADSs, todas as disposições da Rule 144 que permitem que as Ações sejam livremente vendidas (na forma de ADSs) serão plenamente observadas e, assim sendo, todas as ADSs emitidas com relação a essas Ações não serão Valores Mobiliários Restritos nessa venda. Essas declarações e garantias permanecerão válidas após o depósito e resgate das Ações, a emissão e o cancelamento das respectivas ADSs e a transferência dessas ADSs. O Banco Depositário não aceitará, para fins de depósito nos termos do Contrato de Depósito, quaisquer Ações que devam ser registradas segundo o Securities Act of 1933 e que não tenham sido assim registradas. O Banco Depositário poderá negar-se a aceitar para depósito quaisquer Ações identificadas pela Companhia com o intuito de facilitar a observância das exigências previstas na legislação, regras e regulamentações dos Estados Unidos, inclusive, entre outros, o Securities Act of 1933 e as regras e regulamentações promulgadas pelo mesmo.

(2) Resgate dos Valores Mobiliários em Depósito. Os Titulares de ADRs terão direito a resgatar os Valores Mobiliários em Depósito a qualquer momento, sujeito apenas aos motivos previstos na General Instruction I.A.(1) do Form F-6 (e alterações posteriores dessas instruções), segundo o Securities Act of 1933, incluindo (i) atrasos temporários causados pelo fechamento dos livros de transferência do Banco Depositário ou da Companhia, pelo depósito das Ações referente à votação em assembleia geral, ou pelo pagamento de dividendos, (ii) o pagamento de taxas, impostos e encargos similares, e (iii) a observância da legislação ou regulamentação pública referentes aos ADRs ou ao resgate de Valores Mobiliários em Depósito. Sujeito ao disposto nos parágrafos (4) e (5), mediante a entrega de (i) um ADR com certificado de forma satisfatória ao Banco Depositário no Escritório de Transferência ou (ii) instruções e documentação apropriadas em caso de um ADR de Registro Direto, seu Titular terá direito à entrega no escritório do Agente de Custódia dos Valores Mobiliários em Depósito então representados pelas ADSs evidenciadas por esse ADR, ou, se em forma desmaterializada, à entrega pelo escritório do Agente de Custódia dos Valores Mobiliários em Depósito. Mediante solicitação e por conta e risco do Titular, o Banco Depositário poderá entregar esses Valores Mobiliários em Depósito em outro local solicitado pelo Titular.

(3) Transferência de ADRs. O Banco Depositário ou seu agente manterão, em escritório de transferência designado (o “Escritório de Transferência”), (a) um livro de registro (o “Livro de Registro de ADRs”) para registro, registro de transferência, combinação e cisão de ADRs, e, no caso de ADRs de Registro Direto, incluirão um Sistema de Registro Direto, que sempre que razoável deverá estar disponível para consulta pelos Titulares e pela Companhia,

para fins de comunicação dos Titulares no interesse das atividades da Companhia ou quanto a assuntos relacionados ao Contrato de Depósito e (b) instalações para a entrega e recebimento de ADRs. O termo Livro de Registro de ADRs inclui o Sistema de Registro Direto. O título de propriedade do ADR (e dos Valores Mobiliários em Depósito representados pelas ADSs evidenciadas pelo ADR), quando devidamente endossado (no caso de ADRs na forma de certificado) ou mediante a entrega dos instrumentos de transferência apropriados ao Banco Depositário, é transferível mediante a sua entrega, produzindo os mesmos efeitos que a entrega de um título de crédito segundo a legislação do Estado de Nova York; desde que o Banco Depositário, não obstante qualquer notificação em contrário, possa tratar a pessoa em cujo nome o ADR está registrado no Livro de Registro de ADRs como seu proprietário absoluto, para todos os fins, e nem o Banco Depositário nem a Companhia estarão obrigados ou sujeitos a qualquer responsabilização nos termos do Contrato de Depósito ou qualquer ADR perante qualquer titular efetivo de uma ADS, salvo se esse titular efetivo for um Titular. Sujeito aos parágrafos (4) e (5), esse ADR é transferível pelo Livro de Registro de ADRs e poderá ser cindido em outros ADRs ou combinado com outros ADRs em um ADR, evidenciando o número total de ADSs entregues para cisão ou combinação pelo Titular ou pelo procurador devidamente autorizado para tanto, mediante a entrega do ADR no Escritório de Transferência devidamente endossado (no caso de ADRs na forma de certificado) ou mediante entrega ao Banco Depositário dos instrumentos de transferência apropriados e devidamente carimbados, conforme exigido pela legislação em vigor; desde que o Banco Depositário possa conduzir o fechamento do Livro de Registro de ADRs a qualquer momento ou de tempos em tempos, conforme considerar oportuno ou, no caso de emissão de parte contábil do Livro de Registro de ADRs, quando solicitado pela Companhia de forma razoável para permitir que a Companhia cumpra a legislação em vigor ou regulamentação da CVM. Mediante solicitação do Titular, o Banco Depositário, com o intuito de substituir um ADR com certificado por um ADR de Registro Direto, ou vice-versa, assinará e entregará um ADR com certificado ou ADR de Registro Direto, conforme o caso, referente a qualquer número autorizado de ADSs solicitadas, evidenciando o mesmo número total de ADSs que aquelas evidenciadas pelo ADR com certificado ou ADR de Registro Direto substituído, conforme o caso.

(4) Certas Restrições. Antes da emissão, registro, registro de transferência, cisão ou combinação de qualquer ADR, a realização de qualquer distribuição relacionada, ou, sujeito à última frase do parágrafo (2), o resgate de quaisquer Valores Mobiliários em Depósito, e de tempos em tempos na hipótese da cláusula (b)(ii) deste parágrafo (4), a Companhia, o Banco Depositário ou o Agente de Custódia poderão exigir: (a) o pagamento (i) quanto a qualquer transferência de ações ou outros impostos ou outros encargos públicos, (ii) de quaisquer taxas de transferência ou registro de ações em vigor para o registro de transferência de Ações ou outros Valores Mobiliários em Depósito mediante qualquer registro aplicável, e (iii) de quaisquer encargos aplicáveis, nos termos do parágrafo (7) do ADR; (b) a produção de provas que lhes forem satisfatórias (i) quanto à identidade de qualquer signatário e a idoneidade de qualquer assinatura e (ii) outras informações, incluindo, entre outras, informações referentes à cidadania, residência, aprovação de controle cambial, titularidade efetiva ou outra titularidade de quaisquer valores mobiliários, cumprimento da legislação em vigor, regulamentação, disposições ou normas dispendo sobre os Valores Mobiliários em Depósito e cumprimento dos termos do Contrato de Depósito e do ADR, conforme considerado necessário ou adequado; e (c) cumprimento dessas regulamentações conforme determinado pelo Banco Depositário, em consonância com o Contrato de Depósito, e quaisquer regulamentações das quais o Banco Depositário tenha sido informado por escrito pela Companhia e que sejam consideradas desejáveis pelo Banco Depositário, pela Companhia ou pelo Agente de Custódia de forma a facilitar o cumprimento de quaisquer regras ou regulamentações aplicáveis do Banco Central ou CVM.

A emissão de ADRs, a aceitação de depósitos de Ações, o registro, a transferência, a cisão ou a combinação de ADRs ou, sujeito à última frase do parágrafo (2), o resgate de Valores Mobiliários em Depósito poderão ser suspensos, de forma geral ou em casos específicos, quando o Registro de ADRs ou qualquer registro de Valores Mobiliários em Depósito estiver fechado ou quando tal medida for considerada apropriada pelo Banco Depositário.

(5) Responsabilidade por Impostos, Taxas e Outros Encargos. O Banco Depositário também poderá realizar deduções sobre quaisquer distribuições relacionadas aos Valores Mobiliários em Depósito, ou poderá colocar à venda pública ou privada, em nome do Titular do ADR, qualquer parte ou a totalidade dos Valores Mobiliários em Depósito, utilizando o valor dessa dedução ou os recursos provenientes dessa venda para pagamento dos impostos ou outros encargos públicos, sendo que o Titular do ADR continuará responsável por qualquer falta, e, se for o caso, reduzirá o número de ADSs para refletir quaisquer vendas de Ações e distribuirá os recursos líquidos dessa venda ou o saldo dos bens após a dedução dos impostos ou outros encargos públicos. O Banco Depositário poderá negar-se a efetuar qualquer registro, registro de transferência, cisão ou combinação do presente instrumento ou, sujeito à primeira frase do parágrafo (2), qualquer resgate desses Valores Mobiliários em Depósito até que tal pagamento seja realizado. O Banco Depositário poderá também deduzir de quaisquer distribuições relativas ou referentes aos Valores Mobiliários em Depósito, ou poderá vender, por meio de venda pública ou privada, para a conta do Detentor deste instrumento,

parte ou a totalidade de tais Valores Mobiliários em Depósito, e poderá aplicar tal dedução ou o produto de tal venda no pagamento de referido imposto ou outro encargo governamental, permanecendo o Detentor responsável por qualquer diferença. Quando cabível, o Banco Depositário reduzirá o número de ADRs para refletir quaisquer vendas de Ações e distribuirá o produto líquido de tal venda ou o saldo de qualquer bem, após a dedução do referido imposto ou encargo governamental. Em relação a qualquer distribuição aos Titulares, a Companhia remeterá à autoridade ou órgão governamental competente todos os valores (se houver) que sejam obrigatoriamente retidos e devidos por ela a tal autoridade ou órgão; e o Banco Depositário e o Agente de Custódia remeterão à autoridade ou órgão governamental competente todos os valores (se houver) que sejam obrigatoriamente retidos e devidos por eles a tal autoridade ou órgão. Se o Banco Depositário determinar que qualquer distribuição em bens (incluindo Ações ou direitos) sobre os Valores Mobiliários em Depósito está sujeita a qualquer imposto que o Banco Depositário ou o Agente de Custódia tenham a obrigação de reter, o Banco Depositário poderá dispor da totalidade ou de parte de quaisquer bens, nos valores e da forma que o Banco Depositário considerar necessário e praticável para pagar esses impostos, por meio de venda pública ou privada, sendo que o Banco Depositário distribuirá os recursos líquidos de cada venda ou o saldo dos bens após a dedução dos impostos aos Titulares que tiverem direito. Cada Titular e titular efetivo das ADSs concorda em indenizar e resguardar o Banco Depositário, a Companhia, o Agente de Custódia e quaisquer de seus respectivos diretores, conselheiros, empregados, agentes e coligadas quanto a quaisquer reivindicações por qualquer autoridade pública com relação aos impostos, adições de imposto, multas ou juros provenientes de qualquer restituição de impostos, alíquota reduzida de imposto retido na fonte ou outro benefício tributário obtido. As obrigações dos Titulares e titulares efetivos das ADSs segundo este parágrafo (5) permanecerão em vigor após qualquer transferência de ADSs, qualquer entrega de ADSs, o resgate de Valores Mobiliários em Depósito e qualquer extinção do Contrato de Depósito.

(6) Divulgação de Participação. Os Titulares de ADSs e titulares de participação em ADSs estarão sujeitos às disposições do Estatuto Social da Companhia, da Instrução nº 358/02 da CVM (“Instrução nº 358/02”) e de quaisquer outras regulamentações no Brasil ou da legislação norte-americana sobre valores mobiliários com relação à divulgação de participação em Ações. Como as disposições sobre os Valores Mobiliários em Depósito podem exigir a divulgação ou impor restrições sobre a titularidade efetiva ou outra titularidade dos Valores Mobiliários em Depósito, outras Ações e outros valores mobiliários e podem prever outros direitos para fazer cumprir essa divulgação ou restrições, os Titulares e todos aqueles que detiverem ADRs concordam em cumprir todas as exigências de divulgação e restrições sobre a titularidade, bem como cooperar com o Banco Depositário no cumprimento das instruções da Companhia a esse respeito, sendo que o Banco Depositário envidará esforços razoáveis para cumprir as instruções da Companhia. A Companhia reserva-se o direito de instruir os Titulares (e por meio de desses Titulares, os titulares efetivos das ADSs evidenciadas pelos ADRs registrados em nome desses Titulares) a entregar suas ADSs para cancelamento e resgate dos Valores Mobiliários em Depósito de forma a permitir que a Companhia lide diretamente com o Titular e/ou titular efetivo como titular das Ações, concordando os Titulares e titulares efetivos em cumprir essas instruções.

(7) Encargos do Banco Depositário. O Banco Depositário poderá cobrar de cada pessoa para a qual sejam emitidos ADRs contra o depósito de Ações, incluindo depósitos a respeito de Distribuições Acionárias, Direitos e Outras Distribuições (conforme definidos no parágrafo (10)), e de cada pessoa que entregue ADRs para resgate dos Valores Mobiliários em Depósito, U.S.\$ 5,00 para cada 100 ADSs (ou parte desse montante) evidenciadas pelos ADRs entregues. O Banco Depositário poderá vender (por meio de venda pública ou privada) valores mobiliários e bens recebidos com relação a Distribuições Acionárias, Direitos e Outras Distribuições em montante suficiente, antes do depósito para pagamento desse encargo. Os Titulares e titulares efetivos das ADSs, qualquer parte que deposite ou resgate as Ações ou qualquer parte que entregue ADSs e/ou para as quais ADSs sejam emitidas também estão sujeitos a encargos adicionais, conforme previsto no Contrato de Depósito. A Companhia efetuará o pagamento de todos os outros encargos e despesas do Banco Depositário e qualquer agente do Banco Depositário (exceto o Agente de Custódia), nos termos dos contratos de tempos em tempos celebrados pela Companhia e o Banco Depositário, exceto (i) encargos por transferência acionária ou outros impostos e outros encargos públicos (que são devidos pelos Titulares ou pessoas que estejam depositando as Ações), (ii) encargos de transmissão via SWIFT, cabo, telex e fac-símile e entrega incorridos mediante solicitação das pessoas que estejam realizando o depósito, ou Titulares que estejam entregando as Ações, ADRs ou Valores Mobiliários em Depósito (encargos estes devidos por essas pessoas ou Titulares), e (iii) taxas de transferência ou registro pelo registro ou transferência dos Valores Mobiliários em Depósito em qualquer livro de registro pertinente com relação ao depósito ou resgate dos Valores Mobiliários em Depósito (taxas estas devidas pelas pessoas que estejam depositando as Ações ou pelos Titulares que estejam resgatando os Valores Mobiliários em Depósito). Sujeito a determinados prazos e taxas, com o intuito de facilitar a administração de várias operações de certificados de depósito, incluindo o desembolso de dividendos ou outras distribuições de caixa e outros atos societários, o Banco Depositário poderá contratar a mesa de câmbio junto ao JPMorgan Chase Bank, N.A. (O “Banco”) e/ou suas coligadas para realizar operações cambiais à vista e converter moedas estrangeiras em

dólares (“Operações Cambiais”). Mais informações sobre a taxa de câmbio aplicável, o spread aplicável e a execução das Operações Cambiais serão prestadas pelo Banco Depositário em ADR.com.

(8) Informações Disponíveis. O Contrato de Depósito, as disposições ou normas dispoendo sobre os Valores Mobiliários em Depósito e qualquer comunicação por escrito da Companhia, recebidos pelo Agente de Custódia, ou por aquele por ele indicado como titular dos Valores Mobiliários em Depósito, e geralmente disponibilizados aos titulares dos Valores Mobiliários em Depósito, estão disponíveis para consulta pelos Titulares nos escritórios do Banco Depositário e do Agente de Custódia e no Escritório de Transferência. O Banco Depositário distribuirá cópias desses comunicados (ou versões traduzidas para o inglês ou resumidas desses comunicados) aos Titulares quando fornecidos pela Companhia. A Companhia está sujeita às exigências de apresentação periódica de relatórios segundo a Securities Exchange Act of 1934 e, assim, arquiva determinados relatórios junto à Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos (a “Comissão”). Esses relatórios e outras informações poderão ser consultados e cópias desses documentos poderão ser obtidas por meio do sistema EDGAR da Comissão ou nas instalações públicas de referência mantidas pela Comissão, localizadas, na presente data, em 100 F Street, NE, Washington, DC 20549.

(9) Assinatura. O ADR não será válido para quaisquer fins, salvo se assinado por um diretor devidamente autorizado do Banco Depositário, manualmente ou via fac-símile. O escritório do Banco Depositário fica localizado em 383 Madison Avenue, Floor 11, Nova York, Nova York.

(10) Distribuições sobre os Valores Mobiliários em Depósito. Sujeito aos parágrafos (4) e (5), e a quaisquer restrições impostas pela legislação brasileira, regulamentação ou licença aplicáveis, tanto quanto possível, o Banco Depositário distribuirá a cada Titular que assim tenha direito na data de registro estabelecida pelo Banco Depositário para tanto, no endereço do Titular constante no Livro de Registro de ADRs, na proporção do número de Valores Mobiliários em Depósito (sobre os quais as seguintes distribuições sobre Valores Mobiliários em Depósito serão recebidas pelo Agente de Custódia) representados pelas ADSs evidenciadas pelos ADRs do Titular: (a) Caixa. Quaisquer montantes em dólares disponíveis ao Banco Depositário provenientes de distribuição de dividendos em dinheiro ou outra distribuição em dinheiro ou dos recursos líquidos da venda de qualquer outra distribuição ou parte dela, autorizada neste parágrafo (10) (“Caixa”), com base em valor médio ou outra base praticável, sujeito (i) aos ajustes apropriados referentes a impostos retidos, (ii) ao fato de que essa distribuição pode ser proibida ou impraticável com relação a determinados Titulares, e (iii) à dedução das taxas e despesas do Banco Depositário e/ou seus agentes ao (1) converter qualquer moeda estrangeira em dólares por meio de venda ou de outra forma que o Banco Depositário possa determinar para que essa conversão possa ser feita de maneira razoável, (2) transferir moeda estrangeira ou dólares aos Estados Unidos por meios que o Banco Depositário possa determinar para que essa transferência possa ser feita de maneira razoável, (3) obter qualquer aprovação ou licença exigida junto a qualquer autoridade pública para essa conversão ou transferência, a um custo e em um prazo razoável e (4) realizar qualquer venda pública ou privada de qualquer maneira comercialmente razoável. Se a Companhia tiver avisado o Banco Depositário, nos termos do Contrato de Depósito, que essa conversão, transferência ou distribuição pode ser efetuada somente com a aprovação ou autorização do governo brasileiro ou qualquer órgão público do Brasil, ou se o Banco Depositário tiver ciência de qualquer outra aprovação ou autorização exigida pelo governo, o Banco Depositário poderá, a seu critério, requerer essa aprovação ou autorização, se houver, conforme a Companhia ou seus advogados brasileiros o instruem de forma razoável, por escrito, ou conforme o Banco Depositário assim considere desejável, incluindo, entre outros, o registro junto ao Banco Central. (b) Cotas-Partes. (i) ADRs adicionais evidenciando ADSs inteiras representativas de quaisquer Ações disponíveis ao Banco Depositário provenientes de distribuição de dividendos ou distribuição livre sobre os Valores Mobiliários em Depósito consistindo em Ações (uma “Distribuição Acionária”) e (ii) dólares disponíveis a ele provenientes dos recursos líquidos das vendas de Ações recebidas em Distribuição Acionária, Ações estas que dariam origem a ADSs fracionárias se fossem emitidos ADRs adicionais, como no caso de Caixa. (c) Rights. (i) Bônus de subscrição ou outros instrumentos a critério do Banco Depositário representando o direito de aquisição de ADRs adicionais com relação a qualquer direito de subscrição de Ações adicionais ou direito de qualquer natureza disponível ao Banco Depositário em função da distribuição sobre os Valores Mobiliários em Depósito (“Direitos”), caso a Companhia forneça tempestivamente ao Banco Depositário confirmação satisfatória de que o Banco Depositário poderá legalmente distribuir os mesmos (a Companhia não tem a obrigação de fornecer essa confirmação), ou (ii) caso a Companhia não forneça essa confirmação e as vendas de Direitos sejam praticáveis, quaisquer montantes em dólares disponíveis ao Banco Depositário provenientes dos recursos líquidos das vendas de Direitos como no caso de Caixa, ou (iii) caso a Companhia não forneça essa confirmação e as vendas não sejam praticáveis devido à impossibilidade de transferência dos Direitos, mercados limitados para esses Direitos, duração curta desses Direitos ou outro motivo, nada (e quaisquer Direitos poderão caducar). (d) Other Distributions. (i) Valores mobiliários ou bens disponíveis ao Banco Depositário provenientes de qualquer distribuição sobre os Valores Mobiliários em Depósito que não sejam na forma de Caixa, Distribuição Acionária e Direitos (“Outras Distribuições”), por quaisquer meios

que o Banco Depositário, após consulta à Companhia, se possível, possa considerar equitativos e praticáveis, ou (ii) caso o Banco Depositário considere a distribuição desses valores mobiliários ou bens não equitativa e praticável, quaisquer montantes em dólares disponíveis ao Banco Depositário provenientes dos recursos líquidos das vendas de Outras Distribuições como no caso de Caixa. O Banco Depositário reserva-se o direito de utilizar a divisão, filial ou coligada do JPMorgan Chase Bank, N.A. para dirigir, administrar e/ou conduzir qualquer venda pública e/ou privada de valores mobiliários. Essa divisão, filial e/ou coligada poderá cobrar do Banco Depositário uma taxa por essas vendas, que será considerada uma despesa do Banco Depositário conforme contemplada acima e/ou segundo o parágrafo (7). Quaisquer montantes disponíveis em dólares serão distribuídos por meio de cheques sacados contra banco nos Estados Unidos, em dólares e centavos de dólar inteiros. Frações de centavos de dólar serão retidas sem responsabilização e tratadas pelo Banco Depositário de acordo com as suas práticas então em vigor. Todas as compras e vendas de valores mobiliários serão tratadas pelo Banco Depositário de acordo com as suas políticas então em vigor, atualmente previstas na seção “Venda e Compra de Valores Mobiliários pelo Banco Depositário”, em <https://www.adr.com/Investors/FindOutAboutDRs>, endereço e conteúdo estes que são de exclusiva responsabilidade do Banco Depositário.

(11) Conversão de Moeda Estrangeira. Sempre que o Banco Depositário ou o Agente de Custódia receberem moedas estrangeiras, na forma de dividendos em Caixa ou Outra Distribuição, ou de recursos líquidos provenientes da venda de valores mobiliários, bens ou direitos que, na opinião do Banco Depositário, possam então ser razoavelmente convertidos em dólares e, no momento desse recebimento, transferidos para os Estados Unidos, o Banco Depositário irá, assim que possível, converter ou fazer com que essa moeda estrangeira seja convertida em dólares, por meio de venda ou de qualquer outra forma que possa determinar, e realizará a transferência desses dólares (líquidos dos encargos e despesas de conversão) aos Estados Unidos. Esses dólares serão distribuídos assim que possível aos Titulares que tiverem direito ou, se o Banco Depositário tiver distribuído quaisquer bônus de subscrição ou outros instrumentos que deem a seus titulares o direito a receber esses dólares, então esses dólares serão distribuídos aos titulares desses bônus de subscrição ou instrumentos, conforme o caso, mediante a sua entrega para cancelamento. Essa distribuição poderá ser feita com base em valor médio ou outra base praticável, sem qualquer distinção entre os Titulares por conta de restrições cambiais ou de outra forma. Se essa conversão ou distribuição puder ser efetuada somente com a aprovação ou autorização de qualquer governo ou órgão público, incluindo, entre outros, o registro junto ao Banco Central, o Banco Depositário deverá, mediante solicitação por escrito da Companhia, salvo se proibido pela legislação em vigor ou de outra forma impraticável na opinião razoável do Banco Depositário, solicitar essa aprovação ou autorização, se houver, conforme considerar praticável; desde que, contudo, o Banco Depositário possa contar com o aconselhamento de advogados brasileiros nesses assuntos, advogados estes que serão instruídos a agir assim que possível. A Companhia não será obrigada a realizar qualquer solicitação desse tipo em nome do Banco Depositário. Se, a qualquer momento, o Banco Depositário determinar que, em sua opinião razoável, qualquer moeda estrangeira recebida pelo Banco Depositário não possa ser razoavelmente convertida em dólares transferíveis aos Estados Unidos, ou se qualquer aprovação ou autorização de qualquer autoridade ou órgão público exigida para essa conversão for negada ou, na opinião do Banco Depositário, não puder ser obtida a um custo ou em um prazo razoável, o Banco Depositário poderá, sujeito à legislação e regulamentação em vigor, após consultar a Companhia, distribuir a moeda estrangeira (ou documento apropriado evidenciando o direito ao recebimento dessa moeda estrangeira) aos Titulares ou manter essa moeda estrangeira (sem responsabilização pelo pagamento de juros) nas contas dos Titulares que tiverem direito ao seu recebimento; desde que, contudo, mediante solicitação por escrito do Titular que tiver direito, o Banco Depositário possa, a seu critério, distribuir a moeda estrangeira, assim que possível. Se essa conversão de moeda estrangeira, no todo ou em parte, puder ser efetuada para a distribuição a alguns, mas não todos os Titulares que tiverem direito, o Banco Depositário realizará essa conversão e a distribuição em dólares, na medida do possível, aos Titulares que tiverem direito, podendo realizar a distribuição aos Titulares ou manter os valores nas contas (sem responsabilização pelo pagamento de juros) dos Titulares que tiverem direito mas cuja conversão e distribuição não são praticáveis; desde que, contudo, mediante solicitação por escrito do Titular que tiver direito e conforme permitido pela legislação em vigor, o Banco Depositário possa, a seu critério, distribuir a moeda estrangeira, assim que possível.

(12) Datas de Registro. O Banco Depositário poderá, após consulta à Companhia, se possível, estabelecer a data de registro (que, na medida do possível, deverá ser a data mais próxima possível de qualquer data de registro correspondente estabelecida pela Companhia) para a determinação dos Titulares que responderão pelas taxas apuradas pelo Banco Depositário para a administração dos programas de ADR e por quaisquer despesas previstas no parágrafo (7), bem como para a determinação dos Titulares que terão direito ao recebimento de qualquer distribuição sobre os Valores Mobiliários em Depósito ou a eles relacionados, fornecendo instruções para o exercício de quaisquer direitos de voto, recebimento de qualquer notificação ou ato referente a outros assuntos, sendo que apenas esses Titulares assim terão o direito e a obrigação.

(13) Votação dos Valores Mobiliários em Depósito. Assim que possível, após o recebimento de notificação da Companhia sobre qualquer assembleia ou solicitação de anuências ou procurações dos titulares das Ações ou outros Valores Mobiliários em Depósito, o Banco Depositário, mediante solicitação por escrito da Companhia, enviará aos Titulares uma notificação pelos correios declarando (a) as informações contidas na notificação e quaisquer materiais de solicitação, (b) que cada Titular, na data de registro estabelecida pelo Banco Depositário, terá direito, sujeito a quaisquer disposições aplicáveis da legislação brasileira e do Estatuto Social da Companhia e às disposições aqui previstas, de instruir o Banco Depositário quanto ao exercício do direito de voto, se houver, conferido pelos Valores Mobiliários em Depósito representados pelas ADSs evidenciadas pelos ADRs do Titular e (c) a forma pela qual essas instruções poderão ser dadas. Não há garantia de que os Titulares e os titulares efetivos de participação em ADSs em geral ou quaisquer Titulares ou titulares efetivos de participação em ADSs em particular receberão a Notificação de Voto com antecedência suficiente para permitir que o Titular ou titular efetivo de participação em ADSs retorne qualquer instrução de voto ao Banco Depositário tempestivamente. Mediante o recebimento das instruções de um Titular na data de registro, na forma e na data estabelecida pelo Banco Depositário, ou antes, para esse fim, o Banco Depositário envidará os esforços possíveis e permitidos segundo as disposições ou normas dispostas sobre os Valores Mobiliários em Depósito para votar ou fazer com que sejam votados os Valores Mobiliários em Depósito representados pelas ADSs evidenciadas pelos ADRs do Titular, de acordo com as suas instruções. O Banco Depositário não exercerá, por si só, qualquer direito de voto com relação a qualquer Valor Mobiliário Depositado.

(14) Alterações que Afetam os Valores Mobiliários em Depósito. Sujeito aos parágrafos (4) e (5), o Banco Depositário poderá, a seu critério, aditar o ADR ou distribuir ADRs adicionais ou aditados (com ou sem opção de permuta do ADR) ou caixa, valores mobiliários ou bens na data de registro estabelecida pelo Banco Depositário para refletir qualquer alteração no valor nominal, cisão, fusão, cancelamento ou outra reclassificação dos Valores Mobiliários em Depósito, qualquer Distribuição Acionária ou Outra Distribuição não realizada aos Titulares ou qualquer caixa, valores mobiliários ou bens disponíveis ao Banco Depositário com relação aos Valores Mobiliários em Depósito (e o Banco Depositário fica desde já autorizado a entregar quaisquer Valores Mobiliários em Depósito a qualquer pessoa e, independentemente desses Valores Mobiliários em Depósito serem entregues ou de outra forma cancelados por força de lei, regra, regulamento ou outro, a alienar por meio de venda pública ou privada quaisquer bens relacionados recebidos) provenientes de qualquer recapitalização, reorganização, incorporação, fusão, liquidação, depósito judicial, falência ou venda de todos ou substancialmente todos os ativos da Companhia. Caso o Banco Depositário não realize um aditamento ao ADR ou distribuição aos Titulares para refletir qualquer desses eventos ou os recursos líquidos dali provenientes, qualquer caixa, valores mobiliários ou bens resultantes de qualquer desses eventos constituirão Valores Mobiliários em Depósito e cada ADS evidenciada pelo ADR automaticamente representará a participação proporcional nos Valores Mobiliários em Depósito então constituídos.

(15) Isenção de Responsabilidade. O Banco Depositário, a Companhia, seus agentes e cada um deles: (A) não incorrerão qualquer responsabilidade (i) se a legislação, regra ou regulamento dos Estados Unidos, do Brasil ou de qualquer outro país ou jurisdição ou de qualquer outra autoridade pública ou regulatória ou bolsa de valores, ou o estatuto social da Companhia, bem como hipóteses de caso fortuito, guerra ou outra circunstância além de seu controle, impedirem, atrasarem ou sujeitarem a sanções civis e penais qualquer ato que deva por eles ser realizado ou conduzido, conforme previsto no Contrato de Depósito ou ADR, ou (ii) em função de qualquer exercício ou não exercício de faculdade conferida pelo Contrato de Depósito ou ADR; (b) não assumirão qualquer responsabilidade, exceto a de cumprir as suas obrigações (que não sejam aquelas diretamente relacionadas ao tratamento dos Valores Mobiliários em Depósito e Caixa) conforme especificamente previstas no ADR e no Contrato de Depósito, sem negligência grave ou ilícito doloso; (c) no caso do Banco Depositário e seus agentes, não terão a obrigação de comparecer em juízo, ajuizar qualquer ação ou apresentar contestação quanto a qualquer dos Valores Mobiliários em Depósito, ADSs ou ADR; (d) no caso da Companhia e seus agentes (que não seja o Banco Depositário), não terão a obrigação de comparecer em juízo, ajuizar qualquer ação ou apresentar contestação quanto a qualquer dos Valores Mobiliários em Depósito ou ADR, que, em sua opinião, poderia resultar em despesas ou responsabilidade, salvo indenização a ela satisfatória com relação a todas as despesas (incluindo honorários advocatícios e custas) e responsabilidade a ser prestada tanto quanto necessário; e (e) não serão responsáveis por qualquer ação ou omissão com base no aconselhamento ou informações prestadas por seus advogados, contadores, qualquer pessoa que apresente Ações para depósito, qualquer Titular, ou qualquer outra pessoa que acreditem, de boa-fé, que seja competente para prestar esse aconselhamento ou informações.

(16) Renúncia e Dispensa do Banco Depositário; o Agente de Custódia. O Banco Depositário poderá renunciar ao seu papel de Banco Depositário mediante notificação por escrito sobre a sua decisão entregue à Companhia, ou poderá ser dispensado pela Companhia mediante notificação por escrito sobre a sua dispensa entregue ao Banco Depositário; sendo que essa renúncia ou dispensa passarão a valer mediante a nomeação e aceitação de um banco

depositário sucessor. O Banco Depositário poderá, após consulta à Companhia, nomear um substituto ou Agentes de Custódia adicionais e o termo “Agente de Custódia” fará referência a cada Agente de Custódia ou todos os Agentes de Custódia, conforme o contexto exigir.

(17) Aditamentos. Sujeito à última frase do parágrafo (2), os ADRs e o Contrato de Depósito poderão ser aditados pela Companhia e pelo Banco Depositário, desde que qualquer aditamento que imponha ou aumente quaisquer taxas ou encargos (que não sejam as taxas de transferência acionária ou outros impostos e encargos públicos, taxas de transferência ou registro, encargos de transmissão via SWIFT, cabo, telex ou fac-símile, custos de entrega ou outras despesas), ou que de outra forma prejudiquem qualquer direito substancial existente dos Titulares, entre em vigor 30 dias após a notificação dos Titulares sobre o aditamento. Considerar-se-á que todo Titular de ADRs e titular efetivo de ADSs no momento em que qualquer aditamento do Contrato de Depósito entrar em vigor, ao continuar a deter ADRs, terá anuído e concordado com o aditamento e estará vinculado pelo Contrato de Depósito, e alterações posteriores. Em nenhuma circunstância qualquer aditamento prejudicará o direito do Titular de qualquer ADR de entregar o ADR e receber os Valores Mobiliários em Depósito por ele representados, exceto em cumprimento de disposições obrigatórias da legislação em vigor.

(18) Rescisão. O Banco Depositário poderá e deverá, mediante ordem por escrito da Companhia, rescindir o Contrato de Depósito e o ADR por meio de notificação enviada aos Titulares pelos correios sobre a rescisão, pelo menos 30 dias antes da data de rescisão estabelecida na notificação, sujeito a determinadas condições. Após a data de rescisão estabelecida, o Banco Depositário e seus agentes não realizarão mais qualquer ato nos termos do Contrato de Depósito e do ADR, exceto aconselhar os Titulares sobre a rescisão, receber e manter (ou vender) distribuições sobre os Valores Mobiliários em Depósito e entregar os Valores Mobiliários em Depósito sendo resgatados. Assim que possível, após a data de rescisão estabelecida, o Banco Depositário envidará esforços razoáveis para vender os Valores Mobiliários em Depósito e então (contanto que assim permita a legislação) manter em uma conta (que poderá ser uma conta segregada ou não) os recursos líquidos dessas vendas, em conjunto com qualquer outro caixa então por ele mantido nos termos do Contrato de Depósito, sem responsabilidade pelo pagamento de juros, em fideicomisso, em benefício proporcional dos Titulares de ADRs que não foram entregues até então. Após realizar essa venda, o Banco Depositário receberá quitação de todas as obrigações relacionadas ao Contrato de Depósito e ao ADR, exceto a obrigação de prestar contas sobre esses recursos líquidos e outro caixa. Após a data de rescisão estabelecida, a Companhia receberá quitação de todas as obrigações relacionadas ao Contrato de Depósito, exceto suas obrigações perante o Banco Depositário e seus agentes.

ANEXO 8.1**Lista de Subsidiárias da Embraer S.A.***

Nome	Jurisdição da Constituição
Embraer Aircraft Holding, Inc.	Delaware, EUA.
Embraer Aircraft Maintenance Services, LLC	Delaware, EUA.
Embraer Executive Jet Services, LLC	Delaware, EUA.
Embraer Executive Aircraft, Inc.	Delaware, EUA.
Embraer CAE Training Services, LLC	Delaware, EUA.
Embraer Engineering & Technology Center USA, Inc.	Delaware, EUA.
Embraer Defense and Security, Inc.	Delaware, EUA.
Embraer Business Innovation Center, Inc.	Delaware, EUA.
Embraer Aircraft Customer Services, LLC.	Flórida, EUA.
EVE Holding, Inc	Delaware, EUA.
EVE UAM, LLC	Delaware, EUA.
ELEB Equipamentos Ltda.	Brasil
Embraer GPX Ltda.	Brasil
Embraer Defesa e Segurança Participações S.A.	Brasil
Atech—Negócios em Tecnologias S.A.	Brasil
Visiona Tecnologia Espacial S.A.	Brasil
Yaborã Indústria Aeronáutica S.A.	Brasil
Fundo de Investimento em Participações Embraer Ventures	Brasil
Tempest Serviços de Informática S.A.	Brasil
Coqueiro Par Participações Ltda.	Brasil
EZS Informática S.A.	Brasil
Eve Soluções de Mobilidade Aérea Urbana Ltda.	Brasil
Embraer Aviation International – EAI	Frância
Embraer (China) Aircraft Technical Services Co., Ltd.	China
Embraer Spain Holding Co., SL	Espanha
ECC Investment Switzerland AG	Suíça
Embraer Finance Ltd.	Ilhas Cayman, BWI
Embraer Overseas Ltd.	Ilhas Cayman, BWI
Embraer Portugal, S.A.	Portugal
Airholding S.A.	Portugal
OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.	Portugal
Embraer Asia Pacific PTE. Ltd.	Singapura
Tempest Security Intelligence Ltd	Reino Unido
Embraer CAE Training Services (U.K.) Limited	Reino Unido
Visiona International B.V.	Holanda
Embraer Netherlands Finance B.V.	Holanda
Embraer Netherlands B.V.	Holanda
Embraer CAE Training Services (NL) B.V.	Holanda
EZ Air Interior Limited	Irlanda

*Esta lista reflete nossa lista de subsidiárias em 31 de dezembro de 2024. A lista não inclui (i) certas *joint ventures* (consulte o Item 4B do Relatório Anual no Formulário 20-F do qual este Anexo 8.1 é um anexo e a nota 2.3.1 das demonstrações financeiras auditadas incluídas nesse relatório anual para obter mais informações sobre tais *joint ventures* e entidades estabelecidas em nossas alianças estratégicas) e (ii) certos veículos de propósito específico não materiais.

CERTIFICAÇÃO

Eu, Francisco Gomes Neto, certifico que:

1. Revisei este relatório anual no formulário 20-F da Embraer S.A.;
2. Na exata medida dos meus conhecimentos, este relatório não contém declaração falsa de algum fato significativo, nem omite qualquer indicação sobre fato significativo necessário para elaborar as demonstrações, em face das circunstâncias sob as quais tais demonstrações foram efetuadas, não levando a considerações incorretas a respeito do período coberto por este relatório;
3. Segundo o meu conhecimento, as demonstrações financeiras e outras informações financeiras incluídas neste relatório apresentam fielmente, em todos os aspectos relevantes, a condição financeira, os resultados das operações e fluxos de caixa da empresa nos, e para, os períodos apresentados no relatório;
4. O outro certificador da empresa e eu somos responsáveis pelo estabelecimento e manutenção dos controles e procedimentos de divulgação (conforme definido nas regras 13a-15(e) e 15d-15(e) da Lei de Mercado de Capitais dos EUA) e do controle interno de demonstrações financeiras (conforme definido nas regras 13a-15(f) e 15d-15(f) da Lei de Mercado de Capitais dos EUA) para a empresa e:
 - a) projetamos tais controles e procedimentos de divulgação, ou fizemos com que tais controles e procedimentos de divulgação fossem projetados sob nossa supervisão, para garantir que as informações importantes relacionadas à empresa, incluindo suas subsidiárias consolidadas, nos fossem passadas por outras pessoas nessas entidades, particularmente durante o período de elaboração deste relatório;
 - b) projetamos este controle interno de demonstrações financeiras, ou fizemos com que este controle interno de demonstrações financeiras fosse projetado sob nossa supervisão para proporcionar garantia adequada sobre a confiabilidade e a elaboração das demonstrações financeiras para fins externos, de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos;
 - c) avaliamos a eficácia dos controles e dos procedimentos de divulgação da empresa e apresentamos neste relatório nossas conclusões sobre a eficácia dos controles e dos procedimentos de divulgação, desde o final do período coberto por este relatório, com base em tal avaliação; e
 - d) divulgamos, neste relatório, todas as alterações no controle interno da nossa empresa sobre as demonstrações financeiras elaboradas durante o período coberto pelo relatório anual, que tenham afetado ou possam vir a afetar de forma substancial o controle interno da nossa empresa sobre as demonstrações financeiras, e
5. Com base em nossa avaliação mais recente do controle interno sobre o relatório financeiro, o outro certificador da empresa e eu divulgamos aos auditores da empresa e ao comitê de auditoria do conselho de administração da empresa (ou pessoas que executam funções equivalentes):
 - a) todas as deficiências e fragilidades significativas no projeto ou na operação do controle interno dos relatórios financeiros, que sejam capazes de afetar adversamente a capacidade da empresa de registrar, processar, resumir e relatar as informações financeiras; e
 - b) qualquer fraude, significativa ou não, que envolva a administração ou outros funcionários que tenham um papel significativo no controle interno da empresa sobre relatórios financeiros.

Data: 31 de março de 2025

Por: /s/ Francisco Gomes Neto

Francisco Gomes Neto
Presidente e CEO

CERTIFICAÇÃO

Eu, Antonio Carlos Garcia certifico que:

1. Revisei este relatório anual no formulário 20-F da Embraer S.A.;
2. Na exata medida dos meus conhecimentos, este relatório não contém declaração falsa de algum fato significativo, nem omite qualquer indicação sobre fato significativo necessário para elaborar as demonstrações, em face das circunstâncias sob as quais tais demonstrações foram efetuadas, não levando a considerações incorretas a respeito do período coberto por este relatório;
3. Segundo o meu conhecimento, as demonstrações financeiras e outras informações financeiras incluídas neste relatório apresentam fielmente, em todos os aspectos relevantes, a condição financeira, os resultados das operações e fluxos de caixa da empresa nos, e para, os períodos apresentados no relatório;
4. O outro certificador da empresa e eu somos responsáveis pelo estabelecimento e manutenção dos controles e procedimentos de divulgação (conforme definido nas regras 13a-15(e) e 15d-15(e) da Lei de Mercado de Capitais dos EUA) e do controle interno de demonstrações financeiras (conforme definido nas regras 13a-15(f) e 15d-15(f) da Lei de Mercado de Capitais dos EUA) para a empresa e:
 - a) projetamos tais controles e procedimentos de divulgação, ou fizemos com que tais controles e procedimentos de divulgação fossem projetados sob nossa supervisão, para garantir que as informações importantes relacionadas à empresa, incluindo suas subsidiárias consolidadas, nos fossem passadas por outras pessoas nessas entidades, particularmente durante o período de elaboração deste relatório;
 - b) projetamos este controle interno de demonstrações financeiras, ou fizemos com que este controle interno de demonstrações financeiras fosse projetado sob nossa supervisão para proporcionar garantia adequada sobre a confiabilidade e a elaboração das demonstrações financeiras para fins externos, de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos;
 - c) avaliamos a eficácia dos controles e dos procedimentos de divulgação da empresa e apresentamos neste relatório nossas conclusões sobre a eficácia dos controles e dos procedimentos de divulgação, desde o final do período coberto por este relatório, com base em tal avaliação; e
 - d) divulgamos, neste relatório, todas as alterações no controle interno da nossa empresa sobre as demonstrações financeiras elaboradas durante o período coberto pelo relatório anual, que tenham afetado ou possam vir a afetar de forma substancial o controle interno da nossa empresa sobre as demonstrações financeiras, e
5. Com base em nossa avaliação mais recente do controle interno sobre o relatório financeiro, o outro certificador da empresa e eu divulgamos aos auditores da empresa e ao comitê de auditoria do conselho de administração da empresa (ou pessoas que executam funções equivalentes):
 - a) todas as deficiências e fragilidades significativas no projeto ou na operação do controle interno dos relatórios financeiros, que sejam capazes de afetar adversamente a capacidade da empresa de registrar, processar, resumir e relatar as informações financeiras; e
 - b) qualquer fraude, significativa ou não, que envolva a administração ou outros funcionários que tenham um papel significativo no controle interno da empresa sobre relatórios financeiros.

Data: 31 de março de 2025

Por: /s/ Antonio Carlos Garcia

Antonio Carlos Garcia

Vice-Presidente Executivo Financeiro e Relações com Investidores

CERTIFICAÇÃO SEGUNDO O CAPÍTULO 18 DA U.S.C., CLÁUSULA 1350, ADOTADO EM CONFORMIDADE COM A CLÁUSULA 906 DA LEI SARBANES-OXLEY DE 2002

Segundo com o Relatório Anual da Embraer S.A. (“Empresa”) no formulário 20-F para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2024, conforme registrado na Comissão de Valores Mobiliários nesta data (“Relatório”), eu, Francisco Gomes Neto, presidente e CEO, certifico, segundo o capítulo 18 da U.S.C., seção 1350, adotado em conformidade com a seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley dos EUA de 2002, na exata medida dos meus conhecimentos, que:

- (i) o Relatório cumpre totalmente os requisitos da cláusula 13(a) ou 15(d) da Lei de Mercado de Capitais dos EUA de 1934; e
- (ii) as informações contidas no Relatório apresentam fielmente, em todos os aspectos significativos, a condição financeira e os resultados operacionais da Empresa.

Data: 31 de março de 2025

Por: /s/ Francisco Gomes Neto

Francisco Gomes Neto
Presidente e CEO

Uma versão original assinada desta declaração escrita é exigida pela Seção 906, ou outro documento de autenticação, reconhecendo ou, de outro modo, adotando a assinatura que aparece digitada, na versão eletrônica desta declaração escrita, exigida pela Seção 906, foi providenciada à empresa e será retida pela empresa e fornecida à Comissão de Segurança e Câmbio ou a seus funcionários quando solicitado.

CERTIFICAÇÃO SEGUNDO O CAPÍTULO 18 DA U.S.C., CLÁUSULA 1350, ADOTADO EM CONFORMIDADE COM A CLÁUSULA 906 DA LEI SARBANES-OXLEY DE 2002

Segundo o Relatório Anual da Embraer S.A. (“Empresa”) no formulário 20-F para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2024, conforme registrado na Comissão de Valores Mobiliários nesta data (“Relatório”), eu, Antonio Carlos Garcia, Vice-Presidente Executivo Financeiro e Relações com Investidores, certifico, segundo o capítulo 18 da U.S.C., seção 1350, adotado em conformidade com a seção 906 da Lei Sarbanes Oxley dos EUA, de 2002, na exata medida dos meus conhecimentos, que:

- (i) o Relatório cumpre totalmente os requisitos da cláusula 13(a) ou 15(d) da Lei de Mercado de Capitais dos EUA de 1934; e
- (ii) as informações contidas no Relatório apresentam fielmente, em todos os aspectos significativos, a condição financeira e os resultados operacionais da Empresa.

Data: 31 de março de 2025

Por: /s/ Antonio Carlos Garcia
Antonio Carlos Garcia
Vice-Presidente Executivo Financeiro e Relações com
Investidores

Uma versão original assinada desta declaração escrita é exigida pela Seção 906, ou outro documento de autenticação, reconhecendo ou, de outro modo, adotando a assinatura que aparece digitada, na versão eletrônica desta declaração escrita, exigida pela Seção 906, foi providenciada à empresa e será retida pela empresa e fornecida à Comissão de Segurança e Câmbio ou a seus funcionários quando solicitado.

ANEXO 15.1

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. Helbor Corporate Tower
Av. São João, 2.405 – CJ.1101/1102
Jd. das Colinas
CEP 12242-000 - São José dos Campos/SP - Brasil
Caixa Postal 1668 - CEP 12230-970 - São José dos Campos/SP - Brasil
Telefone +55 (12) 2138-5030
kpmg.com.br

Consentimento de uma Firma de Contabilidade Pública Registrada Independente

Autorizamos a incorporação por referência nas declarações de registro (nº 333-284698 e nº 333-284698-01) no Formulário F-3 da Embraer S.A. e da Embraer Netherlands Finance B.V de nossos relatórios datados de 31 de março de 2025 com relação às demonstrações financeiras consolidadas da Embraer S.A. e à efetividade dos controles internos sobre a preparação e divulgação de informações financeiras.

(Original em inglês emitido por)

KPMG Auditores Independentes Ltda.

São José dos Campos, Brasil
31 de março de 2025